António José de Oliveira

Clientelas e Artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII

Volume I

Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientador cientifico:
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Dezembro 2011

SUMÁRIO

RESUMO ……3
ABSTRACT……5
SIGLAS E ABREVIATURAS ……7

0. INTRODUÇÃO……..8

I PARTE……..……..11

1. GUIMARÃES NOS SÉCULOS XVII-XVIII……..12

1.1. A A ESTRUTURA URBANA E SOCIAL DE GUIMARÃES……12
1.1.1 A estrutura urbana……...12
1.1.2 A dinâmica social…….51

2. A ORGÂNICA DO PODER…….85
2.1.1. O Duque de Bragança……...85
2.1.2. A Câmara…….. 94
2.1.3. A Colegiada…….……107
2.1.4. A estada do arcebispo D. José de Bragança (1746-1748)……...132

II PARTE……..…….183

1. AS CLIENTELAS, OS ARTISTAS E AS OBRAS……..184

1.1. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira……...…..184
1.2. Conventos masculinos e femininos……..199
1.2.1 Convento de São Francisco…….199
1.2.2 Conventos de São Domingos……..... 207
1.2.3 Convento de Santo António dos Capuchos……..……222
1.2.4 Convento de Santa Marinha da Costa……229
1.2.5. Convento de Santa Clara…….…..262
1.2.6. Convento do Carmo……...…299
1.2.7. Convento de Santa Rosa de Lima…….…341
1.2.8. Convento da Madre Deus……..379
1.3. A Misericórdia…….……..388
1.4. A Câmara……...416
1.5. Ordens Terceiras…….……...445
1.5.1. Ordem Terceira de São Domingos……...….445
1.5.2.Ordem Terceira de São Francisco…….453
1.6. Irmandades e confrarias…….……461
1.7. Particulares…….……477
CONCLUSÃO…….……...…….501

AGRADECIMENTOS…….……505
FONTES…….……..507
BIBLIOGRAFIA…….…….518
ÍNDICES (FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS)…….…….555

RESUMO

Nos séculos XVII e XVIII realizaram-se inúmeras encomendas artísticas na vila e termo de Guimarães. Essas obras de arte, resultantes de encomendas pontuais ou integradas em profundos projectos decorativos, traduzem a importância económica, política, religiosa, demográfica e artística de Guimarães. Memória da passagem de cónegos da Colegiada, priores e prioresas conventuais, de juízes de irmandades e de ordens terceiras, de provedores da Misericórdia, de vereadores da Câmara e do mecenato do arcebispo D. José de Bragança, esses espécimes contam-nos histórias de ostentação, de gosto e até de rivalidades.

Simultaneamente, os derradeiros anos do século XVII e a centúria seguinte, a morfologia urbana da vila de Guimarães sofre alterações significativas, particularmente no levantamento e remodelação de edifícios religiosos e civis, de infraestruturas urbanas e abastecimento de água. Nesse período, a atividade arquitetónica em Guimarães desenvolveu-se em três grandes áreas: imóveis construídos de raiz; conclusão de programas construtivos anteriores; e acrescentamento de estruturas barrocas nos edifícios medievais.

Como cliente preferencial, aparece-nos a Igreja, para quem através do Cabido da Colegiada, das instituições monásticas, Confrarias, Irmandades, Ordens Terceiras e de D. José Bragança, os artistas expandiam a maior parte da sua atividade e das suas oficinas.

Todos estes encomendadores favoreceram a laboração de destacados mestres pedreiros, carpinteiros, entalhadores, douradores, pintores, ourives e organeiros oriundos do noroeste de peninsular, que exerceram a sua actividade em Guimarães, para onde foram chamados para dar corpo a empreitadas de maior ou menor envergadura, para as quais a clientela reivindicava qualidade e prestígio. Estas obras, por vezes executadas em parcerias com mestres vimaranenses, permitiram às oficinas locais um contato com a obra de outros mestres e oficiais. As inúmeras encomendas permitiram que na urbe vimaranense e seu termo se desenvolvessem oficinas que respondiam a essas solicitações. Simultaneamente entre os mestres criavam-se estreitas redes de solidariedade relativas a sociedades e parcerias, trespasses de obras, fianças e ligações familiares. Detetamos igualmente que o artista não permanecia unicamente a exercer a sua atividade no mesmo local. Deste modo, ao lado do Porto, Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e o seu termo assumia um papel importante como centro de aglutinação, criação e exportação no campo artístico.

Nas arrematações é interessante observar que muitos dos mestres que para Guimarães se deslocavam, apresentam fiadores residentes em Guimarães e trabalham em parceria com

mestres locais. Esta situação reforça as ligações artísticas, que se efetuavam entre mestres de várias localidades do norte de Portugal.

Guimarães é uma referência pelo número de encomendas, pela contratação de artistas de nomeada e principalmente por aquilo que ainda nos nossos dias podemos admirar. Com este trabalho, quisemos chamar a atenção para o facto do património vimaranense constituir um legado importantíssimo do Homem Barroco, bem como o reflexo do espírito empreendedor e a robustez económica dos seus encomendadores, permitindo deste modo o afluxo de conceituados artistas.

ABSTRACT

Clienteles and artists in Guimarães in the seventeenth and eighteenth centuries

In the seventeenth and eighteenth centuries there were held countless artistic orders in the town and county of Guimarães. These works of art, resulting from specific orders or integrated in deep decorative projects reflect the economical, political, religious, demographic and artistic importance of Guimarães. Memory of the passing of canons of the Colegiada, conventual priors and prioresses, judges of brotherhoods and third orders, providers of the Misericórdia, councilors of Town Hall and patronage of the Archbishop D. José de Bragança, these specimens tell us stories of ostentation, taste and even rivalries.

Simultaneously, in the last years of the seventeenth century and during the following century, the urban morphology of Guimarães changes significantly, particularly in the survey and renovation of religious and civil buildings, urban infrastructure and water supply. During this period, the architectural activity in Guimarães developed in three major areas: buildings built from scratch; completion of earlier construction programs, and addition of baroque structures in medieval buildings.

As a preferred customer, appears to us the Church, for whom through the Cabido da Colegiada, monastic institutions, confraternities, brotherhoods, third orders and D. José de Bragança, the artists expanded most of their activity and their workshops.

All of these clienteles favored the working of outstanding master masons, carpenters, carvers, gilders, painters, goldsmiths and organ makers from the northwestern of the peninsula, who exerted their activity in Guimarães, to where they were called to give effect to contracts of greater or smaller proportions, for which the customer demanded quality and prestige. These works, often performed in partnership with Guimarães masters, allowed to the local workshops a contact with the work of other masters and officers. The multiple orders made possible that in the metropolis and in the county of Guimarães various workshops could take place, to respond to these requests. Simultaneously, a tight networks of solidarity and corporate partnerships, trespass of works, bonds and family ties was created among the masters. We also detect that the artist didn't remained in the same place to carry on his activity. Thus, next to Porto, Braga, Barcelos and Vila Nova de Famalicão, Guimarães and its county took on an important role as a center of aggregation, creation and export in the artistic field.

In auctions is interesting to note that many of the masters who moved to Guimarães present guarantors residents in Guimarães, and that they work in partnership with local masters. This reinforces the artistic relations, which took place between masters of various localities in Northern Portugal.

Guimarães is a reference by the number of orders, for the hiring of nominated artists, and especially for what we can still admire today. With this work, we wanted to draw attention to the fact that Guimarães patrimony represents an important legacy of the Baroque Man, as well as the reflection of the entrepreneurial spirit and economic robustness of its clienteles, thus allowing the influx of renowned artists.

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.C.N.S.O.	Arquivo Colegiada Nossa Senhora da Oliveira
A.D.B.	Arquivo Distrital de Braga
A.D.P.	Arquivo Distrital do Porto
A.M.A.P.	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
A.M.A.S.	Arquivo Museu Alberto Sampaio
A.N.T.T.	Arquivo Nacional Torre do Tombo
A.S.C.M.G.	Arquivo Santa Casa Misericórdia Guimarães
A.S.M.S.	Arquivo Sociedade Martins Sarmento
Cap	Capítulo
Cf.	Conforme
C.M.G.	Câmara Municipal de Guimarães
Cit. por	Citado por
Coord. de	Coordenação de
Cx	Caixa
D.G.E.M.N.	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Fig.	Figura
Figs.	Figuras
Fl.	Fólio
Fls.	Fólios
M.A.S.	Museu de Alberto Sampaio
Obra cit.	Obra citada
P.	Página
S.M.S.	Sociedade Martins Sarmento
Sep.	Separata
V.	Verso
Vol.	Volume
Vols.	Volumes

0. INTRODUÇÃO

A história de arte vimaranense constitui, desde há já algum tempo, objeto de estudo de historiadores de arte, investigadores e curiosos que têm contribuído para o despertar da sensibilização e tomada de consciência por parte da comunidade científica, do público em geral e das autoridades, do património artístico vimaranense constituir um legado importantíssimo do Homem Barroco.

Com o presente estudo tentamos dar o nosso contributo para futuros trabalhos de investigação, ao mesmo tempo que daremos a conhecer mais um importante núcleo de clientelas e artistas em Guimarães dos séculos XVII e XVIII.

O estudo destes artistas e encomendadores, para além da sua importância para a história de arte, constitui um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica do burgo vimaranense, quer a nível religioso, quer social e económico, da época em estudo.

O nosso primeiro contato com a história de arte vimaranense, iniciou-se num estudo académico iniciado, em 1992, aquando da realização do seminário "História de Arte em Portugal", integrado na licenciatura em Ciências Históricas (ramo cientifico), orientado pela Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha. Nesse seminário, e num estudo preliminar, limitámo-nos a analisar sucintamente os artistas que exerceram a sua atividade em Guimarães na primeira metade do século XVIII, utilizando somente alguns dos documentos do fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Posteriormente, em diversos os congressos nacionais e internacionais aprofundámos o estudo daquele tema, utilizando outras fontes arquivísticas ao nosso dispôr, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

O trabalho que aqui apresentamos não é um mero prolongamento do seminário. Foi realizado, como seria de esperar, com meios de trabalho e de investigação mais diversificados e abrange uma temática e cronologia mais ampla, com particular destaque para os artistas e suas clientelas.

Na primeira parte, propomo-nos estudar a contextualização de Guimarães nos séculos XVII e XVIII, nomeadamente a sua estrutura urbana e a sua dinâmica social. Na segunda parte dedicada às clientelas, aos artistas e às obras, analisamos preferencialmente vários contratos de obra referentes à pedraria, à carpintaria, à arte da talha, à ourivesaria, à organaria e à fundição de sinos, seguindo uma lógica organizativa de encomendadores.

A investigação em História de Arte através dos livros notariais é uma tarefa árdua e morosa, mas de importância fundamental. Compulsámos centenas de livros de notas, que nos forneceram elementos fundamentais para o conhecimento e inventariação das inúmeras obras

espalhadas por Guimarães e seu termo, bem como dos artistas que as executaram durante o período em estudo. No volume II (Apêndice Documental), integramos o resumo de 190 documentos na sua maioria integrantes nos livros de notas do fundo notarial e da Colegiada do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Integramos igualmente diversos contratos de obra, nas suas diversas tipologias, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Integramos igualmente, alguns documentos do Arquivo Distrital do Porto. Para cada contrato de obra elaboramos um esquema regular, que poderá sofrer algumas alterações, conforme a natureza do contrato notarial e o tipo de informação que contém. Os documentos estão ordenados por encomendador, por tipologia e ordem cronológica, seguindo-se o sumário tabeliónico, o artista ou artistas que trabalharam em parceria, o encomendador, um resumo da obra, a quantia, forma de pagamento, o prazo de execução, os fiadores, as testemunhas presentes na redação do ato escrito e a fonte arquivística.

Além dos documentos integrados no apêndice documental, complusamos outra documentação existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, como sejam, os livros da Vereação, importantes para o estudo das encomendas municipais, bem como livros de receitas e despesas de instituições monásticas. No Arquivo da Sociedade Martins Sarmento, utilizámos o livro de receitas e despesas do Convento de Santa Clara. No Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira complusámos documentação da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira que se revelou importante para o estudo das encomendas realizadas por esta irmandade, bem como para o estudo da festa. Para a caraterização da estrutura urbana da vila de Guimarães baseamo-nos também em dois tombos dos bens do concelho, datados respetivamente de 1615 e 1735, que nos forneceram informações fundamentais nessa área.

Como o próprio tema da nossa dissertação sugere, realizámos o estudo das clientelas e artistas durante os séculos XVII e XVIII. No entanto, isso não significa que tenhamos respeitado estritamente essas balizas cronológicas. A consciência da realidade levou-nos a não efetuarmos um estudo aprofundado de toda a centúria de Seiscentos, por uma questão de limitação temporal, espacial e de quantidade documental tivemos de suspender, deixando deste modo várias portas em aberto. Longe de ser um estudo definitivo e conclusivo, pois muito fica por dizer e explorar, consideramos este trabalho de investigação como um motor de arranque para outros mais complexos e exaustivos, na medida que alargaremos o nosso campo temporal e documental e procuraremos, através de documentação manuscrita, estabelecer ligações entre os artistas e as suas zonas de origem e residência, assim como pretenderemos proceder à realização de um dicionário de artistas.

Lamentavelmente, após algumas incursões por outros arquivos, nomeadamente da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, uma vez mais não conseguimos cumprir o nosso objetivo dada a grandiosidade da documentação e também pelo facto de nos ser imposto, por lei, um limite temporal e de estruturação da dissertação. A nossa área de investigação viu-se, assim, reduzida documentalmente e temporalmente, centrando-se no último quartel do século XVII e na centúria seguinte, período cronológico que se assumiu igualmente como a expressão de maior relevo artístico.

Apesar de todas as limitações acima enunciadas, procedemos ao levantamento exaustivo de um grande núcleo notarial patente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta que nos permitiu a datação da maior parte dos espécimes artísticos ainda hoje existente em Guimarães e seu termo, a identificação de quem encomendou a obra; o pedreiro, o carpinteiro, o entalhador, escultor, dourador, pintor, imaginário, o ourives, o organeiro, entre outros, responsáveis pela sua execução; qual o local da sua origem e residência; as alterações levadas a termo no interior dos imóveis religiosos e civis; o custo da obra, entre muitas outras coisas, como sejam os materiais utilizados na execução das mesmas.

Da consulta dos vários arquivos e da inventariação das obras da cidade de Guimarães resultou a compilação do segundo e terceiro volume, respetivamente.

No que diz respeito aos objetivos a que nos dispusemos alcançar com este estudo, julgamos que todos eles foram cumpridos. Pensámos com este estudo, ter iniciado o preenchimento de mais uma lacuna regional na já longa história da arte portuguesa. Convitos de que o fim ainda vem longe, cientes que trabalhos futuros surgirão, o presente trabalho é apenas um contributo para a história da cidade de Guimarães e seu concelho e do seu património artístico, muitas vezes esquecido, no contexto da história da arte nacional.

I PARTE

1. GUIMARÃES NOS SÉCULOS XVII-XVIII

1.1.A ESTRUTURA URBANA E SOCIAL DE GUIMARÃES

1.1.1.A estrutura urbana

O "sítio" e a "situação" do velho casario aglomerado em torno do espaço intramuros de Guimarães, conserva um riquíssimo património mercê dos acontecimentos históricos ligados ao poderio real e eclesiástico, da posição privilegiada do cruzamento de estradas, que desde cedo permitiu o aparecimento de uma próspera comunidade de mercadores e enfim não menos importante, o aspecto sociológico de ter uma "elite" com certo poder político e económico no noroeste de Portugal.

Todos estes factores contribuíram para que desde muito cedo, mesmo antes da afirmação da Nacionalidade se desenvolvesse a urbe vimaranense, cuja importância se estendia muito para além do âmbito local, tornando-se mesmo um dos mais importantes aglomerados do Entre-Douro-e-Minho.



Fig. 1 – Vista área do centro Histórico de Guimarães (C.M.G. - 2001)

Como não poderia deixar de ser, o próspero crescimento do aglomerado atraiu à vila um número crescente de habitantes dos mais diversos ofícios e estratos sociais que obviamente imprimiram uma fisionomia característica à estrutura urbana, mas que cuja tipologia própria se reflete na existência de um dédalo de ruas medievais confinadas numa malha urbana estreita, que nos oferecem muitas vezes a surpresa de desembocar em praças monumentais ou em espaços valorizados com edifícios de mole imponente construídos em época posterior já no século XVII e XVIII, em que as edificações de estilo Barroco e Rococó se destacam no meio do apinhado casario medieval.

O núcleo urbano do centro histórico de Guimarães que desde cedo foi importante, não é de estranhar que tenha atraído uma diversidade de artesãos e mestres de diversos ofícios, que para além de contribuírem por iniciativa própria ou por outrem para a transformação e enriquecimento do património construído, deram uma feição peculiar à morfologia urbana do burgo, não apenas em relação à tipologia das construções, mas também a ruas inteiras, onde surgem ligados aos diversos mesteres.

Esta cidade que conseguiu atravessar o tempo mantendo viva a mensagem do seu passado, possibilita a todos aqueles que a percorrem atentamente, constatar o labor artístico de mestres oriundos de diferentes locais do noroeste peninsular, que encontravam um desenvolvimento construtivo bastante significativo nesta cidade, que lhes possibilitava manter em laboração toda a sua vasta oficina que compreendia aprendizes, obreiros e oficiais.

O burgo vimaranense, nascido na centúria de Novecentos, quando a condessa Mumadona Dias aí decide construir um mosteiro[1], foi fortalecido, no final do século XI, quando D. Henrique e sua mulher D. Teresa aí se estabelecem como detentores do Condado Portucalense[2], e o velho cenóbio dá, mais tarde, origem a uma Colegiada. Seu filho, D.

[1] BARROCA, Mário Jorge – "O século de Mumadona", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp. 16-17.

[2] Os condes tiveram um importante papel no desenvolvimento urbano de Guimarães fomentando a fixação de uma comunidade de francos, fazendo em 1096 uma doação para que estes edificassem um templo dedicado a Santiago na praça com o mesmo nome (BARROCA, Mário Jorge – "O século dos dois condados", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p. 21). E nesse mesmo ano atribuíram a Carta de Foral, que regulamentou pela primeira vez a vida urbana da urbe, com sucessivas alterações pelos monarcas até 1517. Não esqueçamos que estes dois pólos se encontravam isolados: a rua de Santa Maria com o seu prolongamento na rua da Infesta, transformaram-se no elo de ligação que as aproximava.

Henrique, conquista em Guimarães o direito ao trono do condado e do reino que haveria de ser Portugal[3].

O burgo, nascido no século X sobre o culto divino a O Salvador e a Santa Maria, cedo elege como sua protectora Santa Maria de Guimarães, que, com o correr dos anos e a devoção dos homens, passa a designar-se Nossa Senhora da Oliveira.

A atual cidade de Guimarães, vila até 22 de Junho de 1853, desenvolveu-se à volta de dois pólos geradores e aglutinadores, o castelo e a Colegiada (cuja origem se detecta no início da centúria de 1100), demonstrando vivacidade para ser auto-suficiente, e se fundiram por ordem de D. João I, em 1389[4]. É à sombra do castelo e do mosteiro, que nascem os dois focos de povoamento organizados como resposta às solicitações de protecção religiosa e defensiva do burgo e das populações vizinhas[5].



Fig. 2 – Vista área do Castelo de Guimarães (C.M.G. – 2001)

[3] BARROCA, Mário Jorge – "O século de D. Afonso Henriques", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp.26-27.

[4] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "Duas vilas de um só povo", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.39.

[5] Relembremos as palavras de Maria da Conceição Falcão Ferreira: "O Castelo e o Mosteiro, facilmente comunicáveis agiram como um duplo atractivo para as populações circundantes. E na paisagem da época desenhava-se o quadro típico de então: na planície, uma igreja, na colina, um recinto protegido " (cit. de FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989 p.12).

Nesta vila bipolar e policêntrica, começaram-se a organizar vários eixos de circulação, através da abertura de arruamentos e construção de edifícios, que se aí foram estruturando.

No século XIV, D. João I manda construir uma nova igreja cujas obras no templo e no claustro ainda decorrem no primeiro quartel do século XV; também neste período, e por intercessão do mesmo rei se inicia a edificação da casa da Câmara. No claustro da Colegiada constrói-se a capela da Confraria do Serviço (1419-1421); no Largo da Igreja da Oliveira, edifica-se o padrão em honra de Santa Maria. Dá-se início à construção da residência senhorial do 1º Duque de Bragança e a várias casas sobradadas no miolo do burgo. No século XVI, a Colegiada é ampliada com a construção de uma torre na sua fachada principal aí se instalando a capela tumular dos Pinheiros. Um filho destes, D. Prior da Colegiada no 1º quartel do século XVI, renova o claustro da Colegiada.

A vila de Guimarães transformara-se na Idade Média, num grande centro religioso, aonde afluíam imensos romeiros e peregrinos[6]. Todo este afluxo de gente teria provocado a construção de hospitais, albergarias e estalagens[7] nas proximidades da igreja de Santa Maria, para o recolhimento e agasalho de todos aqueles que aí vinham em romagem. Por exemplo, a Confraria do Serviço de Santa Maria, inicia em 1540, operou um processo de ampliação do seu hospital localizado no Adro de S. Paio[8].

[6] Várias são as monografias que atribuem ao santuário de Santa Maria uma grande importância, só ultrapassada por Santiago de Compostela (ALMEIDA, Eduardo de – Romagem dos séculos I - O pão nosso de cada dia... (Subsídios para a história económica de Guimarães), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1923, p.20; Duarte do Amaral afirma que "nos séculos XII e XIII, e até mais tarde, Guimarães foi de certa maneira o que hoje é Fátima" (AMARAL, Duarte do – *A Colegiada de Guimarães*, Guimarães, Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, 1967, p.6).

[7] Não esqueçamos que, em 1498, a Confraria do Serviço de Santa Maria recebia de censo 48 reais e 2 pretos, por uma estalagem localizada na rua de Gatos (A.N.T.T., N. A. 272, fl. 158). Esta artéria funcionava como um local de passagem a todos aqueles que se dirigiam à cidade do Porto, ou dessa cidade vinham com destino ao burgo vimaranense. Sobre a importância espacial da rua de Gatos, vide FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.* p.25, nota nº88.

[8] Trata-se de um processo de vitalidade e de ampliação do seu hospital numa tendência contrária de fusão e uniformização dos serviços de assistência hospitalar numa só instituição que muitas vezes eram tutelados pelas Santas Casas de Misericórdia.

A comunidade judaica que vivia na judiaria de Guimarães[9], termina oficialmente a sua existência com a publicação do decreto de expulsão dos judeus, promulgado em 1496 por D. Manuel, e converte-se ao cristianismo, tendo a rua onde habitavam passado a ser designada por rua do Espírito Santo[10]. Sobre a permanência de judeus convertidos ao Cristiano, por exemplo, em 1508, encontramos como mordomo da Confraria do Serviço de Santa Maria um indivíduo designado de Mestre António[11], que poderá ser o mesmo cristão-novo, físico e cirurgião, natural e morador de Guimarães, que escreveu um curioso manuscrito datado de 1512, denominado "Tratado sobre a provincia d`antre Douro e Minho e sas avondanças copilado por mestre antonyo fisiquo e çolorgião morador na villa de Guimarães e natural della"[12]. Efetivamente se assim for, não seria de estranhar que o mordomo da confraria sendo físico e cirurgião pudesse prestar alguns cuidados de saúde no hospital da confraria.

Desde os finais do século XIV, está devidamente documentada em Guimarães, a presença de mestres pedreiros provenientes de reinos ou regiões peninsulares, para além das fronteiras de Portugal, como Castela, Biscaia e Galiza.

Com as obras de reconstrução da igreja de Santa Maria, patrocinadas por D. João I em agradecimento pela vitória em Aljubarrota, ao mestre pedreiro João Garcia de Toledo coube a direção do estaleiro[13], no qual colaboraram pedreiros galegos[14]. Estas obras iniciaram-se a 6

---

[9] Em 1498, a Judiaria de Guimarães ainda é assim referenciada no Tombo de 1498, mandado elaborar por D. Manuel I, que encerra os tombos das instituições de assistência e do próprio morgado de Gil Lourenço de Miranda da região vimaranense (A.N.T.T., N.A. 272, fl.154).

[10]MEIRELES, Maria José – "A urbe: Guimarães na época manuelina", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p.9.

[11] A.M.A.P., pergaminho da Colegiada nº372. Luís de Pina menciona este documento, e apresenta quatro datas referentes à sua permanência em Guimarães: 1504,1508,1512 e 1531 (*O cronista Rui de Pina e Mestre António," Físico"da Renascença*, in sep. do *Instituto*, vol. 86, nº3, Coimbra, 1933).

[12] Luciano Ribeiro publicou na íntegra este tratado (*Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António*, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22, Porto, 1959). Acerca de Mestre António veja-se ainda: COSTA, Maria Clara Pereira da - " A Comarca de Guimarães - séculos XVI a XVIII. Memórias e mapas cartográficos", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.3, Guimarães, 1981, pp.387-436; FARIA, Francisco Leite de - " Autores vimaranenses de livros impressos no século XVI ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.4, Guimarães, 1981, p.39, nota 1; PINA, Luís de *Vimaranes*, 1929, p.143.

[13] BELLINO, Albano – *Archeologia Christã*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1900, p.97; DIAS, Pedro – "A arquitectura do ciclo batalhino", in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, vol.4, Publicações Alfa, 1986, pp.74-75; GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930,

de Maio de 1387, tendo sido concluídas em 1400 quando se realizou a sagração do altar-mor do templo[15]. Em 1392, ao mesmo tempo que executava esta empreitada, o mestre toledano trabalhou nas obras do chafariz da Praça, recebendo 800 libras do concelho[16].

Após a morte de João Garcia[17], segue-se um interregno nas fontes até ao momento compulsadas, de testemunhos da presença em Guimarães de pedreiros oriundos de outras zonas da península. Desde os finais do século XV, que a atividade de mestres biscainhos no Minho está devidamente conhecida[18]. Porém, torna-se necessário avançar até ao século XVI, para reencontrarmos dois mestres biscainhos a exercer a sua atividade em Guimarães. O primeiro testemunho é assinalado pela presença de João de Castilho, o mais importante mestre pedreiro natural da Biscaia[19], que durante o primeiro quartel do século XVI trabalhou em várias localidades do Noroeste de Portugal: Vila de Conde, Braga e Guimarães. Nesta última vila, arrematou a construção de uma ponte[20].

Em 1540, temos conhecimento da existência de outro pedreiro biscainho que contrariamente a João de Castilho estava estabelecido nos arrabaldes de Guimarães. Trata-se de João Fernandes Biscainho morador na rua de Santa Luzia, que arremata as obras de

---

p.10; BRITO, Luís Filipe Aviz de – "O frontão da Colegiada como significativa memória da Pátria consolidada", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp. 325-366; SEGURADO, Jorge – "Das Régias reminiscências postas e vivas em Santa Maria da Oliveira em Guimarães, por D. João Primeiro", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, pp. 206-207.

[14] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, nota nº 37, p. 226.

[15] *Idem,ibidem*, nota nº 76, p. 23.

[16] A.M.A.P., pergaminho da Câmara nº 38. Documento citado por FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, nota nº37, p.226.

[17] Este pedreiro que fixou residência em Guimarães, já tinha falecido em 1425, como podemos constatar na renúncia de um prazo de umas casas pertencentes ao cabido, efectuada por Constança Eanes, designada de viúva de João Garcia (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *obra cit.*, nota nº104, p.106). Acerca de outros aspectos da sua vivência, ligada à constituição e gestão dos seus bens e à reconstituição do seu quadro familiar, veja-se: CARVALHO, A.L. de – *Os mesteres de Guimarães*, vol.7, Guimarães, 1951, pp. 59-60.

[18] ATANÁZIO, M. C. Mendes – "Contributo de João de Castilho para o espaço e estrutura da arquitectura do Manuelino", in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos*, Actas, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 259.

[19] DIAS, Pedro – *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença (1410-1540)*, Coimbra, Epatur-Edições portuguesas de arte e turismo, 1982, p. 373.

[20] CORREIA, Vergílio – *As obras de Santa Maria de Belém de 1514 a* 1519, Lisboa, 1922, p.16; Pedro Dias – *obra cit.*, p.373.

pedraria referentes à remodelação e ampliação do hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria, localizado no adro de S. Paio, pela quantia de 5000 reais[21].

Na referência mais antiga que se conhece relativa à obra de talha da capela-mor da Colegiada datada de 28 de Maio de 1572, encontrámos a presença de um entalhador portuense. A construção deste retábulo insere-se no novo espírito contra-reformista saído do Concílio de Trento (1564) que encerrou com diretrizes muito específicas no que concerne à criação artística[22]. Aliado ao poder económico e empreendedor do Cabido da Colegiada de Guimarães, foram dois grandes factores responsáveis pela renovação interior da Colegiada e pelo despoletar das artes decorativas[23].

Novas obras vão mudando a face da cidade. Em 1549, é lançada a primeira pedra para a construção do novo convento de Santa Clara[24]. A sua construção e a abertura do novo largo, junto à rua de Santa Maria, levou à demolição de casas, pardieiros e quintais[25]. A bula de erecção foi conseguida a 11 de Outubro de 1559, ficando o padroado nas mãos do cónego Baltazar de Andrade e sua descendência[26]. A entrada das religiosas no convento deu-se a 12

[21] A.M.A.P., A-5-4-109. O contrato de obra está inserido num códice constituído por 17 fólios, com diversos documentos pertencentes à Confraria do Serviço de Santa Maria, que abrangem os anos de 1540 e 1541. Códice transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais apresentada na Universidade do Minho, Braga, 1998, pp.247-257 (policopiada).

[22] QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional (1680-1780)*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 2002, p. 39.

[23] Na nave central e nos braços do transepto, mais precisamente nos barrotes do tecto subsiste um conjunto de pinturas decorativas quatrocentistas, posto a descoberto pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais durante as campanhas de 1970-71. Estas tábuas possuem a seguinte temática: Cenas religiosas (ex: vida da Virgem); Heráldica (ex: armas de D. João I, ordens militares, e de família); Cenas militares; Cenas civis (dança e caça); Cenas simbólicas; e motivos decorativos.

[24] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, vol. 1, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, p.145; SOLEDADE, Frei Fernando da – *História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Oficina de Manuel José Lopes Ferreira. Tomo 4, 1709, p.700.

[25] GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol.10, 1892, p.188.

[26] SOLEDADE, Frei Fernando da - *obra cit.*, p.701. Informa-nos Frei Fernando da Soledade que aquele construiu o edifício conventual "em umas casas e hortas que possuía no lugar aonde está o Convento, achou nesta conveniência a de um agradável sítio e muito proporcionado para o cómodo e vivência religiosa. Fica este dentro da vila», não muito longe do convento masculino franciscano, se comunicando através da "rua chamada de Santa Maria" (*obra cit.*, p. 699).

de Agosto de 1562, sendo a primeira e a segunda abadessas, respectivamente Helena da Cruz e Francisca da Conceição, filhas do fundador[27].

A partir do documento de 12 de Setembro de 1703[28], conseguimos aperceber-nos do espaço ocupado pelo mosteiro e sua cerca naquela época.

Não sabemos se a área ocupada, em 1703, pelo convento das clarissas, era a existente à data da sua fundação. No prólogo dos estatutos informa Baltazar de Andrade que: "Depois que com ajuda de Nosso Senhor pus o edifício e oficinas deste mosteiro em modo que pudésseis nele estar e viver, pareceu-me que tinha feito pouco em vos prover de paredes altas, e coisas temporais para esta vida (...)"[29]. Será que desde a fundação até 1703, as clarissas foram adquirindo novas terras? Não o sabemos.

A descrição do convento e sua cerca, em 1703, cotejando com a planta geral do mesmo feita em 1891[30], permite-nos estabelecer, com aproximação, a localização e a área ocupada por este imóvel.

[27] SOLEDADE, Frei Fernando da – *obra cit.*, p.702; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, pp. 145-146.

[28] A.M.A.P., MC-216 "Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães, 1703-1704", fls.6v-9v. Documento transcrito na íntegra por FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 5, Guimarães Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2004.

[29] MARTINS, Mário – "Os estatutos de Santa Clara de Guimarães", *in Revista de Guimarães,* nº 62, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1952, pp. 95-96

[30] Conjunto de 5 plantas, sendo uma geral e as restantes dos diversos pisos do Convento de Santa Clara: planta do pavimento térreo (escala 1/100); planta do 1º andar (escala 1/100); planta do 2º andar (escala 1/100); planta geral (1/500); e planta das sobrelojas (1/100). Desenhadas a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras. Peças desenhadas existente no A.M.A.P. Plantas publicadas por: FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*.

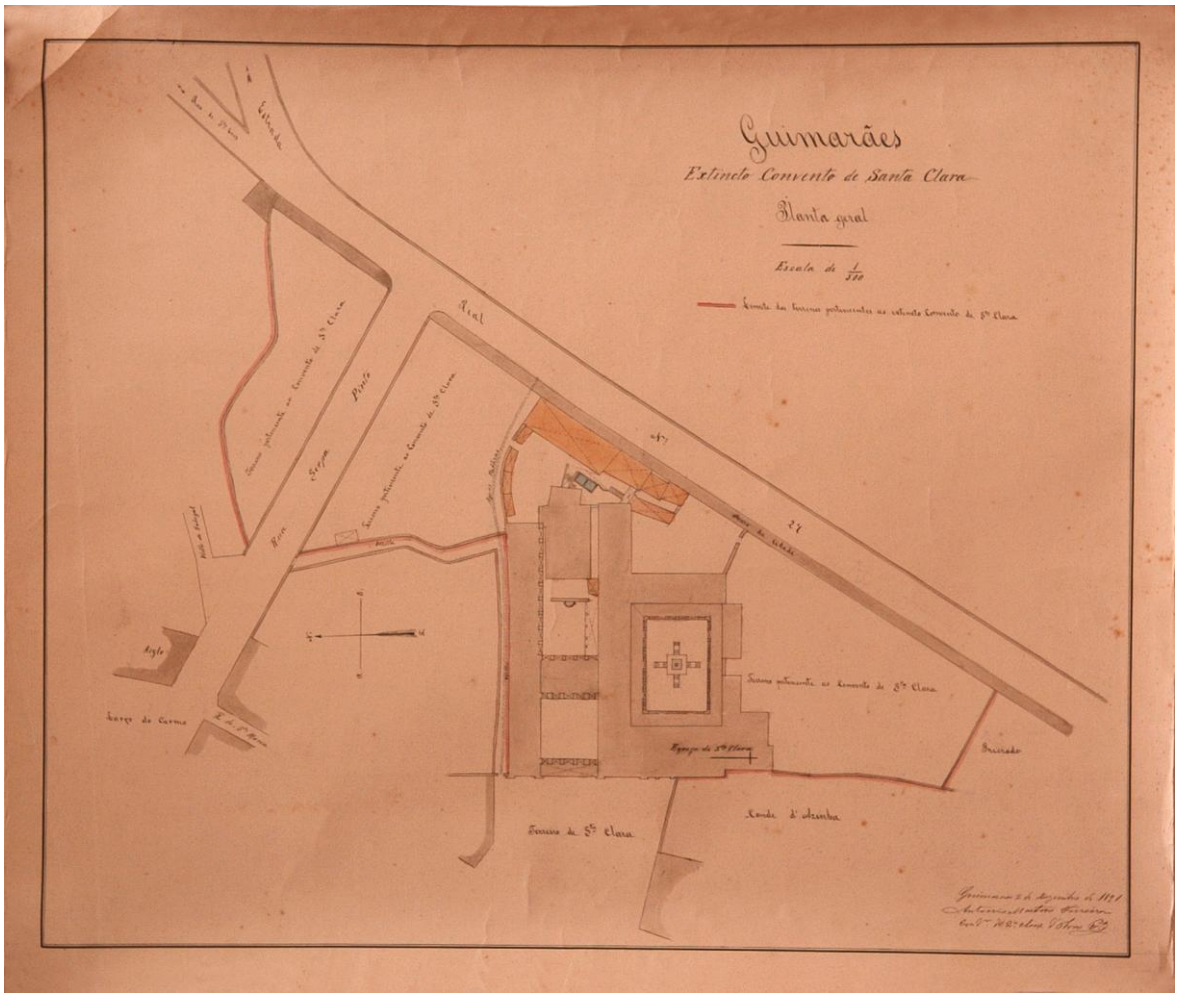


Fig.3 - Planta geral (1/500) do Convento de Santa Clara. Desenhada a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras. Peças desenhada existente no A.M.A.P.

Situado dentro de muralhas, a sua igreja, orientada Sul/Norte e com a cabeceira a Sul, corria quase paralelamente à rua de Santa Maria (lado poente) e à muralha (lado nascente).

O Convento das clarissas vimaranenses estava limitado a Nascente, pelas muralhas ou, como a designam o documento, pelo "muro"[31]. Esta limitação a nascente, abrangia duas das antigas entradas da vila, a Torre de Cães, que se situava mais ou menos entre o topo sul do convento e o muro perpendicular à muralha que separava os campos do convento dos campos do Priorado; e a Torre de Santa Cruz ou da Freiria, que se localizaria junto ao topo norte do Muro da vila onde terminava a cerca do convento. Ou seja, as muralhas que delimitavam a nascente a cerca do convento, possuíam duas portas: a de Santa Cruz ou da Freiria onde, a Norte, finava a cerca do convento, e a dos Cães, esta muito provavelmente já

[31] A.M.A.P., MC-216, fl.8.

em desuso[32] naquela época, localizada perto do topo sul, não muito longe do muro que separava os campos do convento dos campos do priorado.

A Norte, era delimitado por um muro que corria perpendicularmente à muralha. Para lá do muro conventual e acompanhando este, corria a rua do Sabugal que dava acesso à Porta de Santa Cruz ou da Freiria.

A Sul, um dos seus campos, confinava com o muro que correndo perpendicular às muralhas separava o convento dos campos do Priorado.

A Poente, a cerca do convento não seguia em linha recta. Deste lado, e partindo do muro que o separava do Priorado, confinava com propriedades particulares, até junto da porta da igreja, aberta na fachada poente do edifício. Neste lado poente do edifício conventual, de sul para norte, ou seja, desde a porta da igreja até ao limite do edifício do convento (onde se situava a Casa do Capelão das clarissas) ficava o terreiro, designado Terreiro de Santa Clara, o qual confinava, a Poente, com a rua de Santa Maria.

A Nascente, mais ou menos onde terminava o topo norte do edifício conventual, encostava um muro, que corria de sul para norte até à rua do Sabugal. Aí inflectia a sua direcção para nascente até à Porta de Santa Cruz ou da Freiria, limitando deste modo, e tal como já afirmámos, a cerca conventual a Norte.

O documento de 1703[33], permite-nos ficar a conhecer a extensão da cerca do convento: a Nascente, a muralha que o delimitava tinha uma extensão de 218,9 m; a Norte, o muro que delimitava o convento tinha cerca de 84,7 m; a poente, a cerca fazia um canto constituído, em parte por um muro (com 27,5 m) e em parte pela ala mais a norte dos edifícios conventuais (com 69,3 m), medindo na totalidade 96,8 m. A fachada poente do edifício conventual, na qual se situava a portaria e a igreja media do canto norte até à porta da igreja, 44 m, e daí até ao muro do priorado 123,8 m. A sul, o convento terminava no muro que o separava do priorado e que de media, de comprido, 28,6 m. Ou seja, circuitando o convento e a sua cerca vemos que este tinha uma extensão de cerca de 553 m.

Dentro da cerca do convento deveriam existir campos, onde as freiras pudessem ter aves de capoeira e cultivar bens de primeira necessidade. Daí a existência de hortas, pomares e galinheiros, onde para além de bens alimentares as freiras podiam cultivar ervas medicinais e flores, estas últimas usadas para enfeitar a igreja, as capelas e os oratórios.

[32] Craesbeeck, em 1726, já não refere a existência da Porta da Torre de Cães (CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p.83.

[33] O documento de 1703 indica as medidas em varas. Para mais fácil leitura convertemos em metros. Lembramos que uma vara corresponde a 1,1 m.

Vale a pena ler o que Borromeo escreve acerca da existência de espaços de cultivo dentro dos conventos femininos. Estes deviam ser: cercados por paredes altas; não muito extensos para que pudessem ser trabalhados pelas freiras ou conversas, sem o recurso a mão-de-obra exterior; nada de plantar árvores de grande porte ou outra vegetação que crescesse junto aos muros da cerca; não se podia aí construir nenhuma edificação mesmo que pequena; apenas se podiam cultivar hortaliças e ervas medicinais ou culinárias, não 'voluptuosas'; e as caixas de água deviam ser devidamente fechadas[34].

O convento de Santa Clara possuía dois campos que a Norte e a Sul delimitavam a cerca do convento, respectivamente, o Campo de Massarelos e o Campo de Massarico. No campo de Massarelos existiam, em 1858, "*árvores, fruteiras*», aí se cultivando "*hortaliças para consumo da casa*", e, no campo de Massarico, "*árvores fruteiras e hortas*"[35].

Ao longo dos tempos as freiras foram efectuando as obras necessárias à boa manutenção destes campos de cultivo. Por exemplo, em 1751, foi reparado o muro do campo de Maçoulas, ou seja, do campo de Massarico, "*que se arruinou quase todo parte da viela, e se fez os alicerces que os não tinha*", tendo-se também aproveitado para se arranjar "*o muro da porta*" que dava acesso ao campo, "*da parte de dentro, que também ameaçava ruína*". Tendo-se gasto "*com pedra nova, e oficiais, carretos e cal e outras miudezas, cestos e madeiras e outros materiais*"[36], 153$830 réis. Em 1752, foi altura de arranjar duas dobradiças e uma fechadura para a caixa de água que sabemos existia no Campo de Massarelos[37]. Por uma nota de despesa, datada de 1751, ficamos a saber que estes campos eram cultivados por obreiros exteriores ao convento, pois as freiras pagam "*almoços e merendas de hortelões*"[38].

O convento, como espaço de clausura, tinha de ser completamente cercado de altos muros, "paredes altas"[39], criando-se deste modo privacidade nos espaços interiores. Devia evitar colocar-se árvores de alto porte junto aos muros, interior ou exteriormente, dado que estas poderiam propiciar o acesso ilícito ao convento[40].

---

[34] BORROMEO, Carlos – *Instrucciones de la fábrica del ajuar eclesiásticos*, México, Universidad Autónoma, 1985, *pp. 107-108*, [1ª ed. 1577].

[35] A.N.T.T., A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº 7 B, *fl.2v*.

[36] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 79.

[37] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 179.

[38] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 158.

[39] MARTINS, Mário – *obra cit.*, pp. 95-96.

[40] BORROMEO, *Carlos – obra cit.*, p. 107.

A organização espacial interna de um convento era matéria complexa e sujeita a regras específicas[41]. O convento funciona como uma ilha isolada com muito poucos pontos de contacto com o exterior. Sendo o convento um espaço de cisão com a vida mundana é pois normal que reduzido seja o acesso físico a este, havendo muros altos a rodeá-lo e poucas portas de ligação com o exterior. Em 1703, o Convento de Santa Clara apenas dispunha de três entradas uma pela portaria, uma pela porta da igreja e uma outra entrada pela cerca, a *porta da cerca*[42].

Tendo como base de análise o documento de 1703, sabemos existirem 3 portas que davam acesso ao exterior: a porta da cerca, virada a norte, a porta da portaria e a porta da igreja, viradas a poente.

Tendo como base de análise as plantas de 1891[43], sabemos existirem 3 portas conventuais que davam acesso ao exterior: a porta da casa do capelão, da portaria e da igreja viradas a poente.

A porta da cerca era muito provavelmente uma porta de serviço utilizada somente para ligação aos campos de cultivo e às áreas de serviço: celeiro, cozinha, casa da lenha, etc.

A porta da casa do reverendo capelão seria para uso pessoal deste.

A porta da portaria permitia, e simultaneamente condicionava, o acesso ao interior do convento. A partir desta era possível ter acesso ao pátio, à casa dos locutórios, à portaria da clausura, ao terreiro, ao celeiro, aos campos e a outros espaços do convento.

À igreja e à sacristia só se tinha acesso a partir do exterior, ou seja através da porta da igreja que dava para o terreiro de Santa Clara. Da nave da igreja não se tinha entrada directa para o corpo conventual. Se bem que a porta de grades do coro baixo se pudesse abrir, isto apenas sucedia em ocasiões muito especiais.

---

[41] A este propósito é imprescindível a leitura da obra de Carlos Borromeo, arcebispo de Milão, que, em 1577, edita um conjunto de normas – *instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae* – para a construção de edifícios religiosos e respectivo recheio, e no qual contempla, em capítulo próprio (Cap. 33) as regras a utilizar na construção de conventos femininos (*idem, ibidem*).

[42] Diz o documento de 1703, ao descrever o convento *"e pela cabeça do poente desde o canto da caixa de água que vai para a Praça até à porta da cerca"*.

[43] Conjunto de 5 plantas, sendo uma geral e as restantes dos diversos pisos do Convento de Santa Clara: planta do pavimento térreo (escala 1/100); planta do 1º andar (escala 1/100); planta do 2º andar (escala 1/100); planta geral (1/500); e planta das sobrelojas (1/100). Desenhadas a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras.



Fig. 4 – Fachada do Convento de Santa Clara (2006)



Fig. 5 – Vista área do Convento de Santa Clara (CMG - 2001)

Em 1588 já a construção da Igreja da Misericórdia se encontrava bastante avançada[44], tendo-se feito em 31 de Março o lançamento da 1ª pedra para a construção do hospital da Misericórdia, na Rua Sapateira.

A partir dos finais do século XVI, a Colegiada constituíra-se como "a primeira força do concelho"[45], ocupando o lugar que fora até aí da corte bragantina. Até finais do século XVII, ela será o pólo dinamizador de Guimarães, mas rapidamente os conventos masculinos[46] e femininos[47] da vila e dos arredores, a Misericórdia e as ordens terceiras competem com a sua "Sé sem bispo"[48]. Nos domínios da arquitetura e das artes decorativas, estas instituições desempenham um papel fundamental. Nesse âmbito, são chamados a Guimarães conceituados artistas, maioritariamente portuenses, barcelenses, bracarenses e do reino da Galiza, com os quais penetraram na vila novos discursos artísticos, com maior ou menor "décalage".

A Colegiada de Guimarães[49] situada em pleno centro histórico de Guimarães, considerado Património Mundial da Humanidade, desde Dezembro de 2001, já no século XVII, inseria-se no centro vital de Guimarães. A igreja e a praça contígua, denominada de Santa Maria, polarizavam os interesses da população urbana. Essa praça era um espaço privilegiado da sociabilidade onde conviviam, lado a lado, o sagrado e do profano. A praça de Santa Maria era palco de cerimónias religiosas, local onde se efectuavam transacções comerciais e se apregoavam as obras camarárias e que, ao mesmo tempo, se apresentava como um centro de decisão política[50].

---

[44] SERRÃO, Vítor - "A arte. Guimarães na diáspora renascentista", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 10.

[45] GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário Artístico Português (Elementos para a sua História) – II. Guimarães.* Porto, Edições Pátria, 1935, p. 8.

[46] Tratam-se dos seguintes: Convento de S. Domingos, S. Francisco, Santo António dos Capuchos e Convento de Santa Marinha da Costa.

[47] A saber: Convento de Santa Clara, de Santa Rosa de Lima, do Carmo e da Madre de Deus.

[48] SERRÃO, Vítor – "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio". In *A Colecção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio. Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1996, p. 93.

[49]Imóvel classificado como Monumento Nacional pelo decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo nº 136, de 23 de Junho de 1910 e Zona Especial de Protecção pelo Diário de Governo nº 94, de 19 de Abril de 1956.

[50] O paço do concelho localizava-se nessa praça.

Nesse recinto convergiam as principais ruas de Guimarães, transformando-se num pólo de interacção de variados eixos viários e organizador do espaço urbano. O padre Torquato Peixoto de Azevedo, nos finais do século XVII, apercebeu-se desse facto quando escreve: "*Para tratar das ruas que tem esta villa dentro dos seus muros, farey de sua praça mayor um tronco de onde nascem os ramos de que todas procedem "*[51]. Referindo-se à igreja, à praça e à rua de Santa Maria, Maria da Conceição Falcão Ferreira afirma: "Desde os primórdios da vila, distinguiu-se um espaço de "elite", ordenador do quotidiano, da paisagem, da vida e da morte – a igreja de Santa Maria, a sua praça e a sua rua"[52]. Num espaço de "elite", dominava uma instituição de "elite": A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira.

Nessa praça, além da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, erguia-se um imóvel do orgulho e do esforço cívico concelhio: o Paço do Concelho e a Casa da Câmara. Os homens do concelho de Guimarães que, nos séculos XIII e XIV, reuniam no claustro da igreja de Santa Maria e no adro das igrejas de São Tiago, São Paio e São Miguel, ou na praça de Santa Maria[53] passam a ter edifício próprio, desde 1384, onde se celebravam as reuniões da vereação[54]. Símbolo material do poder concelhio e da sua capacidade empreendedora, a sua edificação ter-se-á possivelmente iniciado no último quartel do século XIV, embora a sua construção se prolongasse até ao reinado de D. Afonso V, pois nessa época ainda se lançavam fintas para a sua conclusão, isto é, se cobrava o imposto voluntário[55]. O edifício é reconstruído no século XVI e reformado no início do século XVII, através da acção do arquitecto João Lopes de Amorim[56]. Ao longo dos séculos XVII e XVIII é alvo de variadas intervenções de beneficiação.

[51] AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães* (1692), Porto, 1845, p. 312.

[52] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p. 29.

[53] *Idem,ibidem.*, p. 40, nota n.º 60 e p. 62, nota n.º 122.

[54] *Idem,ibidem.*, p.16.

[55] GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães: Guia de Turismo*. Guimarães, 1940, p. 102; OLIVEIRA, António José de - "Paços do Concelho", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, pp. 93-94.

[56] BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1953, pp. 156-157.



Fig. 6 – Litografia do século XIX: Paços do Concelho e Casa da Câmara de Guimarães



Fig. 7 – Paços do Concelho e Casa da Câmara de Guimarães (2007)

Trata-se de um exemplar de arquitetura municipal constituído por um sobrado com planta de forma rectangular. O acesso ao piso superior é feito por uma escada de pedra. O piso térreo é formado por um alpendre sustido por arcadas. No piso superior existem duas salas com tecto de madeira pintado, uma para os serviços camarários e outra, para as reuniões do senado e outras cerimónias[57]. A fachada principal, voltada a sul, tem no piso térreo quatro arcos quebrados e no andar nobre uma varanda apoiada em cachorrada, com cinco portadas e varandas de ferro. As janelas do primeiro piso são encimadas por frontões triangulares, interrompidos por três esferas armilares e por dois escudos. Ao longo da cornija corre uma fiada de ameias e no centro uma escultura em pedra, aí colocada em 1877, proveniente do antigo edifício chamado da Alfândega, de Guimarães, demolido em 1876. Segundo a tradição, mencionada pelo Padre Ferreira Caldas, essa estátua simbolizaria a cidade de Guimarães[58].

Em 1612, o rei mandou a Câmara elaborar o inventário dos bens que lhe pertenciam. Encarregou-se desta tarefa o Licenciado João Nogueira. O resultado desse arrolamento é o Tombo de 1612[59]. Nesse documento são descritas as instalações as instalações do governo municipal, que se repartiam por dois edifícios situados no ângulo norte/poente da Praça Maior (da Oliveira): a Casa da Câmara e o Paço do Concelho[60].

Primeiramente é descrita a Casa da Câmara, sede das reuniões da vereação.
Segundo este relato, era um edifício de cantaria, assente sobre "*dois ou tres*" arcos de pedra. Tinha três janelas voltadas para a praça, "*huma no meio grande com seu peitoril de pedra*"[61] , esta última encimada pelas armas reais. Existiam outras duas janelas: uma voltada para nascente e outra para poente. Estas duas aberturas tinham peitoris de pedra lavrada. Existiam

57 AZEVEDO, António – *Os arcos dos Paços do concelho de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 1959, p.11.

58 CALDAS, Padre António José Ferreira – *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 2ª edição, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996, p.424 (a 1ª edição data de 1881). Em 1965 e 1966, este imóvel sofreu uma intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a nível da reparação de um dos salões do primeiro andar e consolidação do primeiro piso. Igualmente foi efetuada a reparação da fachada, da cobertura, dos soalhos, do interior dos salões e a reconstrução dos arcos do piso térreo. Durante o século XX assumiu diversas funções: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e atualmente Museu de Arte Primitiva Moderna. Classificado como Monumento Nacional pelo decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo nº136 de 23 de Junho de 1910 e Zona Especial de Protecção pelo Diário de Governo N.º 94 de 19 de Abril de 1956.

59 A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 - "Tombo dos bens do concelho". Aberto Vieira Braga transcreve parcialmente este tombo (BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp.275-286).

60 A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4. A descrição da casa da Câmara e do Paço do concelho abrange os fólios 6-6v.

61 A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6.

duas portas: uma para poente, por onde se acedia à casa do Paço do Concelho "*em que se fazem as audiências*"[62]; e outra voltada para sul (Praça Maior) "*com o seu recebimento embaixo com seus peitoris de pedra lavrada com huma escada larga de pedra por onde se sobe pera esta casa do conselho*". A Casa da Câmara tinha, do lado do nascente, uma capela "*metida nas paredes que se fecha com duas portas*"[63], onde se dizia missas nos dias da vereação (quartas-feiras e sábados). Segundo o mesmo testemunho, a estas missas estavam obrigados de mandar dizer e pagar os possuidores do vínculo que instituiu o Doutor Baltazar Vieira, desembargador do Rei[64]. No cadastro deste imóvel, temos a referência às suas dimensões e confrontações, como podemos observar neste elucidativo extracto do tombo de 1612:

"*Tem de largo esta casa do norte ao sul em vão sinco varas e meia he de comprido de nasente ao poente sete varas he mea parte da banda do norte com casas que ora posuie Maria Pereira pescadeira he do sul com a praça publica he do nascente com a rua dos Açoutados he do poente com a casa do paço do conselho*"[65].

[62] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

[63] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6.

[64] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6. A 30 de Janeiro de 1568, o Dr. Baltazar Vieira, do Desembargo d'el Rei D. Sebastião, vincula no seu testamento a sua Quinta da Torre, instituindo-a cabeça de morgadio do Espírito Santo, com obrigação de duas missas por semana na Casa da Câmara, em dias de vereação. Nas colecções do Museu existem duas peças executadas para o altar da capela da Casa da Câmara: uma pintura quinhentista sobre madeira (Pentecostes) (sobre esta pintura veja-se: MARQUES, José - "A Capela e o painel do Espírito Santo da Câmara de Guimarães, de 1569", *in Revista Ciências e Técnicas do Património*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 49-54) e um quadro de madeira policromado (séc. XVIII) com as armas do Dr. Baltazar Vieira.

[65] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

Quadro I

Dimensões da Casa da Câmara segundo o Tombo 1612

Nº sobrados	**Dimensões**		**Área (m^2)**[66]
	(varas) [67]	**Metros**	
1	L = 5,5 varas	6,05 m	49,91m^2
	C = 7,5 varas	8,25 m	Coberta = 99,82m^2

L= Largo

C= comprido

Analisando a sua superfície, verificamos que ocupava uma área que chegaria aproximadamente aos cinquenta metros quadrados (49,91m), 99, 82m, enquanto que a área coberta atingisse os 99, 82m2, pois nos prédios com um sobrado a área coberta é naturalmente uma vez superior. A Casa da Câmara estava orientada para Sul, confrontando com a Praça da Oliveira. Do lado voltado a norte, tinha como limite umas casas pertencentes Maria Pereira, pescadeira. Do lado nascente fazia frente com a rua dos Açoutados e do poente com os Paços do Concelho. Por baixo da Casa da Câmara havia um coberto, pertença do Concelho, em que vendiam *"couves he ortaliça he outras cousas que tem de comprido do nascente ao poente sete varas he do norte ao sul seis varas he parte com as mesmas confrontações da casa da camara*"[68]. Este espaço, em 1735, iria assumir outras funções como veremos mais tarde[69]

A casa do Paço do Concelho era o local onde se realizavam as audiências públicas[70]. Tinha duas janelas de "*seias de pedraria*" voltadas para a Praça da Oliveira e uma outra para o lado do poente também de "*seia de pedraria*". Voltadas para Norte, existiam duas outras janelas "*pequenas a modo de frestas*"[71]. Este imóvel confinava a norte com a praça do Peixe e rossio da igreja de Santiago, a sul com a Praça da Oliveira ("*praça publica"*), a nascente com a Casa da Câmara e do poente com as casas de Leonor das Maçoulas, viúva do Licenciado Gaspar Lopes.

[66] Em segundo lugar colocamos a área coberta, pois podemos concluir que nos edifícios com um sobrado a área coberta é uma superior.

[67] De acordo com A.H. de Oliveira Marques, 1 vara equivale a 1,10 m ("Pesos e medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol.5, Porto, Liv.Figueirinhas, 1985, pp.67-72).

[68] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7.

[69] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23v.

[70] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

[71] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

As suas dimensões eram maiores do que as da Casa da Câmara: cerca de dez metros de largura na fachada voltada para a Praça da Oliveira e quase nove metros de profundidade no sentido norte-sul, com uma área de 87,12m2. "*tem esta casa de comprido em vão nove varas e meia de largo oito varas*"[72].

Quadro II

Dimensões da Casa do Paço do Concelho segundo o Tombo 1612

Nº sobrados	**Dimensões**		**Área (m2)[73]**
	(varas)	**Metros**	
1	L = 9 varas	9,90 m	87,12m^2
	C = 8 varas	8,80 m	Coberta = 174,24m^2

L= Largo

C= comprido

Era constituída por uma única divisão, uma sala dividida a meio por umas grades. Todos os que iam assistir às audiências ficavam do outro lado das grades, na metade da sala virada para a Praça da Oliveira. Deveriam ser para eles os "*assentos de pau com seus encostos lavrados*" que estavam dispostos ao redor das paredes[74]. Ao centro existia uma mesa onde os oficiais de justiça escreviam. Do lado virado a norte, achava-se uma mesa "*em alto em que se sentão os julgadores fazer audiência*". Como não há indicação de portas, podemos levantar a hipótese de que o acesso se faria através da Casa da Câmara e da respetiva escadaria.

Debaixo da Casa do Concelho, o alcaide-mor tinha alguns bancos[75]. É especificado que esse "*chão*"[76] confrontava da banda do norte com a Praça do Peixe e do sul com a praça pública[77]. As dimensões desse espaço são as seguintes:

- do nascente ao poente: 8 varas e 1 palmo (aproximadamente 8,8metros);
- no norte ao sul: 10 varas (11 metros).

[72] "*tem esta casa de comprido em vão nove varas e meia de largo oito varas*"(A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.)

[73] Em segundo lugar colocamos a área coberta, pois podemos concluir que nos edifícios com um sobrado a área coberta é uma superior.

[74] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

[75] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fls.7-7v. No tombo é referido que nessa data, o alcaide-mor se encontrava "*ausente nas partes da India*".

[76] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl7v.

[77] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fls.7-7v.

O tombo dos bens e propriedades foreiras ao Senado da Câmara de Guimarães de 1735[78], revela igualmente outros aspectos relacionados com o conhecimento e reconstituição do espaço interno da Casa da Câmara e da Casa do Paços do Concelho. O estudo comparativo entre os dois tombos permite também constatar a evolução arquitectónica dos espaços em estudo. Estes dois documentos foram redigidos com o intuito do Senado intentar um maior controle de todos os seus bens urbanos e rurais e respectivas rendas.

Segundo o Tombo de 1735, a Casa da Câmara assentava sobre arcos de pedra. Este documento possui variados elementos descritivos da fronteira deste imóvel, voltada para a praça de Nossa Senhora Oliveira, como veremos de seguida[79]. Possuía três janelas de pedra fina encimadas pelas armas reais e de Guimarães. Por cima existiam umas ameias com um sino que servia "*de tanger ao entrar do senado, e das audiencias que se fazem na caza do Paço do Concelho*"[80]. Entre estas ameias encontrava-se um relógio de sol de pedra fina "*bem lavrado*".

Relativamente ao interior da Casa da Câmara, do lado nascente, é mencionado a existência da capela instituída pelo Dr. Baltazar Vieira[81]. Esta capela estava metida nas paredes, fechando-se através de portas. Tal como é referido no tombo de 1612, neste oratório continuavam-se a celebrar missas todas as quartas-feiras e sábados, que eram os dias das reuniões da vereação.

No Tombo de 1735, encontramos algumas referências, à porta de serventia da Casa da Câmara. Esta porta localizava-se no lado norte, dando passagem a um pátio, que através de uma escada de pedra fina lavrada dava acesso à Casa do Concelho[82].

De acordo com o mesmo documento, este imóvel confrontava do nascente com a rua dos Açoutados, do poente com a Casa do Paço do Concelho, do sul com a praça da Oliveira, e do norte com casas que possuía Luzia Fernandes, viúva, padeira, de alcunha a "*Paixoa*"[83].

[78] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6.

[79] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.21v-22.

[80] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.21v. É referido que a casa do Paço do Concelho "*fica conjunta com esta Caza da Camera*"

[81] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22. Segundo o Tombo, nessa data o morgado instituído pelo Dr. Baltazar Vieira pertencia a Gaspar Leite de Azevedo Vieira Vale, fidalgo da Casa de Sua Majestade.

[82] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22v.

[83] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22v.

Neste Tombo são igualmente referenciadas as dimensões da Casa da Câmara, como podemos observar no quadro III:

Quadro III

Dimensões da Casa da Câmara segundo o Tombo 1735

Nº sobrados	**Dimensões**		**Área (m^2)**[84]
	(varas)	**Metros**	
1	L = 9 varas	9,90 m	174,24m^2
	C = 16 varas[85]	17,60 m	Coberta = 348,48m^2

L= Largo

C= comprido

Se efetuarmos a comparação entre as dimensões da Casa da Câmara nos dois tombos, podemos constatar que a largura variou de 5,5 varas (1612) para 9 varas (1735). No que concerne ao comprimento, existe uma variação de apenas meia vara, isto se somarmos o comprimento das fronteiras Casa da Câmara e dos Paços do Concelho que em 1612 surge individualmente, contrariamente ao sucedido em 1735.

Reportando-se à fronteira da Casa do Paço do Concelho, o Tombo de 1735 indica-nos a existência de duas janelas de sacadas com grades de ferro encimadas pelas respetivas ameias, tudo na forma das da Casa da Câmara[86]. Estes elementos decorativos entre os dois edifícios, revelam-nos uma influência formal entre eles. É especificado que a fronteira era toda em pedra fina de cantaria lavrada[87]. Em relação a outras aberturas para o exterior, são referenciados para o lado poente uma janela de peitoril e para a parte do norte dois postigos "*a modo de frestas*"[88].

O interior é também alvo de uma sumária descrição. No meio encontrava-se uma mesa, e ao seu redor os assentos em que os advogados se sentavam[89]. Ao redor das paredes

[84] Em segundo lugar colocamos a área coberta, pois podemos concluir que nos edifícios com um sobrado a área coberta é uma superior.

[85] Nesta medição era também contemplada a fachada dos Paços do Concelho, como nos indica o documento: "*de comprido de nacente a poente entrando tambem a caza do paço do concelho em que se fazem as audiências por ficar no mesmo correr*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22v).

[86] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22v-23.

[87] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23.

[88] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23.

[89] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23.

existiam uns "*assentos de pau"* com seus respectivos encostos lavrados utilizados pelos advogados "*e algumas partes se asentão*" durante as audiências[90]. Esta única divisão era dividida por umas grades para "*a gente não entrar dellas para dentro".* Em relação à existência de outras peças de mobiliário é mencionada uma mesa "*em alto em que se assentão os julgadores a fazer audiência*" para a qual se subia através de dois degraus de "*pau*".

Esta casa dividia-se da do Senado em que se faziam as vereações através de uma parede de alvenaria[91]. A Casa do Paço do Concelho confrontava do nascente com a Casa do Senado, do sul com a praça pública e terreiro de Nossa Senhora da Oliveira, do norte com a Praça de Santiago "*em que antigamente se cortava o peixe*"[92] e do poente com a estalagem de Domingos Leite, estalajadeiro, de alcunha o "Sardão", que "*antigamente forão asougues publicos desta villa*". De largo, este imóvel, tinha 10 varas (11 m) e de comprido 8 varas e 3 quartos. Contrariamente ao sucedido com a Casa da Câmara, as dimensões em 1735, são sensivelmente com as do Tombo anterior.

Debaixo da Casa da Câmara e dos Paços do Concelho, existia um terreiro, pertencente ao Concelho, que servia de praça, na qual se faziam as arrematações de todos os bens que se arrematavam na vila de Guimarães[93]. Este espaço tinha as mesmas confrontações da Casa da Câmara e das audiências. É dito que no Tombo de 1612[94], nesse local, se vendiam as hortaliças.

Quanto à policromia da Casa da Câmara e da Audiência, sabemos que em 1732, as janelas foram pintadas com duas mãos de tinta a óleo fino verde, e pelo interior a vermelho[95]. Nesta empreitada arrematada por Domingos Luís da Silva, pintor, morador na vila de Guimarães, pelo lanço de 8$800 réis, estava incluída a pintura da janela virada para a Praça de Santiago[96]. Como forma de rentabilizar esta obra, as janelas velhas que "*sahiram da caza da*

[90] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23.

[91] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23v.

[92] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23v. Em 1612, esta praça era denominada também por praça do Peixe (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v).

[93] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.23v.

[94] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7.

[95] Atualmente, as janelas estão pintadas a vermelho de ambos os lados.

[96] O pintor lançara o seu lanço a 13 de Fevereiro de 1732 (A.M.A.P., M-1818, Vereações do Senado, Livro nº24, fl.8v). A 4 de Março do mesmo ano, a vereação adjudica a pintura das janelas, que andara "*em pregão a dias a esta parte"* ao referido pintor por não haver quem por menos as pintasse (A.M.A.P., M-1818, Vereações do Senado, Livro nº24, fl.10v).

camara e audiência" foram arrematadas pela quantia de 2$400 réis, a Francisco da Rocha, da rua Nova[97].

Por baixo da casa de Leonor de Maçoulas, viúva do licenciado Gaspar Lopes, que confrontava a poente com a Casa do Paço do Concelho[98], localizava-se a casa dos açougues públicos de Guimarães. No Tombo de 1612 é ainda especificado que os açougues estavam "*logo em descendo das escadas da casa da camara do conselho pera a banda o poente*"[99]. Nesta casa encontravam-se "*alguns talhos em que se corta a carne*"[100] com grades de pau para a banda do norte. No seu interior, existiam duas cadeiras de estado "*de pau*", nas quais se sentavam os almotacés, para repartirem a carne. Todos aqueles que iam comprar carne, ficavam da parte de fora das grades, do lado do norte, concentradas em cobertos aí existentes. Este edifício possuía as seguintes dimensões:

Quadro IV

Dimensões da Casa dos açougues segundo o Tombo 1612

Dimensões		**Área (m^2)**
(varas)	**Metros**	
L[101] = 9,5 varas	10,45 m	86,2 m^2
C[102] = 7,5 varas	8,25 m	

L= Largo

C= comprido

Quanto às delimitações desta casa, é referido que a norte, confrontava com o rossio da Igreja de São Tiago, a sul com a casa de Leonor de Maçoulas, a nascente encontravam-se os cobertos da praça do pão, e do poente com as casas que possuía Francisco Gomes.

[97] A.M.A.P., M-1818, Vereações do Senado, Livro nº24, fl.12v, de 18 de Março de 1732. Não conhecemos até ao momento o carpinteiro responsável pela feitura das novas janelas.

[98] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 6v.

[99] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7.

[100] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7.

[101] No manuscrito é dito: "*de comprido do nascente ao poente em vão nove varas he mea*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7).

[102] O mesmo documento refere em relação à largura: "*de largo do norte ao sul em vão sete varas he mea*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 7).

Segundo o tombo de 1735, temos conhecimento que a casa dos Açougues, na qual vários marchantes cortavam as carnes passou a estar encostada "*nos muros da villa junto a torre da Porta de São Payo*"[103]. O mesmo documento dá-nos mais alguns elementos descritivos como podemos ver:

" *com suas grades de pau e seus cubertos de fora das ditas grades donde esta o povo que vay tomar a carne e o repezador que a repeza ao povo que a vai tomar, e dous talhos em que se corta o carneiro cujas cazas dos asougues e cubertos são do segnado (...)*".

No tombo de 1612[104], o adro da igreja de Santiago passou a integrar o rol dos bens municipais, assumindo a função de rossio da vila, para servir a praça do peixe. Este rossio incluía o chão da igreja de Santiago, com o seu respectivo alpendre e as boticas do peixe que eram foreiras à referida igreja.

Segundo o tombo, passando este rossio para "uzo do povo", não se poderia se "*tapar nem enterrar defuntos como dantes de fazia pera que assim fique mais livre*"[105].

A medição deste rossio foi efectuada a 28 de Junho de 1612, estando presente o Reverendo Doutor Sebastião Vaz Golias, mestre-escola da Colegiada, e abade da igreja de Santiago, "*sita na praça do Peixe*", e o licenciado João Nogueira, juiz do tombo.

Segundo a medição que então foi feita, a praça, com a forma de um polígono irregular com quatro lados, ocuparia um espaço inferior do que o actual: do lado Sul, de Nascente a Poente, media 30 varas (33 metros) e, do lado Norte, de Nascente a Poente, tinha uma frente mais extensa, com 34 varas (37,4 metros); da banda do Nascente, do Norte ao Sul, tinha 30 varas (33 metros), e pelo "*meio do Norte ao Sul*" 26 varas (28,6 metros); da banda do Poente, do norte ao sul 17 varas (18,7 metros) "*pellas costas da igreja de Samtiago*". A igreja de S. Tiago ficava no interior destes limites. Finalizada esta medição, o mestre-escola afirmava:

[103] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.27. Julgamos que na reconstrução da planta de Guimarães do século XVII, da autoria de Mário Cardoso, trata-se da rua dos Açougues (cf. A Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso, reproduzida em CARDOSO, Mário – "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1922, pp.420- 421).

[104] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fls.11-11v. Este item está referenciado com o seguinte título: "*Titollo do recio da praça do Peixe que foi o adro de São Tiago que agora fica pera o recio desta villa he he terra de Samtiago sagrada*".

[105] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.11.

"que era contente que as pessoas viessem de fora vender suas mercadorias a esta villa os posão vender no dito recio livremente he ter seus bancos em que posão vender sem por isso elle nem seus subcessores lhe levasse algum interesse por assi lhe aprazer he ser serviço de Deos e bem do povo (...)"[106].

Este rossio confrontava, do lado sul, com a casa das Audiências e com a rua pública; da parte do Norte, com a rua pública; do Nascente e do poente com a rua pública, "*de maneira que todo este rocio em roda comfronta com as ruas publicas*"[107].

Na praça havia um banco para venda de peixe, "*defronte da porta travessa da igreja de S. Tiago junto ao pilar dos arcos dos açougues*"[108].

Note-se que os incêndios, muito usuais nos centros urbanos na época, eram uma das principais causas da ruína de muitos prédios[109]. Dentro da malha urbana vimaranense existia em 1612, um caso documentado de um chão, o que pode indiciar que nem em todo o espaço urbano os bens do concelho estavam construídos e em bom estado de conservação. Tratam-se de uns cobertos situados na Praça da Oliveira entre as rua dos Açoutados e de Santa Maria, na altura do Tombo "*esta somente o chão por ardere com as casas que se chamavão alfandegas"*[110]. Estes cobertos confrontavam do norte com casas de Dona Mecia, e das restantes partes com a praça da Oliveira, ruas de Santa Maria e dos Açoutados.

[106] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.11v.

[107] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.11v.

[108] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.11v.

[109] Em 1448, temos referência a uma pedaço de chão na rua Sapateira, que ardera, cuja propriedade estava repartida por três confrarias. Dado que este terreno se localizava numa rua privilegiada do burgo vimaranense, as três instituições de assistência detentoras - a Confraria do Serviço, a Confraria dos Sapateiros e a Confraria de S. Francisco -, vão realizar um aforamento a Álvaro Gomes e a Leonor Gil sob a condição de que refaçam o seu quinhão de chão (A.M.A.P., A-2-3-39, doc.nº272, fls. 16v-17, documento referido por OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*…, p. 126).

[110] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 – "Tombo dos bens do concelho", fl.10v.

Quadro V
Dimensões dos Cobertos da Praça da Oliveira segundo o Tombo 1612

Dimensões		Área (m^2)
(varas)	**Metros**	
L[111] = 3 varas	3,3 m	47,19 m^2
C[112] = 13 varas	14,3 m	

L= Largo

C= comprido

Como muitas das casas se encontravam em situação de ruína era natural que a preocupação dos seus proprietários fosse a sua reconstrução e a feitura de todas as melhorias que fossem consideradas necessárias. Era uma forma de as manterem em relativo bom estado. Na rua do Cano, em S. Pedro de Azurém, uma freguesia contigua à vila de Guimarães, sabemos que em 1767, por exemplo, existiam umas casas pertencentes ao ourives Manuel José da Costa, que se se encontravam "*aruynadas e danificadas e carecerem de redificacam*"[113]. O ourives contrata os mestres pedreiros Amaro Farto e Miguel Pinto, para a sua reconstrução pela quantia de 115$000 réis. O estado de ruína das casas era tal que os mestres pedreiros previamente as examinaram para elaborar os respectivos apontamentos.

Através de um requerimento do Doutor Procurador do Concelho e respectivo despacho exarado pelo Senado em 1767[114], temos igualmente notícia de uma morada de casas de pedra casa, na rua do Espírito Santo, também denominada rua da Cadeia que ameaçava ruína grave. Segundo o requerente, o grau de degradação era tal, por estarem arruinadas, que este advertia para os seguintes perigos:

"*cahindo a dita fronteira no que nam só cauzaria prejuizo ao povo que pella dita rua pasar mas ahinda cahindo as cazas fronteiras e das bandas".*

[111] No manuscrito é dito: "*tem de comprido de nasente ao poente treze varas*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 10v).

[112] O mesmo documento refere em relação à largura: "*he do norte ao sul de largo tres varas*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 10v).

[113] "*Obrigaçam de obra dos mestres pedreiros Amaro Farto e Miguel Pinto desta villa"*. A.M.A.P., nota do tabelião Domingos Fernandes Rocha, N-929, fls.21-22, de 5 de Abril de 1767.

[114] A.M.A.P., M-1824, Vereação da Câmara, livro nº30, fls.89v-90, de 4 de Abril de 1767.

Deste modo, no requerimento é exposto que se devia evitar tais consequências que poderiam advir da derrocada da fronteira, à população e às restantes casas próximas. Como plano de acção, o requerente requeria que o Senado o proprietário da casa as reedificasse de modo " *que quem passar pella dita rua e vizinhança estivessem libres de susto*"[115]. Perante o exposto, os senadores mandaram vir à Câmara Vicente Carvalho e Domingos de Passos, mestres pedreiros, para que estes efetuassem examinassem, no local, o estado de conservação da casa. Perante o juramento dos Santos Evangelhos, os mestres pedreiros dão o seguinte parecer, que corrobora o requerimento:

"*as ditas cazas se achavão toda e muita aruindas e a fronteira a cahir (...) grande ruina e perigo a quem passasse pela dita rua e vizinhaça das ditas cazas*".

Exposto o requerimento e a peritagem dos mestres pedreiros, o Senado exara um despacho favorável, notificando os possuidores das casas para que num prazo de três dias dessem início à reedificação da dita parede.

No que concerne à existência de latrinas, temos em 1612 referência à existência da casa que servia de privada pública da vila, no Campo da Feira, arrabaldes de Guimarães[116]. Na única descrição que possuímos, até ao momento, desta estrutura sanitária, sabemos que era uma casa de pedra e telhada, constituída por um sobrado. Por debaixo da privada, passava a água que sobejava do tanque da praça, que permitia a lavagem da mesma. Sabemos que confrontava do Norte, com o rocio público da vila; do Sul, com o quintal de Brás de Meira Peixoto; do Nascente com os palheiros de Damião de Miranda; e do Poente com casas que tinham pertencido a Maria Gonçalves, defunta. Quanto às suas dimensões sabemos que são as seguintes:

[115] A.M.A.P., M-1824, Vereação da Câmara, livro nº30, fls.89v-90.

[116] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 - "Tombo dos bens do concelho", fls.62-62v. Este item está referenciado com o seguinte título: "*Titollo da casa que serve de privada publica da villa".*

Quadro VI

Dimensões Casa da Privada Pública segundo o Tombo 1612

Dimensões		**Área (m^2)**
(varas)	**Metros**	
L= [117] 2,5 varas	2,75 m	34,78 m^2
C[118] = 11,5 varas	12,65 m	

L= Largo

C= comprido

Melhora-se o abastecimento de água construindo novas canalizações. O Campo do Toural é melhorado e decorado em 1585, com uma fonte de três taças, obra executada pelo mestre de pedraria Gonçalo Lopes, em 1583[119]. Pelos sobejos da água deste chafariz, João Lopes, mestre de pedraria, morador na vila de Guimarães, apresenta ao Licenciado João Nogueira, juiz do tombo de 1612, em nome de sua cunhada Francisca Barbosa, viúva de Pedro Alonso de Amorim, um prazo feito a 14 de Novembro de 1601. Neste emprazamento em três vidas, os oficiais da Câmara emprazaram os sobejos da água dos chafarizes do Toural, a Pedro Alonso Amorim, com o foro anual de 850 reais[120].

No tombo de 1735, possuímos uma descrição mais pormenorizada deste chafariz, como podemos observar:

"*Item mais este segnado o chafaris do Toural com seus asentos a roda de pedra fina lavrada e he senhor da agoa que delle escorre e a tras emprazada a erdeiros de Francisco Fernandes boticário da Povoa de Lanhozo e vay pera as ortas e terras que tem em rua Caldeiroa alem das mais fontes e tanques que tem por toda esta villa e seus arrabaldes (…)*"[121].

[117] O mesmo documento refere em relação à largura: "*norte ao sul duas varas e mea*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 62v).

[118] No manuscrito é dito: "*nascente ao poente onze varas e mea*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 62v).

[119] MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, pp. 8-9.

[120] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 - "Tombo dos bens do concelho", fls.49.

[121] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6 – "Tombo dos bens e propriedades foreiras ao Senado da Camara de Guimarães", fl.27v.



Fig. 8 – Antigo chafariz do Toural, actualmente no Largo do Carmo (2008)

Nas proximidades da privada, na torre do Campo da Feira, existia uma esterqueira e dois pombais, que possuía João de Sousa Alcoforado, fidalgo da Casa de Sua Majestade, por prazo feito a 3 de Outubro de 1552, pelo avô da sua mulher, o qual pagava ao Senado anualmente 50 réis[122]. Os pombais estavam no meio da torre: um a norte, e outro a sul. Segundo o relato, do tombo de 1612, a esterqueira, possivelmente, uma estrutura de apoio aos pombais, recolhendo a imundice proveniente dos pombos, possuía as seguintes confrontações:

"*a dita estriqueira vem da torre ate o palheiro de Isabel Vieira da Cruz que tem do norte ao sul onze varas e duas terças e do nascente ao poente ate entestar no muro dez varas parte da banda do norte com a torre e do sul com o dito palheiro de Isabel Vieira e do nascente com a rua publica e do poente com o muro"* [123].

[122] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 – "Tombo dos bens do concelho", fl.61v.

[123] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 – "Tombo dos bens do concelho", fl.61v.

Além destes pombais, no tombo são arrolados uns cobertos que estavam dentro da Torre do Campo da Feira, da banda do sul, pertencentes à Câmara[124]. Estes cobertos estavam apoiados em pilares, tendo por cima o seu sobrado, que continha uma capela. Nesse pequeno templo existia um altar com uma imagem de Nossa Senhora, no qual se celebrava missa. O chão deste coberto possuía as seguintes dimensões:

Quadro VII

Dimensões dos Cobertos da Torre do Campo da Feira segundo o Tombo 1612

Dimensões		**Área (m^2)**
(varas)	**Metros**	
L[125] = 2 varas	2,2 m	13,31 m^2
C [126] = 5,5 varas	6,05 m	

L= Largo

C= comprido

Esta torre trata-se da denominada Torre da Senhora da Guia, vulgarmente conhecida na época por Torre do Campo da Feira[127], é a mesma referenciada por exemplo, em 1698 e em 1706, respectivamente pelo Padre Torcado Peixoto[128] e por António Carvalho da Costa[129]. Um dado importante, que podemos extrapolar do quadro VII, é este indicar-nos não tão-somente as dimensões dos cobertos, mas igualmente as dimensões aproximadas da Torre do Campo da Feira.

Relativamente à Torre da Porta da Vila de São Domingos, o Tombo de 1612, fornece-nos informes da existência de duas boticas no seu interior[130].

---

[124] Este item é arrolado sob este título: "*Titollo de huns cobertos que estão dentro da Torre do Campo da Feira debaixo da capella que ahi esta*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4 – "Tombo dos bens do concelho", fl.15v).

[125] O mesmo documento refere em relação à largura: "*he do norte ao sul de largo duas varas parte de todas as partes com a dita torre dentro da qual fica*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 15v).

[126] No que concerne ao comprimento é dito: "*se medio o chão delle e tem de nascente ao poente sinco varas he mea de comprido"* (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 15v).

[127]COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 53.

[128]AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, Porto, 1845, p. 317.

[129]COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, p. 53.

[130] Este item é designado de "*Titollo de duas boticas que estão dentro da torre de São Domingos debaixo da capella que ora pesue Antonio Gonçallves e sua molher*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.28v).

Estas boticas tinham sido emprazadas a Damião Gonçalves, tendeiro, em três vidas, a 22 de Março de 1597[131]. Na altura do arrolamento dos bens do Senado no Tombo, estas boticas iam na segunda vida: na sua filha casada com António Gonçalves. Na descrição e medição destas boticas, temos conhecimento, tal como sucedia com a Torre do Campo da Feira, o primeiro sobrado era ocupado por uma capela. Neste caso, trata-se da capela de Nossa Senhora da Misericórdia. As boticas encontravam-se debaixo da capela, confrontando de todas as partes com a torre. Vejamos os pormenores descritivos:

"*Jtem debaixo da capella de Nossa Senhora da Misericordia que esta dentro da Torre da Porta da Villa de São Domingos estão duas boticas que tem hum a porta a banda do norte he outra pera a banda do sul aonde tem mais outra porta mais pequena com huma escada por onde se servem pera a dita capella"* [132]

Quadro VIII

Dimensões das boticas da Torre da Porta da Vila de São Domingos segundo o Tombo 1612

Dimensões		**Área (m^2)**
(varas)	**Metros**	
L[133] = 2 varas e 2 terças	? m	? m^2
C[134] = 7 varas e 2 palmos	6,05 m	

L= Largo

C= comprido

[131] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.28v.

[132] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl.29.

[133] No manuscrito é dito: "*de largo de nasente ao poente duas varas he duas terças*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 29).

[134] O mesmo documento refere em relação ao comprimento: "*de comprido do norte ao sul sete varas he dous palmos*" (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4, fl. 29).

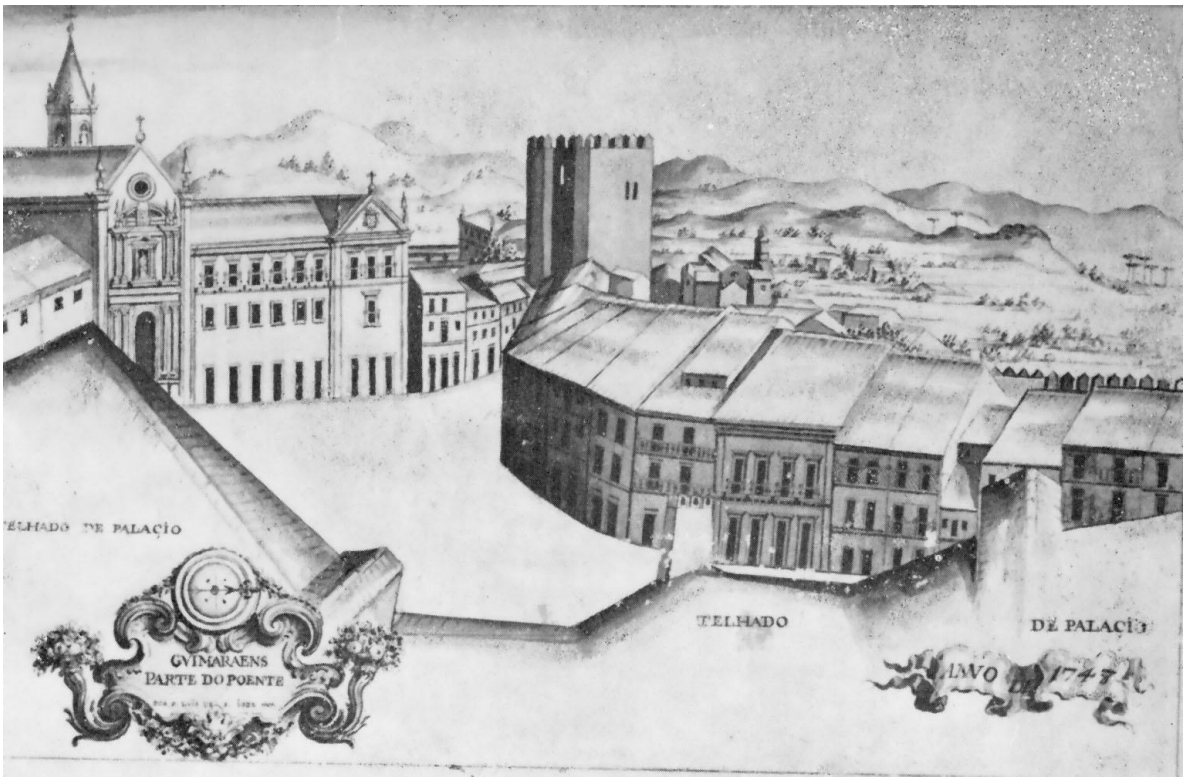


Fig. 9 – Imagem do telhado do Palácio dos Coutos, onde podemos observar a Igreja da Santa Casa da Misericórdia e a Torre da Porta da Vila de São Domingos (1748)

Através destes dois exemplos, relativos às Torres da muralha podemos constatar que estas tinham uma utilização muito diversa da original.

Oito portas, e oito torres, definiam um amuralhamento da vila de Guimarães relativamente extenso[135], que se desenvolvia ao longo de três freguesias. Recorrendo às descrições de monografos de finais do século[136] e do início da centúria seguinte[137], podemos apontar as seguintes torres que existiam:

- Torre da Freiria ou de Santa Cruz.
- Torre dos Cães;
- Torre da Senhora da Guia ou do Campo da Feira;
- Torre Velha;
- Torre da Alfândega;

[135] O Doutor João de Barros descreve a muralha e as torres de Guimarães como sendo "(…) singular muro e as torres são as mais fermosas e altas que em Espanha pode aver (…)" (BARROS, João de – *Geografia d' Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1919.

[136] AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, pp. 316-318.

[137] COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, pp. 52-54.

- Torre de S. Domingos;
- Torre da Senhora da Graça;
- Torre de Garrida ou de Santo António;

Convém salientar que, que nem a todas estas torres, correspondia necessariamente uma porta. È o caso, da Torre da Alfandega[138]. E o inverso sucedia igualmente. Temos um caso de uma porta ou postigo, denominado de Porta Nova ou de S. Paio que não era protegido por qualquer torre. Esta abertura o pano das muralhas possibilitava a serventia ao terreiro de S. Paio, no qual estava situada a igreja paroquial do mesmo nome[139].

Grande parte do perímetro amuralhado foi sacrificado, nos séculos XIX e XX, mas conservam-se ainda alguns troços bastante relevantes. Um deles, o mais extenso, corre ao longo da actual Avenida Alberto Sampaio, constituindo, desta forma, uma massa pétrea de inegável impacto urbanístico na Guimarães contemporânea[140].

[138]Segundo o Padre Torcato Azevedo: "(…) é a torre velha toda fechada sem porta" (AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, pp. 317)

[139] COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, p.54.

[140] Mesmo nesta artéria, a muralha foi desviada da sua primitiva direcção, bem como ficou "soterrada parte da muralha junto à base, e consequentemente diminuída a sua altura aparente", que teria "cerca de 9 metros, e hoje, em sítios, não nos mostra mais que 5 ou 6 metros" (CARDOSO, Mário – "A propósito das antigas muralhas de Guimarães", in Revista de Guimarães, vol.67, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1957, p.208). Neste artigo, Mário Cardoso publica em primeira mão dois desenhos que datou como sendo de fins do século XVIII, e inícios do século XIX, que nos igualmente reproduzimos. Segundo o autor, estes desenhos, constituem a documentação topográfica do requerimento feito à Câmara por Cristovão Francisco Barroso pedindo licença para a edificação de uma morada de casas num terreno aforado pela Câmara. Localizado nas traseiras da Capela da Senhora da Guia, encostado à muralha.



Fig 1 — *Desenho de começos do séc. XIX, mostrando o antigo aspecto da actual rua do Dr. Alberto Sampaio*

Legenda :

Esta rua tem de comprim^to athe aquina da Capela 117 varas Contando da torre athe ad^a capela, tem delargura 20, na sua entrada. Tem o muro deAltura 8 varas, e em partes mais Para milhor mostrar-mos OsSitios Conhecerémos pellos numaros

N. 1 Paseijo que vaj athe as olivejras. ——— N. 2 Fonte chamada da dabarrela. ———

N. 3 entrada da calssada que vaj p^a S^to Crus / p^r outro modo / A Torre dos Caens. ———

——— N. 4 Caminho p^a oLugar da Pupa. ——— N. 5 Caminho q̃ vaj p^a oLugar das Ortas.

——— N. 6 entrada p^a o Campo da Fejra. ——— N. 7 capela da Snr^a da Guia. ——— N. 8

Lugar, eSitio que aCamara desta Villa afurou a christovão Fr^co Barrozo p^a aedificaõ *(sic)* das suas novas Cazas, Cujo terreno semostra pella Linha oculta *(linha ponteada)* q̃ va apontada de vermelho Cuja terra fica pella parte detras da Capella.

Fig. 10 – Desenho de inícios do século XIX (extraído de CARDOSO, Mário – "A propósito das antigas muralhas de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol.67, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1957)

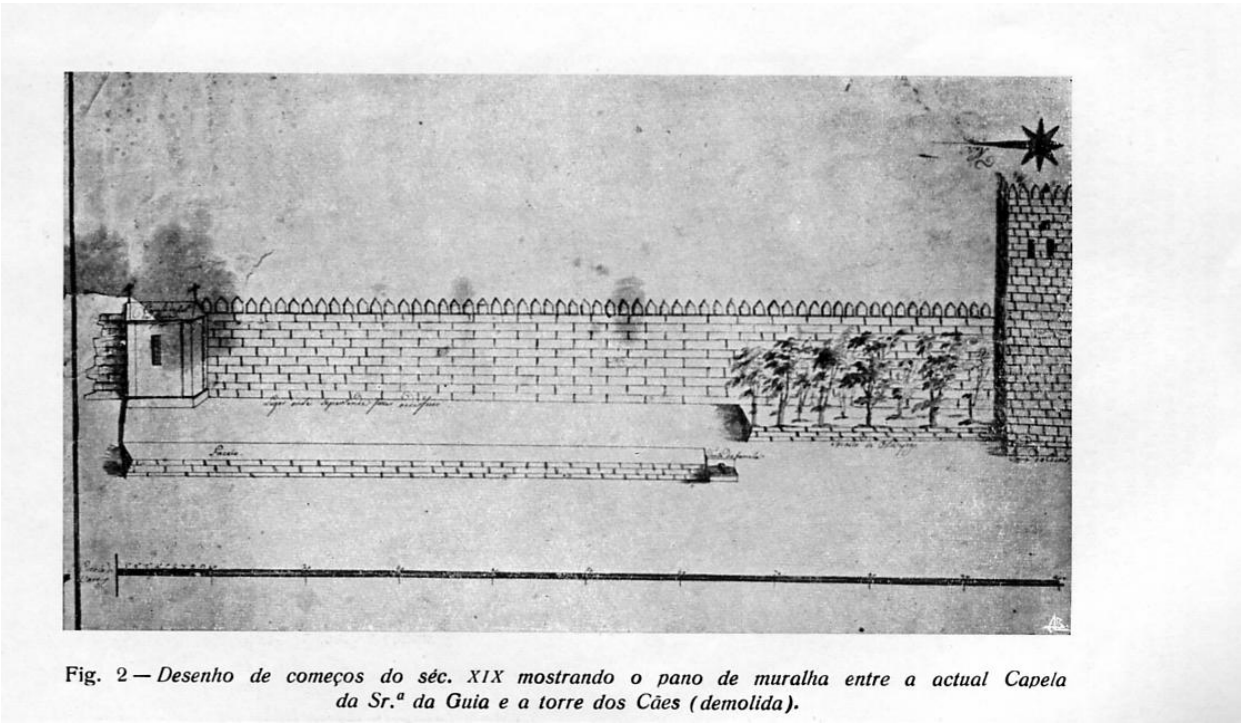


Fig. 2 — *Desenho de começos do séc. XIX mostrando o pano de muralha entre a actual Capela da Sr.ª da Guia e a torre dos Cães (demolida).*

Fig. 11 – Desenho de inícios do século XIX (extraído de CARDOSO, Mário – *obra cit.*)

O segundo está associado à Torre da Alfândega, a principal referência do sector meridional das muralhas, e o elemento militar que mais afastado estava do castelo, facto ainda claramente demonstrado pela sua parcial conservação, em planta e em altura. Outros vestígios existem ainda que testemunham o traçado das muralhas de Guimarães, como os dois arranques que se ligam ao castelo, bem como os que podemos encontrar no interior de algumas casas.



Fig. 12 – Vestígio da muralha no interior de um imóvel no Largo da Condessa do Juncal (2009)



Fig. 13 – Vestígio da muralha no interior de um imóvel no Largo da Condessa do Juncal (2009)

Mas onde o perímetro está manifestamente comprovado é na organização das vias, na disposição dos edifícios do centro histórico e nos espaços públicos, rasgados nos séculos XIX e XX, que rodeiam o núcleo principal de Guimarães. Uma breve análise a uma das recentes vistas aéreas da cidade demonstra cabalmente esta situação: ainda que grande parte das muralhas tenham desaparecido, o seu perímetro é uma evidência.



Fig. 14 – Vista área do centro Histórico de Guimarães (CMG - 2001)

É na parte sul, da vila de Guimarães, que encontramos uma maior concentração de portas. Tal situação explica-se pelo facto de, ser nessa zona que o movimento de pessoas e mercadorias era mais intenso. Logo, aí teria de haver um maior número de portas que permitissem o normal escoamento de produtos. É precisamente, na zona meridional da vila, que existiam as principais eixos viários que desembocavam nas portas, funcionando como um local de passagem a todos aqueles que se dirigiam à cidade do Porto e Braga, ou dessas cidades vinham com destino à zona intramuros da vila de Guimarães.

Como as muralhas, no século XVIII já tinham há muito perdido a sua função militar e política, assumiam uma nova vertente lúdica, como podemos observar neste singular relato de 1735:

"*grande regallia de todos os moradores e povo desta villa, o sahir pellas murallas della andando por sima de todas ellas excepto aquelle lemite da porta da Torre do Campo da Feira athe o postigo de Santa Cruz pella razão de se achar ocupado pellas rellegiozas de Santa Clara desta villa e caza do Priorado da Collegiada della e porta da mais parte sahião os moradores desta dita villa thomar o sol e espalhar a vista pera cujo effeito tinham serventia por escadas pera subir as ditas muralhas sem empedimento algum por muitas partes como se estava vendo da rua ou viella da rua do Gado athe a Porta de Santo António que estavão athe o prezente sem empedimento algum (...)*[141]".

Esta reutilização das muralhas permitiu que nestes espaços abertos utilizáveis a comunidade vimaranense aí afluísse com um intuito recreativo. Com esse afluxo, a população de Guimarães acostumada ao ar livre, obtinha uma diferente representação da imagem urbana da sua vila.

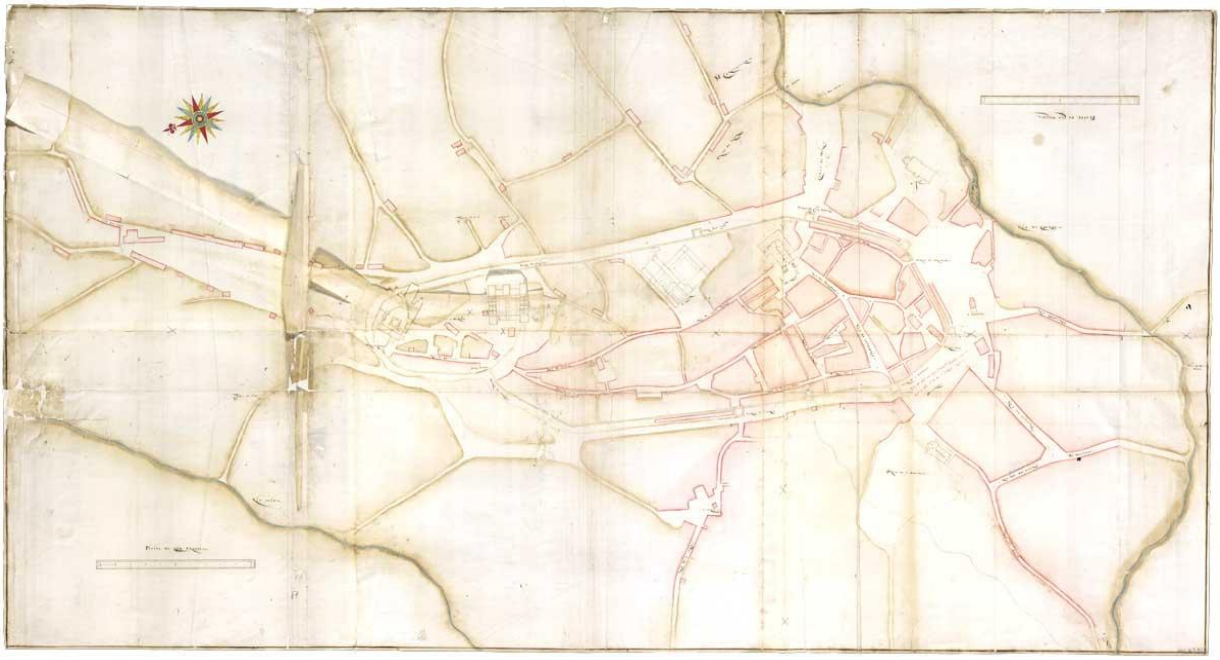


Fig. 15 – Planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

[141] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fls.18v "Tombo dos bens e propriedades foreiras ao Senado da Camara de Guimarães".

1.1.3 A dinâmica social

Nos séculos XVII e XVIII, Guimarães lidera no Vale do Ave. É o centro mais desenvolvido e o mais populoso, comparativamente aos restantes concelhos limítrofes. Maria Norberta Amorim conclui que no início do século XVIII, a população urbana de Guimarães rondaria os 7852 habitantes[142]. Abrangendo um total de 103 freguesias[143], número que variou ao longo dos tempos, mas sem resultados significativos[144]. Guimarães era sede de comarca, estando sob o domínio directo da Coroa, enviando procurador às Cortes[145]. A comarca era constituída por quatro vilas, vinte concelhos, quatorze coutos e três honras[146].

[142]AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *Guimarães 1580-1819: Estudo Demográfico,* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 476-477. Acerca de dados demográficos da vila e do termo de Guimarães, para os séculos XVII e XVIII, veja-se: COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, pp.105-114; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, pp. 135, 149, 153 e 177; FREIRE, António de Oliveira – *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, pp. 26-27; CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de Braga de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, Barbosa & Xavier, 2003; BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, p.14; BRANCO, Fernando Castelo – "Guimarães nos meados do século XVIII", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.3, Guimarães, 1981, pp. 251; COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 19-21.

[143] Número indicado nas Memórias Paroquiais de 1758, transcritas na íntegra por José Viriato Capela (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 363). Em 1979, Fernando Castelo Branco apresentava uma comunicação que tinha como base este importante fundo documental existente no A.N.T.T (BRANCO, Fernando Castelo – *obra cit.*, pp. 247-256). Neste mesmo Congresso, Maria Clara Pereira da Costa transcrevia em apêndice as seguintes freguesias, então pertencentes a Guimarães: de Nossa Senhora da Oliveira; São Salvador de Briteiros, São Pedro de Cercedelo, Abação e São João das Caldas (COSTA, Maria Clara Pereira da – *obra cit.*, pp. 387-436).

[144] Através das reformas administrativas do século XIX, o concelho de Guimarães irá anexar a freguesia de Santa Cristina de Serzedelo, então pertencente ao concelho de Barcelos. Por seu turno, algumas das suas freguesias então de Guimarães irão ser deslocados para os concelhos de Fafe e de Póvoa de Lanhoso. Com a criação do concelho de Vizela, a 19 de Março de 1998, as freguesias de Infias, São Paio de Vizela, São Miguel de Vizela, e São João de Vizela foram desanexadas ao concelho de Guimarães. Em 2001 é criada a freguesia de Santa Maria de Corvite que resulta do desmembramento da freguesia vizinha de São João de Ponte. Atualmente, o concelho de Guimarães é constituído por 69 freguesias.

[145] FREIRE, António de Oliveira – *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, p. 24.

[146]*Idem, ibidem.*, p. 26. Francisco Craesbeeck difere apenas no número de coutos afirmando que eram 16 (CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, pp. 13-14). Segundo José Viriato Capela, em 1800, era constituída por 245 freguesias (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p.592).

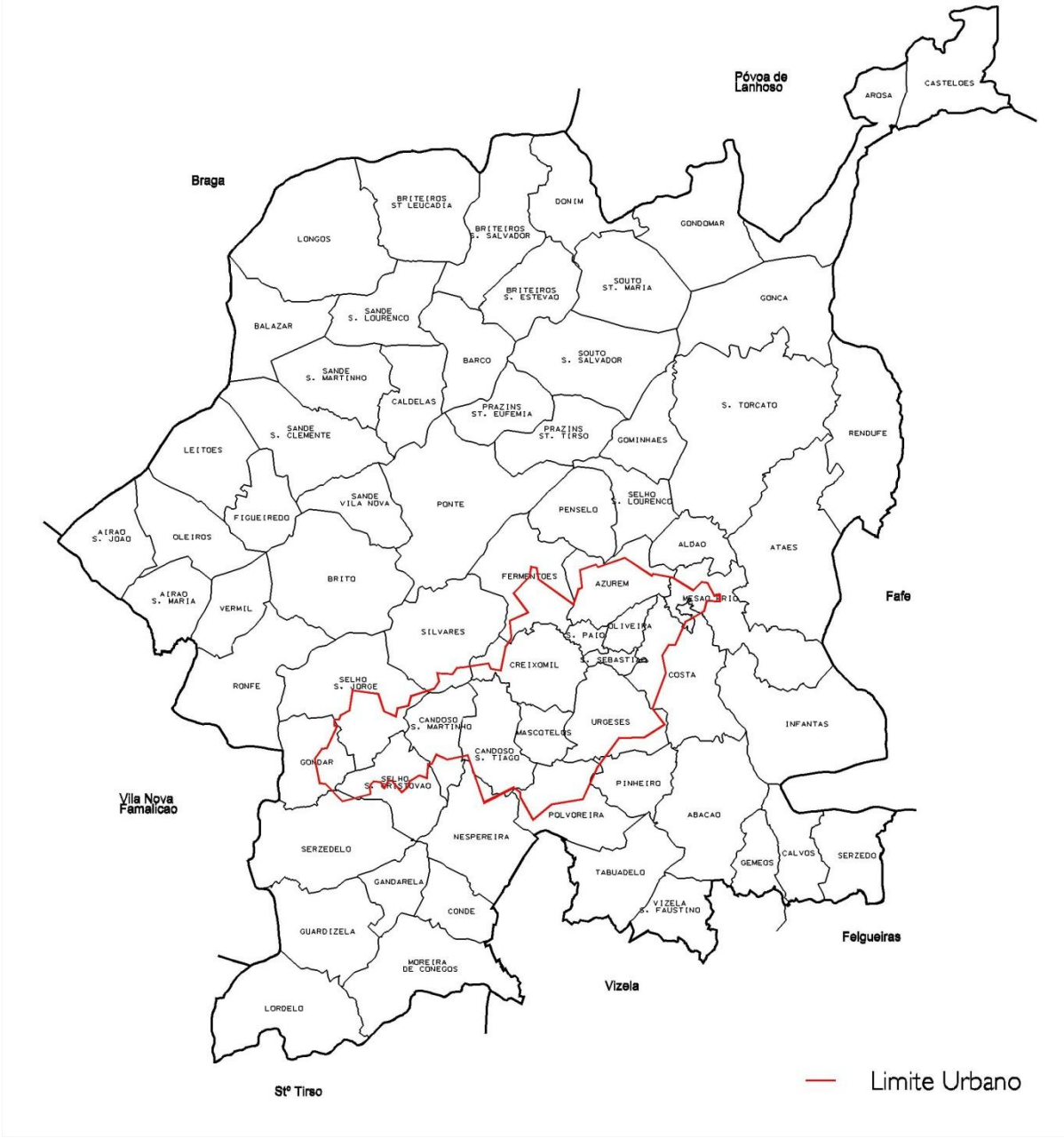


Fig. 16 - Atual concelho de Guimarães e seus limites urbanos (C.M.G. 2011)

A vila de Guimarães nos séculos XVII e XVIII era então constituída por quatro freguesias[147]: Nossa Senhora da Oliveira[148], São Sebastião[149], São Miguel do Castelo[150] e São

[147] FREIRE, António de Oliveira – *obra cit.*, p.24.

[148] Veja-se a resposta aos itens do Inquérito de 1758, para redacção das Memórias Paroquiais, desta freguesia (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, pp.353-355).

[149] Veja-se a resposta aos itens do Inquérito de 1758, para redacção das Memórias Paroquiais, desta freguesia (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, pp.365-368).

Paio[151]. Segundo Maria Norberta Amorim[152], nessa época, o povoamento urbano de Guimarães alargava-se a alguns setores da freguesia de São Pedro de Azurém, nomeadamente o norte da rua de Santa Luzia, as cercanias da Porta da Garrida e a rua do Cano de Baixo; e na freguesia de São Miguel de Creixomil, através da rua da Cruz de Pedra, de São Lazáro ou Trás-Gaia.



Fig.17 – Carta militar de Guimarães e freguesias vizinhas (Serviços Cartográficos do Exército, Escala 1/25 000, Continente (Série M888)

[150] Veja-se a resposta aos itens do Inquérito de 1758, para redacção das Memórias Paroquiais, desta freguesia (*idem, ibidem,* pp.333-335).

[151] Veja-se a resposta aos itens do Inquérito de 1758, para redacção das Memórias Paroquiais, desta freguesia (*idem, ibidem* pp.363-365).

[152] AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *obra cit.,* p.33.

O concelho apresenta uma grande unidade geográfica, que é conferida pela bacia hidrográfica do rio Ave, e seus afluentes Selho e Vizela[153]. O povoamento urbano de Guimarães desenvolve-se a Norte, pelo regato de Santa Luzia; a Sul, o regato da Costa; a Sudoeste, o ribeiro de Couros, formado pela confluência dos anteriores[154]. Trata-se de uma região com solos férteis e de clima ameno[155] que lhe possibilitava uma grande dinâmica territorial e populacional. João de Barros, cronista e historiador, contemporâneo de D. Manuel I, autor da Geografia de Entre Douro e Minho reafirma as riquezas naturais da vila de Guimarães: " A Villa he das quatro melhores do Reino (…). Tem ao Redor muitas fontes, agoas, hortas, pomares, Soutos, devezas e todo o genero de frutas "[156].

[153] Já na primeira metade do século XVIII, chamava-se a atenção da importância destes cursos de água para a fertilização dos solos desta região (FREIRE, António de Oliveira – *obra cit.*, p. 24). O Padre Torquato Azevedo descreve estes três cursos de água (*obra cit.*, pp.495-499).

[154]LARA, António de Sousa – "Análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 3, Guimarães, 1981, p.107; AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *obra cit.*, p.29; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p. 9, nota 18.

[155] Sobre o enquadramento climático do Vale do Ave, vide: GONÇALVES, António José Bento; COSTA, Francisco da Silva – "O Vale do Ave: sua geografia, in *Rota do Património Industrial do Vale do Ave: um passado com futuro*", coord. por José Amado Mendes e por Isabel Maria Fernandes, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, 2002.

[156] BARROS, João de – *obra cit.*, pp. 70-71.

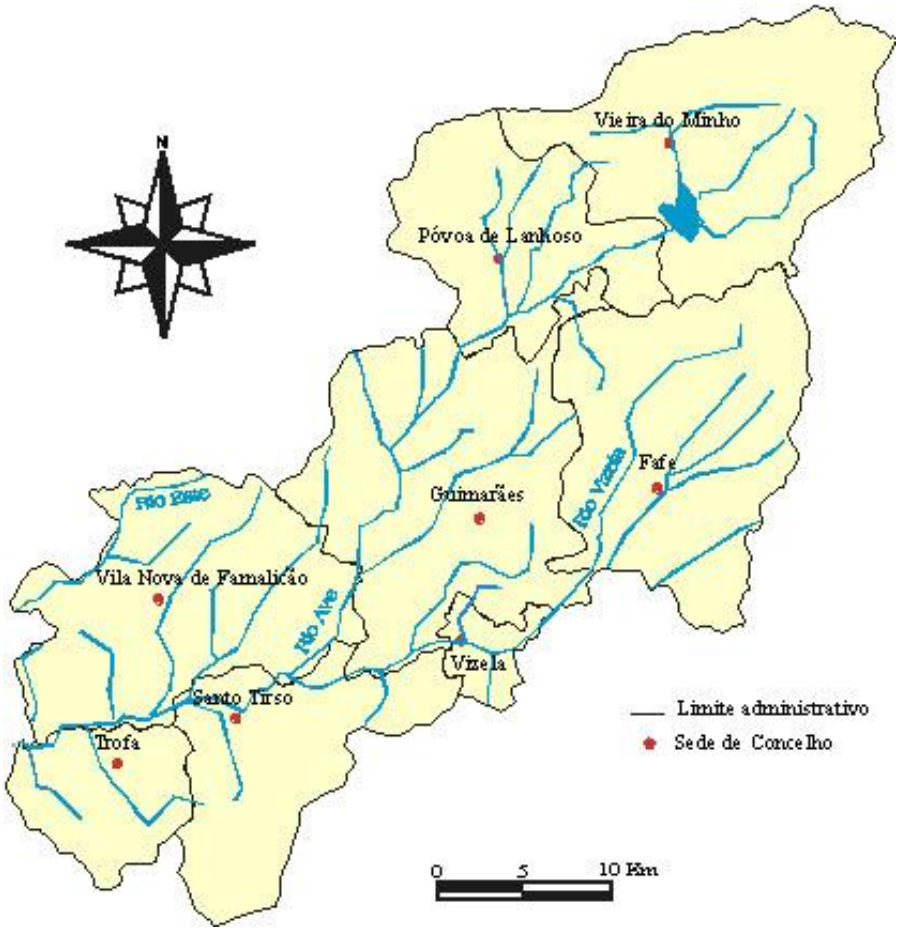


Fig. 18 – Rede hidrográfica do Vale do Ave (2011)

Estabelecida entre montes e vales, com linhas de água que lhe fertilizam o solo e lhe dão a força motriz necessária para fazer girar moinhos e atafonas, bem como alguma matéria-prima (por exemplo barro, madeira e granito), os seus habitantes se vão dedicar a trabalhar o que a terra lhes oferece – a pedra, o barro, os couros, o linho e a lã. Povoada de igrejas e mosteiros, sede de uma poderosa Colegiada e de uma Santa que recebe a veneração dos poderosos, cedo a vila se povoa dos mesteirais necessários a abastecer quem nele vive e os que a ele se dirigem. O reconhecimento da importância económica de Guimarães, é atestado pelo manancial de documentos concedidos pelos primeiros monarcas e seus sucessores os quais lhe outorgam privilégios, fazendo por vezes referência ao comércio que nela habita.

Já no primeiro foral vimaranense, concedido pelo Conde D. Henrique, algures entre os anos de 1095 e 1096, dá para apreender o intercâmbio de produtos, alguns dos quais sabemos serem produzidos em Guimarães desde pelo menos a Idade Média. Neste foral menciona-se,

por exemplo, curtumes – peles de coelho, "coiro de boi ou de vaca" –, ou vestuário – manto, capa, saia, bragal[157].

Posteriormente, em 1258, através da carta de feira concedida por D. Afonso III, conhecemos alguns dos produtos que na época se comercializavam no burgo[158]:

- Gado: bois, porcos, vacas, carneiros, ovelhas, cabras, cavalos, rocins, poldros, machos, burros, éguas, mulas ou burras;
-Produtos alimentares e condimentos: vinho, grão, pimenta, sal, sardinha, congro seco, pescada fresca e seca, alhos;
-Produtos têxteis: panos de cor, picotes, burel, «segovianis» (panos de Segóvia?), manta galega, feltro, panos de linho, panos de bragal;
-Vestuário: zorame de homem, capa de homem de cor ou de outro pano, saia de homem, garnacha de mulher, zorame de mulher, saia de mulher;
-Curtumes: peles, curtidas ou não, pele de cordeiro, de «avortonis», de cabrito, de coelho, de coelho trabalhada; couro de vaca curtido e por curtir; pele de cabra curtida e por curtir; couros vermelhos;
-Metais: ferro, peças de ferro, aço; e também cera.

Por uma carta de D. Dinis enviada ao alcaide de Guimarães, em 1308, ficamos a saber que se proibia aos "regateiros ou regateiras" que vinham vender os seus produtos à vila ou ao Castelo de Guimarães, que os começassem a vender fora da Vila ou do Castelo "em os caminhos por onde os trouxerem"[159]. No mesmo ano, uma outra carta de D. Dinis dá-nos conta dos abusos cometidos pelo pretor do rei contra os habitantes de Guimarães, no período em que decorria a feira. Este obrigava a que os "[alfagemes?], não sangrem nem cerceiem, nem os ferreiros não ferrem as bestas, nem os alfaiates, nem os sapateiros não cosam, nem as

[157] FORAL DE GUIMARÃES. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996.

[158]ALMEIDA, Eduardo de - *Romagem dos séculos I - O pão nosso de cada dia...(Subsídios para a história económica de Guimarães),* Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1923, pp.24-28; RAU, Virgínia – *Feiras Medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 174-176; VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA: A SAECULO NONO POST CHRISTUM USQUE AD VICESIMUM. Organização de João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Antonii Ludovici da Silva Dantas, 1931, pp. 218-219; FERNANDES, Isabel; OLIVEIRA, António José de - "Ofícios e mestres vimaranenses nos séculos XV e XVI" – in *Revista de Guimarães*, nº 113/114, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2003/2004, p.44.

[159] A.M.A.P, Pergaminho da Câmara, N.º 3; ALMEIDA, Eduardo de - *obra cit.*, pp.29-30.

mulheres não fiem, nem teçam". Através deste testemunho fica provado que, nesta época, tal como seria de esperar, já existiam em Guimarães, [alfagemes?], ferreiros, alfaiates, sapateiros e tecelãs[160].

Através da carta de privilégios dada, em 1372, pelo rei D. Fernando aos habitantes da vila e do castelo de Guimarães, ficamos a saber que carniceiros, padeiras e peixeiros não deviam ser constrangidos a talhar ou vender os seus produtos fora do castelo[161].

Através do foral concedido por D. Manuel, em 20 de Novembro de 1517[162], podemos conhecer o que se comercializava naquela época na vila de Guimarães, quer pela referência a algumas profissões (carniceiros, padeiras), quer pela menção aos locais onde se vendia[163].

Entre os produtos referidos no foral manuelino citem-se alguns[164]:

Quadro IX

Tipos de produtos referenciados no Foral Manuelino

Tipo de produtos	Produtos
Carne	Boi, vaca, carneiro, bode, ovelha, cordeiro, borrego, cabrito, porco ou porca, leitão, galinha, coelho, pato, adem, pombo, lebre, perdiz, cervo, corço, gamo, toucinho, marrã
Derivados da carne	Ovos, leite, queijos secos, manteiga salgada
Pescado do mar	Pescado; marisco
Pescado de água doce	Truta, bordalo, boga
Cereais	Trigo, cevada, centeio, milho painço, aveia, linhaça
Derivados dos cereais	Farinha de linhaça, trigo, cevada, centeio, milho painço e aveia; farelos; pão cozido, biscoito
Doces e adoçantes	Queijadas; mel; conservas de açúcar ou mel

[160] ALMEIDA, Eduardo de – *obra cit.*, p.31.

[161]VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA: A SAECULO NONO POST CHRISTUM USQUE AD VICESIMUM. Organização de João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Antonii Ludovici da Silva Dantas, 1931, p.416.

[162] MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *Carta de Foral de Guimarães: estudo codicológico,* Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1994.

[163] A carne nos açougues; o pão alvo pela vila e termo; o pescado, na praça; e certos produtos, como por exemplo, pão e fruta, também nos bancos da Praça.

[164] MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, 1994; FERNANDES, Isabel; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp.44-45.

.

Vinho e derivados	Vinho e vinagre
Temperos	Sal, azeite, unto, vinagre
Hortaliça	Alhos secos, cebolas, hortaliça
Fruta verde	Melões, laranjas, cidras, peras, cerejas, uvas, figos e castanhas verdes
Fruta e legumes secos	Castanhas secas, nozes, ameixas, uvas e figos passados, amêndoas e pinhões por britar, avelãs, bolotas, favas secas, lentilhas e todos os legumes secos
Plantas e produtos medicinais	Ruibarbo, mostarda
Produtos cosméticos	Estoraque, águas estiladas
Especiarias	Pimenta, canela, mostarda
Matérias-primas	Pedra, barro
Matérias orgânicas:	Grão anil brasil e de todas coisas para tingir; cera, sebo, pez; resina; breu; alcatrão; sumagre e casca de curtir
Produtos têxteis:	Panos finos de seda, lã, linho ou algodão; linho, lã e feltros em cabelo, fiados ou por fiar que não sejam tecidos; burel; mantas da terra
Vestuário:	Roupas; pelicas e roupas feitas de peles; toucados de seda ou algodão
Curtumes	Couro de boi ou vaca, pele de cervo, corço, gamo, bode cabras, carneiros ou ovelhas, curtidas ou por curtir; peles de cordeiras, raposas, martas e «toda a pelitaria ou forros»;
Calçado	Sapatos borzeguins e outra «calçadura de couro»
Metais	Prata lavrada; aço; estanho; chumbo; latão; arame; cobre; ferro
Ferramentas; Pedra e derivados	Pedra; mós de barbeiro; mós de moinhos ou atafonas; mós de casca ou de azeite; mós de mão para pão ou mostarda
Madeira e derivados	Tonéis, arcas, gamelas e «por todas outra obra e loiça de pau»; tabuado serrado ou por serrar; traves tirantes; madeira grossa lavrada ou por lavrar
Palma, esparto e semelhantes	Palma, esparto, junça ou junco seco «para fazer empreita»; alcofas, esteiras, seirões, açafates
Outros produtos	Armas, sabão, cal, vassouras, papel, vidro «e coisas dele que não tenham barro»; telha, tijolo, louça de barro que não seja vidrada; "málega e de qualquer louça ou obra de barro vidrada do reino ou de fora dele"



Fig. 19 – Frontispício do Foral Manuelino (S.M.S.)

O manuscrito das "Taxas para a vila de Guimarães" e seu termo, concedidas por D. João III, no ano de 1552[165], permite-nos conhecer o dinamismo e o vigor económico de Guimarães nessa época, bem como o que se produzia e quem produzia, o que se comercializava e quem comercializava, em Guimarães. As "taxas para a vila de Guimarães"

[165] Sociedade Martins Sarmento, Taxas da vila de Guimarães (1552), Arq.15. As "Taxas para a vila de Guimarães" e seu termo foram transcritas por Eduardo de Almeida, na Revista de Guimarães com o título de "Regimento de Salários e Preços", datando-as este autor do ano 1522 ("Regimento de salários e preços de 1522, para Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 40, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1930, pp. 41-63 e pp. 149-170), mas tal não corresponde à verdade. De fato, compulsado o original que se encontra no Arquivo da Sociedade Martins Sarmento, pudemos verificar que a data nele contida é 1552 (conforme já referido por FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, p. 48). Feito este reparo quanto à data, aconselha-se, no entanto, a utilização da restante transcrição, cuja transcrição é de um modo geral correcta.

permitem ficar a conhecer-se o que se produzia e/ou comercializava em Guimarães quinhentista. Neste documento encontramos referência:

- aos que exercem o seu ofício, vendendo o que fabricam e sendo o que produzem descriminado e taxado: albardeiro, alfaiate, atafoneiro, ataqueiro, bainheiro, barbeiro, besteiro, cabouqueiro, carpinteiro de casas, carpinteiro de caixas, cerieiro, coronheiro, correeiro, curtidor, cutileiro, ferrador, ferreiro, oleiro, pedreiro, picheleiro, sapateiro, serrador, serralheiro, surrador, tanoeiro, tecelão, telheiro, tintureiro, torneiro, tosador;
- aos que prestam serviços a terceiros e que por tal são remunerados: almocreve, aluguer de bois, aluguer de odres e trebolhas, barqueiro, guias de bois;
- aos que trabalham por conta de outrem exercendo trabalho não especializado: jornaleiro, trabalhador;
- a produtos alimentares: pão, carne, bois, cabritos, coelhos, codornizes, carneiros, cabras, gado vacum, galinhas, leitões, lebres, manteiga, marrãs, mel, ovos, ovelhas, perdizes, pombos, patos, queijos, rolas, sal, tordos, toucinho;
- a produtos diversos: burel, casca para curtir, cal, sumagre, carvão, cilhas, cabrestos, cabos de cabrestos, linhas, lenhas, louça vidrada, lã, linhaça, pergaminhos, sebo, vidro.

Neste documento manda D. João III "*que todos os oficiais mecânicos e pessoas outras que fizerem ou venderem algumas coisas das a que este regimento é posto taxa usem de seus ofícios e mesteres como até agora fizeram guardando inteiramente as suas taxas no que a seus ofícios pertencer*"[166] .

No período entre 1400 e 1600, Isabel Fernandes e António José de Oliveira examinaram a documentação manuscrita e impressa, o que lhes permitiu arrolar sessenta e sete profissões[167] diferentes de ofícios e mesteres para a vila de Guimarães e os arrabaldes

[166] ALMEIDA, Eduardo - "Regimento de salários e preços de 1522, para Guimarães", in *Revista de Guimarães,* vol. 40, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1930, p. 160.

[167] Neste artigo são analisados em pormenor, as seguintes profissões: açagador, albardeiro, alfaiate, almocreve, almuinheiro, aparelhador, armeiro, atafoneiro, ataqueiro, bainheiro, barbeiro, barqueiro, besteiro, borzegueiro, braceiro, cabouqueiro, camareira, carniceiro, carpinteiro, cerieiro, colcheiro, coronheiro, correeiro, curtidor, cutileiro, estalajadeiro, ferrador, ferreiro, forneiro, imaginário, jornaleiro, lavrador, marceiro, mercador, mestre dos órgãos, moleiro, mostardeiro, oleiro, olivezeiro, ourives, padeira, pasteleira, pedreiro, peixeiro, peliteiro,

mais próximos[168]. Trata-se de um conjunto significativo e diversificado de profissões, que atesta o pulsar da vida industrial e comercial no burgo vimaranense nos séculos XV e XVI. Estes estudiosos tentaram também verificar se o arruamento dos mesteres existiu em Guimarães. Sobre este tema afirmam: "Quer-nos parecer que o arruamento não teria, no período em estudo, um peso expressivo na vila vimaranense, apesar de as ruas terem, em muitos casos, nomes de profissões – rua dos Mercadores, rua Sapateira, rua das Ferrarias, rua das Mostardeiras, rua da Forja. Sabemos, por exemplo, que as olarias se situaram em três áreas distintas da vila, todas fora de muros (…), e que alguns dos profissionais que os documentos nos permitem conhecer viviam nas ruas designadas com a sua profissão, mas também encontramos muitos profissionais que trabalhavam fora das ruas que em princípio lhes estavam destinadas[169].

Saliente-se que há sectores de actividade que tiveram peso na época medieval e moderna e que ainda hoje são importantes na economia do concelho vimaranense: a agricultura (com realce para a vitivinicultura); o calçado, o têxtil (hoje em Guimarães predominam as grandes empresas do têxtil-lar, a par com o tradicional bordado de Guimarães feito sobre linho); a pedra (ainda hoje se encontram em plena actividade as pedreiras de Gonça); os curtumes, e as cutelarias (atualmente em Guimarães situam-se duas das melhores fábricas mundiais do sector – Cutipol e Herdmar).

---

picheleiro, pintor, saboeiro, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, sirgueiro, sombreireiro, soqueiro, surrador, taberneiro, tanoeiro, tecedeira, tecelã / tecelão, tendeira / tendeiro, telheiro, tintureiro, torneiro, tosador, trabalhador, vinhateiro (FERNANDES, Isabel; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp. 43-210).

[168] Estes autores utilizaram elementos respeitantes às freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio, S. Sebastião, S. Pedro de Azurém e S. Miguel de Creixomil (*idem, ibidem*, pp. 43-210.

[169] *Idem, ibidem*, p. 51. Sobre esta temática, profere Maria da Conceição Falcão Ferreira: "A concentração de ofícios, pautada pelo arruamento de diversas profissões, nem sempre se manteve ao longo de toda a Idade Média. Em Guimarães, e a mero título de exemplo, pudemos confirmar que entre 1453 e 1469, na rua Sapateira, viviam clérigos, um armeiro, um tanoeiro, um serralheiro, um contador e mercadores, embora cerca de metade dos moradores que detectamos fossem, realmente, sapateiros (AMAP – Livros da Fazenda do Cabido, N.^{os} 5, 7, 9, 9-A, 10). Porém, já o mesmo se não verificava na rua das Ferrarias onde, entre os enfiteutas do Cabido, não encontramos nenhum a exercer qualquer actividade relacionada com o ferro (AMAP – Livros da Fazenda do Cabido, N.^{os} 1 a 13). Na rua dos Mercadores, a presença de homens ligados ao comércio, entre 1440 e 1521, não ultrapassava, em certos momentos, os 12,5% dos moradores observados (*Ibidem*). No entanto vimos que na rua do Gado, proliferavam os carniceiros, como nas ruas das mostardeiras, os tendeiros marcavam uma presença significativa *(ibidem*)" (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*…, p. 42, nota 68).

Em 1758, nos Terreiros do Toural e no Campo da Feira havia uma feira semanal aos sábados, excepto quando este era dia santo[170]. Nessa situação antecipava-se para o dia anterior. Além desta feira, realizava-se a denominada feira franca de São Gualter, no primeiro domingo de Agosto, que durava até a segunda- feira "ao juntar das bestas"[171]. Outra feira anual, efetuava-se na primeira sexta-feira da quaresma[172].

Guimarães era igualmente um local de atracção de comerciantes oriundos de outros locais. Por exemplo, através de um contrato firmado a 12 de Fevereiro de 1800, entre 24 oleiros vimaranenses, temos conhecimento que negociantes de Prado comercializavam barro no Terreiro do Toural[173]. Nesse documento, os oleiros da rua da Cruz de Pedra, e Trás Gaia e dos arrabaldes de Guimarães estabeleciam entre si as normas de aquisição do barro. Em 1531, já são referenciados produtos oriundos da Galiza que se comercializavam em Guimarães como, sejam: as sardinhas[174]. A título de exemplo, podemos citar a vereação de 9 de Março de 1754, na qual são debatidos os lugares ocupados pelos galegos que vendem sardinha na Alfandega[175]. Em 1778, numa escritura notarial intervém um contratador de sardinha, natural do reino da Galiza e "*ora asistente nesta vila*" [176]

Na realidade, desde cedo Guimarães assumiu-se como um espaço de comercialização de produtos – os que produzem, os que lhe chegam de fora e os que os seus mercadores vão fazer chegar a terras de além. Os mercadores em Guimarães eram numerosos e detinham uma

[170] CAPELA, José Viriato – *obra cit.,* p. 368. Sobre as feiras e mercados de Guimarães e seu termo, veja-se o artigo de Alberto Vieira Braga ("Curiosidades de Guimarães. VI. Feiras e mercados", in *Revista de Guimarães,* vol. 49, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1939, pp. 136-177). Este artigo de Alberto Vieira Braga é um trabalho pioneiro, no entanto, não utilizou a importantes fontes das Memórias Paroquias de 1758. Este investigador vimaranense refere por uma provisão de D. João V, datada de 1732, a feira semanal passou a realizar-se ao sábado (*idem, ibidem,* p. 139).

[171] CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 355 e 368.

[172] *Idem, ibidem,* p. 368.

[173] Contrato publicado na integra por: PEREIRA, Catarina - "Subsídios para o estudo da olaria em Guimarães nos séculos XIX e XX ", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*. nº 1, Guimarães, Oficina, 2007, pp. 11-17. Anteriormente, em 1769, os oleiros vimaranenses tinham assinado um acordo sobre a comercialização de loiça de barro produzida em Guimarães (SANTOS, Manuela de Alcântara - "Um contrato de 1769 sobre a comercialização da louça de barro de Guimarães", in *Olaria – Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*, 2ª série, nº 3, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999-2004, pp. 81-84.)

[174] FARIA, João Lopes de – "Vereações: Livro dos Acordos da nobre e sempre leal Vila de Guimarães, no ano de mil quinhentos e trinta e um", in *Revista de Guimarães,* vol. 107, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1997.

[175] AMAP., M-1822, Vereações da Câmara, livro nº28 (1753-1759) fl. 43.

[176] AMAP., N-1042, fl.177v.

importância evidente no burgo. Por exemplo, a existência da rua dos Mercadores atesta isso mesmo. Durante os séculos XV e XVI, Isabel Fernandes e António José Oliveira encontram referência a 71 mercadores. Número expressivo quando comparado com outras profissões levantadas pelos mesmos investigadores.[177] Quanto ao comércio itinerante, efectuado em bestas de carga, pelos almocreves temos conhecimento nos séculos XV e XVI são contabilizados 12 indivíduos[178]. Através das taxas vimaranenses de 1551 ficamos a saber que um almocreve, pelo aluguer de uma besta levava dez reais por cada légua[179]. A diferença entre mercador e almocreve é que o primeiro negocia em quantidade, tendo um mercado em maior escala, quer a nível económico, quer geográfico[180]. Já na primeira metade do século XVI encontram-se vários mercadores vimaranenses no comércio Atlântico[181].

Como estrutura de apoio ao pequeno comércio e a todos aqueles que afluíam a Guimarães, existiam 22 estalagens em 1760[182]. Num contrato de obra de carpintaria, no qual Joaquim Ferreira Veras, representante de uma companhia teatral portuense, contrata com o mestre carpinteiro Pedro Antunes de Araújo morador nos arrabaldes de Guimarães, a construção de um teatro efémero para a representação de comédias na rua dos Trigais, em Guimarães, sabemos que o primeiro estava hospedado na estalagem do "Pintos", sita na mesma artéria[183]. Como podemos constatar as relações entre Guimarães e Porto, além de

[177] FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp. 114-122.

[178] *Idem, ibidem*, pp. 71-73.

[179] ALMEIDA, Eduardo – *obra cit.*, p.52.

[180] A. L. de Carvalho enumera diferentes categoria de mercadores vimaranenses: "mercadores de grosso trato, mercadores de panos de cor, mercadores linheiros, mercadores de nação, mercadores tendeiros, mercadores de além do mar e mercadores mesteirais" (CARVALHO, A.L – *Os mesteres de Guimarães*, Guimarães, Ed. do autor, 1946, vol.6,p. 87).

[181] FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp. 114-122; PIMENTA, Alfredo – "Livro dos roubos que os franceses e vassalos de El'Rei de França fizeram aos moradores desta vila de Guimarães e seus termo", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1940; CLUBE DOS DESCOBRIMENTOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – *Mercadores vimaranenses no comércio Atlântico (1513-1530)*, Lisboa, Grupo de trabalho dos Descobrimentos Portugueses.

[182] BRAGA, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães. VI. Feiras e mercados", in *Revista de Guimarães*, vol. 49, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1939, p.150.

[183] Contrato celebrado a 15 de Maio de 1787, na estalagem do "Pintos" *(vide* documento CLXXVIII, vol. II. Documento publicado na íntegra por OLIVEIRA, António José de - "A construção de um teatro efémero em Guimarães (1787)", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*, nº 2, Guimarães, Oficina, 2008, pp. 5-7).

económicos como não poderia deixar de ser, estabeleciam-se igualmente ao nível de espectáculos cénicos. No entanto, como veremos mais à frente, as relações ao nível artístico efetuavam-se através de encomendas e da mobilidade de artistas portuenses com os quais penetraram na vila novos discursos artísticos.

O comércio de escravos e de escravas já está documentado em 1517, através do foral manuelino[184].

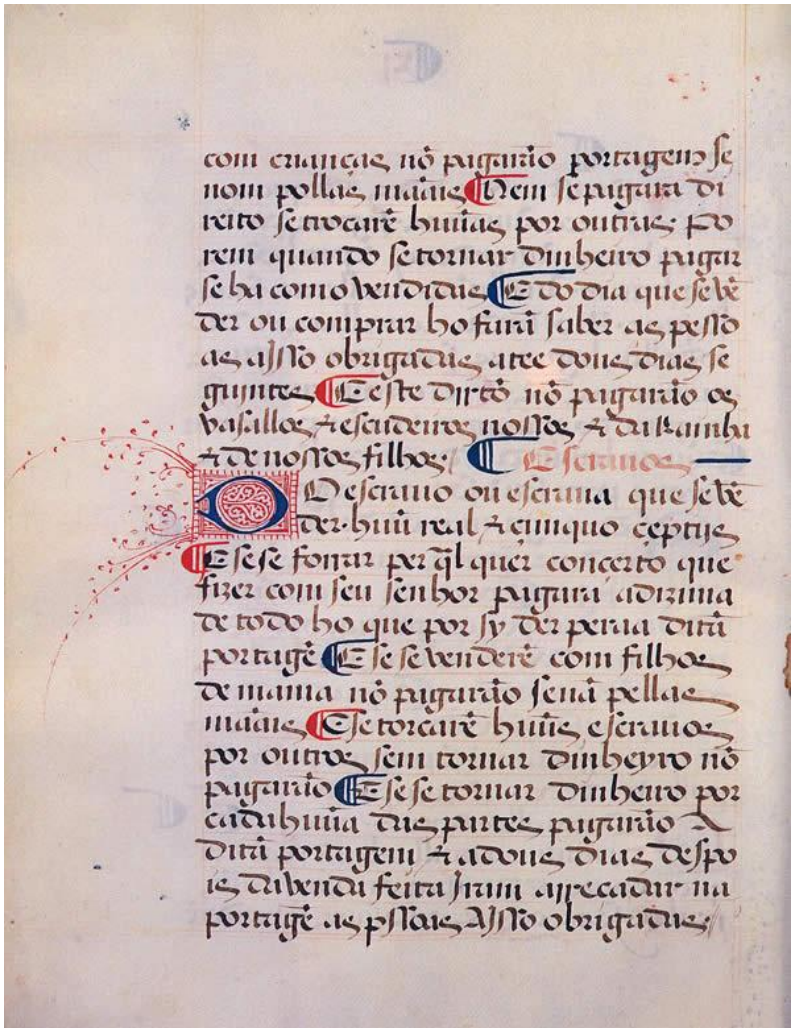


Fig. 20 – S.M.S, foral de Guimarães, 1517, fl.11v.

[184] MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *Carta de Foral de Guimarães: estudo codicológico*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1994, pp.62-63. Vejamos o extracto do documento referente a esta temática: "Do escravo ou escrava que se vender hum real e cimquo ceptis. E se se forrar per qualquer concerto que fizer com seu senhor pagara a dizima de todo ho que por sy der pera a dita portagem. E se se venderem com filhos de mama nom pagarão senam pellas mãais. E se torcarem huuns escravos por outros sem tornar dinheyro nom pagarão. E se se tornar dinheiro por cada huua das partes pagarão a dita portagem e a dous dias despois da venda feita iriam arrecadar na portagem as pssoas a isso obrigadas" (MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, pp.62-63).

No livro de despesa do Convento do Carmo referente ao triénio da Reverenda Madre Prioresa Josefa Luísa de Santa Rosa (1752-1754), redigido por Ana Isabel do Deserto, escrivã do convento, é feita referência a uma preta[185].

Os livros de notas do tabelionato de Guimarães registaram dez cartas de alforria, entre 1649 e 1791. Para o século XVIII encontramos quatro escrituras públicas de compra e venda de escravos. Os escravos alforriados e objecto de transacções comerciais eram identificados como "escravos", "pretos", "mulatas" e "pardos". Torna-se necessário no estado atual da historiografia local vimaranense efetuar um estudo comparativo e sistemático do número da compra e venda de escravos, bem como do número de escravos alforriados.

A vila torna-se num pólo de atração para comerciantes, para viajantes e peregrinos a caminho de Santiago de Compostela e pelo culto e devoção local a Santa Maria da Oliveira. O acolhimento além das estalagens era igualmente proporcionado por uma vasta rede de mosteiros, albergarias e hospitais.

No caso concreto da Misericórdia, esta prestava assistência ao corpo e ao espírito. Administrava um hospital, prestando assistência a enfermos, presos, pobres, peregrinos. A Misericórdia tinha um importantíssimo papel nos cuidados de saúde, bem como na assistência. Além dos doentes, a assistência englobava o apoio aos presos e condenados à morte, que eram acompanhados, e o apoio aos pobres, a quem se distribuía dinheiro e alimentos. Eram os cirurgiões, médicos, enfermeiras, barbeiros/sangradores e pessoal auxiliar (servente, lavadeira e mulher da limpeza)[186] que prestavam cuidados de saúde pública no hospital dirigido por esta instituição de assistência. Além destes profissionais da saúde, existia o hospitaleiro, um servidor da Misericórdia, que administrava localmente a ajuda aos pobres e aos enfermos.

Nos finais do século XV e no virar da centúria seguinte, os nossos monarcas num processo de centralização régia realizaram várias alterações no funcionamento das instituições de assistência. Desta forma, compreende-se que em 1498, por mandado de D. Manuel I, se

[185] Trata-se da seguinte despesa: "*Despendemos em hum vestido que demos a preta coatro mil e quinhentos_4500*". A.M.A.P., MC-583,p. 41. Documento transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de - "O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 6, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2005, pp. 37-80.

[186] Sobre o pessoal "médico" e o pessoal auxiliar da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, veja-se: COSTA, Américo Fernando da Silva, 1999 – *obra cit.*, pp.205-210. Nesta obra são igualmente referenciados os ordenados dos serventes do hospital (*idem, ibidem*, p.210-218).

tenham elaborado os tombos das instituições de assistência da região vimaranense[187] com o propósito de realizar uma reforma destes organismos medievais, aproveitando-se os bens arrolados no Tombo para ensaiar novas formas de assistência, nas quais as Misericórdias tomaram um papel extremamente importante[188]. No entanto, não é nosso objetivo determo-nos neste aspecto da reformulação da assistência pública, realizada pelos nossos monarcas, já devidamente estudada por vários autores[189], mas apenas reforçar a ideia de que num processo contrário de concentração dos vários hospitais e albergarias numa só entidade que poderia ser muitas vezes tutelada pela Misericórdia, a Confraria do Serviço de Santa Maria, inicia em 1540, um processo de vitalidade e de ampliação do seu hospital[190]. Nessa data, em Guimarães, a Misericórdia já estava devidamente organizada e florescia, como comprovam por exemplo, três contratos de emprazamento realizados pelos clérigos coreiros, respectivamente a 4 de Setembro de 1511, a 4 de Outubro do mesmo ano e em 1512, no claustro da Colegiada, na

[187] A.N.T.T., N. A. 272.

[188] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão *Guimarães: duas vilas, um só povo* ...,p.1080.

[189] Veja-se a título de exemplo: Ângelo Ribeiro, "Assistência, in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol.4, Barcelos, Portucalense editora, 1932, pp.531- 570; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: duas vilas,um só povo* .., pp.1079-1083; MARQUES, José - *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol.6, II série, Porto, 1989, pp.77-79; BEIRANTE, Maria Ângela *A fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: seu contexto histórico*, sep. das *actas do congresso do V centenário da fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, Évora, 1996; BEIRANTE, Maria Ângela - " A Gafaria de Évora", in *A Cidade de Évora*, nº1, II série, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1994-95; CARVALHO, Sérgio Luís - *Assistência e medicina no Portugal medieval. Uma introdução ao seu estudo*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 53 -75; MIGUÉNS, Maria Isabel N.- *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989, pp.142-145; PINTO, Amílcar Baião - " As albergarias e hospitais portuenenses ", in *Museu*, nº2, IV série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1994, pp.76-77; NETO, Maria de Lurdes Akola Meira do Carmo - " Assistência pública, in Dicionário *de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol.1, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985, pp.234-236.

[190] João Fernandes Biscainho morador na rua de Santa Luzia, arremata as obras de pedraria referentes à remodelação e ampliação do hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria, localizado no adro de S. Paio, pela quantia de 5000 reais (OLIVEIRA, António José de - "O hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XV-XVI)", in 3º *Congresso Histórico de Guimarães*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, vol. 2 (Igreja e Assistência), pp. 603-616). Este hospital ainda existia durante o século XVIII.

capela da Misericórdia[191]. Segundo vários autores, a primitiva sede da Misericórdia localizava-se na capela de S. Brás do claustro da Colegiada de Guimarães[192].

Além do hospital da Santa Casa, nos séculos XVII e XVIII, existiam ainda em Guimarães, algumas confrarias às quais estavam agregados pequenos albergues/hospitais, como sejam: hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria; o albergue de São Crispim, pertencente à Confraria do mesmo nome[193]; o albergue de São Miguel do Castelo[194]; o recolhimento do Arcanjo São Miguel[195]; o albergue de São Roque[196]; a Irmandade do Cordão e Chagas sita na Igreja de São Dâmaso, administrou um hospital[197].

---

[191] Trata-se de três documentos redigidos pelo tabelião João do Porto, com as cotas: A.M.A.P, pergaminho da Colegiada n^{os} 376, 377 e 378.Acerca da data do último pergaminho, apenas podemos afirmar que foi firmado num dia 2 do ano de 1512,pois devido ao facto de estar cortado não temos indicação do mês. A.L. de Carvalho cita os dois primeiros contratos, embora erradamente indique a sua cota como integrantes dos pergaminhos da Câmara (*Santa Casa*, vol. 1, Guimarães, 1952, p.19). O mesmo autor, defende que a Misericórdia de Guimarães, foi criada possivelmente em data anterior, a 1511 (*ibidem*, p.20).

[192] Torquato Peixoto de Azevedo - *obra cit*., p.363; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck - *obra cit.*, p.139; TEIXEIRA, Maria Emília Amaral - " Aspectos do claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio ", in *Revista de Guimarães*, vol. 70, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1960, p.148; MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, p.455. Deste modo, a Confraria do Serviço de Santa Maria e a Misericórdia de Guimarães chegaram a partilhar o mesmo espaço, nos inícios do século XVI. A.L. de Carvalho afirma que, em 1588, se lança a primeira pedra para a construção da sua nova sede, na rua Sapateira (*Santa Casa...*, p.30).

[193]Na 2ª metade do século XVIII ter-se-á convertido num recolhimento de mulheres pobres *(*COSTA, Américo Fernando da Silva - *obra cit.*, pp.27-28). De origem medieval (MARQUES, José - A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média, sep.da Revista da Faculdade de Letras do Porto - História, II série, vol.6, 1989,p.49 e 51).

[194] No século XVIII funcionava como recolhimento dando abrigo a cinco mulheres velhas e pobres (COSTA, Américo Fernando da Silva - *obra cit.*, p.28; CAPELA, José Viriato – *obra cit*., p. 334). De origem medieval (MARQUES, José – *obra cit.*, p.54-55).

[195] ALMEIDA, Eduardo de – "Recolhimento do arcanjo S. Miguel. As beatas do chapéu ", in *Revista de Guimarães*, vol. 31, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1921, pp. 300-316.

[196] COSTA, Américo Fernando da Silva, 1999 – *obra cit.,* p.28. Era administrado pela Confraria de Nossa Senhora da Graça. As religiosas dominicanas em 1735, tomaram posse como administradoras de tudo o que pertencia ao hospital de S. Roque e à Confraria da Senhora da Graça. Neste contrato datado de 1735, celebrado com os confrades da Confraria da Senhora da Graça, as freiras comprometem-se a aceitar todos os encargos e legados a que a confraria estava obrigada. Vejamos um extracto deste manuscrito: "*que ellas rellegizas andavam edeficando o dito seu convento de novo pella grande necesidade que delle tinham a que estava conjunto ou chegado o dito hospital a humas cazas que aviam comprado pera fazerem a obra com milhor perfeição e*

Desde cedo, que em Guimarães são criados gafarias de leprosos, como seja: de Santa Luzia[198]; de Santo André de Bouças[199]; a de Santo André de Urgeses[200]; e a de São Lázaro na rua de Gatos. Esta última terá sido incorporada na Santa Casa da Misericórdia, na segunda metade do século XVII[201], enquanto que as restantes terão sido progressivamente abandonadas.

Em relação a correio, em 1758 a correspondência vinha ao Domingo e saia à sexta-feira[202].

A vila de Guimarães detinha infraestruturas vitais a toda a população como seja: Paços Concelho, cadeia, Misericórdia, hospitais, mercados, feiras, estalagens, etc.. Estas estruturas reflectiam um cunho cosmopolita que se prolongava igualmente na realização de festas anuais de cariz religioso. A festa do Corpo de Deus era a procissão mais importante, da qual compunham todas as irmandades, confrarias, ordens terceiras, cabido e câmara, sendo acompanhada por inúmeros andores, danças, folias e corridas de touros[203]. Era um fenómeno colectivo que congregava "tudo e todos para os seus preparativos e realização"[204]. Por exemplo, na vereação de 21 de Maio de 1621, os carpinteiros, pedreiros, bainheiros, cutileiros, serralheiros, oleiros e ferreiros são obrigados a participar nesta procissão e todos os restantes ofícios da vila sob pena de $100 réis de multa cada um[205]. Além da festa do Corpo de Deus, existiam outras festividades religiosas. A comemoração da Batalha de Aljubarrota

---

espacio as coais cazas heram foreiras ao dito hospital e confrades administradores e por essa rezam se aviam contratado por huma escritura; em que ellas rellegiozas podecem nas ditas cazas continuar a dita obra de seu convento" (A.M.A.P., nota do tabelião Brás Lopes, N-630, fls.44v-51v, de 14 de Setembro de 1735). Em 1758, é referido que este hospital "hé tão somente para passageiros" (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 367).

[197] COSTA, Américo Fernando da Silva - *obra cit.*, p.29; CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 367.

[198] Em 1498, sabemos que era constituída por cinco casas térreas, construídas para os lázaros, numa área total de 99,52m2 (MARQUES, José – *obra cit.*, p.63).

[199] Em 1498, com uma área total de 68,06m2 (*idem, ibidem*, p.63).

[200] *Idem, ibidem*, p.70.

[201] COSTA, Américo Fernando da Silva - *obra cit.*, p.29.

[202] CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 355.

[203] CALDAS, Padre António José Ferreira – *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 2ª edição, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996, (a 1ª edição data de 1881), p. 253; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas, in *Revista de Guimarães*, vol. 20, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1903, pp. 161-183.

[204] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989, p. 69.

[205] GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, p.175.

era também realizada anualmente, como já vimos atrás. A procissão da Véspera do Espírito Santo ou da Candeia mandada celebrar pela Câmara desde 1489, como voto da peste que assolou a vila[206], ainda se realizava no século XVIII. Nas vereações da Câmara podemos encontrar várias referências à arrematação da candeia do Andor do Espírito Santo[207]. Na Vereação de 18 de Abril de 1740, é arremata por Gregório Lopes, carpinteiro, morador em São Dâmaso, pela quantia de 9$000 réis a feitura de um novo andor da candeia, por este estar "*todo quebrado e não servir nem ter coberto*"[208]. Este andor seria feito com a "*torre tiradiça e quatro pirâmides torniadas pella parte de baixo pera servirem de pes".* O carpinteiro comprometia-se a faze-lo "*bem feito*" e com "*todo o aseio*". Outros festejos religiosos animavam o espaço urbano de Guimarães, tais como: a festa do Anjo Custódio[209]; Visitação a

[206] *Idem, ibidem,* p.22.

[207] Catarina Machado para o período de 1759 e 1787, apresenta alguns exemplos elucidativos da arrematação anual da candeia do Andor pelos cerieiros (PEREIRA, Catarina - "Contributo para o estudo da indústria da cera em Guimarães: a Casa da Cera da Porta da Vila ", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*. nº 2, Guimarães, Oficina, 2008, pp.10-11).A arrematação do Andor da Candeia, pelos cerieiros vimaranenses, terminaria em 1808, ano em que foi executado em madeira, e usado desde então (*idem, ibidem,* p.11).

[208] A.M.A.P., M-1819, Vereações da Câmara, Livro nº25, fl.131v. Documento referido por GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, p.24. No que concerne à feitura de andores, encontrámos também a referência à feitura do andor de Santa Teresa. A 7 de Maio de 1760, o pintor vimaranense Luís António arremata a empreitada da reforma do andor de Santa Teresa, que era pertença dos pentieiros, pelo preço de 9$000 réis (A.M.A.P., M-1823, Vereações da Câmara, Livro nº29, fl.30v).

[209] O Padre Torcato Azevedo refere em 1692, que esta procissão realizava-se no terceiro Domingo de Julho, percorrendo o itinerário desde a Colegiada até à igreja de São Miguel do Castelo. Esta procissão era acompanhada pelo Cabido da Colegiada, pela Câmara, ministros e pelo povo. O juiz de Fora levava "um pendão de côr vermelha, e nelle um painel com a imagem do Santo Anjo (…)" (AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p.163). Este monografo vimaranense refere ainda que debaixo do pálio era transportado um dos anjos que D. João I oferecera à Senhora da Oliveira, aquando do seu voto da Batalha da Aljubarrota (*idem, ibidem,* p.211). Mais uma vez vemos o significado simbólico que assumia para os vimaranenses o voto de Santa Maria por D. João I. José Ferrão Afonso chama a atenção para o facto do itinerário desta procissão perpetuar a antiga dualidade entre a vila Alta e a vila Baixa (AFONSO, José Ferrão – "Guimarães: da fundação a Património da Humanidade ", in *Revista de História da Arte*, vol. 4, Lisboa, Instituto de História da Arte/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 251) Sobre esta festividade, veja-se igualmente: CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 334; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – ""Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas", in *Revista de Guimarães*, vol. 21, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1904, p.27; TEIXEIRA, Fernando José –"A Festa do Anjo Custódio em Guimarães", in *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo,* Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.4, pp. 221-236; OLIVEIRA, Manuel Alves de – "A Insigne e Real Colegiada de Nossa

Santa Isabel[210]; São Sebastião[211]; Nossa Senhora da Oliveira[212]; São Gualter[213]; São Dâmaso[214], entre outras[215].

A festa Barroca em Guimarães assumia também outras formas além das procissões. Expressava-se, por exemplo, nas corridas de touros, luminárias, bailes, comédias e óperas que eram frequentes ao longo do século XVIII[216].

Nos festejos em Guimarães, por ocasião do casamento da princesa do Brasil com o Infante D. Pedro, são realizadas festas com luminárias nas janelas e corridas de touros[217].

No nascimento da Infanta, em 1774, a vereação associa-se às comemorações com o repicar de sinos e com a iluminação da vila[218].

A 18 de Junho de 1790, a Vereação da Câmara delibera acerca do local das corridas de touros[219]. Nesta reunião é determinado que os festejos de touros fossem realizados no Terreiro da Misericórdia por "*ser o mais comodo pera hiço (...) sem que delle se posa mudar sem ser (...) a expresso (...) deste senado*".

A Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, a 10 de Abril de 1753, propõe a realização no dia 15 de Agosto, dia de Nossa Senhora, de uma procissão, de dois bailes e de duas óperas[220]. Para esse efeito, é deliberado que o tesoureiro da Irmandade desse o dinheiro para essas festividades. Seguidamente, a 18 de Maio do mesmo ano, na Colegiada, a

---

Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, pp. 425 e 429.

[210] A imagem da Senhora da Oliveira acompanhava esta procissão (GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, pp.27-28; OLIVEIRA, Manuel Alves de – *obra cit.*, pp. 425-426). A partir de 1647, esta procissão findava na Igreja da Misericórdia e não na Ermida do Salvador (GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, p.27-28)

[211] GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, pp.29-30

[212] *Idem, ibidem*, p.30

[213] *Idem, ibidem*, pp.30-31. São Gualter o fundador do convento franciscano de Guimarães. Atualmente, tratam-se de umas festas que congregam os vimaranense, nas apelidadas Gualterianas.

[214] *Idem, ibidem*, p.32; OLIVEIRA, Manuel Alves de – *obra cit.*, pp.430-431.

[215] Acerca das verbas dispendidas pela Câmara em festas religiosas, entre 1628-1700, veja-se: BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*…, pp. 75-101.

[216] Sobre a festa barroca em Guimarães, veja-se o capítulo referente a D. José de Bragança.

[217] A.M.A.P., M-1823, Vereações da Câmara, Livro nº29, fls.33-33v.

[218] A.M.A.P., M-1825, Vereações da Câmara, Livro nº31, fls.80-80v.

[219] A.M.A.P., M-1827, Vereações da Câmara, Livro nº33, fl. 60v. Nas despesas da Câmara, entre 1628-1700, são averbadas algumas despesas com touradas (BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp. 75-101).

[220] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo por donde se mandou fazer hum baile bom, e outro menor e duas operas*", fl. 8

Irmandade especifica o nome das duas óperas: "Encantos de Medeia" e "Alecrim Manjerona" [221] . Por seu turno, os bailes seriam "Dário e Daniel". Neste termo, António Vaz, escrivão do judicial e notas, da vila de Guimarães, tomou a responsabilidade da organização das duas óperas e bailes por 80 moedas de ouro (cada moeda de ouro a 4$800 réis)[222] . A mesa da Irmandade, a 10 de Julho de 1753, decide que se não deveria realizar as duas óperas[223], sem se especificar o motivo do cancelamento das óperas. Em seu lugar, realizar-se-iam dois dias de touros da Chamusca. Deste modo, mandariam vir oito touros da Chamusca e dois capinhas para os tourear. Para assistirem a este espectáculo tauromáquico, a mesa estabelece que se fizesse palanque para a Irmandade assistir e se preparassem portais "*quando o terreiro se arma de palanques*". Relativamente aos dois bailes que se tinham programado, estes foram a 23 de Julho substituídos por três comédias[224]. Os mordomos da irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, em mesa, referem que por causa de não se poder fazer os bailes, mandarão fazer três comédias "*das Castelhanas*" . Neste termo, é dito que as vestes que se teriam de fazer para as comédias ficariam por menos dispêndio de dinheiro. Nesta reunião da mesa é chamado o autor das comédias que se obrigou a fazê-las com as seguintes designações: Encantos de Medeia, Palmeril de Oliva e de Capa e Espada. O autor, do qual não é especificado o seu nome[225], obrigava-se a faze-las "*com todas as graças"*, pelo preço de 20 moedas de ouro (cada moeda de 4$800 réis). A irmandade apenas se comprometia a fazer o tabulado para as comédias. No ano seguinte, a 22 de Junho, a Irmandade decide no dia de Assunção da Senhora mandar fazer dois bailes: um "*d' El Rey Dom Afonso Henriques quando a Senhora nelle fes o milagre, e o de Daniel no lago*" [226]. No mesmo dia, apareceu António Dias, da vila de Guimarães, que tinha arrematado os ditos bailes, pelo lanço de 240$000 réis[227]. A 18 de Março de 1758, na Igreja da Colegiada, os mordomos eclesiásticos e seculares da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira deliberam o seguinte:

[221] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo de duas operas e baile de dario*", fl. 8v.

[222] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo de duas operas e baile de dario*", fl. 8v.

[223] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo por donde se mandou vir hoito touros da Chamusqua ou do Campo de Coimbra e dois capinhas*", fl. 9.

[224] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo por donde se mandou fazer tres comedias em lugar dos bailes*", fl. 9v.

[225] Embora é dito que assina no final do termo.

[226] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo por donde se consta que se mandaram fazer dois bailes pera oferta de Nossa Senhora*", fl. 10v.

[227] A.C.N.S.O, IR.69", fl. 11.

" *para honra e louvor da mesma Senhora e das esmolas que Sua Majestade custuma dar para o festejo da dita Senhora se fizese duas operas com hum baile e por terem noticia que Antonio Dias desta villa tinha a copia da segunda e terceira parte dos Encantos de Medea mandarão se lhe dece parte para vir a esta menza e o Padre Jeronimo Caetano por ser os dois mais benemeritos que ha nesta villa para as fazerem e sendo a isso satisfeito apareseu nesta menza o dito Antonio Dias e sendo lhe proposto o referido dice se obrigava a fazer as ditas duas operas e hum baile (...) e a por todo o tabolado corrente na forma do risco que aprezentou tudo em presso de ointenta moedas de ouro"*[228].

António Dias comprometia-se a colocar no tabulado seis rabecas e dois rabecões, enquanto a mesa forneceria 12 tochas para iluminarem o tabulado.

Distante vai já a época que, Alberto Vieira Braga difundia uma nova matéria de estudo para a história local vimaranense: o Teatro. Relembramos o seu trabalho publicado em 1936 e 1937, em dois números da Revista de Guimarães, que tinha como tema "Teatro vimaranense"[229]. Trabalho pioneiro associado a uma pesquisa arquivística e bibliográfica e a análise profunda, fizeram desse artigo um marco indispensável para as gerações seguintes de estudiosos.

Em 1988, Joaquim Jaime Ferreira-Alves lançava uma nova temática para a história de arte portuguesa: a Festa e o Efémero[230]. Mais tarde, duas teses de doutoramento alargavam a visão sobre o tema[231].

---

[228] A.C.N.S.O, IR.69, "*Termo em que a menza da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira houve por bem se dece a António Dias desta villa duas operas que he a 2ª e 3ª parte dos Encantos de Medea na forma abaixo declarada*", fls. 14-14v.

[229] BRAGA, Alberto Vieira – "Curiosidades de Guimarães V. Teatro", in *Revista de Guimarães,* vol. 46, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, pp. 231-252; *idem* – Curiosidades de Guimarães V. Teatro", in *Revista de Guimarães,* vol. 47, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1937, pp. 30-74.

[230] ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – "A Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII", in *Revista de História*, vol. 5, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 9-67.

[231] TEDIM, José Manuel Alves – *A Festa régia no tempo de D. João V*, tese de doutoramento apresentada na Universidade Portucalense, Porto, Universidade Portucalense, 1999 (texto policopiado); MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/ Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 2003. Estes artigos são referidos por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – " A entrada do Marquês de Fontes na Corte de Roma em 1716: o programa do arquitecto Carlos Gimac", in *Poligrafia*, vols.11/12, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2004/2005, p.35.

No efémero quase forçado a desaparecer ao acontecimento, se diminutos são os testemunhos que chegaram até hoje para Guimarães, além de relatos narrados pela escrita de um observador[232], mais raros ainda, são os casos que resistiram ao tempo, de contratos de obra. A função primária da arte efémera não era a estabilidade e a durabilidade, características próprias de outras expressões artísticas, mas a sua perenidade.

É neste contexto, associado à ausência de infraestruturas para a concretização de representações teatrais na vila de Guimarães, que obrigaram a um dos seus promotores a mandar erguê-las. É na necessidade de colmatar a falta de espaços para a representação de comédias em Guimarães que devemos integrar o contrato de obra que apresentamos[233].

A 15 de Maio de 1787, Joaquim Ferreira Veras, da cidade do Porto, encomendaria ao mestre carpinteiro Pedro Antunes de Araújo morador na rua da Madroa, arrabaldes de Guimarães, uma obra efémera: "*huma caza toda de madeira*"[234], a construir na rua dos Trigais[235], para se representarem comédias[236]. Assim, após a autorização do magistrado de Guimarães, a obra foi arrematada pelo mestre carpinteiro, pela quantia de 140$000 réis, dos quais seriam pagos 19$200 réis logo no acto da escritura, sendo o demais dividido em dois pagamentos. O primeiro pagamento seria concretizado quando a empreitada estivesse a meio

---

[232] Veja-se por exemplo: CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *Guimarães Agradecido, aplauso metrico que a celebre academia da muito notavel villa de Guimaraens recitou na prezença,e em louvor do Serenissimo Senhor D.Jozé Arcebispo, e Senhor Primaz das Hespanhas, com uma breve narração da Entrada, e Progressos daquelle Principe na mesma villa*, 2 vols, Coimbra, 1747-1749.

[233] Segundo a classificação proposta por Joaquim J. Ferreira-Alves, esta estrutura momentânea enquadra-se no que designa de "efémero utilitário" (cit. de ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – "Formas de arte efémera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785", in *Revista Ciências e Técnicas do Património*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2003, pp. 105-106).

[234] No momento da celebração da escritura de obrigação para a obra referida, entre o mestre carpinteiro e Joaquim Ferreira Veras, foram testemunhas presentes: Luís António de Meneses, da rua de Santa Maria e José Francisco Pereira da Silva Alto, da rua Nova das Oliveiras, ambos residentes em Guimarães. *Vide* documento CLXXX, vol. II. Anteriormente publicamos na íntegra este contrato de obra (OLIVEIRA, António José de - "A construção de um teatro efémero em Guimarães…, pp. 5-7). Manuscrito referido em primeira mão por BRAGA, Alberto Vieira - Curiosidades de Guimarães. V. Teatro", in *Revista de Guimarães*, vol. 47, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1937, pp. 60-61.

[235] Atual Avenida Alberto Sampaio (cf. A Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso, reproduzida em CARDOSO, Mário – "Evocação"…, pp.420- 421).

[236] Nas despesas da Câmara entre 1628-1700, são mencionadas alguns dispêndios com a realização de comédias (BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*…, pp. 75-101).

do seu termo, e o restante um mês após a primeira representação teatral. Para além da quantia estipulada, o encomendador obrigava-se a concorrer para o estaleiro com dois oficiais.

A empreitada executada pelos riscos feitos para o efeito[237], deveria estar concluída com a maior brevidade possível. De acordo com os apontamentos, a obra constaria de "*dois andares de camarotes, e sinco na frente, da mesma caza*", com três portas na fronteira[238]. Dessas portas, uma delas serviria para o acesso da plateia e as restantes para a servidão dos camarotes. O mestre carpinteiro comprometia-se a executar os bancos e cadeiras que se pudessem acomodar dentro da plateia. Sobre a decoração desta estrutura nada sabemos.

Segundo a escritura notarial, após a representação da primeira comédia, esta construção de madeira teria uma durabilidade de apenas dois meses e meio. Sendo uma manifestação cénica que captava a atenção do público, além de propiciar divertimento, catarse e reflexão, seria normal repetirem-se as representações teatrais para além do número e do espaço temporal estipulado no programa. Deste modo, o encomendador e o executante acordam, que findo este prazo, querendo Joaquim Veras que se continuasse a representação de comédias, este pagaria mensalmente 5 moedas de ouro ao mestre carpinteiro. Tratando-se de uma edificação de madeira, que serviria apenas os propósitos da representação de comédias, e atendendo às condições climatéricas de Guimarães – com elevado teor de humidade e pluviosidade –, o prolongamento da sua existência durante o Outono e Inverno acarretaria certamente, um maior cuidado na sua manutenção por parte do carpinteiro.

Um dado a reter, é o facto deste contrato de obra ter sido firmado na estalagem do "Pintos", sita na rua dos Trigais. Deste modo, podemos colocar a hipótese que nessa data, Joaquim Ferreira Veras, representante da companhia teatral portuense, estaria alojado nessa hospedaria.

Além dos organizadores e intervenientes na construção da arte do efémero, são os artistas e artífices que contribuem para a sua materialização. A rapidez com que têm de executar as empreitadas é uma necessidade na construção do espectáculo efémero. No caso concreto, que aqui apresentamos conseguimos extrair do anonimato um desses mestres carpinteiros vimaranenses o que permite, pois, entender a importância que a arquitectura em madeira, nesse período alcançou, na construção do espectáculo barroco.

A obra deste mestre vimaranense Pedro Antunes de Araújo tem passado despercebida aos investigadores, pelo que pouco podemos esboçar sobre o seu percurso artístico. Sabemo-

[237] No momento da celebração desta escritura, os dois riscos foram assinados pelo tabelião, e pelas duas partes intervenientes.

[238] No contrato é feita a menção a umas escadas.

lo apenas, activo em 1775, na igreja da Misericórdia de Guimarães. Por dois contratos de obra firmados na Casa do Despacho da Misericórdia de Guimarães, compromete-se a executar toda a obra de carpintaria da igreja da Misericórdia, bem como a feitura dos taburnos das sepulturas do referido templo.

No primeiro contrato lavrado a 9 de Julho de 1775[239], o artista arremata toda a obra de carpintaria da igreja da Misericórdia *"exceto a tampa das sepulturas",* na forma dos apontamentos, risco e planta que foram assinados por João Ribeiro, escrivão da Misericórdia e pelo mestre carpinteiro. A obra tinha um prazo de execução de seis meses "*que correrão asim que se acabar de fazer a obra de pedraria".* O mestre arrematou esta empreitada por 390$000 réis "*sendo por conta desta Santa Caza a ferrage e pregos menos a da escada e capitel do arco".* O encomendador obrigava-se a fazer o pagamento em três prestações iguais: o primeiro na feitura deste contrato[240]; o segundo no meio da obra; e o restante depois da obra acabada, vista e revista "*pera ver se esta a contento da meza na forma dos mesmos apontamentos risco e planta".* Para maior segurança do encomendador, o executante apresentava como seus fiadores: João Fernandes, homem de negócio, morador na rua Caldeiroa (Guimarães); e António José Gomes, homem de negócio, residente no rocio do Toural, da vila de Guimarães.

No contrato seguinte firmado a 24 de Setembro de 1775[241], Pedro Araújo compromete-se a executar os taburnos das sepulturas da igreja da Misericórdia em boa madeira grossa e seca. No contrato é especificado que "*as tampas de pão das sepulturas da igreja desta Santa Caza"* seriam feitas na forma das que estão na igreja do convento de São Francisco de Guimarães. Não temos menção ao preço exacto desta empreitada, pois a obra foi tratada à peça (sepultura), como podemos verificar neste extracto da escritura notarial: "*por preço cada huma das grandes mil e duzentos reis e as piquenas que o fará a metade das grandes a oitocentos reis que elle mestre carpenteiro pellos ditos preços asima se obrigou a fazer e executar de boas madeiras e serão bem feitas e logo a faz elas e as entallas asim que estiverem asentados os caixilhos de pedra (...)".*

[239]*Vide* documento LXXV, vol. II.Foram testemunhas presente deste acto notarial: José Madeira Coelho, alfaiate, morador em Guimarães; e Manuel de Sampaio, mestre entalhador, de Landim.

[240] "(…) *e logo pello thizoureiro do cofre foi lançado sobre huma meza o primeiro quartel de cento e trinta mil reis em bom dinheiro que elle mestre carpinteiro contou e achou serto e a seu poder levou de que dou fe (...) ".*

[241]*Vide* documento LXXVI, vol. II. Foram testemunhas presentes: Manuel Fernandes Novais, entalhador, da freguesia de São Miguel das Aves e Manuel José de Sousa, servo da Misericórdia.

No momento da assinatura deste contrato, o mestre carpinteiro recebeu 33$600 réis. A restante verba seria paga no meio e no fim da obra, depois de revista pela mesa da Misericórdia.

Com este acrescento efémero, a paisagem urbana da vila de Guimarães que se vislumbrava dos edifícios, renovava-se, abrindo uma das suas ruas aos espectáculos teatrais. Guimarães despertava para as comédias e a rua em cenário desse acontecimento.

A importância desta obra efémera edificada, bem demonstrativa do gosto da época, a escolha para a sua execução de um artista importante a trabalhar na vila na altura, constituem duas achegas para o estudo da arte vimaranense do século XVIII.



Fig. 21 – Antiga rua dos Trigais (C.M.G., 2001)



Fig. 22 – Assinaturas das partes intervenientes no contrato (A.M.A.P., N-1213, fls.185v-186)

Os empréstimos de dinheiro a juros dispendidos por instituições conventuais, por irmandades e pela Misericórdia são também um reflexo do dinamismo económico de Guimarães e do poder financeiro dessas instituições credoras de crédito. Estas instituições tinham um importante papel na atracção de capitais e na sua posterior mobilidade. Se parte, desses capitais era consumida por disposições de carácter religioso e artística, outra porção passava a circular em capitais financeiros através do crédito, transformando-se num factor de investimento económico e de especulação.

Detenhamo-nos por exemplo, na análise das despesas anuais do convento do Carmo no triénio de 1752-1754[242]. Como podemos verificar no quadro seguinte, as despesas totais durante o triénio da prioresa Josefa Luísa de Santa Rosa totalizam a soma de 21484$630 réis.

Quadro X

Despesas do Convento do Carmo no triénio de 1752-1754

ANO	DESPESA	%
1752	6014$605	28%
1753	4043$985	19%
1754	11426$040	53%
TOTAL	21484$630	100%

As despesas alcançaram o valor mais elevado no ano de 1754, representando 53% do total. Foram os dispêndios com o empréstimo de dinheiro a juros (7148$341 réis) que absorveram grande parte dos gastos (62%) nesse ano. Em 1752 e 1753, a concessão de crédito pelo convento, alcançou respectivamente a soma de 2150$000 e 830$000 réis. Surge ainda um gasto adicional de 52$375 réis relacionado com as despesas de uma dívida de difícil

[242] A.M.A.P., MC-583. Documento transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de - "O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 6, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2005, pp. 37-80.

cobrança a uma pessoa ausente no Brasil. Para o estudo pormenorizado, da concessão de crédito promovida por esta instituição conventual vimaranense subsistem dois livros de dinheiro a juros oriundos do cartório do convento[243].

Através do Livro de recibos do Convento de Santa Rosa de Lima relativo a 1725-1740, podemos encontrar diversos recibos de juros vencidos anualmente[244]. Citamos os seguintes casos, por serem os mais representativos e por se referirem a dois artistas locais. O primeiro exemplo, refere-se a Francisco Teixeira, ourives de ouro, que durante o dia 28 de Maio dos anos de 1736, 1737 e 1738 pagou de juro vencido 6$000 réis. O segundo caso, trata-se do conceituado pintor António Luís que pagou de juros que venciam em 21 de Outubro de 1738 e de 1739 a quantia de 7$800 réis[245].

Em relação a escrituras notariais de dinheiro dado a juros a 5% por Irmandades durante os séculos XVII e XVIII, encontramos centenas de casos que seria quase impossível aqui enumera-los[246]. Não abundam os estudos sobre esta temática em Guimarães[247], muito menos aqueles que se reportam à análise dos empréstimos concedidos pelas irmandades a artistas locais que reputamos serem uma fonte essencial para o estudo do seu percurso pessoal e profissional.

Além das instituições monásticas e das irmandades, a Misericórdia apresentava-se como uma importante instituição credora de crédito. No que concerne ao estudo da concessão de crédito pela Santa Casa, Américo Costa na sua dissertação de mestrado dedica-lhe um capítulo[248]. Neste estudo, o autor apresenta um gráfico do quantitativo concedido anualmente pela instituição e respectiva amortização durante o período de 1671-1799[249]. Através deste

[243] Tratam-se dos seguintes documentos: A.M.A.P., MC-581, Dinheiro a juros do Convento do Carmo (1752-1837), com 85 fólios e MC-582, Livro Dinheiro a juros (1731-1795), com 116 fólios.

[244] A.M.A.P., MC-96, Livro de recibos do Convento de Santa Rosa de Guimarães (1725-1740).

[245] A.M.A.P., MC-96, Livro de recibos do Convento de Santa Rosa de Guimarães (1725-1740).

[246] O empréstimo era uma prática comum como o atesta igualmente o facto da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, nos seus Estatutos de 1746, preverem a existência de um tesoureiro na sua orgânica interna, responsável pela cobrança dos juros, não podendo conceder crédito sem a anuência da mesa (COSTA, Américo Fernando da Silva –"A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)" – in *Cadernos do Noroeste*, nº 11, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1998, p. 149.

[247] Para os finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte, Manuela de Alcântara Santos debruçou-se sobre a concessão de crédito da Irmandade de São Nicolau (SANTOS, Manuela de Alcântara - *Sob o signo de S. Nicolau*, Museu Alberto Sampaio/ Irmandade de S. Nicolau, Guimarães, 1994,pp.9-11).

[248] COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800…,* pp.105-128.

[249] *Idem, ibidem,* gráfico nº17, p.106.

gráfico sabemos que o quantitativo da concessão de crédito evolui de forma irregular, sofrendo oscilações, "apresentando, no entanto, uma nítida tendência para o crescimento"[250]. O juro pago pelos próprios irmãos da Santa Casa foi geralmente de 3% enquanto, que para os restantes devedores o juro exigido totalizava 5%[251]. Relativamente à dispersão geográfica dos devedores, Américo Costa conclui que foram os habitantes da vila que mais recorreram à concessão de crédito, embora muitos dos devedores morassem nos concelhos de Ribeira de Soás, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Vieira do Minho, Felgueiras e Póvoa de Lanhoso[252]. Outros dispersavam-se por Vila Real, pelo Porto, Coimbra e Lisboa[253]. Quanto a devedores da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, naturais da cidade do Porto, encontramos o caso de um empréstimo realizado por ordem do Rei, a 12 de Janeiro de 1765, no qual Jerónimo Beleza de Andrade, Fidalgo da Casa Real, natural e morador na cidade do Porto, contraiu um empréstimo de três mil cruzados, de um total de dez mil cruzados, necessário para entrar na Companhia dos Vinhos do Alto Douro[254]. Neste contrato celebrado na Santa Casa de Guimarães, o devedor apresenta ao Provedor e os irmãos de primeira e segunda condição os seguintes fiadores: o seu pai, o mestre de Campo José Vicente de Andrade Beleza e seu irmão Luís Beleza de Andrade

Quanto a artistas, Américo Costa não se lhes refere, apenas mencionado que o grupo dos artesãos representava 13,33%, do total da caracterização sócioprofissional dos devedores[255]. Consultando os livros de notas da Santa Casa, encontramos os seguintes empréstimos a artistas locais:

[250] Cit. de *idem, ibidem*, p.105.

[251] *Idem, ibidem*, p.106. Como veremos mais à frente, no século XVIII encontramos vários casos em que o juro atinge 6%.

[252] *Idem, ibidem*, nota nº35, p.109.

[253] *Idem, ibidem,* p.110.

[254] A.S.C.M.G., "Trez mil cruzados *a juro dado sa Jeronimo Beleza de Andrade Fidalgo da Caza Real natural da cidade do Porto pera entrar na Companhia dos Vinhos do Alto Douro",* Livro de Notas (1763-1769), N-53, fls.75v-84v.Já um ano, após a criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, pelo Marques de Pombal, o rei D. José determinara que a Santa Casa emprestasse 4000 cruzados ao irmão da Santa Casa Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões, com juro de 5%, para este entrar no contrato das Vinhas do Alto Douro (COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, pp.116-117).

[255] COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, quadro nº7, p.111.

- A 5 de Março de 1688, Maria de Oliveira, mulher de João Fernandes, pedreiro, da freguesia de São Romão de Arões, dava consentimento à escritura que seu marido havia feito de uma divida de 50$000 réis[256];

- A 19 de Julho de 1692, Pedro Machado Gomes, pintor, morador na rua das Flores, da vila de Guimarães, "*nesesitando de vinte e sinco mil reis pera negocios de sua utillidade pedira ao dito Provedor e mais irmãos lhos quizessem dar a rezão de juro (...) de sinco por cento*" [257];

-A 1 de Setembro de 1693, Manuel de Freitas, pintor, morador Atrás de São Paio, recorre à Santa Casa para um empréstimo de 30$000 réis a juros de 5% por um período de um ano[258];

-A 27 de Março de 1695, Francisco de Paços, carpinteiro, morador junto à Relação, pedia à Misericórdia "*pera certos negocios de sua utilidade*" 20$000 réis, apresentando como seus fiadores, João da Silva, carpinteiro, morador na rua Nova; e Bento da Silva, de Santa Luzia[259];

- A 17 de Fevereiro de 1698, Manuel de Freitas Padrão, pintor, pedia 20$000 réis, à razão de juro de 5%[260];

-A 15 de Outubro de 1699, André Machado, mestre de pedraria, morador no Casal da Fonte, freguesia de São Romão de Arões, solicitava um empréstimo de 30$000 réis "*pera negócios*

[256] A.S.C.M.G., "*Outorga da mulher de João Fernandes pedreiro a escretura de que a Santa Caza lhe dava a rezão de juro",* Livro de Notas (1681-1691), N-40, fl.113-113v.

[257] A.S.C.M.G., "*Contrato 25 mil reis que deu esta Santa Casa a rezão de juro a Pedro Machado Gomes pintor morador na rua das Flores desta villa de Guimarães",* Livro de Notas (1691-1700), N-41, fls.37v-38. O devedor apresentava como seus fiadores: Luis de Almeida, tossador, morador na rua dos Mercadores; e Gonçalo Rodrigues, sapateiro, morador na Praça de São Tiago.

[258] A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro dado a rezão de juro que o provedor e irmãos da Misericorida dão a Manoel de Freitas pintor desta villa",* Livro de Notas (1691-1700), N-41, fls.53v-54. O pintor apresenta como seu fiador João Soares, mercador, morador na Praça do Peixe.

[259] A.S.C.M.G., "*Contrato de vinte mil reis dado a rezão de juro a Francisco de Paços carpinteiro morador a Relação desta villa fiadores Jezus da Silva carpinteiro da rua Nova e Bento da Silva de Santa Luzia",* Livro de Notas (1691-1700), N-41, fls.91v-92v.

[260] A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro dado a rezão de juro que deu a Meza e mais irmãos desta a Manoel de Freitas Padrão e fiadores João Ribeiro e Francisco Vas imaginario",* Livro de Notas (1691-1700), N-41, fls.146-147. Apresentava como fiadores: João Ribeiro morador na rua de Santa Maria; e Francisco Vaz Padrão, imaginário, morador na rua do Espírito Santo.

de seu primeiro utilidade", apresentado como seu João Peixoto, mestre de pedraria, do lugar de Subdevesa, freguesia de São Lourenço de Gulães, termo de Guimarães[261];

-A 3 de Março de 1702, o escultor António de Andrade morador Atrás de São Sebastião, requeria um crédito de 50$000 réis, apresentando como seus fiadores: Pedro Coelho, escultor, morador na freguesia de São João de Gondar (termo de Guimarães); e Cristovão Pinheiro, rendeiro, morador em Guimarães[262];

-A 14 de Maio de 1703, Gregório Veloso, carpinteiro, e sua mulher Francisca Fernandes, moradores na rua de Santa Maria, tornavam-se devedores da quantia de 20$000 réis, à razão de 6%, apresentando como seu fiador António da Silva morador na rua do Gado[263]. Igualmente hipotecavam as suas casas em que viviam na rua de Santa Maria, bem como a sua fazenda de Fondevila, sita na freguesia de São Cosme e Damião de Garfe, deste termo (atualmente pertence ao concelho de Póvoa de Lanhoso);

- A 8 de Junho de 1708, Domingos Francisco, carpinteiro, morador na rua Nova do Muro, pedia 30$000 réis, sendo os respectivos juros pagos a 2 de Abril de cada ano[264];

-A 17 de Dezembro de 1708, era feita um novo contrato de dinheiro à razão de 6% da quantia de 100$000 réis, entre a Misericórdia entre José Correia de Lacerda, pintor, morador na propriedade dos Trigães no Campo da Feira, extramuros da vila de Guimarães[265];

- A 8 de Novembro de 1716, era feito um novo contrato de dinheiro a juros de 6% da quantia de 30$000 réis, que a Santa Casa tinha emprestado a António Pinto, mestre pedreiro, morador no lugar das Bousinhas, da freguesia de São Lourenço de Cima de Selho, do termo de

---

[261] A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro dado a rezão de juro que esta Santa Caza deu a Andre Machado da freguezia de São Romão de Arões termo desta villa com fianças",* Livro de Notas (1691-1700), N-41, fls.184v-185.

[262] A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro dado a rezão de juro que o Procurador e irmãos da Misericordia derão a Antonio de Andrade escultor morador a São Sebastião arabalde desta villa. São 50 mil reis",* Livro de Notas (1700-1704), N-42, fls.44-45.

[263] A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro dado a rezão de juro pello Provedor e mais irmãos da Mizericordia a Gregorio Vellozo carpinteiro desta villa",* Livro de Notas (1700-1704), N-42, fls.97v-98v.

[264]A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro a rezão de juro dado a Domingos Francisco carpinteiro da rua Nova. São 30$000",* Livro de Notas (1705-1711), N-43, fls.109v-110v. Para maior segurança da Misericórdia apresentava como seu fiador: André da Costa, carpinteiro, morador na rua do Gado. O devedor assina de cruz.

[265]A.S.C.M.G., "*Reformação de nova obrigação e contrato de dinheiro que fes Joseph Correa de Lacerda pintor do Campo da Feira desta villa. São 100$000 reis",* Livro de Notas (1705-1711), N-43, fls.134-135. No primeiro contrato, o juro devido era de 5%. Os juros deveriam ser pagos até 2 de Abril de cada ano. Apresentava como seus fiadores o seu genro Domingos Fernandes, mercador, e Manuel Fernandes, mercador, ambos moradores na rua dos Mercadores.

Guimarães, a 23 de Outubro de 1709, devido à circunstância do seu fiador João Peixoto da Costa morador na freguesia de São Lourenço de Gulães ter falecido[266]. Neste novo contrato, é dito que devido ao facto de "*estar a prezente obrigação sem fiador (...)"* e do mestre pedreiro "*não poder de prezente pagar a dita cantia de que he devedor se ajustara com elle Provedor e mais Irmãos da meza de Primeira e Segunda condição de que dando novo fiador"* celebravam uma nova escritura[267], bem como hipotecava a sua herdade das Boucinhas "*e mais terras em que de prezente vivia na freguezia de Sam Lourenço de Sima de Selho*". Três anos depois, como António Pinto ainda não tinha liquidado o capital em divida, obrigava-se a apresentar como seu novo fiador e principal pagador Luís Pimenta de Távora morador no mosteiro das freiras de Santa Clara, de Guimarães[268].

- A 29 de Julho de 1728, Francisco Machado, oleiro, e sua mulher Ana Salgada, moradores na rua da Cruz da Pedra, arrabaldes de Guimarães, "*pera serto negocio de sua utelidade necesitavão de sento e vinte mil reis em dinheiro e por lhe ser mais conveniente tomallos a juros que desfazerece de seus bens e athe lhe caber o seu dote que lhe avia de dar a dita Santa Caza por ser a dita Anna Salgada da geraçam dos sento e vinte e oito mil reis fizerão sua pitição a elles Provedor e irmãos e se avião contratado com elles de lhe alugarem a dita coantia a juro a seis por sento por todo o tempo em que lho não tornacem ou lhe caber o dito dote e descontar nelle fazendo a seu pagamento (...)"*[269]. Neste contrato hipotecavam as suas moradas de casas em que viviam, sitas na rua da Cruz da Pedra, das quais umas eram foreiras a Estevão Machado de Miranda e outras foreiras à Câmara de Guimarães. Apresentavam ainda como fiadores João Francisco, oleiro, e Manuel Ferreira, mercador, moradores na mesma rua da Cruz da Pedra.

- A 21 de Agosto de 1728, Frutuoso Ribeiro, mestre carpinteiro, morador "*de presente*" na rua de Gatos, extramuros de Guimarães, torna-se devedor da quantia de 30$000 réis, cujos juros

[266]A.S.C.M.G., "*Reformação de novo contrato de dinheiro a juro que fes Antonio Pinto mestre de pedraria da freguezia de Sam Lourenço de Sima de Selho a esta Santa Irmandade",* Livro de Notas (1716-1729), N-46, fls.9v-10v. O mestre de pedraria assina "António Pinto de Sousa".

[267] Neste novo documento o devedor apresenta Alexandre Cardoso da Costa, lavrador, morador na sua quinta da Quintã, sita na freguesia de São Romão de Mesão Frio (termo de Guimarães).

[268]A.S.C.M.G., "*Nova obrigação de divida que fes Antonio Pinto pedreiro morador no lugar da Ribeira da freguezia de São Lourenço de Sima de Selho deste termo aos mais irmãos da Meza da Mizericorida desta villa",* Livro de Notas (1716-1729), N-46, fls.54v-56. Contrato firmado a 29 de Janeiro de 1719. Nesta data, António Pinto surge como morador no lugar da Ribeira, da freguesia de São Lourenço de Cima de Selho.

[269]A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro a juro e obrigação que fes Francisco Machado oleiro e sua mulher da Crus da Pedra. São 120 mil reis",* Livro de Notas (1716-1729), N-46, fls.260v-262v.

seriam pagos a 2 de Abril de cada ano, apresentando como seus fiadores José e Azevedo e Pascoal Lopes moradores na rua Travessa, arrabalde de Guimarães[270];

- A 30 de Agosto de 1729, Domingos Francisco, oleiro, morador Trás Gaia Fornos, da freguesia de São Miguel de Creixomil, pedia 30$000 réis a juro de 6%,apresentando como seu fiador João da Costa, pinto, morador na rua de Gatos, extramuros de Guimarães e André da Silva, carpinteiro, morador na rua Nova das Oliveira[271];

-A 28 de Outubro de 1738, Manuel Francisco, carpinteiro, e a sua mulher Felícia Pereira, moradores na rua de Santa Cruz, extramuros de Guimarães, contrariam um empréstimo de 50$000 réis a juros[272]. Duas décadas depois, reencontramos este casal a contrair novo empréstimo, no valor de 60$000 réis, pagos a juros a 2 de Abril de cada ano, apresentando os fiadores Francisco da Silva morador nos Palheiros e Domingos Gomes, carpinteiro, morador "*ao pe do arco*", ambos da vila de Guimarães, e o seu irmão e cunhado Manuel Pereira, da freguesia de Santa Marinha da Costa, deste termo[273]. Por fim, a 23 de Março de 1763, o Manuel Francisco firma nova contrato de divida. Agora no valor de 60$000 réis, como fiadores Manuel Lopes da Cunha Velho morador Atrás São Paio[274];

-A 22 de Abril de 1743, João Ribeiro, mestre carpinteiro, morador na sua propriedade das Vendas da freguesia de São João de Ponte, do termo de Guimarães, "*pera certo negocio de soa muito grande utilidade principalmente pera pagamento de huma divida que ficou devendo o defunto seu sogro Manoel Fernandes a que estava obrigada a dita propriedade das Vendas que delle ficou (...) por seu falecimento ficou senhor lhe herão presisos trinta e cinco mil reis e asim por se não desfazer de seu bem (...) lhe pareceo ser lhe de mais conveniências a toma los a rezão de juro (...)".* O carpinteiro comprometia-se a pagar os juros todos os anos a 2 de Abril, apresentando os seguintes fiadores: António Ribeiro,

[270]A.S.C.M.G., "*Contrato de dinheiro a juro a Frutuozo Ribeiro carpinteiro desta villa",* Livro de Notas (1716-1729), N-46, fls.271-272v.

[271]A.S.C.M.G., "*Trinta mil reis a juro que se derão a Domingos Francisco oleiro de Tras Gaia",* Livro de Notas (1729-1730), N-47, fls.22-23.

[272]A.S.C.M.G., "*Sincoenta mil reis a juro a Manoel Francisco carpinteiro da rua Santa Crux ",* Livro de Notas (1736-1743), N-49, fls.91v-93.

[273]A.S.C.M.G., "*Sesenta mil reis dados a juro a Manoel Francisco carpinteiro e sua molher moradores a Santa Crus arabalde desta villa ",* Livro de Notas (1753-1763), N-51, fls.154-156. Contrato celebrado a 26 de Fevereiro de 1758.

[274]A.S.C.M.G., "*60$000 reis a juros dados a Manoel Francisco carpinteiro morador a Santa Cruz",* Livro de Notas (1753-1763), N-51, fls.165v-167.

lavrador, e morador no seu Casal de Posso de Baixo, e a Domingos Ribeiro, lavrador, do lugar de São Gemil, ambos da freguesia de São João de Ponte[275];

- A 25 de Janeiro de 1745, Alexandre Pinto de Queirós, mestre de obras da freguesia de Santo Estevão de Penso, termo de Braga, "*porem ora asistente nesta villa"*, requeria de empréstimo 135$000 réis a juros pagos a 2 de Abril "*como he estillo observado nesta dita Caza da Santa Mizericordia*". O mestre hipotecava o seu Casal e propriedade e pertenças sitas na freguesia de Santo Estêvão de Urgezes "*que hera (...) de prazo de vidas de livre nomiação em que hera primeira vida de que hera dito senhorio os fidalgos da rua da Cadea desta villa de quem tinha consentimento pera esta ipoteca que fazia",* apresentando como seus fiadores o Reverendo Cónego José Bernardo de Carvalho, da vila de Guimarães, e José de Abreu de Moreira, espingardeiro e serralheiro, morador na rua Travessa, de Guimarães, e Domingos Gonçalves, lavrador, morador no lugar da Casa Velha, da freguesia de Santo Estevão de Urgeses, deste termo [276].

[275]A.S.C.M.G., "*35$000 a juro a João Ribeiro carpinteiro das vendas de São João de Ponte ",* Livro de Notas (1736-1743), N-50, fls.10-11v.

[276]A.S.C.M.G., "*Cento e trinta mil reis a juros dados a Alexandre Pinto de Queiros mestre de obras desta villa ",* Livro de Notas (1736-1743), N-50, fls.45v-47.

2. A ORGÂNICA DO PODER

2.1.1. O Duque de Bragança

A vila de Guimarães esteve desde cedo associada ao fundador da Casa de Bragança.

O imponente Paço dos Duques de Bragança foi erigido por D. Afonso[277], filho bastardo de D. João I, e por ele legitimado em 1401[278]. D. Afonso foi o 8º Conde de Barcelos, título que recebeu em 1401, e 1º Duque de Bragança, desde 1442[279]. Em 1402, desposou D. Beatriz Pereira, filha única do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, de quem teve dois filhos. Enviuvou em 1414, e em 1420, casou com D. Constança de Noronha, filha do Conde de Gijon[280]. A data em que se deverá ter iniciado a construção do Paço dos Duques, de Guimarães, perto do Castelo, acima da rua do Sabugal não é uniforme para todos os autores. Alguns apresentam o início em 1420[281], enquanto que Maria da Conceição Falcão Ferreira manifesta o ano de 1414[282]. Isabel Maria Fernandes e António José Oliveira mencionam para o ano de 1412, a existência de Afonso Eanes, carpinteiro do Conde, morador em

[277] O Conde D. Afonso deixou igualmente o seu nome ligado à construção do Paço Condal de Barcelos.

[278] OLIVEIRA, Martins J.P. – *A vida de Nuno Álvares*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1893, p.394; BRITO, Mónica – "Paço dos Duques de Bragança", in *Guia de Turismo Cientifico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho, coord. por Said Jalali, 2009, pp.112-119.

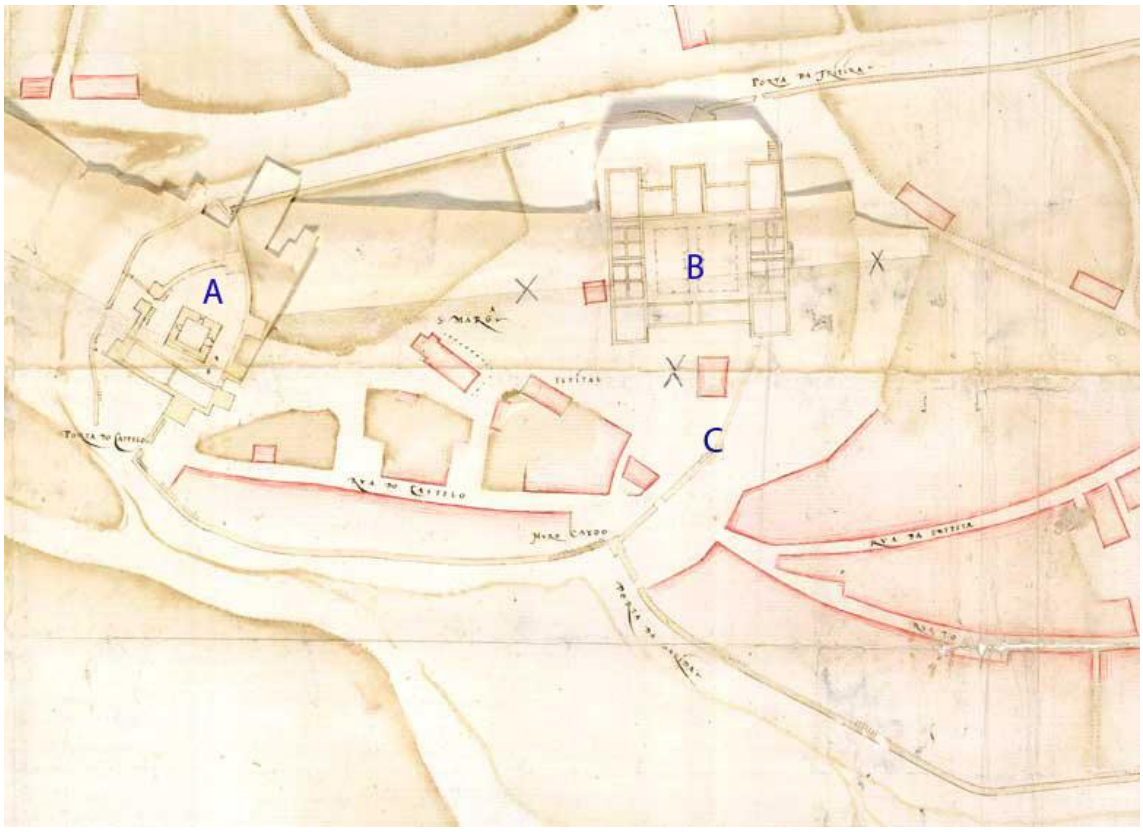
[279] BARROCA, Mário Jorge – "Palacio dos Dvqves de Braganza: apontamentos do estado actval: interior", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.92.

[280] PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA: GUIMARÃES, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, nº 102 1960, p. 7; BARROCA, Mário Jorge – *obra cit.*, p.92.

[281] PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA: GUIMARÃES, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*…, p. 7; SILVA – José Custódio Vieira da - "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 30. Mário Barroca defende que a sua construção pode ser balizada entre 1420 e 1433 (BARROCA, Mário Jorge – *obra cit.*, p.92)

[282] Esta investigadora refere documentação na qual nesse ano os caseiros e lavradores da Colegiada foram obrigados a pagar quatro reais, para a construção do edifício que "queriam fazer" (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*…, nota 142, p. 67). Noutro artigo, a referida autora apresenta a mesma cronologia (*idem* – "Guimarães", *in Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, vol. 1, I.N.I.C., 1990, p.18).

Guimarães[283]. Tratar-se-ia de algum carpinteiro a trabalhar na construção do Paço, ou apenas de um carpinteiro que integrava a comitiva do Conde? Em 1440-1441, temos conhecimento de Inês Pires, camareira do Conde, umas das habitantes o paço ducal, que trazia emprazadas umas casas do Cabido da Colegiada de Guimarães sitas na rua Escura[284].



A- Castelo B – Paço dos Duques de Bragança C – Cerca velha

Fig. 23 – Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

Desde 18 de Junho de 1449, o Conde D. Afonso torna-se senhor de Guimarães a título vitalício, o que o rei D. Afonso V, um mês depois (carta dada em Lisboa a 4 de Julho de

[283] FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "Ofícios e mestres vimaranenses nos séculos XV e XVI…", p.88. Trata-se de um documento datado de 22 de Junho de 1412 (A.M.A.P., C-928 (nota antiga, livro nº 10), fls. 28v-29.

[284] A.M.A.P., C-604, Livro da Fazenda do Cabido, nº1, fl.21v. Documento apresentado em primeira mão por FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp.86-87.

1449) torna hereditário[285]. A burguesia vimaranense protesta, alegando o privilégio de serem uma vila régia. Assim Guimarães fica na posse da Casa de Bragança, "até ao curto interregno de D. João II"[286]. Durante o reinado deste monarca, em que Guimarães retoma para a posse da Coroa, a 14 de Agosto de 1484, o rei D. João II nomeia João Dias como seu carpinteiro na vila de Guimarães recebendo de mantimento 20 alqueires de centeio, 30 alqueires de milho e 30 almudes de vinho[287]. Renunciou ao cargo em 1488. Seu genro Afonso Eanes vai-lhe suceder ao cargo em 1490[288]. A 20 de Dezembro de 1490, o rei D. João II, nomeou-o carpinteiro dos seus Paços da vila de Guimarães. Receberia por ano de mantimento: 30 alqueires de centeio, 30 alqueires de milho e 30 almudes de vinho[289].

Em 1463, denominado já como "senhor" da vila de Guimarães, D. Fernando, 3º Duque de Bragança, por doação do rei D. Afonso V, recebe Guimarães com todas as suas rendas e tributos[290]. Em 1496, o rei D. Manuel I dá o senhorio da vila de Guimarães a D. Jaime I, 2º Duque de Guimarães[291], em oposição à política levada a cabo por D. João II, que invalidara qualquer força que se opusesse à sua autoridade[292]. Com o falecimento de D. Duarte, sexto duque de Bragança, que morreu sem descendência directa, a vila reverteria para a Coroa[293]. No entanto, após um longo processo, D. Teodósio, sétimo Duque de Bragança, consegue através de um alvará de 1627, em que Filipe II, confirmava os seus direitos sobre

[285] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão –" Duas vilas de um só povo", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.39. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Carta régia de Privilégio de D. Afonso V, em favor de D. Afonso, conde de Barcelos e duque de Bragança e senhor de Guimarães", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.91.

[286] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão –" Duas vilas de um só povo", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*…, p.39.

[287] VITERBO, Sousa – "Artistas e artífices de Guimarães: notícia documental", in *Revista de Guimarães*, nº 33, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1896, p.178.

[288] *Idem, ibidem*, pp.176-177.

[289] *Idem, ibidem*, p.176-178.

[290] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "Guimarães", *in Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, vol. 1, I.N.I.C., 1990, p.18.

[291] *Idem, ibidem*, p.18.

[292] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "Guimarães entre poderes (do século XIII a finais do século XV)", in *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.1, p. 203.

[293] *Idem, ibidem*, p. 206.

Guimarães[294]. Fazem-se ouvir em Guimarães vozes contra esta decisão[295]. Com o falecimento de D. Teodósio, seu filho D. João tenta de novo assenhorar-se de Guimarães[296]. Neste processo chega-se a uma posição intermédia: era-lhe concedido, em 1638, o título de Duque de Guimarães, mas sem quaisquer rendas ou senhorios[297]. Dois anos depois, com a subida ao trono de D. João, como rei de Portugal, Guimarães regressa definitivamente à esfera régia.

Como podemos constar, aliás fato já reafirmado por Conceição Falcão Ferreira, Guimarães revelava-se um centro urbano desejado pelos poderosos de então[298].

O último habitante do Paço dos Duques foi D. Duarte (1541-1576), quinto duque de Guimarães, irmão da duquesa de Catarina, e filho do infante D. Duarte e da infanta D. Isabel[299]. A partir desta altura e com a maior protuberância do Paço de Vila Viçosa, o Paço ducal de Guimarães inicia o seu lento processo de decadência que culminará com a sua adaptação em 1807, a aquartelamento militar[300], e por fim à sua reconstrução pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nas décadas de 40 e 50 do século XX[301].

---

[294] *Idem, ibidem*, p. 206.

[295] Veja-se: *idem, ibidem*, pp.206-207.

[296] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 86.

[297] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p. 207.

[298] *Idem, ibidem*, p. 211.

[299] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 413-414; BRITO, Mónica – *obra cit.*, p.113.

[300] MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O Património urbano de Guimarães no contexto da Época Contemporânea (séculos XIX-XX): permanências e alterações*, dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga, 2000, vol.1, policopiada, pp. 31, 69. A mesma autora apresenta a sua evolução como espaço militar ao longo de todo o século XIX (*idem, ibidem*, pp. 69-71). Em 1932, o Paço dos Duques passaria da alçada do Ministério da Guerra para o Ministério da Instrução, e quatro anos depois perderia a sua função militar com a saída do último soldado (*idem, ibidem*, p. 335 e 345)

[301] Ainda no final da Monarquia, este imóvel é classificado como Monumento Nacional, pelo Diário do Governo, nº 136 de 16 de Junho de 1910. Sobre o seu restauro promovido pela DGEMN, veja-se: PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA: GUIMARÃES, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos…*; MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*; BRITO, Maria Mónica Carrusca Pimenta de – *Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: metamorfe da imagem na Época Contemporânea*, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003, 3 vols., policopiada; BRITO, Mónica – *obra cit.*, p.113-116;

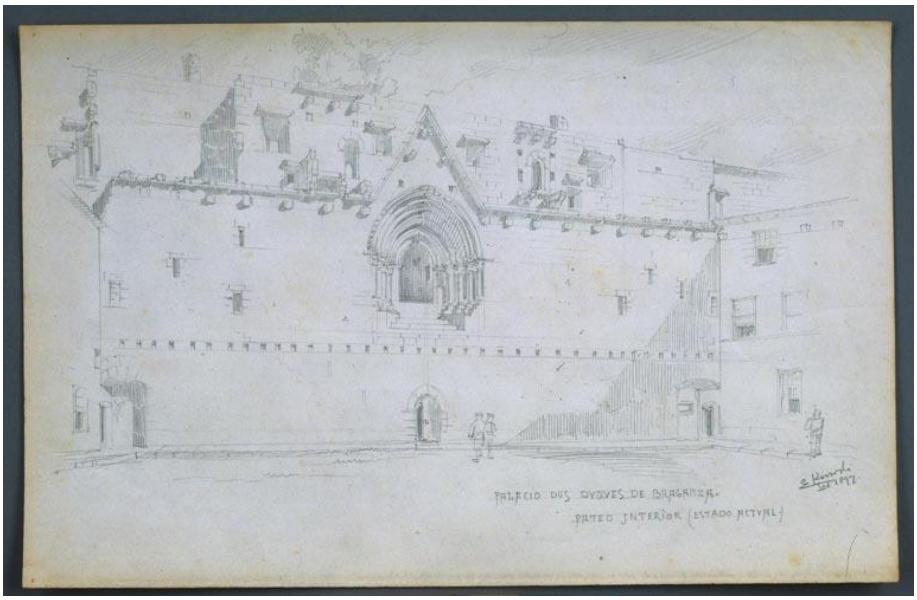


Fig. 24 – Palácio dos Duques de Bragança: pátio interior Desenho a lápis sobre papel de Ernesto Korrodi (1897)[302], MAS, nº inv: 85 I (1)

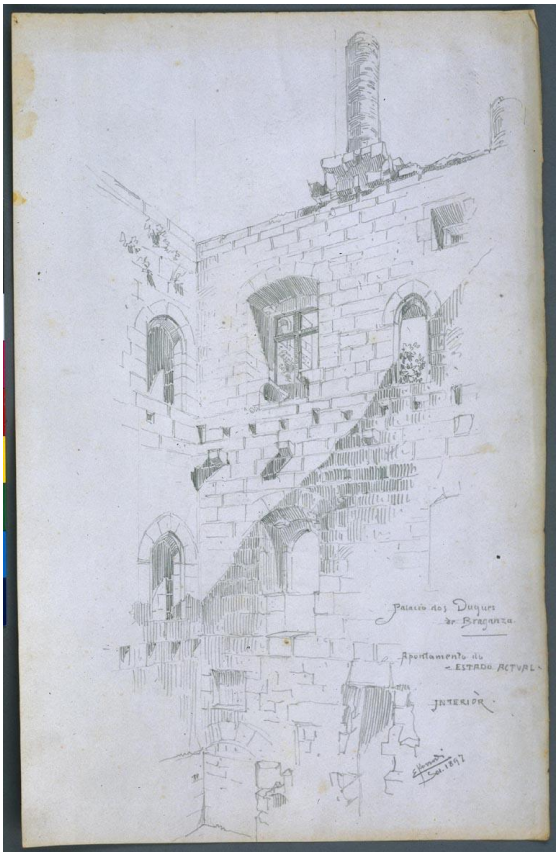


Fig. 25 – Palácio dos Duques de Bragança: apontamentos do estado actual: interior. Desenho a lápis sobre papel de Ernesto Korrodi (1897), MAS, nº inv: 85 I (3)

[302] Este desenho e o seguinte da autoria de Korrodi e atualmente propriedade do Museu de Alberto Sampaio, foram realizados quando este arquiteto suíço estava empenhado no restauro do Castelo de Leiria. Foram publicados e expostos pela primeira vez ao público por: BARROCA, Mário Jorge – "Palacio dos Dvqves de Braganza: apontamentos do estado actval: interior"…, p.43 e 92.

Este imóvel sempre teve uma importante singularidade na paisagem urbana da vila de Guimarães e no seu próprio imaginário histórico. Um dos monógrafos vimaranenses, em 1692, exaltava as características artísticas e arquitectónicas deste palácio, nestes modos:

" *(...) mandou o Sr. D. Affonso Duque de Bragança fundar um palácio, na magestade sem segundo, e o primeiro na architectura, feito em quadra, com tão insigne arte, que deixa suspenso o discurso, e a vista embaraçada na repartição de sua fabrica"* [303].

Nas memórias paroquiais de 1758, encontramos a seguinte descrição deste edifício, nos seguintes moldes:

"(…) *mando fabricar hum sumptuozo palácio Dom Afonso (...). A arquitectura desta obra hé regular, devedida em coatro quartos de sumptuoza grandeza tendo no meio delles hum claustro de coatro naves feito de arcarias com barandas por cima que fazem entrada para a capella da qual como de todo o mais palacio não existe hoje mais que as paredes. No portico desta capella se admiram seis colunas de excelente jaspe devizando-se em cada coatro multeplicidade de cazas que muitas dellas sobem admaziada altura. A fachada que fica no Sul tem bastante comprimento com onze janellas de exceciva grandeza partidas cada huma com cruzes de pedra. Aos lados desta fachada se levanta o edeficio em outro andar a modo de turrioins tendo cada hum três janellas da mesma sorte. E subindo-se por escadas entre as paredes tem por cima vistozas barandas donde se descobre huma dilatada e aprazivel vista. Não se chegou a acabar esta maquina por faltar a vida ao seu fundador"*[304].

Nesta interessante e completa descrição é feita menção à sumptuosidade e grandeza da construção dos Paços dos Duques, bem como ao seu avançado estado de deterioração geral.

[303] AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p.155.

[304] CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 335.



Fig. 26 – Bilhete-postal da parte posterior dos Paços dos Duques de Bragança. (inícios dos século XX. Edição de Manuel Carneiro – Braga).

Aquando da estada pastoral de D. José de Bragança, a Guimarães durante 1746-48, o arcebispo visitou este edifício construído pelos seus antepassados. Nessa visita ao Paço Ducal realizada a 7 de Janeiro de 1748, o Arcebispo apreciou a "magestoza grandeza daquella architectura, de que inferio o generozo animo do seu fundador, rompeo nas expressoens de acreditar aquella obra por huma das maravilhas dos seculos passados (…)[305]". Vendo tão majestoso palácio, D. José de Bragança pensou na sua reedificação. No entanto, vendo o "excessivo dispêndio, a que o persuadia a grandeza do animo"[306] conteve-se em erigir um edifício, no terreiro da Misericórdia[307].

O significado simbólico para Guimarães do Paço dos Duques de Bragança, desde a Idade Média até à actualidade está relacionado com o seu elo à dinastia de Avis, a D. Nuno

[305] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e - *Guimarães Agradecido, aplauso metrico que a celebre academia da muito notavel villa de Guimaraens recitou na prezença, e em louvor do Serenissimo Senhor D.Jozé Arcebispo, e Senhor Primaz das Hespanhas, com uma breve narração da Entrada, e Progressos daquelle Principe na mesma villa*, 1 vol, Coimbra, 1747, p.14.

[306] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.69.

[307] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.69. Trata-se do atual imóvel, conhecido por Casa dos Coutos, ocupado pelo Tribunal da Relação de Guimarães.

Alvares Pereira, e por conseguinte à Batalha de Aljubarrota, da qual Guimarães está ligada, como veremos mais à frente. E claro, à dinastia de Bragança e à coroa Portuguesa[308].

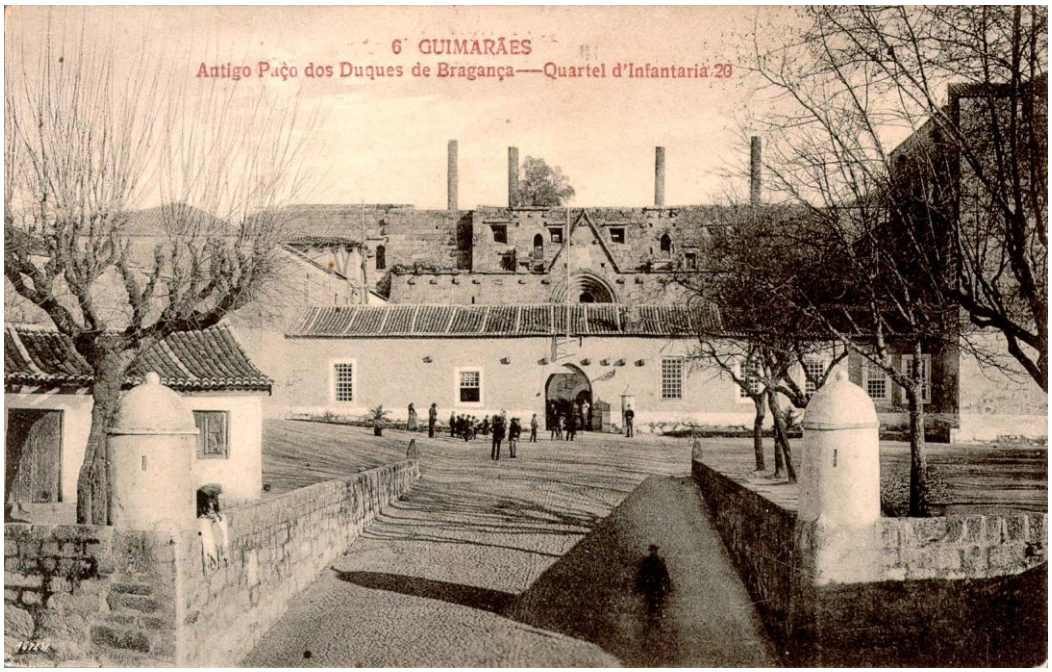


Fig. 27 – Bilhete-postal dos antigos Paços dos Duques de Bragança: Quartel de Infantaria 20 (inícios dos século XX. Edição da Tabacaria Lemos – Guimarães).

[308] A própria reconstrução do Castelo de Guimarães e do Paço Ducal (integrados na denominada "colina sagrada") pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas está intimamente ligada às comemorações do duplo centenário (1140/1640/1940) e à política nacionalista do Estado Novo.



Fig. 28 – Vista área do Paço dos Duques (C.M.G. - 2001)

2.1.2. A Câmara

O governo do senado camarário era constituído por três vereadores e pelo Procurador do Concelho[309]. Ao longo dos séculos, o cargo de vereador era ocupado pelos membros das elites e das oligarquias locais[310], enquanto que o cargo de Procurador do Concelho esteve por inúmeras vezes na alçada dos mercadores[311]. Dois representantes dos doze mesteres[312] eram eleitos anualmente para assistirem às sessões da Câmara, sendo-lhes permitido discutirem e darem pareceres em questões administrativas[313]. Nas sessões de maior importância e magnas assistiam, igualmente o Corregedor, o Juiz de Fora e o Provedor[314]. Além deste oficialato, existia o Juiz dos Órfãos, Juiz dos cativos, almotacés, Almoxarife e o superintendente dos Tabacos[315].

O Senado era nomeado por "Sua Majestade em pautas" [316]. Mas sessões do Senado participava também o escrivão da Câmara[317], que lavrava as actas da vereação, as escrituras e anotava as despesas e receitas nos respectivos livros. O pregoeiro lançava o pregão pela vila, das deliberações mais importantes do Senado, bem como das arrematações de obras de carácter municipal.

---

[309] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 100; BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense…*, p. 39; COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII…*, p.18.

[310] COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, p.18.

[311] BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, p. 41; COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, pp.18-19.

[312] Os doze mesteres dos doze ofícios tomavam juramento em vereação (A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.61-61v, vereação de 5 de Janeiro de 1665). Nestes doze mesteres encontrámos, por exemplo: oleiros, serralheiros, bainheiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros. Ao percorrermos os livros da vereação encontramos um caso singular aquando da eleição de um mester para servir na mesa da Câmara. Trata-se de uma eleição efectuada a 24 de Novembro de 1759, na qual é eleito José Ribeiro de Faria (A.M.A.P, M-1823, livro da vereação nº29, fls.15-15v). No entanto, como este indivíduo não sabia ler nem escrever, "*requizito muito necesario pera servir de mister desta meza*" (A.M.A.P, M-1823, livro da vereação nº29, fls.15-15v), imediatamente os mesteres dos doze repetirão a votação, votando em José Lopes, bainheiro, "*por saber ler e escrever e ser capaz*".

[313] BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, p. 39; COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, p.19.

[314] BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, p. 40. O Provedor era nomeado pelo rei por 3 anos, sendo todas as deliberações tomadas pela Câmara tomadas com a sua aprovação *(idem, ibidem*, p. 40).

[315] CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 355, 364 e 368.

[316] *Idem, ibidem*, p. 368.

[317] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 100;

Como já referimos, as instalações do governo municipal, repartiam-se por dois edifícios situados no ângulo norte/poente da Praça da Oliveira: a Casa da Câmara e o Paço do Concelho.

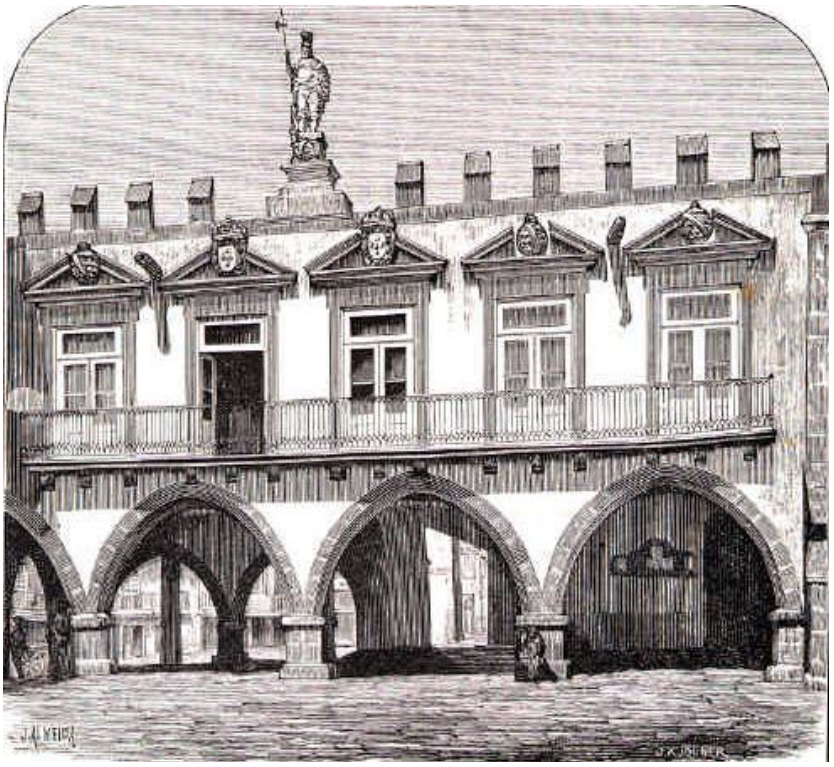


Fig. 29 - Casa da Câmara de Guimarães — Desenho de João de Almeida (extraído de VIEIRA, José Augusto – O Minho Pitoresco, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, tomo I, 1886)

Relativamente ao interior da Casa da Câmara, sede das reuniões da vereação, é mencionado a existência da capela instituída pelo Dr. Baltazar Vieira[318]. Esta capela estava metida nas paredes, fechando-se através de portas. Tal como é referido no tombo de 1612, neste oratório continuavam-se a celebrar missas todas as quartas-feiras e sábados, que eram os dias das reuniões da vereação[319].

[318] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fl.22.

[319] Francisco Craesbeek no seu relato de 1726, afirma que nesta capela "se dis missa antes de entrar a Vereação" (CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 100). Sobre as actas da vereação do Senado vimaranense, vide: BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp.129-261; FARIA, João Lopes de – *obra cit.*, pp. 13-166; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Apontamentos para a história de Guimarães. Livro dos acórdãos desta Câmara da vila de Guimarães feitos no ano de 1692", in *Revista de Guimarães*, vol. 26, Guimarães, 1909, pp. 140-161.

O Tombo de 1735 tem a particularidade de serem aí arrolados o património móvel da Casa do Senado[320]. Nesta perspectiva, este documento é de importância fundamental quer para os estudos de História de Arte, nomeadamente os de ourivesaria, de têxteis, pintura e mobiliário, quer para a reconstituição do espaço interno da Casa do Senado, quer para sociabilidade e orgânica e vivência interna da própria instituição promotora. Para que se conheça quais os bens móveis que se encontravam no interior da Casa do Senado[321], apresentamos uma tabela com os que vêm indicados no Tombo de 1735[322]:

Quadro XI

Bens móveis da Casa do Senado em 1735

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
1	Mesa	Autos da vereação		Com seus assentos de encosto. Está levantada sobre dois degraus. Guarnecida com suas bandas de veludo caremezim de "*tercio*". Em roda possui franjas e galões de ouro fino. Coberta pela parte de cima de couro vermelho pregado em roda com "*xarambazes"* dourados.			
3	Tinteiros[323]		Prata	"*lavrados com suas Armas*		Grandes	"*cada*

[320] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fls. 23v-27.

[321] Acerca dos inventários do mobiliário da Câmara do Porto, no século XVIII, vide: ANTUNES, Manuel Engrácia - "Notas sobre inventários de mobiliário da Câmara Municipal do Porto", in *II Congresso Internacional do Barroco,* Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 439-458.

[322] Alberto Braga refere-se sumariamente aos bens da casa do senado (BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp.298-300).

[323] Vide fig. 30. Estas três peças de ourivesaria civil encontram-se expostas na sala de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio. Estes tinteiros foram depositados pela Câmara Municipal de Guimarães no museu, possuem os seguintes números de inventário: MAS OD 1, 2, 3. Sobre estes tinteiros veja-se: SANTOS, Manuela de

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
				Reais e outros varios feitios com a imagem feito tudo de prata de Nossa Senhra da Oliveira como tambem as Armas de Guimarães com suas cobertouras tambem de prata, e são estes tinteiros do feitio de caldeiras"			*um pouco mais ou menos dous marcos de prata*" [324]
3	Poeiras[325]		Prata	Lavradas			
1	Campainha da mesa		Prata				
2	Castiçais da mesa		Prata				
1	Galheta e respectivo prato	*"Servem na missa que se diz na capela da casa da Câmara"*	Prata				
1	Cálice e patena[326]		prata				

Alcântara; SILVA, Nuno Vassallo e – *A colecção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998, p.94; SANTOS, Manuela Alcântara – "Tinteiros", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 76; *idem* – "Ourivesaria", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio,* Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.50-51.

[324] Estes tinteiros possuem respectivamente as seguintes dimensões e peso:

Alt. 10,5 cm; diâm. 11 cm; peso 441 g;

Alt. 10,5 cm; diâm. 11cm; peso 441 g;

Alt. 11 cm; diâm 10,5 cm; peso 441 g.

[325] Estes três areeiros encontram-se atualmente no Museu de Alberto Sampaio (SANTOS, Manuela Alcântara – "Ourivesaria", in *Roteiro…,* , p.51). Possuem os seguintes números de inventário: MAS OD 4,5 e 6. Vide fig nº31.

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
1	Estandarte	Serve na procissão que se faz no Domingo do Anjo[327]	Damasco carmesim com franja de ouro e suas borlas	No meio do estandarte estava representada a figura do Anjo Custódio			
1	Pálio	Serve nas procissões da Câmara	Borcatel de ouro	Sustido por varas de pau			
8	Cadeiras	Onde se sentava o Senado nas procissões		Veludo de carmesim, com pregarias douradas e suas franjas de fio de ouro	Já usadas		
2	Tamboretes	Onde os mesteres se sentavam nas procissões	Couro				
2	Escabelos	Num sentava-se o síndico do Senado e no outro os mesteres nas vereações		De encosto			
1	"*ordena*"						

[326] Neste item é mencionado sem os especificar: "*e todos os mais aparelhos e preparamentos com que se diz a missa*".

[327] Segundo este item, esta procissão iniciava-se na Insigne e Real Colegiada até à "*primeira igreja que ouve nella e chamada a igreja de São Miguel do Castelo"*, sendo o estandarte transportado pelo Doutor Juiz de Fora da vila de Guimarães. No regresso, da procissão desde a Igreja de São Miguel do Castelo até à Igreja da Colegiada, o estandarte era levado pelo vereador mais velho (A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6, fls. 24v)

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
1	Marco		De latão	Com todos os pesos "*asim grossos meudos com suas armas reais*"			
1	Lote de medidas	Medir o pão	De latão	"*com duas armas reais entrando neste dito lote maquia e meia maquia e tambem dous razoiros? de latão tambem com armas reais"*			
1	Lote de medidas	Medir o pão	De pau		Todos de pau novo		
1	Lote de medidas	Medir o vinho e o azeite	De cobre				
1	Estalão			De vara e forcado de ferro			
1	Argola	Da erva?	De ferro				
1	Medida de taboada	De medir a sola	De cobre				
1	Lote de pesos	"*Que tem o aferidor por onde afere ao povo*"	De ferro				
[328]	Balanças	Para na Casa do Senado se cotejarem os pesos		De pau com hum braço de ferro "*e as pernas em que se poem as ditas* balanças *(...) com duas cadeias de ferro*"			
2	Gramalheiras e várias algemas	De levar os presos á Relação do Porto	De ferro				
2	Lotes de varas			Douradas com suas armas			

[328] Neste item é mencionado "*humas*".

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
	de vereadores, procurador e mesteres			reais			
1	Guarda-roupa	Guardam os bens preciosos da Câmara		Com três repartimentos	Nova	Grande	
1	Guarda-roupa			Com dois repartimentos. Guarda-roupa "*pintada de varias pinturas*"		Grande	
5	Targois	*"Mandou o Senado fazer pera ornatos da Caza da Camara na procição do Corpus Christis*"	Pano	Pintados em pano com suas armas			
1	Painel			Com a imagem de Nossa Senhora da Oliveira			
1	Painel			Com as armas reais			
1	Mesa				Usada	Grande	
13	Covelos			Rasos	Usados		
1	Pano	Põe em cima da mesa do (…)	Damasco		Usado		
1	Alcatifa				Usada		
1	Pano	"*Que se põem na (...) no pe da em que o Doutor*	Damasco	Carmesim com franjas de ouro fino	Novo		

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
		Juiz de Fora faz as audiencias ”					
1	Pano	“*que toma toda a mesa que esta na caza do paço do concelho em que se fazem as audiencias na coal escrevem doze escrivans onze do juizo de fora e hum do reguengo*”		Verde com sua franja de retrós		Grande	
1	Pano	Da mesa do Distribuidor		Verde			
[329]	Oras	Servem do Doutor Juiz de Fora nas audiências dar o juramento		De marroquim encarnado com presilhas de prata			

[329] Neste item é mencionado “*humas*”.

Quantidade	Designação	Função	Material	Características	Estado	Tamanho	Peso
		às partes					
1	Relógio	Só tange nas festas solenes do Senado e dos nascimentos dos Príncipes		Encontrava-se em cima da torre dos sinos da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira			

Em 1726 são referenciados por um monógrafo, dois tinteiros "muito grandes de prata lavrada", que se conservam na Casa da Câmara[330]. O mesmo autor afirma que neste imóvel de arquitectura civil se encontravam num armário as medidas antigas "a que vem aferir os da Comarca"[331], e os Cartório dos pergaminhos.



Fig. 30 – Tinteiros expostos no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)

[330] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 100.

[331] *Idem, ibidem,* p. 100.



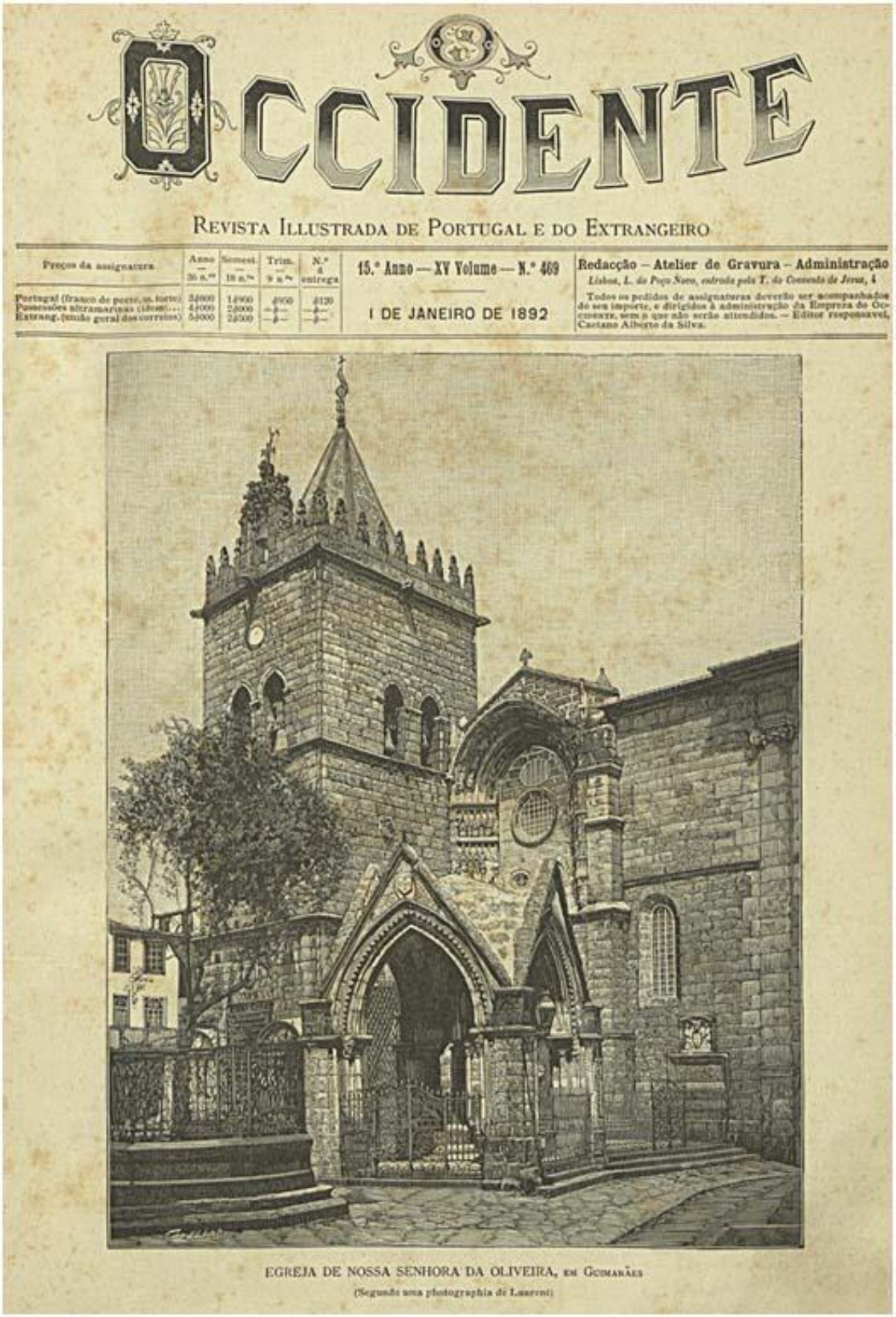
Fig. 31 – Poeiras expostas no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)

Nos diversos livros de Vereação, reencontramos vários informes acerca de alguns bens contidos no quadro anterior, vejamos:

-Na vereação de 27 de Janeiro de 1666, os vereadores decidem pôr a pregão o conserto do relógio da vila de Guimarães a quem o fizesse "*fazer mais barato he que o pregoeiro o apregasse ahi por todas as ruas publicas desta villa (...)*"[332]. Em 1744, o relógio é alvo de uma nova intervenção, pois o sino encontrava-se quebrado. Deste modo, a 1 de Janeiro desse ano, na Casa da Câmara, José Rodrigues, fundidor de sinos, da cidade de Braga, arremata a fundição de um novo sino, nas seguintes condições:

"*fundir hum sino novo do mesmo pezo arova mais ou menos e que não excedera mais do que arova e meia com a declaração que servindo nas vozes e cazo que não sirva o tornara a levar a sua custa e fundirá outro e servindo e tomará o sino velho a desconto pezo por pezo desmenuindo em cada arova do velho dous arateis e (...) destes dous arateis se lhe não dará feitio e o que crescer do pezo de hum a outro se lhe pagará a tres testoes por aratel e se o velho pezar mais pagará a duzentos e quarenta reis por aratel e que athe o fim de Março o daria acabado (...)"*[333].

[332] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.124-124v.
[333] A.M.A.P, M-1820, livro da vereação nº26, fls.64v-65. Na margem esquerda deste termo, é anotado que se pôs o relógio a 26 de Junho de 1744 na torre da Colegiada.



O CIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno	Semest.	Trim.	N.º avulso
	36 n.ºs	18 n.ºs	9 n.ºs	entrega
Portugal (franco de porte, m. norte)	3$600	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

15.º Anno — XV Volume — N.º 469

1 DE JANEIRO DE 1892

Redacção — Atelier de Gravura — Administração

Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do Occidente, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel, Caetano Alberto da Silva.

EGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA, EM GUIMARÃES

(Segundo uma photographia de Lauren).

Fig. 32 - Igreja e Praça de Santa Maria da Oliveira. No cimo da torre da Colegiada podemos observar o sino do relógio da Câmara (capa do Ocidente: *Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 1de Janeiro de 1892, 15ºano, vol. 15, nº469)

- A 12 de Julho de 1730, em vereação é acordado que o Procurador do Concelho mandasse fazer um novo estandarte deste Senado, por este se achar "*muito roto e incapas de sahir a actos publicos*"[334]. É acordado que o estandarte fosse feito de damasco carmesim, guarnecido com o seu trajão de couro falso. A despesa com a feitura deste estandarte seria por conta do senado. Após andar a pregão a obra do novo estandarte, este é arrematado a 2 de Setembro, por Bento Ribeiro Correia, alfaiate[335], pela quantia de 12$900 réis[336]. O alfaiate obrigava-se a faze-lo do tamanho do estandarte velho[337]. Os senadores especificam que o estandarte deveria ser feito de bom damasco[338] castelhano e guarnecido em redondo com o seu tarjão de couro falso.

-A 4 de Março de 1738, estando presentes os mesteres pintores da vila de Guimarães, com o intuito de arrematarem a obra de pintura do guarda-roupa da Casa da Câmara e dos assentos por se encontrarem indecentes, esta foi arrematada pelo mestre pintor António Luís morador em Santa Luzia, pelo menor lanço de 5$500 réis[339]. O mestre obrigava-se a pôr "*tudo bem pintado e com boas tintas na forma do aranzel que se lhe deu*". Na mesma altura, estavam presentes os mestres carpinteiro com o intuito de arrematarem a feitura de uns caixilhos dos "*quadros de armas e mais prefeições*" que estavam na Casa da Câmara. Esta empreitada foi arrematada pelo menor lanço do mestre carpinteiro Caetano José morador Atrás do Muro pelo preço de 4$500 réis[340].

- Relativamente às cadeiras de veludo carmesim, com pregarias douradas e com franjas de fios de ouros, já usadas, nas quais se sentava o Senado nas procissões, referidas no Tombo

[334] A.M.A.P, M-1817, livro da vereação nº23, fl.122.

[335] Este artesão assina no final deste termo juntamente com os senadores, pregoeiro e com o escrivão da Câmara.

[336] A.M.A.P, M-1817, livro da vereação nº23, fls.127-128v. Esta quantia seria paga através dos bens do concelho.

[337] Os senadores mostraram ao arrematante o estandarte velho.

[338] Mais uma vez é especificado que o damasco seria carmesim.

[339] A.M.A.P, M-1819, livro da vereação nº25, fl.53. No tombo elaborado 3 anos antes, são mencionados dois guarda-roupas: um novo (com três repartimentos) e outro (com dois repartimentos) "*pintada de varias pinturas*". Possivelmente, o guarda-roupa alvo de uma intervenção em 1738, tratar-se-á do que estava pintado de várias pinturas.

[340] A.M.A.P, M-1819, livro da vereação nº25, fl.53. O mestre comprometia-se a fazer a obra bem feita e de boa madeira.

de 1735, estas poderão ser as mesmas que 9 anos depois serão vendidas em hasta pública. Na realidade, a 1 de Janeiro de 1744, na Casa da Câmara na presença do Doutor Juiz de Fora e dos Senadores foram postas em pregão oito cadeiras de veludo carmesim, "*já velhas que servirão do senado e duas de mascotia tão uzadas que serviarão dos mesteres as quaes por estarem incapazes se fizerão outras novas e por não servirem estas mandarão por em pregão*[341]. Estas cadeiras foram compradas por Manuel do Couto, ourives, da vila de Guimarães, pelo maior lanço de 19$000 réis.

-A 23 de Julho de 1746, a vereação encomenda ao carpinteiro Gregório Lopes, a feitura de um caixão de três chaves para meter os veludos das cadeiras do senado, o pálio e o estandarte, pela quantia de 1$440 réis[342].

- No que concerne aos dois escabelos de encosto mencionados no Tombo, nos quais se sentava o síndico do Senado e no outro os mesteres nas vereações, temos notícia que a 9 de Abril de 1749, em vereação é posto a pregão pelo pregoeiro Miguel Gomes, a tribuna e respaldo dos assentos dos senadores "*donde se fazer as vereações nesta caza da Camara*", por estarem indecentes[343]. Para este fim, comparecem vários mestres entalhadores, sendo a empreitada arrematada pelo mestre entalhador Manuel Fernandes Novais morador na rua de Santa Maria, da vila de Guimarães, pelo lanço de 70$000 réis, segundo a planta que lhe apresentaram.

Além deste património móvel que acabamos de enunciar, a Câmara era detentora de propriedades urbanas e rústicas espalhadas pela vila de Guimarães, arrabaldes e pelo seu termo. Os dois tombos de 1612[344] e 1735-36[345] foram redigidos com o intuito do Senado da Câmara intentar um maior controlo de todo o seu património, bem como dos foros das propriedades emprazadas, ou aforadas perpetuamente e de censos perpétuos instituídos sobre imóveis.

[341] A.M.A.P, M-1820, livro da vereação nº26, fls.64-64v.

[342] A.M.A.P, M-1820, livro da vereação nº26, fl. 181v.

[343] A.M.A.P, M-1821, livro da vereação nº27, fls.95v-96v.

[344] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 4.

[345] A.M.A.P., B – 23 – 2 – 6.

2.1.3. A Colegiada

Quando se fala na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, é indispensável ter presente que daquela instituição dependiam diversas outras igrejas, que alargavam a sua esfera de poder e de influência. A relação destas igrejas dependentes variou ao longo dos tempos[346], mas, reportando-nos aos séculos XVII e XVIII, eram de apresentação conjunta do Prior e do Cabido a reitoria de Santo André de Murça, com as suas anexas, bem como a igreja de S. Miguel do Castelo e as vigairias de São Paio, de São Sebastião e de São Vicente de Mascotelos. O Cabido, por sua vez, apresentava a igreja de Santo André de Tolões com as respectivas anexas, e ainda as igrejas de São Gens de Montelongo, de São João de Ponte, de São Torcato, de Santo Estêvão de Urgeses, de São Pedro de Azurém, de São Mamede de Aldão, de São Martinho de Candoso, de São Martinho do Conde, de Santa Maria de Silvares, de São Miguel do Paraíso e de São Julião. O Prior, por seu turno, conservava a apresentação de São Martinho de Fareja e de Santa Eulália de Fermentões[347].

Se os apresentadores recebiam as respectivas rendas[348], tinham, em contrapartida, a responsabilidade pastoral daquelas igrejas ou paróquias, indicando os respectivos curas e estando obrigados à fábrica de todas elas. Competia-lhes, assim, o provimento dos templos com as alfaias litúrgicas e os paramentos necessários à celebração do culto, tal como obras de conservação, restauro e ampliação dos próprios edifícios. Enquanto encomendadora de serviços e de bens, nomeadamente de natureza artística, a Colegiada assumiu na região uma importância como pólo dinamizador, quer do desenvolvimento económico, quer das diversas formas de expressão artística[349].

---

[346]MARQUES, José – "Patrimónios e rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp.219-221).

[347]AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p. 247, pp. 251-252)

[348] Aurélio de Oliveira que estudou as rendas e arrendamentos desta instituição no período de 1684-1731, afirma: "A Colegiada, apesar de não possuir bens de expressão territorial, constituía, mercê do que arrecadava através dos dízimos um poderoso senhorio rural, que deve ter sido dos mais ricos da região (OLIVEIRA, Aurélio de – "Rendas e arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731) ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, p. 115)

[349] Este dinamismo, marcado pelas conjunturas económico-sociais e religiosas, é claramente perceptível através da documentação contabilística proveniente do cartório da Colegiada que se conserva no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, nomeadamente Inventário, nos Livros do Procuratório, em outros registos de receitas e despesas, e nos 51 maços volumosos de Recibos.

No decurso dos séculos XVII e XVIII realizaram-se inúmeras encomendas de talha, pedraria, carpintaria e ourivesaria, de que, e para períodos mais recuados, apenas nos resta uma memória documental. Esses espécimes, resultantes de encomendas pontuais ou integrados em vastos programas decorativos, traduzem a evolução do culto na Insigne e Real Colegiada da vila de Guimarães, nisso residindo parte da sua importância, designadamente na recuperação de ritos entretanto abandonados. Mas valem também como testemunhos de percursos artísticos: da Colegiada, em particular, e da vila de Guimarães em geral, e da forma como estes se articularam no espaço geográfico do Entre-Douro-e-Minho. Memória da passagem de cónegos e prelados pela Oliveira, esses exemplares contam-nos ainda outras histórias: de ostentação, de riqueza, de gosto, de devoções particulares e até de rivalidades, nomeadamente com a Sé de Braga. Cite-se, a propósito, o caso de D. Diogo Lobo da Silveira, um D. Prior cuja vasta acção mecenática se materializou também em ofertas de maior ou menor sumptuosidade a uma Colegiada a que D. João IV dera o título de Insigne[350], ou do cónego Gonçalo Anes[351] cuja devoção ao Santíssimo Sacramento se traduziu na instituição da primeira capela dedicada a este culto na Colegiada[352] e em todo o território envolvente[353].

Este importante capítulo de valorização artística da Colegiada, constitui-se assim como um importante testemunho de uma produção regional com caraterísticas determinadas

[350] OLIVEIRA, Manuel Alves de - " A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, p.423; *Catálogo da Exposição Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1992, p.3

[351] Este Cónego ofereceu à Colegiada uma custódia em prata dourada, hoje exposta na sala de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio, com o número de inventário MAS, O6. Este exemplar datado de 1534, possui as seguintes dimensões: alt. 78,8cm; larg. 35,5cm e de peso 5723g (SANTOS, Manuela de Alcântara - "Custódia", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 87). Este prelado doou também à Colegiada a enorme cruz processional de prata, que hoje integra a colecção do Museu de Alberto Sampaio, com o número de inventário MAS O43. Esta cruz de grandes proporções possui as seguintes dimensões: alt. 154,5cm, larg. 74cm, peso 16248g (SANTOS, Manuela de Alcântara - "Cruz processional", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 77). Nestas duas entradas de catálogos a autora refere uma extensa bibliografia acerca destes magníficos exemplares de ourivesaria quinhentista.

[352] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Ed. do autor, 1998, p. 76.

[353] SILVA, Hilário Oliveira – Colocação do sacrário nas igrejas do arciprestado de Guimarães. Confrarias do Santíssimo Sacramento. Guimarães, Ed. do autor, 2002, p.198 .

por cruzamentos vários, mas também de um universo mais vasto, cujas fronteiras ultrapassam o contexto da vila de Guimarães. Falamos das encomendas exteriores reveladoras da flutuação do gosto e da importância de outros centros artísticos, designadamente das cidades de Braga, do Porto e de Lisboa (este último ao nível da ourivesaria e do mobiliário).

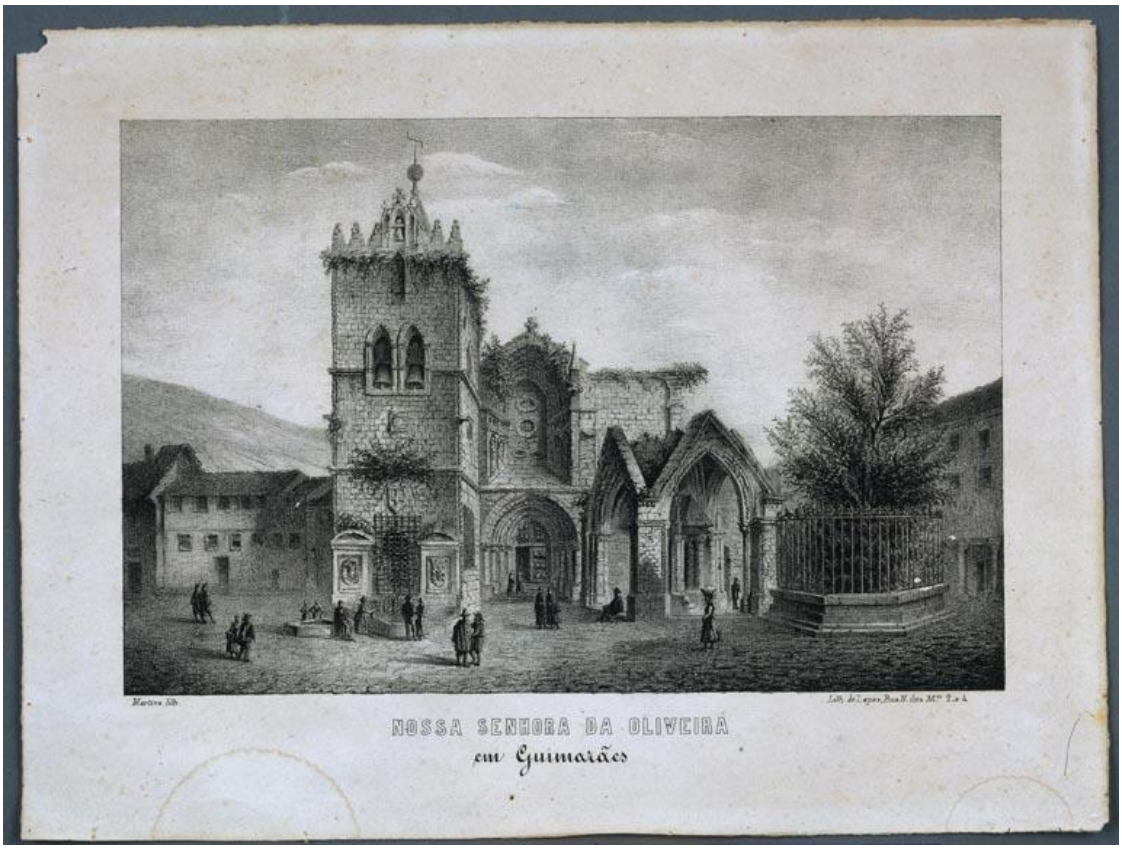


Fig. 33 – Litografia do século XIX da Colegiada de Guimarães

Neste contexto do Entre-Douro-e-Minho, as cidades episcopal e arquiepiscopal conheceram uma importante atividade mecenática geradora de novos discursos. As diversas empreitadas de construção ou de renovação dos templos e casas religiosas aí sediadas, lado a lado com importantes encomendas laicas da barroca cidade arquiepiscopal ou da burguesa cidade invicta, proporcionaram uma clientela segura para os artífices e artistas aí estabelecidos. Contudo, esses mestres estenderam a sua actividade a outros pontos desse contexto geográfico, nomeadamente à vila de Guimarães, para onde foram chamados para conceber ou dar corpo a empresas de maior ou menor envergadura, para as quais a clientela rica, fosse ela o orgulhoso Cabido da Colegiada, os cenóbios da vila e do seu termo, a Misericórdia, as ordens terceiras ou a nobreza local, reivindicava qualidade e prestígio.

O D. Prior D. Diogo Lobo da Silveira, apesar de ausente em Lisboa, teve um papel mecenático fundamental na Colegiada. Em 1664, este prelado visitou a Colegiada. Nesse ano transferiu a pia baptismal de D. Afonso Henriques da Igreja de S. Miguel do Castelo para a nave da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira[354], num acto que devemos entender no âmbito do Portugal da Restauração: à memória de D. João I e da vitória alcançada em Aljubarrota a que este igreja está ligado, junta-se a do fundador da nacionalidade, numa bipolarização da memória que terá em 1665, na encomenda dos painéis para o retábulo, a sua expressão máxima[355]. A sua breve mas marcante passagem pela Colegiada (1663-1666) ficou igualmente registada nas inúmeras ofertas com que a presenteou, arroladas no inventário executado por sua ordem em 1665[356]. Neste contexto, e fomentando o resplendor do culto divino numa igreja de tão importante memória pátria, em 1662, D. Diogo ordenou a redacção de um novo regimento da sacristia, importante documento, no qual se fixou o cerimonial litúrgico da Colegiada. Nesse ano, deu novos estatutos à Colegiada[357].

Ao longo dos seus vários séculos de existência, a Colegiada foi formando e ampliando o seu tesouro nomeadamente com a doação de preciosos bens móveis, muito fruto da estreita ligação dos seus priores à Casa Real[358]. Desde as suas origens, a vila de Guimarães transformou-se lentamente num grande centro de romagem, adquirindo assim uma importante função religiosa. A igreja de Santa Maria transformou-se num dos maiores centros de

[354] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 140.

[355]Estas quatro telas estudadas por Vítor Serrão encontram-se no Museu de Alberto Sampaio. Foram pintadas pelo monge-pintor franciscano Frei Manuel dos Reis, representando as seguintes cenas: "Visão de D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique" (MAS, nº inventário P 51); "Aparição de Nossa Senhora da Oliveira a D. João I (MAS, nº inventário P 53); " D. Afonso Henriques adorando Nossa Senhora da Oliveira e solicitando a protecção do Reino"(MAS, nº inventário P 50); e "D. João I despojando as suas armas junto ao altar de Nossa Senhora da Oliveira depois da Batalha de Aljubarrota" MAS, nº inventário P 52). Sobre estas pinturas veja-se a seguinte bibliografia: SERRÃO, Vítor - "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio", in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996; *idem* – "Pintura", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio,* Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.86-87; *idem* – "O ciclo de pinturas seiscentistas de gratulação nacionalista da Colegiada", in *Catálogo da Exposição Afonso Henriques: a lenda e a história*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1996, pp.14-17.

[356] Cota: A.M.A.P., C-737 (cota antiga: A-1-2-13).

[357] ALMEIDA, Eduardo de - "Os Cónegos da Oliveira", in *Revista de Guimarães*, vol. 35, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1925, p.109; OLIVEIRA, Manuel Alves de - A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades"…, p. 431.

[358]SANTOS, Manuela de Alcântara; SILVA, Nuno Vassallo e – *obra cit.*, p. 27.

peregrinação do Portugal medievo, onde afluíam imensos romeiros e peregrinos[359]. A proteção e a devoção prestada pelos nossos reis da primeira dinastia à Colegiada vimaranense[360], a existência da imagem de uma Virgem milagrosa e de relíquias[361], foram factores que contribuíram para fazer desta igreja, um grande local de romagem. No entanto, foi através dos privilégios concedidos por D. João I à Virgem e à vila de Guimarães[362] no cumprimento de um voto feito pelo rei em Aljubarrota a Santa Maria de Guimarães[363], que o

[359] Várias são as monografias que atribuem ao santuário de Santa Maria uma grande importância, só ultrapassada por Santiago de Compostela (ALMEIDA, Eduardo - de *Romagem dos séculos I - O pão nosso de cada dia... (Subsídios para a história económica de Guimarães),* Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1923, p.20; Duarte do Amaral afirma que "nos séculos XII e XIII,e até mais tarde, Guimarães foi de certa maneira o que hoje é Fátima" (AMARAL, Duarte do – *obra cit.*, p. 6).

[360]" *(...) deixou El Rey Dom Affonso Henriques tam introduzida nos coraçoens dos reys seus descendentes a devoção da Virgem Senhora nossa nesta sua igreja, que athé o presente estão continuando e perseverando nella* " (cit. de COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, p.28). Sobre estes privilégios concedidos pelos reis da primeira dinastia e por D. João I, veja-se o resumo apresentado por Maria da Conceição Falcão Ferreira (*Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*…, p.19, nota nº53).

[361] *"* A presença de um santo eremita fechado em sua cela, perto de suas portas, ou mesmo os ossos e as relíquias de tal santo, costumavam ser uma atracção para os piedosos ainda mais se tivessem a reputação de possuir faculdades miraculosas. Igrejas e Mosteiros que possuíssem tais relíquias tornavam-se centros de peregrinação (...) essas coisas atraíam homens às cidades *"* (MUNFORD, Lewis - *A Cidade na História. Suas origens, transformação e perspectivas*, S. Paulo, 1982, p.292). Sobre as relíquias existentes na Colegiada, cite-se os seguintes trabalhos: MARTINS, Mário - " O Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira de Afonso Peres", in *Revista de Guimarães*, vol.63, Guimarães, 1953, pp.83-132; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p.19, nota nº59; SOALHEIRO, João; MONTEIRO, Paula; SERRANO, Carmo – *Tecidos Medievais*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004.

[362] A devoção que D. João I nutria por Santa Maria de Guimarães, explica-se pelo primeiro êxito guerreiro alcançado pelo próprio rei, com a tomada de Guimarães nos inícios de 1385. Durante a crise de 1383-85, a vila do Castelo tomou voz pelo partido de D. Beatriz e do rei de Castela (LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*, Porto, Liv. Civilização, 1990, vol.1, capítulo 68, pp.132-134), pois o seu alcaide Aires Gomes da Silva tinha ligações familiares em Castela: sua "molher era castelaã chamada dona horraqua Tenoiro irmã de dõ Pedro Tenoiro Arcebispo de Toledo (*obra cit.*, vol. 2, capítulo 9, p.22). A tomada de Guimarães que o novo rei realizou, nos inícios de 1385, segundo a opinião de Luís Filipe Aviz de Brito " como primacial objectivo da felicidade do seu governo, tem de tornar-se como factor influente para todos os demais actos, - tal como acontecera com o Rei Fundador da Pátria - foi a tomada de Guimarães *"* ("O frontão da Colegiada como significativa memória da Pátria consolidada", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, p.326). Esta vitória daria ao Mestre de Avis prestígio e "marcou os sentimentos bem benquistos, de D. João por Guimarães" (*idem, ibidem*, p.329).

[363] Como bibliografia subsidiária para este fim, cite-se os trabalhos seguintes: *Catálogo da Exposição Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1992; *Catálogo da Exposição o Voto de D. João I*

afluxo de peregrinos aumenta, bem como o número de legados testamentários e doações ao cabido vimaranense[364].

Muitos foram os nossos monarcas que vieram à Colegiada de Guimarães pelas suas funções religiosas, ou os que vieram a Guimarães pelo cumprimento das suas obrigações políticas, não deixando mesmo estes de visitar a igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Citamos por exemplo[365]: D. Afonso Henriques, D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, Infante D. Pedro, D. Afonso V e D. João II. Neste contexto de visitas régias à igreja de Nossa Senhora da Oliveira, podemos constatar que os nossos monarcas tinham uma devoção especial à Senhora da Oliveira e uma singular atenção à Colegiada, da qual eram afinal padroeiros. Simultaneamente, José Marques defende que podemos "considerar a igreja da Senhora da Oliveira como centro nacional de peregrinação, sobretudo desde os últimos séculos da Idade Média até ao período da Restauração nos meados do século XVII"[366]. Por opção régia, com a eleição da Imaculada Conceição, Padroeira do reino de Portugal e dos Algarves e seus Domínios[367], e a crescente importância do Santuário de Vila

---

a Santa Maria de Guimarães, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1985; BRITO, Luís Filipe Aviz de – *obra cit.*, pp.325-366; BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro - "Uma preciosa relíquia da Batalha de Aljubarrota", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, p.367-382; SEGURADO, Jorge - "Das Régias reminiscências postas e vivas em Santa Maria da Oliveira em Guimarães, por D. João Primeiro", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, p.205-211; TEIXEIRA, Maria Emília Amaral - *O Loudel do Rei D. João I*, Lisboa, 1973; CARVALHO, A.L. - de *Guimarães de tempos idos*, 1947, pp.25-28; AMARAL, Duarte do – *obra cit.*, pp.6-7; PINA, Luís de *Vimaranes - Mumadona*, in sep. *da Revista de Portugalidade Gil Vicente*, Guimarães,1953, p.13; MEIRA, João de - " Guimarães. 950-1580. Conferência inédita ", in *Revista de Guimarães*, vol.31, Guimarães, 1921, p.134; AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães* (1692), Porto, 1845, pp. 302-305; MORAES, Maria Adelaide Pereira de - *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, 1998, pp.27-34; MARQUES, José - "Santa Maria da Oliveira, centro nacional de peregrinações, in simpósio mariológico, Santuário de Nossa Senhora da Penha, Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, p. 80-82; ESTAÇO, Gaspar - *Várias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1754; LOPES, Fernão - *obra cit.*, vol.2, capítulo 61, Porto, Livraria Civilização, pp.161-162.

[364] MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 521-529.

[365] Nesta relação, baseamo-nos no resumo efectuado por MARQUES, José - "Santa Maria da Oliveira, centro nacional de peregrinações, in Santuário de Nossa Senhora da Penha: simpósio mariológico, Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, p. 79-85.

[366] *Idem, ibidem*, p.66.

[367] O rei D. João IV mandou, a 30 de Junho de 1654, colocar em todas as portas e entradas das cidades e vilas de Portugal, uma pedra lavrada com uma inscrição em honra da Imaculada Conceição (MORAES, Maria Adelaide

Viçosa, o centro das peregrinações nacionais deslocou-se para o Alentejo, sem contudo se extinguirem as peregrinações à Senhora da Oliveira.

Durante o domínio filipino, sempre se comemorou a Batalha de Aljubarrota, pelo cabido vimaranense: no padrão do Salado, numa lança pendurava-se o loudel de D. João I, bem como se celebrava uma missa evocativa com a presença do triplico de prata dourado oferecido pelo Rei da Boa Memória[368]. Um exemplo, de um sermão politico é o que o Fr. Luís da Natividade pregou, a 14 de Agosto de 1638[369], junto ao loudel de D. João I, nas palavras do Padre Caldas: "profetiza o guardião franciscano próxima a restauração de Portugal (…)[370]".

Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*…, p. 145, nota 303). Em Guimarães ainda existem três destas lápides em granito com inscrição semelhante e que traduzem a devoção do rei à Nossa Senhora da Conceição proclamada padroeira de Portugal, em 1646. Uma dessas inscrições epigráficas está colocada num dos muros de suporte dos antigos Paços do Concelho, no lado direito da fachada principal; outra cravada na torre da Casa dos Laranjais, que seria possivelmente a da antiga torre de Nossa Senhora da Graça, ou de S. Bento (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.426); e uma terceira, que se desconhece onde primitivamente estaria afixada, acabou por ir parar ao adro da igreja de S. Miguel. Esta última placa, já em 1881 se encontrava guardada nesse local (*idem, ibidem*, p. 426). Em 1992, esta lápide encontrava-se votada ao abandono, a 7 metros para nascente da igreja de S. Miguel, tendo sido então removida para um lugar mais apropriado, no interior do referido templo (FONTE, Barroso da – *A igreja de S. Miguel do Castelo*. Guimarães, 1992,pp. 32-35). Em 2000, esta placa em honra da Imaculada Conceição, pertença do Paço dos Duques de Bragança, esteve exposta no Museu de Alberto Sampaio na exposição "Mil Anos a construir Portugal" (OLIVEIRA, António José de - "Placa em honra da Imaculada Conceição", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 97). Possui as seguintes dimensões: Alt. 92 cm ; comp. 79 cm ; prof. 22 cm.

[368] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 421; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 132. Ainda nos nossos dias, a 14 de Agosto, o Dom Prior da Colegiada de Guimarães, José Maria Lima de Carvalho celebrada uma missa evocativa da Batalha de Aljubarrota.

[369] Sobre a análise deste sermão, veja-se o artigo de MARQUES, João Francisco – "O Retrato de Portugal Castelhano" de Fr. Luís da Natividade no âmbito da parenética autonomista da década de 1630-1640", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.5, Guimarães, 1982, pp.197-255. Veja-se também: GUIMARÃES, J.G. Oliveira - "Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas, in *Revista de Guimarães*, vol. 21, Guimarães, 1904, pp. 20-21; *Catálogo da Exposição o Voto de D. João I a Santa Maria de Guimarães*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1985, pp.10-13.

[370] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 421.



Fig. 34 – Praça da Oliveira: Padrão do Salado (2009)

Guimarães é uma das primeiras vilas a aclamar D. João IV[371]. Num folheto de seis fólios, impresso sobre papel, sem encardenação, o Capitão-Mor de Guimarães, Pedro Vaz Cirne de Sousa, nomeado por alvará de 17 de Maio de 1641, relata os acontecimentos ocorridos em Guimarães, depois da aclamação de D. João IV e as operações militares do seu Terço nas lutas da Restauração[372]. Refere especialmente a incursão de socorro à Ponte do Porto e o patrulhamento da zona fronteiriça, junto de Melgaço.

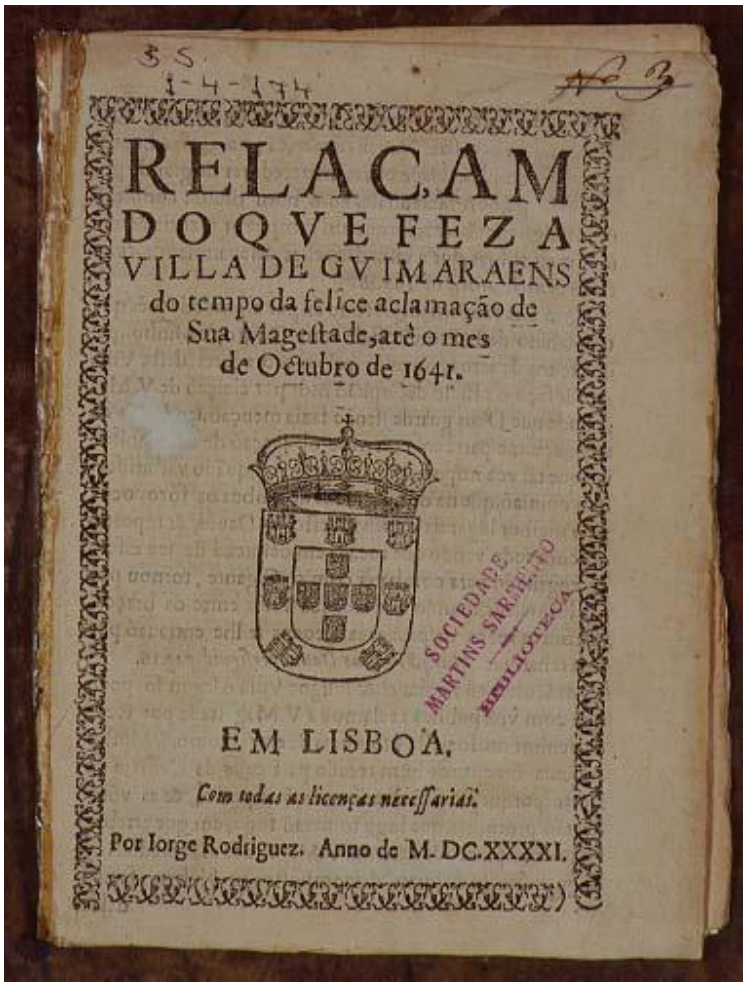


Fig. 35 – Frontispício da obra: SOUSA, Pedro Cirne de - *Relaçam do que fez a Villa de Gvimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, ate o mes de Octubro de 1641*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1641

[371] A 8 de Janeiro de 1641, o rei agradece às dignidades, cónegos e Cabido da Colegiada de Guimarães, o apoio destes (PIMENTA, Alfredo - "Cartas de Reis", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol.1, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1933-1936, p.10).

[372] SOUSA, Pedro Cirne de - *Relaçam do que fez a Villa de Gvimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, ate o mes de Octubro de 1641*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1641.

No Regimento da Sacristia de 1662, publicado por Eduardo Almeida, faz-se alusão às cerimónias efectuadas a 14 de Agosto:

"(…) pela manhã se faz um altar portatil no Padrão e panno no pulpito que se porá de fora, esta é da Câmara e de pagar os sinos e velas, e incenso aos coreiros e estará dependurado o Pelote de El Rei D. João o 1º que Santa Gloria haja em uma lança no Padrão.

Depois de Matinas e antes de terça repique nos sinos para a procissão e quando sahir e se recolher para o que estará preparado o palio bom a Senhora de prata com um ramo de ouro na mão e um veo para o Prestes que a leva, sceptros e capas segundas de damasco verde.

Para a missa que se diz n'este dia no Padrão depois da procissão ornamento (dos Minhotos), toda a prata e acabada a missa se diz um responso na Capella Maior pella alma d'El Rei D. João o 1º adonde estará posta uma alcatifa com o panno de veludo, cruz, caldeira de agua benta, thuribulo e naveta e tochas que costuma dar a Camara e um Brandão a quem canta o responso é o Subchantre"[373].

Muita da afirmação do poder e do prestígio da Colegiada de Guimarães, reflecte-se no seu vasto património móvel doado pelos monarcas. Através dos inventários dos bens móveis mandados redigir pelo cabido da Colegiada nos séculos XVII, XVIII e XIX, podemos ter uma percepção das várias ofertas dos nossos monarcas à Senhora da Oliveira, que se espelha no seu vasto tesouro, como podemos observar nos quadros seguintes:

Quadro XII

Bens oferecidos por D. João I

Bem móvel	Fonte
Tríptico da Natividade de prata dourada	- A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fls. 5-7 e 64, inventário de 1631; - A.M.A.P., C-737 (cota antiga: A-1-2-13), fl.13, Inventário de 1665, fl. 14; - A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123), fl.5, inventário de 1680; - A.M.A.P., C-742 (cota antiga: A-1-2-26), fls.2v-4, inventário de 1756-1769;

[373] Cit. de ALMEIDA, Eduardo de - "Os Cónegos da Oliveira: Regimento da Sacristia", in *Revista de Guimarães*, vol. 36, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1926, pp. 31-32.

	- A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123, fl. 1, inventário de 1826; - A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123, fl. 1v, inventário de 1868.
Um anjo de prata "*chamado Custodio dourado que esta em giolhos com seu castiçal nas mãos todo dourado e tem huma aza e hum braço quebrado e attados com hum fio de ferro, e tem a aza esquerda quebrada (...) e outra quebrada com huma chapa de prata, e os ditos eixos com suas cadeas todo de prata e esta desmanchado, de redor tem hum letreiro que diz este anjo mandou fazer El Rey Dom Enrique e são em castelhano, o qual anjo com a pala dos corporaes ao diante declarados foram tomados na batalha real que foy dada aos castelhanos em S. Jorge junto do mosteiro da Batalha estas peças mandou El Rey Dom Joam o primeiro de Boa Memoria trazer a esta igreja de Nossa Senhora da Oliveira quando mandou fazer e peza este anjo vinte he um marcos he meyo e hum onça com hum pao que tem dentro no braço*" (A.M.A.P., C-731, fls. 15-15v e 71v, inventário de 1631).	- A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fls. 15-15v e 71v, inventário de 1631; - A.M.A.P., C-737 (cota antiga: A-1-2-13), fl.13, Inventário de 1665 - A.M.A.P., C-742 (cota antiga: A-1-2-26), fls.5v-6, inventário de 1756-1769;
Loudel de D. João I	A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fls. 58v-59, inventário de 1631; A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123, fl. 7v, inventário de 1826; - A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123, fl. 3v, inventário de 1868.

Quadro XIII

Bens oferecidos por D. Manuel

Bem móvel	Fonte
"*dous castiçais com quadrado sobre o pe e com lavor de folhetaria que pesão doze marcos e tem no pe seraphins que forão de prata que deu El Rey Dom Manoel, monta nelles*"[374].	A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fl. 12v, inventário de 1631

[374] Acrescentado posteriormente: "*Pera os castiçais novos*".

Um turibolo de prata	A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fls. 16v-17 e 74, inventário de 1631
"*Item huma cappa do ladrão que El Rey Dom Manoel deu*[375]".	A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64), fl.34, inventário de 1631

Quadro XIV

Bens oferecidos por D. João V

Bem móvel	Fonte
Manto do vestido de Nossa Senhora da Oliveira	- A.M.A.P., C-742 (cota antiga: A-1-2-26), fl. 33v, inventário de 1756-1769; A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123), inventário de 1826, fl.6v; - A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123, fl. 7v, inventário de 1868.

De todos estes bens móveis legados pelos nossos monarcas, ainda subsistem na actualidade os seguintes existentes no acervo do Museu de Alberto Sampaio: o tríptico da Natividade, envolta em lendas, relacionada com a Batalha de Aljubarrota[376]; o loudel de D. João I[377] envergado pelo próprio na Batalha de Aljubarrota, peça singular da indumentária militar medieval; e o manto oferecido pelo rei D. João V[378], agradecido pelo envio de uma

[375] Acrescentado posteriormente: "*De veludo vermelho abocarelado de rosas d'ouro*".

[376] Museu de Alberto Sampaio, número de inventário, MAS O52.

[377] Museu de Alberto Sampaio, número de inventário, MAS T 5.

[378] A Irmandade de N.Sª da Oliveira, sita na Igreja da Colegiada, detentora do manto e do vestido, entendeu a necessidade de maiores cuidados com a peça, em virtude da fragilidade do seu suporte e resolveu, através do D. Prior José Maria Lima de Carvalho, entregá-la em depósito ao Museu de Alberto Sampaio, para que este pudesse acondicioná-la adequadamente na Reserva Técnica. Foi recentemente restaurado pelo Instituto Português de Conservação e Restauro, sob o mecenato da empresa Lameirinho, através do seu proprietário, o Comendador Albano Coelho Lima (sobre a sua conservação e restauro, veja-se: INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO - *O manto da Senhora da Oliveira*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004). O vestido da Senhora da Oliveira foi exposto ao público durante o mês de Agosto de 2003, no Museu de Alberto Sampaio.

veste de Nossa Senhora da Oliveira, pelo Prior da Colegiada à Corte, destinado a cura-lo de grave doença.

Das restantes peças de ourivesaria oferecidas pelos nossos reis, terão sido provavelmente fundidas e refundidas para a realização de outras alfaias.



Fig. 36 – Tríptico da Natividade existente no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)



Fig. 37 – Loudel de D. João I existente no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)

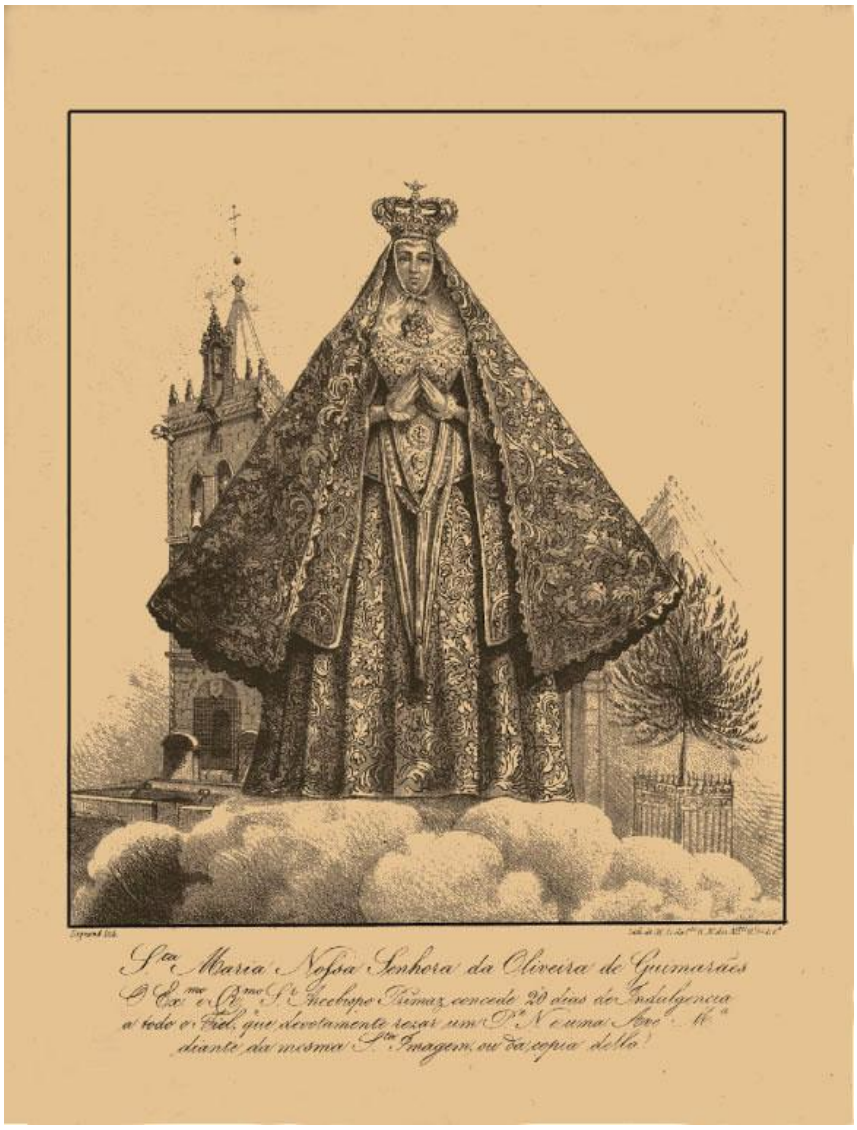


Fig. 38 – Xilogravura de Nossa Senhora da Oliveira (século XIX)

Com o intuito de inventariar os seus bens e consequentemente intentar um maior controle de todo o seu património móvel da mesma forma como fazia com as suas propriedades urbanas e rústicas espalhadas pelo Noroeste de Portugal[379], ao longo do século

[379] Alguns dos seus tombos relativos a foros das propriedades emprazadas, ou aforadas perpetuamente e de censos perpétuos instituídos sobre imóveis, foram alvo de estudo por parte de investigadores, veja-se: MARQUES, José - "Patrimónios e rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442 ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp.213-237; OLIVEIRA, Aurélio de –" Rendas e arrendamentos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp. 99-121; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)…*; OLIVEIRA, António José de - "O tombo dos capões e das galinhas da Colegiada de Guimarães (séc. XV)", in *Os reinos ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos

XVII e durante a centúria seguinte, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães elaborou quatro inventários dos seus bens móveis, os quais passamos a enumerar:

- Inventário de 1631. Cota: A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64);
- Inventário de 1665. Cota: A.M.A.P., C-737 (cota antiga: A-1-2-13);
- Inventário de 1680 (Documento avulso). Cota: A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123);
- Inventário de 1756. Cota: A.M.A.P., C-742 (cota antiga: A-1-2-26);

Alguns destes documentos foram já alvo de uma primeira abordagem por Eduardo de Almeida[380] e Manuela de Alcântara Santos em parceria com Nuno Vassallo e Silva[381], que transcreveram partes, nomeadamente aqueles que diziam respeito aos objectos constantes do Tesouro da Colegiada considerados os mais emblemáticos. Objetos, por exemplo, como livros e mobiliário não eram alvo das transcrições. Muito recentemente, demos a conhecer, publicando na íntegra os inventários de 1631[382], 1680[383] e o de 1756[384].

Estes quatro documentos são de importância fundamental quer para os estudos de História de Arte, nomeadamente os de ourivesaria, de paramentaria, imaginária, arte da talha, pintura da época, mobiliário, quer para o conhecimento e reconstituição do espaço interno da igreja, claustro e capelas anexas da Colegiada. Revelam igualmente outros aspectos relacionados com a religiosidade, sociabilidade e orgânica e vivência interna da própria instituição promotora.

Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, vol.1, pp. 225-243.

[380] Este autor debruçou-se sobre o inventário de 1631 (ALMEIDA, Eduardo de - "os cónegos da Oliveira: tesouro da Colegiada", in revista *de Guimarães*, vol. 39, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp 1929: 205-209).

[381] Esta investigadora transcreveu parcialmente os seguintes inventários: 1756 (SANTOS, Manuela de Alcântara; SILVA, Nuno Vassallo e – *obra cit.*, pp.149-157).

[382]OLIVEIRA, António José de - "Dois inventários seiscentistas da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães" – in *Revista de Guimarães*, nº 114/115, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2005/2006, pp. 211-281.

[383] *Idem* - "Dois inventários seiscentistas da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães" – in *Revista de Guimarães*, nº 114/115, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2005/2006, pp. 211-281.

[384] *Idem* –"O inventário do património móvel do tesouro da sacristia da Colegiada de Guimarães (1756-1769)", in *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, nº 5/6, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006/2007, pp. 391-435.

Através do recurso à comparação entre estes quatro inventários, podemos constatar a evolução da constituição deste património. Por muitas anotações à margem e de posteriores acrescentos que nos revelam na maior parte das vezes a aquisição e consequente feitura de novos objectos, ou o arranjo e manutenção de outros ou a sua reutilização. Para o investigador, estes inventários, como acima expusemos revelam-se de uma extrema importância, mas mais ainda para o Museu de Alberto Sampaio, ao nível da reconstituição do historial, proveniência e modo de aquisição de muitos objectos pertencentes aos diversos acervos das suas coleções. Estes inventários, por exemplo, no caso concreto da ourivesaria, expressam o seu peso, e o seu próprio estado de conservação e acrescentos a que foram sujeitos. Informações também importantes para os técnicos de conservação e restauro, pois muitas peças foram como no caso da imaginária e alfaias litúrgicas e têxteis sujeitos a alterações. Noutros bens arrolados temos conhecimento do modo de aquisição: compra, ou na maioria das vezes através de ofertas e doações.

A ordem estabelecida na feitura da descrição dos objectos é feita na maioria das vezes por uma lógica de tipo de objecto a retractar. Por vezes, são deixados fólios em branco para posteriores actualizações, já que estes documentos não eram feitos devido à sua morosidade feita com espaços temporais regulares. Existem também diversas lacunas, rasuras e posteriores acrescentos e anotações que nos revelam a sua permanente utilização por parte dos órgãos internos do Cabido da Colegiada. Como não podia deixar de ser muitos destes inventários remetem-nos para alguns dos seus antecedentes. Outros que além da mera descrição dos bens móveis fornecem-nos preciosos dados acerca da descrição do interior da igreja da Colegiada e capelas anexas, bem como da disposição das sepulturas, dos altares e retábulos no seu seio.

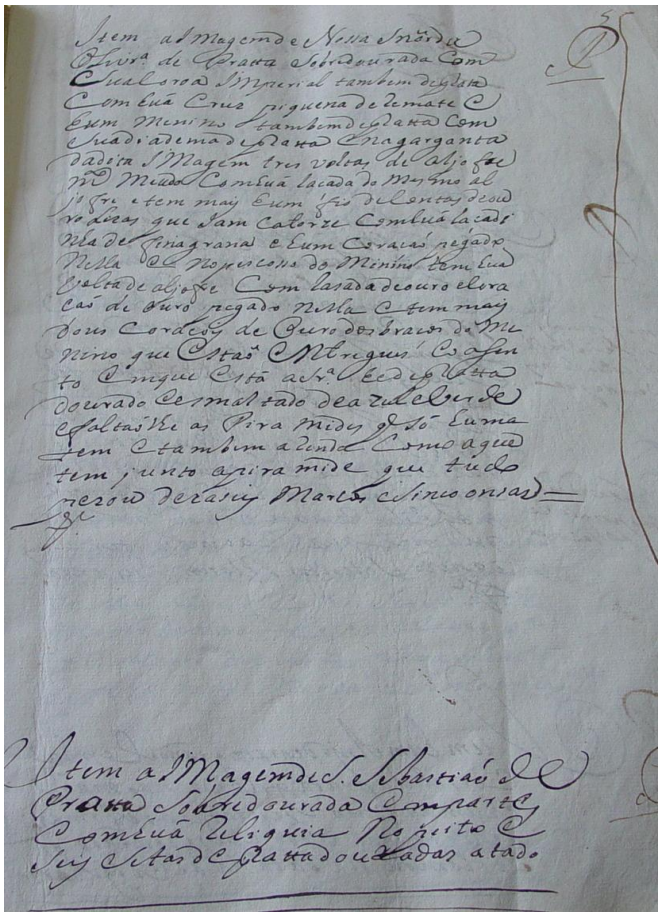


Fig. 39 – Inventário de 1756. Cota: A.M.A.P., C-742,fl. 4



Fig. 40 - Imagem de D. Sebastião mencionada na fig. anterior (foto MAS)

Como vimos anteriormente, a Colegiada de Guimarães era uma instituição de elite, em cujo templo e claustro podemos encontrar várias altares e capelas anexas, muitas delas vinculadas a sufrágios perpétuos, outras de confrarias e irmandades, que atestam a importância que este espaço detinha na vila de Guimarães. Através do inventário de 1665, mandado fazer pelo Dom Diogo Lobo da Silveira, Dom Prior, Mestre em Teologia pela Universidade de Coimbra[385], temos o testemunho da época dos altares e capelas que aí existiam, a saber:

Altares e capelas existentes na Igreja segundo o Inventário de 1665[386]

- Capela do Santíssimo Sacramento[387];

-Capela de Jesus[388];

- Capela de Santa Ana[389];

-Capela da Conceição[390];

- Capela do Espírito Santo[391];

-Capela de São Nicolau[392];

-Capela dos Pinheiros[393];

- Capela de Santo Estevão[394];

[385] A.M.A.P., C-737.

[386] Sobre estes altares e capelas existentes na Igreja da Colegiada, veja-se a título de exemplo: MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira"…, pp. 451-480.

[387] A.M.A.P., C-737, fls.2v-3 e 10-10v.

[388] A.M.A.P., C-737, fl.3.

[389] A.M.A.P., C-737, fl.3 e 5v e 11.

[390] A.M.A.P., C-737, fl.3, 6 e 9v.

[391] A.M.A.P., C-737, fl.3 e 6v.

[392] A.M.A.P., C-737, fl.3v e 7.

[393] A.M.A.P., C-737, fl.3v e 10.

[394] A.M.A.P., C-737, fl.11 "*No adro da porta travessa da banda de fora esta hua capella de Santo Estevão que tem quatro missas quotidianas os padroeiros estão em Braga e o provedor desta comarqua de Guimarães lhe toma as contas e na dita capella não se sabe que esteja nimguem enterrado".*

Altares e capelas existentes no claustro segundo o Inventário de 1665[395]

- O altar de Nossa Senhora da Pombinha[396];
- Altar de São Roque[397];
-Altar de São Cosme[398];
- Altar de São Damião[399];
- Capela dos Apóstolos São Pedro e São Paulo[400];
- Altar de São Luís ou da Piedade[401];
- Capela "*Serviço ou Caza da Mizericordia antigua*" [402];
- Capela de Santo André[403];

[395] Acerca dos altares e capelas existentes no claustro da Colegiada, veja-se: GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Apontamentos para a história de Guimarães. Vínculos da Colegiada", in *Revista de Guimarães*, vol. 24, Guimarães, 1907, pp. 145-178; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, pp. 451-480; TEIXEIRA, Maria Emília Amaral – "Aspectos do claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio", in *Revista de Guimarães*, vol. 70, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1960, pp. 132-168; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – "O claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 12-13; OLIVEIRA, António José de - "A Capela de S. Brás: um espaço, três funções", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 14-15.

[396] A.M.A.P., C-737, fls.7v-8.

[397] A.M.A.P., C-737, fl.8 e 11.

[398] A.M.A.P., C-737, fl.8 e 11.

[399] A.M.A.P., C-737, fl.8 e 11.

[400] A.M.A.P., C-737, fl.8-8v.

[401] A.M.A.P., C-737, fl.8v.

[402] A.M.A.P., C-737, fls.8v-9. Trata-se da Capela de São Brás.

[403] A.M.A.P., C-737, fls.9-9v.



Fig. 41 – Postal ilustrado do claustro da Colegiada (datado de 1930)

No interior do templo e no espaço claustral, as famílias nobres de Guimarães almejavam ser sepultadas nos vários espaços utilizáveis para o efeito, o que atesta mais uma vez, além da importância litúrgica e civil deste local, a sua centralidade no pós-morte[404]. A consagração deste espaço para a invocação da morte era apanágio igualmente dos mercadores e dos pobres que viessem a falecer no hospital da Confraria dos Sapateiros[405] e da Misericórdia, bem como os presos da cadeia do castelo e da Correição[406].

[404] Facto já reafirmado por Maria da Conceição Falcão Ferreira (*Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*…, p.72) e por Lúcia Maria Cardoso Rosas ("O claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães", in *Portugália*, vols.17-18, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996-1997,pp.260-261). Sobre as várias sepulturas existentes na igreja e no claustro, em 1665, veja-se: A.M.A.P., C-737, fls.2v-11.

[405] Em 1462 é acordado entre o cabido e a confraria dos Sapateiros que se reservasse um pedaço de chão para aí se sepultarem os que falecessem no hospital e os confrades que não possuíssem jazigo (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p.72, nota 165)

[406] Vejamos um elucidativo extracto do Inventário de 1665:

"*No adro da terra solta que fiqua nas costas das capellas mor e colaterais desta igreja se enterrão os pobres desta villa prezos do castello e cadea da correição e dos hospitais da Mizericordia e rua Sapateira e por os ossos andarem vagos e serem muitos por sima da terra os mandou o illustrissimo senhor Dom Diogo Lobo da Silveira os mandou recher (sic) no semiterio da claustra que esta entre os altares [fl. 11] os altares do da claustra de Sam Roque e São Cosme e Damião no anno de 1662e no mesmo anno se lhes fes hum officio solemne com missa cantada e se vai continuando pella oitava dos Santos* (A.M.A.P., C-737, fls.10v-11).



Fig. 42 – Túmulo com jacente e armas dos Valadares (1550) no claustro da Colegiada (foto MAS)

Um exemplo, do forte desejo, dos vimaranenses de garantir a sua última morada na Colegiada, encontramos na instituição e a criação da capela anexa funerária de invocação de São Brás, no claustro da igreja. Além da construção desta capela (1419-1421) e da instituição de sufrágios perpétuos, Álvaro Gonçalves de Freitas, vedor da Fazenda de D. João I[407], dispõe como sua última vontade, que sejam aí colocados ornamentos e vestimentas, tal como era usual na instituição de capelas funerárias, contribuindo desta forma para o enriquecimento do

[407]Conforme Armando Luís de Carvalho Homem, Álvaro de Freitas ocuparia este cargo no Desembargo Régio entre 1404-18. Entre 1389-1404 seria desembargador (*O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp.279-280).

património móvel da capela[408]. Com a instituição e a criação desta capela, pretendia-se prolongar no túmulo a solidariedade familiar e exaltar a própria linhagem. A instituição desta capela era uma forma não só servir de local de deposição dos corpos[409], mas também de memória dos que aí estavam sepultados[410]. Simultaneamente, a capela representava ainda uma forma de vincular um grupo de bens urbanos e rurais, impedindo a sua fragmentação.

Esta capela administrada pela linhagem de Álvaro de Freitas e de Beringela Gil, serviu de sede à Confraria do Serviço de Santa Maria, realizando-se aí as missas pelos confrades falecidos, as festas e missas em honra da sua padroeira, reuniões do cabido e muitos dos contratos de emprazamento de propriedades urbanas e rurais pertencentes à confraria[411]. Não esqueçamos que, devido a encargos económicos decorrentes da sua construção, são raras as confrarias medievais que dispunham de um local de culto particular. É também importante referir que, com a fundação da Santa Casa da Misericórdia, a capela de S. Brás será a primeira sede desta instituição de assistência, como o comprovam por exemplo, três contratos de emprazamento aí realizados pelos clérigos coreiros, respectivamente a 4 de Setembro de

[408] OLIVEIRA, António José de - "A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XV): seus estatutos e organização interna", in 2º *Congresso Histórico de Guimarães*, Actas, vol.6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho, 1996, p. 59; *idem* - "Diogo Martins, almoxarife do rei em Guimarães e oficial da Confraria do Serviço de Santa Maria", in *IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval – As relações de fronteira no século de Alcanices*, vol.2, Actas, separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – série de História, II série, vol.15, Porto, 1998, pp. 1184-1185.

[409] Em relação ao seu sepulcro no interior deste templo, no testamento estipula-se que depois de cumprido um ano do seu falecimento e "entenderem que a carne é comesta que me venham a Santarém pôr a ossada e ma levem a enterrar na dita capela e moimento junto com a dita Beringeira Gil minha mulher segundo dito é. E que na dita capela se possam lançar algumas pessoas honradas do meu linhagem e do seu mais que não possam haver os jazigos por herança".

[410] Cf. SILVA, Manuela Santos - " Contribuição para o estudo das oligarquias medievais: A instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *A Cidade Jornadas inter e pluri disciplinares* (Coord.Maria José Ferro Tavares), Actas, vol.2, Universidade Aberta, 1993, p.115. Segundo Filipe Themundo Barata e Hermínia Vasconcelos Vilar "a capela representava ainda uma forma de vincular um grupo de bens, muitas vezes importantes, a uma instituição, impedindo assim a sua pulverização. Mas as capelas eram também, e cada vez mais à medida que se aproximam os séculos terminais da Idade Média, locais de exaltação e de reafirmação de uma linhagem, que se queria perene, distante nas suas origens e eterna na sua sobrevivência" ("Os protegidos de Mercúrio - Em torno de famílias e fortunas de mercadores no Portugal medieval", in *A Cidade Jornadas inter e pluri disciplinares*, (Coord.Maria José Ferro Tavares), Actas, vol.2, Universidade Aberta, 1993, p.133).

[411] OLIVEIRA, António José de - "A Capela de S. Brás: um espaço, três funções"…, pp. 14-15.

1511, a 4 de Outubro do mesmo ano e em 1512[412]. A 4 de Julho de 1540, a Misericórdia ainda se localiza na capela de S. Brás, então designada como Capela da Misericórdia, como o atesta um contrato redigido por João Álvares de Azevedo[413].

Se atualmente já não se rezam missas por alma de Álvaro Gonçalves de Freitas e de Beringeira Gil como manda o seu testamento, mesmo o visitante desprevenido imaginará o homem de poder e qualidade que terá tido o privilégio de ser sepultado numa capela anexa ao claustro da igreja de Santa Maria. Desta forma, estará afinal, a cumprir o último desejo de Álvaro de Freitas: imortalizá-lo e dar-lhe um lugar entre os poderosos de Portugal[414].



Fig. 43 – Capela de São Brás (2006)

[412] A.M.A.P, pergaminhos da Colegiada n^{os} 376, 377 e 378.

[413] A.M.A.P, C-1367, fl.4. OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais apresentada na Universidade do Minho, Braga, 1999 (texto policopiado), p. 196.

[414] A última pessoa a ser sepultada nesta capela foi D. Maria Rita de Freitas do Amaral e Melo, a 6 de Dezembro de 1859 (MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira"…, p. 451)

Outros tipos de manifestações existiriam na Igreja e no espaço contíguo que comungava – a Praça da Oliveira, como sejam os desfiles e procissões em honra de Deus, da Virgem e de Santos[415]. Certas datas do calendário litúrgico como o Pentecostes, Natal, Ramos e Páscoa eram celebrados na Colegiada, bem como outros dias consagrados à Virgem e aos Santos. O cortejo solene que caraterizava as celebrações do Corpo de Deus saía da Igreja da Colegiada percorrendo a rua de Santa Maria e da Infesta em direcção ao Campo do Salvador[416]. Este itinerário corrobora mais uma vez a importância da Igreja e da Praça da Oliveira

Recordamos, também, o papel que a Senhora da Oliveira detinha no quadro da atracção de romeiros à igreja de Santa Maria da Oliveira.

Em suma, a partir dos finais do século XVI, a Colegiada constituíra-se como "a primeira força do concelho"[417], ocupando o lugar que fora até aí da corte bragantina[418]. Até finais do século XVII ela será o pólo dinamizador de Guimarães, mas lentamente os conventos da vila e dos arredores, a Misericórdia e as ordens terceiras vão competindo com a sua "Sé sem bispo"[419]. Nos domínios da arquitectura e das artes decorativas, todas estas casas desempenham um papel fundamental.

Ao longo dos séculos a Colegiada mantém a sua posição entre as mais importantes instituições do Reino, sucessivamente dirigida por destacadas figuras invariavelmente ligadas ao poder régio.

---

[415] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)…*, p.62, nota 123. Sobre as festividades, procissões e cerimoniais a cargo da Colegiada vide: OLIVEIRA, Manuel Alves de – "A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades"…, pp. 423-437.

[416] OLIVEIRA, João Gomes de - "Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas", in *Revista de Guimarães*, vol. 21, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1904, pp. 177.

[417] GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário Artístico Português (Elementos para a sua História) – II. Guimarães*, Porto, Edições Pátria, 1935, p. 8.

[418] Não esqueçamos, que nos finais do século XVI, o Paço dos Duques de Bragança deixa de ser a principal mansão senhorial da Casa de Bragança, já que esta se transfere para Vila Viçosa, por iniciativa do duque D. Teodósio II (SERRÃO, Vítor - "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio", in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996, p. 93).

[419] *Idem, ibidem*, p. 93.



Fig. 44 – Vista aérea da Colegiada (C.M.G.- 2001)

2.1.4. A estada do arcebispo D. José de Bragança (1746-1748)

Determinante para a remodelação arquitetónica de alguns edifícios civis e religiosos de Guimarães, foi a figura do arcebispo D. José de Bragança, que de Braga, ou da própria vila de Guimarães onde permaneceu entre Dezembro de 1746 e Junho de 1748, patrocinou importantes obras.

D. José de Bragança, arcebispo de Braga, durante o período de 1741 e 1756[420], assumiu a administração do episcopado numa conjuntura problemática. O dilatado período de sé vacante, após a morte do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1728-1741) tornara o poder dos Cónegos extremamente forte e ativo[421]. Esse fato, conjugado com as reformas que impôs ao Cabido, Párocos e privilegiados provocou um "quase permanente estado de guerra"[422]. Para serenar os ânimos, o seu irmão, o rei D. João V resolveu intervir, insinuando que se deveria ausentar de Braga em visita pastoral pela Diocese[423]. A 10 de Dezembro de 1746, o prelado bracarense desloca-se de Braga para Guimarães, iniciando uma ausência que se prolongaria até Agosto de 1750, altura em que regressa a Braga para preparar as exéquias do seu irmão D. João V. Somente a 22 de Junho de 1748, abandonaria a vila de Guimarães para prosseguir a sua viagem até Amarante e Vila Real[424].

[420] D. José de Bragança nascera a 6 de Maio de 1703, era filho ilegítimo do rei D. Pedro II e de D. Francisca Clara da Silva. Para conhecer a biografia deste prelado ver, por exemplo: MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade / Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 2003, pp.110-120.

[421] MILHEIRO, Maria Manuela – "A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (nº1), Braga, Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 1995, p.5.

[422] *Idem, ibidem*, p.6.

[423] Veja-se, por exemplo, uma carta datada de 3 de Outubro de 1746, que o rei enviou por Alexandre de Gusmão ao prelado bracarense, avisando-o que se deveria retirar de Braga "(…) em distancia de tres leguas com pretexto de vizitar varias terras da Diocese (…) (carta transcrita por: *idem, ibidem*, pp.6-7).

[424] Sobre o itinerário da sua digressão da sua visita pastoral por Guimarães e Terras Transmontanas, veja-se o mapa elaborado por: MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*…, p.169.



Fig. 45 – Retrato de D. José de Bragança. Paço Arquiepiscopal de Braga

A vila de Guimarães deliciava-se com a vinda de D. José porque havia mais de um século que não era visitada por um príncipe da Casa de Bragança[425]. Tinham passado,

[425] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol, 1747, p. 7; MILHEIRO, Maria Manuela de Campos – *obra cit.*, p.164. Seguindo José Manuel Tedim "A presença do monarca ou de algum membro da família real, alterava o quotidiano dos habitantes da cidade, contribuindo para a subversão das

igualmente quatro décadas desde a última visita de um arcebispo: D. Rodrigo de Moura Teles[426]. Este arcebispo estivera em Guimarães a 13 de Abril de 1716, para a tomada de posse da sua irmã, a madre Luísa Maria da Conceição, religiosa do Convento da Madre de Deus de Lisboa, nomeada como primeira abadessa do Convento da Madre de Deus de Guimarães[427].

regras da rotina diária das gentes populares " (cit. de TEDIM, José Manuel - "A festa e a cidade no Portugal barroco", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 319).

[426] Em 1749, Tadeu Camões afirmava erradamente que Guimarães não era visitada pelos prelados bracarenses há mais de vinte anos (CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 2 vol, Coimbra, 1749, pp. 4-5).

[427] OLIVEIRA, Manuel Alves de - "História da Real Colegiada de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 28, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1975-1977, p. 209. Sobre a visita de D. Rodrigo de Moura Teles a Guimarães, veja-se: CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p.190; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 342-344; MILHEIRO, Maria Manuela de Campos – *obra cit.*, p.276. p.115; S/A – "Para a História da Colegiada de Guimarães: Visitações dos Arcebispos de Braga à Colegiada de Nª Sª da Oliveira entre os séculos XVI e XVIII", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 10, fascículo nº3 e 4, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1945, pp. 97-143.

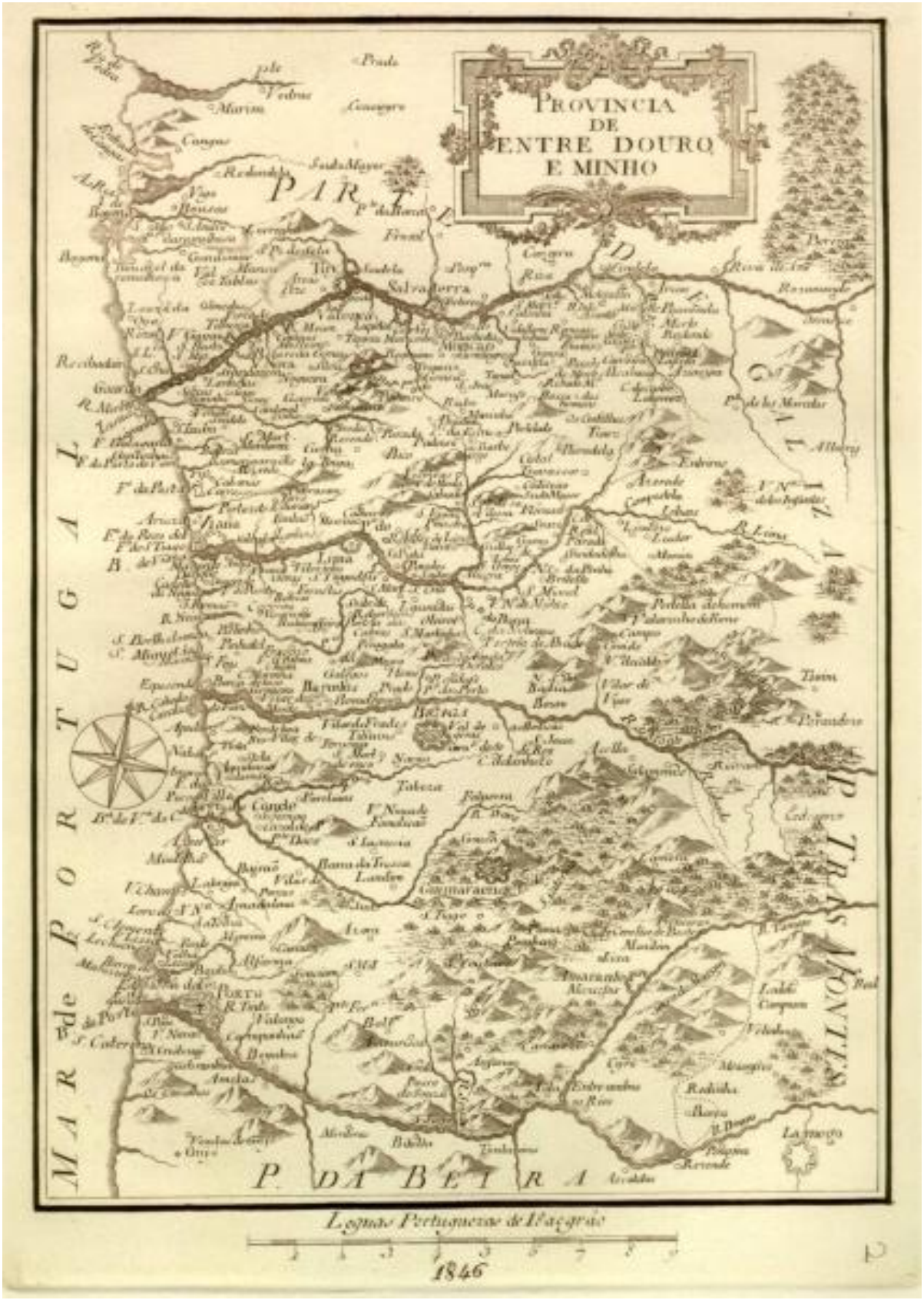


Fig. 46 - Viagem de D. José de Bragança de Braga a Guimarães (mapa da Província de Entre Douro e Minho, Biblioteca Nacional de Lisboa)

A 10 de Dezembro de 1746, pelas 8 horas da manhã, o prelado bracarense saiu de Braga em direcção a Guimarães[428], na sua berlinda puxada por "oito bem aparelhados, e corpolentos brutos, e tão primorozamente rica"[429], prenda do rei D. João V[430]. A extensa comitiva seguia a estrada para Guimarães, que naquela altura ia por Fraião, ao alto da Falperra e Santa Cristina de Longos[431]. Entrando no termo de Guimarães, o arcebispo mandou distribuir ao longo do percurso até à vila, esmolas pela multidão de pobres que afluía e moedas de ouro pelos lavradores que andavam a reparar os caminhos[432]. Nesse mesmo dia, as ruas da vila de Guimarães foram "ricamente ornadas de primorozas sedas, e admiráveis tapeçerias" [433] desde a rua de Lazáro até à Colegiada, enquanto que a fina-flor da sociedade vimaranense[434] ia entusiasticamente de encontro à comitiva do prelado, ainda nos subúrbios de Braga[435]. Devido à impraticabilidade dos caminhos, apenas pouco mais de uma légua de Guimarães, duas dignidades e dois cónegos da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira se encontraram com "este Principe não he como os mais Arcebispos, mas filho de hum Rey, e irmão de outro padroeiros desta Igreja"[436], lançando-se a seus pés[437].

O sequito de D. José de Bragança entrou nos arrabaldes de Guimarães, pela rua de São Lázaro até pela Porta da Vila[438], em cuja fronte no campo do Toural o esperavam as

[428] MILHEIRO, Maria Manuela – "A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (nº1), Braga, Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 1995, p.7

[429] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol., 1747, p. 4.

[430] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p. 4; MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Velhas Casas XII.História do Palácio de Vila Flor ou Cavalinho", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 6, 2ªsérie, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 2005, p. 27.

[431] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - "Os alvores do rococó em Guimarães", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 175-182.

[432] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*,, 1 vol., 1747, p. 3.

[433] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p. 2.

[434] Segundo o relato de Tadeu Camões, encontrava-se neste grupo: a nobreza, o ministro da Justiça, os Cónegos da Colegiada, religiosos e eclesiásticos (*idem, ibidem*, 1 vol., Coimbra, 1747, p. 2).

[435] Segundo o relato de Tadeu Camões, encontrava-se neste grupo: a nobreza, ministro da Justiça, Cónegos da Colegiada, religiosos e eclesiásticos (*idem, ibidem*, 1 vol., 1747, pp. 2-3).

[436] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, pp. 9-10.

[437] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p.3.

[438] Veja-se o percurso de entrada do Arcebispo em Guimarães, elaborado por MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*…, pp.164-167. Para aqueles que se dirigiam de Braga para Guimarães ou dessa cidade vinham com destino à zona intramuros da vila de Guimarães, o percurso mais usado e em termos de distância absoluta o mais curto era pela rua de Santa Luzia, até à Porta de Santa Luzia. No

Ordenanças, sendo calorosamente recebido por homens, mulheres e meninos de ambos os sexos, aclamando todos numa só voz "Viva Sua Alteza"[439], sob o som dos sinos. Na Praça da Oliveira, vereadores e cónegos conduzem o arcebispo debaixo de um palio até à Colegiada[440]. Ai canta-se o *Te Deum laudamus*[441], rezando o prelado na capela-mor "primoroza obra do retabolo & tecto da Capella mayor fora fabricada a dispendios de Seu Augusto Pay o Senhor D. Pedro segundo"[442], perante a imagem de Nossa Senhora da Oliveira[443]. Através deste acto, o arcebispo repetia o agradecimento de D. João I à Santa Maria de Guimarães, como podemos constatar neste extracto:

" (…) caminhou devoto para a Capella maior, aonde vendo, e admirando aquella Soberana Senhora, a quem renderão tantas adoraçõens os seus Progenitores, e naquelle mesmo lugar, aonde El-Rey d. João Primeiro, seu oitavo Avo, se prostrou offerecendo triunfos, ajoelhou Sua Alteza rendendo cultos (…)"[444].

---

entanto, o arcebispo entra através da rua de São Lázaro, um local de passagem para aqueles que entravam na vila, oriundos do Porto, que se prolongava pela rua de Gatos até ao Toural. Ao utilizar este percurso na sua entrada, estaria D. José de Bragança, intencionalmente a repetir a entrada séculos antes do rei D. João I, no cumprimento de um voto feito em agradecimento pelo rei em Aljubarrota a Santa Maria de Guimarães.

[439] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol., 1747, p.3. Sobre a sua entrada triunfante em Guimarães, veja-se também: MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães…, pp. 210-211; MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*…, pp.164-167.

[440] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol., 1747, p.5.

[441] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p.5.

[442] *Idem, ibidem, – obra cit.*, 1 vol., 1747, pp.5-6.

[443] Segundo a descrição de Tadeu Camões, "lhe servio de gostosa admiração o ver, que era prenda de seo amantíssimo Irmão o Senhor Rey D, João Quinto, o manto riquissimo, que adornava, a milagroza Imagem por sima de hum vestido, offerta de sua prezadissima Irmam a Senhora Infanta D. Francisca" (*idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p.6).

[444] *Idem, ibidem*, 1 vol., 1747, p.5.

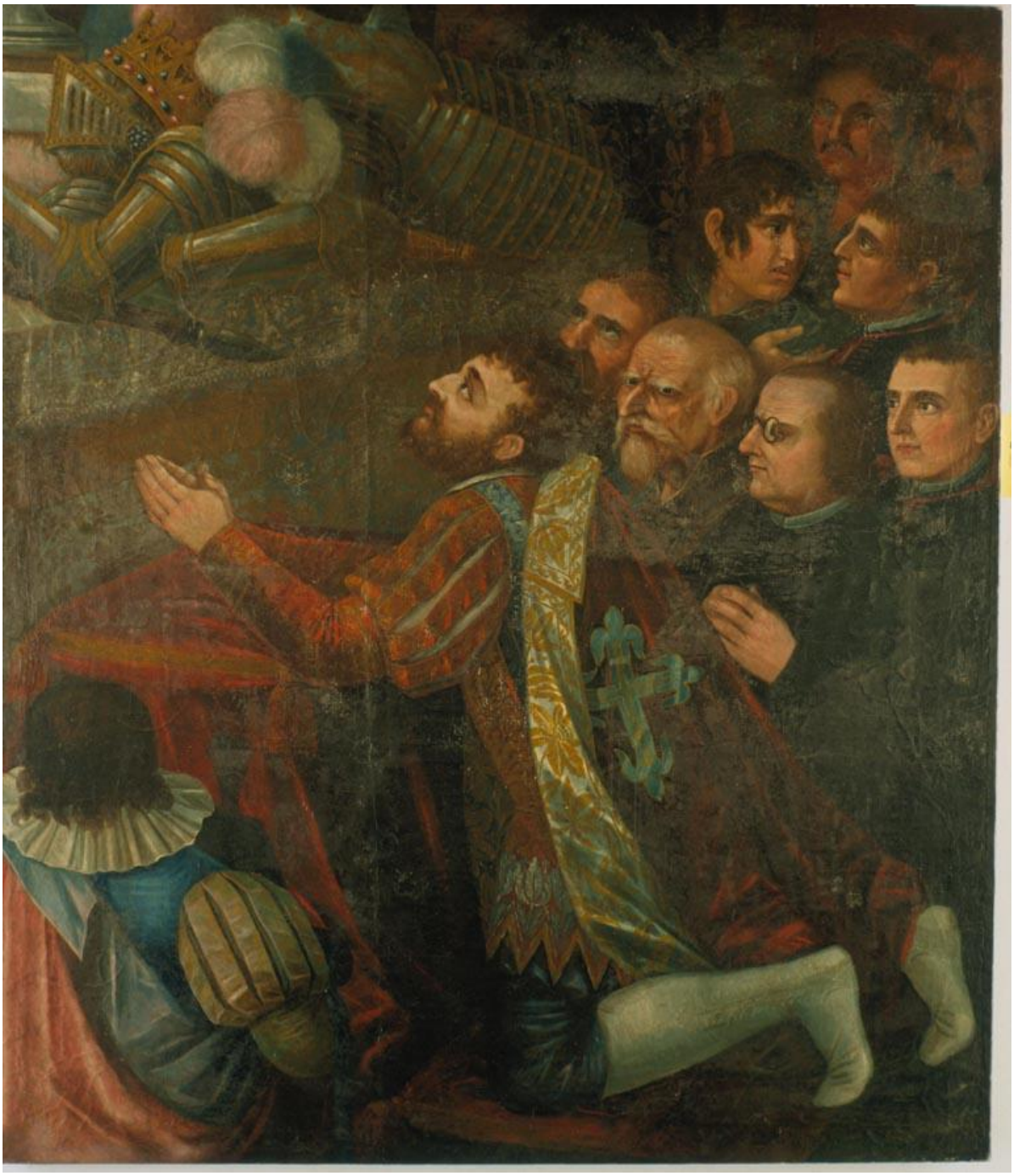


Fig. 47 – Óleo sobre tela do século XVII: Agradecimento de D. João I à Santa Maria de Guimarães, existente no Museu de Alberto Sampaio (foto MAS)

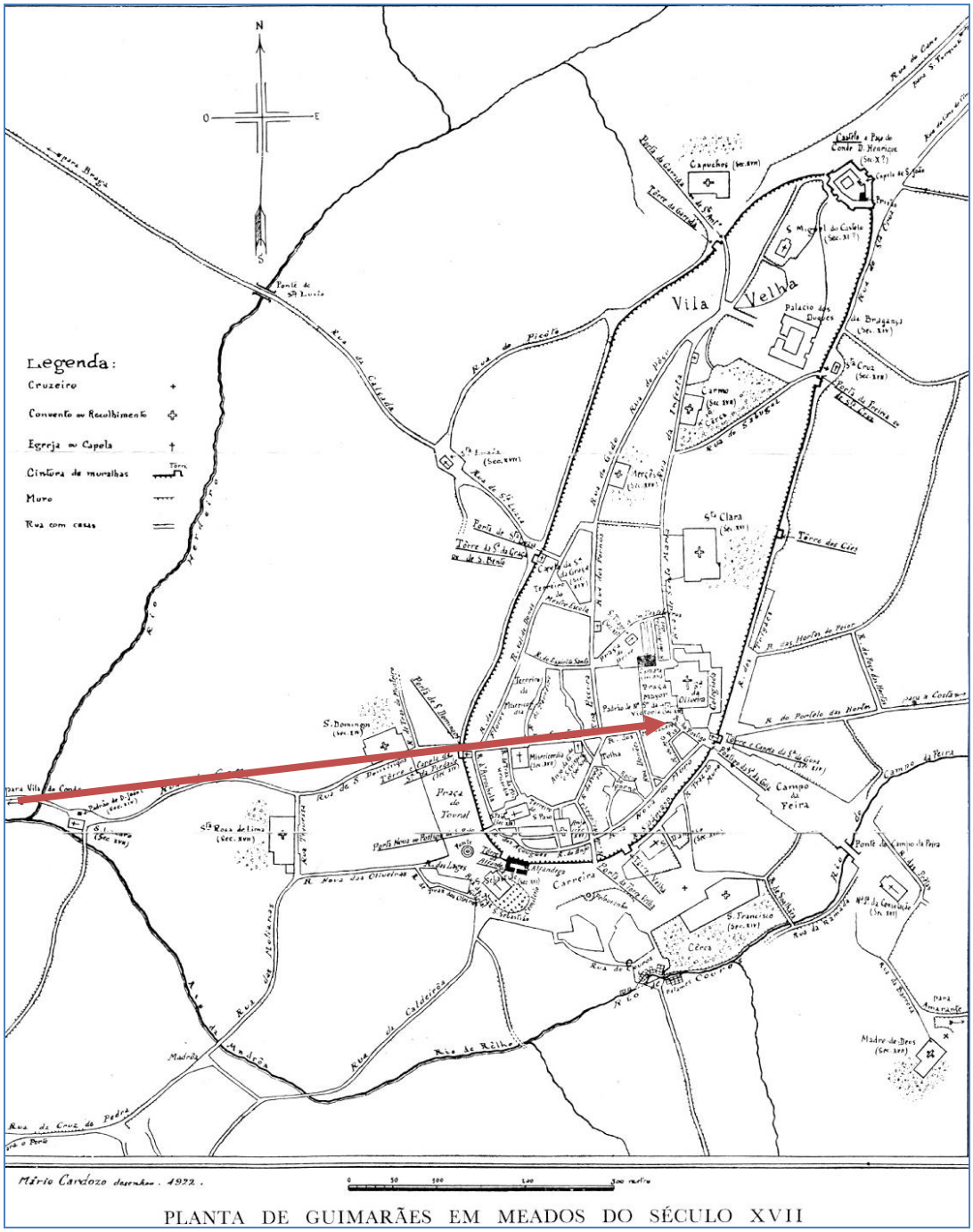


Fig. 48 – Itinerário da entrada de D. José de Bragança em Guimarães (mapa extraído de Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso (1922), in Mário Cardoso - "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, 1922, pp.420- 421).

Quando o prelado bracarense sai do templo da Colegiada, já era noite, sendo acesas as luminárias e conduzido às "cazas da rua da Cadea, que com os regios provimentos de Sua Alteza já erão Palacio"[445]. Na rua da Cadeia, também conhecida por rua do Espírito Santo, junto ao terreiro da Misericórdia, hoje largo João Franco, inicialmente hospeda-se na ameada

[445] *Idem, ibidem,* 1 vol., 1747, p.6.

casa de Tadeu Camões[446], Senhor dos Coutos de Abadim e Negrelos, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Oficio e Académico da Real Academia de História[447].



Fig. 49 – Postal dos inícios do século XX: Terreiro da Misericórdia

[446] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira…*, p.211; *idem* - "Velhas Casas XII.História do Palácio de Vila Flor ou Cavalinho", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 6, 2ªsérie, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 2005, p. 27; MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII…*, pp.165-166; *idem* - "O Palácio e a Quinta de Vila Flor", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 37; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.229. A casa, conhecida por Casa dos Carvalhos conserva-se ainda no Largo de João Franco, antigo Largo da Misericórdia.

[447] Frontispício da obra: CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e - *obra cit.*, 1 vol., Coimbra, 1747.



Fig. 44 – Casa do Senhor de Abadim e Negrelos onde D. José de Bragança se hospedou (2008)

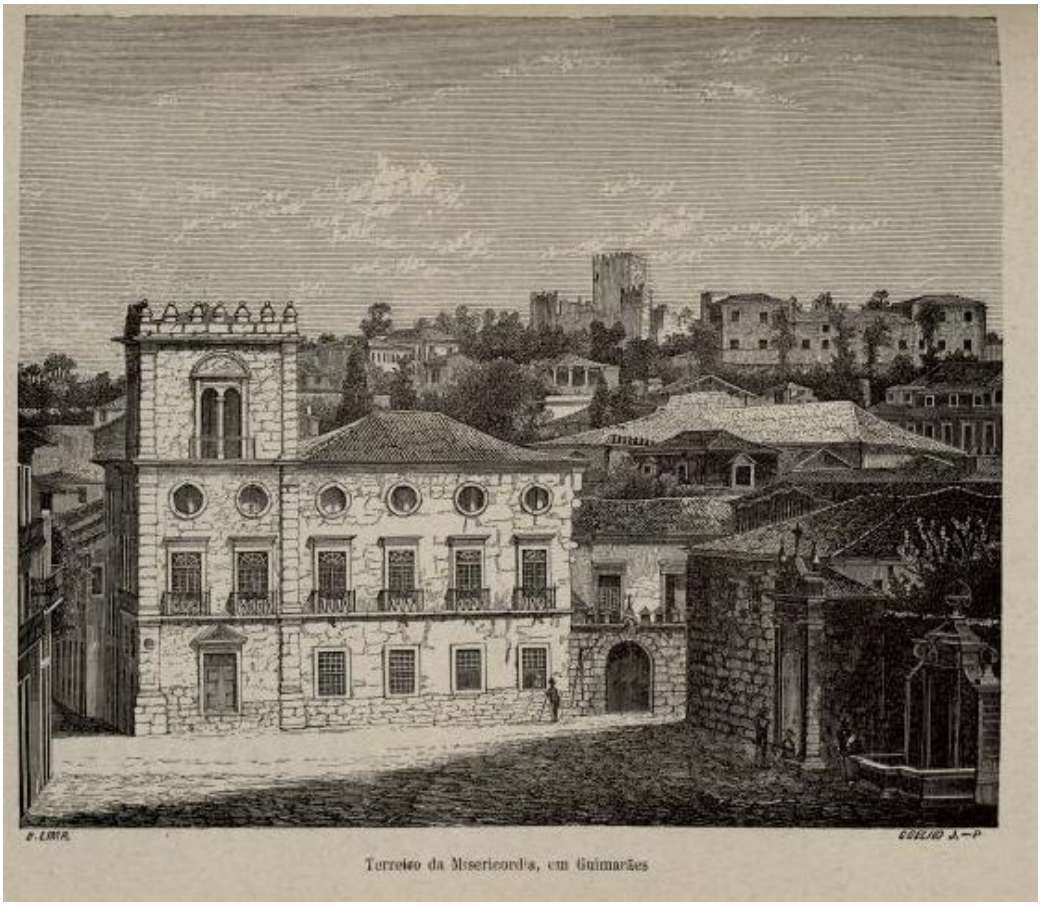


Fig. 50 – Casa do Senhor de Abadim e Negrelos onde D. José de Bragança se hospedou (extraído BARBOSA, Inácio de Vilhena – *Monumentos de Portugal: Históricos, Artisticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro e Irmão editores, 1886).

Conclui-se o primeiro dia da visita de D. José de Bragança com fogos-de-artifício, com os sons dos sinos, dos clarins e dos tambores[448].

Para melhor compreensão do alcance das manifestações festivas efectuadas nas ruas, igrejas ou casas religiosas da vila de Guimarães, durante a permanência do Arcebispo em Guimarães, elaboramos o quadro nº XV, que inserimos no final deste capítulo.

Outras manifestações são referidas por Tadeu Camões, como sejam: festejos de academias, fogos-de-artifício, cavalhadas[449] e repique de sinos.

[448] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol, 1747, p.6; MILHEIRO, Maria Manuela – "A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas"…, p.8; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*…, p.211.

[449] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, vol. 2, 1749, p.2.


GUIMARAENS AGRADECIDO,
APPLAUZO METRICO,
QUE
A CELEBRE ACADEMIA DA MUITO NOTAVEL
Villa de Guimaraens recitou na prezença, e em louvor
DO
SERENISSIMO SENHOR
D. JOZE'
Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas,
com huma breve narraçaõ da Entrada, e Progressos daquelle Principe na mesma Villa:
DADO A LUZ
Por THADEU LUIZ ANTONIO LOPEZ
DA FONSECA CARVALHO E CAMOENS,
Moço Fidalgo da Caza de Sua Magestade, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Familiar do S. Officio, e Senhor dos Coutos de Abbadim, e Negrellos, Academico, e Patrono da mesma Academia, Academico da Academia Real, e da dos Infecundos, e da Arcadia em Roma, &c.

Fig. 51 – Frontispício da obra de Tadeu Camões (armas de D. José de Bragança)

Efetuou várias visitas no espiritual a igrejas dos arrabaldes da vila[450]; e a capelas dos subúrbios de Guimarães: Senhora da Luz, Senhora da Conceição, a Madre de Deus, o Salvador do Mundo, o Senhor das Palhotas[451]. No Palácio de Tadeu Camões concedeu variadas audiências[452]. Segundo a descrição de Tadeu Camões, desde o momento que entrou

[450] *Idem, ibidem,* vol. 1, 1747, p.14.

[451] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.68.

[452] *Idem, ibidem,* vol. 1, 1747, pp.15-16.

vila até fim Novembro 1747, o arcebispo crismou 32625 pessoas, não se fazendo menção dos muitos Ordinandos, religiosas e senhoras ilustres que crismou em situações particulares[453].

Enquanto permaneceu em Guimarães, D. José distribui esmolas por multidão de pobres[454]. Distribuiu de esmola 10 moedas de ouro a cada "Religião Mendicante", e entregou à Misericórdia 20 moedas de ouro "em attenção à cêra, que aquella Santa Casa dispendeu illuminando os altares naquellas horas, em S.A. chrismou naquella Igreja"[455].

Muito do trabalho de "salvação das almas" através de sermões entregou ao Padre Francisco Homem, missionário da Companhia de Jesus[456]. O próprio D. José assistia do coro da Igreja da Misericórdia (defronte do Palácio de Tadeu Camões) a muito dos sermões deste missionário, aos Domingos de tarde[457].

O irmão de D. João V sentiu-se tão bem em Guimarães, que em Agosto de 1747, resolveu adquirir umas casas no Campo da Misericórdia, perto do seu amigo Tadeu Camões, que reformou e mobilou para sua morada[458]. Inicialmente, D. José pensou na reedificação do palácio mandado construir por D. Afonso, 1º Duque de Bragança. Aquando da visita à Igreja de Santa Margarida, de antiga invocação de São Miguel do Castelo, a 7 de Janeiro de 1748, o Arcebispo visitou o Paço Ducal admirando a "magestoza grandeza daquella architectura, de que inferio o generozo animo do seu fundador, rompeo nas expressoens de acreditar aquella obra por huma das maravilhas dos seculos passados (…)[459]". No entanto, vendo o "excessivo dispêndio, a que o persuadia a grandeza do animo"[460] conteve-se em erigir um edifício, no

[453] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, pp. 68-69.

[454] *Idem, ibidem*, vol.1, p.12, vol.2, p.12, p.16 e pp. 67-68.

[455] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.74.

[456] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, pp. 4-5; MILHEIRO, Maria Manuela – *obra cit.*, pp.8-9;

[457] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, vol. 2, 1749, p.13.

[458] MILHEIRO, Maria Manuela – *obra cit.*, p.10; OLIVEIRA, Eduardo Pires de - "Os alvores do rococó em Guimarães", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 10; OLIVEIRA, Manuel Alves de - "Rectificação a uma nota de Robert C. Smith a propósito da Casa dos Lobos Machados", in *Bracara Augusta*, vol. 31, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1977, p.219. Segundo Maria Adelaide Moraes por seu procurador o Reverendo Dr. Marcelino Pereira Cleto, comprou a Francisco António Peixoto de Miranda, assistente no Porto e a D. Inácia Antónia Coutinho moradores na Quinta de Agrelos, Santa Cruz, do concelho de Baião, uma morada de casas de sobrado com suas janelas rasgadas, por 1800$000 réis (MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Velhas Casas XII. História do Palácio de Vila Flor ou Cavalinho", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 6, 2ªsérie, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 2005, p. 27, nota 52).

[459] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1 vol., Coimbra, 1747, p.14.

[460] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.69.

terreiro da Misericórdia, a que o Prelado denominava de "hospicio", apesar de conter 98 janelas e 77 portas[461]. Apesar do elevado número de oficiais presentes no estaleiro da obra, e da sua rapidez, nenhum transtorno foi causado aos moradores da vila[462]. A 6 de Janeiro de 1749, D. José deu esta casa ao seu criado João Lopes da Gama[463].



Fig. 52 – Casa dos Coutos (atualmente Tribunal da Relação) (2009)

[461] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.69. Trata-se do actual imóvel, conhecido por Casa dos Coutos, ocupado pelo Tribunal da Relação de Guimarães.

[462] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, pp.69-70.

[463] MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Velhas Casas XII.História do Palácio de Vila Flor ou Cavalinho", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 6, 2ªsérie, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 2005, p. 27, nota 52.



Fig. 53 – Vista área do atual largo de João Franco – antigo Terreiro da Misericórdia (CMG - 2001)

Durante este período de quase ano e meio que D. José permaneceu em Guimarães, o Paço episcopal do arcebispado de Braga foi deslocado para terreiro da Misericórdia de Guimarães. Neste período, as tensões sempre latentes entre o Cabido da Colegiada e a mitra bracarense desvaneceram-se.

Além da sua actividade pastoral, o arcebispo intervém activamente na orgânica interna das instituições monásticas femininas vimaranenses. Por exemplo, muda a jurisdição do Convento de Santa Rosa de Lima que passou dos Dominicanos para a mitra[464]. Um ano após da sua tomada de posse como arcebispo, depois de instado pelas religiosas, este aceita a sujeição do convento à sua jurisdição[465], que até aí vivera sob a tutela dos carmelitas calçados, sustentando várias demandas relativas a pontos de jurisdição no arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles[466]. Serão estes dois conventos femininos juntamente com o Convento de Santa

[464]CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e - *obra cit.*, vol. 2, 1749, pp.51-52; OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *obra cit*., p. 176.

[465] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e - *obra cit.*, 1749, vol. 1, p.45; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.346; ALVES, José Maria Gomes – "A Igreja do Carmo", in *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, vol.1,Guimarães, 1981, p. 146.

[466] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, 1749, vol. 1, p.45.

Clara que o arcebispo irá apoiar múltiplas obras e nos quais podemos verificar a sua intensa actividade mecenática.

Aquando dumas das suas visitas ao Convento de Santa Clara, a 2 de Março de 1747, o arcebispo pôde exprimir a sua satisfação ao ver a opulência dos paramentos, a grandeza da sacristia, a magnificência da capela-mor e a primorosa composição dos altares[467]. Indo de encontro à efusiva satisfação do arcebispo, Tadeus Camões na sua descrição afirma:

" (…) pois tem este sagrado Primás por huma das especiaes qualidades do seu espirito não poder reprimir o gosto, quando vê bem ordenados os augmentos do culto divino" [468].

Na continuação da sua visita, Tadeu Camões refere que D. José continuou examinando a grandeza dos claustros e primor das capelas anexas; a formosa extensão da cerca e a forma dos antigos dormitório[469]. O prelado percorreu ainda o estaleiro da obra da continuação dos dormitórios novos "que a toda a pressa se continuava por idêa de S.A."[470]. Simultaneamente, o arcebispo deu "arbítrios dignos da sua especial intelligencia para continuação da notavel portaria, e amplas grades e proporcionados palratorios, que tudo a efficacias da sua assistencia nesta Villa se vai continuando com cuidadosa diligencia de officiaes peritos"[471]. Como podemos constatar, o prelado tinha o cuidado de ver em pormenor as empreitadas e em dar os seus contributos estéticos às clarissas.

Durante a visita pastoral ao Convento das religiosas dominicanas que ocorreu a 7 de Julho de 1747, D. José achou o templo das dominicas com espaçosa sacristia, bons ornamentos, asseados altares, grande a igreja e "arrogante a Capella mayor"[472]. Contudo, mais do que regras de disciplina religiosa, encontramos neste relato de Tadeu Camões, mais referências a obras patrocinadas pelo prelado. De fato, imediatamente nesta visita, o arcebispo decidiu mandar romper à sua custa "com elegante desafogo, e artificiosa ideia" umas frestas "que já agora com espaçoso âmbito restituem á Igreja a luz, de que a tinhão privado os

[467] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, pp.29-30.

[468] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.30.

[469] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.30.

[470] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.30. Sobre a obra destes dormitórios novos, veja-se: FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos,* 2ª Série, vol. 5, Guimarães Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2004, pp. 39-40.

[471] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, vol. 2, 1749, pp.30-31.

[472] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.52.

primeiros artífices no defeito apertado daquelas frestas" [473]. A visita prosseguiu pelo dormitório. Nesta descrição é dito que o Prelado resolveu introduzir no claustro "mais perennidade de proveitosas águas, e juntamente fez avultar a continuação de levantados muros, e outras obras, com que lhe mandou estender a clausura, e augmentar o districto, que sem o patrocinio de S.A. nunca puderão conseguir" [474] .

Além de ingerir no espaço interno da igreja, o prelado vai patrocinar a construção da porta principal conventual. Apesar de não termos nenhum suporte documental apareceu que nos permita adiantar alguma informação sobre a construção deste portal e respectivo muro, sabemos através da pedra de armas deste arcebispo inscrita no portal que apadrinhou igualmente esta obra[475].



Fig. 54 – Pormenor do portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança (2008)

[473] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.52. Esta empreitada foi posta em prática pouco tempo depois (*idem, ibidem*, vol.2, p. 53).

[474] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.53.

[475] As nossas buscas no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, para encontrarmos o contrato notarial desta empreitada revelaram-se infrutíferas. Apenas podemos dizer que este portal foi construído durante o episcopado de D. José. Segundo Eduardo Pires de Oliveira, se se vier a confirmar a data de 1747-1748 para a feitura deste portão "poderemos dizer que Guimarães foi uma das primeiras povoações minhotas a aderir ao rococó. (Eduardo Pires de Oliveira – *obra cit.*, p.182).

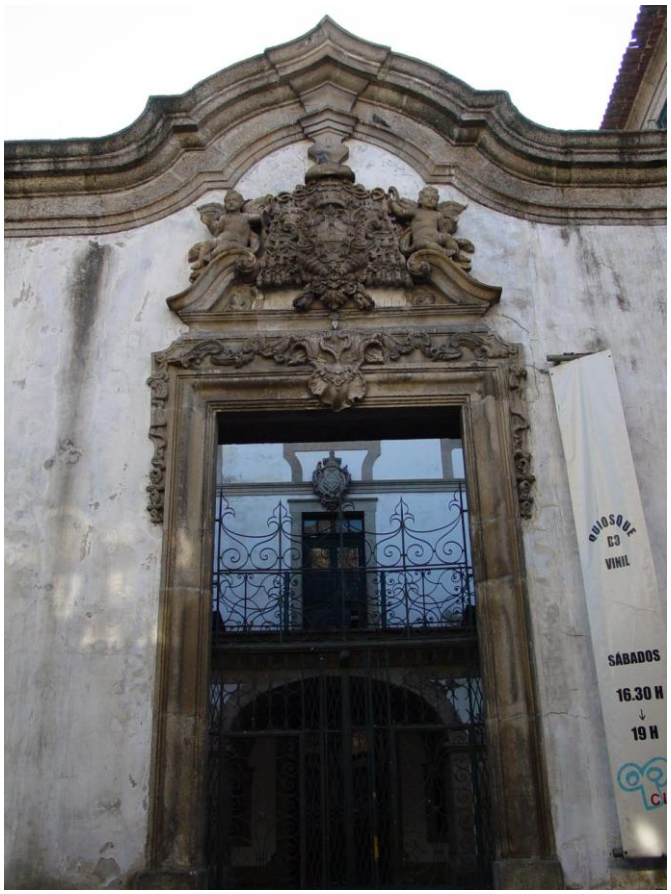


Fig. 55 – Portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança (2008)



Fig. 56 – Portal e mirante das Dominicas (2006)

Determinante para a remodelação da igreja do Convento do Carmo, de Guimarães, foi a figura do arcebispo D. José de Bragança, que de Braga, ou da própria vila de Guimarães onde permaneceu entre Dezembro de 1746 e Junho de 1748, patrocinou importantes obras. No episcopado de D. José de Bragança depois de instado pelas religiosas, este aceita a sujeição do convento à sua jurisdição[476], o que vai permitir que nessa altura, a instituição passe por nova fase construtiva patrocinada pelo arcebispo. Torna-se sobretudo notória ao nível do aumento da cerca, construção de altos muros, alargamento do terreiro defronte da igreja, transformação da capela-mor, grades do mirante[477] e da obra de talha. Na visita ocorrida a 31 de Maio de 1747 é dito que muitas das obras ainda decorriam[478].

Na senda mecenática deste arcebispo, em Junho de 1746, José Álvares de Araújo, mestre entalhador bracarense, arremata a empreitada do retábulo-mor, dos dois altares laterais e das sanefas da igreja do Carmo, pela quantia de 930$000 réis[479]. Todavia, poucos dias após a celebração deste contrato, é assinada uma alteração ao anteriormente disposto, que consistiu na substituição das plantas e apontamentos entretanto cedidos ao artista para a feitura da obra[480]. Justifica-se este procedimento porque as plantas e apontamentos que a prioresa e as

[476] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.346; ALVES, José Maria Gomes – "A Igreja do Carmo", in *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, vol.1,Guimarães, 1981, p. 146.

[477] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, p.47; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit*., p.347; ALVES, José Maria Gomes – *obra cit.*, p.146.

[478] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, p.47;

[479] *Vide* documento XLV, vol. II. Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*, Porto, 2 vols., 1993, Seminário de História de Arte em Portugal orientado pelo Dr. Manuel Joaquim Moreira da Rocha, no âmbito da Licenciatura em Ciências Históricas da Universidade Portucalense, (dact.). Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na Igreja do Carmo e de S. Domingos", in *Poligrafia*, n.º 9-10, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000-2001, pp. 115-150; OLIVEIRA, António José de – A talha e o cadeiral da Igreja do Carmo de Guimarães (1723-1754), in *Museu*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 4ª série, nº 12, 2003, p. 93-118.

[480] *Vide* documento XLVI, vol. II. Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*... Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na Igreja do Carmo e de S. Domingos", in *Poligrafia*, n.º 9-10, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000-2001, pp. 115-150; OLIVEIRA, António José de – "A talha e o cadeiral da igreja do Carmo de Guimarães (1723-1754) …, pp. 93-118.

restantes religiosas tinham mandado elaborar, não tinham agradado ao arcebispo, seu prelado, que de imediato mandou executar novo risco.

Por exemplo, o próprio arcebispo vai ingerir no próprio desenho da obra de talha arrematada por José Álvares de Araújo. Vejamos as palavras do próprio documento notarial:

"*esta não agradando a Sua Alteza o Serenissimo Dom Joze Arcebispo do Arcebispado Primas Seu Prellado as ditas plantas e apontamentos mandou fazer novas plantas e apontamentos com mais agudeza e açeo na sua prefeição que ao fazer desta escreptura de declaraçam foram aprezentados*".

Ainda durante o episcopado de D. José de Bragança, no ano de 1754, é arrematado o douramento e pintura da obra de talha, pelo ajuste de 920$000 réis, por quatro mestres pintores portuenses: António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão [481]. Além da obra de talha executada pela oficina do mestre José Álvares de Araújo, os citados mestres pintores comprometiam-se a dourar "*toda a mais talha que se acha ornando a sua jgreja*", que incluía os púlpitos, remates de portas, óculo do coro, credências e o retábulo da sacristia. Por fim, os artistas obrigavam-se a pintar os elementos escultóricos da frontaria da portaria do edifício conventual constituído pelos três anjos e serafins[482], datada de 1732, da autoria de João e António Pinto.

Entre o encomendador e os artistas, é acordado que toda esta empreitada seria realizada conforme a vontade e o agrado de D. José de Bragança. Por fim, os artistas obrigavam-se a pintar os elementos escultóricos da frontaria da portaria do edifício conventual.

No arco cruzeiro deste templo podemos encontrar esculpida a pedra de armas deste arcebispo.

---

[481] *Vide* documento XLVII, vol. II. Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768)…; OLIVEIRA, António José de – "A talha e o cadeiral da igreja do Carmo de Guimarães (1723-1754)…; *idem* – "A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768)", in *Museu*, n.º 11, IV série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2002, pp. 117-197.

[482] No documento é referido que seriam apenas pintados as suas "*cabeças*".



Fig. 57 – Arco cruzeiro da Igreja do Convento do Carmo: armas de D. José de Bragança (2008)

Aquando da sua visita à Senhora de Porto d´ Ave, Tadeu Camões reafirma o interesse e o conhecimento de D. José pela arquitetura, como atesta o seu relato:

" (…) viu as obras; e como he por genio inclinado, e por noticia intelligente de arquitectura, como testificão seus palácios, louvou o artificio daquellas relevantes fábricas (…)"[483].

Aí viu as obras que entretanto aí se realizavam, mandando construir um "soberbo escadôrio"[484].

A acção política, religiosa e mecenática de D. José, no espaço urbano vimaranense vai prolongar-se na própria sagração de pedras de aras nos altares da igreja da Colegiada[485], e nos

[483] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, vol. 2, 1749, p.20.

[484] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.20.

conventos femininos de Santa Clara[486] e do Carmo[487]. Todas estas pedras eram "artificiosamente encaixilhadas, e primorosamente cobertas" [488] .

Em suma, D. José de Bragança foi uma personalidade marcante no panorama eclesiástico e artístico do seu tempo, exercendo um vasto papel mecenático na sua diocese, particularmente em Guimarães. O seu caráter empreendedor revela-se pelo apoio concedido à actividade artística, através do mecenato ou da encomenda, mas também pela sua intervenção directa e activa no processo criativo, convertendo-se em agente da modernidade estética.

Responsável por empreendimentos no panorama artístico vimaranense, e na construção de um importante legado patrimonial que ainda hoje se mantém na cidade de Guimarães, foi uma figura consciente da importância pastoral que os meios visuais, assumem no melhoramento da sua diocese, igrejas e conventos.

[485] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.31-32. D. José sagrou 36 pedras de ara.

[486]*Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.71. O arcebispo consagrou 32 pedras de ara, dando a entender que se devia erigir mais altares nesse convento "aonde por sua Real direcção se levantavão magestosos edifícios" (*idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.71).

[487] *Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.73. Sagrou 36 pedras de ara, na igreja pois o seu intento era multiplicar os altares da igreja.

[488] *Idem, ibidem,* vol. 2 1749, p.32.

Quadro XV

Manifestações festivas realizadas durante a estada de D. José de Bragança[489]

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1746, Dez., 11	Exterior casa Tadeu Camões	Agradecimento pela vinda do Arcebispo	Vivas	Senado; Nobreza; Ministros de Justiça; Povo	Vol.1, p.6
	Colegiada	Visita Arcebispo à Colegiada	Oração recitada pelo Chantre	Arcebispo; Chantre; 28 prebendados da Colegiada	Vol.1, pp. 6-7
1746, Dez., 12	Ruas da vila		Cortejos dos religiosos de S. Domingos e S. Francisco	Religiosos S. Domingos; Religiosos S. Francisco; Nobreza; Pessoas de maior distinção	Vol.1, p.7
	Convento de Santa Clara	Sacramento Confirmação	Arcebispo administrou a mais de 500 pessoas o Sacramento da Confirmação	Arcebispo; 500 pessoas	Vol.1, p.7
	Percurso do Convento de Santa Clara até ao		Acompanhamento do arcebispo em cortejo com murças e barretes	Arcebispo; Nobreza; Cónegos	Vol.1, pp.7-8

[489] *Idem, ibidem,* 2 vols, Coimbra, 1747-1749.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
	Palácio Tadeu Camões				
	Ruas da vila		À noite Iluminação, apesar da inclemência do tempo; Música e canto	Cantores; 3 outeiros[490]	Vol.1 p.7
1746, Dez., 13	Ruas da vila		À noite Iluminação, apesar da inclemência do tempo; Música e canto	Cantores 3 outeiros	Vol.1 p.7
1746, Dez., 14	Ruas da vila		À noite Iluminação, apesar da inclemência do tempo; Música e canto	Cantores 3 outeiros	Vol.1 p.7
1746, Dez., ?	Percurso do Palácio Tadeu Camões até à Colegiada	Entrada Arcebispo na Colegiada	Acompanhamento do arcebispo em cortejo pelo Cabido com murças e sobrepelizes; Vivas populares	Arcebispo; Nobreza; Cabido da Colegiada; Povo	Vol.1, p.9
	Colegiada	Administração de Ordens menores e sacras	Arcebispo administrou ordens menores e sacras; Te Deum Laudamus	Arcebispo; Cabido da Colegiada	Vol.1 pp.8-9
		Santo Crisma	Arcebispo	Arcebispo;	Vol.1

[490] Os versos recitados nos 3 outeiros das noites de 12 a 14 de Dezembro estão transcritos nas páginas 220 a 239, vol.1.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			administrou o Crisma a mais de 600 pessoas	Cabido; 600 pessoas	pp.9-10
	Percurso da Colegiada até ao Palácio Tadeu Camões		Acompanhamento do arcebispo em cortejo pelo Cabido e pela Nobreza	Arcebispo; Cabido; Nobreza	Vol.1 p.10
1746, Dez., 25	Percurso do Palácio Tadeu Camões até à Capela de São José, na Colegiada	Entrada Arcebispo na Capela de São José, Colegiada	Acompanhamento do arcebispo em cortejo pelo Cabido. O arcebispo foi recebido com pálio e Te Deum Laudamus, A Capela de São José foi ricamente adornada com docel branco verde	Arcebispo; Cabido	Vol.1 p.10
	Igreja da Colegiada Igreja da Colegiada	Dia Nascimento de Cristo	Procissão com pálio levado pelos Vereadores, da Capela de São José até à Igreja da Colegiada. 28 cónegos paramentados com pluviais e os mais	Arcebispo; 28 cónegos; vereadores	Vol.1 p.10

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			velhos com maças[491]		
			Missa Pontifical e Beija-mão	Arcebispo; 28 cónegos; Vereadores; Dignidades; Nobreza; Povo de Guimarães; Povo de Braga	Vol.1 p.11
1747, Jan., 2	Colegiada	Visita à Colegiada	Visita "no temporal"	Arcebispo; Cónegos	Vol.1, p. 15
1747, Jan., 7	Igreja de Santa Margarida do Castelo	Visita e Crisma	Administração do crisma	Arcebispo; Nobreza; Pessoas de distinção; Povo	Vol.1 pp.13-14
	Paço do Duque de Bragança	Visita ao Paço do Duque de Bragança		Arcebispo Nobreza; Pessoas de distinção; Povo	Vol.1, p. 14
1747, Jan., 20	Palácio Tadeu Camões, "*quando lhe impedem as inclemencias do tempo*"	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a mais de 316 pessoas	Arcebispo; 316 pessoas	Vol.2 p.6
1747,	Palácio	Santo Crisma	Arcebispo	Arcebispo;	Vol.2 p.6

[491] Anteriormente, na cidade de Braga, os Cónegos tinham-se recusado à ordem do Prelado de pegarem nas maças, o que despoletou a ira do Arcebispo que os mandou prender (MILHEIRO, Maria Manuela – "A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas"…, p.9)

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
Jan., 22	Tadeu Camões, "*quando lhe impedem as inclemencias do tempo*"		administrou o Crisma a mais de 736 pessoas	736 pessoas	
1747, Jan., 23	Convento religiosas Madre Deus	Desposórios de São José	Missa rezada	Arcebispo; Cónegos; Religiosas Madre Deus	Vol.2, pp.6-7
	Percurso do Convento da Madre de Deus até ao Palácio Tadeu Camões		Acompanhamento do arcebispo em cortejo por Cónegos, Nobreza, ministros de justiça, eclesiásticos e pessoas de distinção	Arcepisbo; Cónegos; Nobreza; Ministros de Justiça; Eclesiásticos; Pessoas de distinção	Vol.2 p.7
1747, Fev., 2	Palácio Tadeu Camões	Dia da Purificação	Oferta de um brandão a D. José de Bragança, adornado com as suas armas, por parte do Cabido da Colegiada[492]	Arcebispo; Cabido da Colegiada; Mestre de cerimónias da Colegiada	Vol.2, p.7
1747. Fev., Domingo seguinte	Misericórdia	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a mais de 736 pessoas	Arcebispo; 736 pessoas	Vol.2, p.8

[492] O prelado ofereceu este brandão aos Religiosos Capuchos "que aproveitando-se delle para cirio Paschal" (*idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.8)

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
ao dia 2 de Fev.					
1747, Fev., 12, Domingo da quinquagésima	Convento de São Domingos	Jubileu das 40 horas	Missa rezada; Sagrada Eucaristia a 2000 pessoas	Arcebispo; 4 Dignidades; 8 Cónegos; 2000 pessoas da vila e suas vizinhanças	Vol.2, pp.8-9
	Percurso do Convento de São Domingos de Deus até ao Palácio Tadeu Camões		Acompanhamento do arcebispo em cortejo por Dignidades e Cónegos. O "*lustroso acompanhamento (...) não consentindo debaixo da sua cruz mais, do que Dignidades, e Conegos, que formavão duas alas*"	Arcebispo; Dignidades; Cónegos	Vol.2 p.9
1747, Fev., 12	Palácio Tadeu Camões	Termo da Assembleia dos Académicos	Academia jocosa; Recitação de versos; Instrumentos	Arcebispo[493]; Académicos; Nobreza; Pessoas doutas	Vol.2, pp.9-10

[493] Segundo o relato de Tadeu Camões: "dignando-se de ouvillos; ainda que oculto; e como este Principe he igualmente discreto, como engraçado, não desgostou de ouvir a vária galantaria das prosas, e a galante variedade dos metros, com que os Poetas, motivando alegria tem defeito da gravidade, e provocando o riso tem quebramento de decóro, merecerão universal applauso, que se lhe fazia mais estimavel na presença de hum Principe, que prosessando as letras, e florecendo na rethorica de quem sabe avaliar a qualidade das grandezas na ponderação dos conceito" (*idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.10). Os versos recitados estão transcitos nas páginas 77 a 165, vol.2.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Fev. 14[494]	Convento de São Domingos		Missa rezada; Sagrada Eucaristia a 2000 pessoas	Arcebispo; 4 Dignidades; 8 Cónegos; 2000 pessoas da vila e suas vizinhanças	Vol.2, pp.10-11
	Percurso do Convento de São Domingos até ao Palácio Tadeu Camões		Acompanhamento do arcebispo em cortejo por pessoas de distinção.	Arcebispo; Pessoas de distinção	Vol.2 p.11
	Convento dos Capuchos e sua cerca		Recreação do passeio; Devota oração	Arcebispo; Nobreza; Gente de distinção	Vol.2, pp.11-12
1747, Fev. 15, quarta-feira de Cinza	Não referido	Missa de quarta-feira de Cinza	Missa em público	Arcebispo; Público	Vol.2, p.12
	Ruas da vila	Quarta-feira de Cinza	Procissão da Ordem 3ª de S. Francisco; Andores de Santos Penitentes; Simbólicas Figuras de todas as Virtudes; Anjos; Povo com hábitos de Penitência	Arcebispo[495]; Ordem 3ª São Francisco; Nobreza; Povo	Vol.2, p.12

[494] Por lapso, Tadeu Camões refere na terça-feira seguinte, 4 de Fevereiro.

[495] D. José assistiu à procissão de uma janela do Palácio.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Fev. 24, dia de São Matias	Palácio de Tadeu Camões	Conferiu Ordens Menores; Celebrou missa	D. José paramentado por Dignidades e Cónegos	Arcebispo; Dignidades; Cónegos	Vol.2, p. 14
	Não referido	Santo Crisma	Arcepisbo administrou o Crisma a mais de 748 pessoas	Arcebispo; 748 pessoas	Vol.2, p. 14
1747, Fev. 25, sábado	Colegiada	Administração de Ordens Sacras	Cortejos; Repique de sinos; Toque do orgão; Tochas; D. José orou à Senhora da Oliveira; Arcebispo administrou Ordens Sacras;	Arcebispo; Cabido;	Vol.2, pp. 14-15
1747, Fev. 25, sábado	Percurso da Colegiada até ao Palácio Tadeu Camões		Acompanhamento do arcebispo em cortejo pelo Cabido, Prelados das religiões, ministros das Justiças e Nobreza.	Arcebispo; Cabido; Prelados das religiões; Ministros das Justiças; Nobreza	Vol.2 p.15
1747, Mar. 19	Convento do Carmo	Dia de São José	Missa rezada; Sagrada Eucaristia	Arcebispo; Religiosas do Convento do Carmo	Vol.2, p.13
	Ruas da vila; Arcebispo assistiu na galeria da	Procissão Irmandade dos Santos Passos	Procissão dos Passos de Cristo; Anjos;	Arcebispo; Numerosas pessoas	Vol.2, pp. 15-16

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
	Misericórdia				
	Não referido	Santo Crisma	No final da procissão, o Arcebispo administrou o Crisma a 50 pessoas	Arcebispo; 50 pessoas	Vol.2, p. 16
	Percurso até ao Palácio Tadeu Camões		D. José "recolheu-se a Palacio com grande acompanhamento", distribuindo esmolas aos pobres no terreiro do Palácio	Arcebispo; Inumerável multidão de pobres	Vol.2 p.15
1747, Mar. 25	Igreja da Misericórdia	Anunciação de Nossa Senhora; Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 1437 pessoas	Arcebispo; 1437 pessoas	Vol.2, pp. 16-17
1747, Domingo de Ramos	Não referido	Domingo de Ramos	Missa; Oferta de palmito ao Arcebispo por parte do Cabido; Oferta de floridos ramos que "com primoroso alinho da perfeição da arte imitavão a galla" por parte de religiosas	Arcebispo; Povo	Vol.2, pp.17-18

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Domingo de Ramos	Ruas da vila; Arcebispo assistiu da janela do Palácio	Procissão do Triunfo da Venerável Ordem Terceira de São Domingos	Procissão do Triunfo; Numerosos andores; Anjos; Primorosas figuras; Estandarte Dominicano; Arcebispo mandou distribuir avultada esmola aos pobres que tinham concorrido das aldeias vizinhas a ver a assistir à procissão	Arcebispo; Alas de toda a Nobreza, pessoas de distinção e ilustre povo	Vol.2, pp. 18-19
	Igreja da Misericórdia	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 605 pessoas	Arcebispo; 605 pessoas	Vol.2, p.18
1747, terça-feira da Semana Santa	Nossa Senhora do Porto de Ave	Romagem à Nossa Senhora do Porto de Ave[496]	Comitiva com alguns familiares do Arcebispo; Missa	Arcebispo; Alguns familiares de D. José de Bragança	Vol.2, pp.19-20
1747, quinta-feira da Semana	Percurso do Palácio Tadeu Camões até à		Comitiva; Arcebispo recebido na Colegiada com solene pompa	Arcebispo; Cabido	Vol.2, p.21

[496] O Prelado decidiu ir "disfarçado para evitar o grande, e lustroso acompanhamento, que pela Nobreza, e povo se prevenia na prevenção daquella jornada, querendo singular prudência deste Principe dar a entender, que aquella visita especial do seu amor para com aquella Senhora perderia muito de devota, se se deixasse perturbar das confusas fadigas, e tumultuosas occurencias do acompanhamento (cit. de *idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.10). A comitiva regressou à noite a Guimarães.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
Santa	Colegiada		daquele dia na forma do cerimonial		
	Colegiada	Sagração dos Santos óleos e o acto do lava-pés	Adorno da Igreja da Colegiada: Tablados; Oficinas; Tapeçarias; Flores; Louros; Copas; Cortinas;	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Ministros de Justiça (principalmente da Relação de Braga); Gente de distinção oriunda do arcebispado e fora dele	Vol.2, pp. 20-21
	Regresso ao Palácio de Tadeu Camões		Comitiva	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Ministros de Justiça (principalmente da Relação de Braga); Gente de distinção oriunda do arcebispado e fora dele	Vol.2, p.21
1747, quinta-feira da	Casas do Senhor	Quinta-feira da Semana Santa	Visita Casas do Senhor; Comitiva	Arcebispo; Grande comitiva de	Vol.2, p. 21

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
Semana Santa				Nobres	
	Ruas da vila	Quinta-feira da Semana Santa	Procissão do Ece Homo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia; Ece Homo conduzido aos ombros de ilustres cavalheiros descalços;	Arcebispo; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia; Ilustres cavalheiros; Povo	Vol.2, pp. 21-22
1747, sexta-feira da Semana Santa	Colegiada	Enterro do Redentor	O arcebispo prostrado descalço, orando aos pés da Cruz; Dádiva de esmolas; Cerimonial do Enterro do Redentor	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Povo	Vol.2, p.22
	Ruas da vila. Arcebispo assistiu da galeria da Misericórdia	Enterro do Redentor	Procissão do Enterro organizada pela Irmandade dos Santos Passos juntamente com a Misericórdia	Arcebispo; Irmandade dos Santos Passos; Misericórdia	Vol.2, pp.22-23
1747, Domingo de Páscoa	Percurso do Palácio Tadeu Camões até à Colegiada	Dia da Ressurreição	Comitiva; Arcebispo recebido na Colegiada com solene pompa daquele dia na forma do cerimonial; Toque de sinos; Música de órgão	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Povo	Vol.2, p.25

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
	Colegiada	Dia da Ressurreição	Antes da missa o Arcebispo foi conduzido à Capela de São José, ricamente adornada; D. José paramentado saiu debaixo de palio arvorado pelos Vereadores, precedendo os 28 cónegos; Cerimonial do Dia da Ressurreição	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Vereadores; Cavaleiros; Beneficiados; Ministros de todo o Arcebispado e arredores; Povo	Vol.2, p.25
1747, sábado seguinte ao Domingo de Páscoa	Quinta de Vila Flor e Convento da Madre de Deus de Religiosas Capuchas	Visita do Arcebispo "por desafogar na honesta recreação do passeyo o apêrto cõ que vive em palacio" se foi S.A. divertir à quinta de Villaflor"	No convento as Religiosas Capuchas cantaram a ladainha, Salve Rainha	Arcebispo; Religiosas Capuchas	Vol.2, p.26
1747, Dia seguinte	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 866 pessoas	Arcebispo; 866 pessoas	Vol.2, p.27
1747, Abr.,10, Dia dos Prazeres	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 548 pessoas	Arcebispo; 548 pessoas	Vol.2, p.27
1747, Abr.,26,	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o	Arcebispo; 713 pessoas	Vol.2, p.27

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
Dia de São Pedro de Rates			Crisma a 713 pessoas		
1747, Mai., 1, Dia Santo	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 261 pessoas	Arcebispo; 261 pessoas	Vol.2, p.29
1747, Mai., 2	Convento de Santa Clara	Visita à clausura	Arcebispo deslocou-se na sua berlinda	Arcebispo; Religiosas de Santa Clara	Vol.2, pp. 29-31
1747, Mai., 3	Colegiada	Invenção Sagrado Lenho	Sagração de 36 pedras de ara	Arcebispo; Mestre de cerimónias; Cabido	Vol.2, pp. 31-32
	Regresso ao Palácio de Tadeu Camões		Comitiva	Arcebispo; Cabido;	Vol.2, p.32
1747, Mai., 5	Ruas da vila	Véspera Aniversário D. José de Bragança	Luminárias; Vivas ao Arcebispo	População de Guimarães	Vol.2, p.33
1747, Mai., 6	Palácio de Tadeu Camões	Aniversário D. José de Bragança	Prosas dos Académicos[497]; Instrumentos; Vivas ao Arcebispo;	Arcebispo; Multidão; Cabido Colegiada; Vereadores; Ministros de Justiça da vila e da Relação de Braga; Prelados das	Vol.2, pp.33-35

[497] Os versos recitados estão transcritos nas páginas 267 a 427, vol.2.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
				Religiões; Nobreza; Clero; Cavalheiros do Arcebispado e fora dele; Académicos	
1747, Mai., 7	Sala Palácio de Tadeu Camões	Aniversário D. José de Bragança	Beija-mão ao arcebispo	Arcebispo; Nobreza; Pessoas mais distintas	Vol.2, p.35
	Campo do Toural até ao Terreiro Palácio de Tadeu Camões	Aniversário D. José de Bragança	Clarins; Tambores; Cortejo de cavaleiros montados a cavalo vestidos de quatro cores: azul, cor do ouro, encarnado e verde; Cavaleiros formados dois a dois; Lide de cavaleiros	Arcebispo; Cavaleiros[498] montados a cavalo; Nobreza; Povo	Vol.2, pp.35-39
	Terreiro Palácio de Tadeu Camões	Aniversário D. José de Bragança	Música; Outeiros	Arcebispo; Outeiros; Músicos;	Vol.2, p.39

[498] São referenciados os seguintes cavalheiros: João de Barros de Faria, Paulo Luís de Melo, Luís Pimenta de Távora e seu filho José Luís de Távora e Lemos, Gaspar Leite de Azevedo, António Manuel, Diogo Ferreira Cabral, Nicolau António de Arrochela, Francisco Filipe de Sousa Alcoforado, Tomás António Leite de Almada, Bartolomeu Vieira de Castro, Sebastião Correia de Sá, Pedro Caetano Borges Pereira de Maia, José Peixoto dos Guimarães, Dom António de Lencastre e Tadeu Luís António de Carvalho.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Mai., 8	Campo do Toural até ao Terreiro Palácio de Tadeu Camões	Homenagem ao Arcebispo	Clarins; Tambores; Pífaros; Cortejo de cavaleiros montados a cavalo; Jogo das alcanzias pelos cavaleiros	Arcebispo; Cavaleiros; Povo	Vol.2, pp.39-40
1747, Mai., 8	Terreiro Palácio de Tadeu Camões	Homenagem ao Arcebispo	Cortejo de cavaleiros montados a cavalo; Desafio de lanças por parte dos cavaleiros; Música; Outeiros; Fogo-de-artifício; Fogo preso: no meio do terreiro foi montado um castelo de madeiras pintadas, com galhardetes e armas de D. José. No final, o fogo de artificio inscreveu "Viva S.A".; Vivas ao Arcebispo	Arcebispo; Cavaleiros; Povo; Outeiros; Músicos;	Vol.2, pp.40-43
1747, Mai., 9	Sala Palácio de Tadeu Camões	Homenagem ao Arcebispo	Beija-mão ao arcebispo	Arcebispo; Nobreza; Pessoas mais distintas	Vol.2, p.43
1747, Mai., 11	Oratório do Palácio de	Dia da Ascensão	Sagrada Confirmação a 84	Arcebispo; 84 pessoas;	Vol.2, p.43

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
	Tadeu Camões		pessoas		
1747, Mai., 20	Oratório do Palácio de Tadeu Camões	Véspera do Espírito Santo	Ordens Menores e Sacras	Arcebispo; 84 pessoas;	Vol.2, p.43
	Ruas da vila até Colegiada	Véspera do Espírito Santo	Procissão da Candeia, organizada pela Câmara; Andor de cera[499]; Bênção de pães miúdos distribuídos pelo Senado e Ministros de Justiça ao povo; Oferta de um tabuleiro de pães ao Arcebispo	Senado; Ministros de Justiça; Cabido; Povo	Vol.2, pp.43-44
1747, Mai., Domingo do Espírito Santo	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 426 pessoas	Arcebispo; 426 pessoas	Vol.2, p.44
1747, Sexta-feira da Trindade	Palácio de Tadeu Camões	Ordens Menores	Arcebispo administrou Ordens Menores	Arcebispo; Religiosos	Vol.2, p. 44

[499] Tadeu Camões descreve deste modo este andor de cera: " da qual fabricadas muitas flores, e enganosos fructos, servem de adorno á circunferência de huma esfera, em que se engloba a quantidade de varas de rolo, que dizem ser a medida, que da villa se tomou no tempo da peste, sobre o qual glóbo serve de remate hum ramo de oliveira, em que se vê hua põba, tudo de cera, como figuras da Senhora da Oliveira, e do Espirito Sancto" (*idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.44).

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Sábado da Trindade	Convento de Santa Clara	Ordens Sacras	Arcebispo administrou Ordens Sacras	Arcebispo; Religiosas de Santa Clara	Vol.2, pp. 44-45
1747, Domingo da Trindade	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 1083 pessoas	Arcebispo; 1083 pessoas	Vol.2, p.45
1747, Segunda-feira da Trindade	Convento de Santa Clara	Conclusão visita ao Convento de Santa Clara	Sermão pelo Arcebispo	Arcebispo; Religiosas de Santa Clara	Vol.2, p.45
1747, Mai., 31	Convento do Carmo	Visita ao Convento do Carmo	Não referenciado	Arcebispo; Religiosas do Convento do Carmo	Vol.2, p. 47
1747, Jun., 1	Colegiada	Quinta-feira de Corpo de Deus	Missa de Círculo; Procissão[500]	Arcebispo; Cabido	Vol.2, p. 48
	Palácio de Tadeu Camões	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 52 pessoas	Arcebispo; 52 pessoas	Vol.2, p.48
1747, Jun., 2	Terreiro do Palácio de Tadeu Camões[501]	Véspera do Domingo da Senhora da Colegiada	Fogo-de-artifício;	Arcebispo; Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira;	Vol.2, p.48

[500] Devido ao mau tempo, a procissão fez-se no interior da Igreja da Colegiada (*idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p. 48).

[501] Segundo Tadeu Camões a Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira organizava este fogo de artifio" ser theatro a praça da Senhora da Oliveira; mas advertindo a Mesa, que era precissa attenção, que visse S.A. aquelle luminoso festejo (…) mandarão formar o apparatoso frontispicio daquella articiosa máchina mo terreiro de S.A. parecendo-lhe, que não seria completa para Guimaraens a alegria daquella noite, se não tivesse a honra da presença deste Regio Primas (…)" (*idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p. 48).

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
				Povo	
1747, Jun., 4	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 413 pessoas	Arcebispo; 413 pessoas	Vol.2, p.48
1747, Jun., 11	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 890 pessoas	Arcebispo; 890 pessoas	Vol.2, p.49
1747, Jun., 13	Convento de Santo António dos Capuchos	Dia de Santo António	Missa; Santa Eucaristia	Arcebispo; Cónegos; Povo	Vol.2, p.49
	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo distribuiu o Sacramento da Confirmação a 223 pessoas	Arcebispo; 223 pessoas;	Vol.2, p.49
1747, Jun, no Domingo seguinte ao dia 13	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 1350 pessoas	Arcebispo; 1350 pessoas	Vol.2, p.49
1747, Jun., noite de São João	Defronte Palácio Tadeu Camões	Dia de São João	3 grandes fogueiras	Arcebispo; População	Vol.2, p.49
1747, Jun., 24	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 802 pessoas	Arcebispo; 802 pessoas	Vol.2, pp.49-50
1747, Jun., 25	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o	Arcebispo; 549 pessoas	Vol.2, p.50

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			Crisma a 549 pessoas		
1747, Jun., 29	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 50 pessoas	Arcebispo; 50 pessoas	Vol.2, p.50
1747, Jul., 2	Colegiada	Arcebispo administrou o Sagrado Baptismo do filho de Francisco Filipe de Sousa Alcoforado e de D. Rosa Maria de Viterbo e Lancastre, filha do Visconde de Asseca; Santo Crisma	Arcebispo administrou o Sagrado Baptismo; Arcebispo administrou o Crisma a 242 pessoas	Arcebispo; Dignidades; Cónegos; Nobreza; 242 pessoas	Vol.2, p.50
1747, Jul., 5	Convento do Carmo	Fim da devassa do Convento do Carmo	Arcebispo "fez huma falla a toda a Comunidade"	Arcebispo; Religiosas do Convento do Carmo	Vol.2, p.50
1747, Jul., 7	Convento de Santa Rosa de Lima	Visita no espiritual		Arcebispo; Religiosas do Convento de Santa Rosa de Lima	Vol.2, p.52
1747, Jul., 9	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 291 pessoas	Arcebispo; 291 pessoas	Vol.2, pp.53-54
1747, Jul., 16	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 181	Arcebispo; 181 pessoas	Vol.2, p.54

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			pessoas		
1747, Jul., 23	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 315 pessoas	Arcebispo; 315 pessoas	Vol.2, p.54
1747, Jul., 25	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 418 pessoas	Arcebispo; 418 pessoas	Vol.2, p.54
1747, Jul., 26	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 191 pessoas	Arcebispo; 191 pessoas	Vol.2, p.54
1747, Jul., 29	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 198 pessoas	Arcebispo; 198 pessoas	Vol.2, p.54
1747, Jul., 29	Colegiada	Arcebispo administrou o Sagrado Baptismo da filha de Sebastião Correia de Sá e de D. Clara Joana Pereira de Amorim	Arcebispo administrou o Sagrado Baptismo	Arcebispo; Cónegos; Nobreza	Vol.2, p. 54
1747, Ago., 10	Toda a a Diocese; Colegiada	Rei "fora assaltado de hum accidente que, o privou por muitas horas da preceptivel sensassão"	Preces públicas; Preces Colegiada por 9 dias	Arcebispo; Cabido	Vol.2, p. 54

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Ago., 14	Palácio de Tadeu Camões	Véspera procissão de 15 de Agosto	Fogo-de-artifício[502]	Arcebispo; Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira	Vol.2, pp.55-56
1747, Ago., 15	Palácio Tadeu Camões até à Colegiada	Assunção Santa Maria	Cortejo do Arcebispo acompanhado pelo Cabido e Nobreza; Toque dos sinos;	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Povo	Vol.2, p.56
	Colegiada: Capela do Sacramento, Capela de São José (Claustro) e Capela-mor	Assunção Santa Maria	Capela São José adornada com um docel; Procissão da Capela São José até ao altar-mor Colegiada: arcebispo acompanhado pelos Cónegos, debaixo de um pálio transportado pelos vereadores;	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Vereadores	Vol.2, pp.56-57
	Colegiada	Assunção Santa Maria	Arcebispo solenizou o Pontifical	Arcebispo; Cabido; Nobreza; Vereadores; Ministros de Justiça; Desembargadores; Fidalguia;	Vol.2, pp.56-57

[502] Fogo artifício costumava-se lançar na Praça da Oliveira.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
				Muitas pessoas de distinção	
	Igreja da Misericórdia	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 121 pessoas	Arcebispo; 121 pessoas (pessoas de freguesias distantes outros bispados que vinham assistir à procissão)	Vol.2, p.57
	Procissão pelas ruas vila	Assunção Santa Maria	Procissão com a imagem da milagrosa imagem da Senhora da Oliveira, transportada no seu andor de prata[503]; Imagem vestida com o manto que "à poucos tempos lhe tinha mandado	Arcebispo; Cabido; Confrarias; Irmandades; Comunidades Religiosas; Senado	Vol.2, p.55, pp.57-61

[503]Andor era transportado por: Nicolau António de Arrochela, Bartolomeu Vieira de Castro, Reverendo Fernando Peixoto da Silva, Rev. Jerónimo Vieira de Castro, Luís Pimenta de Távora, D. António de Alencastre, Rev. Cónego Francisco José de Faião, Rev. Manuel Peixoto, Tadeu Luís António (*Idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p. 58).

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			a fiel devoção de Sua Majestade" [504]; Cânticos		
1747, Ago., 28	Convento de Santa Rosa de Lima	Fim à devassa;	Sacramento da Eucaristia; Sacramento da Confirmação	Arcebispo; Religiosas Dominicana	Vo.2, p.61
1747, Agos. 6	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 403 pessoas	Arcebispo; 403 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Agos. 10	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 157 pessoas	Arcebispo; 157 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Agos. 12	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 281 pessoas	Arcebispo; 281 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Agos. 15	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 112 pessoas	Arcebispo; 112 pessoas	Vol.2, p.62

[504]Andor era transportado por: Nicolau António de Arrochela, Bartolomeu Vieira de Castro, Reverendo Fernando Peixoto da Silva, Rev. Jerónimo Vieira de Castro, Luís Pimenta de Távora, D. António de Alencastre, Rev. Cónego Francisco José de Faião, Rev. Manuel Peixoto, Tadeu Luís António (*idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p. 59).

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Agos. 20	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 435 pessoas	Arcebispo; 435 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Agos. 24	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 202 pessoas	Arcebispo; 202 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Agos. 27	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 360 pessoas	Arcebispo; 360 pessoas	Vol.2, p.62
1747, Set. 2[505]	Senhora da Penha	Visita do Arcebispo	Visita devota	Arcebispo	Vol.2, p. 62
1747, Set. 23	Convento do Carmo	Visita do Arcebispo	Celebração de Ordens	Arcebispo; Religiosas do Convento do Carmo	Vol.2, p.63
1747, Set. 3	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 204 pessoas	Arcebispo; 204 pessoas	Vol.2, p.63
1747, Set. 8	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 126 pessoas	Arcebispo; 126 pessoas	Vol.2, p.63
1747, Set. 10	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 267 pessoas	Arcebispo; 267 pessoas	Vol.2, p.63

[505] Na descrição é erradamente mencionado o mês de Dezembro.

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
1747, Set. 21	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 50 pessoas	Arcebispo; 50 pessoas	Vol.2, p.63
1747, Set. 24	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 20 pessoas	Arcebispo; 20 pessoas	Vol.2, p.63
1747, Out. 4	Convento de Santa Clara	Visita do Arcebispo	Sagrada Comunhão religiosas	Arcebispo; Religiosas do Convento de Santa Clara	Vol.2, pp. 63-64
1747, Out. 22	Palácio de Tadeus Camões	Aniversário do Rei	Beija-mão ao Arcebispo	Arcebispo; Cabido; Ministros de Justiça; Prelados das Religiões; Clero; Nobreza	Vol.2, pp. 64-65
1747, Out. 1	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 34 pessoas	Arcebispo; 34 pessoas	Vol.2, p.65
1747, Out. 8	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 218 pessoas	Arcebispo; 218 pessoas	Vol.2, p.65
1747, Out. 15	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 121	Arcebispo; 121 pessoas	Vol.2, p.65

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			pessoas		
1747, Out. 22	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 52 pessoas	Arcebispo; 52 pessoas	Vol.2, p.65
1747, Out. 28	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 176 pessoas	Arcebispo; 176 pessoas	Vol.2, p.65
1747, Out. 30	Não referenciado	Sacramento da Confirmação	Arcebispo administrou o Sacramento da confirmação a 75 pessoas	Arcebispo; 75 pessoas	Vol.2, p.65
1747, Nov. 1	Colegiada	Melhoria do Rei	Missa rezada a Nossa Senhora da Oliveira, em agradecimento pela melhoria do Rei; Acção de graças pelos Capelães do Coro da Senhora da Oliveira	Arcebispo; Cabido;	Vol.2, pp.65-66
1747, Nov. ?[506]	Convento de São Francisco	Devoção a Santo António	Missa rezada a Santo António; Final missa o Arcebispo sobe à tribuna do Santo	Arcebispo; Lustrosa comitiva	Vol.2, pp. 66-67

[506] No texto é dito "Dahi a poucos dias" (*idem, ibidem,* vol. 2, 1749, p.66).

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
			António para rezar		
1747, Nov.30	Capela Santo André	Fiéis Defuntos	Romagem	Arcebispo; Gente da vila	Vol.2, p.68
1747, Nov.1	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 16 pessoas	Arcebispo; 16 pessoas	Vol.2, p.68
1747, Nov.5	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 39 pessoas	Arcebispo; 39 pessoas	Vol.2, p.68
1747, Nov.12	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 81 pessoas	Arcebispo; 81 pessoas	Vol.2, p.68
1747, Nov.19	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 74 pessoas	Arcebispo; 74 pessoas	Vol.2, p.68
1747, Nov.25	Não referenciado	Santo Crisma	Arcebispo administrou o Crisma a 48 pessoas	Arcebispo; 48 pessoas	Vol.2, p.68
1747, Dez.19	Convento de Santa Clara	Consagração de Aras	Consagração de 32 aras	Arcebispo; Religiosas Santa Clara	Vol.2, p.69
1747, Dez.23	Igreja de São Domingos	Celebração de Ordens: Menores e sacras	Ordens Menores; Arcebispo entregou a cera dos Ordinandos à Comunidade de São Domingos	Arcebispo; Religiosos de São Domingos	Vol.2, p.71
1747, Dez.23	Colegiada	Natal	Pontifical	Arcebispo; Cabido;	Vol.2, pp. 71-72

Data	Local	Celebração	Manifestações festivas	Participantes	Fonte
	Palácio Tadeu Camões	Beija-mão ao Arcebispo	Cumprimentos ao Arcebispo	Arcebispo; Cabido; Senado; Nobreza; Prelados de Religiões	Vol.2, p.72
Segunda Oitava de Natal	Convento de Santa Clara	Celebrar o discípulo amado de Cristo	Eucaristia às Religiosas de Santa Clara	Arcebispo; Religiosas de Santa Clara; Nobreza; Muitas pessoas esclarecidas	Vol.2, pp. 72-73
1748, Jan.,5 Véspera de Reis	Convento do Carmo	Consagração de Aras	Consagração de 36 aras "querendo multiplicar novos altares"	Arcebispo; Religiosas Carmo	Vol.2, p.73
1748, Jan. 6	Palácio Tadeu Camões	Dia de Reis	Concorreu ao palácio o Cabido, Religiões, Senado, Ministros e Nobreza vestida de gala	Arcebispo; Cabido; Religiões; Senado; Ministros; Nobreza;	Vol.2, p.73
	Defronte do Palácio	Dia de Reis	Outeiro com versos e música[507]	Arcebispo; População	Vol.2, pp.73-74
1748, Jan. 7	Convento de Santa Rosa de Lima	Visita ao Convento	Sagrada Eucaristia	Arcebispo; Religiosas de Santa Rosa de Lima	Vol. 2, p. 74

[507] Os versos recitados estão transcritos nas páginas vol. 1, 129-219.

II PARTE

1. AS CLIENTELAS

1.1. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

A partir de finais de Seiscentos e até ao século XVIII a documentação compulsada, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e no Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira permite traçar o evoluir da actividade dos artistas e artífices na Colegiada de Guimarães, conhecer a autoria de várias obras que permaneceram desconhecidas até ao momento, para além de outros dados de relevante interesse.

As encomendas efectuadas pela Fábrica do Cabido da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e as figuras importantes que aí trabalharam deixam decifrar a opulência e o desafogo financeiro desta instituição fundada pelo nosso primeiro rei[508]. Este esplendor económico não impediu que em algumas épocas de maior dinâmica artística o Cabido não tivesse que contrair empréstimos. Encontramos duas situações:

- A 12 de Fevereiro de 1688, o Reverendo Nicolau Dias e Matos, Tesoureiro - mor e Fabricante na Colegiada de Guimarães, "*em nome do reverendo Cabido della (...) estava composto e comtratado com elle dito João Pereira da Cunha de que para as obras do retabollo da capela mor e choro da dita Colegiada lhe desse trezentos mil reis a rezão de juro de sinquo por sento comesados a comtarem sse des o dia da feitura deste estormento"*[509]. Nesta altura, além das obras do retábulo do altar-mor que Pedro Coelho estava a realizar na Colegiada para finalizar até oito dias antes do São João, procedia-se também à execução de trabalhos no coro da

[508] Esta Colegiada era a última instituição do genero existente nos inicios do século XX no nossso pais. Com a lei de Separação da Igreja do Estado Português, a Colegiada foi extinta definitivamente. Desde 1967, foi restaurada apenas com um Dom Prior. Sobre a história desta instituição vide: MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira…*; OLIVEIRA, Manuel Alves de – "História da Real Colegiada de Guimarães ", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 28, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1975-1977, pp. 109-232.

[509] "*Contrato da fabriqua do Reverendo Cabido com João Pereira da Cunha"*. A.M.A.P., Nota do tabelião Domingos da Cunha, N-366, fls.48-48v.Manuscrito mencionado em primeira mão por, OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – "Fragmentos da vida e obra de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador de S. João de Gondar (sécs.XVII-XVIII)", in sep. *Mínia*, 3ª série, nº 4, Braga, ASPA, 1996. Neste documento encontramos como testemunha o escultor Pedro Coelho.

mesma igreja, sob a orientação de um artista que desconhecemos. Parte do empréstimo, contraído pelo tesoureiro da Colegiada, iria certamente reverter para Pedro Coelho, como pagamento dos trabalhos que aí realizava.

- A 28 de Dezembro de 1736, na Casa do Despacho da Santa Casa, o Cabido da Colegiada[510] contraí à Misericórdia de Guimarães um empréstimo de 900$000 réis a a 6% para pagamento do novo ornamento que tinham mandado vir.

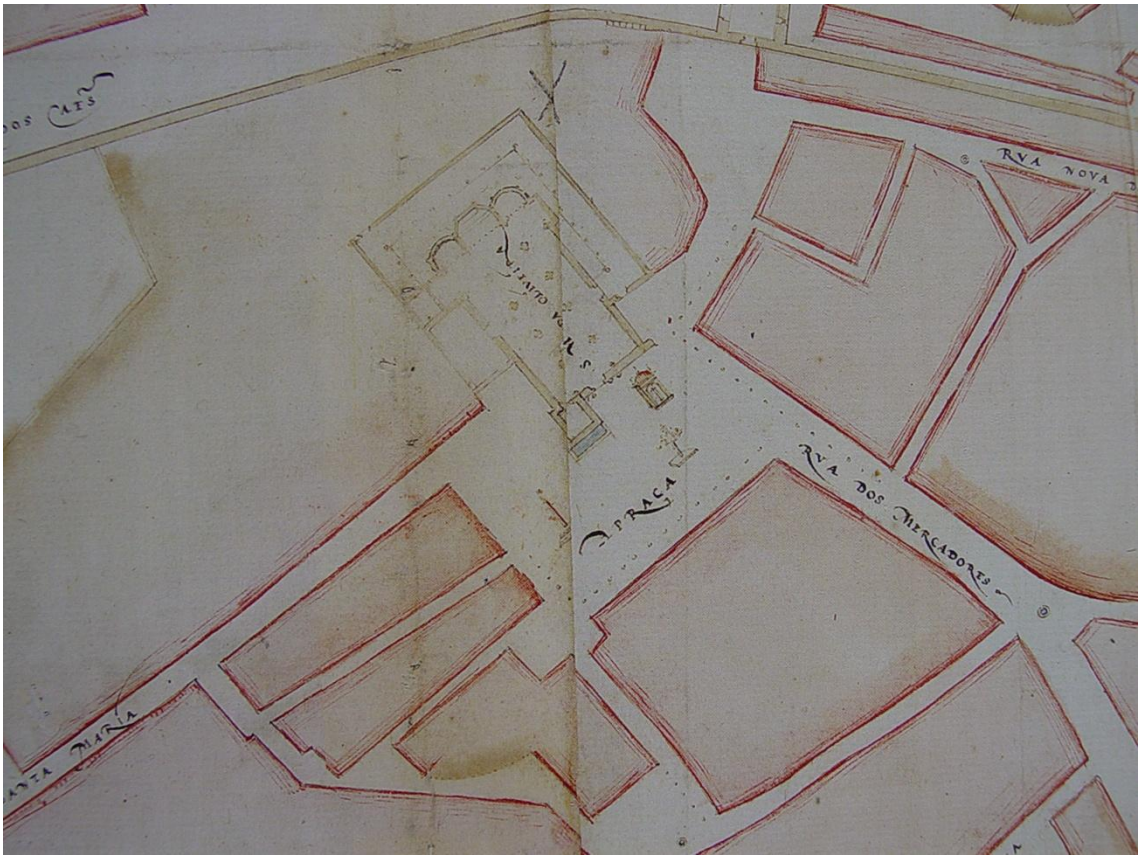


Fig. 58 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

[510] *Novesentos mil reis, a juros, ao Reverendo Cabido da Insigne e Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira desta villa de Guimarães"*. A.S.C.M.G, Livro de Notas (1736-1743), nota do tabelião José da Costa, N-49, fls. 15v-17. Em representação do Cabido encontrava-se o Reverendo Francisco Castro de Eça, Cónego prebendado na Colegiada, e fabricante da mesma igreja.

Vejamos o seguinte quadro resumo das encomendas processadas pela Fábrica do Cabido da Colegiada:

QuadroXVI
Encomendadas efectuadas Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (1572-1789)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1572 Mai. 28	Retábulo-mor da Igreja	120$000 réis	Fernão carvalho	Imaginário	Rua Nova de São Bento, da cidade do Porto	*Vide* doc. III, vol. II
1687 Mai. 12	Retábulo-mor da Igreja	380$000 réis	Pedro Coelho	Mestre escultor	Lugar do Olival, da freguesia de São João de Gondar (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. III, vol. II
1688 Jan. 4	3 retábulos para as 3 igrejas de Murça, anexas da Colegiada: Nossa Senhora de Fialhoso, São Sebastião do Pópulo e Santa Maria de Candeido	54$000 réis	Pedro Coelho	Mestre escultor	Lugar do Olival, da freguesia de São João de Gondar (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. V, vol. II
1699 Jan. 11	Obra de pedraria: escadas para serventia do coro da Igreja	410$000 réis	André Machado	Mestre de pedraria	Lugar da Fonte, da freguesia de São Romão de Arões, termo de Guimarães (actual concelho de Fafe)	*Vide* doc. I, vol. II
1712. Jan. 12	Caixilhos e "*mais obras da capella mor desta dita Colegiada*"	160$000 réis	Pedro Coelho	Mestre escultor	Lugar do Olival, da freguesia de São João de Gondar (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. VI, vol. II
1713 Abr. 30	Obra de Talha: 4 frestas da capela-mor	85$200 réis	Pedro Coelho	Mestre escultor	Lugar do Olival, da freguesia de São João de Gondar (concelho de	*Vide* doc. VII, vol. II

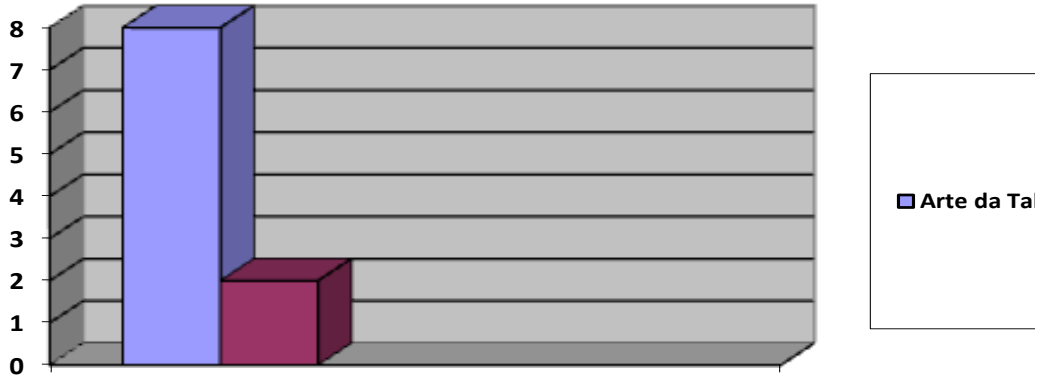
Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					Guimarães)	
1714 Jul.23	Douramento da obra de talha da capela-mor da Igreja	350$000 réis	Francisco de Oliveira Caminhas	Pintor	Rua das Molianas, arrabalde de Guimarães	*Vide* doc. VIII, vol. II
1771 Fev. 14	Obra de pedraria: acrescentamento da Capela-mor	345$000 réis	Pedro Lourenço	Pedreiro	Rua do Espírito Santo (Guimarães)	*Vide* doc. II, vol. II
1775 Jul.17	Obra de talha das duas naves da capela-mor	157$600 réis	Manuel Joaquim Proença	Mestre escultor	Guimarães	*Vide* doc. IX, vol. II
1789 Mai. 24	Anteparo porta principal da igreja	144$000 réis	Manuel Alves de Araújo	Mestre entalhador	Landim (Vila Nova de Famalicão)	Nota da Colegiada, C-1003, fls.86-87v

Estas dez notas notariais foram celebradas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira[511], com excepção de dois manuscrito datados de 1572 e de 1775, que foram redigidos respectivamente nas pousadas do Reverendo Baltazar Gonçalves, arcipreste na referida instituição, e no escritório do tabelião Jerónimo Dias Paiva.

Estes contratos de obra subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico I

Tipologias de Contratos de Obra



[511] São estas dependências da Colegiada que surgem mencionadas como locais de celebração das escrituras: Casa do Reverendo Cabido e claustro da Igreja.

Ao analisarmos o quadro acima, deparamos com um maior número de encomendas (8) relativas à arte da talha. Estas intervenções estão ligadas á decoração interior da igreja: retábulo-mor, frestas e naves da capela-mor e anteparo porta principal do templo da Colegiada. Surge-nos igualmente um contrato de obra para três retábulos de igrejas anexas à Colegiada, localizadas na província transmontana, em Murça: Nossa Senhora de Fialhoso, São Sebastião do Pópulo e Santa Maria de Candeido. De seguida, temos a pedraria com apenas duas menções. Este último subtipo tem a ver com a construção de escadas de acesso ao coro e ao alargamento da Capela-mor. Neste último contrato, o novo retábulo será encomendado pela Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira como veremos em capítulo próprio.

Do total de 10 contratos de obra que iremos analisar de seguida, inventariamos 7 artistas arrematantes[512], que se apresentam nos contratos de arrematação, com os seguintes graus profissionais:

Quadro XVII

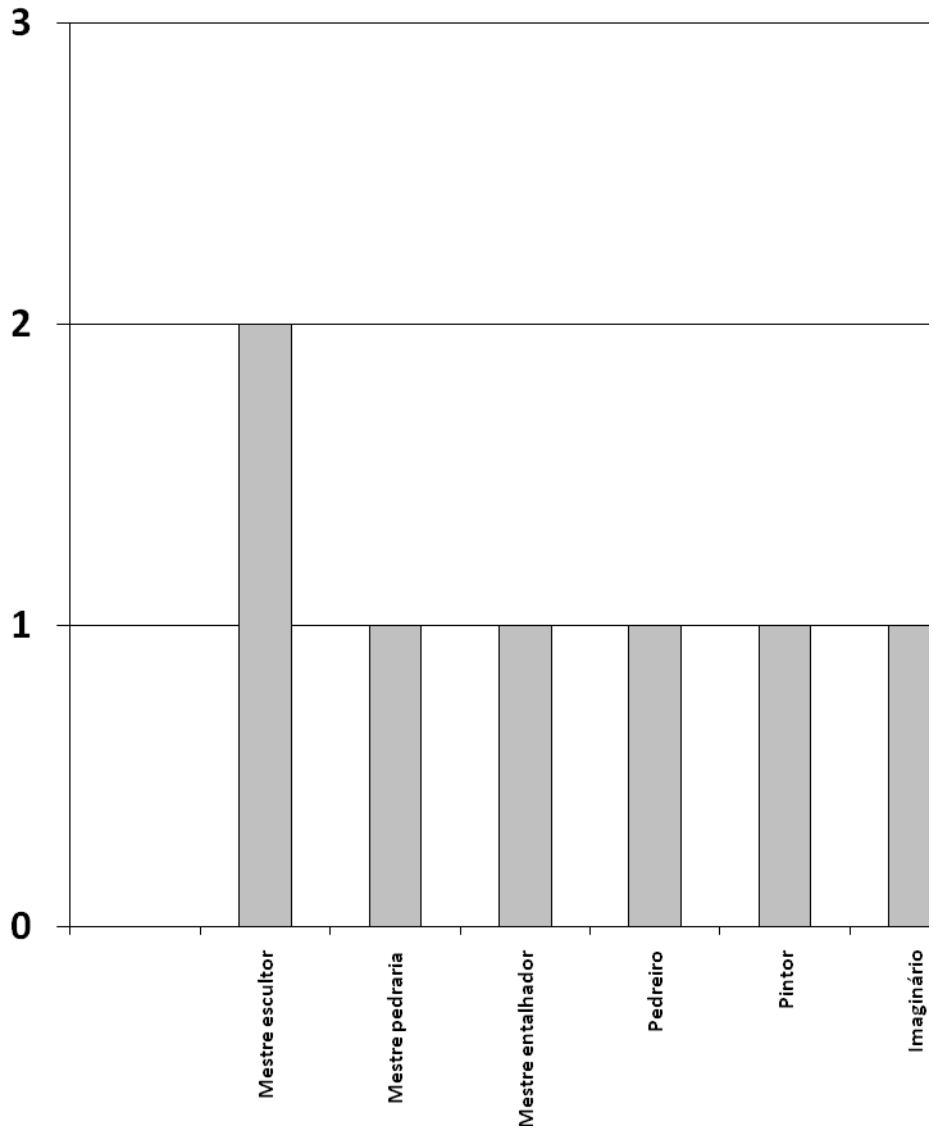
O Estatuto profissional dos artistas

O estatuto profissional	Total
Mestre escultor	2
Mestre entalhador	1
Mestre de pedraria	1
Pedreiro	1
Imaginário	1
Pintor	1

[512] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

Gráfico II

O estatuto profissional dos artistas

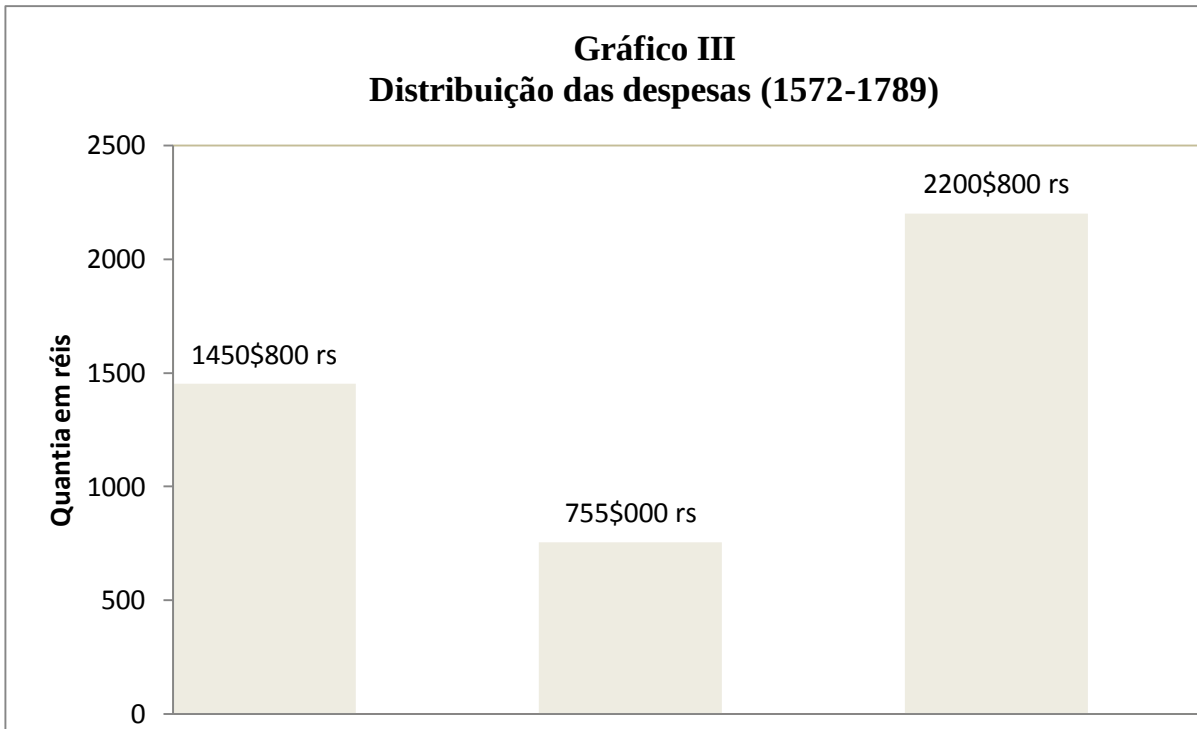


Como não poderia deixar de ser, como encontrámos uma maior percentagem de contratos ligados á arte da talha são os artistas ligados ao entalhe e ao douramento e pintura que estão em maior número, suplantando em muito, o mestre pedreiro e o pedreiro.

Em relação a artistas encontramos artistas da vila de Guimarães (1 pedreiro, 1 pintor, 1 mestre escultor) que trabalham para a fábrica do Cabido, bem como um mestre escultor residente no termo de Guimarães, mais especificamente na freguesia de São João de Gondar. Ligados à arte da talha encontramos um imaginário da cidade do Porto e um mestre

entalhador da freguesia de Landim (concelho de Vila Nova de Famalicão). No que concerne à pedraria, encontramos um mestre de pedraria oriundo do atual concelho de Fafe (São Romão de Arões[513]). Apesar de Pedro Lourenço, pedreiro, ser morador na vila de Guimarães, sabemos que era natural da Galiza. Trata-se do único artista estrangeiro a arrematar obras para a fábrica do Cabido.

Existem um artista que celebra mais de um contrato de obra com o Reverendo Cabido. Trata-se do mestre escultor Pedro Coelho, mestre entalhador, que arremata a lanços quatro contratos de obra de talha que lhe rendem no total 579$200 réis. Toda a intervenção deste mestre de Gondar está relacionada com a obra de talha da capela-mor.



Como podemos observar pelo gráfico, as despesas totalizavam 2220$800 réis. O grosso das despesas destinou-se às obras talha num total de 1450$800 réis, enquanto que o resto das despesas distribui-se pela pedraria (755$000 réis).

Vejamos em pormenor, por ordem cronológica, os contratos celebrados com estes 7 artistas:

A referência mais antiga que se conhece relativa à obra de talha da capela-mor da Colegiada data de 1572, e aparece num contrato notarial existente no Arquivo Municipal

[513] Na época freguesia pertencente ao termo de Guimarães.

Alfredo Pimenta. A construção deste retábulo insere-se no novo espírito contra-reformista saído do Concílio de Trento (1564) que encerrou com directrizes muito específicas no que concerne à criação artística[514]. Reagindo contra a Reforma adepta da depuração dos interiores dos templos, a Igreja Católica vai recorrer às artes decorativas com o intuito de as colocar ao serviço da fé católica. A esta conjuntura devemos aliar as cerimónias litúrgicas realizadas na Colegiada e capelas anexas, conjugadas com sermões, alfaias em ouro e prata, rica paramentaria oriunda de diversos centros europeus, vestidos da Senhora da Oliveira que contribuem para criar um ambiente de maior aproximação com Deus e a utilização da arte como um meio de propaganda do Catolicismo e do próprio esplendor do Cabido da Colegiada de Guimarães.

A 28 de Maio de 1572, nas pousadas do Reverendo Baltazar Gonçalves, arcipreste na Colegiada, foi redigido o contrato de obra do retábulo do altar-mor da Colegiada, pelo tabelião Manuel Gonçalves[515]. Baltazar Gonçalves ajusta com Fernão Carvalho, imaginário, morador na rua Nova de São Bento da cidade do Porto, a feitura do retábulo do altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, conforme «*a huma amostra que que pera isso fez*», pela quantia de 120$000 réis. O encomendador obrigava-se a fazer o pagamento em quatro prestações iguais: o primeiro na feitura deste contrato; o segundo que se lhe daria «*quando tiver o banquo e o frizo do meio feitos*»; o terceiro «*se lhe dara e entreguara quando tiver feito o friso de sima com as colunas*»; e os restantes quando obra for acabada e assentada. Para maior segurança do encomendador, o artista apresentava como seu fiador João de Avelar, forneiro, morador na vila de Guimarães. Fernão Carvalho comprometia-se a finalizar toda a empreitada e a assentá-la no dito altar-mor "*de tudo ho necesareo da feitura deste contrato*» no dia de Natal do ano seguinte (1573). No programa construtivo é mencionado que as figuras constantes no retábulo seriam feitas em talha. No que concerne à imagem de Nossa Senhora que estava «*na dita amostra ha não fara nem era obrigado a isso porque a imagem de Nossa Senhora que ora esta na dita Colegiada (...) no altar moor a mesma ha estar no dito retabullo*". Desta forma, a anterior imagem, continuaria a ser exposta na capela-mor[516].

[514] QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional (1680-1780)*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 2002, p. 39.

[515] *Vide* documento III.

[516] Esta imagem do século XIII, em madeira, está exposta no Museu de Alberto Sampaio (N.º de Inv. MAS E1). Possui as seguintes dimensões: Alt. 84 cm; larg. 32 cm.

Entre 1687 e 1713, encontrámos referência ao mestre escultor e entalhador Pedro Coelho, o qual arremata várias empreitadas para a Colegiada. A 12 de Maio de 1687, na casa do Reverendo Cabido da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães "*aonde estavao de hua parte os Reverendos denidades e conegos e prebendados delle (...) e da outra parte estava Pedro Coelho excultor*"[517]. O artista estava contratado para fazer a obra do retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, "*e o dar feito e de todo acabado e em sua perfeissao e obrado por bons ofesiais e peritos na arte*", segundo os rascunhos, apontamentos e traça, "que para a tall obra se tem feitos e estao asinados tanto por elle Pedro Coelho como pellos Reverendos Conegos e Cabido". Numa breve e lacónica notícia averbada num documento avulso, nada é dito sobre o autor do risco. Apenas é referido que o artista de Gondar comprometia-se a abater ou pagar determinada quantia com o intuito de servir de pagamento ao mestre que rascunhou a traça do retábulo[518]. Por esta empreitada, o mestre receberia 380$000 réis, "*a quoall obra elle mestre ha de dar de todo feita e asentada no seu lugar a oito dias de antes de dia de Sam Joao de Nosso Senhor do anno vimdouro de seiscentos e oitenta e oito anos*". Uma vez concluída a obra, esta seria revista por «mestres peritos na arte», que a aprovariam ou rejeitariam conforme estivesse de acordo ou não com a "*trassa e apontamentos e rascunho*". O artista apresentou dois fiadores residentes na freguesia de Gondar.

Um ano depois, a 4 de Janeiro de 1688, enquanto Pedro Coelho ainda executava o empreitada no altar-mor da Colegiada, novamente nas casas do Cabido da Colegiada, é celebrado um contrato de obra entre o Cabido da Colegiada e o mestre de Gondar para a feitura de três retábulos «*para porem nas tres ygreiias de Murssa e anexas delles*[519] *tres retabollos com seus goarda pós e suas coartelas que hao de ser para a ygreia matris e os retabollos hao de ser asentados e postos na ygreia de Nosa Senhora de Fialhozo e na de São Sebastião do Popullo e na de Santa Maria Madalena de Candeido (...)*"[520]. Neste contrato

[517] OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *obra cit.*, p. 79.

[518] Transcrevemos na íntegra este manuscrito: "Da escritura da obrigação do retabollo da capella mor que fes Pedro Coelho" – fol.24v a 12 Mayo de 687. "Declarou elle mestre Pedro Coelho que dos ditos 380 mil reis avia elle de pagar, ou fazer nelles abatimento pera cobrar de menos o que custou he se despendeo com o feitio da trassa que se fes pera a disposissão desta obra com o mestre que a fes e a rascunhou que sera a cantia em que for avaluada. E não dis mais sobre este ponto. (Assinado:) DOMINGOS DA CUNHA". (A.M.A.P., C-172, Carta de Reis, Maço nº13B, doc. avulso nº 56).

[519] Nos séculos XVII e XVIII eram de apresentação conjunta do Prior e do Cabido a reitoria de Santo André de Murça, com as suas anexas.

[520]OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *obra cit.*, pp. 79-80.

notarial, o cliente é exigente no que se refere à qualidade da madeira, que deveria ser "*de boa e limpa madeira*", o que possibilitaria um entalhe modelar por parte do artista. O mestre teria de dar como concluída a obra até ao mês de Outubro de 1688, recebendo para tal a quantia de 54$000 réis.

A 12 de Janeiro de 1712, Pedro Coelho firma um novo contrato de obra com o Cabido da Colegiada[521]. No entanto, pena é que este documento notarial se encontre em muito mau estado, o que dificulta a sua leitura paleográfica. Pelo que conseguimos apurar, Pedro Coelho estava ajustado de "*fazer os caixilhos e mais obras da capella mor desta dita Colegiada*". Por este trabalho receberia 160$000 réis repartidos em três prestações iguais. O mestre arrematante obrigava-se a dar "*a obra feita posta e acabada athe o dia de São Pedro deste dito ano*". Pedro Coelho apresentava como seu fiador e principal pagador António de Andrade, escultor, morador nos extramuros de Guimarães. Através do texto legível do documento, António de Andrade surge apenas como fiador de Pedro Coelho. No entanto, alguns autores afirmam que em 1712-13, Pedro Coelho trabalhou em parceria com António de Andrade, na obra do revestimento em talha da Capela-mor da Igreja da Colegiada[522]. Será que na parte em que o contrato está em mau estado, é mencionada a parceria destes dois artistas e consequentemente tenhamos realizado uma deficiente leitura? É um ponto a rever.

A 30 de Abril de 1713, enquanto o prazo da obra anterior ainda não tinha expirado, o Cabido da Colegiada de Guimarães celebra um outro contrato com Pedro Coelho, relativo à obra das frestas da capela-mor da mesma igreja[523]. Tratava-se de concluir o revestimento em talha de toda a capela-mor. Nesta escritura, sem margem para dúvida, sabemos que Pedro Coelho não trabalhou em parceria com António de Andrade, que neste documento não é sequer mencionado, sendo agora seu fiador o seu genro Miguel Correia, entalhador, morador no lugar da Cabreira, da freguesia de São Jorge de Cima de Selho (Guimarães). Se efectivamente tivesse trabalhado em 1712 em conjunto com António de Andrade, é estranho que essa parceria fosse desfeita meses depois, tratando-se da mesma obra. Sabemos que o número de frestas da capela-mor seria de quatro, que levariam da "*parte de dentro obra de*

[521] *Idem, ibidem*, pp. 90-91.

[522] GONÇALVES, Flávio - "A talha na arte religiosa de Guimarães" in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 4, Guimarães, 1981, p. 345; ALVES, Natália Marinho Ferreira – "Pedro Coelho", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 127. Alfredo Guimarães não refere António de Andrade afirmando apenas: "São ainda de considerar neste templo as obras de entalhador de Pedro Coelho, em toda a capela-mor (1712)" GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal. Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930, p. 12).

[523] Esta, tal como a anterior escritura notarial, foiassinada no claustro da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

talha em releição de taboa grossa (...) de sorte que senão vião os topos da parte da capella que hao de ser para a parte das vedraças e as frentes para a capella adonde levara lagolhos e pasaros e sarafins rozas que mostrem variedade (...)". Esta obra tinha como prazo de conclusão o mês de Julho do mesmo ano. Toda a ferragem seria por conta do Reverendo Cabido, que pagaria ao artista 85$200 réis, dando-lhe antecipadamente 34$000 réis "*e mais se lhe heia dando comforme correr a dita obra*".

À fase do entalhe que acabámos de analisar, não se seguiu imediatamente o douramento e pintura, pois esta última tratava-se de uma operação dispendiosa. Passaram-se quatro anos, até que se efectuasse o douramento e pintura dos diversos elementos de madeira entalhados na oficina do mestre de Gondar. Após a conclusão da obra de entalhe que acabamos de analisar, a 23 de Julho de 1714, é firmado na casa do Reverendo Cabido um contrato de obrigação, entre Francisco de Oliveira Caminhas, pintor, morador na rua das Molianas (arrabalde de Guimarães) e o Cabido da Colegiada "*para o douramento da obra de talha que esta na capella mor desta dita Insigne e Real Colegiada e suas frestas (...)*"[524].

Neste contrato, podemos observar algumas das técnicas e processos do douramento. Analisemos alguns extractos:

"*Toda a dita obra da dita capella mor sendo bem aparelhada de gesso e antes de bollo que sera raspado he ligado sendo necessario pera que ajuste bem o ouro pera se dourar e toda cuberta de ouro pulido por todas as partes donde a dita obra se posa ver assim pelo direito como pelas avessas (...) burnidos os baixos aribeirados sobre ouro fino na melhor forma que se possa fazer (...) e as flores e rosas se acharem em a talha serao esmaltadas de modo que bem pareçao o que são (...)*".

O pintor receberia 385$000 réis[525]. Para comprar os aparelhos, o Cabido dava-lhe "*logo coarenta e oito mil reis e o ouro se ha de pagar ao batefolha por ordem delle Reverendo Cabbido*". Em suma, os aparelhos e o ouro seriam «por conta da dita coantia dos trezentos e oitenta e sinco mil reis». Bernardo da Costa, bate-folha, morador na rua de Gatos, era o fiador

[524] Trata-se da obra de talha realizada por Pedro Coelho. (OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – "Fragmentos da vida e obra de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador de S. João de Gondar (sécs.XVII-XVIII)"…, pp. 92-93)

[525] O douramento superou em muito as verbas dispendidas para o entalhe. Pedro Coelho arrecadou apenas 245$200 réis nos dois contratos.

do pintor. Este contrato especifica o número de obreiros que iriam trabalhar no douramento: seis.

Entre 1771 e 1780, a capela-mor e respectivo retábulo, camarim e tribuna da igreja da Colegiada serão alvo de uma profunda transformação e renovação artística, como comprovam documentalmente vários contratos de obra, recibos e termos da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira. Nessa fase de grande surto construtivo, intervieram vários artistas, constituindo as obras, o resultado conjunto do labor de mestres pedreiros, entalhadores, pintores e ourives.

Atendendo à disponibilidade de recursos financeiros e uma vez que a capela-mor era demasiada pequena para a crescente importância alcançada pela Colegiada, a 14 de Fevereiro de 1771, o Cabido da Colegiada inicia então o processo de alteração arquitectónica, através de um contrato de obra firmado com o mestre pedreiro Pedro Lourenço morador na rua do Espírito Santo (Guimarães)[526]. Este mestre pedreiro assina a execução do acréscimo da capela-mor da Colegiada segundo dois riscos, plantas e apontamentos apresentados pelo Cabido da Colegiada. A partir dos apontamentos enunciados neste contrato temos conhecimento que o artista se comprometia a alargar a capela-mor e consequentemente a "*alagar a parede e arcos do claustro e fazer os alicerces e tornar a compor o pavimento do claustro e arcos do mesmo*", já que o tecto do claustro ocupava então o espaço da traseira da capela-mor. Por toda a empreitada, o pedreiro receberia 345$000 réis, que o encomendador daria em três fracções iguais[527]. Para maior segurança do Cabido, o artista apresentava como seu fiador Domingos Dias, lavrador, morador no lugar dos Moinhos (freguesia de Santa Eulália de Fermentões). Toda a obra seria revista por dois mestres pedreiros «para verem se esta boa e segura e feita na forma das plantas e apontamentos». O artista comprometia-se a iniciar a obra a partir do dia 18 de Fevereiro "*trabalhando sempre com os offeciaes precizos*

[526] *Vide* documento II, vol. II. Contrato redigido pelo tabelião Jerónimo Dias de Paiva. Documento firmado no claustro da igreja de Oliveira. Foram testemunhas presentes: David António, alfaiate, da rua do Postigo, Jerónimo Gonçalves, barbeiro, morador na rua Donais, e António de Sousa Fernandes, oficial do Reverendíssimo Cabido, morador no Campo da Feira.

[527] A 8 de Agosto de 1771, o artista passa ao fabricante da Colegiada um recibo de 115$0000 réis correspondente à segunda fracção do pagamento. Vejamos o teor do recibo redigido pelo próprio cunho de Pedro Lourenço: "Recibo do mestre pedreiro da obra da capella mor que he o seguinte pagamento. São 115$000. Recevi do muito Reverendo Senhor Conigo Plácido Antonio de Carvalho fabriquante da Rial Colegiada desta villa a quantia de cento e quinze mil reis que he o segundo pagamento da obra da capela mor na forma da hescritura. Guimarais 8 de Agosto de 1771. (Assinado:) PEDRO ANTONIO LOURENÇO" (A.M.A.P., Recibos avulsos da Colegiada, 1770-1772, C-1286, recibo nº 238).

sem entermisam de tempo athe que seja findsa com toda a brevidade"[528]. Em Junho do mesmo ano, temos conhecimento que estas obras obrigaram a irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, durante as festividades de Nossa Senhora a exporem o Sacramento na sua capela e não na capela-mor[529].

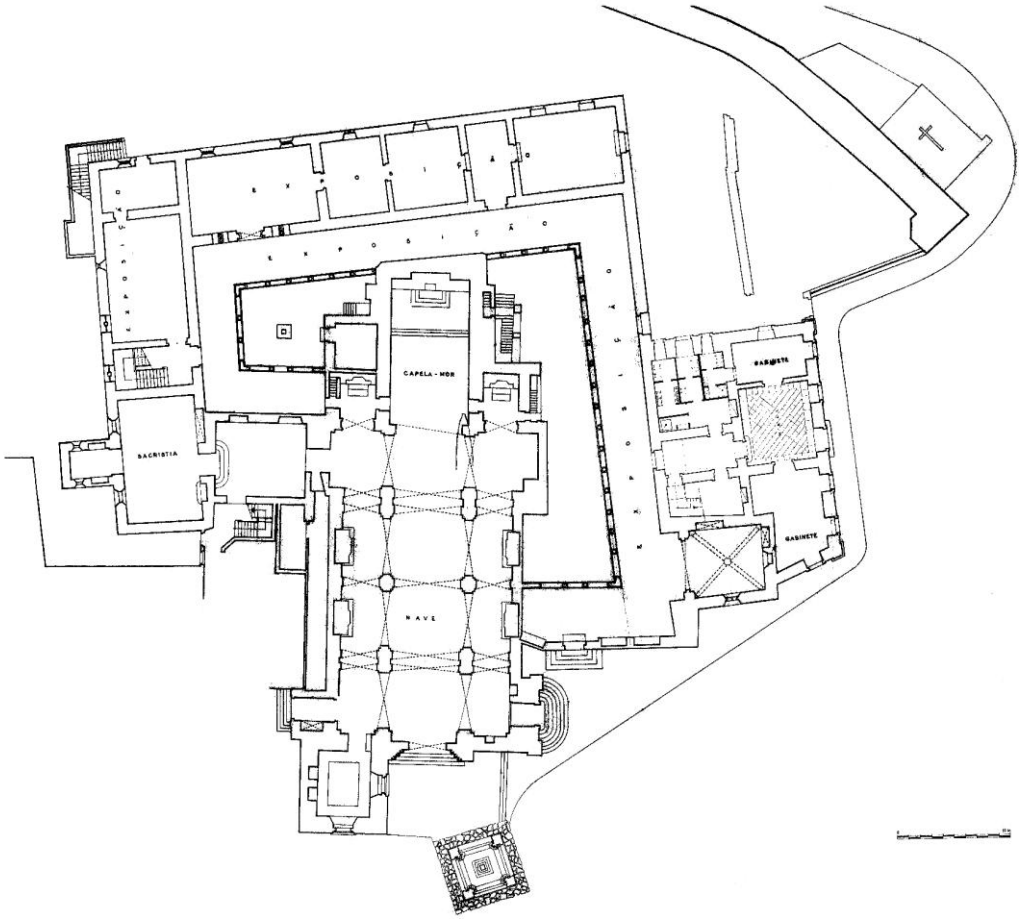


Fig. 59 - Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (D.G.E.M.N.)

[528] A 22 de Abril de 1773, registava-se a despesa feita por Pedro António Lourenço com "*a asistencia que lhe fiz nas frestas que de novo se mandarão abrir na capela mor da Rial Colegiada*" no valor de 6$400 réis (A.M.A.P., Recibos da Colegiada, 1773-1775, C-1287, recibo nº69).

[529] Vejamos um extracto elucidativo do termo da irmandade de Nossa Senhor da Oliveira: "*Termo por onde se determina o gasto da festa de Nossa Senhora deste prezente anno de 1771. Aos vinte e tres dias do mês de Junho de mil e setecentos e setenta e hum annos nesta igreja (...) foi dito que na festevidade da mesma Senhora neste prezente anno se fizesse (...) com toda a veneração armandosse e ornandosse a igreja com o necesario e de sorte que se expusesse o Sacramento na sua capella por não poder ser na mayor por conta das obras, e se fizesse todo o mais gasto necessario, de fogo, andores, musica, vindo algumas vozes de fora dos músicos da capella e se desse aos pregadores sermões (...) por vir de fora da terra a seis mil (...)*". (A.C.N.S.O., IR. 69, fl. 43).

A 17 de Julho de 1775, Manuel Joaquim Proença, mestre escultor, morador em Guimarães, o fiador[530] e as testemunhas[531], deslocaram-se ao escritório do tabelião Jerónimo Dias Paiva, para assinarem um contrato de obra com o Reverendíssimo Cónego João Lopes Martins, fabricante da Colegiada[532]. Segundo a nota notarial, o escultor assume a feitura da obra de talha das duas naves da capela-mor da igreja da Colegiada de Guimarães, pela quantia de 157$600 réis. Segundo os apontamentos apresentados, o artista faria esta obra de talha "*com o mesmo feitio mulduras e serafins e mais intalha (...) conforme o mais que se acha feito mais para baixo*". O encomendador obrigava-se a fazer o pagamento em três prestações: o primeiro, de 52$000 réis, no início da obra; o segundo no meio da empreitada; e o restante depois de "*assentada vista e exzaminada por mestres excultores*". Três dias após a celebração desta nota, Manuel Proença assina um recibo referente ao pagamento dos referidos 52$000 réis[533].

A 24 de Maio de 1789, Manuel Alves de Araújo, mestre entalhador, morador no lugar de Santa Marinha, da mesma freguesia, do couto de Landim obriga-se a executar o anteparo da porta principal da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, segundo o risco feito pelo mestre Dom Joaquim[534]. No contrato é especificado que o mestre utilizasse madeira de castanho lisa e boa. A Colegiada nesta nota notarial celebrada no claustro da Colegiada estava representada pelo Reverendo Cónego José Coelho da Silva, fabriqueiro da fábrica do cabido da Colegiada. O mestre receberia a quantia de 144$000 réis divididos em três pagamentos. Além desta quantia, o encomendador obrigava-se a fornecer toda a ferragem, dobradiças e um varão necessários à obra. O mestre apresentava como seu fiador Manuel Correia Requião, homem de negócio, morador no rossio do Toural, de Guimarães.

Assim terminamos este percurso pela obra de talha e arquitectura encomendada pelo Reverendo Cabido da Colegiada, tendo traçado o seu evoluir desde finais de Quinhentos até ao ano de 1789. No ciclo aqui apresentado devemos salientar que a talha e a obra de pedraria da Colegiada constituem um legado importantíssimo do espírito subjacente que caracterizou

[530] Foram fiadores: Domingos de Freitas e Manuel Soares Barroso, ambos da rua da Porta da Vila (Guimarães).

[531] António José Pereira de Carvalho, da rua de Santa Luzia, e José Dias de Paiva, irmão do tabelião.

[532] *Vide* documento IX, vol. II.

[533] O texto do recibo é o seguinte: "1775 – Recibo do escultor do primeiro coartel da obra 52.000. Recebi da mão do Muito Reverendo Senhor Conigo João Lopez Martinz a coantia de cincoenta e doiz mil reis a conta da obra que tomei da capella mayor da Collegiada que he o primeiro coartel. Guimarães 20 de Julho de 1775. (Assinado:) MANOEL JOAQUIM PROENÇA". (C-1287, recibos da Colegiada 1773-1775, doc. avulso nº 68).

[534] *Vide* documento X, vol. II.

o homem barroco dos séculos XVII e XVIII, bem como o reflexo do dinamismo político, religioso, económico e artístico da instituição, permitindo deste modo o afluxo de conceituados artistas de diferentes locais do noroeste peninsular, que encontravam um desenvolvimento construtivo bastante significativo na Igreja de Nossa Senhora de Oliveira.

1.2 Conventos masculinos e femininos

1.2.1 Convento de São Francisco

Os franciscanos já teriam no século XIII, um modesto recolhimento. Por se localizar demasiado perto da Torre Velha, D. Dinis ordena a demolição desta primitiva construção[535]. Efetivamente durante o cerco à vila de Guimarães pelos partidários de D. Afonso, futuro D. Afonso IV, Guimarães quase fora tomada por estes, que viram na localização junto às muralhas do convento de S. Francisco e de S. Domingos, um bom meio para penetrarem na vila sitiada. Os dois conventos mendicantes vão ser transferidos para os arrabaldes da vila, local onde ainda hoje se encontram[536]. A construção do actual convento foi concedida por D. João I, em 3 de Novembro de 1400[537]. A capela-mor foi edificada com o apoio da primeira duquesa de Bragança D. Constança de Noronha. Esta última foi sepultada neste templo[538].

A Igreja de S. Francisco, sacristia e claustro, são cedidos à Ordem Terceira, que deles toma posse a 6 de Agosto de 1835[539]. Após a extinção das ordens religiosas, a igreja do aludido convento foi entregue à Ordem Terceira por carta de lei de 28 de Fevereiro de 1835. No entanto, o convento ficou devoluto servindo de quartel e de tribunal da comarca. Posteriormente foi atribuído ao Ministério da Guerra que o converteu num hospital militar.

---

[535] Sobre esta construção primitiva afirma o Padre Torcato Peixoto Azevedo: "(...) pegado à Torre Velha (...) deste lugar o mandou tirar el-rei D.Dinis em 1290, como fez ao de S. Domingos pello dano que receberam suas gentes no cerco desta villa" (Cit. AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p. 341). Este monografo vimaranense refere-se à rebelião entre o infante D. Pedro e seu pai D. Dinis. Sobre a deslocalização deste primitivo edifício veja-se: TEIXEIRA, Fernando José – *Convento de S. Francisco. Guimarães*. Guimarães, Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, 2000, pp.14; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)…*, p. 26, nota 91; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 317-318.

[536] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *obra cit.*, p. 26, nota 91.

[537]TEIXEIRA, Fernando José – *obra cit.*, p.14.

[538] O jacente de D. Constança enconstra-se em exposição na capela-mor.

[539] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.320; MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O Património urbano de Guimarães no contexto da Época Contemporânea (séculos XIX-XX): permanências e alterações*, dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga, 2000, vol.1, policopiada, p.573.

Actualmente a igreja e restantes dependências conventuais pertencem à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco através da Carta de Lei de 4 de Março de 1875[540].

A planta da igreja do convento de S. Francisco é composta por nave única em cruz latina com transepto saliente, cabeceira tripla, contrafortada da abside poligonal e absidíolos quadrangulares. Possui uma torre e claustro quadrados e outros edifícios anexos desenvolvidos a Sul.

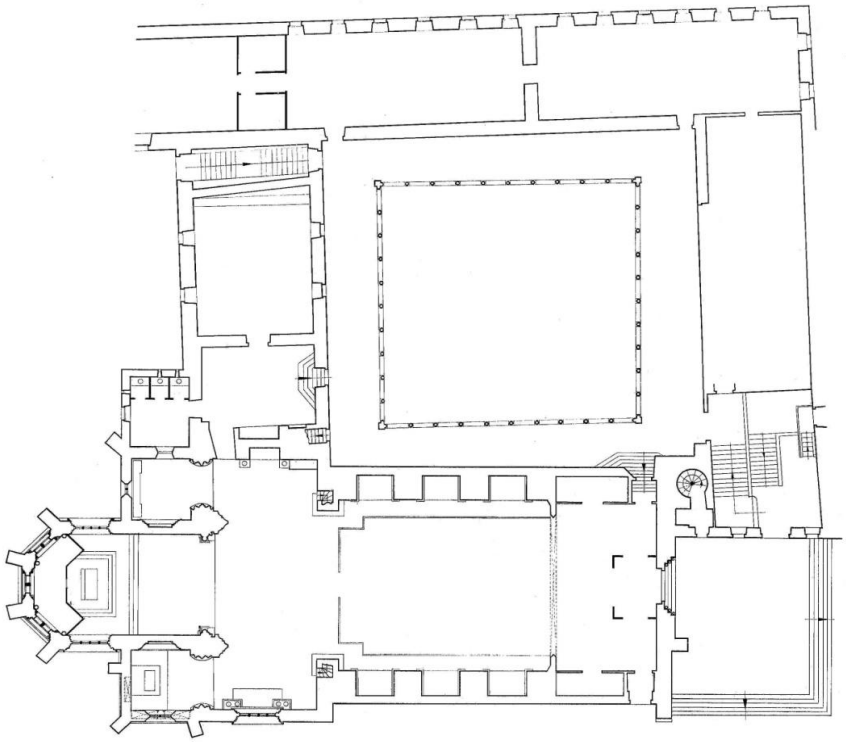


Fig. 60 - Convento de São Francisco (D.G.E.M.N.)

[540] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 320-321; CARVALHO, Amadeu da Silva – "Convento de S. Francisco em Guimarães", in *Gil Vicente*, vol. 32, Guimarães, Gabinete de Imprensa, 1997/98, p. 29. O convento de S. Francisco foi classificado faseadamente. Assim, o Decreto nº 30 762, publicado no Diário do Governo nº 225, de 26 de Setembro de 1940 classificou os frescos existentes no convento. Em 1953, o Decreto nº 39 175, editado no Diário do Governo nº 77, de 17 de Abril de 1953 classificou a parte da igreja constituída pela abside e absidíolos e somente em 1974, com o Decreto nº 735 / 74, do Diário do Governo nº 297 de 21 de Dezembro de 1974, a classificação passa a abranger o claustro e o edifício barroco da Ordem Terceira, incluindo a sacristia do século XVIII da igreja joanina.



Fig. 61 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

O século XVIII é o período de grandes reformas em termos arquitectónicos, nomeadamente durante entre os anos de 1746-174[541], em que foram suprimidos os arcos e pilares das naves, formando uma igreja de tipo salão, de uma só nave.

[541] Sobre as transformações realizadas nesse período na igreja de S.Francisco veja-se: CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp.319-320; SAMPEDRO, Maria Dolores Fraga – "S.Francisco de Guimarães: análise de su programa iconográfica a luz de los textos de S.Buenaventura", in *Revista de Guimarães,* vol.104, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1994, pp.144-146; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – Guimarães, *Terras de Santa Maria,* Guimarães, ed. do autor, 1978, p.10; CARVALHO, Amadeu da Silva – *obra cit.*, p.30.

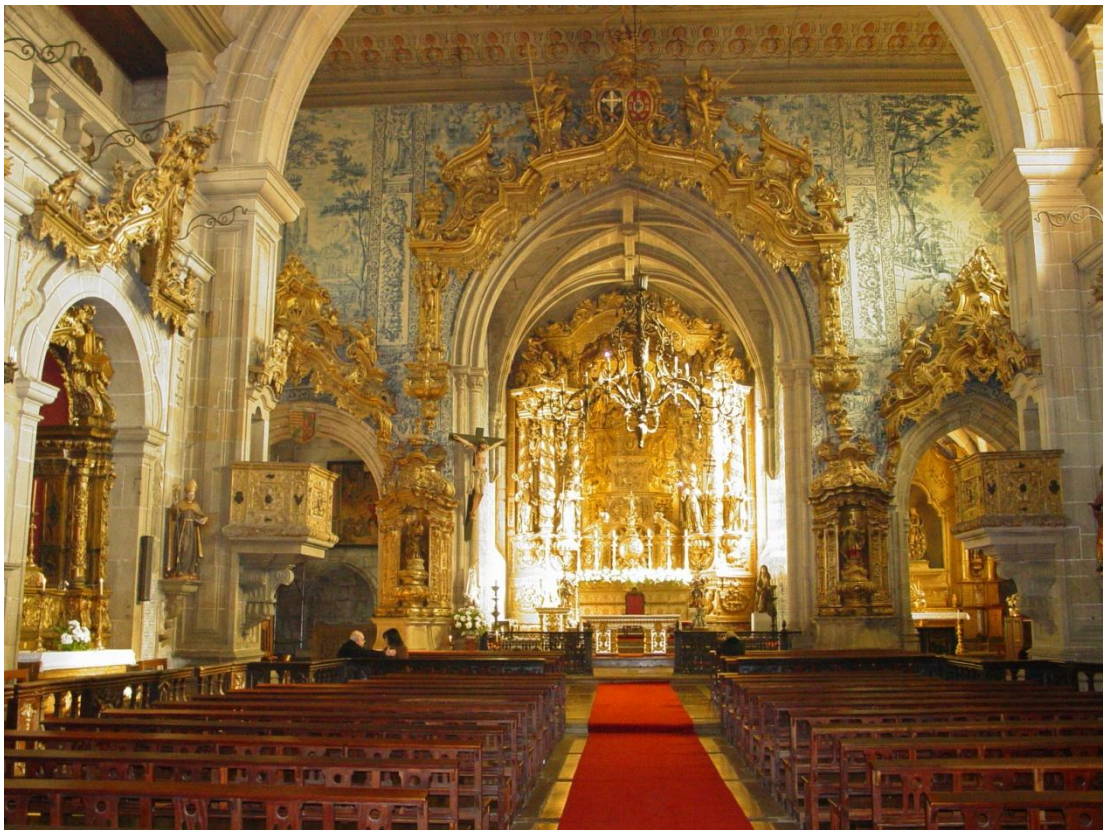


Fig. 62 – Interior da igreja de São Francisco (2009)



Fig. 63 – Vista área do convento e da Ordem Terceira de São Francisco (C.M.G. 2001)

Muitas foram as encomendadas efectuadas para este convento ao longo dos séculos XVII e XVIII. No quadro que a seguir apresentamos, apenas incluímos as encomendadas a cargo dos religiosos franciscanos. Outros contratos existem relativos à obra de talha, pintura e de ourivesaria da responsabilidade da Irmandade de santo António, e outras por motivos que desconhecemos não foram celebrados no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta[542].

Quadro XVIII
Encomendadas efetuadas pelo Convento de São Francisco (1679-1743)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1679 Mai. 24	Obra de pedraria do dormitório conventual	À braça e ao palmo	André Machado / João Ribeiro	Mestres de obras de pedraria	Freguesia de São Romão Arões (atual concelho de Fafe)[543]	*Vide* doc. XI, vol. II
1733 Set. 24	Obra de carpintaria: foro por debaixo do coro	150$000 réis	Jerónimo Lopes de Mesquita	Carpinteiro e ensamblador	Rua das Molianas (vila de Guimarães)	*Vide* doc. XII, vol. II
1743 Dez. 20	Retábulo e tribuna da capela-mor	500$000 réis	Manuel da Costa Andrade	Mestre entalhador	Junto à Fábrica dos Tabacos, extramuros da cidade do Porto	[544]

Nenhum destes contratos de obra, insertos no quadro anterior, foram celebrados no Convento de São Francisco, vejamos:

-1ºcontrato: rua de São Domingos, arrabaldes de Guimarães, na casa do tabelião Bento da Cruz;

-2º contrato: rua dos Mercadores, nas casas do tabelião João Francisco Ribeiro;

[542] No local próprio iremos nos debruçar sobre estas obras.

[543] André Machado é referenciado como morador no lugar da Fonte.

[544] BRANDÃO, D. Domingos de Pinho - "Retábulo Mor da Igreja de S. Francisco de Guimarães" in sep. *Museu*, 2ª série, Porto, 1962. Este documento notarial, descoberto e publicado na íntegra por D. Domingos de Pinho Brandão, foi novamente publicado por: *idem – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação III (1726-1750)*, vol.3, Porto, 1986, pp.452-459; OLIVEIRA, Manuel Alves de – "A propósito do retábulo-mor da igreja de S. Francisco, de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 22, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1962, pp.37-46.

-3ºcontrato: no Porto.

Estas escrituras notariais referem-se a intervenções a realizar na igreja, e no dormitório conventual. Em verdade, têm como preocupação a decoração interior da capela-mor, forro do coro alto e a reforma do dormitório.

Como teremos oportunidade de verificar, a igreja de São Francisco, assume-se como um imóvel de Guimarães, onde intervieram importantes mestres da cidade do Porto ligados à arte da talha, em dois momentos distintos da primeira metade de setecentos:

- 1ª fase, no retábulo da capela da Irmandade de Santo António em 1719[545].
- 2ª fase, no retábulo-mor em 1743.

Num artigo publicado na revista "Museu" de 1962, D. Domingos de Pinho Brandão, dava a conhecer pela primeira vez a presença de entalhadores portuenses em Guimarães durante o século XVIII[546]. Por um contrato de obra lavrado no Porto a 20 de Dezembro de 1743, o mestre Manuel da Costa Andrade[547] comprometia-se a executar o retábulo e tribuna da capela-mor da igreja do convento de S. Francisco de Guimarães, segundo o risco de Miguel Francisco da Silva[548], obra que ainda hoje podemos admirar. O mestre receberia pelo seu trabalho 500$000 réis. O pagamento seria efectuado em três prestações: uma no princípio da obra, outra no meio e a terceira no final do trabalho. O mestre obrigou-se a dar a

[545] Trataremos deste retábulo quando nos dedicaremos à Irmandade de Santo António.

[546] "Retábulo Mor da Igreja de S. Francisco de Guimarães" in sep. *Museu,* 2ª série, Porto, 1962. Este documento notarial, descoberto e publicado na íntegra por D. Domingos de Pinho Brandão, foi novamente publicado por: *idem – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação III (1726-1750),* vol.3, Porto, 1986, pp.452-459; OLIVEIRA, Manuel Alves de – *obra cit*., pp.37-46.

[547] Surge como morador junto à Fábrica dos Tabacos, extramuros da cidade do Porto. Sobre a vida e obra deste reputado mestre portuense, veja-se a título de exemplo: ALVES, Natália Marinho Ferreira – "Manuel da Costa Andrade", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 31. Segundo esta autora este mestre é "um dos principais responsáveis pela difusão das características da talha joanina portuense, já que leva a sua arte a diversas localidades no Norte do País (...)" (*obra cit.*, p. 31).

[548] Sobre este entalhador e mestre de arquitectura possivelmente natural de Lisboa, veja-se: ALVES, Natália Marinho Ferreira – "Miguel Francisco da Silva", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 450-451. D. Domingos de Pinho Brandão refere que o mestre Miguel Francisco da Silva, nomeadamente na distribuição das colunas, inspirou-se no retábulo-mor da Sé do Porto, em que trabalhara anteriormente (*obra cit.*, p. 453).

empreitada finda e acabada até ao dia de Natal do ano de 1744. Pela instituição monástica outorgou o contrato o Doutor Geraldo Blens morador defronte o convento de S. Francisco do Porto, na qualidade de procurador de Cosme Fernandes, Síndico do convento de Guimarães, através de procuração passada a 9 de Dezembro de 1743. Para maior segurança do encomendador, o artista portuense apresentava como seus fiadores: o próprio autor do risco e José de Sousa, carpinteiro, ambos moradores na cidade do Porto.

O Reverendo Guardião e os restantes religiosos do Convento de São Francisco, suplicaram à nobreza e povo da vila de Guimarães a esmola, para reedificação do pavimento da capela-mor, e quererem colocar o corpo da venerável D. Constança de Noronha e por a tribuna da capela-mor estar "*daneficada*" [549]. Por ser obra pia, a nobreza votou que se lhe dessem a referida quantia, com excepção de dois nobres que disseram que se lhes dessem apenas metade dessa quantia, enquanto que o povo por unanimidade votou pelos 400$000 réis. Desta decisão, tomada a 22 de Janeiro de 1744, foi tudo remetido para o rei.

Regressando ao primeiro documento, vemos que os franciscanos contratam a 24 de Maio de 1679, com os mestres de obras de pedraria André Machado e João Ribeiro, moradores em São Romão de Arões a obra da reforma do dormitório conventual[550]. A empreitada é ajustada à braça e ao palmo. Os dois mestres apresentam como seu fiador António de Andrade, escultor, morador na rua do Guardal.

O restante contrato celebrado a 24 de Setembro de 1733, com o carpinteiro e ensamblador Jerónimo Lopes de Mesquita morador na rua das Molianas, refere-se á obra do forro do coro da igreja. Por parte do encomendador apresentou-se João Francisco Ribeiro. Esta obra é arrematada pela quantia de 150$000 réis, pagos em três pagamentos: o primeiro no início da obra destinada ao artista comprar o tabuado; outro e no meio e a última no final da empreitada. O artista apresenta como seu fiador Brás Ribeiro, serralheiro, da vila de Guimarães. O prazo de execução da obra era até o mês de Fevereiro de 1734. O forro por baixo do coro da igreja seria feito segundo estes apontamentos:

"*o coal forro tera dois arcos hum da parte da escada que vai para o claustro e outro na soa comrespondencia da parte da porta travessa os coais dois arcos ham de ser de madeira fingidos as imitaçao de pedra (...) e o tapamento dos arcos para sima serao de tigollo (...) rebocado e raspado a imitaçao de pedra e o forro sera pregedo nos barrotes do soalho do*

[549] M-1820, Livro Vereação nº26, fls.67- 68v.

[550] *Vide* documento XI, vol. II.

coro (...) os paineis ham de ser de taboado liso e sera os rompantes de trave a trave tambem de taboado (...) os rompantes gornecidos com soas mulduras de altura que pedir".

Como podemos constatar este trabalho implicava pintura, pois o artista comprometia-se que os dois arcos fossem de madeira fingidos.

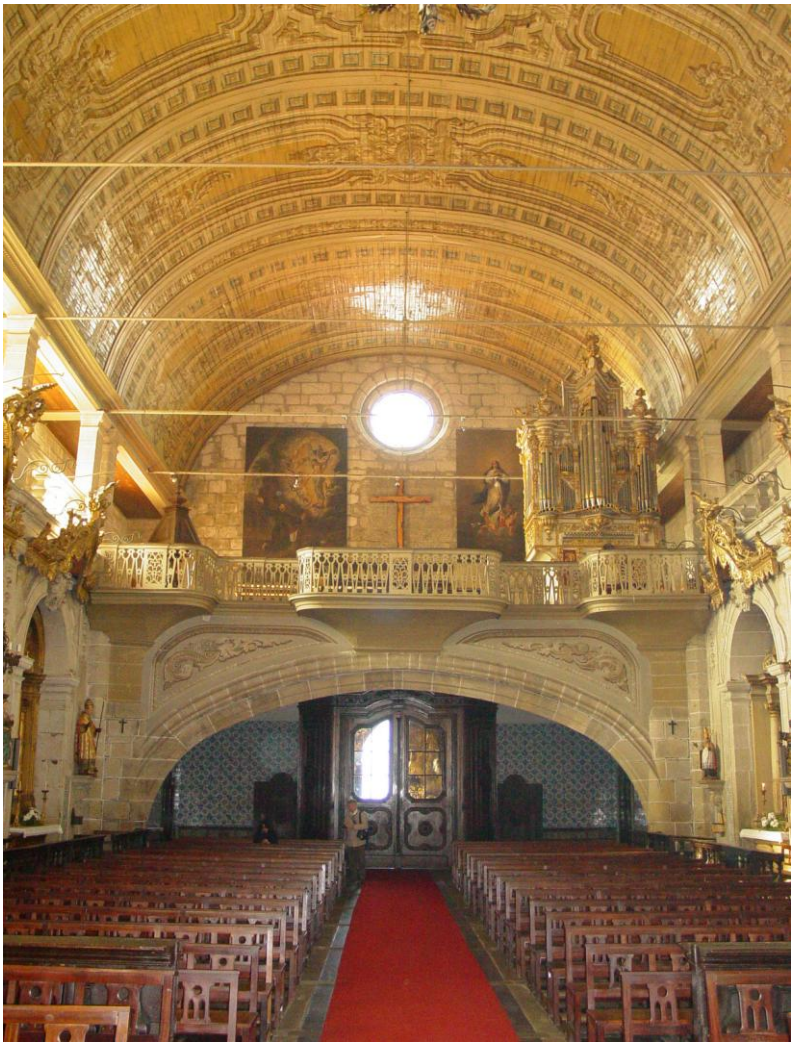


Fig. 64 – Coro alto da igreja de São Francisco (2008)

1.2.2 Conventos de São Domingos

Os dominicanos iniciaram as obras do seu primitivo convento em 1271, à entrada da rua Sapateira[551]. Devido à sua proximidade com o pano de muralhas que o tornava, juntamente com o Convento dos franciscanos, um meio fácil de penetração na vila, D. Dinis tomou providências relacionadas com a melhoria da defesa militar da vila[552]. Assim, em 1323, D. Dinis manda demolir a primeira fundação do convento de São Domingos, de modo a afastarem-se da muralha, tendo-o transferido para "outro lugar mais abaixo, onde ao presente está (…) para o poente cento e trinta passos"[553].



Fig. 65 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

[551] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*…, nota 91, p.26. Sobre a chegada dos dominicanos a Guimarães, veja-se: ROSÁRIO, Frei António do – "Convento de S.Domingos e a Colegiada de Guimarães ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp.57-98.

[552] Como havia feito o seu filho D. Afonso (futuro D. Afonso IV), aquando do cerco à vila de Guimarães, grandes danos aos defensores da vila, de cima do convento (AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p. 335).

[553] *Idem, ibidem*, p. 335.

Trata-se, atualmente, de uma igreja conventual gótica, com planta de cruz latina, de três naves de quatro tramos, com cabeceira tripla. Em 1839, após a extinção das ordens religiosas serviu de quartel militar ao Regimento de Infantaria 18. Posteriormente, em 1851, a rainha D. Maria II cedeu a igreja e a sacristia à Ordem Terceira de S. Domingos[554]; no ano de 1874, a Ordem Terceira e as irmandades aí existentes, reformaram a igreja "com pinturas, douramentos e estuques"[555], reabrindo cinco anos depois ao culto. A Câmara Municipal de Guimarães apropriou-se do convento e cerca em 1842[556]. Por consentimento desta, em 1887, foi este imóvel cedido à Sociedade Martins Sarmento[557], fundada seis anos antes. Sobre a arcada do claustro, esta sociedade construiu em 1889, a galeria que serve atualmente de museu arqueológico[558]. Segundo o testemunho do Padre Pereira Caldas o convento servia na época (1881) de tribunal judicial da comarca de Guimarães. A demolição da igreja de S. Paio em 1914[559], fez com que a igreja de S. Domingos assumisse funções de paroquial[560]. Nos meados do século XX, os trabalhos executados durante o restauro da igreja de São. Domingos, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foram desmontados os altares que se encontravam encaixados nas paredes das naves laterais e nas paredes testeiras do transepto, o que provocou o desaparecimento de muita obra de talha[561].

[554] BELLINO, Albano – *Archeologia Christã. Descripção Historica de todas as Igrejas, Capellas, Oratorios, Cruzeiros e outros Monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Emprenza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1900, p. 147.

[555] CALDAS, Padre António José Ferreira- *obra cit.,* p.323.

[556] *Idem, ibidem*, p.323. No entanto, Albano Bellino, refere que foi apenas em 1870 (*obra cit.*, p. 147).

[557] BELLINO, Albano – *obra cit.*, p. 147.

[558] *Idem, ibidem*, p.147.

[559] Em Maio de 1913, a Câmara Municipal de Guimarães decide apresentar ao Governo uma autorização para a demolição desta igreja. Em sessão de 18 de Março de 1914, o Presidente da autarquia informa a Câmara da realização da escritura da compra deste templo e aprova a sua demolição (MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, pp. 284-285.

[560]O claustro foi classificado como Monumento Nacional pelo decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo nº136 de 23 de Junho de 1910, enquanto que a igreja apenas seria classificada de imóvel de interesse público pelo decreto nº 42 255, publicado pelo Diário do Governo nº 105 de 8 de Maio 1959.

[561] Sobre a campanha de restauros realizados neste imóvel, veja-se: IGREJA DE SÃO DOMINGOS, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, nº 108, 1962.



Fig. 66 – Frontispício do Boletim da DGEMN, Igreja de São Domingos, nº108



Fig 67 – Postal da Igreja de São Domingos, anterior á intervenção da DGEMN. Edição de Manuel Carneiro (Braga)

Muitas foram as encomendadas efectuadas para este convento ao longo dos séculos XVII e XVIII. No quadro que a seguir apresentamos, apenas incluímos as encomendadas a cargo dos religiosos dominicanos. Outros contratos existem relativos à obra de talha da responsabilidade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ou da edificação da actual sacristia que incluía uma capela funerária da iniciativa de particulares[562].

Quadro XIX
Encomendadas efetuadas pelo Convento de São Domingos (1678-1767)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1678 Jun. 22	Obra de pedraria e carpintaria do dormitório conventual que ameaçava ruína	220$000 réis	André Machado	Mestre de pedraria	Freguesia de Arões (atual concelho de Fafe)	*Vide* doc. XIII, vol. II
1685 Out. 25	Grades da capela-mor da igreja	100$000 réis	Manuel João	Ensamblador	Rua Chã da cidade do Porto	[563]
1737 Set. 11	Obra carpintaria: Soalho e forro do claustro	225$000 réis	Alexandre Pinto de Queirós	Mestre Ensamblador	Freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga)	*Vide* doc. XVI, vol. II
1740 Nov. 4	Obra de pedraria: aumento da capela-mor	200$000 réis	Tomás Felgueiras	Mestre pedreiro	Natural da vila de Pontevedra, freguesia de Santa Marinha (Galiza)	*Vide* doc. XIV, vol. II
1747 Maio 17	Retábulo e tribuna da capela-mor / 8 sanefas para as frestas e portadas da capela-mor	360$000 réis	António da Cunha Correia e seu irmão Manuel da Cunha Correia	Mestres entalhadores	Lugar da Barca, da freguesia de São Miguel de Entre as Aves (atual concelho de Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. XVII, vol. II
1767 Mar. 24	Obra de pedraria: reparação da igreja pois esta ameaçava ruína	197$000 réis	Vicente de Carvalho	Mestre pedreiro	Freguesia de Santa Eulália de Fermentões (Natural da Galiza)	*Vide* doc. XV, vol. II

[562] No local próprio iremos nos debruçar sobre estas obras.
[563] BRANDÃO, D. Domingos de Pinho- *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação I (séculos XV a XVII)*, vol.1, Porto, 1984, pp. 611-613.

Todos estes contratos de obra, insertos no quadro anterior, foram celebrados no Convento de São Domingos[564], com excepção da escritura firmada com o ensamblador portuense Manuel João, na cidade do Porto[565].

Estas escrituras notariais referem-se a intervenções a realizar na igreja, claustro e dormitório conventual. Gostaríamos de salientar que do total destes cinco contratos, dois referem-se a obras no dormitório (1678) e na igreja (1767) que tinham como objectivo primordial evitar a degradação e ruína em que estes espaços conventuais se encontravam na época. Sabemos que esta instituição em 1678, debatia-se com dificuldades financeiras[566], o que motivou que para fazer face à ruína do dormitório, seja o Reverendo Padre Pregador Frei João da Madre de Deus, da Ordem de São Domingos, conventual no Convento de São Gonçalo de Amarante, a suportar a expensas suas, o pagamento de 220$000 réis, ao mestre de pedraria André Machado[567]. Os restantes contratos como veremos em pormenor de seguida, têm a ver com a decoração interior da capela-mor, com a conclusão das obras no pavimento e forro do claustro e com as necessidades de ampliar a capela-mor.

No contrato de 1678, custeado pelo Reverendo Padre Pregador Frei João da Madre de Deus, conventual no convento de São Gonçalo, de Amarante, este último juntamente com o Reverendo Padre Frei Bento de Santo Tomás, prior do convento de São Domingos, de Guimarães celebram um contrato de obra de pedraria e carpintaria com o mestre pedreiro André Machado. Através da leitura dos apontamentos[568] da empreitada temos conhecimento que o executante teria de efectuar a lavagem e limpeza das pedras e cal do assentamento do dormitório; abrir novas janelas; fazer de novo os telhados e respectivos forros; novas janelas e portas de madeira das celas; e refazer várias paredes em alvenaria do dormitório. È estipulado que nesta obra o mestre utilizasse todo o saibro necessário; bem como madeiras boas, secas e limpas. Logo que o mestre pedreiro acabasse as paredes do dormitório, este obrigava-se a colocar no estaleiro oficiais que trabalhassem na carpintaria do telhado e do soalho. Por esta

[564] Nestes documentos celebrados no interior do convento, apenas dois especificam a dependência conventual: casa da Capela (*vide* documento XVI, vol. II) e casa do Capítulo (*vide* documento XVII, vol. II).

[565] BRANDÃO, D. Domingos de Pinho- *obra cit.*, vol.1, Porto, 1984, pp. 611-613.

[566] No contrato de obra celebrado em 1678, é dito: "*o dito convento não podia arremadia lo por ter poucas rendas que tem muito pobre*"

[567] *Vide* documento XIII, vol. II.

[568] Nestes apontamentos são mencionados outros espaços conventuais, como sejam: a cerca, a horta, a cela de estudo e a casa do recolhimento dos moços.

empreitada, o mestre de Arões receberia 220$000 réis[569], sendo a obra revista por oficiais peritos na arte.

A 11 de Outubro de 1685, Manuel João, ensamblador, morador na rua Chã do Porto, comprometeu-se a executar as grades da capela-mor em jacarandá, pelo preço de 100$000 réis[570]. O prazo acordado para a concretização da empreitada teria como limite o dia 15 de Fevereiro do ano seguinte. As despesas do transporte das mesmas grades do Porto para Guimarães correriam por conta do executante. Em contrapartida, o prior do convento de S. Domingos obrigava-se a dar-lhe quando andasse a assentá-las "cama, mesa e um moço para o ajudar"[571]. Estas grades deveriam ser executadas de acordo com as que se encontravam na igreja de São Nicolau do Porto, com excepção de serem mais baixas que elas uma mão-travessa. Podemos desta forma verificar, a difusão artística que se efectuava entre a cidade do Porto e a vila de Guimarães.

Em 1737, foi posta a lanços a feitura do pavimento e forro do claustro[572]. Esta obra foi arrematada pelo mestre ensamblador, Alexandre Pinto de Queirós, da freguesia de Santo Estevão de Penso (Braga), pelo lanço de 250$000 réis [573]. O Reverendo Padre Jerónimo de S.Gonçalo, prior do convento, estabeleceu os preceitos a que a obra do obedeceria. Vejamos alguns pormenores desta elucidativa obra de carpintaria:

" *Jtem a primeira trave do claustro que vai pella sanchrytia ha de ser toda esta trave soalhada de novo aberta de macho e femia pondo se lhe por bayxo do dito soalho todos os barrotes novos nesesarios da mesma groçura dos antigos Jtem a trave que vai pella o coro da parte da samchrytia será tambem solhado de taboado novo e velho algum que for capas de*

[569] Como seu fiador apresentava António de Andrade, escultor, morador na rua do Guardal

[570] BRANDÃO, D. Domingos de Pinho - *obra cit.*, vol.1, Porto, 1984, pp. 611-613. Estas grades foram destruídas com as sucessivas obras de ampliação efectuadas na capela-mor.

[571] *Idem, ibidem*, pp. 612-613.

[572] Atualmente, o claustro do convento de São Domingos está integrado no museu arqueológico da centenária Sociedade Martins Sarmento.

[573] *Vide* documento XVI, vol. II. Documento apresentado em primeira mão por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII", in *Mínia*, 3ªsérie, nº5, Braga, ASPA, 1997, pp.174-175. Contrato firmado a 11 de Setembro de 1737, na "*caza da Cappella*", do convento de São Domingos. Para maior segurança do encomendador apresenta como seu fiador: José de Azevedo Moreira, serralheiro, morador na rua Travessa. A quantia seria liquidada em três prestações: a primeira no acto desta escritura, a segunda no meio da obra e a última depois de dar a obra feita e acabada.

servir tambem do macho e femia Jtem a trave que corre pella parte do refeitorio sera bolido a taboado ou folho della se asentar de macho e femia e o que faltar será taboado de novo de sorte que ficara toda a varanda do dito claustro solhado Jtem serão forrados por sima todos os coatro lanços das ditas barandas de novo feito todo o (...) lizo ponde sse todalas madeiras em que ha de segurar o dito forro e telhados como frichais e barrotes e tudo o mais nesesario e o forro velho sera pera ripas e goarda po pondo tambem toda a ripage que faltar Item por se hão tres linhas de ferro em cada hum dois lanços da varanda para major segurança ".

O documento prossegue com a descrição da obra. Por exemplo, é dito que junto da torre, pela parte do telhado de São Gonçalo, o mestre colocaria quatro caleiros "*embocadas em calcarea a Mourisca*". No final, a obra seria revista por dois mestres peritos. É recomendado, que a madeira que se colocaria de novo, seria de castanho bravo e toda a pregaria da obra tanto do soalho, como do forro e telhados e a "*ferrage*" necessária para a segurança da obra, seria por conta do mestre carpinteiro. O artista teria de pagar também as madeiras, cal, areia, telha e as linhas de ferro. O prazo de execução da obra expirava no fim do mês de Abril de 1738.Se faltasse a este prazo perderia 50$000 réis. O executante apresentou como seu fiador, José de Azevedo Moreira, serralheiro, da rua Travessa[574].

[574] Como testemunhas, aparecem-nos: António Pereira de Abreu e Cunha, moço da botica do convento; João Lopes Ferreira, moço, "*da porta deste convento*"; e Manuel Ferreira, assistente em casa de Joana de Melo e Silva, viúva, da rua da Infesta, em Guimarães.



Fig. 68 – Claustro do Convento de São Domingos (2008)

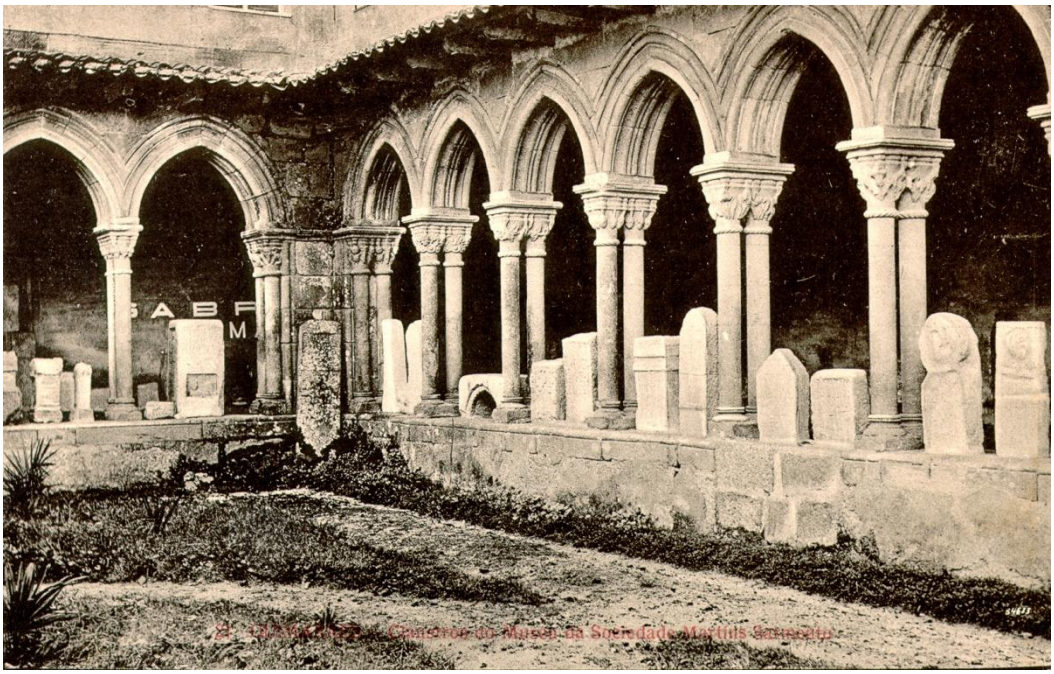


Fig. 69 – Postal do Claustro do Convento de São Domingos. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)

Em 1740, o Superior Vigário do Convento e os Reverendos Padres Conventuais por acharem que a capela-mor era demasiadamente pequena e por não poderem celebrar nela os

ofícios divinos com toda a "*beleza que se deveria fazer*", contratam a sua ampliação[575]. Nos apontamentos é mencionado que o arco da capela-mor seria da altura dos arcos cruzeiros que ficavam defronte do altar de Nossa Senhora do Rosários e dos Terceiros. No programa construtivo é dito que as frestas seriam lavradas por dentro *"a moderna*". Neste documento é explicitado que de cada lado da capela-mor seria edificado um "*arco tosco para nelles se poderem acomodar a seu tempo os orgos*"[576]. O mestre pedreiro Tomás Felgueiras, natural da freguesia de Santa Maria, da vila de Pontevedra, arrematou esta obra por 200$000 réis[577]. O artista obrigava-se a fornecer toda a pedra que faltar, cal, saibro " *e todos os mais materiais que forem necessarios para a dita obra*", bem como a madeira para os azimbres. O encomendador forneceria as grades de ferro para as novas frestas. Se por ventura, o artista faltasse com a empreitada poderia o encomendador "*livremente meter offeciais a custa delle mestre a acabar a dita obra perdendo elle dito mestre allem diso tudo o que nella tiver feito e obrado em empregado sem ter acção alguma para os poder obrigar para asim ser a forma do dito contrato*". Este mestre galego era o autor do risco e da planta. Em relação à apresentação de fianças e de fiador, é referido o seguinte:

[575] *Vide* documento XIV, vol. II. Contrato firmado a 4 de Novembro. Documento referido por BRAGA, Alberto Vieira – "Curiosidades de Guimarães: os Votos de Santiago. Artes e Artistas", in *Revista de Guimarães*, vol. 3, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1993, p.199; BRAGA, Alberto Vieira – Mestres de pedraria do reino da Galiza, assistentes em Guimarães", in *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, 2ª série, vol. 14, Guimarães, 1963, p. 69; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – "Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII", *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Actas, Cáceres/Olivença, 1993, pp.149-150. Contrato de obra transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*….

[576] Atualmente existem um órgão na capela-mor. Infelizmente, as nossas buscas no Fundo Notarial Alfredo Pimenta, revelaram-se infrutíferas quanto à descoberta deste contrato de organaria, e entalhe da caixa e bacia. Contudo, através de informação que nos foi gentilmente prestada em Agosto de 2010, por Susana Meneses e por António José Chaves Fernandes, que na altura efetuavam obras de conservação e restauro neste imóvel, temos conhecimento que no someiro do órgão encontra-se a seguinte inscrição em suporte de papel: "*Para honra e gloria de Deos e de Maria Santissima Nossa mandou fazer este orgão o Muito Reverendo Padre Frei Bento do Rozario sendo Prior deste convento por mim Francisco Solha. Anno de 1758".* A caixa do orgão, em estilo rococó, data de 1776 e foi executada por José António da Cunha, entalhador vimaranense (SANTOS, Manuela de Alcântara – *Órgãos de tubos em Guimarães*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1995, p. 8).

[577] Só depois de feitas as paredes da dita capela e depois de verificarem se estão seguras, é que lhe darão o dinheiro.

"*Como elle mestre não tem fianças que o abonace a elle e por ser de fora do Reino não serão obrigados elles padres a lhe dar dinheiro algum senão depois de feitas as paredes da dita capella que feitas ellas e revistas e vistas se estam seguras e prefeitas se lhe dara a conta de seu preço e ajuste*".

Após a ampliação da capela-mor, é posta a lanços a feitura do respetivo retábulo e tribuna, bem como oito sanefas para as frestas e portadas da capela-mor[578]. O Reverendo Padre Francisco João do Rosário, prior do Convento de São Domingos com os "*mais Reverendo Padres Capitulares e nelle conventuais todos juntos e congregados*", ajustam a obra aos mestres entalhadores António da Cunha Correia Vale e seu irmão Manuel da Cunha Correia Vale, moradores no lugar da Barca, da freguesia de São Miguel de Entre as Aves. Neste contrato firmado em 1747, é especificado que os executantes utilizassem boa madeira de castanho lisa, sendo a talha entalhada ao moderno com toda a perfeição. A obra é arrematada por 360$000 réis, que seriam pagos em três pagamentos[579]. Vista e revista por dois mestres peritos na arte: um nomeado pelo encomendador, o outro pelos executantes. Sendo que estes peritos achassem que a obra não estava bem executada e com algum defeito, o encomendador reteria o último pagamento e eles mestres seriam obrigados a demoli-la e a refaze-la com todo o primor. A empreitada teria de estar executada durante o mês de Maio de 1748.

Dois anos antes, da arrematação desta obra, os religiosos de São Domingos tinham requerido ao Senado que lhe dessem dinheiro de esmola para o retábulo da Capela-mor. A 3 de Novembro de 1744, o Senado assentiu na atribuição de 400$000 réis de esmola, atendendo à "*necessidade da dita obra e pequenes da renda que tem não poder soprir tanta necessidade (...)*"[580].

Em 1767, temos noticia que a igreja de São Domingos estava a ameaçar ruína, sendo preciso repara-la o que obriga a que seja posta a lanços esta obra[581]. Deste modo, o Frei

[578] *Vide* documento XVII, vol. II. Contrato firmado a 17 de Maio de 1747. Contrato de obra parcialmente transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII…..*

[579] Os dois irmãos apresentavam como seus fiadores: António de Carvalho da Costa, mestre carpinteiro, morador no lugar da Charneca, da freguesia de São Damião de Novais; Félix Ribeiro, ourives, morador em São Paio, da vila de Guimarães; e José de Azevedo Moreira, serralheiro, morador na rua Travessa, arrabalde de Guimarães.

[580] A. M.A. P., M -1820, Livro da Vereação nº26, fls.72v-73v.

[581] *Vide* documento XV, vol. II. Contrato firmado a 24 de Março de 1767. Contrato de obra parcialmente transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *obra cit.*.

Manuel de Santa Maria Madalena da Ordem de São Domingos contrata com Vicente de Carvalho, mestre pedreiro, morador em Santa Eulália de Fermentões. A obra é arrematada por 197$000 réis[582]. A empreitada teria de estar concluída até ao mês de Junho do mesmo ano. O mestre galego apresentou como fiador António da Cunha, mestre escultor, da freguesia de Delães, assistente em Guimarães.

Em 1770, por voto de D. Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado fez-se a porta principal, conforme inscrição aí existente. Em 1783, realiza igualmente o retábulo-mor de influência neoclássica, que substituiu o anterior de estilo joanino[583]. O cadeiral setecentista é de transição do rocaille para o neoclássico.



Fig. 70 – Portal da igreja de São Domingos

[582] O primeiro pagamento seria feito logo no ato desta escritura e os restantes conforme a obra fosse decorrendo.

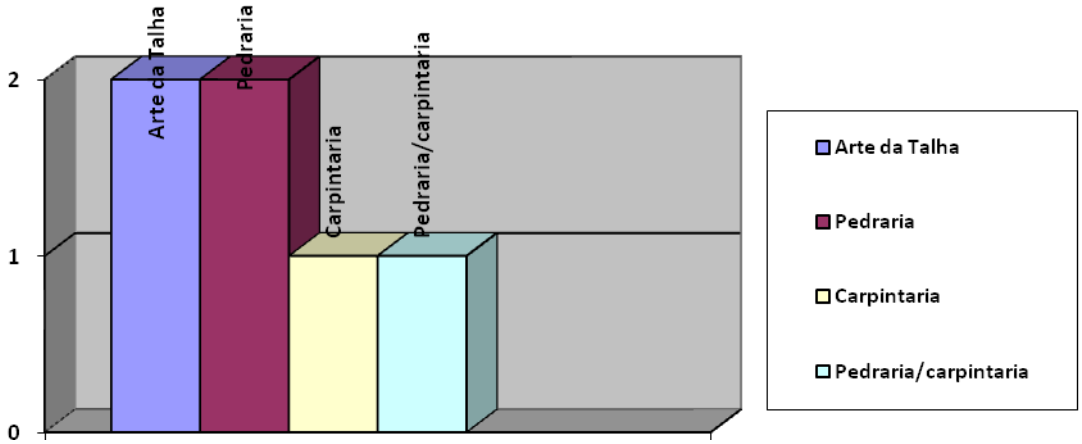
[583] ALVES, Natália Marinho Ferreira – "José António da Cunha Correia Vale", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. por José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 516.


Fig. 71 – Pormenor da fachada da Igreja de São Domingos

Estes contratos de obra que acabamos sucintamente de analisar subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico IV

Tipologias de contratos de obra



Ao analisarmos o quadro acima, deparamos com um igual número de encomendas relativas à arte da talha e pedraria, logo seguidas pela carpintaria. No entanto, temos um contrato simultâneo de pedraria e carpintaria, que é celebrado com um mestre pedreiro. Do total de seis contratos de obra que analisamos surgiram-nos sete artistas arrematantes[584], que se apresentam nos contratos de arrematação, com os seguintes graus profissionais:

Quadro XX

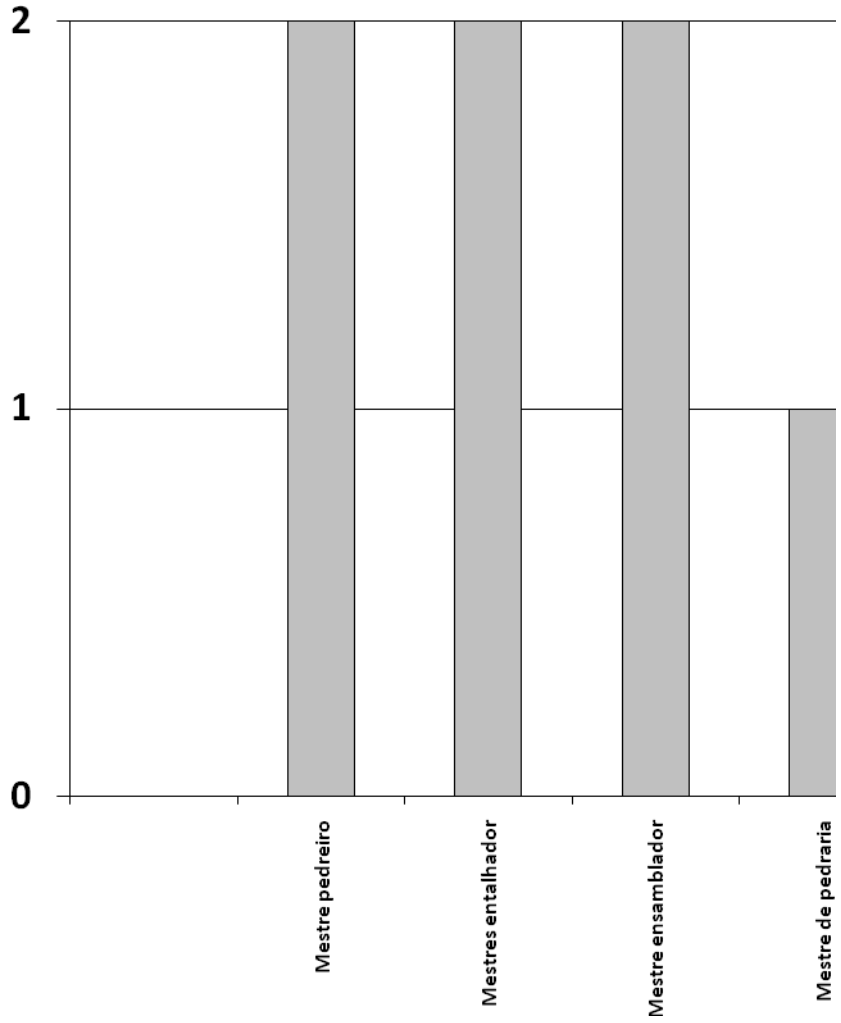
O Estatuto profissional dos artistas

O estatuto profissional	Total
Mestre pedreiro	2
Mestre entalhador	2
Mestre ensamblador	2
Mestres de pedraria	1

[584] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

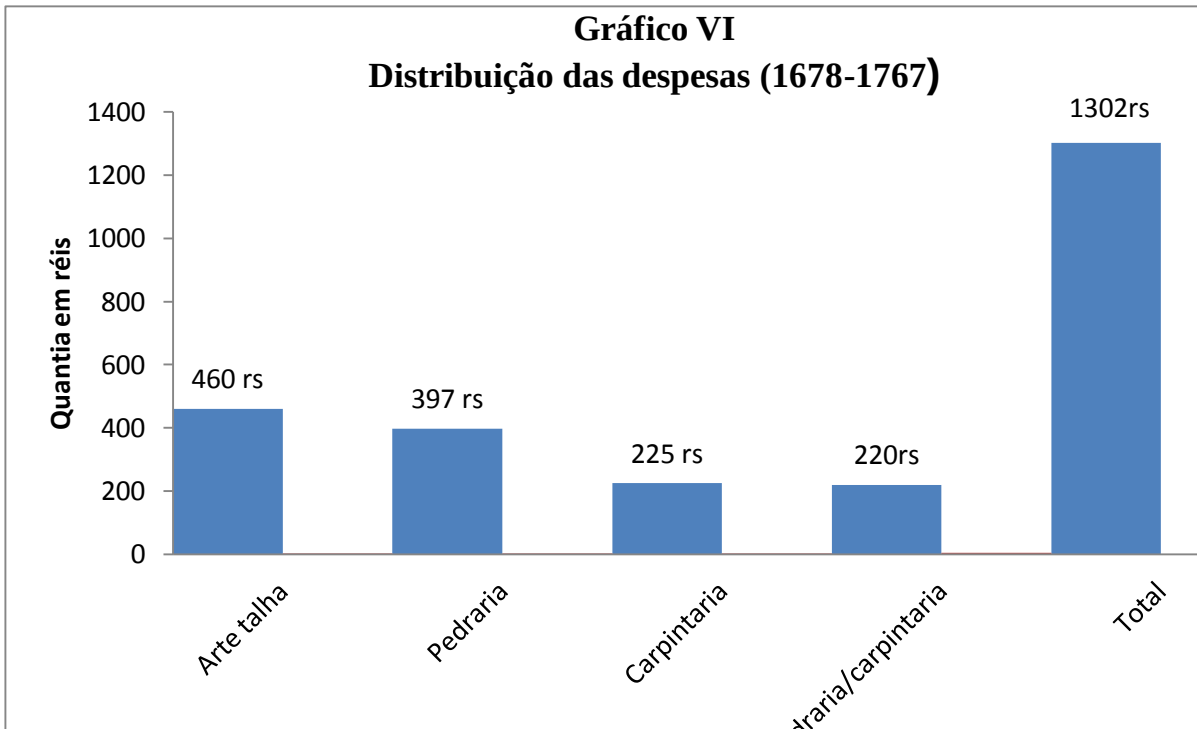
Gráfico V

O Estatuto profissional dos artistas



Ao analisarmos o quadro acima, deparamos com um igual número de encomendas arrematadas por mestres pedreiro e mestres entalhadores. No entanto, se lhe juntarmos o mestre de pedraria, ficamos com um maior número de pedreiro. Apesar de termos contratos relativos à carpintaria não é mencionando qualquer carpinteiro, sendo este substituído por um mestre ensamblador. Em relação a artistas, não encontramos qualquer mestre local. Os mestres que arrematam obras para esta instituição são oriundos da Galiza (mestres pedreiros);

do actual concelho de Fafe (mestre de pedraria); de São Miguel de Entre as Aves[585]; e por fim da cidade do Porto e de Santo Estevão de Penso[586] (mestres ensambladores)



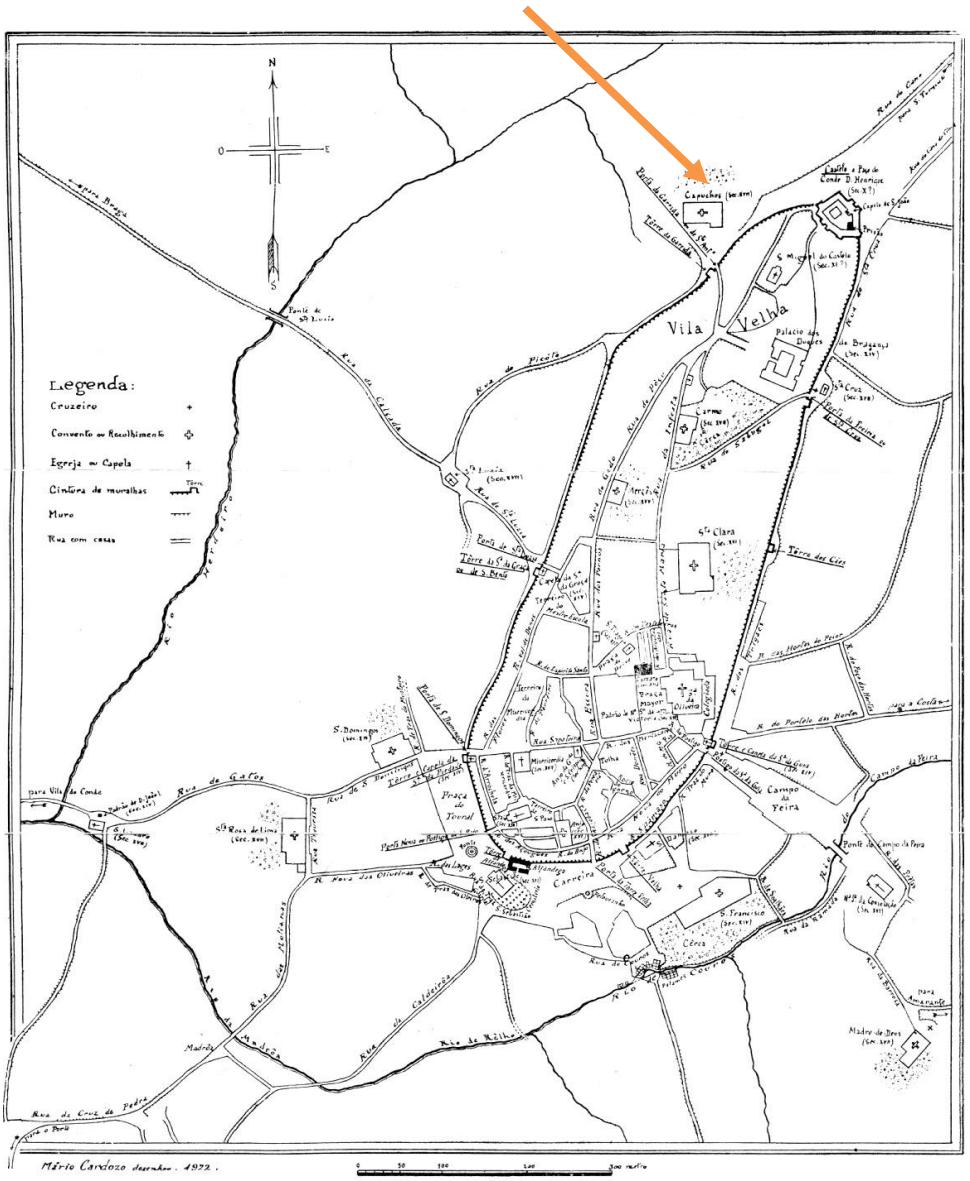
Como podemos observar pelo gráfico, as despesas totalizavam 1302$000 réis num período de 89 anos. O grosso das despesas destinou-se às obras de pedraria e carpintaria num total de 842$000 réis, enquanto que o resto das despesas distribui-se pela arte da talha (460$000 réis).

[585] Atual concelho de Vila Nova Famalicão.

[586] Termo de Braga.

1.2.3 Convento de Santo António dos Capuchos

Em 1662, D. Afonso VI dá licença para a fundação do Convento dos Capuchos em Guimarães[587]. Dois anos depois, os religiosos de Santo António iniciaram a edificação do novo mosteiro "*da banda de fora da porta da Garrida desta villa*"[588].



PLANTA DE GUIMARÃES EM MEADOS DO SÉCULO XVII

Fig.72 – Planta de Guimarães em meados do século XVII (mapa extraído de Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso (1922), in Mário Cardoso - "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, 1922, pp.420- 421).

[587] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Guimarães, Terras de Santa Maria*…, p.17.

[588] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.16-17, vereação de 28 de Março de 1664. Este convento dos frades Capuchos da Piedade localiza-se a norte da vila, abaixo do castelo, frente à destruída Torre da Porta da Garrida.

Na reunião da vereação de 28 de Março de 1664, na presença dos vereadores e do Dr. Afonso Teixeira de Mendonça, juiz de Fora, o Dr. António de Azevedo Carneiro, Provedor, apresentou e propôs uma Provisão do rei, com o seguinte teor:

"*(...) Reverendos Padres relegiosos de Santo Antonio (...) asistentes no hospicio que tem nesta villa pera se lhes aver de dar para ajuda das obras do novo mosteiro (...) comessão a edificar o rendimento dos lombos (...) pello tempo de oito annos (...)"*[589].

Além desta provisão, na qual os religiosos Capuchos obtinham os rendimentos dos lombos dos talhos da vila por um período de 8 anos, passado um ano, solicitam aos vereadores o empréstimo do sino da Câmara. Os vereadores juntamente com o Juiz de Fora, o Procurador da vila e os dois mesteres do Povo[590], acedem ao pedido dos religiosos da Piedade, atendendo às seguintes fundamentos apresentados:

" *aos ditos Padres pella muita necessidade que representação tinham delle por estarem em humas cazas de hospicio sem terem em que tanger a reza e mais obrigações da relegião (...)"*[591].

Como o sino era um bem do concelho, João Fernandes de Oliveira obrigava-se pela sua pessoa e bens presentes e futuros, a repor o sino no seu lugar original à sua custa e despesa, "*todas as vezes que que elle juiz vereadores procurador da Camara e seus sucessores o tornarem a mandar repor e restituir no dito lugar em que esta (...)"* [592].

Como todos estes recursos não acudiam às necessidades desta nova instituição, os frades capuchos obtiveram mais uma provisão régia que lhes permitia utilizar na edificação do seu mosteiro a pedra que estava nos paços do castelo[593]. O povo e a nobreza da vila de

[589] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.16-17

[590] Trata-se de Francisco Novais e de António Ribeiro.

[591] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.76-76v, vereação de 16 de Março de 1665.

[592] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.76-76v, vereação de 16 de Março de 1665.

[593] Vejamos os pormenores desta provisão: "*se aproveitarem da pedra que está nos Pasos desta villa, e desfazerem todas as obras que elles tem dentro (...) para com ella correr a obra do dito mosteiro, e que*

Guimarães, tendo notícia desta provisão, num assento da sessão camarária de 31 de Janeiro de 1666, manifesta a sua discordância quanto à utilização do castelo como "pedreira" evocando que "*da mesma obra [paços do castelo] se honrão"*[594]. Não sabemos as consequências que este protesto teve perante o rei. No entanto, na prática os frades Capuchos continuaram a extrair pedra do castelo[595].



Fig. 73 – Prespetiva interior do paço do alcaide (2008)

---

deixando as paredes de fora somente e tapando as portas de pedra e cal ficase so huma que os ditos rellegiozos teriam, fechada com chave que teriam em seu poder" (A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.126-128v, vereação de 31 de Janeiro de 1666). Documento mencionado por CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 339.

[594] A.M.A.P, M-1808, livro da vereação nº12, fls.126-128v, vereação de 31 de Janeiro de 1666). Documento referido por CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.* p. 339; MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O Património urbano de Guimarães no contexto da Época Contemporânea (séculos XIX-XX): permanências e alterações*…, p. 73.

[595] Segundo Mário Barroca, esta destruição afectou principalmente a zona do Paço do alcaide (BARROCA, Mário Jorge – "O castelo de Guimarães", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 27).

A 9 de Julho de 1742, em vereação do Senado é decidido, atender às súplicas dos religiosos Capuchos que solicitavam esmola, pois a sua igreja ameaçava ruína[596]. Atendendo ao facto, de os religiosos terem necessidade da obra e por não terem rendas para a poderem suprir, o senado deu 500$000 réis de esmola que resultavam das sobras dos bens de raiz.

Relativamente a este imóvel, apenas encontramos nas nossas pesquisas arquivísticas no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, um contrato de pedraria. Trata-se de uma escritura datada de 20 de Abril de 1763, na qual a Comunidade dos Religiosos Capuchos na pessoa do síndico desta instituição, o Padre Francisco Mendes morador na Praça da Oliveira celebra a feitura do novo dormitório e a obra da fronteira da Igreja[597]. Este documento podemos subdividi-lo em duas partes.

Numa primeira parte, é ajustada a obra do dormitório novo a Bernardo José da Silva, mestre pedreiro, morador na cidade do Porto, à braça. A planta a seguir nesta empreitada era da autoria do Padre António Gomes morador na rua Nova das Oliveira, da vila de Guimarães. O mestre portuense receberia os pagamentos "*aos poucos*", apresentando como seu fiador Vicente Carvalho, mestre pedreiro, morador na freguesia de Santa Eulália de Fermentões. O prazo de execução era de um ano.

Na segunda parte é celebrado o contrato da obra da fronteira da Igreja com o mestre pedreiro Vicente Carvalho morador na freguesia de Santa Eulália de Fermentões[598] e com o mestre entalhador António da Cunha Correia Vale residente na rua de Santo António dos Capuchos (Guimarães)[599]. Estes dois artistas que arrematataram a obra em parceria apresentam como seu fiador José Vaz, oleiro, morador na rua da Cruz de Pedra (Guimarães). Por esta obra os dois mestres arrecadariam 448$400 réis. Esta quantia seria paga em quatro pagamentos, ficando 100$000 réis para o fim da obra, após esta ser revista por outros mestres; o primeiro pagamento foi dado no momento da assinatura desta nota notarial. Os artistas comprometiam-se a findar a obra até ao mês de Julho de 1764.

---

[596] A.M.A.P, M – 1820, Livro da Vereação nº26, fls.26-26v.

[597] *Vide* documento XVIII, vol. II. Documento parcialmente transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*…. Foram testemunhas presentes: o Reverendo Padre António Gomes de Barros, da Rua Nova das Oliveiras; Patrício José Dinis Correia morador "a Sam Lazaro desta villa"; e Amaro José Farto, mestre pedreiro, morador na Rua Nova do Muro (Guimarães).

[598] Como vimos acima é simultaneamente o fiador do mestre pedreiro portuense.

[599] No início da escritura o tabelião designa António da Cunha Correia Vale como mestre pedreiro, tendo de seguida rectificado e denomina-lo de mestre entalhador.



Fig. 74 – Postal ilustrado da Igreja de Santo António dos Capuchos e Hospital da Misericórdia

Em 1842, o extinto Convento dos Capuchos é posto à venda sendo arrematado pela Santa Casa da Misericórdia[600] para aí edificar um novo hospital[601]. Para a adaptação a esta nova função, parte das dependências conventuais, como o dormitório construído por Bernardo José da Silva, são completamente arrasados. Apenas subsistem até à actualidade, a igreja, o claustro e a sacristia[602]. Na fronteira da igreja construída por Vicente Carvalho e por António da Cunha Correia Vale entramos por três arcos, que sustentam em cima uma janela de sacada, rodeada por Santo António, patrono dos Capuchos, e por São Francisco. Mais acima, nos remates, entre as colunas e os pilares, vemos um nicho que alberga a estátua de Nossa Senhora.

[600] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Guimarães, Terras de Santa Maria*, Guimarães…, pp.17-18; MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, p. 575.

[601] Esta função de hospital de Guimarães perdurará até à década de 90 do século XX. A primeira pedra para a edificação do hospital foi a 1 de Junho de 1861 (MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *obra cit.*, p. 579).

[602] Até ao momento desconhecemos os autores do claustro e da sacristia deste convento.



Fig. 75 – Exterior do convento de Santo António dos Capuchos



Fig. 76 – Frontaria da Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos



Fig. 77 – Claustro do Convento de Santo António dos Capuchos

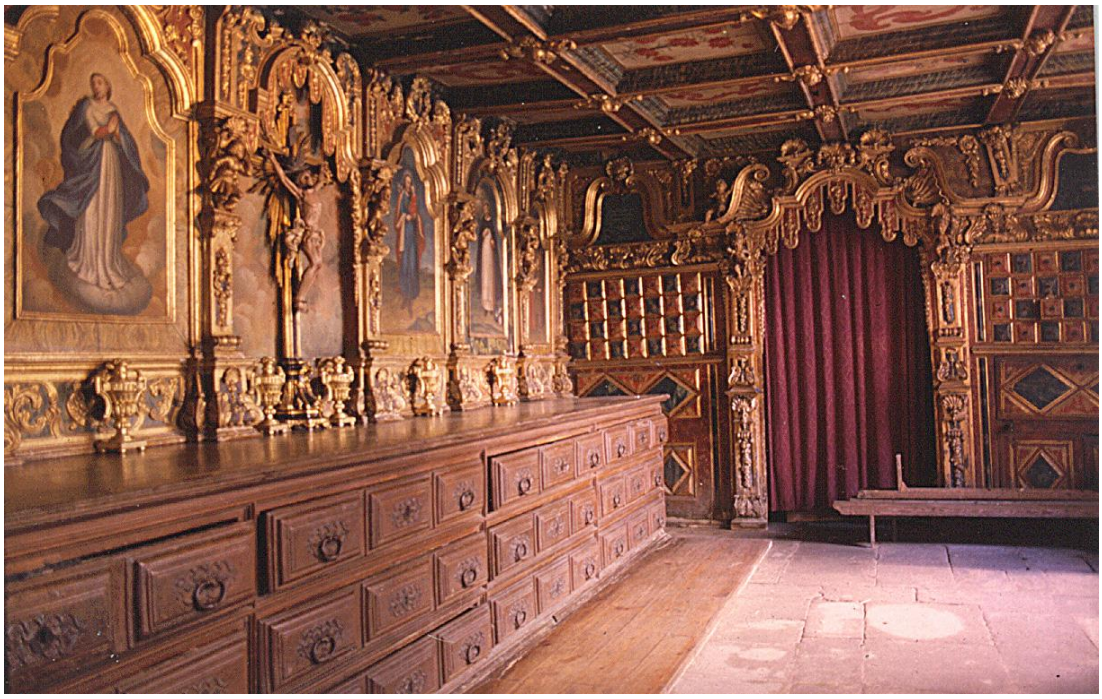


Fig. 78 – Sacristia da Igreja de Santo António dos Capuchos

1.2.4 Convento de Santa Marinha da Costa

Ao longo dos tempos vários autores abordaram a história do mosteiro de Santa Marinha da Costa de Guimarães, oferecendo-nos uma visão de conjunto sobre o convento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho[603], mais tarde entregue aos monges Jerónimos[604].

Durante a primeira dinastia, este convento recebeu várias vezes favores régios[605]. Por exemplo, o cálice de prata dourada oferecido pelo rei D. Sancho I e pela rainha D. Dulce ao mosteiro da Costa, actualmente existente no espólio do Museu de Alberto Sampaio, é prova da estima que o casal real nutria pela instituição. Segundo a tradição, este mosteiro foi fundado pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques e mais tarde entregue pela soberana aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho[606].

---

[603] Referimos por exemplo os seguintes: CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 362-367; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, pp. 220-221; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, 1978, pp. 87-91; REAL, Manuel Luís – "O Convento da Costa (Guimarães): notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, actas, Guimarães, vol.4, 1981, pp. 461-475; *idem* – "Santa Marinha da Costa: Notícia Histórica", in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Pousada de Santa Marinha: Guimarães*, Porto, vol.130, 1985, pp. 7-58.

[604] No topo da ala Este do edifício conventual, podemos observar a varanda de Frei Jerónimo, assim denominada porque foi no priorado trienal de Frei Jerónimo dos Anjos, eleito em 1682, que se decidiu construir esta esbelta varanda de cantaria tendo alpendre apoiado em pilares com marcação de molduras sobre bases altas, que sustentam o tecto de madeira formando caixotões. Frei Jerónimo dos Anjos, conhecendo a resistência dos monges à criação de um novo lanço de dormitórios, devido às dificuldades topográficas do terreno, optou por mandar construir esta varanda que remata a ala oriental. No centro da varanda, encontramos o chafariz de uma taça e tanque quadrifoliado, apenas aqui colocado, em 1707, no priorado de Frei Jerónimo de Santa Maria. Numa das faces da varanda encontra-se um banco de granito corrido com espaldar recortado tendo dois painéis de azulejos. Tratam-se dos únicos azulejos historiados que retratam acontecimentos ligados à história desta instituição monástica. Um dos painéis representa a entrega por parte do Duque D. Jaime, a Frei António de Lisboa, Provincial da Ordem de S. Jerónimo, da Bula do Papa Clemente VII, que dá o mosteiro da Costa aos monges jerónimos. No outro painel, podemos observar Frei Jorge de Belém, mestre de teologia, ministrando uma aula aos infantes D. António e D. Duarte (OLIVEIRA, António José de - "Varanda de Frei Jerónimo", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 102).

[605] Veja-se, o artigo de REAL, Manuel Luís – "O Convento da Costa (Guimarães): notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos"…, 1981, pp. 467-468.

[606] AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *obra cit.*, p. 356; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 220; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp. 362-363; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 87.

Após a extinção das ordens religiosas, o edifício conventual é comprado por particulares. Em simultâneo, o templo assume funções de igreja paroquial da freguesia da Costa. Em 1936, a igreja, o escadório e o mosteiro da Costa foram classificados como Imóvel de Interesse Público[607]. Em 1951, este imóvel é devastado por um incêndio que destruiu o recheio e grande parte dos seus azulejos, nomeadamente os que decoravam a ala das celas[608]. Em 1972, o convento situado na encosta do monte da Penha, é comprado pelo Estado, que aí promove importantes obras de adaptação a pousada. Em 1985, é celebrado o auto de entrega da Pousada à Direcção Geral do Turismo que, por sua vez, o entregou à Enatur.

No decurso da longa existência do Convento de Santa Marinha da Costa realizaram-se inúmeras encomendas de pedraria, carpintaria, talha, organaria e ourivesaria, de que, e para períodos mais recuados, apenas nos resta uma memória documental. Esses espécimes, resultantes de encomendas pontuais ou integrados em profundos projectos decorativos, traduzem a evolução construtiva do Convento da Costa, bem como o espírito empreendedor e a robustez económica desta instituição conventual. Neste contexto apresentamos um quadro com as encomendadas efetuadas pelo Convento da Costa



Fig. 79 – Vista aérea do Convento da Costa (CMG – 2001)

[607] Decreto N.º 26450, publicado no Diário do Governo N.º 69 de 24 Março de 1936.

[608] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 89.



Fig. 80 – Postal do Convento da Costa. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)

Quadro XXI
Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Marinha da Costa (1598-1784)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1598 Fev. 2	Emadeiramento do tecto formando caixotões do claustro conventual	140 reais e 20 alqueires de trigo	Adão Francisco	Imaginário	Rua do Gado (Guimarães)	*Vide* doc. XXI, vol. II
1689 Jan. 28	Conclusão da obra do forro do dormitório conventual	260$000 réis	Manuel da Silva	Mestre de obras de carpintaria	?	*Vide* doc. XXIII, vol. II
1697 Mai. 28	Feitura de dois lampadários de prata fina / douramento do retábulo que estava no salão	O feitio de cada marco de peso foi acordado em 1$100 réis / 90$000 réis	Miguel Mendes (ourives de prata) / Pascoal de Sousa (mestre pintor)	Miguel Mendes (ourives de prata) / Pascoal de Sousa (mestre pintor)	Miguel Mendes morador em Guimarães e Pascoal de Sousa, da cidade do Porto	*Vide* doc. XXVIII, vol. II
1703 Fev. 16	Obra de pedraria da hospedaria e portaria do convento da Costa	Obra tratada ao palmo, à braça, e à	André Machado[609] e António Pinto	Mestres de pedraria fina	?	*Vide* doc. XIX, vol. II

[609] Embora não surja mencionado a sua residência no documento, sabemos que se trata de um mestre pedreiro morador no lugar da Fonte, da freguesia de São Romão de Arões, termo de Guimarães (actual concelho de Fafe).

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		peça				
1734 Dez. 6	8 arcazes com espaldares de molduras de talha dourada;2 armários parietais com remate de talha; lajeamento do pavimento; retábulo de talha dourada; colocação de 2 espelhos de cristal;novas portas;vidraças; reboco das paredes;azulejo figurativo nas paredes; forro e o tecto de madeira com as 4 virtudes cardeais pintadas nos ângulos, e no meio um tarjão com as armas da Ordem de S. Jerónimo.	1600$000 réis	Alexandre Pinto Ribeiro	Mestre ensamblador	Lugar de Soutinho da freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga)	*Vide* doc. XXIV, vol. II
1751, mês de Junho [610]	Construção do pórtico axial da igreja do convento da Costa e a sua escadaria	15500 cruzados	António Ferreira / João da Costa / João Ribeiro	Mestres pedreiros	António Ferreira residente no lugar do Vale; João da Costa	*Vide* doc. XX, vol. II

Em 1705, arremata a construção da nova igreja de São Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso). Poucos dias após a assinatura desta escritura foi surpreendido com a morte (OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Nótula sobre a obra de pedraria e talha da igreja de S. Martinho do Campo (1705-1716)", in *Poligrafia*, n^{os} 7/8, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1998/99, pp 94-98).

[610] Devido ao mau estado de conservação deste manuscrito notarial, não nos foi possível durante a sua leitura e análise paleográfica, identificar o dia exacto da sua redacção. O exame dos instrumentos notariais que precedem e seguem o contrato em referência na nota do tabelião sugerem, que aquele foi lavrado entre 16 e 21 de Junho do referido ano.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					morador no lugar da Arca, ambos da freguesia de Adaúfe (termo de Braga) e João Ribeiro da freguesia de Travassós (actual concelho de Fafe)	
1778 Jan., 31	Construção um orgão de tubos no coro de cima da Igreja do Convento da Costa	3500 cruzados + 20$000 réis pela ferragem	Dom Francisco António Solha,	Mestre organeiro	Vila de Guimarães	*Vide* doc. XXX, vol. II
1779, Mar. 31	Construção da caixa do orgão de tubos destinada a albergar o conjunto organológico	150$000 réis	José António da Cunha e Manuel Joaquim Proença	Mestres entalhadores	Vila de Guimarães	*Vide* doc. XXV, vol. II
1779 Dez. 19	Execução 4 lâmpadas de prata com cerca de 35 marcos de peso cada uma	1$200 réis o marco	Manuel Francisco Esteves,	Ourives	Vila de Guimarães	*Vide* doc. XXIX, vol. II
1780 Fev. 15	Construção de um retábulo com tribuna de talha	120$000 réis	José António da Cunha	Mestre entalhador	Vila de Guimarães	*Vide* doc. XXVI, vol. II
1784, Nov. 16	Cadeiras e respectivos espaldares em madeira de castanho "*bom sem podridam*" do coro alto da igreja, e a estante do coro em pau-preto	540$000 réis	José António da Cunha	Mestre entalhador	Vila de Guimarães	*Vide* doc. XXVII, vol. II

Nestes onze contratos de obra insertos em livros de notas, os tabeliães da vila de Guimarães, deslocaram-se propositadamente ao Convento de Santa Marinha da Costa, com o propósito da celebração destas escrituras, com a excepção de uma que foi celebrada no ano de 1780, na rua de Santa Maria (vila de Guimarães), nas casas de João de Melo Pereira Sampaio[611]. Nos restantes casos em que o contrato é redigido no Convento de Santa Marinha,

[611] *Vide* documento XXVI, vol. II. Contrato realizado a 15 de Fevereiro de 1780, Não temos conhecimento da relação existente João de Melo Pereira Sampaio com os restantes intervenientes deste contrato. À casa de João Sampaio, deslocou-se o emcomendador, na pessoa Reverendo Padre Frei Manuel da Graça monge da

temos três casos em que especificado a dependência conventual, na qual é celebrado a escritura, vejamos:

-à porta da portaria;

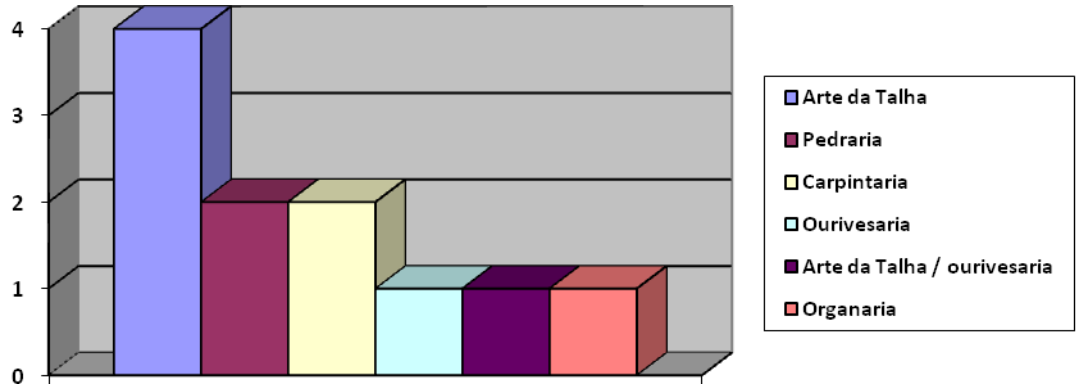
-Na cela do Reverendo Padre Prior;

-Na sala do capítulo.

Estes contratos de obra subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico VII

Tipologias de Contratos de Obra



Ao analisarmos o quadro acima, deparamos com um maior número de encomendas (4) relativas à arte da talha, e se lhe juntarmos o contrato no qual é simultaneamente celebrado um contrato de ourivesaria, atingimos um total de 5. Estas intervenções estão ligadas à decoração interior da igreja, sacristia e do salão conventual. De seguida temos a pedraria juntamente com a carpintaria. Estes últimos dois subtipos têm a ver com a construção das seguintes dependências conventuais: claustro, dormitório, hospedaria e portaria, igreja e respectiva escadaria. Um dos contratos que incluímos na arte da talha (1734) está relacionado

congregação de São Jerónimo do Real l mosteiro da Costa; o executante da encomenda, o mestre entalhador José António da Cunha; Miguel José Cosme, mestre pintor, de Guimarães, como procurador de Vicente José Carvalho, mestre canteiro, fiador de José António da Cunha; Manuel António e Francisco de Macedo carpinteiros, de Guimarães, como testemunhas; e o tabelião José António Hipólito da Rocha. Nos restantes contratos celebrados entre 1778-1779, o tabelião José António Hipólito da Rocha deslocara-se ao Convento da Costa.

com a reformulação de outro espaço importante da igreja: a sacristia[612]. Os contratos de ourivesaria, mais raros, no fundo notarial, estão ligados com bens móveis de cariz religioso: lampadários. A construção do órgão irá obrigar à celebração de dois contratos: organeiro e com entalhadores.

Do total de 11 contratos de obra que iremos analisar de seguida, inventariamos 14 artistas arrematantes[613], que se apresentam nos contratos de arrematação, com os seguintes graus profissionais:

Quadro XXII

O Estatuto profissional dos artistas

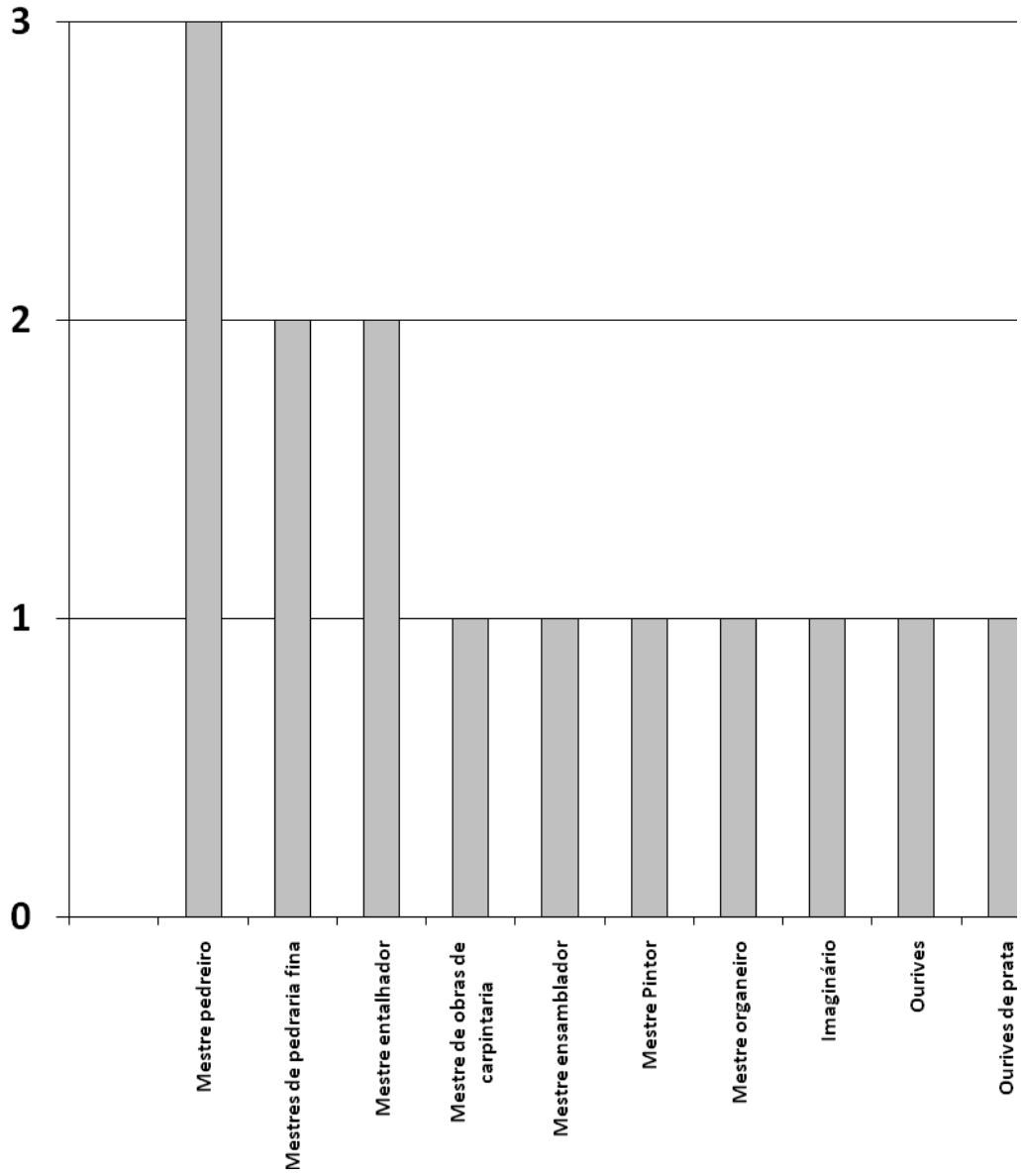
O estatuto profissional	Total
Mestre pedreiro	3
Mestres de pedraria fina	2
Mestre entalhador	2
Mestre de obras de carpintaria	1
Mestre ensamblador	1
Mestre Pintor	1
Mestre organeiro	1
Imaginário	1
Ourives	1
Ourives de prata	1

[612] Não esqueçamos que o contrato mais extenso que encontramos no fundo notarial do A.M.A.P e no A.S.C.M.G., trata-se deste contrato que ocupa cinco fólios e aquele que envolve a maior quantia: 1600$000 réis.

[613] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

Gráfico VIII

O estatuto profissional dos artistas



Em relação a artistas encontramos mestres locais (imaginário, entalhadores, carpinteiros e ourives) que trabalham para esta instituição conventual, bem como outros oriundos dos actuais concelhos de Fafe (Travassós e Santa Cristina de Arões[614]), do concelho de Braga e da cidade do Porto. De Fafe tratam-se de mestres pedreiros; do termo de Braga de mestres pedreiros; e do Porto de um pintor. Apesar de Dom Francisco Solha, mestre organeiro, ser

[614] Na época freguesias pertencentes ao termo de Guimarães.

morador na vila de Guimarães, sabemos que era natural da Galiza. Trata-se do único artista estrangeiro a arrematar obras para esta instituição.

Ao mesmo tempo, existem artistas que celebram mais de um contrato de obra com o Padre Prior do Real Convento da Costa. Trata-se de José António da Cunha, mestre entalhador, morador na vila de Guimarães que arremata a lanços três contratos de obra de talha que lhe rendem no total 810$000 réis[615].

Vejamos em pormenor, por ordem cronológica, os contratos celebrados com estes 14 artistas:

A 2 de Fevereiro de 1598, à porta da portaria do Convento de Santa Marinha da Costa, o tabelião Cristóvão de Azevedo redigiu o contrato do emadeiramento do tecto formando caixotões do claustro conventual[616]. O Reverendo Padre Frei Marcos de Coimbra, prior do convento, e o Padre Frei Jácome de Guimarães, vigário, juntamente com os restantes padres conventuais, ajustam com Adão Francisco, imaginário, morador na rua do Gado (Guimarães), a feitura da "*sobrecrasta de forro de paineis*", conforme as indicações de Pero Afonso de Amorim, mestre de pedraria[617], pela quantia de 140$000 reais e vinte alqueires de trigo. O encomendador obrigava-se a fazer o pagamento em quatro prestações: o primeiro no início da obra e as restantes de três em três meses. O cliente responsabilizava-se a fornecer no estaleiro da obra toda pregadura e madeira necessária[618]. Dois dias após a celebração desta escritura, o artista apresentou como seus fiadores Pero Afonso, sapateiro, e sua mulher moradores na rua do Gado[619].

---

[615] Um destes contratos, a construção da caixa do orgão de tubos, foi arrematado em parceria com Manuel Joaquim Proença.

[616] *Vide* documento XXI, vol. II. Documento referido por MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Gonçalo Lopez: mestre de pedraria", in *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, Actas, vol. 1, Ponte de Lima, Associação Galaico-Minhota, 1981, pp. 427-428. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - "Elementos para a história do Convento da Costa: artistas e obras (1598-1784) ", in *Poligrafia*, n.º 11/12, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2004/2005, pp.113-115. Foram testemunhas presentes Fernão Afonso Leborão e André Peixoto moradores em Guimarães.

[617] Este mestre pedreiro responsável pela obra de pedraria do claustro, encontrava-se presente no momento da redacção deste contrato.

[618] Em relação à madeira é especificado que esta seria "*posta de serra em caza*".

[619] *Vide* documento XXII, vol. II. Manuscrito transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - *obra cit.*, pp. 115-116. Contrato celebrado na casa dos fiadores. Testemunharam este acto: Cosme Machado da Maia e Tomé da Maia.



Fig. 81 – Claustro do Convento da Costa



Fig. 82 – Claustro do Convento da Costa

Adão Francisco comprometia-se a finalizar toda a empreitada durante o mês de Dezembro do mencionado ano, sob pena dos religiosos contratarem oficiais para concluírem a obra à custa do artista e dos seus fiadores. No programa construtivo é explicitado que faria o forro do claustro com painéis de madeira, tendo "*quada quadro em duas ordens de paineis com seu rompante por meio antre painell e painell e com seu frizo e alquitrave e cornija (...) e com seus florões nos cantos da quadra*".

A 28 de Janeiro de 1689, o Reverendo Padre Martinho Martiniano de Castro, prior do Convento da Costa, juntamente com os mais religiosos, contrata com o mestre de carpintaria Manuel da Silva, a conclusão da obra do forro do dormitório conventual[620]. Todas as despesas inerentes à empreitada seriam por conta do mestre, a saber: madeiras, ferragens, pregos, colas e "*tudo o mais que a obra pedir*". Apenas as cambotas de carvalho necessárias na obra seriam à custa do encomendador[621], bem como as escoras imprescindíveis no escoramento das traves do telhado. Numa das cláusulas do contrato é estipulado que o transporte das madeiras da casa do mestre até ao estaleiro seria por conta do convento.

Esta empreitada foi ajustada em 260$00 réis, pagos em duas prestações: a primeira de 100$000 réis no mês de Fevereiro para o executante adquirir as madeiras, e o restante "*lhe hirão dando asim como a obra for corendo athe o fim della*". O mestre obrigava-se a findar a obra até ao dia de S. João de 1689. Foram testemunhas presentes: André Fernandes, familiar do tabelião; e João Rodrigues do Vale.

A 28 de Maio de 1697, o Reverendo Padre Frei André Machado da Madre de Deus, Prior do Convento da Costa, firma em simultâneo dois contratos de obra com Miguel Mendes, ourives de prata, morador em Guimarães e com Pascoal de Sousa, pintor, da cidade do Porto[622].

Na primeira escritura estabelecida com o ourives, é ajustada a feitura de dois lampadários de prata fina "*a imitação do que esta na capella mor deste convento (...) com todo o primor que a arte der de sy em porpoção do feitio conforme a boa arquetetura (...)"*. Para a execução destes lampadários, o cliente tinha já entregue 28 marcos de prata fina de lei. A restante prata necessária seria posta pelo "*dito orives de sua caza tambem fina e de ley pagando se lhe o marco de prata que de mais pazarem dos ditos vinte he oito que se lhe entregarem (...)"*. O feitio de cada marco de peso foi acordado em 1$100 réis. No final da

[620] *Vide* documento XXIII, vol. II.

[621] No contrato é referido que o mestre mandaria cortar na cerca conventual os carvalhos a utilizar nas cambotas.

[622] *Vide* documento XXVIII.

obra, os lampadários seriam revistos por dois ourives "*que bem entendão pera declarem se estão feitos com todo o primor da arte e como se declara atras e o esta a da capella mor*".

No segundo contrato, Pascoal de Sousa, pintor, ajustou-se com o Reverendo Padre Prior de lhe dourar o retábulo que estava no salão todo de ouro subido. Em relação à decoração do retábulo é especificado que os passáros e serafins seriam estofados. Toda a pedraria que rodeava o retábulo seria toda "*faxada de ouro com o milhor que der de sy a arte e sera dourado o dito arco desde o frontal athe as armas que ficão no alto".* O mestre pintor receberia 90$000 réis. Em relação à alimentação do mestre portuense e aos seus obreiros é dito que "*de comer e de beber a elle mestre reção de relegiozo e aos obreiros que meter na obra o que se costuma dar aos offeciais que trabalham neste convento*". O executante não apresentava fiador, no entanto obrigava a sua pessoa e os seus bens a dar a obra feita e acabada com toda a perfeição "*que a arte pede*", até ao dia 7 de Setembro de 1697. Foram testemunhas desta nota notarial: Custódio da Silva, requerente do Convento; e Jerónimo de Freitas, familiar do tabelião.

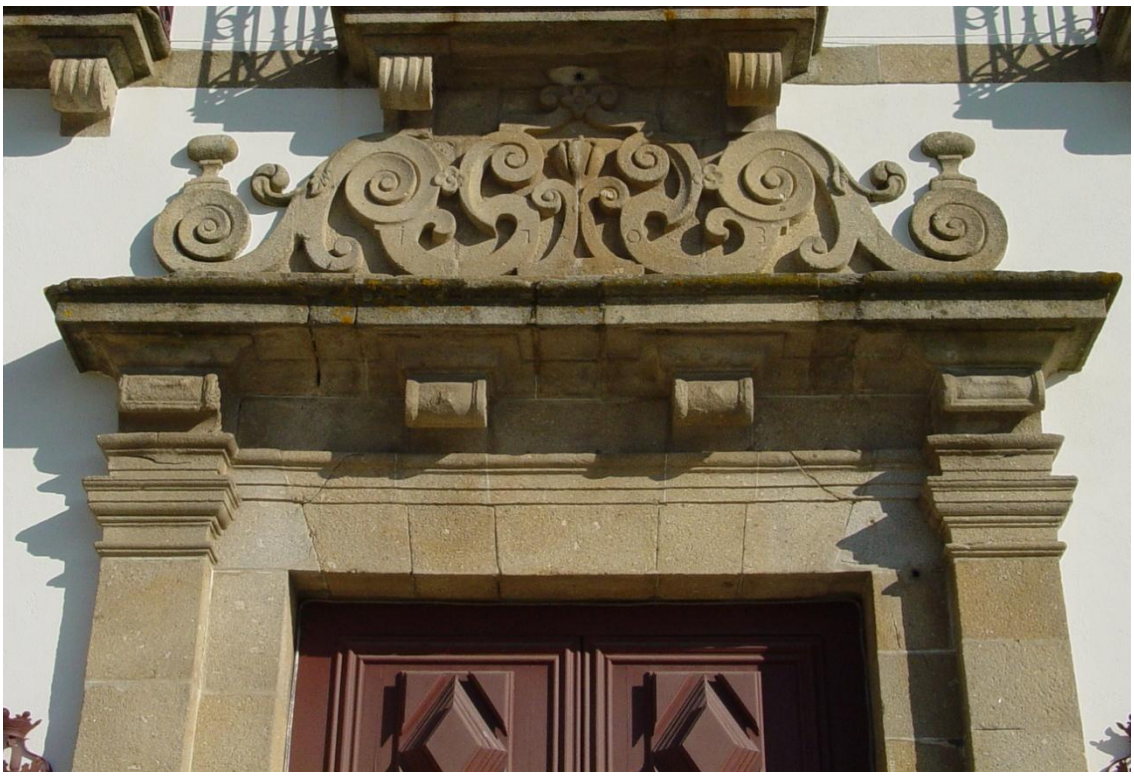


Fig.83 – Portal do Convento da Costa



Fig. 84 – Pormenor do entablamento suportado por quatro mísulas, sobre o qual repousa um frontão profusamente decorado em que se encontra inscrita a data "1703".

Segundo Alfredo Guimarães a portaria, as seis primeiras janelas e o átrio do mosteiro foram construídos entre 1701-1703, no priorado do Padre Frei António Machado por "artistas ou artistas por enquanto desconhecidos"[623]. Através do contrato de obra redigido a 16 de Fevereiro de 1703, na cela do Reverendo Padre Prior Frei António Machado, conseguimos extrair do anonimato os executores dessa empreitada, bem como o autor da planta[624]. Os religiosos contratam com André Machado[625] e António Pinto, mestres de pedraria fina, a obra

[623] GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal. Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930, p.18.

[624] *Vide* documento XIX, vol. II. Referido em primeira mão por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*… . Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp. 116-118.

[625] Trata-se de um mestre pedreiro morador no lugar da Fonte, da freguesia de S. Romão de Arões, termo de Guimarães (atual concelho de Fafe). Em 1705, arremata a construção da nova igreja de S. Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso). Poucos dias após a assinatura desta escritura foi surpreendido com a morte (OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa –, "Nótula sobre a obra de

da hospedaria e portaria do convento, segundo o projecto de António de Andrade. Os mestres comprometiam-se a construir sete janelas "*rasgadas obradas de pedra fina estas por sima no andar do sobrado*", pelo preço de 90$000 réis[626]. Em relação à cornija, friso e à arquitrave é especificado que seriam executadas conforme a traça e pela quantia de 300 réis o palmo. A cornija levaria de cinco em cinco palmos um "*juntouro que tome a parede toda*". Da empreitada constava ainda a construção de quatro janelas no andar térreo com as seguintes dimensões: sete palmos de altura e cinco palmos de largura[627]. Os mestres obrigavam-se a construir o portal[628] e a fronteira segundo a traça. O cliente estipula que a parede da fronteira fosse construída em alvenaria "*bem direita da maneira que reseba cal*". O portal e a fronteira eram pagos à braça. Os artistas obrigavam-se a finalizar a obra até "*dezoito dias do mes de Junho deste prezente anno*" sob pena de perderem 100$000 réis. Os religiosos forneceriam toda a pedra de alvenaria necessária ao estaleiro[629], embora os artistas se obrigassem a cortar e lavrar a pedra.

---

pedraria e talha da igreja de S. Martinho do Campo (1705-1716)", in *Poligrafia*, nºs 7/8, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1998/99, pp. 94-98).

[626]Atualmente no andar superior encontram-se rasgadas dez janelas. Posteriormente em data que desconhecemos foram acrescentadas três janelas. Segundo o Padre Ferreira Caldas estas foram concluídas em 1731 durante o priorado de Frei Diogo de Faro (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 365). Estas últimas janelas não possuem correspondentes no piso inferior. Nesta fachada encontra-se a pedra de armas da ordem de S. Jerónimo edificada no meio das dez janelas.

[627] Ainda pudemos observar estas aberturas no piso térreo. No contrato é mencionado que ficaria pela quantia de 16$000 réis. No documento é referenciado que levaria cada janela "*somente o sope de fora de pedra fina e pellos dois cunhais segundo a trassa*".

[628]Através deste grandioso portal acede-se à Pousada por uma escadaria de dois lanços. Possui um entablamento suportado por quatro mísulas, sobre o qual repousa um frontão profusamente decorado em que se encontra inscrita a data "1703".

[629] No documento é referido "*ao pe da obra*".



Fig. 85 – Frontaria do Convento da Costa



Fig. 86 – Portaria do Convento da Costa



Fig. 87 – Uma das janelas da Portaria do Convento da Costa

A primitiva sacristia da igreja do convento, possivelmente acanhada, foi reconstruída em 1734 para dar lugar a um espaço mais amplo e iluminado[630]. Esta reforma da sacristia foi empreendida no priorado de Frei Crispim da Conceição (1733-36), que mandou pôr a pregão a empreitada da sacristia em dias para isso decretados, por ser "*presizamente nesesaria e conducente para melhor açeo e grandeza della deste dito mosteiro*"[631]. A 6 de Dezembro de

[630]Num relato da crónica manuscrita do Padre Mestre Dr. Fr. Manuel Baptista de Castro pode-se ler: "arruinada a antiga sachristia determinou o Padre Prior Fr. Crespim da Conceição, professo de Belem, fazel-a de novo em 1734, em que a deixou acabada" passando então a ser de " proporcionada grandeza" (OLIVEIRA, Adriano Casimiro de - "Fundação do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, próximo a Guimarães. Extraída da Chronica manuscripta do Padre Mestre Dr. Fr. Manoel Baptista de Castro, por Fr. Adriano Casimiro de Santa Paula Pereira d'Oliveira, Monge de S. Jeronimo, professo no Mosteiro de S. Marcos", in *Revista de Guimarães*, vol. 29, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1912, p.178. Esta versão de Fr. Adriano Oliveira data de 1832, tendo sido copiada em 1895 por Manuel de S. Romão).

[631] *Vide* documento XXIV, vol. II. Documento transcrito em primeira mão por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*… . Sobre este documento veja-se: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII", in sep. *Mínia*, 3ª série, nº5,

1734, na casa do capítulo era assinado o contrato para a execução desta obra. Foram partes intervenientes, como arrematante Alexandre Pinto Ribeiro, mestre ensamblador, morador no lugar de Soutinho, da freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga) e como clientes, o Reverendo Padre Frei Crispim da Conceição, prior do convento e os restantes religiosos da Ordem de S. Jerónimo, convocados para este acto notarial por voz e som de campa tangida.

Através desta escritura notarial temos a notícia documental de que esta obra incluiu o seguinte caderno construtivo: construção de um grupo de arcazes com espaldares de molduras de talha dourada; dois armários parietais com remate também de talha; lajeamento do pavimento; retábulo de talha dourada; colocação de dois espelhos de cristal; novas portas; vidraças; reboco das paredes; azulejo figurativo nas paredes; forro e o tecto de madeira com as quatro virtudes cardeais[632] pintadas nos ângulos, e no meio um tarjão com as armas da Ordem de S. Jerónimo[633].

Braga, ASPA, 1997, pp.167-173; *idem* – "A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)", in *Museu*, nº9, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2000, pp. 99-117; *idem* – "A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)", in 8º Encontro de História Local, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 2000, policopiado.

[632] A justiça, a temperança, a frotaleza e a prudência.

[633]Um autor de setecentos deu notícia, embora resumidamente, desta obra (CAMELO, Francisco Xavier Pereira – "Tratado Histórico, Catálogo dos Priores do Real Mosteiro da Costa", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 22, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1962, p 16).



Fig. 88 – Aspeto geral da sacristia

Este documento constitui uma importante contribuição para o conhecimento do mobiliário vimaranense, pois descreve detalhadamente os apontamentos a seguir pelo artista na construção dos arcazes e dos armários parietais, como veremos de seguida[634].

A sua intervenção abrangia a feitura de dois amituários para a sacristia, que ainda hoje subsistem, cada um deles com 13,5 palmos[635] de altura (2,70m) e de "*largo outo palmos do seu sentro para sima*"[636]. Na parte inferior, até à altura de 3,5 palmos, teriam portas "*com*

[634] Do extenso universo de cerca de duas centenas de contratos de obra que compulsámos do fundo notarial do Arquivo Alfredo Pimenta, é o manuscrito mais extenso, ocupando cinco fólios.

[635] De acordo com A.H. de Oliveira Marques, 1 palmo equivale a 0,20 m (MARQUES, A.H. de Oliveira - ("Pesos e medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol.5, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985, p.68).

[636] De uma forma breve, Robert C. Smith debruça-se sobre estes dois armários: "(...) um curioso par na rica sacristia da igreja que era dos Jerónimos de Santa Marinha da Costa (Guimarães), onde zonas de portas alternam com outras de gavetas, verdadeiras e fingidas, de tamanho diferente. Estes armários, extraordinariamente altos com quatro secções apilaradas, possuem os seus próprios remates dourados de castanho, representativos do fim do estilo nacional, coevos com a data de 1736, aberta nos dois lavatórios de mármore importados do Sul. Aqui, no meio de gordas volutas e "plumas" de acanto, orladas de gomos e cascas vegetais análogos aos dois espaldares dos vizinhos arcazes, ornam os pássaros dos velhos retábulos juntamente com um par de meninos que

soas almofadas em forma de goarda roupa em cujo vão se armarão tres andares de gavetas ao alto". Informa-nos o documento, que cada andar conteria quatro gavetas na largura dos amituários, o que perfaz doze gavetas. Na altura dos ditos 3,5 palmos, para a parte superior, ficaria um vão de 2 palmos de altura " *para acomodar as falizes cojo vão terá huma porta a coal fichará para a parte de sima com soa fechadora e esta porta levará tres dobradiças de descanso e terá soas almofadas com chapas de bronse ou escudos do mesmo bronse todo dourado*"[637]. Na zona superior, os armários teriam um contador de 3,5 palmos de altura, com cinco andares de gavetas ao alto. Cada andar teria sete gavetas, totalizando assim trinta e cinco gavetas de tamanho igual[638]. A mesma escritura menciona que todas as gavetas teriam chapas de latão dourado que ornam os dois amituários e assim como os espelhos de fechaduras com os seus puxadores aplicados aos trinta e cinco compartimentos. Na porção superior do contador até ao friso do armário, se fariam portas semelhantes às debaixo "*tendo todas soas almofadas bem feitas e mulduras ajustadas a escodria com escudos de bronse dourado a duas folhas de ouro sobre as mesmas almofadas*". Igualmente se determinava, que estes dois armários da sacristia seriam feitos por dentro de madeira branca de castanho e as suas gavetas "*de pao de caixom avermelhado*" com a frontaria de pau-preto.

seguram em pleno voo uma "coroa imperial" "(SMITH, Robert C. - *Agostinho Marques "enxambrador da cónega". Elementos para o estudo do mobiliário em Portugal*, Livraria Civilização, 1974, p.29).O mesmo autor afirma que os armários medem 2,71m de altura "(SMITH, Robert C. - *Agostinho Marques "enxambrador da cónega". Elementos para o estudo do mobiliário em Portugal*, Livraria Civilização, 1974,nota 22, 29).

[637] O denominado bronze trata-se das chapas de latão, que segundo Robert C.Smith "constituem a principal ornamentação dos armários e arcazes das sacristias dos séculos XVII e XVIII" (("Os arcazes e armários da sacristia da Sé do Porto", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, vol.32, 1969, p.817).

[638] Cada gaveta teria de alto "*dois coartos e meyo dedo de largo hum palmo menos hum dedo de retiro*".



Fig. 89 – Aspeto de um armário e dos arcazes com pinturas, da sacristia da Igreja do Convento da Costa

Do programa construtivo minuciosamente apresentado, constava ainda a construção de oito arcazes, distribuídos por dois conjuntos de quatro, nos lados norte e sul da sacristia[639]. Cada um deles teria três gavetões e cada gavetão três almofadas. Nas divisórias de cada gavetão seriam colocadas "*humas cruzetas de bronze dourado que terão a largura dos emtrepannos dos mesmos cajxois por onde as gavetas correm e de comprido hum palmo e hum coarto*". Em cada gavetão seriam firmadas as chapas de latão dourado, os espelhos de fechaduras com os seus respectivos puxadores e chaves. Em todas as frentes destes oito caixões, o encomendador recomendava que o artista utilizasse pau-preto maciço. Na parte detrás, encostados aos lados da parede "*serão os sobreditos cajxois sem espaldares nos coais se formarão colunas de coartois feitas de boa talha com seus capiteis corintios sobre os coais descarregara o frizo que tambem ha de ser emtalhado e tudo dourado*". O painel dos

[639] Cada arcaz teria as seguintes dimensões: 5 palmos de altura e 8 palmos de comprimento.

espaldares de cada caixão, ficaria em branco, com a altura de 6 palmos. É também estipulado que cada painel "*tera groçura de taboa e o mais as groçuras nesessarias*"[640].



Fig.90 – Aspeto dos arcazes com pinturas da sacristia

[640] Hoje, ainda podemos admirar estes oito caixões que sustentam os respectivos painéis, retratando algumas passagens da vida de S. Jerónimo. Em relação às telas, o contrato é omisso quando ao seu autor. Segundo Vítor Serrão o seu autor será Manuel Furtado de Mendonça, natural de Barcelos e morador no Porto ("As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio", in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996,p. 106).



Fig. 91 – Interior da sacristia do Convento da Costa

Do lado nascente da sacristia, o artista faria um altar, cujo retábulo "*será feito com todo o primor da arte e bem dourado todo o painel sera pintado a tintas sem ouro*"[641].

[641] Trata-se do altar ainda hoje existente, defronte da porta que dá acesso ao claustro, no qual podemos observar a imagem estofada da Senhora da Piedade com Jesus Cristo nos braços e o retábulo com um painel pintado que retrata o Monte Calvário.



Fig. 92 – Retábulo de talha dourada no lado nascente da sacristia

O mestre colocaria azulejos com "*figuras ao moderno*", em todos os cantos que ficassem livres da parede da sacristia[642]. Nos dois lavatórios, o artista comprometia-se a fazer "*coatro registos de bronze dourado*"[643]. No vão da parede situado entre a porta que "*saj para a cappella major e o primejro lavatorio*", faria estantes com repartimentos com o intuito de se guardarem as alfaias litúrgicas (por exemplo, os missais[644] e as galhetas[645]).

[642] Acerca destes azulejos veja-se: GUIMARÃES, Agostinho – *Azulejos de Guimarães*, 2ªedição, Guimarães, 1997, pp. 114-115.

[643] Atualmente, ainda podemos observar estes dois lavatórios em mármore. No entanto, não nos é possível no estado actual dos nossos conhecimentos, conhecer a data exacta da sua feitura. Apenas podemos avançar que foram feitos em data anterior à celebração do contrato com Alexandre Pinto Ribeiro.

[644] Repartimento revestido de madeira de bom castanho seco e liso.

[645] Compartimento forrado de azulejo.



Fig. 93 – Lavatórios de mármore da sacristia e porta de ligação ao claustro

O mestre obrigava-se a lajear o pavimento da sacristia "*por bayxo em forma de xadres com soa rosa no meyo toda de pedra fina bem labrada e escodada*".

Também colocaria portas novas para o portal de acesso ao claustro, almofadadas por ambos os lados. São especificados muitos pormenores das portas, mencionando por exemplo: as almofadas seriam inteiriças; as portas andariam em "*lemes*" e estes últimos seriam pregados em caixilhos de uma e outra parte das travessas das mesmas portas; os caixilhos seriam chumbados na parede, com parafusos de ferro; a própria fechadura seria pregada com quatro pregos de ferro; as portas seriam "*embandejradas e as bandejras teram duas trancas de ferro como as da portaria principal*", e a porta que vai estar "*queda*" levaria uma tranca de ferro "*e todos os mais ferros que lhe forem nesesarios os coais todos seram dourados*". Da mesma forma, o mestre comprometia-se a fazer a porta de acesso à capela-mor, "*sem demenuição alguma excepto no que respeita a ter embamdejrada por que isso se fará comforme o pedir a altura da dita porta*"[646].

Toda a parede da sacristia seria rebocada de cal fria por ambos os lados. O seu telhado seria todo "*argamaçado e se lhe dará sahida as agoas por dois caheiros compridos que as*

[646] Para todo o conjunto de portas, houve a preocupação por parte do prior, de que o mestre utilizasse para a sua feitura, madeira de castanho seca e lisa.

lançem distantes dos alicerçios e se farão carpas competentes para escurrerem as ditas agoas evitando que com ellas se faça a samchrestia muito umida".

Nas cinco frestas viradas a nascente, o artista colocaria vidraças "*muito firmes e bem feitas*", com redes de arame bastante grossas, no exterior da sacristia.

Seguindo a descrição das obras a realizar, podemos constatar que a intervenção do mestre abrangia também o forro e pintura do tecto da sacristia. Primeiramente, o tecto seria forrado de chumbo. Seguidamente todo o forro seria "*emgeçado ao lizo a manejra de estuque os da melhor sorte que possa ser o que fique mais lustrozo o seu branco a manejra de estuque*". No meio do tecto de madeira de perfil curvo pintado seria gravado um tarjão de madeira com 18 palmos de comprido e de largura proporcionada ao mencionado comprimento, no qual se "*pintaram e abrirão as armas do Patriarcha Sam Hyeronimo e nos cantos do teto florois de cores alegres o dito targão e florois ham de ser levantados de boma talha muito bem dourada e se ham de segurar com parafusos*".

Por fim, colocar-se-iam dois espelhos de bom cristal "*ao moderno*", na proporção das paredes da sacristia, ficando um de cada lado. Estes espelhos seriam comprados[647] e postos no seu devido lugar à custa e risco do mestre.

Neste contrato de obra, o cliente expressa o tipo de ouro a utilizar. Sabemos que todo o ouro a fornecer para toda a obra devia ser daquele que custava 7$500 réis o milheiro[648]. A obra de talha, as trancas e os "*lemes*" das portas, seriam dourados a duas folhas de ouro.

O mestre obrigava-se a realizar esta extensa encomenda, com toda a perfeição e se durante esta, ou até mesmo no fim, houvesse algum defeito, o mestre ficava comprometido em a emendá-la à sua custa. O artista tinha como prazo de execução de toda esta obra, um prazo limite de um ano a iniciar no momento da assinatura deste acto escrito. Se, por ventura não desse a obra acabada no prazo estipulado, seria penalizado, tendo assim direito os religioso, a contratar outros oficiais e mestres para a obra, à custa e risco do mestre e dos seus fiadores.

No que respeita ao pagamento da empreitada, o montante estabelecido de 1600$000 réis, seria saldado pelo encomendador em quatro parcelas iguais de 400$000 réis: no acto da

[647] Estes espelhos custariam vinte moedas de ouro (à razão de cada moeda de ouro a 4$800 réis).

[648]Sobre o preço do milheiro vejam-se os exemplos apresentados por Natália Marinho Ferreira Alves que oscilavam entre os 6$800 e os 7$300 réis (ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da talha no Porto na época barroca - Artistas e clientela. Materiais e técnica*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989, vol.1, 196)

celebração desta escritura, o seguinte passados quatro meses, o terceiro após oito meses e o último logo que desse a obra por finalizada.

Alexandre Pinto Ribeiro apresentou por seus fiadores: Custódio Pinto Ribeiro[649], seu pai, morador no lugar de Rio Mau da freguesia de Santo Estevão de Penso; João Pinto de Queirós seu irmão, morador na rua do Campo da Feira em Barcelos; e Manuel Ferreira Vale Mascarenhas morador na sua Quinta de Maçoulas, da freguesia de Telhado (termo de Barcelos)[650]. A importância desta obra e o envolvimento de uma extensa quantia em dinheiro, justifica a maior prudência por parte dos religiosos na apresentação de três fiadores.

Este mestre ensamblador, especialista em móveis de sacristia, é o único até ao momento cuja carreira em Guimarães está documentada e respetivas obras ainda hoje sobrevivem na sacristia da igreja do convento da Costa.

No mês de Junho de 1751[651], o Reverendo Padre Frei José de Castro, prior do convento da Costa, contrata os mestres pedreiros António Ferreira[652], João da Costa[653], ambos da freguesia de Adaúfe (termo de Braga) e João Ribeiro da freguesia de Travassós (termo de Guimarães)[654] para levarem a cabo a construção do pórtico axial da igreja do convento da Costa e a sua escadaria, por 15$500 cruzados, segundo o risco apresentado pelos religiosos. Ainda hoje a igreja é precedida por um escadório formado por quatro lanços com dois braços, protegidos por uma balaustrada de cantaria conduzindo a um pequeno adro, vedado por um

[649] Trata-se de um mestre de obras de carpintaria e pedraria (A.M.A.P., Nota do tabelião José da Costa, N-838, fls.22v-24.“*Obrigação de obra que fez Giraldo Machado a Costodio Pinto Ribeiro*”. Contrato referido por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa –“A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)”, in *Museu*, nº 9, 4 série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2000, p. 109).

[650] Como testemunhas estavam presentes: Martinho de Vilas Boas Leitão e José da Silva, ambos “*asistentes e familiares neste dito convento*”.

[651] *Vide* documento XX, vol. II. Documento referido por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa –, “Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII”…, pp. 24-25. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, p. 125-127. O contrato foi assinado no convento da Costa. Devido ao mau estado de conservação deste manuscrito notarial, não nos foi possível durante a sua leitura e análise paleográfica, identificar o dia exacto da sua redacção. O exame dos instrumentos notariais que precedem e seguem o contrato em referência na nota do tabelião sugerem que aquele foi lavrado entre 16 e 21 de Junho do referido ano.

[652] Residente no lugar do Vale.

[653] Morador no lugar da Arca.

[654] Atualmente S. Tomé de Travassós pertence ao concelho de Fafe.

muro de alvenaria. Ao centro deste, uma escada de perfil recortado aberto em leque dá acesso à igreja.



Fig. 94 – Igreja e escadaria da Igreja da Costa



Fig. 95 – Igreja e escadaria da Igreja da Costa

Os mestres comprometiam-se a finalizar a obra no mais breve espaço de tempo, para evitar que a igreja estivesse "*muito tempo aberta e ser prejuizo da comunidade*". Para segurança da instituição conventual, os mestres pedreiros apresentavam como seus fiadores: Francisco Ferreira, lavrador, morador no lugar da Quinta, freguesia de São Martinho de Sande (termo de Guimarães); José Ribeiro, lavrador, morador no lugar do Castanheiro, freguesia de Travassós; e João Ferreira, lavrador, morador na freguesia de São Vicente de Paços (termo de Guimarães). Como testemunhas deste acto escrito, encontramos o Padre João Luís de Abreu da vila de Guimarães e Manuel de Sousa, requerente do convento.

Através do documento, temos conhecimento de que além da mesma proveniência geográfica que ligava os dois mestres bracarenses, existia uma afinidade familiar entre ambos: João da Costa era tio de António Ferreira[655]. Dois meses depois iremos reencontrar estes dois mestres pedreiros a executarem uma obra na Casa e Quinta da Tojeira, da freguesia da Faia (concelho de Cabeceiras de Basto)[656]. Nesse último contrato, o mestre pedreiro João Ribeiro surge como o fiador apresentado pelo tio e sobrinho[657].



Fig. 96 – Postal ilustrado da Igreja do Convento da Costa. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)

[655] No mesmo ano a 1 de Janeiro, ambos contrataram a obra de pedraria da igreja do Hospício de Santo António em Braga (ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras. Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994, pp. 44-45). Na mesma obra, o autor menciona outros documentos notariais do Arquivo Distrital de Braga onde surgem obras executadas por estes pedreiros.

[656] OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa –, "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII"…, pp. 25-26.

[657] A obra foi arrematada pelos mestres bracarenses por 1600$000 réis.

A 31 de Janeiro de 1778, Dom Francisco António Solha, mestre organeiro, morador na vila de Guimarães compromete-se a construir um orgão de tubos no coro de cima, lateralmente, encostado à parede do lado esquerdo da igreja do convento[658]. Através do contrato notarial temos conhecimento que o orgão custou 3500 cruzados, mais 20$000 réis pela ferragem pagos em três prestações iguais: a primeira no início da obra, a segunda no meio e a terceira no fim da empreitada[659]. Os tubos de estanho do órgão anterior seriam descontados ao preço estabelecido[660]. Os religiosos comprometiam-se a fornecer toda a madeira necessária "*serrada conforme a medida e vitolla que elle dito Dom Francisco lhe pedir*", bem como de beber e de comer ao organeiro e seus oficiais. Pelos pormenores dos apontamentos ficamos a saber que o instrumento tinha dois teclados, 2200 tubos e quatro jogo de foles. Interessante é a descrição dos registos originais, quer do órgão principal, quer do de eco[661]. Se o organeiro não finalizasse a obra "*por algum incidente*", seria avaliado tudo o que já estivesse feito no órgão e o que faltasse seria retirado da quantia estabelecida.

[658] Ao longo do século XIX, o instrumento foi alvo de profundas alterações que o reduziram a um só teclado. Na década de oitenta do século XX, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procede a um restauro, sendo então desmantelado o órgão, estado em que ainda hoje permanece com os seus elementos interiores dispersos no coro alto. (Sobre essas intervenções vide SANTOS, Manuela de Alcântara – *Órgãos de tubos em Guimarães*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1995, p.16).

[659] *Vide* documento XXX, vol. II. Documento mencionado por JORDAN, W. D. – "Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. 34, 1984, pp. 127-130. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - *obra cit.*, pp. 127-129. Testemunharam este acto João Alves Galé, pintor, e António Ferreira, familiar do mosteiro.

[660] È estabelecido que cada arrátel de estanho do órgão velho valeria 70 réis.

[661] Vejam-se os apontamentos do órgão transcritos pelo tabelião: *"apontamentos para o orgão do Rial Mosteiro de Santa Marinha da Costa: mão esquerda e direita: registos de vozes: flautado de doze; flautado de doze, oitava real, unizonos, tapadilho, duzena, quinzena, dezanovena vintedozena, cimbala, rezimbala, nazardos, flautado de doze, flauta trabeça, flauta napolitana, oitava real, duzena, quinzena dezanovena, vintedozena, simbala, rezimbala, voz humana armonica, corneta rial, bélico, trombeta rial, baixanzilho, dulcaina, trombeta real, voz humana belica, obue, clarim. Segundo teclado dentro nos ceos, violão, oitava rial, vintena, dozena, dez e setena, vinte e duzena, flautado de doze, oitava real, pifano nazarte, quinzena e dezanovena 2, vinte dozena tres corneta ingleza sinco, bellico, dozaina, clarim. Registo para fazer os claros: fora dos ecos para dar corpo rabecão, violan, flautim: levara tambores em do la sol ré, com o lamire levara quatro folles de des palmos de comprido e sinco de largo. E bem a levar o orgão na forma destes apontamentos duas mil duzentas e dezaseis vozes fora os tambores que com este faz duas mil duzentas e vinte sera de oitava larga na mão esquerda e na direita chegara a la mi re".*



Fig. 97 – Órgão da Igreja da Costa



Fig. 98 – Coro alto e órgão da Igreja da Costa

No ano seguinte, os mestres entalhadores vimaranenses José António da Cunha e Manuel Joaquim Proença comprometem-se a construir a caixa do orgão de tubos destinada a albergar o conjunto organológico, este último formado pelos foles, sistema mecânico e tubaria[662]. Os mestres obrigavam-se a utilizar na obra madeira de castanho "*boa liza e sem podridão nem carnas*". Os mestres receberiam pelo seu trabalho 150$000 réis. O pagamento seria efectuado em três prestações: uma no princípio da obra, outra no "*tempo do desbaste da mesma obra*" e a terceira depois da obra assentada e posta no lugar. A obra seria revista por mestres peritos na arte. Os artistas obrigaram-se a dar a empreitada finda num prazo de um ano. Os artistas apresentavam como seus fiadores e principais pagadores: Domingos Gomes Salgado, mestre carpinteiro, e Vicente José de Carvalho, mestre pedreiro. O desenho da caixa, balaustrada e mísulas está atribuído a Frei José de Santo António Vilaça[663], embora nenhum suporte documental apareceu que nos permita adiantar alguma informação. A caixa ostenta uma grande variedade de elementos decorativos em talha dourada. No remate encontram-se quatro anjos músicos pintados de branco e na base dois sátiros-atlantes.

A 19 de Dezembro de 1779, Manuel Francisco Esteves, ourives, morador em Guimarães, o tabelião José Hipólito Raposo, o fiador e as testemunhas[664], deslocaram-se ao convento da Costa, para concretizar um contrato de obra com o Padre Frei Jerónimo do Nascimento, abade do Convento da Costa[665]. Segundo a nota notarial, o ourives obrigava-se a executar quatro lâmpadas de prata com cerca de 35 marcos de peso cada uma[666]. O preço do feitio ficou estabelecido em 1$200 réis, o marco. Estas quatro lâmpadas obedeceriam a um risco fornecido pelo encomendador, cujo autor no documento não é explicitado. As lâmpadas seriam feitos com a prata proveniente de "*alampadas velhas que elles [religiosos] tinhão na sua igreja*", cujo desenho, possivelmente, já antiquado não servia aos novos gostos dos

[662] *Vide* documento XXVI, vol. II. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de – *obra cit.,* pp. 129-130.

[663] JORDAN, W. D. – *obra cit.,* p. 130.

[664] Manuel de Araújo e Jacinto Teixeira, familiares do convento.

[665] *Vide* documento XXIX, vol. II. Manuscristo transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - "A ourivesaria vimaranense através de contratos de obra firmados nas notas notariais (1771-1779)", in *IV Congresso Histórico de Guimarães: Do Absolutismo ao Liberalismo,* Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.5, pp. 257-258.

[666] No total estas quatro lâmpadas tinham cerca de 140 marcos, isto é, 32,2 quilos de prata (De acordo com A.H. de Oliveira Marques, 1 marco equivale a 0,230 Kg. (MARQUES, A.H. de Oliveira - "Pesos e medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol.5, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985,p. 71).

religiosos. Desta forma, o encomendador entregara ao executante, as referidas lâmpadas que depois de fundidas pesaram 62 marcos, 5 onças e 6 oitavas. Durante a celebração deste contrato, os religiosos deram-lhe mais duas lâmpadas, cuja prata depois de derretida seria acrescentada às já entregues. Cada lâmpada teria de ser executada num prazo de três meses "*mais dia menos dia*", o que perfaz um total de doze meses. O ourives apresentou como seu fiador Bento Pereira Pinto, mercador, morador em Guimarães.

A 15 de Fevereiro de 1780, na rua de Santa Maria, casas de João de Melo Sampaio, é celebrada a escritura notarial da feitura de um retábulo com tribuna de talha[667]. A obra foi arrematada pelo mestre entalhador vimaranense José António da Cunha, pela soma de 120$000 réis[668]. Por parte do encomendador encontrava-se presente o Reverendo Padre Manuel da Graça, monge da congregação de São Jerónimo do Convento da Costa. Numa das cláusulas do contrato é estipulado que o mestre utilizasse na empreitada apenas madeira de castanho "*boa e são e sem podridão ou carnas*". A obra deveria ter o seu fim até ao dia de S. João do referido ano. O artista comprometia-se igualmente a fazer os "*caixoens (...) para meter e empallear todas as peças da dita tribuna e numera las por ordem a que não aja engano na postura e asentamento della em seus lugares respectivos*"[669]. Para maior garantia do encomendador o artista apresentava como seu fiador e principal pagador Vicente de Carvalho, mestre canteiro**,** morador em Guimarães. Este pedreiro não se encontrava presente durante a celebração desta nota notarial. Por esse motivo era representado pelo seu procurador Miguel José Cosme, pintor, morador em Guimarães.

Quatro anos após a assinatura da precedente escritura é celebrada um novo contrato com José da Cunha[670]. Neste documento este entalhador obriga-se a executar as cadeiras e respectivos espaldares em madeira de castanho "*bom sem podridam*" do coro alto da igreja, e

---

[667] *Vide* doc. XXVI, vol. II. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - *obra cit.*, pp.132-133. Testemunharam este acto escrito os carpinteiros vimaranenses Manuel António e Francisco de Macedo.

[668] Esta quantia seria paga em 30 moedas de ouro, repartidas em três pagamentos iguais: na feitura desta escritura; no meio e no fim da empreitada.

[669] Para estes caixões o encomendador forneceria toda a madeira necessária.

[670] *Vide* doc. XXVII, vol. II. Contrato datado de 16 de Novembro de 1784. Foram testemunhas presentes Tomás António Gonçalves e Manuel de Araújo, familiares do convento. Contrato referido por: BRAGA, Alberto Vieira – "Os Votos de Santiago. Artes e artistas", in *Curiosidades de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol. 3, 1993, p.207; BASTOS, Celina – "Mobiliário", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, p.159. Documento publicado na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - *obra cit.*, pp. 133-134.

a estante do coro em pau-preto "*bom com huma ferraje de latam*"[671], segundo o risco de Carlos Luís Ferreira da Cruz, arquitecto, da cidade de Braga. No contrato é feita referência a um anterior risco desenhado por Carlos Luís Amarante. A obra teria de ser executada até ao mês de Junho e assentada no local durante o mês de Agosto do ano seguinte, pelo preço de 540$000 réis, pagos em três prestações iguais[672]. Para inteira satisfação da empreitada e cumprimento de todas as cláusulas, o mestre apresentou como seus fiadores e principais pagadores Vicente José de Carvalho, mestre canteiro, e António Francisco de Macedo, mestre carpinteiro, ambos da vila de Guimarães.

Ao longo de três séculos assistimos ao evoluir de um importante convento masculino vimaranense. Hoje, os seus espaços dão vida a outras vidas, têm outras funções[673], mas, o espírito do lugar ali permanece, protegido por um extenso parque, muito arborizado, parte da antiga cerca do convento, apresentado várias espécies botânicas[674].

[671] Segundo Celina Bastos, técnica superior do Museu de Arte Antiga, actualmente esta estante encontra-se no acervo do Museu de Alberto Sampaio (BASTOS, Celina – *obra cit.*, p.159.). Possui no Museu o seguinte número de Inventário: M-70. Tem as seguintes dimensões: alt. 265 cm; larg. 118,5 cm. Em Novembro de 1997, foi alvo de um restauro pelos técnicos do Instituto José Figueiredo.

[672]O primeiro pagamento durante o início da sua execução, o segundo no inicio do seu asento e o último "posta e completa e acabada".

[673] Transformaram-se as funções, modificaram-se e laicizaram-se os espaços, mas permanecem no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta os documentos que nos ajudam a compreender e a contar vivências de outros tempos desta Pousada e Igreja Paroquial, outrora Real Convento de Santa Marinha da Costa.

[674] Em 1992, foi efetuado a identificação das árvores e arbustos da cerca do convento (FERNANDES, Manuel José S. Miranda; SILVA, Helena Cristina de S. S. Leite da – "O ambiente vegetal da cerca de Santa Marinha da Costa", in *Gil Vicente*, nº 28, Guimarães, Gabinete de Imprensa, 1993, pp.63-70).

1.2.5. Convento de Santa Clara

Sabemos que foi o cónego da Colegiada de Guimarães Baltazar de Andrade o fundador desta instituição monástica feminina, na 1.ª metade do séc. XVI. Informa-nos Frei Fernando da Soledade que aquele construiu o edifício conventual " umas casas e hortas que possuía no lugar aonde está o Convento, achou nesta conveniência a de um agradável sítio e muito proporcionado para o cómodo e vivência religiosa. Fica este dentro da vila", não muito longe do convento masculino franciscano, se comunicando através da «rua chamada de Santa Maria"[675]. A primeira pedra foi lançada em 1549[676] e a bula de erecção foi conseguida a 11 de Outubro de 1559[677], ficando o padroado nas mãos do cónego Baltazar de Andrade e sua descendência[678].

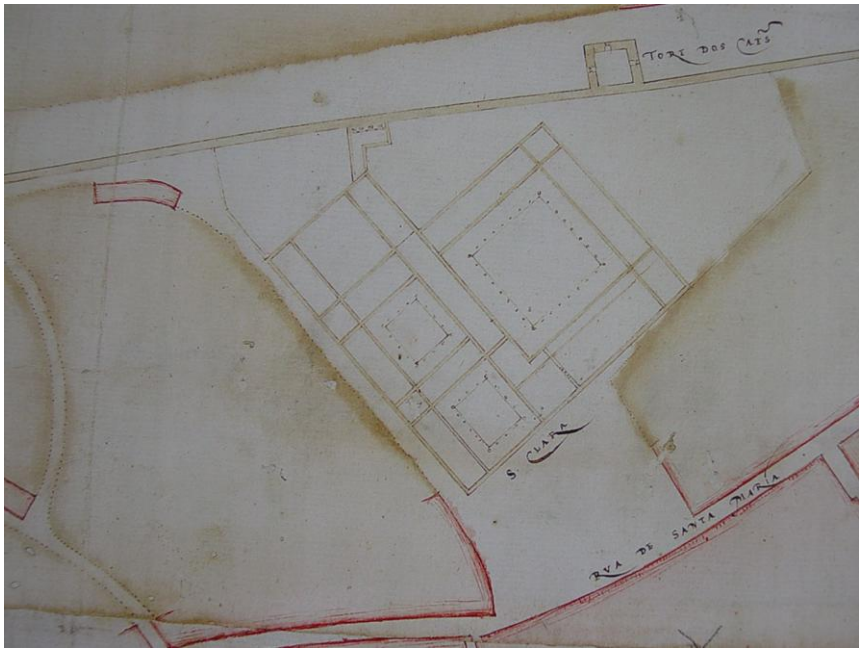


Fig. 99 – Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*".

675 SOLEDADE, Frei Fernando da – *História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Oficina de Manuel José Lopes Ferreira. Tomo 4, 1709, p.699.

676 *Idem, ibidem,* p.700; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 145.

677 SOLEDADE, Frei Fernando da – *obra cit.*, p.701; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 9, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1892, pp. 188-189.

678 SOLEDADE, Frei Fernando da – *obra cit.*, p.701; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira –" Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 10, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1893, p.10.



Fig.100 – Vista aérea do Convento de Santa Clara (C.M.G- 2001)

A entrada das religiosas no convento deu-se a 12 de Agosto de 1562, sendo a primeira e a segunda abadessas, respectivamente Helena da Cruz e Francisca da Conceição, filhas do fundador[679].

Em 1726, Francisco Craesbeek, na sua descrição da igreja de Santa Clara, informa que na capela-mor fronteira à porta que dava acesso à sacristia, da parte do Evangelho, se encontrava o túmulo do seu instituidor Baltazar Andrade[680]. Nos finais do século XIX, esta urna com os ossos do instituidor do Convento de Santa Clara, encontrava-se ainda no local mencionado por Craesbeek[681]. Esta urna, oferecida pela Câmara Municipal de Guimarães, em 1956, à Sociedade Martins Sarmento, encontra-se hoje exposta no antigo claustro do Convento de S. Domingos, integrado no museu arqueológico da Sociedade Martins

[679] SOLEDADE, Frei Fernando da – *obra cit.*, p.702; CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, pp. 145-146; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira –"Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 10, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1893, p.28.

[680] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 147.

[681] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 326

Sarmento[682]. Ainda hoje se conserva na fachada principal construída, em 1741, o brasão dos Andrades na coluna que separa o corpo central da ala direita[683].



Fig. 101 – Urna usuária de Baltasar de Andrade existente na Sociedade Martins Sarmento

O convento foi extinto pela lei de 1834, passando este imóvel para as mãos do Estado, em 1891, quando morre a última religiosa Antónia Amália da Ascensão[684], sendo o

[682] CARDOSO, Mário –"Museu", in Revista de Guimarães, vol. 66, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1956, p. 592. Esta urna contém a seguinte inscrição: *"Aqui estão os ossos de Baltazar de Andrade instituidor deste Mosteiro e de seus filhos Francisco de Andrade, Torcato Peres de Andrade e Isidro de Andrade próprios padroeiros dele. É instituidor desta Capela Gonçalo de Faria de Andrade que a mandou recolher"* (Leitura de CARDOSO, Mário – *Catálogo do Museu de Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e de escultura antiga*, 3ª ed. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1985, p. 126).

[683]NÓBREGA, Artur Vaz Osório da – *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, vol. 7, tomo 1, Braga, Assembleia distrital de Braga, 1981, pp. 111-115.

[684] GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira –"Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 10, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1893, p.28. A 2 de Dezembro desse ano, António Martins

último capelão do convento José de Oliveira Guimarães[685]. As clarissas vimaranenses eram exímias no fabrico de doces, o que ao longo de várias décadas lhes granjeou fama. Na exposição industrial de 1884, realizada em Guimarães, estiveram a concurso doces fabricados pelas duas últimas abadessas do convento de Santa Clara: doce de colondro, de laranja, de pêra, marmelada e toucinho-do-céu[686].

Por decreto de 19 de Agosto de 1893, o edifício conventual é cedido à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira que aí instala o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira[687] (Oliveira e Fernandes). A 27 de Agosto de 1893, iniciam-se as obras de adaptação do convento a estabelecimento de ensino[688] que prefiguram as diversas mutações que o edifício irá sofrer ao longo do século XX. A 16 de Setembro de 1896, um novo decreto transforma o Seminário em Liceu Nacional[689]. Na década de 50, o liceu muda de instalações. A 28 de Maio de 1968, as antigas dependências conventuais de Santa Clara sofrem mais uma reutilização, quando os principais serviços da Câmara Municipal foram para aí transferidos, após terem sido, cedidos à autarquia, pelo Estado[690]. Em 1973, no local correspondente à igreja do

---

Ferreira, conservador de 2ª classe de obras, desenha um conjunto de plantas do extinto convento: planta do pavimento térreo (escala 1/100); planta do 1º andar (escala 1/100); planta do 2º andar (escala 1/100); planta geral (1/500); e planta das sobrelojas (1/100). Estas peças desenhadas existentes no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em bom estado de conservação, são um precioso instrumento de pesquisa que nos permitem apreender as diversas modificações que este imóvel sofreu desde a sua extinção até aos nossos dias. Estas plantas quase desconhecidas dos investigadores representam também a cartografia mais antiga deste edifício. Publicadas por FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 5, Guimarães Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2004, pp. 11-179.

[685] FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 5, Guimarães Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2004, p. 15.

[686] RELATÓRIO DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE GUIMARÃES EM 1884. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1884, p. 117 [Ed. Fac-similada. Guimarães: Muralha: Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991]. Sobre a confecção de doces veja-se: GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 9 Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1892, pp.200-204; BRAGA, Alberto Vieira – "Os doces de Santa Clara", in *Gil Vicente*, Guimarães, vol. 3, 1927, pp. 113-118; FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, pp. 62-63.

[687] FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, p. 15.

[688] BELLINO, Albano – *Archeologia Christã*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1900, p.177.

[689] *Idem, ibidem*, p.177.

[690] *Catálogo da exposição Mariano Felgueiras: o político vimaranense e a cidade*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 83.

convento, é instalado o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta[691] transferido, em Junho de 2003, para a Casa dos Navarro de Andrade. Nesta altura, provisoriamente, o antigo templo serve de sede da Policia Municipal. Por fim, em 2009, esta antiga dependência conventual é readaptado, segundo projecto do arquiteto Miguel Melo, a Balcão de Atendimento Único, no âmbito do Programa Simplex Autárquico.



Fig. 102 - Postal do Claustro do Convento de Santa Clara. Edição do grupo de propaganda "Por Guimarães", impresso Tipografia Minerva Vimaranense.

No ano de 1924, toda a obra de talha existente na igreja deste convento, foi deslocada do seu primitivo local quando a Comissão Central da Execução da Lei da Separação resolveu vender em hasta pública todo o espólio da igreja[692]. O templo foi então esvaziado e secularizado, dispersando-se muitos dos seus bens e perdendo-se a unidade de toda a talha aí

[691] OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 129.

[692] Sobre esta questão veja-se: BRAGA, Alberto Vieira – "Boletim", in *Revista de Guimarães*, vol. 34, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1924, pp. 167-181; ALMEIDA, Jerónimo de – "Uma capela-mor (século XVII)", in *Ilustração Moderna*, vol. 6, Porto, 1926, p.146; SANTOS, Manuela de Alcântara – "Para uma biografia do mestre escultor e entalhador Ambrósio Coelho", in *Mínia*, 3ª série, vol. 3, Braga, ASPA, 1995, p.p.145.

existente. Nessa altura, um grupo de vimaranenses conseguiu ainda adquirir as ilhargas da capela-mor e o retábulo-mor - executados por Ambrósio Coelho e por Manuel Gomes de Andrade - que cedeu à Comissão de Melhoramentos da Penha para o seu novo santuário em construção. Atualmente, desse grandioso retábulo-mor apenas nos restam duas fotografias anteriores a 1924, no Arquivo fotográfico do Museu de Alberto Sampaio[693], que aqui apresentamos pois esse altar-mor desapareceu num incêndio ocorrido a 13 de Fevereiro de 1939, quando se encontrava recolhido na Penha para integrar o santuário em construção[694]. Algumas dos bens móveis a que se atribuiu maior valor artístico foram entregues à Sociedade Martins Sarmento com o propósito de integrarem um futuro museu de arte sacra. Foram elas: 56 azulejos[695]; dois baixos representando o "Baptismo de Cristo"[696] e a "Sagrada Família"[697], que se encontravam colocados respectivamente de cada lado do arco cruzeiro da igreja; o grupo escultórico designado de "Fuga para o Egipto"[698]; um par de anjos-tocheiros que foram executados por Ambrósio Coelho e Manuel Gomes de Andrade; e seis pinturas a óleo sobre tela, da autoria de Manuel Gomes de Andrade[699]. Os restantes bens foram arrematados e acabaram dispersos nas mãos de particulares. Todas estas peças entregues à Sociedade Martins Sarmento, deram entrada em 1937[700], no acervo do Museu de Alberto Sampaio,

[693] Acerca do autor desses dois importantes registos fotográficos, apenas podemos referir que presumivelmente tratar-se-á de Domingos Machado da cidade de Guimarães, já que uma dessas fotos foi publicada por Alberto Pereira de Almeida com essa indicação na legenda (*Portugal Artístico e Monumental*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, s/d, p. 597) .

[694] Sobre este incêndio veja-se a título de exemplo: CARDOSO, António – "O Santuário da Penha e a sua Arquitectura" in *Santuário de Nossa Senhora da Penha: Simpósio Mariológico*, Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nossa Senhora da Penha, 1994, p.152; MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – "A obra do arquitecto Marques da Silva em Guimarães", in *Mínia*, 3ª série, vol.2, Braga, ASPA, 1994, pp.149-150. Este acontecimento trágico foi noticiado na época em vários periódicos de Guimarães, veja-se a título de exemplo: Notícias de Guimarães e o Comércio de Guimarães.

[695] Em 1953, esses azulejos encontravam-se expostos no claustro do Museu de Alberto Sampaio (GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães, Guia de Turismo*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2ª ed., 1953, p.116).

[696] M.A.S., n.º de inventário E 10.

[697] M.A.S., n.º de inventário E 9.

[698] M.A.S., n.º de inventário E 13.

[699] M.A.S., n.º de inventário P 14. Do conjunto apenas existem actualmente cinco telas.

[700] A.M.A.S., Livro correspondência manuscrito n.º 3, ofício n.º 124, de 19 de Outubro de 1937. No entanto, o grupo escultórico da "Fuga para o Egipto", bem como os dois baixos-relevos em madeira de castanho, estofados e policromados já tinham ingressado no acervo do Museu em 1934, data em que aparecem inscritos no inventário do Museu pela mão de Alfredo Guimarães (A.M.A.S., Inventário do Museu Regional de Alberto Sampaio (Guimarães), de 13 de Março de 1934). No seu acervo museológico o M.A.S. possui uma moldura de

entretanto criado em 1928[701], no qual o seu primeiro director, o Sr. Alfredo Guimarães tentou reconstituir o espaço sacro da igreja de Santa Clara[702]. A 12 de Fevereiro de 1935, Alfredo Guimarães tinha já adquirido por verba atribuída pelo Ministério da Instrução Pública[703], os revestimentos parietais da capela-mor. Essa aquisição pelo Museu de Alberto Sampaio possibilitou que pelo menos as ilhargas da capela-mor fossem poupadas no incêndio de 1939[704]. Para encerrarmos o ciclo aqui brevemente apresentado, apenas falta referir o

madeira de castanho em talha dourada proveniente do centro do coro superior da igreja de Santa Clara, que se aproxima estilisticamente com a restante talha da igreja (GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário artístico português...*, p.107). Posteriormente foi colocada neste caixilho de talha dourada uma pintura a óleo sobre madeira de castanho representando Nossa Senhora do Pópulo. Esta moldura exposta na sala de escultura (nº inv. E 153) possui as seguintes dimensões: alt. 87,5 cm; larg. 78,5 cm.

[701] Decreto-Lei n.º 15209 de 17 de Março de 1928. No entanto, o Museu apenas abriu as suas portas ao público a 1 de Agosto de 1931, com a exposição ao público de 252 peças: " *47 em oiro; 86 em prata; 1 em cobre; 1 em ferro; 1 em alabastro; 9 em calcário; 6 em granito; 1 em madreperola; 31 em madeira entalhada; 33 quadros; 10 bordados; e 26 tecidos, de origem portuguesa, hespanhola, franceza, italiana, indiana, do seculo XII ao XIX*". (A.M.A.S., Mapa manuscrito enviado à Direcção Geral de Estatística relativo ao ano de 1931, datado de 25 de Janeiro de 1932).

[702] O projecto da instalação da talha de Santa Clara numa sala com essa denominação demorou vários anos a concretizar-se, apesar das constantes insistências do primeiro director do Museu. Por exemplo, num ofício de 1941, enviado ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Alfredo Guimarães afirmava: " *Em Janeiro de 1938 – há mais de tres anos – ficaram interrompidas neste Museu, as obras de restauro e organização da sala que contem as talhas do extinto convento de Santa Clara, e se destinava igulamente à instalação de numerosos exemplares de sedas orientais e eurupeas*" (A.M.A.S., Livro correspondência manuscrito n.º 5, ofício n.º 61, de 30 de Setembro de 1941). Nesse mesmo ofício, insistia para que o Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes intercedesse junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para a conclusão dos trabalhos na referida sala.

[703] A.M.A.S., factura/ recibo no valor de 3000$00 assinado por Manuel Pereira, tesoureiro da Comissão de Melhoramentos da Penha, de 12 de Fevereiro de 1935. A 2 de Fevereiro de 1935, Alfredo Guimarães envia um documento em triplicado ao Director dos Serviços da 10ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública para a concessão de 3000$00 para a aquisição "*de um grupo de talhas policromadas que revestiam as laterais da antiga capela-mor do Convento de Santa Clara de Guimarães*" (A.M.A.S., Livro correspondência manuscrito n.º 1, ofício n.º 199, de 2 de Fevereiro de 1935).

[704] Em 1951-52, toda essa talha existente na denominada sala de Santa Clara do Museu de Alberto Sampaio, foi alvo de uma intervenção de conservação e restauro, executada por António Alves, com oficina na rua de S. Marcos, da cidade de Braga Na execução desses trabalhos, o artista comprometia-se a efectuar pelo preço de 10000$00 o "*douramento a ouro fino mordente, ouro de 22 Kilates, de tôda a talha nova existente nas duas paredes, levando uma patine para lhe dar um tom antigo e assim ficar a condizer com o que existe. Será também retocado a ouro fino mordente, ouro de 22 Kilates, tôdas as partes caídas do douramento velho, já existente, retoques êstes que levarão também uma patine nas mesmas condições da anterior*" (A.M.A.S., orçamento

paradeiro dos altares laterais dourados e pintados por António Luís e Luís Lopes Pimenta. Após várias visitas realizadas ao património edificado de Guimarães, e segundo indicação de Araújo Abreu e de Álvaro Fonseca[705] pudemos redescobrir esses dois altares que se encontram no interior da igreja do antigo convento da Madre Deus de Guimarães, onde funciona desde 1918, o Centro Juvenil de S. José[706].



Fig. 103 – Altar lateral deslocado da Igreja de Santa Clara (José Luís Braga)

enviado por António Alves em 30 de Julho de 1951). A intervenção de António Alves abrangeu ainda a pintura em três cores, a duas mãos da sala e caiar as paredes pelo preço de 4000$00 (A.M.A.S., factura/ recibo da firma António Alves, Suc. (Filho) endereçada à Câmara Municipal de Guimarães, de 29 de Março de 1952). Na reunião de 2 de Fevereiro de 1952, a Câmara de Guimarães deliberou em reunião ordinária atribuir o subsídio de 7000$00 para o restauro das talhas (A.M.A.S., ofício n.º 177 – S, enviado pelo Presidente da Câmara de Guimarães, Dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha, de 7 de Fevereiro de 1952) em resposta ao pedido solicitado por Alfredo Guimarães (A.M.A.S., Livro correspondência manuscrito n.º 7, ofício n.º 166, de 2 de Fevereiro de 1952). Por fim, em 1996, técnicos da Divisão de Escultura do Instituto de José de Figueiredo que se deslocaram ao Museu realizam a última intervenção de conservação e restauro da talha de Santa Clara.

[705] *História breve das oficinas de S. José de Guimarães*, Guimarães, Oficinas de S. José, 1989, p. 37. De acordo com os mesmos autores estes altares foram oferecidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, em 1943 *(obra cit.*, p. 37)

[706] Informação dada em primeira mão por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.*, p.131.



Fig.104 – Altar lateral deslocado da Igreja de Santa Clara (José Luís Braga)

Este edifício de grande escala e criador de um novo terreiro (atual largo Cónego José Maria Gomes) possui uma frontaria principal majestosa, virada a Oeste, bastante decorada, do qual a praça proporciona a distância necessária à leitura cenográfica desta fachada barroca de falsa simetria. No extremo direito correspondendo ao pano da antiga nave do templo, mais baixo, encontra-se o portal de acesso à primitiva igreja, rematado por um frontão curvo, enquadrado por pilastras jónicas dominadas por pináculos, interrompido por um janelão em arco abatido, com remate em cornija encimada por pináculos e cruz partida. O outro pano, mais alto e longo, encontra-se dividido em três corpos, por pilastras sobrepostas, nos extremos coroadas por altos pináculos coroados por elemento fitomórfico. No pano central, observa-se o portal de entrada, em arco abatido, com a pedra de armas da Ordem, enquadrado por guerreiros e composição de cabeças humanas e conchas, e ao centro a figura da padroeira, num nicho, ladeada por pilastras cariátides, de ordem jónica encimadas por anjos que suportam o remate em cornija destacada nos extremos. Abaixo desta surge uma cartela com a data de 1741 amparada por anjos.



Fig. 105 – Fachada do Convento de Santa Clara (2008)

De seguida, vejamos os contratos de obra redigidos pelo tabelião Manuel Pereira da Silva, que encontramos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta que se inserem numa profunda transformação e renovação arquitectónica do interior deste espaço conventual, levada a cabo entre 1731-1739. Nessa fase de grande surto construtivo, intervieram mestres oriundos de Leça do Balio, Moreira da Maia e de Guimarães, constituindo as obras o resultado conjunto do labor de mestres pedreiros, carpinteiros, entalhadores e pintores.

Quadro XXIII
Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Clara (1731-1739)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1731, Fev. 8	Obra de pedraria da Capela-mor	660$000 réis	Manuel Luís / Manuel da Costa	Manuel Luís, mestre de pedraria / Manuel da Costa mestre pedreiro	Manuel Luís morador no lugar da Ponte de Moreira, da freguesia de Leça do Balio e Manuel da Costa morador	*Vide* doc. XXXI, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					em Laúfe, freguesia de Moreira da Maia	
1731, Fev. 13	Feitura de um retábulo, tribuna e dois anjos tocheiros para a igreja	600$000 réis	Ambrósio Coelho	Escultor e entalhador	Morador no lugar de Hurinhais da freguesia de Santa Cristina de Serzedelo (concelho Guimarães)	*Vide* doc. XXXIII, vol. II
1731, Fev. 13	Obra de carpintaria da igreja, sacristia e capela-mor Esta obra incluía "*hum emadeiramento de paus altos para encostar o retábulo*". A este artista competia, portanto, preparar a capela-mor para receber nas suas paredes a obra de entalhe executada por Ambrósio Coelho	300$000 réis	Jerónimo Lopes Mesquita	Carpinteiro	Morador na rua das Molianas (Guimarães)	*Vide* doc. XXXII, vol. II
1733, Jan. 13	Manuel Gomes de Andrade: douramento e pintura do retábulo Capela-mor / Ambrósio Coelho: a talha das ilhargas da capela-mor	Manuel Gomes de Andrade: 1250$000 réis Ambrósio Coelho: 180$000 réis	Manuel Gomes de Andrade e Ambrósio Coelho	Manuel Gomes de Andrade: pintor / e Ambrósio Coelho: escultor	Manuel Gomes de Andrade: morador na rua da Caldeiroa (Guimarães) / e Ambrósio Coelho Morador no lugar de Hurinhais da freguesia de Santa Cristina de Serzedelo (concelho Guimarães)	*Vide* doc. XXXIV, vol. II
1739, Jun. 4	Pintura e douramento dos dois altares colaterais da igreja; Os mestres comprometiam-se ainda	220$000 réis	António Luís e Luís Lopes Pimenta	Pintores	António Luís morador na rua de Santa Luzia (Guimarães), e	*Vide* doc. XXXV, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	a dourar as imagens dos altares.				Luís Lopes Pimenta morador na rua do Guardal (Guimarães)	

Vejamos em pormenor as condições e clausulas destes cinco contratos de obra.

A 8 de Fevereiro de 1731, sendo abadessa Inês Maria de Santa Rosa, as religiosas iniciam esse processo de alteração arquitectónica no espaço antigo, através de um contrato firmado com o mestre de pedraria Manuel Luís morador no lugar da Ponte de Moreira, freguesia de Leça do Balio e com o mestre pedreiro Manuel da Costa morador na freguesia de Moreira da Maia[707]. O encomendador explicitava que se tinham ajustado com estes mestres da diocese do Porto, por terem notícia de que eram os melhores dos que havia "*neste contorno*" e por terem arrematado a obra pelo lanço mais baixo de 660$000 réis.

Podemos resumir o programa construtivo, deste modo:

- Acrescentar a capela-mor em 15 palmos para a parte de trás;
- Acrescentar a capela-mor em 7 palmos de altura[708];
- Abertura de duas frestas, uma de cada lado da capela-mor[709];
- Abertura de uma janela que serviriam de tribuna para as religiosas puderem ouvir as celebrações litúrgicas da casa da enfermaria;

[707] *Vide* documento XXXI, vol. II. Este documento foi parcialmente publicado por BRAGA, Alberto Vieira – "Boletim", in *Revista de Guimarães*, vol. 34, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1924, pp.168-169; e por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*.... Contrato transcrito na íntegra OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, p.132-134. Sobre este contrato de obra veja-se: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima", in *I Congresso sobre a Diocese do Porto - Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Actas, Porto, 1998 (no prelo); OLIVEIRA, António José de – "Talha dourada da igreja de Santa Clara", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 99.

[708] Os artistas obrigavam-se a reutilizar a pedra da antecedente estrutura para a edificação da nova capela-mor.

[709] A necessidade de aumentar a luz no interior da capela-mor, próprio do pensamento religioso expresso nos valores sensitivos barrocos sobre cor e luz, conduzem as religiosas a incluírem no seu programa construtivo o rasgar de duas frestas.

- Abertura de uma janela para dar a comunhão para a enfermaria;
- Abertura de um portal de ligação entre a tribuna e a sacristia;
- Reconstrução da empena do arco cruzeiro com a sua cornija, duas pirâmide, e a cruz correspondente à da capela-mor;
- Construção de uma pirâmide à beira do mirante;
-Ampliação da casa da enfermaria e da sacristia[710];
-Abertura de três frestas no coro de cima;
-Neste documento é feita referência ao futuro revestimento interior a talha dourada: "*por detras da trebuna lhe faram as luses que o mestre do retabollo lhe ensinar*".

As religiosas obrigavam-se a fornecer "o caldo" aos oficiais que andassem na obra e para os mestres "*huma resam de freira jnteira comforme elle o quiser crua ou ya temperada*". No entanto, enquanto os oficiais estivessem no monte a extrair a pedra necessária à empreitada, as religiosas forneceriam apenas o feijão que eles mandariam cozinhar.

O encomendador obrigava-se ainda a fornecer aos artistas, a cal e o saibro necessário. A esta transformação arquitetónica correspondeu uma completa renovação da decoração interior da igreja, como veremos em seguida.

[710] De acordo com um relato datado de 1892, na sacristia existia uma fonte com a seguinte inscrição: "M. Me fecit D. Ignes Mª de S. Rosa Abbª Anno 1732" (GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol.9, 1892, p.191). Possivelmente este lavatório teria sido construído por Manuel Luís e Manuel da Costa, aquando da sua intervenção na sacristia. Em 1733, este lavatório foi pintado de mármore fingido por Manuel Gomes de Andrade.



Fig. 106 – Portal da Igreja do Convento de Santa Clara

A 13 de Fevereiro de 1731, nas grades do convento, foram redigidos em simultâneo dois contratos, pelo tabelião Manuel Pereira da Silva. Pelo primeiro, as religiosas ajustam com Ambrósio Coelho, escultor e entalhador, com oficina em Serzedelo (Guimarães) a feitura de um retábulo, tribuna e dois anjos tocheiros[711] para a referida igreja, pela quantia de

[711] Atualmente, estes dois serafins candelabros encontram-se expostos na sala de Santa Clara, no Museu de Alberto Sampaio. O anjo tocheiro, com o nº de inventário E 7 tem uma cartela na mão direita que diz: "Tu solus dominus". Por sua vez, o anjo tocheiro com o nº de inventário E 8, tem uma cartela na mão esquerda com a seguinte inscrição: " Tu solus santus". Têm as seguintes dimensões: E 7 – alt. 226,5 cm; larg. 91,5 cm; prof. 72cm; E 8 – alt. 224 cm; larg. 107 cm; prof. 72 cm.

600$000 réis[712]. As religiosas obrigavam-se a fazer o pagamento em três prestações: a primeira no início da obra; a seguinte no meio; e a última depois da obra estar concluída e revista por mestres peritos na arte. Toda esta obra seria elaborada segundo a planta apresentada pelo próprio executante. Ambrósio Coelho comprometia-se a iniciar toda esta empreitada no dia de Páscoa de Flores, e a finalizá-la até ao fim do mês de Agosto de 1732.



Fig. 107 – Capela-mor da Igreja de Santa Clara, anterior a 1924 (MAS)

[712] *Vide* documento XXXIII, vol. II. Este documento foi parcialmente publicado por BRAGA, Alberto Vieira – "Boletim", in *Revista de Guimarães*, vol. 34, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1924, p. 170; e por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...*; Acerca deste documento, veja-se: OLIVEIRA, António José de - "Talha dourada da igreja de Santa Clara", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 99; SANTOS, Manuela de Alcântara – "Para uma biografia do mestre escultor e entalhador Ambrósio Coelho", in *Mínia*, 3ª série, vol. 3, Braga, ASPA, 1995, pp.142-144. Contrato transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp. 134-135. O carpinteiro Jerónimo Lopes Mesquita assinou este acto notarial como testemunha juntamente com o Cónego Gonçalo António de Sousa Lobo, da cidade de Braga.



Fig. 108 – Capela-mor da Igreja de Santa Clara, anterior a 1924 (MAS)

No seguinte contrato, Jerónimo Lopes Mesquita, carpinteiro, morador na rua das Molianas[713], assina a execução da obra de carpintaria da igreja, sacristia e casa da enfermaria, pelo lanço de 300$000 réis[714]. Esta obra incluía "*hum emadeiramento de paus altos para encostar o retábulo*". A este artista competia, portanto, preparar a capela-mor para receber nas suas paredes a obra de entalhe executada por Ambrósio Coelho. O cliente forneceria toda a ferragem e pregos necessários à empreitada. Em contrapartida, o mestre carpinteiro responsabilizava-se pelo pagamento das madeiras. Neste acto escrito, assina como testemunha Ambrósio Coelho.

Nestas duas notas notariais, para maior segurança do encomendador foi exigido que Ambrósio Coelho e Jerónimo Mesquita hipotecassem "*todos os seus bens moveis e de rais avidos e por aver e tersos de sua alma*", que responderiam pelo cumprimento da obra. No

[713] No contrato anterior surge como testemunha.

[714] *Vide* documento XXXII, vol. II. Este documento foi parcialmente publicado por BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp. 170-171; e por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...*; Sobre esta nota notarial vide: OLIVEIRA, António José de – "Talha dourada da igreja de Santa Clara"…, p. 99; SANTOS, Manuela de Alcântara – *obra cit.*, p.142. Contrato transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp.136-137.

entanto, note-se que não foi exigida a apresentação de qualquer fiador, o que pressupõe um sinal de confiança do encomendador em relação aos dois artistas.

Apenas cinco meses após a estrutura retabilística da capela-mor entalhada por Ambrósio Coelho estar assentada, inicia-se a fase do douramento e pintura, ao mesmo tempo pondo em arrematação a talha das ilhargas da capela-mor. Desta forma, a 13 de Janeiro de 1733 no palratório do convento, Ambrósio Coelho, escultor, e Manuel Gomes de Andrade, pintor, morador na rua da Caldeiroa de Guimarães, assinam um contrato notarial, juntamente com as religiosas[715].

Através desse documento, o mestre Manuel Gomes de Andrade obrigava-se a executar o seguinte programa construtivo:

- Dourar, encarnar e estofar o retábulo, a tribuna e as ilhargas da capela-mor;
- Fazer um quadro no tecto da capela-mor "*conforme lhe ensenuarem*";
- Fazer seis quadros nas ilhargas[716] e um quadro na tribuna;
- Pintar um quadro na tribuna;
- Pintar um cortinado fingido na volta do arco do retábulo-mor, por cima, na parte de dentro, com "*seus rapazes pegando nele*";
- Dourar os anjos que estavam nas credências;
- Dourar as credências da capela-mor;
- Dourar o frontal e o primeiro banco do retábulo;
- Pintar de mármore fingido o lavatório da sacristia, as frestas, os ferros e as portadas;
- Pintar de angelim ou de pau-preto, um caixão *"onde se ham de meter os ornamentos da igreja*";

[715] *Vide* doc. XXXIV, vol. II. Este documento foi parcialmente publicado por BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit*., pp. 171-172; e por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...*; Sobre este contrato veja-se: OLIVEIRA, António José de – "Talha dourada da igreja de Santa Clara", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*…, p. 99; SANTOS, Manuela de Alcântara – *obra cit*., p. 144. Contrato transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp.137-139.

[716] Estas pinturas a óleo sobre tela representam iconograficamente a Anunciação, a Visitação, a Apresentação no Templo, a Circuncisão e a Adoração dos Magos (SERRÃO, Vítor – "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio", in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996., p.138). Quatro das telas possuem as seguintes dimensões: alt. 163 cm; larg. 77,5 cm. As restantes: alt. 281 cm; larg. 186,5 cm.

- Pintar o tecto da sacristia que constaria de "*coadros e estes teram os frisos com seu filete dourado e os coadros pintados de brotesco com tintas finas e com toda a prefeição pocivel*"[717].

O cliente é exigente no que se refere à qualidade do ouro, especificando que deveria ser "*ouro agemado e subido dos melhores*". O preço do ouro não estava incluído no ajuste de 1250$000 réis, e corria por conta do convento. O cliente ficava obrigado ao pagamento da empreitada em cinco fracções: 100$000 réis para comprar os aparelhos; 100$000 réis no início da obra; 100$000 réis quando a obra da tribuna estivesse a meio; 100$000 réis acabado o tecto e assentado o retábulo; e a restante quantia quando finalizasse toda a obra. O mestre pintor comprometia-se a executar toda esta empreitada, de acordo com a planta apresentada pelo cliente, até ao dia de Santa Clara (12 de Agosto) ou em finais de Outubro.

Por seu turno, o mestre de Serzedelo obrigava-se a executar as ilhargas da capela-mor até ao mês de Maio, na forma da planta assinada por ele e pelo escrivão. Por toda a empreitada receberia 180$000 réis, que o encomendador daria em duas fracções: metade no início da obra e a restante quando a talha fosse colocada.

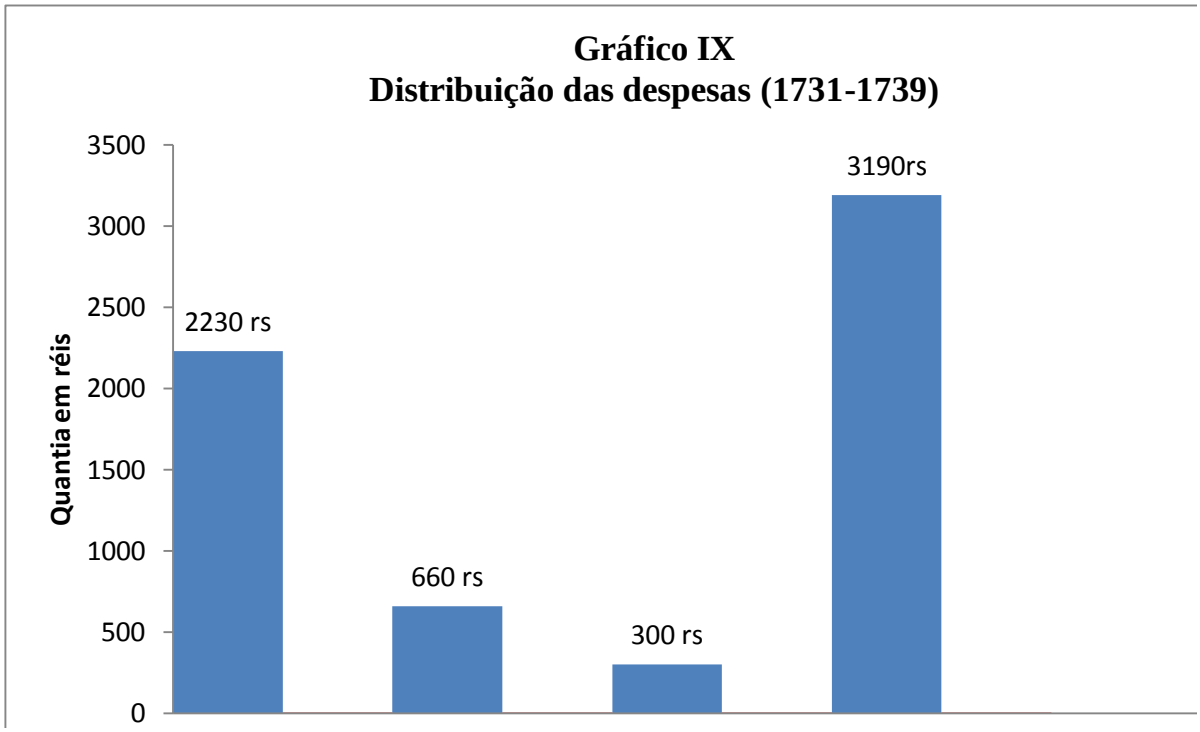
Por fim, a 4 de Junho de 1739, António Luís, pintor, morador na rua de Santa Luzia, e Luís Lopes Pimenta, morador na rua do Guardal, celebram contrato com as religiosas para pintar e dourar os dois altares colaterais. A quantia ajustada foi de 220$000 réis[718]. A nota notarial menciona como especial referência que o modelo a seguir no douramento e pintura dos altares laterais[719] deveria ser idêntico ao adoptado pelo mestre Manuel Gomes de Andrade na obra que havia efectuado para a capela-mor da igreja. Os mestres comprometiam-se ainda a dourar as imagens dos altares. Para segurança do cliente, os mestres vimaranenses apresentavam por seus fiadores: Manuel Pereira Pimenta, mercador, morador na rua Nova do

[717] Em 1881, o padre António José Ferreira Caldas, na sua descrição da igreja de Santa Clara, informa o seguinte: " A sacristia, uma das mais alegres e espaçosas de Guimarães, é ornada com quadros a óleo, representando passagens do Antigo Testamento (...) " (*obra cit.*, p. 327).

[718] *Vide* documento XXXV, vol. II. Este documento foi parcialmente publicado por BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, p. 172; Acerca destes altares veja-se: OLIVEIRA, António José de – "Talha dourada da igreja de Santa Clara...", p. 99. Contrato transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp.139-140.

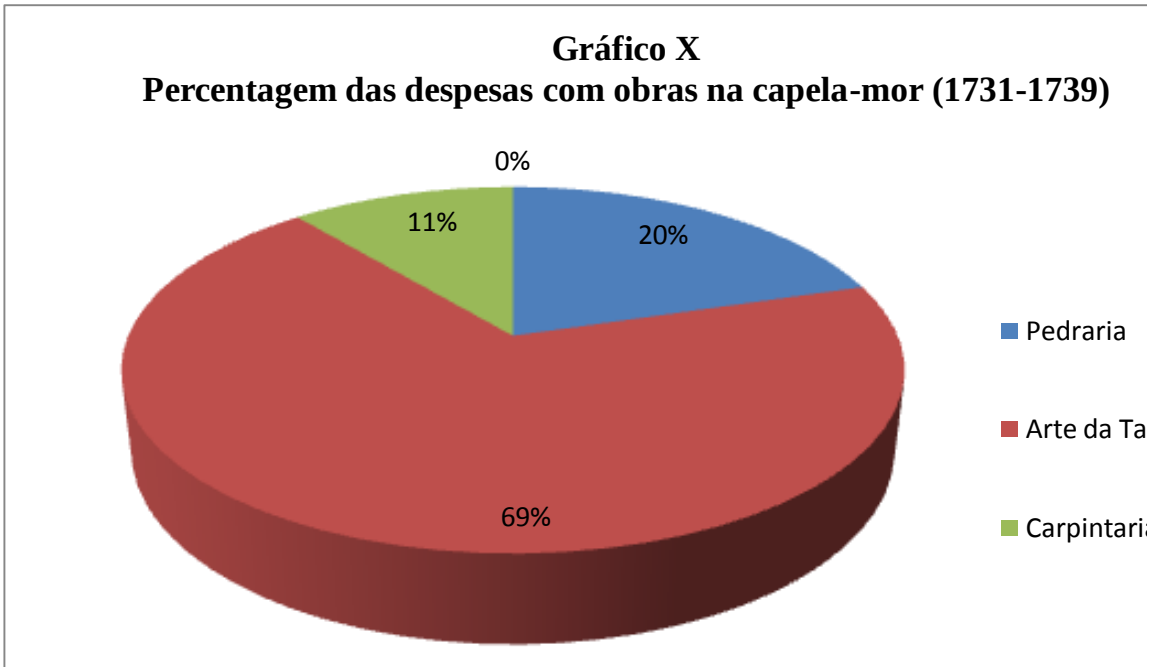
[719] Um dos altares era dedicado a S. João (A.M.A.P., M-C-31, doc. avulso de 1 de Novembro de 1750). Estes dois altares laterais estavam encostados aos lados do arco cruzeiro, tendo sobre si dois baixos relevos em madeira de castanho, estofada e policromada, representando "A Sagrada Família" e o "Baptismo de Cristo".

Muro e Bernardo Gomes, ferreiro, morador na rua de Santa Luzia. Os artistas tinham de dar a obra concluída até ao mês de Agosto desse mesmo ano.

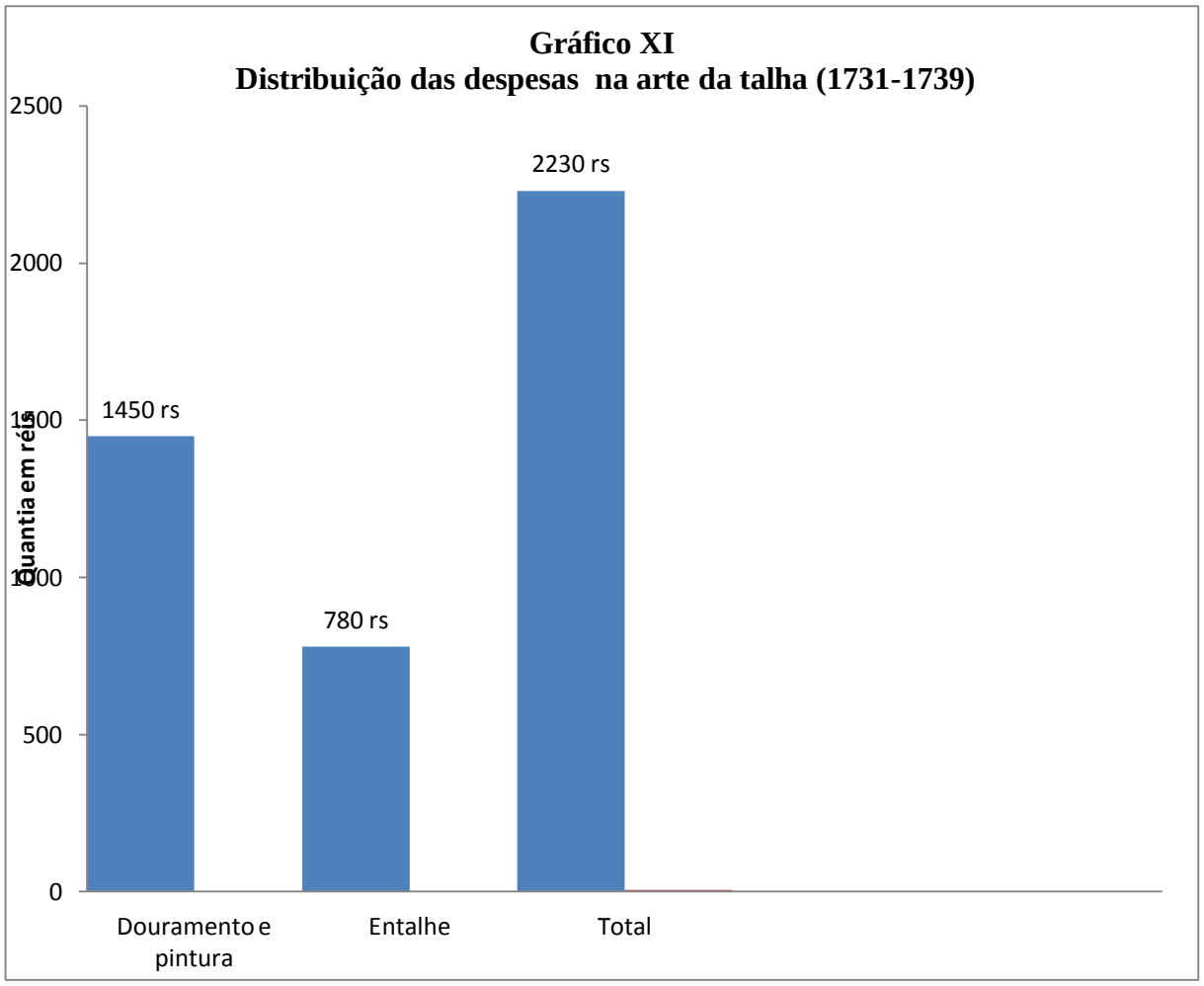


Esta fase corresponde a uma grande campanha de remodelação artística na sua igreja, que se inicia em 1731, e que se prolonga durante 8 anos. Como podemos observar pelo gráfico, as despesas com obras na capela-mor totalizavam neste curto período de tempo, a extraordinária soma de 3190$000 réis. Atendendo à disponibilidade de recursos financeiros e uma vez que o templo era demasiado pequeno para o crescente número de religiosas e pouco relevante para a importância da instituição, tornou-se necessário proceder a diversas alterações.

Gráfico X
Percentagem das despesas com obras na capela-mor (1731-1739)



O grosso das despesas destinou-se à decoração retabular da capela-mor, perfazendo 2230$000 réis. Como nos é dado a conhecer no gráfico os gastos inerentes à arte da talha, que incluía o entalhe e o douramento e pintura, totalizavam 69% dos gastos totais.



Como podemos constatar a fase do douramento e pintura era uma operação bastante dispendiosa, superando a fase do entalhe. Deste modo, percebemos que à fase do entalhe, não se seguiu imediatamente o douramento e pintura, pois esta última tratava-se de uma operação dispendiosa. Nos casos em que temos conhecimento da execução dos retábulos e posteriormente o respectivo douramento, podemos reter que a fase do douramento (devido ao seu elevado custo) não se seguia imediatamente à colocação dos retábulos no local[720].

Além destes contratos de obra que acabamos de analisar encontramos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e no Arquivo da Sociedade Martins Sarmento, em livros de receitas e despesas, achegas importantes sobre outros artistas que trabalharam para o Convento de Santa Clara, bem como de despesas com materiais construtivos.

[720] Natália Marinho Fereira Alves apresenta vários exemplos, nos quais podemos constatar igualmente que o douramento era uma fase que nem sempre se seguia de imediato ao entalhe (*A Arte da talha no Porto na época barroca* ..., pp.186-187*)*

Quadro XXIV
Outros artistas que trabalharam no Convento de Santa Clara e dispêndio de materiais construtivos (1698-1753)

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
1698, Dez. 21	Talha, Douramento	Jerónimo de Oliveira, pintor	5$000 réis	"*Concerto que lhe fiz no retabollo do Nasimento que esta no coro e de lhe dourar quatro caixilhos dos paineis que estão nos lados*"	A.M.A.P., MC-11, doc. Avulso, masso 31	
1722	Serralharia		40$320 réis	Feitura de 11 grades de ferro para as janelas da varanda	A.M.A.P., MC-583, fl. 53	
1722		André da Costa, mestre carpinteiro	7$200 réis por 48 dias de trabalho a $150 réis por dia	Colocação das grades nas janelas da varanda; construção da casa dos sinos "*quando as mosas vam repicar*"	A.M.A.P., MC-583, fl. 62	Para a casa do sino dispendeu-se ainda em materiais (idem, fls. 62 e 62v): • tijolo - 4$820 réis; • saibro, areia, e barro - $970 réis; • cal, 45 rasas ao preço de $085 réis cada, importou 3$825 réis; • Mais 41 rasas de cal ao preço de $090 réis cada, totalizou 3$690 réis; • tabuado para assentar o tijolo - 2$400; • tabuado - 5$650 réis

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
1722	Carpintaria	Dois carpinteiros	4$400 réis por 37 dias de trabalho a $120 réis por dia		A.M.A.P., MC-583, fl. 62	
1722	Carpintaria	Matias, carpinteiro	$860 réis	Concerto do telhado (mão-de-obra)	A.M.A.P., MC-583, fl. 62	
1723	ourivesaria		$160 réis	Estanhar umas galhetas da sacristia	A.M.A.P., MC-583, fl. 67	
1723			1$360 réis	Estanhar os caldeirões em Braga	A.M.A.P., MC-583, fl. 119	
1723	serralharia		9$600 réis	Compra de três grades de ferro para janelas	A.M.A.P., MC-583, fl. 119	
1723			2$800 réis	Compra das rodas dos palratórios baixos	A.M.A.P., MC-583, fl. 119	No mesmo ano são adquiridas 5 esteiras para os palratórios por 1$300 (idem, fl. 122).
1723			$360 réis	Compra de uma corda para os sinos	A.M.A.P., MC-583, fl. 122	
1723				Consertaram os telhados dos dormitórios e da igreja e as latadas do	A.M.A.P., MC-583, fl.	

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
				tanque e da cerca	132	
1724			1$440 réis	Para os dois frontais e roda que se fizeram na portaria se compraram umas tábuas	A.M.A.P., MC-583, fl. 192	
1724	Pintura		4$280 réis (por 50 rasas de cal a $085 réis)	Caiaram-se todos os dormitórios, celas, os dois coros e mais casas	A.M.A.P., MC-583, fl. 192	Em 1723, foi adquirida uma esteira para o coro por $900 réis (idem, fl.122). Em Setembro de 1753, vieram do Porto nove esteiras: uma para o coro baixo, e oito para as grades novas (quatro para dentro, e quatro para fora). Custaram 2$300 réis e $200 réis pelo transporte (SMS, BS 1-7-100, fl.204). Nesse ano, é adquirida uma broxa para espanar as cadeiras do coro, por $100 réis (idem, fl. 20)
1724	Carpintaria	Dois carpinteiros	3$030 réis	Conserto da casa da lenha em que andaram dois carpinteiros doze dias	A.M.A.P., MC-583, fl. 192	Gastos em materiais: • pregos - 1$200 réis; • dois carros de telha - 1$920 reís; • ripes - $860 réis;

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
1724	Pedraria ?	Dois oficiais	2$320 réis	Conserto dos tanques	A.M.A.P., MC-583, fl. 192	
1724	Carpintaria	Executaram as obras os seguintes carpinteiros: André da Costa[721], Pedro de Freitas[722] e Francisco Pereira. Interveio outro artista que não é referido o seu nome		Obras na casa do Padre Capelão e mais casas da varanda	A.M.A.P., MC-583, fl. 193	Gastos em materiais[723]: • madeira - 22$100 réis; • do forro - 3$300 réis; • tijolo - 2$300 réis; • saibro – $900 réis; • cal - 9$360 réis; • um carro de telha - $960 réis; • barrotes e ripes para as "mais cazas e baranda" - 8$400 réis; • pregos - 4$190 réis. Gastos em almoços e merendas dos carpinteiros em 26 dias, a dez réis cada dia importou

[721] No mesmo ano, este carpinteiro recebe 3$150 réis por 21 dias de trabalho a $150 réis cada. (*idem*, fl.192).

[722] No mesmo ano, este carpinteiro recebe 2$940 réis por 21 dias de trabalho a $140 réis cada. (*idem*, fl.192).

[723] Nesse ano, em obras que desconhecemos são referidas as seguintes despesas em materiais construtivos: três carros de saibro que custaram $180 e dois carros de areia que custaram $120 réis (idem, fl.192).

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
						2$060 réis. Despesas com a mão-de-obra: • Ao carpinteiro André da Costa 64 dias a $150 réis cada, totalizou 9$600; • Ao carpinteiro Pedro de Freitas de 43 dias a $140 réis cada, totalizou 6$020 réis; Ao carpinteiro Francisco Pereira de 48 dias 8$820 réis; • A outro carpinteiro 23 dias somou 3$320 réis.
1751			9$600 réis	Conserto dos órgãos	SMS, BS 1-7-100, fl. 20	
1751			$800 réis	Compra de uma corda para os sinos	SMS, BS 1-7-100, fl. 62	
1751			0$070 réis (em pregos)	"*Pera as ripes que se poserão em o fogão, e coche da cosinha que se consertou, e as copeyras, e almario da loysa, e huma fichadura da porta de huma grade, e fechos das jenellas, e portas do dormitório novo de sima que*	SMS, BS 1-7-100, fl. 75	

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
				mandou pregar a Reverenda Madre Abbadessa Getrudes Theresa, tres vinteis, e meyo de pregos"		
1751			1$725 réis (material)	Conserto dos telhados	SMS, BS 1-7-100, fl. 76	Gastos de material: • Carro e meio de telha, a 11 testões cada carro (1$750 réis)
1751			$180 réis	Conserto da fechadura, e de um cadeado do armário da loiça, e três dobradiças para este	SMS, BS 1-7-100, fl. 76	
1751	Pintura		$960 réis (material)	Os bancos de todas as grades pintaram-se de preto	SMS, BS 1-7-100, fl. 76	Gastos de material: • Óleo e tinta ($960 réis)
1751	Pedraria	Oficiais	153$830 réis	"*Consertou-se o muro do Campo de Massoyllas que se arruynou coase todo parte da viella, e fe ce licerces que os não tinha, e o muro da porta do mesmo campo, da parte de dentro que também amiesava ruyna, e com pedra nova e oficiais, carretos e cal, e oytras miudesas cestos, e madeyras, e oytros materiais tudo importou cento e sincoenta, e tres mil, e oytocentos, e trinta reis*"	SMS, BS 1-7-100, fl. 79	
1751	Pedraria	Pedreiros	97$435 réis	" *Dispendeo se com a parede do*	SMS, BS 1-7-	

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
				prepianhe, que se fes nas lojes do dormitório novo, pera as oficinas do convento, e huma calçada, pera pasiarem os carros; em pedraria, e jornais dos pedreyros, e carreyros da pedra, e de tirar pera fora grande cantidade de terra, e trabalhadores, que a cavarão, e com a agossaduras de picos, e ferros de fogo, e polvora pera quebrar a pedra, e cal e tijollo, pera repartimento da casa das servas noventa e sete mil, e coatrocentos, e trinta e sinco reis".	100, fl. 79	
1751		Nessa obra trabalharam os seguintes mestres carpinteiros: Jerónimo Antunes (e o seu oficial Luís), José Francisco, Manuel Francisco e Domingos		"*Dormitorio baixo que estava principiado, solho ce, fiserão ce as portas da casa que tem no fim, e jenellas das cellas e grades peras as ditas jenellas; e também grades pera as cellas do dormitorio de sima, que ainda as não tinha. As lojes se repartirão em oficinas que herão precisas, a saver casa pera as servas dormirem, e huma loje pera almarios, de despejos das rellegiozas, oytra loje pera (...)*[724] *de lenha, e capoeyras de galinhas: travijo se em duas ordens ate*	SMS, BS 1-7-100, fls. 80-81	

[724] Falta transcrever uma palavra.

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
		Rosado		*o fim, comprose se madeyra pera estas obras*".		
1751	Serralharia? ou ferreiro?		11$180 réis	"*Tem ce feyto a o presente ano, trese grades, a saver huma pera o espelho do corredor dos locotorios, dose pera as cellas, seis pera o dormitório de cima, e seis pera o bayso, que agora se faz: tem as femias destas mil, e dose furos, cada hum a preso de quinse reis somarão onse mil e cento e oytenta reis*"	SMS, BS 1-7-100, fl.82	
1752	Pintura	Pintor	Quantia relativa à sua alimentação	Pintura da imagem da Senhora da Boa Morte: "*Dispendeu se*[725] *com os caseyros de Ribeyros, e pera os mais que pagão trigo, e sigunda e com carpinteyros, e mestre pedreyro, e pintor da Senhora da Bona Morte, e carreyros e mosos da sacristia, e em almosos, e merendas de ortelois: em pão branco, e de segunda que também se comprou algumas veses (...) carne pasteis, e de sardinhas nove mil, e tresentos, e quarenta reis*"	SMS, BS 1-7-100, fl.158	
1752			$020 réis (mão -de-	Conserto da lâmpada do dormitório de cima	SMS, BS 1-7-100, fl.160	Gastos de material: • Um vidro para a

[725] Dispêndio relativo à alimentação.

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
			obra)			lâmpeda - $060 réis (idem, fl. 161)
1752			1$400 réis	Obras de consertos da água do Carmo.	SMS, BS 1-7-100, fl.183	
1752	Pedraria e carpintaria		101$875 réis	Obras do dormitório novo	SMS, BS 1-7-100, fl.183	
1753	Serralharia	Serralheiro	$060 réis	"*Huma escapola, pera a lata do muro*"	SMS, BS 1-7-100, fls.179	
1753	Serralharia	Serralheiro	$120 réis	Duas dobradiças para a caixa da água	SMS, BS 1-7-100, fls.179	
1753	Serralharia	Serralheiro	$160 réis	Uma fechadura para a referida caixa da água	SMS, BS 1-7-100, fls.179	
1753	Serralharia	Serralheiro	$020 réis	Do conserto de uma fechadura para a casa da carne, que se fez de novo	SMS, BS 1-7-100, fls.179	
1753	Serralharia	Serralheiro	$060 réis	Duas escápulas para o poço	SMS, BS 1-7-100, fls.179	
1753	Serralharia	Serralheiro	$160 réis	Uma fechadura e respectiva chave para a cela da casa do muro	SMS, BS 1-7-100, fls.180	
1753	Serralharia	Serralheiro	$040 réis	Duas escapulas para as janelas das grades de "cima" que estavam a cair	SMS, BS 1-7-100, fls.180	
1753	Serralharia	Serralheiro	$100 réis	Do feitio de dois "gatos" para a torre dos sinos	SMS, BS 1-7-100, fls.180	

Data	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Fonte	Dispêndio com materiais
1753	Serralharia	Serralheiro	$040 réis	Um gancho "pera hum anjo" da igreja	SMS, BS 1-7-100, fls.180	
1753	Pedraria, carpintaria e serralharia			As obras do dormitório iniciadas em 1748, ainda não estavam finalizadas como podemos observar nesta lista de materiais que sobejaram para o novo triénio: • "*Cal toda que era necessário pera se acavar a obra do dormitorio novo;* • *Ferro fica, em casa do serralheiro nove arrobas, e meya, e meyo arrátel, pera algumas janellas que ainda não estão feytas em os dois salois do fim dos dormitórios. As das cellas ja ca estão todas;* • *Mais o forro que axarão os ofisiais* *ser nesesario pera forrar o corredor do dormitório que se fes*"	SMS, BS 1-7-100, fl.210	

Através da análise do quadro acima, podemos constatar que ao longo da primeira metade da centúria de Setecentos, o Convento de Santa Clara despendeu verbas que estão averbadas na manutenção do seu edifício conventual e dependências anexas, bem como finalização das obras do seu dormitório novo. São também arroladas gastos com a compra e o arranjo de bens móveis, bem como na aquisição de materiais construtivos. Relativamente a artistas encontramos referenciados os seguintes:

- Jerónimo de Oliveira, pintor;
- André da Costa, mestre carpinteiro;
-Matias, carpinteiro;
-Pedro de Freitas, carpinteiro;
-Francisco Pereira, carpinteiro;
-Jerónimo Antunes, mestre carpinteiro, e o seu oficial Luís;
-José Francisco, mestre carpinteiro;
-Manuel Francisco, mestre carpinteiro;
-Domingos Rosado, carpinteiro.

No que concerne às obras de carpintaria e de pedraria do dormitório novo, que nos surgem referenciadas em 1751 no quadro anterior, desconhecemos a data de início da construção deste espaço conventual, bem como da portaria e locutórios. Mas sabemos que, quando a 2 de Maio de 1747, D. José de Bragança visitou o convento das clarissas, já as obras nestes três espaços tinham começado. Assim discorre o documento:

"*examinada a interior grandeza dos claustros, primor das capelas, formosa extensão do cerco e forma dos antigos dormitórios, teve gosto de ver a continuação do dormitório novo, que a toda a pressa se continuava por ideia de S. A. que achou desempenhadas na presença das direcções, que (estando em Braga) tinha mandado para construção daquela bem delineada fábrica, e dando arbítrios dignos de sua*

especial inteligência para continuação da notável portaria, e amplas grades, e proporcionados palratórios (…)" [726].

Pelo menos entre 1751 e 1753, ainda havia obras no corpo dos dormitórios novos, pois nos livros de recibo e despesa são anotados vários gastos. Em 1751, fizeram-se obras na sobreloja tendo-se criado a "*casa para as servas dormirem*", a sala de despejos (relacionada com as latrinas), a loja para a lenha e "*capoeiras de galinhas*". O dormitório do 3º piso foi soalhado, tendo-se colocado portas, numa sala, e janelas e grades, nas celas. No dormitório de cima (4º piso) colocaram-se grades "*que ainda as não tinham*"[727]. Em 1752, gastou-se, em obras no dormitório novo 101$875 réis[728]. E, em 1753, transitam para o ano seguinte alguns materiais construtivos destinados a completar obras no dormitório novo[729].

[726] (CAMÕES, Tadeu, *obra cit.*, 1749, vol. 2, p. 30). Segundo o Padre António Caldas existia a seguinte inscrição "Principis auspicio condecoratur opus – 1746" sobre um arco central do átrio da entrada (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 327.

[727] "*com a parede de perpianho que se fez nas lojas do dormitório novo, para as oficinas do convento, e uma calçada para passarem os carros: em pedraria e jornais dos pedreiros, e carreiros da pedra, e de tirar para fora grande quantidade de terra, e trabalhadores que a cavaram e com a aguçadura de picos e ferros de fogo, e pólvora para quebrar a pedra, e cal e tijolo, para repartimento da casa das servas, 97$435 réis"; "Dormitório baixo que estava principiado, soalhou-se, fizeram-se as portas da casa que tem no fim, e janelas das celas e grades para as ditas janelas; e também grades para as celas do dormitório de cima, que ainda as não tinha. As lojas se repartiram em oficinas que eram precisas, a saber: casa para as servas dormirem, e uma loja para armários, de despejos das religiosas, outra loja para [...] de lenha, e capoeiras de galinhas: travejou-se em duas ordens até ao fim, comprou-se se madeira para estas obras, a seguinte (...)». Nesta obra trabalharam os seguintes mestres carpinteiros: Jerónimo Antunes (e o seu oficial Luís), José Francisco, Manuel Francisco e Domingos Rosado; «tem-se feito ao presente ano, treze grades, a saber: uma para o espelho do corredor dos locutórios, doze para as celas, seis para o dormitório de cima e seis para o debaixo, que agora se faz. Tem as fêmeas destas mil e doze furos, cada um a preço de 15 reis. Somaram 11180 réis*" (S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100).

[728] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100. fl. 183.

[729] "*Rol do que fica para o novo triénio: cal, toda que era necessário para se acabar a obra do dormitório novo. Ferro, fica em casa do serralheiro, nove arrobas e meia, e meio arrátel para algumas janelas que ainda não estão feitas em os dois salões do fim dos dormitórios. As das celas já cá estão todas. Mais o forro que acharam os oficiais ser necessário para forrar o corredor do dormitório que se*

Se analisarmos o testemunho datado de 1892, de João Gomes de Oliveira Guimarães, último capelão das clarissas, encontramos as seguintes menções a aspectos ligados à actividade artística desta instituição:

Quadro XXV

Atividade artística no Convento de Santa Clara, segundo João Oliveira Guimarães (1605-1735)

Data	Tipo de obra	Artista	Descrição da obra	Fonte
1605, Jun. 1	Pedraria	Pêro Afonso de Amorim, mestre pedreiro	Reedificação da capela-mor	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in Revista de Guimarães, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol.10, 1893, p.12
1679	Escultura		No coro baixo encontrava-se "um formoso presépio, que foi para Lisboa e que havia sido collocado em 1679, como nol-o indica a data ainda existente"	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, vol.9, 1892, p.191
1692	Pedraria		Construção do obelisco colocado no centro do tanque do claustro com a seguinte inscrição: "Fonte de Miziricordia Anno de 1632"	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, vol.9, 1892, p.191
1717, Set. 14	Escultura		Imagem de Cristo Crucificado existente no fundo do coro baixo[730]	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, vol.9, 1892,

fez" (S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl.210).

[730] Segundo uma inscrição em letras douradas aí existente e transcrita por Oliveira Guimarães: "Aos 14 de Setebro de 1717 chegou este S.r do Porto, que o mandou fazer a Rª Me Soror Mª de Nasaré e com licença do Ill.mo S.r D. Rodrigo de Moura Arceb.º Primaz e lhe pos 12000 reis p.ª azeite da sua alampada de prata na communid.e Deo mais oitenta mil reis p.ª a cera com 4 castiçais de prata, p.ª q. em todo o tempo Seia

Data	Tipo de obra	Artista	Descrição da obra	Fonte
				p.191
1722			Feitura de uma inscrição numa sepultura do pavimento do coro baixo: "S.ª das M.es Sorores Helena da Cruz. Francisca da Conceição Abb.as perpetuas Fundadoras deste Most.ro e M.ª da Conceição. 1590. Fece no A.º de 1722 (GUIMARÃES, 1892, 191)	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit.*, vol.9, 1892, p.191
1735	Pedraria	José Moreira, pedreiro	Construção da porta que dos claustros dá saída para a cerca com a seguinte inscrição: "Ano 1735. Sendo abbª a Mᵉ Soror Catharina da Trindade e escrivã a Mᵉ Soror Maria de Nasaré. José Moreira o fes"	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *obra cit*., vol.9, 1892, p.191

assistido com a devida veneração. Tambem o realeio he do S.r p.ª sua maior gloria Seia tudo. Escrito no anno de 1744"



Fig. 109 - Postal cerca de 1915, editor Alberto Malva – rua da Madalena 23, Lisboa

Vários são os autores que afirmam que José Moreira, pedreiro, é o executante da actual fachada principal do convento[731]. Efetivamente, nesta fachada encontram-se dois arcanjos que seguram a seguinte inscrição:"1741". Este pedreiro terá em 1735 construído a porta que dos claustros que dá saída para a cerca conforme a inscrição ainda hoje existente e já referida por João Gomes de Oliveira Guimarães[732]. No entanto, as nossas buscas revelaram-se infrutíferas até ao momento, para reencontramos o respectivo contrato de obra. Apenas na vereação de 4 de Junho de 1746, temos conhecimento que foi nomeado para juiz dos pedreiros da vila de Guimarães, José Moreira, da freguesia de São Romão de Rendufe (concelho de Guimarães), "*mestre* pedreiro das obras de Santa Clara" [733]. Podemos então concluir que nesse ano este mestre pedreiro encontrava-se a trabalhar no estaleiro do convento de Santa Clara.

[731] GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães, Guia de Turismo*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2ª ed., 1953, p. 100; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Guimarães, Terras de Santa Maria*…, p. 58. Estes autores não referem a origem documental desta afirmação.

[732] Veja-se quadro acima.

[733] A.M.A.P., M – 1820, Livro nº26, fls. Fl.176-176,



Fig. 110 – Pormenor da fachada do Convento de Santa Clara



Fig. 111 – Portal de acesso do claustro à cerca do Convento de Santa Clara

1.2.6. Convento do Carmo

Os primórdios do Convento do Carmo remontam a um recolhimento de mulheres, sito na rua da Infesta. A primeira notícia deste recolhimento data de 13 de Maio de 1684[734]. Nesse ano é especificado, a existência destas mulheres que tinham cindindo com a vida mundana, afirmando-se "*que não aviam de sahir de fora delle que por serem de vertude e de bom viver e esperava fizessem grande serviso a Deos (...)"*. A partir deste documento, que mais não é do que uma doação e consignação de fábrica de Capela, a favor deste recolhimento, sabemos que Francisco Antunes Torres, mercador, morador na rua da Misericórdia, de Guimarães, tomara por sua devoção a construção de uma capela pública, na rua da Infesta, no mesmo local onde as recolhidas viviam para se dizer missa. Para esse efeito, Francisco Antunes Torres tinha já *"dado ornamentos e aparelhos nessessarios e sufisiente".* O aludido documento firmado em notário, continuava, aludindo que para a ornamentação da dita capela sob invocação de São José, necessitava de sua fábrica. Para esse efeito, este mercador vimaranense, comprometia-se em nota notarial de dotar este templo desde esses dia até todo o sempre do rendimento de mil e quinhentos reis, pagos no dia de São Miguel de Setembro. Estes rendimentos proviham dos seguintes bens vinculados à capela:

"*(...) no campo de quintal junto das cazas aonde a dita capella esta situada na mesma rua Infesta e tambem nas moradas de cazas que pegado ao mesmo quintal tinha e pesuhia na rua do Sabugal que tudo ouvera e adequirira por titollo de compra e pasava de render quada anno mais de seis mil reis aonde os ditos mil e quinhentos reis quada anno da fabriqua".*

Segundo o testemunho contemporâneo do Padre Torcato de Azevedo em 1685 foi lançada a primeira pedra para a edificação desta igreja e convento sobre a invocação de Santa Teresa de Jesus, sendo arcebispo de Braga D. Luís de Sousa[735]. A primeira missa foi celebrada a 9 de Abril de 1687, apesar do atraso da obra[736]. Alguns anos mais

[734] A.M.A.P., "*Doação e consignação de fabriqua pera capella que fes Francisco Antunes mercador desta villa".*N-362, fls. 20v-21, nota do tabelião Domingos da Cunha. Contrato celebrado na casa do tabelião.

[735] AZEVEDO, Torcato Peixoto de – *obra cit.*, p.325.

[736] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.346.

tarde foi emitida uma bula papal que autorizava as religiosas de Santa Teresa a viverem debaixo da obediência do provincial dos carmelitas calçados, trocando esta instituição monástica a sua primeira evocação pela de S. José[737]. Em 1692, esta instituição monástica já era habitada, estabelecendo-se fundos para a sustentação de doze ou treze religiosas[738].

Até ao ano de 1743 viveu a comunidade religiosa sob a tutela dos carmelitas calçados, sustentando várias demandas relativas a pontos de jurisdição no arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles[739]. No episcopado de D. José de Bragança depois de instado pelas religiosas, este aceita a sujeição do convento à sua jurisdição[740], o que vai permitir que nessa altura, a instituição passe por nova fase construtiva patrocinada pelo arcebispo. Torna-se sobretudo notória ao nível do aumento da cerca, alargamento do terreiro defronte da igreja, transformação da capela-mor [741] e da obra de talha. Na visita episcopal ao Convento do Carmo ocorrida a 31 de Maio de 1747 é dito que muitas das obras ainda decorriam[742].

[737] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.346. A evocação primitiva da capela, em 1684, já é mencinado São José. Num artigo publicado num periódico datado de 1916, é avançada o ano de 1704, para a chegada da Bula ("A antiga Guimarães: Convento das Carmelitas", in *Republicano*, Guimarães, Centro Democrático Vimaranense, 13 de Maio de 1916, nº 8, p.2).

[738] AZEVEDO, Torcato Peixoto de – *obra cit.*, Porto, 1845, p.325.

[739] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*,1749, vol. 1, p.45.

[740] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.346; ALVES, José Maria Gomes – "A Igreja do Carmo", in *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, vol.1,Guimarães, 1981, p. 146. Por exemplo, no arco cruzeiro da igreja encontram-se as armas deste prelado bracarense.

[741] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, p.47; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit*., p.347; ALVES, José Maria Gomes – *obra cit.*, p.146.

[742] CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *obra cit.*, p.47;

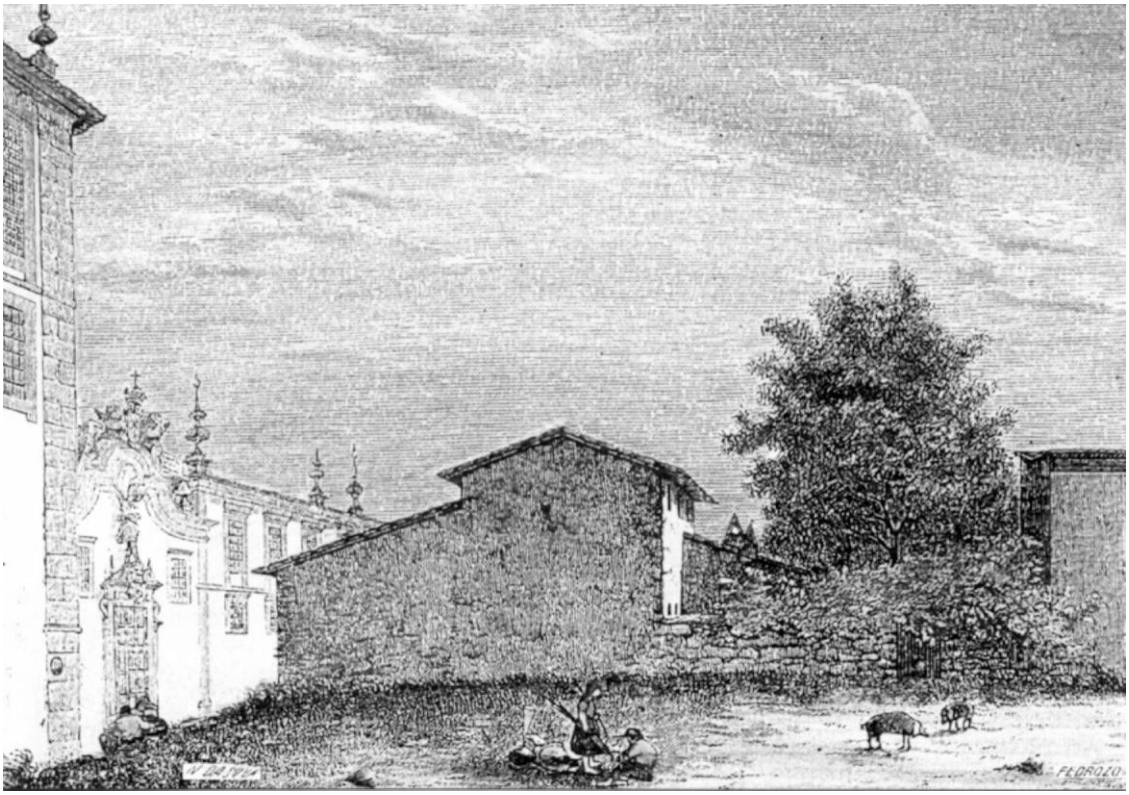


Fig. 112 – Convento do Carmo. Desenho de Nogueira da Silva. Gravura Pedroso. Extraída de Arquivo Pitoresco, vol.5, 1862, p. 57.



Fig. 113 – Postal editado por Alberto Malva, rua da Madalena nº23, Lisboa



Fig. 114 – Convento do Carmo

Entre 1718 e 1760, o convento sofre importantes obras de beneficiação e ampliação como o comprovam vários contratos então estabelecidos entre as religiosas e diversos artistas.

Quadro XXVI
Encomendadas efetuadas pelo Convento do Carmo (1718-1760)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1718 Dez. 21	Obra de pedraria do novo dormitório conventual	Á braça	João Pinto	Mestre arquitecto de pedraria	Picoto "*de junto a esta villa*" (Guimarães)	*Vide* doc. XXXVI, vol. II
1723 Fev. 11	Acrescentamento do dormitório conventual e do mirante; feitura do lavatório da sacristia, da mesa do	O lavatório por 9$600 réis / mesa do púlpito por 4$800 réis. A	João Pinto e o seu irmão António Pinto	Mestre de arquitetura	João Pinto: Lugar do Picoto, extramuros de Guimarães / António Pinto: assistente vila de Guimarães	*Vide* doc. XXXVII, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	púlpito, do coro, abertura de duas janelas no corpo igreja e o arco da igreja	restante obra de pedraria é ajustada ao palmo e à brasa				
1723 Ago. 25	A obra do cadeiral e assentos do coro alto da igreja	95$000 réis	Manuel da Silva	Ensamblador	Lugar da Ponte de Serves, da freguesia de São Teodoro de Pedome (actual concelho de Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. XL, vol. II
1725 Jun. 09	Obra carpintaria do novo dormitório e celas	199$000 réis	Pedro Pinto	Mestre carpinteiro	Freguesia de Cepães (actual concelho de Fafe)	*Vide* doc. XLI, vol. II
1725 Nov. 21	Executar um órgão para o coro da igreja	224$800 réis	Teodósio Hember	Organeiro	Rua do Paraíso (cidade do Porto)	[743]
1728 Mai. 31	Emadeiramento e telhados da cozinha e despensa; feitura portas e janelas e de 9 armários	43$000 réis	Domingos Pinto	Carpinteiro	Lugar da Agrela, da freguesia de Santa Cristina de Arões (concelho de Fafe)	*Vide* doc. XLII, vol. II
1732 Abr. 28	Feitura do mirante, portaria e grades do convento	1250$000 réis	João Pinto e António Pinto	João Pinto, mestre pedreiro; António Pinto, pedreiro	João Pinto morador na rua de Janse; António Pinto morador no lugar da Bouça, ambos da freguesia de São Lourenço de Cima de Selho (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. XXXVIII, vol. II
1733 Mai. 1	Obra de carpintaria de 14 palratórios com portas, grade e roda	250$000 réis	Domingos Pinto	Mestre Carpinteiro	Lugar da Agrela, da freguesia de	*Vide* doc. XLIII, vol. II

[743] BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação II 1700-1725*, vol.2, 1985, pp.718-721.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					Santa Cristina de Arões (concelho de Fafe)	
1746 Jun. 1	Retábulo-mor[744], dos dois altares laterais[745] e das sanefas da igreja	930$000 réis	José Álvares de Araújo	Mestre entalhador ou aparelhador de retábulos	Rua dos Chãos da cidade de Braga	*Vide* doc. XLV, vol. II
1746 Jun. 22	Retábulo-mor, dos dois altares laterais e das sanefas da igreja[746]	930$000 réis	José Álvares de Araújo	Mestre entalhador ou aparelhador de retábulos	Rua dos Chãos da cidade de Braga	*Vide* doc. XLVI, vol. II
1748 Ago.	Obra de emadeiramento do telhado do claustro, bem como das varandas do claustro do andar de baixo e de cima	205$000 réis	Manuel Francisco	Mestre carpinteiro	Rua de Santa Cruz, extramuros de Guimarães	*Vide* doc. XLIV, vol. II
1754 Mar. 9	Douramento da obra de talha executada pela oficina do mestre José Álvares de Araújo, que incluía o retábulo-mor, 2 altares laterais e as sanefas, os mestres pintores comprometiam-se a dourar "*toda a mais talha que se acha ornando a sua jgreja*", que incluía os púlpitos, remates de portas,	920$000 réis	António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão	Mestres pintores	Cidade do Porto	*Vide* doc. XLVII, vol. II

[744] Neste retábulo, o artista teria de fazer uma tribuna "*com todos os mais apendios*".

[745] Tratam-se dos altares laterais dedicado a Santa Ana (lado Evangelho) e a Nossa Senhora do Carmo (lado Epístola).

[746] Este contrato trata-se uma alteração ao contrato previamente celebrado, que consistiu na substituição das plantas e apontamentos anteriormente cedidos ao artista para a feitura da obra. As plantas e apontamentos que a prioresa e as restantes religiosas tinham mandado elaborar, não tinham agradado ao arcebispo D. José de Bragança, seu prelado, que de imediato mandou executar novo risco. As novas plantas e apontamentos ordenados pelo Arcebispo D. José de Bragança, das quais mais uma vez não é citado o autor do risco, foram assinadas pelo tabelião, pela prioresa e pelo artista. Este último obrigava-se a executar a empreitada pelo mesmo preço e condições estipuladas pela precedente escritura, mas na forma do novo risco.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	credências, o óculo do coro, e o retábulo da sacristia[747].					
1760 Mar. 15	Obra de pedraria da casa comunal	263$200 réis	Vicente de Carvalho	Mestre pedreiro	Lugar de Caneiros, freguesia de Santa Eulália de Fermentões (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. XXXIX, vol. II

Nos treze contratos de obra que apresentamos na tabela, os tabeliães deslocaram-se ao convento do Carmo, com o intento de celebrarem as respectivas escrituras com as religiosas, com a excepção da nota celebrada com o mestre organeiro Teodódio Henber. Esta última escritura, foi redigida nas pousadas do tabelião portuense António Mendes e Matos. Tal facto deveu-se ao facto de o organeiro residir no Porto e não ser necessária a sua deslocação à vila de Guimarães. Por parte das religiosas, apresentou-se na qualidade de seu procurador o Reverendo Padre Frei Francisco de São Miguel, capelão do convento[748]. Relativamente aos restantes contratos firmados no convento, temos 10 casos, nos quais é discriminada a dependência conventual, vejamos:

- Casa do Locutório (6 contratos);

-Casa das grades (3 contratos);

-Quintal da Sobradela[749] (1 contrato).

[747] A intervenção dos mestres pintores abrangia ainda: Estofar as às imagens existentes nos três retábulos com excepção das imagens de Santa Ana e de Santa Gertrudes. A imagem de Santo Cristo existente na sacristia, também seria alvo da intervenção dos mestres portuenses devendo ser encarnada. No altar-mor, os artistas obrigavam-se igualmente a dourar algumas tábuas para se colocarem castiçais quando se expusesse o Santíssimo Sacramento e o lugar do Senhor que se encontrava debaixo do sacrário. No contrato é também estipulado que dourassem os 230 "*micheiros (...) que custuma servir nas funsois desta jgreja*". Por fim, os artistas obrigavam-se a pintar os elementos escultóricos da frontaria da portaria do edifício conventual constituído pelos três anjos e serafins

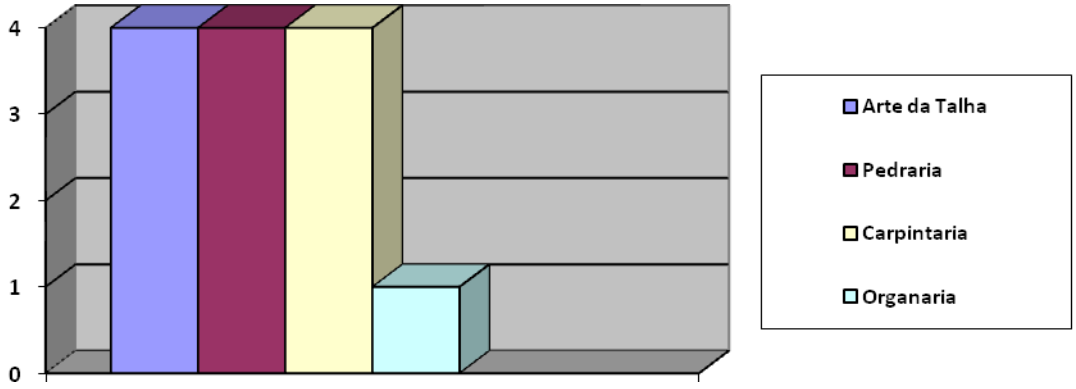
[748] Documento transcrito na integra por: BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação II 1700-1725*, vol.2, 1985, pp.718-721.

[749] No documento é dito que este quintal localizava-se no convento. Tratar-se-ia de um terreno pertencente à cerca conventual.

Estes contratos de obra subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico XII

Tipologias de Contratos de Obra



Ao examinarmos o quadro acima, deparamos com um igual número de encomendas (4) relativas à arte da talha, pedraria e carpintaria. Estas intervenções estão ligadas à feitura de novos dormitórios, do coro, da casa comunal, do mirante e portaria, o emadeiramento dos telhados da cozinha, da despensa, do claustro e palratório, bem como à decoração interior da igreja, do coro alto e da sacristia. A carpintaria está intimamente relacionada com a finalização das obras de pedraria no novo dormitório e respectivas celas. No que concerne à pedraria não encontramos qualquer documento acerca da fase inicial da construção da igreja, bem como do claustro.

A construção do órgão marca o fim das intervenções de maior monta no coro alto.

Do total de 13 contratos de obra que iremos analisar de seguida, inventariamos 13 artistas arrematantes[750], que se apresentam nos ajustes de obra, com os seguintes graus profissionais:

[750] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

Quadro XXVII

O Estatuto profissional dos artistas

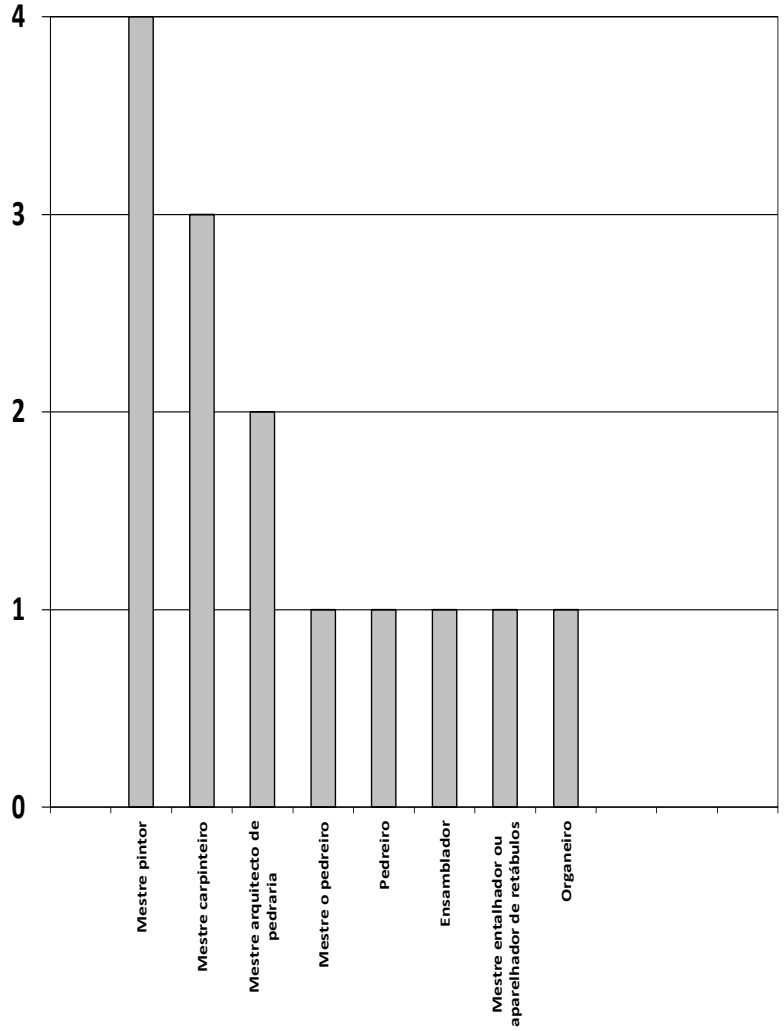
O estatuto profissional	Total
Mestre pintor	4
Mestre carpinteiro	3
Mestre arquitecto de pedraria[751]	1
Mestre pedreiro	1
Pedreiro[752]	1
Ensamblador	1
Mestre entalhador ou aparelhador de retábulos	1
Organeiro	1

[751] Trata-se de João Pinto. Posteriormente, este artista surge noutros contratos de obra celebrados com as religiosas carmelitas com as seguintes denominações: mestre de arquitectura e mestre pedreiro.

[752] Este pedreiro é referido noutro contrato com as religiosas carmelitas de assistente na vila de Guimarães.

Gráfico XIII

O estatuto profissional dos artistas



Em relação a artistas locais, encontramos um mestre arquitecto de pedraria e o seu irmão pedreiro, e um mestre carpinteiro, que trabalham para esta instituição conventual, bem como outros oriundos dos atuais concelhos de Fafe (Cepães, Santa Cristina de Arões[753]), de Vila Nova de Famalicão e das cidades de Braga e do Porto. De Fafe tratam-se de dois carpinteiros; de Vila Nova de Famalicão, um ensamblador; da cidade de Braga, de um mestre entalhador ou aparelhador de retábulos; e do Porto de dois

[753] Na época freguesias pertencentes ao termo de Guimarães.

mestres pintores e de um organeiro. Apesar, do mestre pedreiro Vicente de Carvalho ser morador no termo da vila de Guimarães, sabemos que era natural da Galiza.

Existem artistas que celebram mais de um contrato de obra com as religiosas. Trata-se de João Pinto e do seu irmão António Pinto, pedreiros, que arrematam em parceria dois contratos de obra de pedraria. João Pinto arremata, individualmente, outro contrato de pedraria. O mestre carpinteiro Domingos Pinto arremata igualmente duas obras de carpintaria.

Vejamos em pormenor, por ordem cronológica, os 13 contratos celebrados com estes 13 artistas:

O contrato de obra que encontramos para esta instituição monástica data de 21 de Dezembro de 1718. João Pinto, mestre arquitecto de pedraria, morador no Picoto, junto à vila de Guimarães, contrata com a Reverenda Madre Prioresa Ana de São João e as restantes religiosas a feitura de um dormitório novo[754]. Ao longo desta escritura é feita referência ao dormitório velho, como podemos observar neste extracto do documento:

" *as cunhas que presente se achao no fim do dormitorio velho as mudara elle mestre por sua conta para o fim da obra nova (...) e sera senhor de toda a mais pedra que se over de tiradas paredes antigas".*

As religiosas dariam ao mestre a cal, o saibro, e a pedra para os alicerces do dormitório, embora toda a pedra fosse cortada à custa do mestre. O encomendador seria obrigado a dar o caldo ao jantar e à noite ao mestre[755] aos seus oficiais. A empreitada foi tratada à braça, sendo feita menção aos seguintes preços:

[754] *Vide* documento XXXVII, vol. II. Documento referido por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*...; OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – A Talha da Igreja do Carmo (1746-1754), in *IX Encontro de História Local*, Guimarães, Museu Alberto Sampaio, 2001, policopiado.

[755] O documento específica: "*a elle mestre ou pessoa que andar em seu lugar*".

QUADRO XXVIII
Preços ajustados com os mestres

PAREDES	"*cada braça da parede dobrada na mesma da parede antiga em preço cada braça de coatro mil reis tanto pella braça das paredes mestras como pellas paredes dobradas em tres*".
PROPIANHO	" *a braça do propenho adonde quer que for nesesario a tres mil reis a braça".*
JANELAS	"*cada huma por mil e oitosentos e sincoenta reis*".
FRESTAS	"*por preço de mil e duzentos reis".*

Foram testemunhas presentes: António Luís Pinto de Sousa, irmão do mestre arquiteto, morador na freguesia de São Lourenço de Cima de Selho, e o Reverendo Frei Jerónimo Cardoso.

Volvidos 5 anos, João Pinto firma um novo contrato com a Madre Soror Benta de Jesus, em parceira com o seu irmão António Pinto, pedreiro, assistente na vila de Guimarães[756]. Os dois irmãos comprometiam-se a realizar a seguinte empreitada:

-obra do acrescentamento do dormitório conventual;

-Feitura do coro[757];

-Abrir duas janelas no corpo da igreja "*como a grande que o coro tem"*;

-Arco da igreja "*será de pedra fina muito bem feito*";

-Acrescentamento do mirante;

-Construir um lavatório na sacristia;

-Construir uma mesa do púlpito.

Relativamente ao dormitório é especificado nos apontamentos, de que a braçada da parede mestre seria efectuada na forma e grossura do dormitório que João Pinto já tinha executado, bem como as portas, janelas e frestas à semelhança das do referido dormitório.

A empreitada foi ajustada à braça, ao palmo e à peça, com excepção da obra do coro. Esta última foi ajustada pelo total de 140$000 réis. Relativamente aos

[756] *Vide* documento XXXVII, vol. II. Foram testemunhas: António do Espirito Santo, donato no convento, e João da Costa, tecelão, morador na rua do Sabugal. Documento sumariamente referido por: MORAES, Maria Adelaide Pereira de – Guimarães, *Terras de Santa Maria*…, p. 20.

[757] É mencionado que no coro os artistas fariam 3 janelas de pedra fina para as grades, com as seguintes dimensões: doze palmos de altura, cada uma.

pagamentos, o contrato estabelece que os artistas não poderiam ter adiantados mais que 100$000 réis.

Quadro XXIX
Preços ajustados com os mestres

PAREDE MESTRA (À BRAÇA)	"*a braçada da parede mestra na forma e grosura do dormitorio que estava feito, a coatro mil e quinhentos reis"*
PROPIANHO (À BRAÇA)	"*o perpianho de palmo e dorno, cada braçada a tres mil e quinhentos reis, e o de palmo e meio a braçada a coatro mil e quinhentos reis*"
PAREDE DO ALICERCE (À BRAÇA)	*"a parede do aliceçe ou dobrada da mesma sorte* [refere-se ao propianho de palmo e meio – 4$500 réis cada brasa]"
ARCOS DO DORMITÓRIO (À PEÇA)	"*os arcos do dormitorio de quinze palmos de altura, e de largura os que pedir a sua proporsam sem se medir vão e por cheio com sua cornige e seu pe cada hum por dezaseis mil e quinhentos"*
PORTAS, JANELAS E FRESTAS (À PEÇA)	"*as portas, jenelas e frestas na forma das que fes no dormitorio novo medito o vão por cheio por cada huma dous mil e quinhentos reis*"
ALGEROZES (AO PALMO)	"*o palmo de aljeros a sento e vinte reis*"
MESA DO PÚLPITO (À PEÇA)	*"a meza do púlpito por coatro mil e oitosentos reis"*
FONTE DO LAVATÓRIO DA SACRISTIA (À PEÇA)	*" a fonte do lavatorio com duas bicas e a taça de seis por sete palmos, fara por nove mil e seiscentos reis"*
CACHOROS PARA OS ASSENTOS (À PEÇA)	*"os cachorros pera os asentos cada hum por coatrocentos e oitenta reis"*



Fig. 115 – Lavatório da sacristia da igreja do Carmo



Fig. 116 – Torre sineira e igreja do convento do Carmo (2005)

No contrato é estipulado que toda a pedra resultante do desmancho de anteriores estruturas arquitetónicas seria para o convento, com a excepção da do coro que reverteria para os pedreiros. A abertura dos alicerces e os entulhos resultantes seriam por conta do encomendador. O mestre pedreiro comprometia-se a trazer sempre no estaleiro da obra pelo menos 15 pessoas entre serventes e oficiais. Obrigava-se ainda "*a ajudar nos guindastes a levar as traves asima*". A comunidade religiosa obrigava-se a dar caldo ao jantar e à noite aos oficiais que andassem na obra e ao mestre ou pessoa que andasse em seu lugar, bem como casas para se recolherem os oficiais.

Os artistas não parariam com a obra enquanto ela não findasse. No caso que deixassem de continuar com a dita obra e fossem fazer outra, as religiosas poderiam colocar outro mestre em seu lugar por conta do mestre. No caso da obra arruinasse em parte ou na totalidade no prazo de um ano, esta seria refeita à custa do mestre.

No decurso da obra, se os executantes achassem melhor em mudar o campanário dos sinos "*pera onde for mais conveniente*", o encomendador pagaria os seus jornais e lhes dariam os azimbres feitos e um carpinteiro para os ajudar a assentar e pregar.

A obra deveria ser iniciada logo de imediato, com excepção do coro que se iniciaria apenas após as Oitavas da Páscoa. Toda esta empreitada deveria estar concluída num prazo de 8 meses.

Pouco meses depois, a 25 de Agosto de 1723, a obra do cadeiral e assentos do coro alto da igreja foi encomendada pela Reverenda Madre Benta de Jesus, prioresa do convento, ao ensamblador Manuel da Silva morador no lugar da Ponte de Serves, da freguesia de S. Teodoro de Pedome (concelho de Vila Nova de Famalicão)[758]. A obra teria de ser acabada "*o mais depreça que puder ser*", obrigando-se o artista a não "*tomar outra enquanto não acabar esta*". O mestre comprometia-se a executar toda esta empreitada, de acordo com risco apresentado pelo cliente, pela quantia de 95$000 réis. O encomendador ficava obrigado ao pagamento da empreitada em duas fracções: 40$000 réis no momento da assinatura desta nota notarial "*para comprar o que lhe for necessario*"; os restantes 45$000 réis quando finalizasse e assentasse toda a obra. Para

[758] *Vide* documento XL, vol. II. Contrato referido em primeira mão por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*...; OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – A Talha da Igreja do Carmo (1746-1754), in *IX Encontro de História Local*…. Foram testemunhas presentes: António do Espirito Santo, donato no dito convento e João da Cunha Coutinho morador em Guimarães.

inteira satisfação da obra e cumprimento de todas as cláusulas, Manuel da Silva apresentou como seu fiador e principal pagador António de Oliveira Barreto morador na Praça da Oliveira, de Guimarães. Por sua vez, como garantia de pagamento dos 45$000 réis, as religiosas apresentavam os bens e rendas do seu convento. Quanto a pormenores da empreitada, apenas temos conhecimento que o mestre comprometia-se a executar a obra das cadeiras do coro e os "*banquos de diante das cadeiras*"[759]. Relativamente às pinturas sobre madeira que se encontram nos espaldares do cadeiral nada se sabe sobre quem teria sido o seu responsável[760].



Fig. 117 – Cadeiral do coro alto da igreja do Carmo (2003)

[759] Podemos contabilizar 66 assentos. No entanto, no século XX, com a feitura de uma escada em madeira que faz a comunicação entre a igreja e o coro alto foi destruído um dos assentos. Sobre o coro alto situa-se um mirante espaçoso com grades para o terreiro e para todos os outros lados. O coro é iluminado por quatro janelas de grades de ferro e vidraças. Em 1752, as religiosas adquirem um quadro para o coro retratando S. Vicente de Paulo pela quantia de $180 réis (A.M.A.P, Livro de despesas do Convento do Carmo, MC-583, p. 14, cota antiga: A-9-1-21).

[760] Estas pinturas foram alvo de uma campanha de conservação e restauro, entre Maio e Julho de 2003, pela oficina Sacrorum Custos (Porto), de António José Fernandes e Susana Meneses.



Fig. 118 – Cadeiral do coro alto da igreja do Carmo (2003)





Figs. 119-120 – Coro alto da igreja do Carmo (2003)

No que concerne à pintura a fresco que rodeia toda a parede do coro alto apenas temos conhecimento que foi executada em 1746, conforme a data inscrita. O tecto possui pintura sobre tábua de madeira do qual também não sabemos quem teria sido o seu responsável uma vez que nenhum suporte documental apareceu que nos permita adiantar alguma informação. Neste espaço onde podemos encontrar autênticas obras de arte, em que a pintura e a arquitectura se aliam para criar um espaço unitário de exaltação da religiosidade da ordem, temos conhecimento da feitura do órgão. Em 1725, Teódosio Hember, mestre organeiro, morador na rua do Paraíso, da cidade do Porto, obriga-se a executar um órgão para o coro da igreja pela quantia de 224$800 réis[761]. Este contrato foi assinado no Porto, na casa do tabelião António Mendes de Matos, sendo procurador das religiosas, o Padre Frei Francisco de S. Miguel, capelão do

[761] O organeiro receberia esta quantia em três pagamentos: o primeiro de 57$600 réis, ao assinar a escritura; o segundo de 96$000 e o último de 71$200 réis. Como seu fiador apresentava: o Licenciado Domingos da Silva Castro, morador na rua do Souto, da cidade do Porto.

convento do Carmo[762]. Nos apontamentos são descritos com pormenor muitos aspectos construtivos que o organeiro teria de ter em conta. Por exemplo, é dito que o órgão fosse metido numa caixa de feitio de um guarda-roupa, com um teclado de 45 teclas de marfim e com 5 puxadores de cada lado, e dois foles. Para a execução deste orgão o artista tinha um prazo de 5 meses. O artista comprometia-se ainda, a afina-lo à sua custa por um prazo de 1 mês e a utilizar boa madeira de castanho e estanho de "*doze*". No final, o órgão seria revisto por mestres peritos.



Fig. 121 – Órgão da igreja do Carmo

Após a obra de pedraria do novo dormitório e celas, é posto a pregão a respectiva obra de carpintaria. Esta nova empreitada é arrematada pelo mestre carpinteiro Pedro

[762] Documento existente no Arquivo Distrital do Porto, transcrito na íntegra por: BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação II (1700-1725)*, Porto, vol.2, 1985, pp.718-721. Dos onze órgãos de tubos, actualmente existentes na cidade de Guimarães, este será o mais antigo dos que se conservam. Este órgão encontra-se abandonado e impraticável (SANTOS, Manuela de Alcântara – *Órgãos de tubos em Guimarães*…, p. 7). Em 1753, as religiosas despenderam $500 réis por uma corda para o órgão (A.M.A.P, Livro de despesas do Convento do Carmo, MC-583, p. 36, cota antiga: A-9-1-21).

Pinto da freguesia de Cepães, pela quantia de 199$000 réis[763]. Esta quantia seria paga em três prestações iguais. Além desta quantia, as religiosas comprometiam-se a dar ao mestre "*reção ao jantar enquanto andar na obra tam somente e apozento ou cartel pera os ofeciais se recolherem*".

No momento da assinatura da nota notarial é apresentado pelo encomendador o exórdio que foi lido aos presentes. Através deste exordio temos conhecimento de alguns pormenores construtivos. O dormitório seria soalhado e sobrado sobre traves de macho e fêmea. Esta dependência conventual seria constituída por dois andares, tendo sete celas por banda. O mestre colocaria uma porta em cada cela, rebocando as paredes e colocando o tijolo. No denominado dormitório de cima, as celas seriam forradas de esteira e armado com um telhado de quatro águas. O mestre colocaria as telhas e as janelas do dormitório. Como seu fiador apresentava um dos executantes da obra de pedraria do dormitório: João Pinto, mestre de arquitetura, morador no Picoto, extramuros da vila de Guimarães. O mestre carpinteiro comprometia-se a fazer esta obra com a maior brevidade possível "*sem entrepollar dias alguns*".

Pela leitura dos apontamentos constantes na nota notarial de 31 de Maio de 1728, temos conhecimento que a Reverenda Madre Prioresa Mariana Baptista da Fé contrata com Domingos Pinto, carpinteiro, morador no lugar de Agrelo, da freguesia de Santa Cristina de Arões, as seguintes obras[764]:

-o emadeiramento e telhados da cozinha e dispensa conventual;

-feitura de frestas na cozinha e despensa;

-execução de nove armários para a cozinha e despensa;

-fabrico de cinco portas e de uma janela entre a despensa e a cozinha;

-colocaria caleiros "*assentados sobre as paredes*".

O artista comprometia-se a entregar a obra até ao fim do mês de Agosto. Por este trabalho, o carpinteiro receberia 43$000 réis, sendo à sua custa todas as ferragens necessárias. Como testemunhas deste contrato celebrado no Quintal da Sobradela, do

[763] *Vide* documento XLI, vol. II. Contrato datado de 9 de Junho de 1725. Testemunharam este acto: Manuel de Miranda Machado, vizinho do convento; Domingos Teixeira, familiar do convento; e António Gomes Ribeiro, familiar do tabelião.

[764] *Vide* documento XLII, vol. II. Contrato referido em primeira mão e transcristo por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*…. Contrato celebrado a 28 de Abril de 1732.

convento de São José do Carmo encontramos dois pedreiros: João Pinto[765] e João da Silva, morador na freguesia de Arões. O facto de estes dois pedreiros testemunharem esta nota notarial leva-nos a supor que estes pedreiros se encontravam neste convento a exercer a sua actividade.

Em 1732, os pedreiros João e António Pinto comprometem-se a construir a portaria, o mirante e grades na forma da planta e de um rascunho apresentado pela Reverenda Madre Prioresa Maria Josefa de Belém[766]. Os dois irmãos arrematataram esta obra por 1250$000 réis[767], que seriam pagos enquanto a obra fosse decorrendo. Os artistas comprometiam-se a trazer no estaleiro pelo menos 25 oficiais. Em relação à pedra, é estabelecido que a pedra grossa seria por conta do encomendador. A pedra fina seria à custa dos executantes. As religiosas comprometiam-se a dar o caldo e "*casa para os oficiais dormirem no convento que andarem na dita obra".* Sobre a portaria vejamos a descrição que nos faz Maria Adelaide Moraes:

"A portaria do convento é a obra barroca com mais expressão em Guimarães: sobem mansas, onduladas, as ondas em granito, coroam o portal suportando um floreado escudo e a peanha da estátua de S. Miguel Arcanjo, recortam o muro rematado por dois anjos a segurarem com ródia o brasão das Carmelitas (…)"[768].

[765] Trata-se do mesmo mestre pedreiro que anteriormente arrematara obras neste imóvel.

[766] *Vide* documento XXXVIII, vol. II. Manuscrito transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *obra cit.*. Documento sumariamente referido por: GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal. Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930, p. 8. Como testemunhas surgem o capelão do convento o Abade Frei José da Conceição e João Dias.

[767] Trata-se da obra de pedraria mais dispendiosa que encontramos até ao momento.

[768] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 20.



Fig. 122 - Portaria da igreja do Carmo

Durante o mês de Maio de 1733, os dois irmãos pedreiros ainda permaneciam no estaleiro das obras do convento do Carmo, testemunhando um contrato de carpintaria firmado no referido convento[769]. Neste contrato são designados de "*mestres pedreiros das obras do dito convento*"[770]. A par destes artistas testemunha a nota notarial Custódio Fernandes, do mesmo ofício, morador na freguesia de São Romão de Mesão Frio, do termo de Guimarães. As religiosas mandarão por a lanços uma obra de carpintaria que pretendiam fazer no seu convento a mestres carpinteiros que "*com comodo a fizece*". Por não ter havido quem por menos fizesse esta empreitada que pelo lanço de 250$000 réis, que lançara Domingos Pinto, mestre de carpintaria, do lugar da Agrela, da freguesia de Santa Cristina de Arões, a Madre Soror Dona Mariana Luísa,prioresa do Convento firma contrato com o citado carpinteiro. O mestre comprometia-se a fazer 14 casas de palratórios com as suas respetivas portas, e grades

[769] *Vide* documento XLII, vol. II.

[770] Neste documento sabemos que António Pinto tinha o apelido Sousa.

com uma "*rodinha*"[771]. Os palratórios seriam todos travejados, sobradados e forrados[772]. Os quatro corredores de acesso aos 14 palratórios seriam forrados de esteira. O mestre faria também 19 janelas para a parte da rua e para o interior. Relativamente à casa da portaria, os apontamentos fornecem-nos os seguintes pormenores construtivos:

- sobradada e forrada de barrotes;
- duas rodas grandes;
- três portas;
- duas janelas.

No programa construtivo surge ainda à feitura do forro de um patim localizada à frente da portaria. Em relação aos materiais construtivos, as religiosas obrigavam-se a fornecer toda a madeira, tijolo, pregos e mais materiais necessários à obra[773]. O mestre obrigava-se a serrar a madeira para as traves e freixais e paus compridos. Todos os buracos que fossem necessários para traves e chumbadouros de portas não seriam por conta do mestre por ser trabalho de pedreiro. A comunidade religiosa obrigava-se ainda a dar ao mestre uma ração " *como he costume*", caldos aos oficiais, casa para "*assistirem*", cama para o mestre, colmeiro e coberta para os oficias. O mestre receberia o dinheiro " *de mes a mes, asim como ele mestre for sendo em seu trabalho, de que passara seus recibos athe ser pago da dita coantia*".

Se por ventura, o encomendador quisesse no final examinar a obra por "*peçoas de sans consiencias que o entendam*", estas o poderiam fazer. Se fosse detectado algum erro ou imperfeição, o mestre seria obrigado a tudo reparar por sua custa. O mestre obrigava-se a não sair desta obra enquanto a não finalizasse e com toda a brevidade possível.

[771] Acerca dos palratórios ou locutórios, espaços de conexão com o exterior, veja-se: BORROMEO, Carlos – *obra cit.*, pp. 96-97; FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp.32-34.

[772] No documento é ainda especificado que todas as 14 casas dos palratórios seriam armadas, caibradas e ripadas. As casas do andar de cima levariam paredes de entre meio de tabique, obrigando-se o mestre a emadeira-lo. O assentamento do tijolo seria por conta da comunidade religiosa.

[773] Os materiais necessários seriam trazidos para a obra por conta da comunidade.

Recentemente demos a conhecer os autores da fase do entalhe e do douramento e pintura do conjunto da obra de talha existente no interior da igreja do Carmo[774]. Num espaço de oito anos, este espaço foi alvo da intervenção de um mestre entalhador bracarense a que se seguirá o douramento e pintura por quatro pintores portuenses. Passaram-se seis anos, até que se iniciasse o douramento e pintura dos diversos elementos de madeira entalhada pela oficina do mestre bracarense.

O primeiro contrato referente à fase do entalhe, foi lavrado a 1 de Junho de 1746, pelo tabelião José da Costa, numa das "*cazas das grades*" do convento do Carmo[775]. Neste acto notarial, José Álvares de Araújo, mestre entalhador ou aparelhador de retábulos[776] arrematou a empreitada da feitura do retábulo-mor[777], dos dois altares laterais[778] e das sanefas da igreja, pela quantia de 930$000 réis. Através desta obra de talha, as religiosas tinham como objectivo a beneficiação artística da sua igreja e motivações religiosas, como podemos observar nestas elucidativas palavras do contrato de obra: " *melhor açeo da dita igreja e culto devino* ".

[774] Relativamente a todo o conjunto da obra de talha que ainda hoje podemos admirar na igreja deste convento, Flávio Gonçalves afirma: "Sem dúvida ao segundo quartel do século XVIII remonta, em Guimarães, a talha da igreja do extinto convento do Carmo (...). Talha dourada de excelente qualidade, embora de autores ignorados exige a melhor protecção e estudo" ("A talha na arte religiosa de Guimarães" in sep. do *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.4, Guimarães, 1981, p.349).

[775] *Vide* documento XLV, vol. II. Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*... Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na Igreja do Carmo e de S. Domingos"….

[776] O artista morava na rua dos Chãos da cidade de Braga.

[777] Neste retábulo, o artista teria de fazer uma tribuna "*com todos os mais apendios*".

[778] Tratam-se dos altares laterais dedicado a Santa Ana (lado Evangelho) e a Nossa Senhora do Carmo (lado Epístola) (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 347).



Fig. 123 – Porta de acesso à sacristia e respetiva sanefa

O mestre comprometia-se perante o cliente, a executar o retábulo-mor com a sua tribuna até ao mês de Fevereiro do ano seguinte. Por sua vez, os altares laterais, as sanefas e "*mais apendios*" teriam de estar assentados até ao mês de Fevereiro de 1748. No entanto, a obra só era dada por concluída depois de se proceder à vistoria efectuada por dois mestres peritos, do mesmo ofício do artista: um por parte da comunidade religiosa, outro pelo mestre. No momento desta vistoria, José Álvares de Araújo era obrigado a apresentar as plantas e os apontamentos que recebeu durante a assinatura da nota notarial[779]. Se por ventura não tivessem sido cumpridas integralmente as

[779] O documento não especifica qual o autor do risco, o que nos impossibilita de conhecermos este dado importante. Mais tarde em 1756, José Alvares de Araújo chegou a fazer o risco da talha da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, de Ponte de Lima executado pelos irmãos entalhadores António e

disposições que constavam da planta e dos apontamentos, o mestre bracarense era punido através de uma multa de 100$000 réis. Prevendo-se o recurso à justiça, caso algum problema viesse a ocorrer, seriam as respectivas demandas por parte do artista e do seu fiador tratadas nas instâncias judiciais de Guimarães, e por parte das religiosas na cidade de Braga. Às religiosas competia proceder ao pagamento em duas fracções: 600$000 réis depois do retábulo-mor e tribuna estarem assentados na igreja; a última de 330$000 réis, no final de toda a empreitada. O encomendador comprometia-se durante o assento da obra[780], a fornecer ao mestre "*um reçam da comonidade feite e cozinhada e caza propiçoa ao dito convento pera viver*" e o caldo para os seus oficiais. O artista apresentava como seu fiador, António Luís, pintor, morador na rua de Santa Luzia (extramuros de Guimarães)[781].

Manuel Correia Vale, de Guimarães (ALVES, Natália Marinho Ferreira – " José Álvares de Araújo", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp.36-37).

[780] Como era usual na arte da talha, a estrutura principal dos retábulos era realizada na oficina do mestre, juntamente com os seus oficiais e obreiros. Posteriormente, era transportada em peças avulsas para o local onde iria ser montada (FALCÃO, José António – *O entalhador Francisco Álvares e a construção do retábulo-mor da igreja matriz de Grândola em 1680-1684*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja, 1995, p.17). Por exemplo, na construção do retábulo da capela de Santo António das Taipas (termo de Guimarães) o encomendador ficou obrigado a mandar buscar o retábulo à oficina do mestre entalhador Luís Vieira da Cruz, localizada na cidade de Braga, e a sustentá-lo e aos seus oficiais durante o tempo que se demorassem na capela a assentar o retábulo (OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "O escultor Luís Vieira da Cruz e a construção do retábulo da capela de Santo António das Taipas (1710)", in sep. *Mínia*, 3ª série, nº 6, Braga, ASPA, 1998, p.119).

[781]Como testemunhas estiveram presentes: Frutuoso Mendes Brandão, carpinteiro, morador na rua de Santa Luzia; o Padre António Gomes de Barros, morador na rua Nova das Oliveiras; e Veríssimo Antunes, lavrador, residente no lugar do Assento, freguesia de S. Salvador de Briteiros.



Fig.124 – grade e altar-mor da igreja do Carmo

Poucos dias após a celebração deste contrato, é assinada no convento do Carmo, na presença da prioresa do convento, do artista e do seu fiador, uma alteração ao contrato previamente celebrado, que consistiu na substituição das plantas e apontamentos anteriormente cedidos ao artista para a feitura da obra[782]. As plantas e apontamentos que a prioresa e as restantes religiosas tinham mandado elaborar, não

[782]*Vide* documento XLVI, vol. II. Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*... Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768)... Foram testemunhas presentes: António da Cruz, procurador dos negócios deste convento e Manuel de Miranda Machado, vizinho do convento.

tinham agradado ao arcebispo D. José de Bragança, seu prelado, que de imediato mandou executar novo risco:

"*esta não agradando a Sua Alteza o Serenissimo Dom Joze Arcebispo do Arcebispado Primas Seu Prellado as ditas plantas e apontamentos mandou fazer novas plantas e apontamentos com mais agudeza e açeo na sua prefeição que ao fazer desta escreptura de declaraçam foram aprezentados*".

As novas plantas e apontamentos ordenados pelo Arcebispo D. José de Bragança, das quais mais uma vez não é citado o autor do risco, foram assinadas pelo tabelião, pela prioresa e pelo artista. Este último obrigava-se a executar a empreitada pelo mesmo preço e condições estipuladas pela precedente escritura, mas na forma do novo risco. Note-se aqui, a ingerência e a influência de carácter artístico do arcebispo de Braga na obra de talha deste convento e a sua preocupação em transmitir uma nova e melhorada fisionomia à obra de talha, que correspondesse à dignidade do convento e do seu próprio episcopado.



Fig. 125 – Interior da igreja do Carmo



Fig. 126 – Interior da igreja do Carmo



Fig. 127 – Retábulo lateral da igreja do Carmo (Nossa Senhora do Carmo)



Fig. 128 – Retábulo lateral da igreja do Carmo

Em 1754, é posta a lanços o douramento e pintura desta obra de talha, no priorado da Madre Josefa Luísa de Santa Rosa, tendo-a arrematada pela quantia de 920$000 réis, os seguintes mestres pintores portuenses: António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão. O contrato notarial é firmado no dia 9 de Março de 1754, no locutório do convento, na presença do encomendador, dos artistas, dos fiadores e das testemunhas[783]. Das várias etapas observadas na preparação prévia da madeira, que possibilitava a aplicação da folha do ouro sob uma

[783] *Vide* doc. XLVII, vol. II. Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.*; OLIVEIRA, António José de – "A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768)", sep. *Museu*, nº11, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2002, pp. 190-194. Foram testemunhas presentes, os Padres António Gomes e Luís Lopes moradores em Guimarães.

superfície lisa, neste documento é descrito pormenorizadamente, uma das técnicas usadas nesta preparação: o aparelhamento. Como a durabilidade do douramento dependia do número de mãos de gesso grosso, gesso malte, do bolo arménio e do tipo de cola utilizada[784], o encomendador recomendava que o aparelho fosse feito com três mãos de gesso grosso, quatro de gesso malte e quatro de bolo arménio, num total de onze mãos, e que fosse utilizada boa cola de retábulo[785]. A responsabilidade dos mestres portuenses quando ao aparelho prolongava-se por um período dilatado de cinco anos. Se por acaso, dentro desse prazo o ouro ressaltasse por falta de aparelho, os artistas comprometiam-se a refazer toda a obra à sua custa e risco.

Em relação ao ouro, é expresso que fosse utilizado ouro subido, fino e brunido, ou seja, ouro de alta qualidade, polido e brilhante. Por parte do encomendador houve uma preocupação estética de transmitir uma variada policromia, que não se limitava ao dourado, mas a um impacto visual mais realista, notório nos elementos decorativos do retábulo como os "*rapazes e serafins*" que seriam "*fuscados*".

[784] ALVES, Natália Marinho Ferreira – "A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses", sep. *Museu*, nº4, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1995, p. 36.

[785] Segundo Natália Marinho Ferreira Alves, a melhor cola era aquela que se obtinha das peles dos animais, principalmente do coelho, que muitas vezes é chamada de cola de "ritalho" ou de "retalho branco" (*A Arte da talha no Porto na época barroca - Artistas e clientela. Materiais e técnica*, vol.1, Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989, p.202). Vejam-se os vários exemplos apresentados pela mesma autora, extraídos de documentos acerca da técnica do aparelho: *idem, ibidem*, pp.202-207; *idem*, "A actividade de pintores e douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII", in *Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, Actas, vol. II/2, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p.318.



Fig. 129 – Púlpito da igreja do Carmo

Além da obra de talha executada pela oficina do mestre José Álvares de Araújo, que como vimos incluía o retábulo-mor, dois altares laterais e as sanefas, os mestres pintores comprometiam-se a dourar "*toda a mais talha que se acha ornando a sua jgreja*", que incluía os púlpitos[786], remates de portas, credências[787], o óculo do coro, e o retábulo da sacristia.[788]. Em relação às imagens existentes nos três retábulos,

[786] No documento anterior não é referido a feitura dos dois púlpitos existentes na igreja. No entanto, podemos atribuí-los com algumas reservas, à oficina de José de Araújo.

[787] Actualmente, estas duas credências ainda subsistem na capela-mor.

[788]Pensamos que este último retábulo será possivelmente o mesmo que desde 1943 se encontra exposto no Museu de Alberto Sampaio Este retábulo foi adquirido em Abril de 1943, por Alfredo Guimarães, director do Museu de Alberto Sampaio, pela quantia de 1200$00, ao Asilo de Santa Estefânia (A.M.A.S., Livro correspondência manuscrito n.º 6, ofício n.º 164, de 10 de Setembro de 1945). Em Abril de 1951, foi alvo de douramento pelo mestre Manuel de Sousa Braga, pelo preço de 250$00 (A.M.A.S., factura de 13 de Abril de 1951). Em 1953, este retábulo estava exposto no claustro, no dizer de Alfredo Guimarães

comprometiam-se a estofa-las "*ao moderno sobre ouro com ouro*", com excepção das imagens de Santa Ana e de Santa Gertrudes. A imagem de Santo Cristo existente na sacristia, também seria alvo da intervenção dos mestres portuenses devendo ser encarnada, isto é, os pintores obrigavam-se a obter um colorido perfeito que imitasse a carne do corpo de Cristo[789]. No altar-mor, os artistas obrigavam-se igualmente a dourar algumas tábuas para se colocarem castiçais quando se expusesse o Santíssimo Sacramento e o lugar do Senhor que se encontrava debaixo do sacrário. No contrato é também estipulado que dourassem os 230 "*micheiros (...) que custuma servir nas funsois desta jgreja*". Por fim, os artistas obrigavam-se a pintar os elementos escultóricos da belíssima frontaria da portaria do edifício conventual constituído pelos três anjos e serafins[790], datada de 1732, da autoria de João e António Pinto.

"um famoso altar, em madeira doirada e do estilo barroco, que foi das freiras do Carmo, de Guimarães" (*Guimarães, Guia de turismo*, 2ª ed., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1953, p. 155). Actualmente, encontra-se exposto no corredor dos Gabinetes, com o nº de inventário E 124. Possui as seguintes dimensões: alt. 214 cm; larg. 203 cm; prof. 40 cm. Nas colecções do Museu sabemos ser também proveniente deste convento o Calvário, pintura quinhentista sobre tábua (nº inventário P 50).

[789] No estado atual das fontes documentais compulsadas não nos é permitido saber o autor que esculpiu toda esta imaginária existente na igreja e na sacristia do convento do Carmo. Contudo, não convém esquecer que muitas vezes sucedia que as imagens ao longo dos tempos eram sujeitas às repinturas e reencarnações frequentes o que pode dificultar a atribuição da autoria destas imagens (FLEXOR, Maria Helena Ochi – "Autorias e atribuições: a escultura na Bahia dos séculos XVIII e XIX", in *Museu*, nº7, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1998, pp.197-198).

[790] No documento é referido que seriam apenas pintados as suas "*cabeças*".



Fig. 130 – Imagem de São João Batista (retábulo-mor)



Fig. 131 – Pormenor da portaria da igreja do Carmo

Entre o encomendador e o artista, é acordado que toda esta empreitada seria realizada conforme a vontade e o agrado de D. José de Bragança, arcebispo de Braga. A empreitada só era dada por finalizada, após se proceder à sua vistoria efectuada por dois mestres do mesmo ofício dos artistas, chamados para esse efeito pelo arcebispo e pelas religiosas. Os artistas obrigavam-se a iniciar a empreitada no dia de S. José do corrente ano. A conclusão da obra da capela-mor estava prevista até ao mês de Junto, enquanto que a restante empreitada tinha um prazo mais alargado – final mês de Novembro. Para maior segurança do cliente, os mestres portuenses davam as fianças exigidas pelas religiosas e apresentavam para além disso, os seus fiadores: José da Silva Guimarães, homem de negócios e João Caetano Moura Queirós, cirieiro, ambos de Guimarães. Os mestres receberiam os 920$000 réis em três prestações iguais: a primeira no início da obra, a segunda no meio e a última quando a finalizassem[791]. Contrariamente ao primeiro contrato celebrado com o mestre bracarense, tanto a alimentação como a estadia eram por conta dos mestres portuenses.

Estes quatro mestres pintores portuenses são artistas com actividade conhecida, durante o século XVIII. As suas obras não têm passado despercebidas aos historiadores de arte, pelo que podemos esboçar o seu percurso artístico. António José Pereira morador na rua de Santa Ana, permanece activo entre 1735 e 1774[792]. Em 1747, juntamente com o mestre pintor Pedro da Silva Lisboa, compromete-se a executar o douramento da capela-mor e frontispício da igreja do convento de Santa Clara, do

[791] No livro de despesas desta instituição referente ao triénio da Madre Josefa Luísa de Santa Rosa (1752-1754) encontra-se uma despesa referente à "*douradura da igreja e mais acresimos*" que totaliza 965$985 réis (A.M.A.P., Livro de despesas do Convento do Carmo, MC-583, p.68. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - "O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754) "…, pp. 37-80). Trata-se da obra de douramento e pintura arrematada pelos mestres pintores do Porto. Todavia, esta despesa é superior em 45$985 réis em relação ao contrato de obra, o que nos indicia que a igreja foi alvo de uma maior intervenção por partes desses mestres portuenses.

[792] D. Domingos de Pinho Brandão apresenta uma procuração datada de 1735, na qual o mestre entalhador José Teixeira Guimarães confere poderes a António José Pereira para receber o dinheiro que se lhe devia da obra de talha do altar dos Passos da igreja de Ovar (*Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto*, vol.3, 1986, pp. 306-307). Natália Marinho Ferreira Alves refere vários documentos entre 1748 e 1774, nos quais este artista está presente (*A arte da talha no Porto na época barroca*..., vol.2, pp. 632-633).

Porto[793]. João Pereira Cardoso residia na rua de Trás, com actividade conhecida entre 1733 e 1772 [794] . Em 1750, João do Couto Teixeira em parceira com Luís Pinto Leitão ajustam o douramento dos retábulos laterais e do frontispício do arco cruzeiro da igreja da Lavra (Matosinhos)[795]. Em 1751, Luís Pinto Leitão surge como fiador do mestre entalhador portuense Manuel Costa de Andrade, que executou o retábulo de Santa Luzia da igreja do Convento de S. Francisco, do Porto[796]. Em 1754-1755 realiza o douramento das varandas e sanefas de talha das janelas do corpo da igreja do Bom Jesus de Matosinhos[797]. Em 1763, efectua o douramento dos castiçais para o altar do Senhor Jesus da igreja da Misericórdia do Porto[798].

Entretanto, a 11 de Agosto de 1748, a Madre Maria Madalena de Santo António, prioresa do convento, firma contrato com o mestre carpinteiro Manuel Francisco morador na rua de Santa Cruz, extramuros de Guimarães[799]. A obra tinha sido previamente posta a lanços para esse efeito destinados, tendo sido arrematada pela quantia de 205$000 réis[800]. O mestre carpinteiro comprometia-se a obra do emadeiramento das varandas do claustro do andar de baixo e de cima, bem como do respectivo telhado. È recomendado que o artista utilizasse madeira de castanho boa, perfeita e sã. Toda a madeira velha que se tirasse ficaria para a comunidade religiosa. As madeiras, chaves, fechaduras e madeiras correriam por conta do mestre, excepto as linhas necessárias para o telhado. O mestre arrematante apresentava como seu fiador

[793] Documento publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.3, 1986, pp.521-524.

[794] ALVES, Natália Marinho Ferreira – *obra cit.*, vol.2, pp.536-537.

[795] Documento publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.3, 1986, pp.568-572. Ambos eram moradores na rua de Entre Paredes. Em 1752, João do Couto Teixeira morava junto à Senhora da Batalha, freguesia de Santo Ildefonso (ALVES, Natália Marinho Ferreira – *obra cit.*, vol.2, p.677). Em 1764, Luís Pinto Leitão tinha 52 anos de idade (*idem, ibidem*, vol.2, p.707, nota nº710). Portanto quando trabalha em Guimarães contava com 42 anos de idade.

[796] Documento publicado por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.4, 1987, pp.48-50. Nessa altura era morador na rua de Cima do Muro.

[797] *Idem, ibidem*, p.84.

[798] *Idem, ibidem*, p.200.

[799] *Vide* documento XLIV, vol. II.

[800] Os pagamentos seriam feitos conforme a obra estivesse feita, com excepção de 50$000 réis que ficariam para o final. Nessa ocasião, obra seria vistoriada por "*mestre que o entenda pera que a faltar que ouver ser reparada e aprefeisuada a custa delle mestre e seus fiadores*"

Gregório Lopes, carpinteiro, morador na rua de Trás o Muro, da vila de Guimarães; e Domingos de Freitas, hortelão, das religiosas de Santa Clara, de Guimarães. O prazo de execução era até ao mês de Dezembro do supracitado ano. Nesta altura deveriam trabalhar neste convento os pedreiros António Cerqueira e António Ferreira, de São Lourenço de Golães, do termo de Guimarães, pois surgem-nos nesta nota firmada na casa das grades do convento na qualidade de testemunhas.



Fig. 132 - Claustro descaraterizado na atualidade

O último contrato de obra reporta-se ao ano de 1760[801]. Trata-se de uma escritura referente à obra de pedraria da casa comunal firmada na casa do locutório do convento do Carmo. O mestre pedreiro Vicente de Carvalho morador no lugar de Caneiros, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões, juntamente com o tabelião e testemunhas "*da banda de fora das ditas grades"*, compromete-se a executar esta empreitada na forma de duas plantas e apontamentos que foram assinados pelo encomendador e pelo

[801] *Vide* documento XXXIX, vol. II. Contrato datado de 15 de Março de 1760. Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*...

executante, com toda a segurança "*bondade e firmeza*". A obra foi arrematada por 263$200 réis, que seriam satisfeitos em quatro pagamentos iguais: o primeiro no momento da assinatura do contrato; o segundo no azulejar da obra; o terceiro finda a parede na altura de 24 palmos; e o último no fim. Antes do último pagamento, a obra seria vista e revista por mestres "*que bem o entendem se esta feita na forma da pelanta e apuntamentos*". A casa comunal deveria estar concluída durante o mês de Junho.

Quadro XXX
Outros gastos com pagamentos a artistas e dispêndio de materiais construtivos (1752-1754)[802]

Ano	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Dispêndio com materiais	Fonte
1175 2	Serralharia	Serralheiro	$900 réis	"*de concertos*"		A.M.A.P., MC-298, p.6
1175 2			1$530 réis		carro e meio de telha	A.M.A.P., MC-298, p.7
1175 2			$920 réis	Uma chave para a fonte das varandas e conserto de outra		A.M.A.P., MC-298, p.9
1752			43$460 réis	"*conserto que fizemos as cazas que rematamos a Joao de Afonseca*		A.M.A.P., MC-298, p.12

[802] Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de - "O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754) "…, pp. 37-80. Este Livro de Despesas do Carmo reporta-se à situação financeira com especial ênfase para o registo contabilístico das receitas e despesas desta instituição monástica durante o triénio da Reverenda Madre Prioresa Josefa Luísa de Santa Rosa (1752-1754), sendo redigido por Ana Isabel do Deserto, escrivã do convento. Este documento está escrito em papel, com marca de água onde se lê *GIVSTO*. O volume é constituído por 35 folhas numeradas sequencialmente ao nível da página e não de fólio, totalizando desta forma 70 páginas. Mantém a encadernação primitiva, em pergaminho, embora a contracapa já tenha desaparecido. Na capa podemos ler: "*Livro de despezas da escrivaa e clavarias, que principiou a 22 de Dezembro de 1751 annos sendo Prioreza a Reverenda Madre Soror Jozefa Luiza de Santa Rosa e escrivaa Soror Anna Jzabel do Dezerto*".

Ano	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Dispêndio com materiais	Fonte
				Coutinho"		
1752			1$750 réis		Duas pedras para duas sepulturas	A.M.A.P., MC-298, p.13
1752			5$080 réis		cal	A.M.A.P., MC-298, p.14
1752		Caiadores	6$710 réis	Jornais		A.M.A.P., MC-298, p.14
1752			$180 réis		Um quadro para o coro de São Vicente de Paulo	A.M.A.P., MC-298, p.14
1753			$820 réis		2 cordas para os sinos	A.M.A.P., MC-298, p.24
1753		Caiadores	1$490 réis	Jornais		A.M.A.P., MC-298, p.26
1753			1$200 réis		Cal	A.M.A.P., MC-298, p.26
1753	Serralharia	Serralheiro	2$290 réis		"*em hum rol*"	A.M.A.P., MC-298, p.27
1753			1$600 réis		Uma fechadura para a porta da Igreja	A.M.A.P., MC-298, p.32
1753	Ferraria	Ferreiro	7$120 réis		*"em hum rol*"	A.M.A.P., MC-298, p.35
1753			24$965 réis	"*Modar o boeiro das agoas da cozinha*"		A.M.A.P., MC-298, p.36
1753		Retelhadores	1$100 réis			A.M.A.P., MC-298, p.42
1754	Pedraria		19$160 réis	Construção de uma chaminé para a fornaria		A.M.A.P., MC-298, p.51
1754	Serralharia	Serralheiro	$940 réis	Consertos		A.M.A.P., MC-298,

Ano	Tipo de obra	Artista / Artífice	Quantia	Descrição da obra	Dispêndio com materiais	Fonte
						p.56
1754			$960 réis	Feitura do nicho do Coração de Jesus		A.M.A.P., MC-298, p.60
1754		Retelhador	2$200 réis		Cal e areia	A.M.A.P., MC-298, p.62
1754			$950 ríes	Conserto do forno		A.M.A.P., MC-298, p.62
1754	Serralharia	Serralheiro	$640 réis		"*em hum rol*"	A.M.A.P., MC-298, p.68
1754	Douramento e pintura		965$985 réis	"*Douradura da igreja e mais acresimos*"		A.M.A.P., MC-298, p.68
1754	Ourivesaria		25$600 réis	Castiçais e cruz para a igreja		A.M.A.P., MC-298, p.68

Como podemos concluir, entre os anos de 1752-1754, a instituição suportou os gastos com as obras de manutenção e melhoramento do seu património: igreja, cozinha, forno e casas. Com alguma frequência surgem referências ao pagamento dos jornais aos caiadores, carpinteiros, retelhadores, ferreiros e serralheiros. São também diversas as referências aos gastos em material de construção como sejam telhas, cal e areia. Surgem esporadicamente despesas com obras de beneficiação nas casas já anteriormente edificadas e que lhes pertenciam. Relativamente à igreja encontramos gastos relacionados com a feitura de uma fechadura para a porta da igreja, de alfaias litúrgicas (castiçais e uma cruz), um quadro para o coro retratando S. Vicente de Paulo, duas cordas para os sinos[803], uma corda para o orgão, duas pedras sepulcrais e o nicho do Coração de Jesus. No entanto a obra de maior envergadura suportada pela instituição refere-se à "*douradura da igreja e mais acresimos*" que totaliza 965$985 réis. Trata-se

[803] Temos conhecimento, que a comunidade religiosa dera uma esmola de quatrocentos e oitenta réis, para o sino da igreja de S. Romão.

da obra de douramento e pintura arrematada pelos aludidos quatro mestres pintores do Porto, iniciada em 1754. Todavia, esta despesa é superior em 45$985 réis em relação ao contrato de obra, o que nos indicia que a igreja foi alvo de uma maior intervenção por partes desses mestres portuenses.

Detenhamo-nos de relance, na análise das despesas anuais do convento triénio de 1752-1754. Como podemos verificar no quadro seguinte, estas totalizam para o triénio da prioresa Josefa Luísa de Santa Rosa a soma de 21484$630 réis.

Quadro XXXI

Despesas do Convento do Carmo no triénio de 1752-1754[804]

ANO	**DESPESA**	**%**
1752	6014$605	28%
1753	4043$985	19%
1754	11426$040	53%
TOTAL	21484$630	100%

As despesas alcançaram o valor mais elevado no ano de 1754, representando 53% do total. Foram os dispêndios com o empréstimo de dinheiro a juros (7148$341 réis) que absorveram grande parte dos gastos (62%) nesse ano. Em 1752 e 1753, a concessão de crédito pelo convento, alcançou respectivamente a soma de 2150$000 e 830$000 réis. Surge ainda um gasto adicional de 52$375 réis relacionado com as despesas de uma dívida de difícil cobrança a uma pessoa ausente no Brasil. Relativamente aos artistas devedores desta instituição conventual, temos conhecimento de que em 17 de Março de 1752, Manuel Francisco, carpinteiro, da vila de Guimarães, contraí uma divida de 50$000 reís[805]. Deverá tratar-se do mesmo mestre carpinteiro que em 1748 arremata a obra do emadeiramento do claustro.

O convento foi extinto pela lei de 1834, ficando este imóvel propriedade nacional com a morte da última freira em 1854. A igreja foi doada à Irmandade do Carmo,

[804] Quadro reproduzido anteriormente por: OLIVEIRA, António José de – *obra cit.*, p.43.

[805] A.M.A.P., MC-298, p.20.

enquanto que as restantes dependências conventuais foram concedidas ao Ministério da Guerra que aí estabeleceu o hospital militar do batalhão de Caçadores 7. Anos volvidos, foi cedido à praça militar de Valença[806]. Entretanto, em 1858, as Comissões promotoras do Asilo de Santa Estefânia, fazem uma petição ao rei D. Luís e à rainha para a cedência do convento à referida instituição. Finalmente, em 1862, a Comissão Administrativa do Asilo de Santa Estefânia toma posse do edifício conventual, situação que se mantém até aos nossos dias[807].

[806] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.347.

[807] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *140 anos do Lar de Santa Estefânia, Guimarães 1858-1998*, Guimarães, Lar de Santa Estefânia, 2000, p.13.

1.2.7. Convento de Santa Rosa de Lima

Em 1680, foi fundado o Convento de Santa Rosa de Religiosas Dominicanas, sito nas casas do hospital ou albergaria de S. Roque, com sua capela e hortas, administradas pela Confraria da Senhora da Graça[808]. Dado que o anterior templo pertencente à confraria, ocupado pelo convento era demasiado pequeno para o crescente número de religiosas e pouco relevante para a importância da instituição, tornou-se necessário ampliá-lo. Com esse objectivo, as religiosas adquiriram as casas conjuntas à capela, a par de terem tomado posse como administradoras de tudo o que pertencia ao hospital de S. Roque e à Confraria da Senhora da Graça. Neste contrato datado de 1735, celebrado com os confrades da Confraria da Senhora da Graça, as freiras comprometem-se a aceitar todos os encargos e legados a que a confraria estava obrigada[809].

[808] Sobre a fundação desta instituição monástica vide: CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, pp.333-336; BELLINO, Albano – *obra cit.*, pp. 200-201; ALVES, José Maria Gomes – "A Igreja das Dominicas", in *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, vol.1, Guimarães, 1981, pp.40-43.

[809] Contrato referido por CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit*., p. 335. Vejamos um extracto deste manuscrito: "*que ellas rellegizas andavam edeficando o dito seu convento de novo pella grande necesidade que delle tinham a que estava conjunto ou chegado o dito hospital a humas cazas que aviam comprado pera fazerem a obra com milhor perfeição e espacio as coais cazas heram foreiras ao dito hospital e confrades administradores e por essa rezam se aviam contratado por huma escritura; em que ellas rellegiozas podecem nas ditas cazas continuar a dita obra de seu convento*" (A.M.A.P., nota do tabelião Brás Lopes, N-630 (cota antiga: N-626), fls.44v-51v, de 14 de Setembro de 1735).



Fig. 133 – Vista aérea do Convento de Santa Rosa de Lima (C.M.G. 2001)



Fig. 134 – Convento de Santa Rosa de Lima (2008)

Durante a visita pastoral ao Convento das religiosas dominicanas que ocorreu a 7 de Julho de 1747, D. José achou o templo das dominicas com espaçosa sacristia, bons ornamentos, asseados altares, grande a igreja e "arrogante a Capella mayor"[810]. Contudo, mais do que regras de disciplina religiosa, encontramos neste relato de Tadeu Camões, mais referências a obras patrocinadas pelo prelado. De facto, imediatamente nesta visita, o arcebispo decidiu mandar romper à sua custa "com elegante desafogo, e artificiosa ideia" umas frestas "que já agora com espaçoso âmbito restituem á Igreja a luz, de que a tinhão privado os primeiros artífices no defeito apertado daquelas frestas"[811]. A visita prosseguiu pelo dormitório. Nesta descrição é dito que o Prelado resolveu introduzir no claustro "mais perennidade de proveitosas águas, e juntamente fez avultar a continuação de levantados muros, e outras obras, com que lhe mandou estender a clausura, e augmentar o districto, que sem o patrocinio de S.A. nunca puderão conseguir" [812] .

Além de ingerir no espaço interno da igreja, o prelado vai patrocinar a construção da porta principal conventual. Apesar de não termos nenhum suporte documental que nos permita adiantar alguma informação sobre a construção deste portal e respectivo muro, sabemos através da pedra de armas deste arcebispo inscrita no portal que apadrinhou igualmente esta obra[813].

[810] CAMÕES, Tadeu – *obra cit.*, vol. 2, 1749, p.52.

[811] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.52. Esta empreitada foi posta em prática pouco tempo depois (*Idem, ibidem*, vol.2, p. 53)

[812] *Idem, ibidem*, vol. 2, 1749, p.53.

[813] As nossas buscas no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, para encontrarmos o contrato notarial desta empreitada revelaram-se infrutíferas. Apenas podemos dizer que este portal foi construído durante o episcopado de D. José. Segundo Eduardo Pires de Oliveira, se se vier a confirmar a data de 1747-1748 para a feitura deste portão "poderemos dizer que Guimarães foi uma das primeiras povoações minhotas a aderir ao rococó. (OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *obra cit.*, p.182).



Fig. 135 – Pormenor do portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança



Fig. 136 – Convento de Santa Rosa de Lima

O convento foi extinto a 9 de Março de 1888 com o falecimento da última religiosa[814]. Devido à destruição da igreja de S. Sebastião em 1892, o templo das Dominicas passou a assumir funções de igreja paroquial da freguesia de S. Sebastião. Nesse mesmo ano, o governo cedeu à Câmara Municipal o convento e a sua cerca para que aí fossem criadas repartições camarárias[815].

Deste convento feminino, o Museu de Alberto Sampaio possui um conjunto de peças cerâmicas oferecidas, em 2001, pelo Sr. José Manuel Torcato Ribeiro. Este senhor recolheu-as, em 1982, quando se procedia a obras na área correspondente à antiga conventual. Trata-se de um conjunto deveras interessante que permite traçar o uso de peças de faiança num convento feminino entre os séculos XVIII e XIX.



[814] Segundo Albano Bellino, a 9 de Março de 1888 faleceu a última freira, ficando então extinto o convento (*obra cit.*, p. 200). Com a destruição da igreja de Sebastião em 1892, a igreja das Dominicas passou a ser nesse ano, a sede da paróquia de Sebastião (*idem, ibidem*, pp. 200-201).

[815] ABREU, Maria Helena Matos Ribeiro de – "O Convento de Santa Rosa de Lima: da fundação do recolhimento à extinção do convento", in *Expresso do Ave*, Guimarães, 30 de Março de 2001, p. 7.





Figs. 137, 138 e 139 – Peças cerâmicas encontradas no convento de Santa Rosa de Lima, existentes no MAS, antes do restauro (2003).

Quadro XXXII

Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Rosa de Lima (1727-1776)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Residência	Fonte
1727 Fev.6	Obra de pedraria do dormitório, refeitório e cozinha	À braça e ao palmo	Manuel Fernandes da Silva e André Lopes, mestres de pedraria	Manuel Fernandes da Silva morador Atrás de São Marcos/ André Lopes morador no lugar do Vale, freguesia de Adaúfe (termo de Braga)	*Vide* doc. XLVIII, vol. II
1734 Abr.19	Obra de pedraria da igreja e coro, que se pretendia continuar e acabar	À braça e ao palmo	João Moreira Bouça, António Pereira, Domingos da Costa, José Moreira da Cruz, mestres pedreiros[816]	João Moreira Bouça morador no lugar da Aldeia de Real, freguesia de São Salvador de Moreira (termo do Porto) / António Pereira morador na rua Direita, da freguesia de Santo Ildefonso, extramuros da cidade do Porto /, Domingos da Costa morador no lugar de São Gemil, freguesia de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro (termo do Porto) / José Moreira da Cruz morador na rua de São Dâmaso, vila de Guimarães	*Vide* doc. XLIX, vol. II
1735 Out.17	Obra das portas e cobertura de madeira da nova igreja que se estava a construir	205$000 réis	Alexandre Pinto de Queirós, mestre ensamblador e João Moreira Bouça,mestre de obras de pedraria "*deste*	Alexandre Pinto de Queirós morador no lugar do Soutinho, freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga) / João Moreira Bouça	*Vide* doc. LII, vol. II

[816] Conforme sociedade realizada a 29 de Abril de 1734, nesta obra ficariam também sócios os seguintes mestres pedreiros da diocese do Porto: Caetano de Sousa Teixeira, Francisco Ferreira, Simão Lopes, Baltazar Francisco, Nicolau Moreira e Manuel Moreira Bouça.

			convento"	morador no lugar de Carvalhido, freguesia de São Salvador de Moreira (termo do Porto)	
1735 Nov. 9	Obra de pedraria do mirante e sacristia	À braça e ao palmo	António Pereira e João Moreira Bouça, mestres pedreiros [817]	António Pereira morador na rua do Bonjardim (Porto) / João Moreira Bouça morador no lugar do Carvalhido, freguesia de São Salvador de Moreira (termo do Porto)	*Vide* doc. L, vol. II
1736 Mar. 21	Obra de carpintaria do mirante e sacristia	310$000 réis.	António Carvalho e António Moreira de Queirós, carpinteiros	Naturais da freguesia de Ruivães (concelho Vila Nova de Famalicão) e assistentes em Guimarães	*Vide* doc. LIII, vol. II
1737 Abr. 16	Finalizar obra do dormitório	Á braça e ao palmo	António Pereira, João Moreira Bouça, Nicolau Moreira, mestres pedreiros	António Pereira morador na freguesia de Santo Ildefonso (Porto) / João Moreira Bouça morador no lugar do Carvalhido, freguesia de São Salvador de Moreira / Nicolau Moreira morador na freguesia de Vila Nova da Telha (concelho de Maia)	*Vide* doc. LI, vol. II
1739 Jun.2	Obra de carpintaria no dormitório "*frente ao mirante*"	200$000 réis	António Moreira de Queirós, mestre carpinteiro	Lugar de Rebordelo, freguesia de São Salvador de Ruivães (concelho Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. LIV, vol. II
1741 Out.1	Retábulo, tribuna, frontal e duas credências para a capela-mor da igreja	650$00 réis. + 14$000 réis das duas credências	António Fernandes Palmeira	Lugar do Outeiro, freguesia de Palmeira, termo de Braga	N-635, fls.114-115v

[817] Vd.nota anterior.

1745 Fev.3	Dois altares laterais da igreja	500$00 réis.	António da Cunha Correia Vale e Manuel da Cunha Correia, mestres entalhadores	António da Cunha Correia Vale morador no lugar do Loureiro, freguesia de São Salvador de Delães (concelho Vila Nova de Famalicão) / Manuel da Cunha Correia morador no Lugar da Barca de Nuno, freguesia de São Miguel de Entre-as-Aves (concelho Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. LVI, vol. II
1746 Nov.14	Obra de carpintaria " *que agora se lhe ofercia na obra de pedraria que se andaria fasendo*"	300$000 réis	Manuel da Costa e Manuel Ferreira, mestres carpinteiros	Moradores na rua dos Pelames, da cidade de Braga	*Vide* doc. LV, vol. II
1776 Nov.30	Caixa do órgão de tubos da igreja	116$000 réis	José António da Cunha, mestre entalhador	Rua Nova de Santo António (Guimarães)	*Vide* doc. LVII, vol. II

Nos onze contratos de obra que apresentamos no quadro anterior, temos conhecimento de que estas escrituras foram celebradas nas seguintes dependências conventuais[818]:

-Locutório (3 contratos);

-Casa do Locutório;

-Casa das grades (3 contratos);

-Grade do coro "*debaixo da igreja*";

-Casa da Portaria.

[818]Dois dos contratos não especificam a dependência conventual.



Fig. 140 – Portaria do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 141 – Interior da portaria do Convento de Santa Rosa de Lima

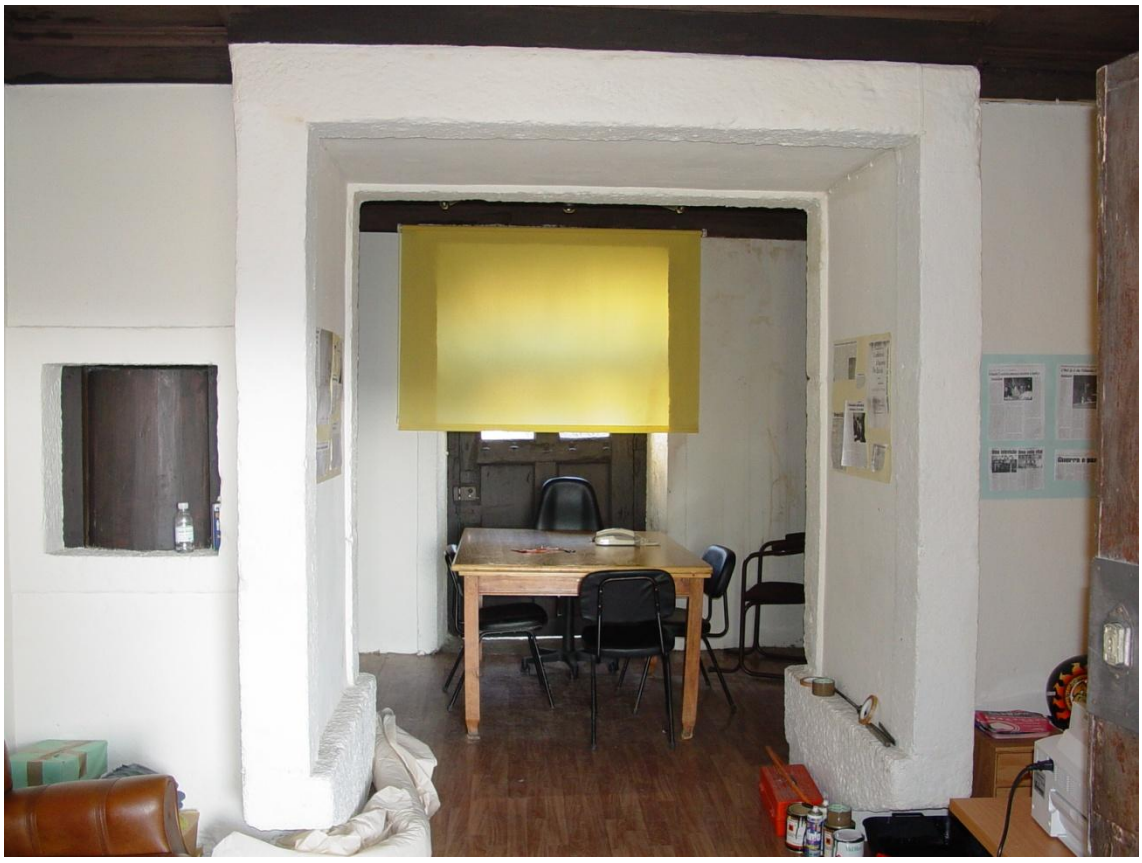
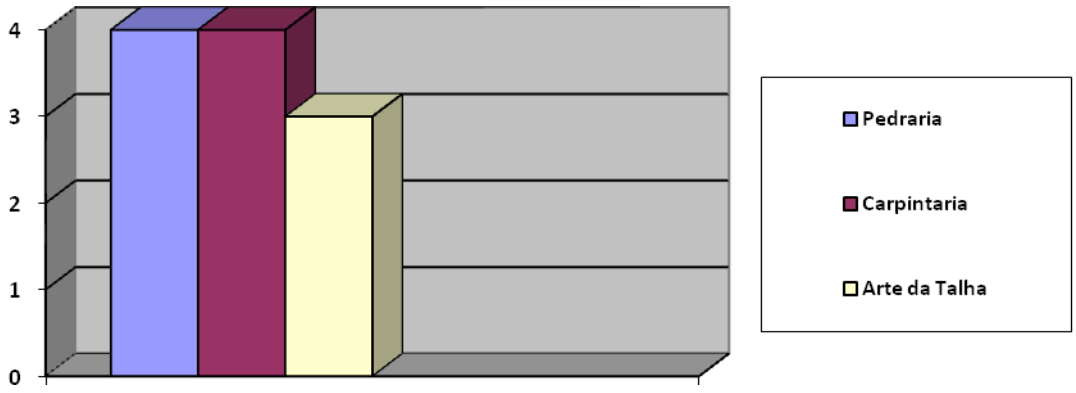


Fig. 142 – Um dos locutórios do Convento de Santa Rosa de Lima (1ºpiso)

Estas escrituras de obra subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico XIV

Tipologias de Contratos de Obra



Ao examinarmos o gráfico acima, deparamos com um igual número de encomendas (4) relativas à pedraria e carpintaria. Estas intervenções estão ligadas à fase de construção e constituição do seu património conventual, nomeadamente à feitura do refeitório, da cozinha, da igreja, do coro, mirante, sacristia, dormitórios, escadaria de acesso ao dormitório, da casa comunal. No que concerne à arte da talha, está ligada à decoração interior da igreja, nomeadamente na construção do altar-mor e dos dois retábulos laterais[819], bem como na edificação da bacia do órgão destinada a albergar o conjunto organológico. No que diz respeito ao claustro como este nunca foi iniciado não encontramos naturalmente qualquer referência.



Fig.143 – Claustro inacabado do Convento de Santa Rosa de Lima

[819] Até ao momento não encontramos os respectivos contratos de douramento e pintura.



Fig. 144 – Pormenor do claustro inacabado do Convento de Santa Rosa de Lima

Do universo de 11 contratos de obra que iremos analisar de seguida, inventariamos 17 artistas arrematantes[820], que se apresentam nos ajustes de obra, com os seguintes graus profissionais:

[820] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

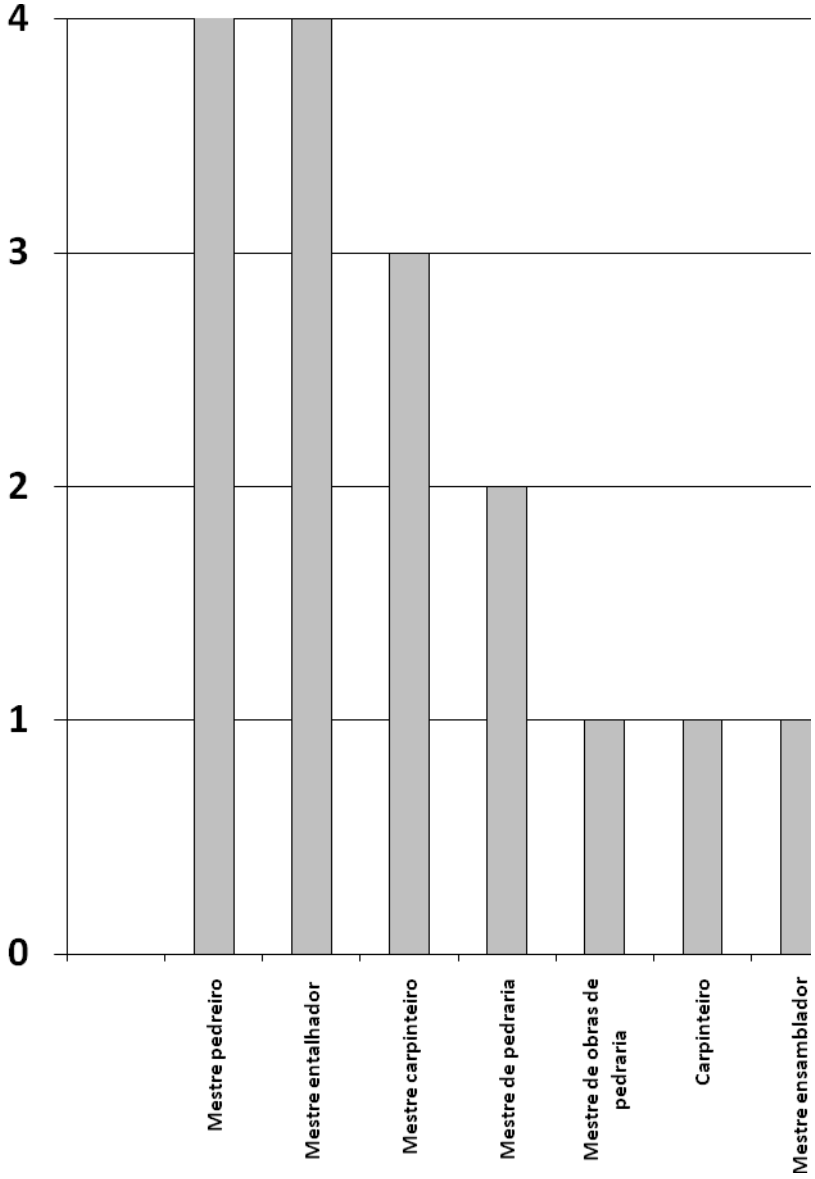
Quadro XXXIII

O Estatuto profissional dos artistas

O estatuto profissional	Total
Mestre pedreiro	5
Mestre entalhador	4
Mestre carpinteiro	3
Mestre de pedraria	2
Mestre de obras de pedraria "*deste convento*"[821]	1
Carpinteiro	1
Mestre ensamblador	1

[821] Trata-se de João Moreira Bouça. Este artista surge noutros contratos de obra celebrados com as religiosas dominicanas com denominação: mestre pedreiro.

Gráfico XV – O estatuto profissional dos artistas



No que concerne a artistas locais, encontramos apenas um mestre entalhador denominado José António da Cunha. No entanto, convêm referir que em 1745 os dois irmãos mestres entalhadores responsáveis pela feitura dos dois retábulos laterais residentes em Delães e em São Miguel de Entre as Aves irão se radicar em Guimarães. Posteriormente, num contrato de sociedade que analisaremos mais à frente, surge-nos um mestre vimaranense. Observando o quadro anterior e o contrato de sociedade de 1734, podemos concluir que esta instituição monástica, destaca-se como um dos imóveis vimaranenses, em que trabalharam o maior número de artistas residentes fora

da vila e seu termo. Neste período, segundo o quadro seguinte, a cidade do Porto fornece 6 mestres[822]; 6 do concelho de Vila Nova de Famalicão[823]; seguindo-se a cidade de Braga e seu termo 5; Maia 2; Vila de Conde e apenas 1 da vila de Guimarães. Desta forma, definem-se seis núcleos: Porto, Braga, Vila Nova de Famalicão, Maia, Vila de Conde e Guimarães.

Vejamos em pormenor, por ordem cronológica, os 10 contratos juntamente com o contrato de sociedade celebrados com estes artistas:

A primeira pedra do actual edifício foi lançada em 1727, no priorado da Madre Catarina das Chagas, que juntamente com as restantes religiosas, contrataram com Manuel Fernandes da Silva[824], mestre de pedraria, morador atrás de S.Marcos na cidade de Braga e com André Lopes[825] também mestre de pedraria, residente no lugar do Vale na freguesia de Adaúfe termo de Braga, a realização da obra de pedraria do dormitório, refeitório e cozinha do convento "*que he daregullar observancia do Patriarcha Sam Domingos*" [826]. Na cozinha, os mestres teriam de construir uma chaminé, conforme a planta apresentada pelas religiosas.Temos conhecimento, de que a planta constava de

[822] Neste número além de João Moreira Bouça, António Pereira e Domingos da Costa que arrematataram as obras, incluímos também os restantes seis mestres pedreiros da diocese do Porto que realizam em 1734, uma sociedade com os arrematantes.

[823] Como já mencionámos, estes artistas do Vale do Ave eram moradores nas freguesias de Ruivães, Delães e S.Miguel das Aves, que actualmente estão integradas no concelho de Vila Nova de Famalicão.Na época pertenciam ao termo de Barcelos.

[824] Acerca deste importante artista bracarense vide: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva mestre e arquitecto de Braga (1693 - 1751),* Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996. Nesta obra é apresentada uma extensa bibliografia sobre este mestre pedreiro. Sobre a sua actividade em Guimarães vide: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa - "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII...", pp.164-167.

[825] Relativamente a André Lopes, veja-se por exemplo: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII.Os Homens e as Obras*, Braga , 1994, pp.122-123 e p.173.

[826] *Vide* documento XLVIII, vol. II. Documento referido por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII...; *idem* – "Documentação notarial sobre algumas obras do convento de Santa Rosa de Lima de Guimarães (1727-1776)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. 3, 2001, pp. 32-33. Este contrato foi firmado no locatório do convento.

"*sinco papeis que ficam rubricados por mim tabeliam com o meu breve nome que diz Costa*". No entanto, não é mencionado o seu autor[827].

Devido à deslocação mais ou menos prolongada dos pedreiros, própria da sua itinerância até ao local da obra, o encomendador teria de dar "*os caldos ao gentar*", aos mais de vinte oficiais que aí andassem a trabalhar. O encomendador forneceria também toda a cal necessária, enquando que o saibro seria extraído pelos artistas "*na serca tornando a tapar os buracos que fizerem e onde menos perda fizerem*". Não temos menção sobre o custo total em que importou a obra, visto esta empreitada ter sido ajustada à braça e ao palmo, no entanto sabemos que os aluditos mestres receberam antecipadamente 57$600 réis destinados a cobrir as despesas inciais. Através do Livro de Recibos do convento, ficamos a saber que no mês de Maio de 1733, o refeitório conventual estava terminado, pois é referido que as religiosas gastaram 6$150 réis nos candeeiros para este refeitório[828].

Para concretizar a ampliação da igreja e suas dependências foram chamados não só a artistas locais, mas também se recorreu a mestres portuenses. Entre 1734-1735, são arrematadas três obras do convento de Santa Rosa de Religiosas Dominicanas, por mestres provenientes da diocese do Porto.

O primeiro contrato notarial foi celebrado a 19 de Abril de 1734, reportava-se à continuação da obra da igreja e coro que as religiosas pretendiam concluir no seu convento. Esta empreitada foi arrematada pelos seguintes mestres pedreiros: João Moreira Bouça morador no lugar da Aldeia de Real, freguesia de S. Salvador de Moreira (concelho da Maia); António Pereira, residente na rua Direita, freguesia de Santo Ildefonso (Porto); Domingos da Costa, do lugar de São Gemil, freguesia de Santa

[827] O Padre António José Ferreira Caldas, afirma que em 1725, a prioresa mandou tirar a planta do convento,da autoria de Frei Pedro da Conceição mestre arquitecto (*obra cit.*, p.334). No entanto, até ao momento,segundo as fontes arquivísticas por nós compulsadas, não encontramos qualquer dado sobre o autor da planta.

[828] "*Dinheiro das grades - R. das grades da baranda das cazas de Thomas Ferreira seis mil cento e sincoenta reis este dinheiro se aplicou pera os candieiros do refeitorio novo - 6$150* " (A.M.A.P., Livro de Recibos do convento de Santa Rosa de Guimarães (1725-1740), M-C-96).

Marinha de Vilar de Pinheiro (concelho de Vila do Conde); e José Moreira da Cruz morador na rua de S. Dâmaso (Guimarães) [829] .

Neste contrato firmado na "*grade do coro debaixo da igreja do convento*", os artistas obrigavam-se a iniciar a obra no primeiro dia do mês de Maio do ano em curso. Através da descrição da empreitada, temos notícia de que a obra de pedraria da igreja já tinha sido anteriormente iniciada, porém foi interrompida e aquando dos novos termos contratuais as condições anteriormente estipuladas foram alteradas no que concerne aos alicerces e à porta principal., como podemos constatar neste extracto da nota notarial:

"*Dara este convento a elles mestres pelo desmancho da porta prinsipal desta igreia, coatro mil reis e tomarão a pedra a dita portada pelo mesmo preço de sesenta e dois reis exsepto as quartellas que servirem pera alguma couza (...) e que a porta que de prezente se acha feita desta igreia hão de alarguar mais elles mestres dois palmos e hum de alto e toda a mais obra na forma da arematação sera feita (...) e por cada braça de parede da albenaria da igreja e alicerces serão a custa delles mestres e na forma que se acha comesada e feita*".

Depois de feita, a obra seria revista pelo arquiteto "*para se ver e saber se esta na forma dos riscos e plantas*". A remuneração dos mestres era feita à braça e ao palmo, mas diferia consoante a tarefa a realizar. No contrato é mencionado especificamente que a feitura de cada fresta da igreja e coro seria paga a 14$000 réis, enquanto pelo desmancho da porta principal da igreja receberiam 4$000 réis.

Os mestres comprometiam-se a utilizar na empreitada apenas "*pedra dura e boa*". O encomendador obrigava-se a fornecer aos artistas a cal e o saibro. Este último seria extraído dos alicerces, mas caso não fosse em quantidade suficiente, os artistas mandariam tirá-lo à sua custa na cerca do convento. Por cada carro de pedra fina que o cliente mandasse buscar, os mestres pagariam 80$000 réis. Para a realização desta obra, os mestres obrigavam-se a empregar 20 a 25 oficiais. Os fiadores dos mestres pedreiros foram José Pereira, alfaiate, morador na rua de S. Dâmaso e José Ferreira Leitão,

[829]Manuscrito transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...*; OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa - "Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima...".

ferreiro, morador na rua de Santa Luzia, ambos em Guimarães. O contrato foi testemunhado por António da Costa, alfaiate, da rua das Molianas e por João de Crasto, bainheiro, vizinho do mosteiro.



Fig. 145 – Entrada lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 146 – Pormenor do portal da entrada lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima

Em relação ao percurso artístico destes mestres pedreiros portuenses, podemos afirmar que se tratavam de artistas sobejamente conhecidos na cidade do Porto, na primeira metade do século XVIII, que trabalharam muitas vezes em regime de parceria entre si.

O mestre António Pereira a que nos reportámos no convento de Santa Rosa de Guimarães, deve tratar-se do artista que arrematou as obras da igreja dos Clérigos em 1732[830] e da igreja de Santo Ildefonso[831], nada tendo a ver com o seu homónimo que exerceu a mesma actividade nessa época no Porto, natural de Lisboa veio trabalhar como mestre de obras na Sé portuense[832]. Efetivamente, se compararmos as assinaturas de António Pereira que trabalhou na Sé do Porto[833], com as do mestre António Pereira que trabalhou em Guimarães, podemos concluir que se tratam de indivíduos diferentes, já que este último assina de cruz[834], contrariamente ao seu homónimo, que sabe assina perfeitamente o seu nome[835].

---

[830] COUTINHO, B. Xavier – *A igreja e a irmandade dos Clérigos.Apontamentos para a sua história*, Porto, Câmara Municipal do Porto/ Gabinete de História da cidade, 1965, pp.85-97.

[831] ALVES, Joaquim Jaime B.Ferreira – "António Pereira: arquitecto do palácio de São João Novo", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ªsérie,vol.7-8, Porto, 1989-90, p.244. Tomou a obra desta igreja juntamente com João Moreira Bouça, Domingos da Costa e com mais seis pedreiros da diocese do Porto.

[832] Em 1935, Carlos de Passos, em relação às plantas da igreja de Nossa Senhora da Esperança ou das Orfãs,alertava que as mesma "executou-as o mestre Antonio Pereira *sujeito de grande ideia*, que Lisboa mandara vir o Cabido para fazer o desenho das obra da Sé.Nada tem de comum com o mestre Antonio Pereira arrematante da obra da egreja dos Clerigos, nem com Antonio Jose Pereira, ajudante de architecto na casa do Risco das Obras Publicas e ajudante do engenheiro José Michelotti " (*Guia Historica e artística do Porto*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1935, p.117, nota nº3). Joaquim Jaime B.Ferreira Alves, apresenta as mesmas dúvidas, afirmando "Pensamos que haveria um outro António Pereira, mestre pedreiro, a trabalhar no Porto na mesma altura,sendo esse quem esteve ligado às duas obras atrás referidas" (construção igreja dos Clérigos e reconstrução da igreja de Santo Idelfonso) (*obra cit.*, p. 244).

[833] Tomámos como exemplo, a assinatura reproduzida por ALVES, Joaquim Jaime B.Ferreira – *obra cit.*, p.249.

[834]O facto de não dominar a escrita era um entrave a que fosse o autor de plantas e riscos, como era o mestre lisboeta.

[835] Sobre este mestre oriundo de Lisboa, além da bibliografia já referida, vide: ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, 2vols., Porto, 1988/1990; *idem* – *Niccoló Nasoni (1691-1773). Um artista italiano a Oporto*, Florença, Ponte Alle Grazie, 1991; ALVES, Natália Marinho Ferreira Alves – "Nótula para o estudo da actividade do arquitecto António Pereira na

Outro mestre a que fazemos referência, Domingos da Costa do lugar de S. Gemil de Vilar de Pinheiro[836], interveio nos seguintes imóveis: igreja de Nevogilde (1734)[837]; igreja de Santo Ildefonso (1736)[838]; igreja de S. Pedro de Miragaia (1738)[839]; enfermaria e torre dos Clérigos (1755)[840]; igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto[841] e na conclusão da matriz da Póvoa de Varzim[842], entre outras.

Por seu turno, João Moreira Bouça juntamente com outros mestres, deslocou-se em 1705 a Vila do Conde para dar um parecer sobre o aqueduto do mosteiro de Santa

---

cidade do Porto", in *Revista da Faculdade de Letras-História*, vol.9, II série, Porto, 1992, pp.389-397; SMITH, Robert – *Nicolau Nazoni. Arquitecto do Porto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1966; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – "Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego", in *Beira Alta*, vol.36, Viseu, 1977, pp.171-200; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Barcelos*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.67.

[836] Segundo Horácio Marçal, esta freguesia "foi, em recuados tempos, um verdadeiro alfobre de mestres-pedreiros e carpinteiros, chegando mesmo alguns deles a ser contratados para obras de grande vulto e responsabilidade, tanto no Porto e Lisboa, como até nas duas Américas" (*Vilar do Pinheiro (concelho de Vila do Conde). Subsidios para a sua monografia*, Junta da Província do Douro Litoral, 1950, p.218). O mesmo autor debruça-se sobre a origem onomástica do lugar de Sangemil *(ibidem*, p.70 e pp. 211-213).

[837]Este contrato é firmado em Novembro de 1734, juntamente com João Moreira Bouça e com os restantes mestres que com eles assinaram a sociedade, como veremos de seguida (BASTO, A.de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII...*, p.179).

[838] *Idem, ibidem*, p.179.Neste contrato, como testemunha assina Nicolau Nasoni.

[839] *Idem, ibidem*, p.180.

[840] *Idem, ibidem*, p.185; COUTINHO, B. Xavier – *obra cit.*, pp.177-187.

[841] BASTO, A.de Magalhães – *obra cit.*, p.181.

[842] Esta obra foi inciada pelo mestre bracarense Manuel Fernandes da Silva, que a arrematou em 1742.Devido à sua morte ocorrida em 1751, não a concluiu. A obra seria finalizada por Domingos da Costa, José Fernandes Lucas e João Moreira (*idem,ibidem*, p.185 e 510; BRANDÃO, D.Domingos de Pinho – "A obra de pedraria da actual Igreja Matriz de Póvoa de Varzim", in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*,vol.4, nº1, Póvoa de Varzim, 1965, pp.25-36; *idem* – "A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim .Duas Nótulas" in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*,vol.5, nº1, Póvoa de Varzim, 1966, pp.119-125 ; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva mestre e arquitecto de Braga (1693 - 1751)...*, pp.152-156). Não esqueçamos que foi com Manuel Fernandes da Silva que também se iniciaram as obras do actual edifício do convento das Dominicas de Guimarães.

Clara[843]. Entre as obras que executou destacam-se a casa do Cabido da Sé do Porto[844]; a igreja de Santa Marinha de Gaia em 1745[845]; na igreja do Recolhimento das Orfãs do Porto em 1746[846] e na igreja de Massarelos[847] .

Dez dias após a assinatura do contrato que acabámos de analisar, os artistas acima referidos, firmam um contrato de sociedade, com seis mestres do mesmo ofício, a saber: Caetano de Sousa Teixeira, Francisco Ferreira, ambos da freguesia de Santo Ildefonso; Simão Lopes, da rua do Bonjardim (Porto); Baltazar Francisco, de Vilar de Pinheiro (concelho de Vila do Conde); Nicolau Moreira de Vila Nova da Telha (concelho da Maia); e Manuel Moreira Bouça, de S. Salvador de Moreira[848]. Este contrato foi firmado na casa do tabelião António Mendes de Matos residente na cidade do Porto. Segundo o mesmo documento "*seriam todos socios, e companheiros a dita obra, e a todas as mais que de hoje em diante se tomassem assim na dita villa de Guimarães como nesta cidade, e em coalquer parte*". No entanto, é estipulado que o artista vimaranense só seria sócio na obra arrematada para o convento de Santa Rosa de Guimarães[849].

A 4 de Maio de 1737, perante o mesmo tabelião, estes mestres dissolvem a anterior sociedade firmada três anos antes. Entretanto, ficavam ainda sócios nas obras que tinham anteriormente tomado por escritura, como sejam: convento de Santa Rosa de Guimarães; restauro dos Paços do Concelho de Guimarães; igreja de Santo Ildefonso. A par destas também realizaram obras de arquitectura civil em que se destacam as casas de João Pereira Ribeiro Cachimbo na viela do Correio Mor; as casas do Licenciado Bartolomeu Moreira do Couto nas Hortas; as casas de José da Costa Ferreira de Roriz e outras de António Moreira aos ferradores, na freguesia de Nogueira[850].

---

[843] GONÇALVES,Flávio – "A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto", in sep. do *Tripeiro*, 6ªsérie, Livraria Fernando Machado, 1969-1970,p.29; FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha – "O aqueduto de Santa Clara de Vila de Conde", in sep. *Vila do Conde*, nº2, Barcelos, p.9.

[844] GONÇALVES, Flávio – *obra cit*., pp. 9-23.

[845] *Idem, ibidem*, p.30; BASTO, A.de Magalhães – *obra cit*., p.431 e 506.

[846] BASTO, A.de Magalhães – *obra cit.*, p.431; GONÇALVES, Flávio – *obra cit*.,p30.

[847] BASTO, A.de Magalhães – *obra cit.*, p.431. GONÇALVES, Flávio – *obra cit*., p.30.

[848]São testemunhas Domingos da Silva, pedreiro, da Aldeia de Carvalhido de Moreira e Manuel Ferreira da mesma freguesia.

[849] Este mestre pedreiro não se encontra presente na redacção deste contrato de sociedade.

[850]*Vide* documento CLXXXIX, vol. II. Magalhães Basto refere-se a este documento (*obra cit.*, pp.78-79). São testemunhas Manuel Ferreira da Costa, assistente do tabelião, Manuel Vasques morador defronte

No decurso da obra de pedraria da nova igreja da casa conventual, tornava-se prioritário efectuar a "*obra de portas e cuberto de madeiras*". Para isso foi celebrado um contrato notarial em 17 de Outubro de 1735, entre a Madre Prioresa Mariana da Encarnação juntamente com as restantes religiosas e Alexandre Pinto de Queirós, mestre ensamblador, morador no lugar do Soutinho da freguesia de Santo Estevão de Penso (concelho de Braga)[851], e João Moreira Bouça como "*mestre das obras de pedraria deste convento*"[852]. Com o intuito de sustentar o madeiramento do tecto, os mestres obrigavam-se a colocar três e cinco tirantes, respectivamente na capela-mor e no corpo da igreja. Estas vigas teriam de espessura um palmo e meio. Ainda segundo o contrato, os tirantes seriam de madeira boa e lisa. A cobertura do edifício seria constituída por um telhado à mourisca. Simultaneamente, o encomendador recomendava aos artistas a necessidade de realizarem uma obra de maneira a permitir o bom escoamento das águas da cobertura dos telhados. A intervenção dos mestres abrangia ainda, a feitura da porta da igreja, do púlpito, da sacristia e dos dois confessionários. No entanto, a porta lateral da igreja seria alvo de maior atenção, como o comprovam a minúcia dos apontamentos insertos na escritura, bem como a existência de um risco traçado especificamente para esta entrada. Desta forma, a porta abriria para ambos os lados, sendo suportada por doze lemes "*bem fortes*" e duas trancas de ferro. Do programa construtivo desta porta minuciosamente apresentado, constava ainda a feitura de dois pedreses de ferro e a respectiva fechadura. Por toda esta obra, os mestres receberiam a quantia de 205$000 réis, cujo pagamento seria feita em três prestações consoante fosse decorrendo a empreitada[853]. Para maior segurança do encomendador, apresentavam como fiador José Ferreira Leitão, ferreiro, morador na rua de Santa Luzia, extramuros de Guimarães. Toda a ferragem, pregagem, madeira de castanho[854],

---

do convento do Carmo da cidade do Porto e António de Sousa, pedreiro, morador de fora da porta do Carmo (extramuros do Porto).

[851] Em 1737, iria ajustar a obra do pavimento e forro do claustro da igreja de S. Domingos.

[852] Foram testemunhas presentes: João de Crasto e Dâmaso Ferreira, bainheiros, vizinhos do convento. O Reverendo Padre Prior de S. Domingos e vigário da comunidade feminina estava também presente. Contrato celebrado na casa da Portaria.

[853] *" com a sircunstancia de hum ser depois de cuberta a cappella mor outro cuberta toda a dita jgreja e outro no fim de toda a dita obra".*

[854] No entanto, nos frechais os mestres poderiam utilizar se assim o entendessem madeira de carvalho cerne.

escápulas e cavilhas necessárias à empreitada seria por conta dos mestres. As religiosas comprometiam-se apenas a fornecer-lhes uma ração de carne ou peixe, e aos oficiais apenas o caldo. Para recolhimento dos mestres e respectivos oficiais a comunidade religiozas obrigava-se a dar "*hum coarto nas cazas donde se recolhem os mestres pedreiros*".

A 9 de Novembro de 1735, o convento firma novamente contrato com António Pereira[855] e João Moreira Bouça[856]. As religiosas pretendiam que estes mestres que já trabalhavam na obra da igreja, coro e capela-mor, fizessem o respectivo mirante e a sacristia segundo as plantas anteriormente apresentadas. Esta empreitada tal como a precedente, foi ajustada à braça e ao palmo, sendo feita alusão a alguns dos preços praticados na escritura lavrada em 1734, pelo tabelião João Dias Vieira.



Fig. 147 – Portaria e mirante do Convento de Santa Rosa de Lima

[855] Este mestre aparece-nos referenciado como morador na rua do Bonjardim.

[856] Este artista surge-nos como morador no lugar do Carvalhido, da freguesia de S. Salvador de Moreira. Documento transcrito por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima...". Maria Adelaide Pereira de Moraes, refere sumariamente que estes dois artistas continuavam em 1735, os seus trabalhos neste convento (*Guimarães, Terras de Santa Maria*, 1978, p.16).



Fig. 148 – Lavatório da sacristia da igreja Convento de Santa Rosa de Lima

Neste contrato, as religiosas davam a cal, enquanto que os artistas se comprometiam a fornecer o saibro. Os mestres obrigavam-se a permanecerem na obra até à sua conclusão, empregando para isso mais de vinte oficiais. As testemunhas que presenciaram o contrato, foram dois artistas de Guimarães: João de Crasto, bainheiro, e Diogo de Freitas, pedreiro, morador na Cruz de Pedra.

Dos vários oficiais que trabalharam no estaleiro do convento de Santa Rosa na dependência destes mestres portuenses, apenas conseguimos extrair do anonimato um deles. Trata-se de João das Neves, oficial de pedreiro, "*mancebo solteiro asistente de prezente nesta villa nas obras do convento das rellegiozas de Santa Rosa cituado junto da rua Travessa"* natural do lugar de Negrelos da freguesia de São João de Canelas (concelho de Vila Nova de Gaia).

A 28 de Agosto de 1736, celebra um contrato de dote e casamento com Ana Maria da Silva, "*mossa solteira*", filha legítima de Manuel Antunes, cutileiro, e de Ângela da

Silva, moradores na rua Travessa da vila de Guimarães[857]. Os pais da noiva, dotavam a sua filha com 63$800 réis em peças de ouro "*em seu vallor pezadas por ourives de que passou escrito*" e em dinheiro líquido 36$200 réis o que totalizava 100$000 reís. Por seu turno, João das Neves, filho de António Gonçalves e de Catarina Antónia, dotava-se de 110$000 réis em dinheiro que lhe "*couberam de sua legitima por fallecimento dos ditos seus pais por folha de inventario, a coal legitima lhe estava obrigado a pagar seu irmão Manoel das Neves por uma escritura feita em os vinte e sinco dias do mes de Janeiro deste prezente anno de mil e setesentos trinta e seis nas notas de Antonio Mendes de Matos tabeliam na cidade do Porto*". Como testemunhas que reconheceram o esposado, reencontramos João Moreira Bouça e António Pereira, designados de mestres das obras do convento de Santa Rosa[858].

No dia 10 de Outubro de 1736, na igreja de S. Sebastião de Guimarães, realizou-se o casamento celebrado pelo Padre Domingos da Silva e Melo. Testemunharam este acto Manuel Lopes Duarte, seleiro, morador na rua de S. Dâmaso, Bento Lopes, sapateiro, residente na rua do Mata Diabos e João Moreira Bouça "*assistente na obras das religiozas Dominicas*".

Podemos assim verificar que durante o período de tempo, no qual os mestres e seus respectivos oficiais permaneciam na obra, além das relações profissionais estabeleciam também laços familiares no seio da população local.

Um ano mais tarde, a 16 de Abril de 1737, os mestres pedreiros António Pereira, João Moreira Bouça e Nicolau Moreira receberam a incumbência de terminar a obra do dormitório que "*esta principiado pella parte do sul emthe findar na igreja e as escadas conventuais que hao de ficar no mesmo dormitorio que de novo se ha de acabr como tambem os arcos percizos e paredes necessarias pera a dita escada porta e genellas necessarias*"[859].

---

[857] Documento transcrito por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima...".

[858] João Moreira Bouça assina no fim deste manuscrito pela "*dotadora pello nom saber fazer*"Foi também testemunha deste acto escrito, Manuel Vaz, tecelão, residente na rua da Fonte Nova. António Pereira aparece agora como morador na freguesia de Santo Ildefonso.

[859] Como testemunhas presentes: João de Crasto, bainheiro, e João Afonso da Costa, cerieiro, ambos vizinhos do convento. Neste contrato estavam igualmente presentes: O Frei Jerónimo de São Gonçalo,

Não temos menção ao preço exacto, pois a obra foi ajustada à braça e ao palmo.

Quadro XXXIV
Preços ajustados com os mestres

PAREDES	"*cada brasa de parede que for de coatro palmos de largo a coatro mil e coatrosentos e noventa e sinco reis*".
TRABALHO DA PEDRA	"*o palmo de labrado facial de pico lhe pagarão a sincoenta reis cada palmo na forma da primeira escreptura da obra da jgreja*[860] *e lhe pagarão mais o palmo que for de moldura a sento e vinte he setesentos e o palmo que for e cada de lizo (...) a setenta e tres reis*".
ESCADAS	"*as escadas (...) lhas pagarão ellas rellegiozas pello que determinarem dous mestres alquitetos de pedraria de sans conciencias*".

O contrato esclarece ainda que as escadas que estabeleceria a ligação entre o rés-do-chão e o segundo piso onde se encontrava o dormitório, fossem "*capazes e com bonna direção*". O saibro seria extraído da cerca conventual por conta dos mestres. Por seu turno, as religiosas forneceriam apenas a cal.

prior do convento de S. Domingos e o Padre Frei João do Rosário, suprior e procurador das obras do convento de Santa Rosa.

[860] Refere-se ao contrato realizado a 19 de Abril de 1734.



Fig. 149 – Interior do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 150 – Escadaria de acesso ao primeiro piso do Convento de Santa Rosa de Lima

Alguns meses após a contratação da obra de pedraria do mirante e sacristia do convento em estudo, temos conhecimento de que esta empreitada estaria bem encaminhada, pois as religiosas através da sua Prioresa Maria da Encarnação, contratam a respectiva obra de carpintaria[861]. Foram então soalhadas e forradas estas dependências e colocadas as três portas da sacristia.

A obra foi entregue aos carpinteiros António Carvalho e António Moreira de Queirós, naturais da freguesia de Ruivães, termo de Barcelos[862] e assistentes em Guimarães, pelo lanço de 310$000 réis. Esta quantia seria paga em três pagamentos: um no início da obra, outro no meio e o terceiro no fim da empreitada. Toda a ferragem seria à custa dos carpinteiros.

Em 1741-42, sete anos após o início da intervenção dos mestres pedreiros na igreja do convento de Santa Rosa, é realizada a obra do retábulo e tribuna da capela-mor da igreja, pelo mestre entalhador António Fernandes Palmeira, do lugar do Outeiro, freguesia de Palmeira, termo de Braga, segundo a planta que lhe entregaram as religiosas[863].O Padre António José Ferreira Caldas, numa monografia publicada em 1881, afirma que o mestre entalhador, José da Fonseca Lima, da cidade do Porto é o autor do risco[864], embora este contrato seja omisso quanto a esta importante informação.

---

[861] *Vide* documento LIII, vol. II. Documento transcrito em OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de - *obra cit*..Foram testemunas: o Reverendo Frei Jerónimo de S.Gonçalo, prior do convento de S.Domingos e o Frei João do Rosário subprior do mesmo. O Padre António José Ferreira Caldas afirma que "as obras de madeira da mesma igreja foram feitas em 1736,sendo prioresa a madre Mariana da Encarnação" (*obra cit*., p.334). António Carvalho sabe assinar, contrariamente a António Moreira de Queirós que assina de cruz.

[862] Atualmente, Ruivães pertence ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

[863] "*Obrigação de obra que fes o mestre António Fernandes Palmeira as religiosas Dominicas".* A.M.A.P., Nota do tabelião José da Costa, N-635, fls.114-115v,de 14 de Outubro de 1741.A cota deste manuscrito foi referida pela primeira vez por Flávio Gonçalves, segundo informação de Maria Adelaide Pereira de Moraes ("A talha na arte religiosa de Guimarães"…, pp.349-350, nota nº63). Este documento foi publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho - *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto,* vol.3, Porto, 1986, pp.401-406).Sobre este contrato vide igualmente: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correira de Sousa - "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII...", pp.176-177.

[864] *Obra cit*., p.335. Este autor não refere de que fonte extraiu esta importante informação.

O mestre entalhador obrigava-se ainda, a colocar o retábulo no seu lugar com a segurança necessária, ficando por sua conta os pregos, restante ferragem e madeiras usadas. É estipulado que o custo das "estadas" seria por conta do mestre.

Como pagamento, o entalhador António Palmeira receberia 650$000 réis. No contrato é estipulado que o artista era "*obrigado mais alem da planta a fazer o frontal do Altar em talha pello mesmo preço que fica declarado e alem da dita obra sera obrigado a por soa conta fazer duas cardencias de emtalha para a Capppella mor com se lhe dar com ellas unicamente catorze mil e coatrocentos reis* ".

Um ano após a assinatura desta escritura, o mestre tinha de a dar feita e acabada, sob pena de perder cem mil réis. Então, nessa altura a obra seria vistoriada por dois mestres peritos na arte, um nomeado pelas religiosas e o outro pelo mestre. Se por ventura, fosse encontrada alguma imperfeição na obra, o artista daria a tudo satisfação à sua custa. Uma das testemunhas desta nota notarial, é novamente João de Crasto, bainheiro, morador na rua Travessa, que nos aparece nos dois contratos de pedraria que envolveram os mestres portuenses[865].



Fig. 151 – Retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (2006)

[865] A outra testemunha deste ato notarial é Bento Mendes da Rocha, estudante, morador na rua das Molianas, arrabalde de Guimarães.



Fig. 152 – Pormenor do retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (imagem de Santa Rosa de Lima)

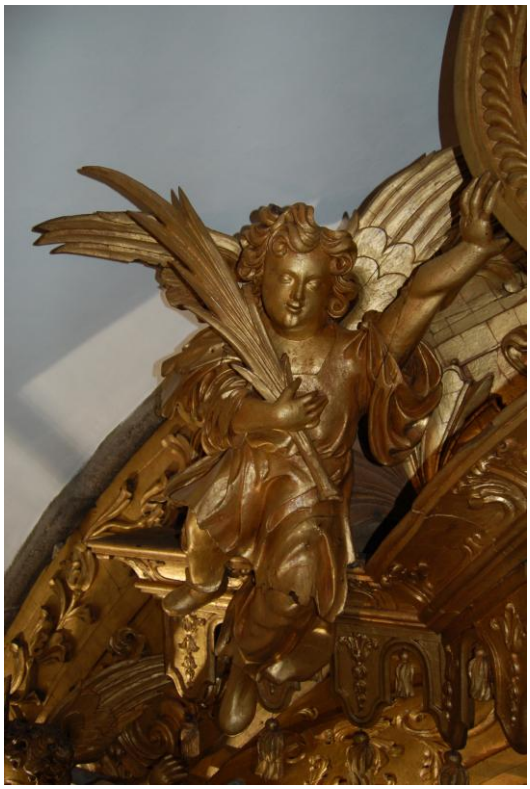


Fig. 153 – Pormenor do retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima

A 3 de Fevereiro de 1745, as religiosas contrataram com os mestres entalhadores, António da Cunha Correia Vale, morador no lugar do Loureiro da freguesia de S.Salvador de Delães e seu irmão Manuel da Cunha Correia, morador no lugar da Barca de Nuno, da freguesia de São Miguel de "*Entre ambas as Aves*", ambos do termo da vila de Barcelos[866], de "*fazerem de entalha os dois altares colletrais da igreja deste seu convento e mais preparos e aseos que faltavam pera a dita sua igreja a respeito de sua entalha pera que tinham mandado fazer sua planta risco e apontamentos conforme a coal planta e apontamentos vão ajustados e contratados com elles ditos mestres da dita arte (...) lhe fazerem toda a dita obra a coal sera feita perfeita e acabada com todo o primor da arte segura e asentada nos seus sitios*"[867].

O prazo de execução dos dois retábulos laterais, era de um ano, recebendo os dois irmãos entalhadores a quantia de 500$000 réis.No contrato é estipulado que além deste preço "*mais seram obrigadas ellas religiozas e seu convento no asento da dita obra a dar casas a elles mestres pera estarem e dormir e concorrerem lhe com huma reçam de prato cada dia ao gentar (...) se vivendo elles mestres nas casas que ellas lhe darem porque querendo elles hir viver a outra parte antam não seram obrigadas ellas relegiozas a dita reçam*"[868] . Esta cláusula fornece-nos deste modo um dado importante, relativo à estadia dos mestres oriundos de localidades que distavam alguns quilómetros da vila de Guimarães, onde tinham arrematado as suas obras.

---

[866] Atualmente estas freguesias pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

[867] *Vide* documento LVI, vol. II. Os dois irmãos sabem assinar.O Padre António José Ferreira Caldas, menciona que em 1745 foram mandados fazer os altares laterais (*obra cit.*, p.335). Este documento foi já referido por Maria Adelaide Pereira de Moraes (*obra cit*.,p.16). Flávio Gonçalves segundo informação de Maria Adelaide Pereira de Moraes, apresenta a cota deste contrato de obra (*obra cit*., p.350, nota nº64).

[868] Como era usual na arte da talha, a estrutura principal dos retábulos era realizada na oficina do mestre, juntamente com os seus oficiais e obreiros. Posteriomente, era transportada em peças avulsas para o local onde iria ser montada (FALCÃO, José António - *O entalhador Francisco Álvares e a construção do retábulo-mor da igreja matriz de Grândola em 1680-1684*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja, 1995, p.17). Similar situação, depara-se-nos com o retábulo da capela de Santo António da Taipa, da freguesia de S.Tomé de Caldelas (Guimarães), na qual o encomendor ficava obrigado a mandar buscar o retábulo à oficina do mestre entalhador Luís Vieira da Cruz e a sustentar o artista e os seus oficiais "*no tempo que se ocuparem na dita capella asentar o dito retabollo*" (*Vide* documento CXXXIII, vol. II. Contrato analisado por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa - *obra cit.*, pp.161-164).



Fig. 154 – Altar lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima

Num contrato de carpintaria celebrado entre a Prioresa Francisca de Jesus juntamente com as restantes religiosas dominicas, com os mestres carpinteiros Manuel da Costa e Manuel Ferreira moradores na rua dos Pelames da cidade de Braga, temos conhecimento que ainda em Novembro de 1746, decorriam nesta instituição monástica obras de pedraria, realizadas por vários mestres pedreiros, como atesta o seguinte extracto:

"*mandarem faser huma obra de carpintaria que agora se lhe ofercia na obra de pedraria que se andaria fasendo mandaram para a dita obra de carpentaria fazer seus apontamentos (...) querendo elles mestres e seus ofesiaes recolherem ce nas cazas do convento donde se recolhe mais mestres pedrejros o poderam fazer e não querendo recolher ce nas ditas cazas entam se recolheram onde lhes parecer sem ellas religiosas*

neste cazo serem obrigadas a dar lhe cazas algumas nem a dar lhe sustento algum e so sim o caldo a estes e ofesiaes que trouxerem ao gentar " [869].

No estado actual dos nossos conhecimentos, desconhecemos quer o nome, quer a proveniência geográfica destes mestres pedreiros referidos no manuscrito. No entanto, esta cláusula relativa à alimentação e alojamento dos mestres bracarenses e dos seus oficiais, dá-nos a indicação segura de que os pedreiros não seriam de Guimarães, mas de outra localidade, pois estes últimos estavam recolhidos nas casas do convento.

Esta obra de carpintaria "*será feita na forma dos emmadeiramentos do dromitorio grande só os sobrados seram bem juntos de macho e femia e não como os do dito dromitorio*". Desta empreitada, os mestres bracarenses receberiam 300$000 réis. As ferragens, chumbo, tijolo e a telha seriam por conta das religiosas, enquantoque os artistas pagariam à sua custa as despesas inerentes com a madeira e pregos. Deste contrato, constava também que todas as casas velhas "*que se ham de alagar no distinto da dita obra que se ha de faser nova os alagaram elles mestres a soa custa sem ellas relegiozas lhe pagarem jornal algum ficando todas as madeiras das cazas que se alagarem para ellas relegiozas*". O prazo de execução era de um ano, sob pena de os carpinteiros perderem 20$000 réis.

Por fim, a 30 de Novembro de 1776, reencontramos o último contrato de obra referente a esta instituição[870]. Trata-se de uma nota notarial estabelecida entre José António da Cunha, mestre entalhador, morador na rua Nova de Santo António (Guimarães) e a Madre Soror Lutgarda Josefa da Apresentação, prioresa juntamente com as restantes religiosas dominicas. Neste documento, o artista comprometeu-se a construir a caixa do orgão de tubos destinada a albergar o conjunto organológico, este último formado pelos foles, sistema mecânico e tubaria. Segundo os apontamentos, a caixa ostentaria uma grande variedade de elementos decorativos em talha dourada.

[869] *Vide* documento LV, vol. II. Documento transcrito em OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de - *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...*Sobre este documento vide também: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correira de Sousa - "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII...", pp.181-182. Ambos os artistas sabem assinar.

[870] *Vide* documento LVII, vol. II.

Além da caixa, o mestre obrigava-se a fazer " *a baranda e bacia do orgão (...) conforme os riscos que asignarão neste auto, e que ficam em poder do sobredito* ". Na descrição dos apontamentos faz-se referência ao mestre organeiro: " *no lugar donde se achão os instromentos musicos levara huma figura asentada conforme a determinação que deu o mestre organeiro* ". A obra foi estabelecida por 116$000 réis, sendo pagos: 58$000 réis, no acto da escritura e o restante no fim da obra, depois de vistoriada "*por quem determinarem as mesmas religiozas*". O prazo de execução era até ao mês de Junho de 1777.



Fig. 155 – Órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 156 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima



Fig. 157 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (popularmente designado de "macacão")

O artista apresentava como seus fiadores: Pedro Antunes, mestre carpinteiro, morador na rua da Madroa (Guimarães) e Vicente José de Carvalho, morador no lugar da Calçada, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões[871].



Fig. 158 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (2010)

Por outro lado, e cremos ser importante relembrar, como já afirmamos em anterior trabalho[872], nas arrematações é interessante observar que estes mestres portuenses, tal como os bracarenses, apresentam fiadores residentes em Guimarães e trabalham em parceria com mestres locais. Simultaneamente, como testemunhas surgem também outros artistas de Guimarães. Esta situação demonstra o tipo de ligações artísticas, que se efectuavam entre mestres de várias localidades do norte de Portugal. Certamente

[871] Testemunharam esta nota notarial: Jerónimo Caetano de Almeida morador na rua de Santa Maria e Manuel Lopes, cutileiro, morador na rua Travessa.

[872] OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correira de Sousa - *obra cit.*, p.188.

alguns destes artistas, como é o caso documentado do oficial de pedreiro João das Neves, estabeleceriam também laços familiares em Guimarães.

No decorrer dos tempos, as religiosas foram adquirindo novas casas com o intuito de alargarem o seu espaço conventual. No segundo quartel do século XVIII, esta instituição monástica feminina passava por um amplo processo de ampliação que abrangia as principais dependências conventuais. Ao longo dessa fase construtiva podemos encontrar disseminados pelas obras de pedraria, carpintaria e talha, um numeroso número de mestres que aí trabalharam oriundos dos atuais concelhos de Braga, da Maia, do Porto, Vila de Conde e de Vila Nova de Famalicão. Segundo as fontes arquivísticas por nós compulsadas, podemos afirmar que este convento se destaca como o imóvel vimaranense em que deparamos com o maior número de artistas provenientes de locais fora da vila e seu termo.

1.2.8. Convento da Madre Deus

Teve origem no Recolhimento de Santa Isabel fundado em 1672[873]. O Padre Caldas informa que este recolhimento instalou-se na rua de Val de Donas, através do auxílio de Pedro Francisco, abastado proprietário de Atães, que nessa artéria compra uma morada de casas para a instalação das recolhidas[874]. Em 1681 é fundado o Convento da Madre Deus, de religiosas Capuchas, por Catarina das Chagas, no lugar do Campo do Galego, denominada também o Rosal de Santa Isabel[875]. Em 1690, vestida à homem parte para Roma a fim de pedir ao Papa o breve para a clausura. Morre no regresso ao reino, tendo então já alcançado a sanção papal[876]. Em 1717, o Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles nomeia a sua irmã Soror Luísa Maria da Conceição, religiosa do convento da Madre de Deus em Lisboa, primeira abadessa[877].

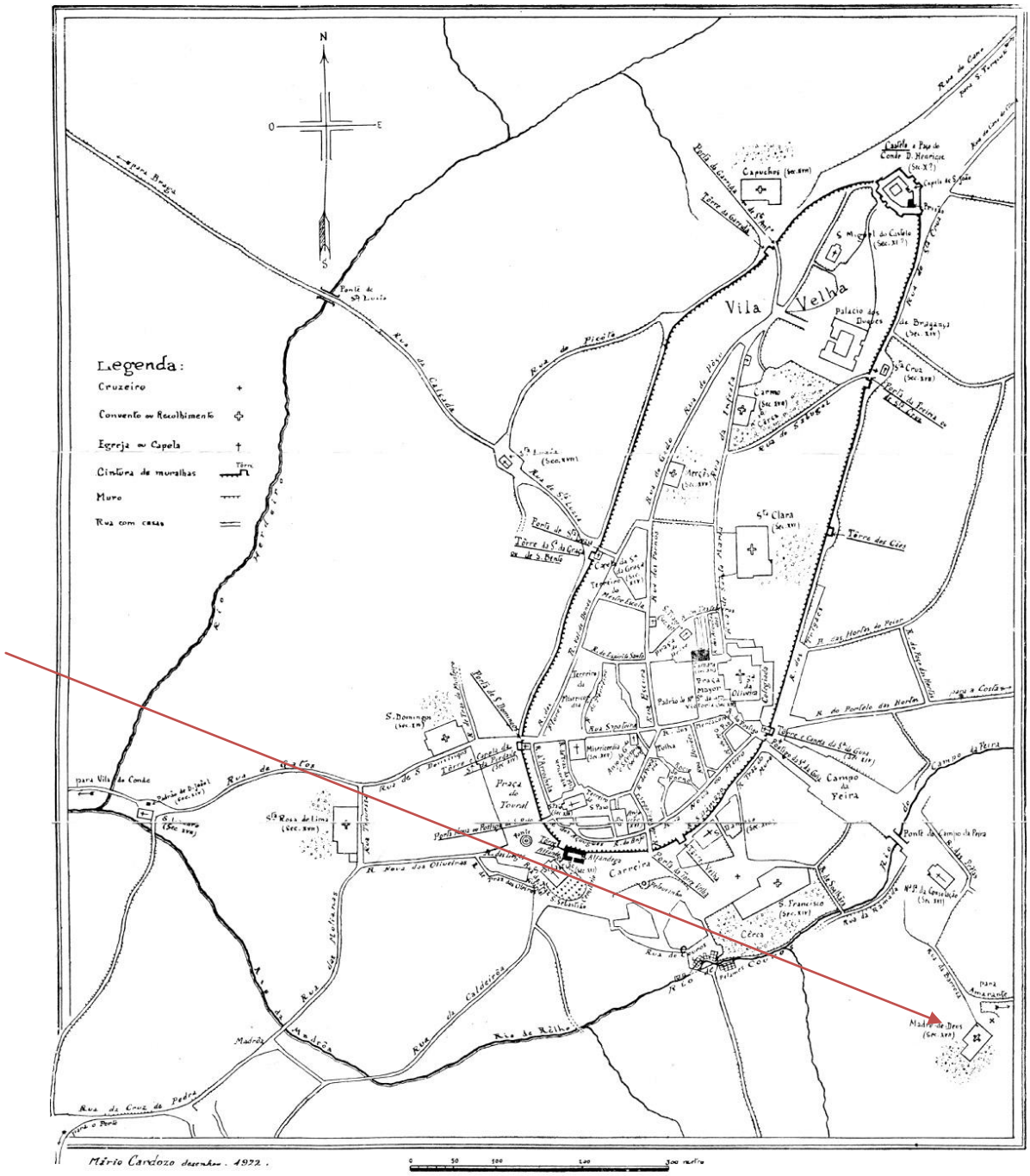
[873] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da –" Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga. Tópicos para uma abordagem", in *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e obras,* coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto, Cepese, 2009, p. 172.

[874] CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p. 189; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.341.

[875] *Idem, ibidem,* p.341.

[876] *Idem, ibidem,* p. 341

[877] *Idem, ibidem,* p.341; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 20; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *obra cit.*, p. 172.



PLANTA DE GUIMARÃES EM MEADOS DO SÉCULO XVII

Fig. 159 - Planta de Guimarães em meados do século XVII (mapa extraído de Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso (1922), in Mário Cardoso - "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, 1922, pp.420- 421).



Fig. 160 – Convento da Madre Deus

Em 1748, Luís António da Costa Pego, capelão do rei D. João V, oferece a este convento, um grupo escultórico, constituído pelo Menino[878], pela Virgem e por S. José[879]. Este grupo escultórico executado em Lisboa, por autor desconhecido, encontra-se actualmente na Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, de

[878] Trata-se de uma imagem de vulto pleno.

[879] Estas duas imagens são de roca. Vejamos o relato que é feito desta sagrada Família, dez anos após a sua oferta pelo capelão de D. João V: "*Tem huma boma igreja muito frequentada de povo por devoção à Senhora Madre de Deos que se acha colocada em hum altar lateral da parte da Epistola com o Menino Jezus no verço e Sam Jozé, tudo a imitação da Madre de Deos da cidade de Lisboa, cujas imagens foram edificadas por ordem do beneficiado Luis Antonio da Costa Rego de Barboza, natural desta villa e assistente na secretaria de Sua Magestade, o qual as conduzio para esta villa fazendo antes da colocação na dita igreja do dito convento na collegiada desta villa huma novena de nove dias com toda a solemnidade, com o sacramento patente em todo e quada hum dia da novena, sendo oradores os milhores desta villa, no fim da qual foram levadas com procissão solemnissima ao dito convento e altar donde se acham, culto e veneração que muito mais fez adquerir a devoção do povo além da perfeição das referidas imagens*" (CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 366).

Guimarães[880]. Esta sagrada família foi muito venerada pela população vimaranense num dos altares laterais da igreja do Convento das Capuchinhas[881]. O rei Magnanimo ofereceu à Senhora a coroa de prata, enquanto que D. José, seu filho e futuro rei, o resplendor de São José[882].

Hoje em dia do edifício subsiste o claustro, respectivo chafariz, a igreja e a sacristia. No século XVIII, as paredes da capela-mor são revestidas com seis painéis de azulejos figurativos, azuis e brancos, que ainda hoje podemos admirar, representando: a Sagrada Família, o Sonho de José, a Anunciação da Virgem, a Fuga para o Egipto, a Apresentação do Menino no Templo, a Adoração dos Pastores, o Casamento da Virgem e a Adoração dos Reis. Toda a obra de talha atualmente existente no interior da igreja, infelizmente não pertence originalmente a este templo[883]. Por exemplo, os dois altares laterais dourados e pintados por António Luís e Luís Lopes Pimenta (1739), foram oferecidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha em 1943, tendo sido deslocados em 1924, da igreja do Convento de Santa Clara, de Guimarães[884].

---

[880] Acerca das festividades que ocorreram a 17 de Julho de 1748, aquando da chegada das imagens e das suas roupagens veja-se: MORAES, Maria Adelaide Pereira de - "Nossa Senhora Madre de Deus, de Guimarães: História de umas imagens", in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004, pp. 25-27. Este grupo escultórico foi benzido em Lisboa pelo Patriarca D. Tomás de Almeida (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.345).

[881]CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p. 366; CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p.345.

[882] *Idem, ibidem*, p.345; FERNANDES, Isabel Maria - "Nossa Senhora Madre de Deus: dar e receber", in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004,p. 11. Acerca destas duas peças de ourivesaria veja-se: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – "Ourivesaria nas imagens da Sagrada Família do templo de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos de Guimarães, in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004,pp. 34-48.

[883] OLIVEIRA, António José de; TOMÉ, Cristina – "Guimarães conventual", in *Percursos em Guimarães*, Guimarães, Zona de Turismo de Guimarães / Centro de Formação de Francisco de Holanda, coord. por Alberto Lameiras, 2006, p,35.

[884] OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães"…, pp. 119-140.



Fig.161 – Azulejos da capela-mor da igreja do Convento da Madre Deus

O convento é extinto em 1834, ficando propriedade da Fazenda Nacional com a morte da última freira ocorrida em 1888[885]. Em 1912, instala-se neste imóvel o Centro Juvenil de S. José[886]. Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo decreto Nº 8/83, publicado no Diário da República de Nº 19 de 24 de Janeiro de 1983.

Detenhamos de momento sobre as obras encomendadas por esta instituição conventual.

[885] Aquando da sua extinção, é realizado "*Inventario geral de todos os bens de raiz, moveis, alfaias e imagens, do supprimido convento da Madre de Deos ou das Capuchinhas da cidade de Guimarães Freguesia de S. Sebastião*", datado de 15 de Setembro de 1888, que nos fornece uma importante visão sobre os imóveis e património móvel desta instituição (A.N.T.T. - AHMF, Convento da Madre de Deus, cx. 1879).

[886] MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 20.

Quadro XXXV
Encomendadas efetuadas pelo Convento da Madre de Deus (1701-1719)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1701 Nov. 19	Acabar e aperfeiçoar a obra de pedraria do convento	450$000 réis	André Machado	Mestre de pedraria	Lugar da Fonte, freguesia de São Romão de Arões	*Vide* doc. LVIII, vol. II
1719 Abr. 4	Obra de pedraria e carpintaria do dormitório conventual	Obra de pedraria: 615$000 réis Obra de carpintaria: 385$000 réis	Pedraria: António de Oliveira / Carpintaria: Manuel da Silva	António de Oliveira, pedreiro / Manuel da Silva, carpinteiro	António de Oliveira morador no lugar de Cividade, da freguesia de São Salvador de Joane (concelho de Vila Nova de Famalicão) / Manuel da Silva morador no lugar da Pena, freguesia de Ruivães (concelho de Vila Nova Famalicão)	*Vide* doc. LIX, vol. II

A 19 de Novembro de 1701, no locutório do Convento da Capuchas, da parte de dentro das grades, estavam as religiosas deste convento, sendo a Madre Regente Francisca do Rosário de S.Caetano e outras Irmãs do convento, e da "*banda de fora das grades*" André Machado, mestre de pedraria, morador no Lugar da Fonte, freguesia de Sâo Romão de Arões[887]. As religiosas pretendiam "*acabar e aperfeiçoar toda a obra de pedraria que faltava por acabar neste convento"* e deste modo tinham-se contratado com André Machado, para este efetuar a empreitada em causa, na seguinte forma:

[887] *Vide* documento LVIII, vol. II. Contrato sumariamente transcrito por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*...

"*(...) fara as paredes portas janellas (...) na forma que esta traçada e principeada seus pillares e padreiras e duas escadas hum vao para o claustro e outro para o comungatorio (...) todas a obra com suas sellas e portas lhe dar fim (...)".*



Fig. 162 – Claustro do Convento da Madre Deus

As religiosas forneceriam ao estaleiro, os carretos e a cal, como todos "*os mais aprestos*", excepto os mastros que daria o pedreiro. Através deste documento, temos conhecimento da proveniência da pedra:

" obra toda feita com pedra quebrada (...) cortada na quinta de Villa Nova ou do montinho de Sam Roque que para baixo junto a dita quinta estando alguns penedos e nalguma parte que seja necessario pedir licença para os cortar ella Madre Regente o mandara pedir ou seu Padre Comisario".

O artista receberia 450$000 réis. Mas, se se soubesse, que o mestre andava a trabalhar noutra obra, ele perderia 200$000 réis. Enquanto a obra durar, as religiosas

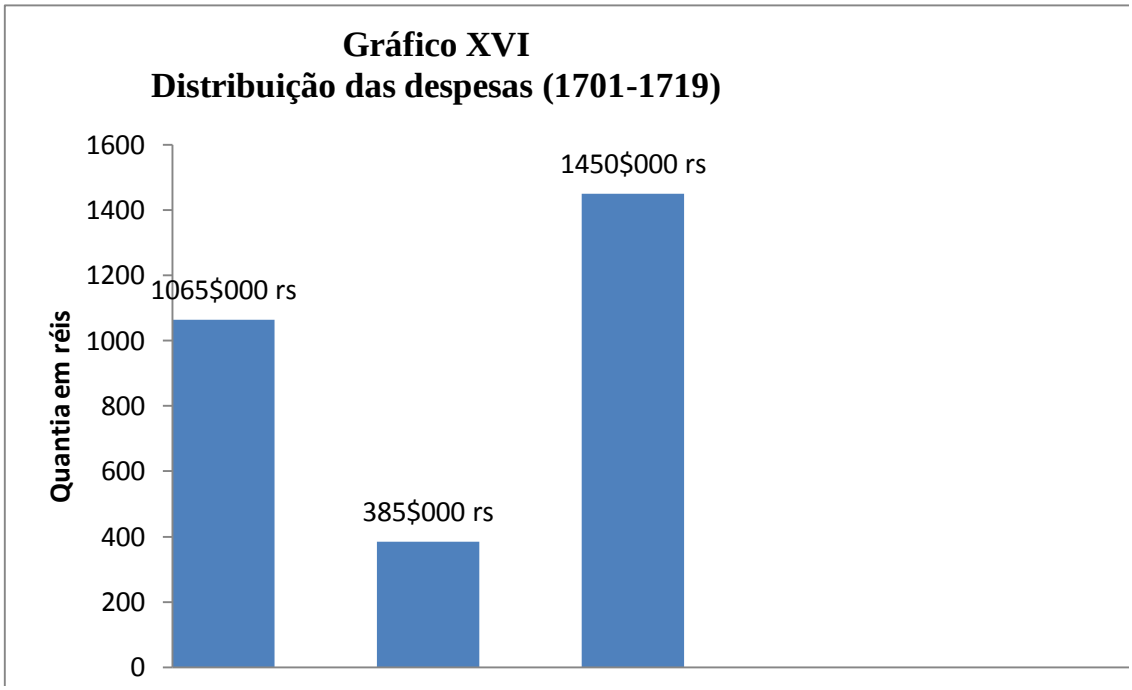
têm de "*dar os caldos ao gentar".* Para o artista comprar ferramentas as religiosas anteciparam 2$000 réis. O prazo de execução era de um ano. Se não cumprisse este prazo pré-estabelecido, o pedreiro perderia 20$000 réis.

Dois anos após a nomeação pelo Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles da sua irmã Soror Luísa Maria da Conceição, religiosa do convento da Madre de Deus em Lisboa, como primeira abadessa, encontramos esta religiosa a celebrar um contrato de obra com António de Oliveira, pedreiro, morador no lugar de Cividade, da freguesia de São Salvador de Joane e Manuel da Silva, carpinteiro, morador no Lugar da Pena, freguesia de Ruivães (concelho de Vila Nova de Famalicão) [888]

Por parte da instituição conventual, encontrava-se a Madre Luísa da Conceição, abadessa e fundadora do convento, e Maria Juliana de S. Francisco, vigária, e Ana Micaela, mestra. António de Oliveira tinha arrematado a obra de pedraria de um dormitório. Por seu turno, Manuel da Silva arrematou a respectiva obra de carpintaria do dormitório. Estes dois artistas comprometiam-se a realizar a obra na forma de uns apontamentos e plantas que para isso as religiosas tinham feito. Os apontamentos ficaram nas mãos das religiosas e as plantas na mão dos artistas. No final, a obra seria vista por outros oficiais. A obra de pedraria foi arrematada por 615$000 réis, enquanto que a obra de carpintaria foi adjudicada por 385$000 réis. O carpinteiro dava as madeiras, pregos, e ferragem das portas e das janelas. O pagamento aos artistas seria feito em cinco pagamentos iguais: "*o primeiro no principio da obra e os mais conforme a obra for andando e so o ultimo cartel lhe não entregarao enquanto a obra não estiver acabada e não for revista por outros ofeciais*"[889]. Os dois artistas intervenientes no contrato para segurança desta escritura "*fiavão hum ao outro e outro ao outro*".

[888] *Vide* documento LIX, vol. II. Contrato sumariamente transcrito por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*... Contrato firmado a 4 de Abril de 1719. Testemunharam este acto o Reverendo Cónego Miguel de Freitas e seu sobrinho Miguel de Freitas, moradores no Campo da Feira.

[889] Acerca da vistoria da obra é dito: "*ao dipois de feitas asim de carpintaria como de pedraria serão revistas por outros ofeciais pera se saber se vão na forma das plantas e apontamentos*".



Como podemos notar pelo gráfico, as despesas totalizavam 1450$000 réis réis num período de 18 anos. O grosso das despesas destinou-se às obras de pedraria num total de 1065$000 réis, enquanto que o resto das despesas distribui-se pela carpintaria (385$000 réis). No entanto, convém reter que neste período de tempo, certamente se terão realizado outras campanhas artísticas. Mas os dados que possuímos são estes. Para esta instituição, temos notícia de que em 1788, Sebastião Carvalho de Sá encomenda a tribuna e retábulo-mor. Como se trata de uma encomenda da iniciativa de um particular, deixamos a sua análise para um posterior capítulo.

1.3. A Misericórdia

Com a fundação da Santa Casa da Misericórdia, a capela de S. Brás, anexa ao claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, será a primeira sede desta instituição de assistência[890], como o comprovam por exemplo, três contratos de emprazamento aí realizados pelos clérigos coreiros, respectivamente a 4 de Setembro de 1511, a 4 de Outubro do mesmo ano e em 1512[891]. A 4 de Julho de 1540, a Misericórdia ainda se localiza na capela de S. Brás, então designada como Capela da Misericórdia, como o atesta um contrato redigido por João Álvares de Azevedo[892].

A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães teve (e ainda tem) um lugar de destaque na vila de Guimarães. A crescente importância que foi alcançando na urbe permitiu-lhe a edificação de estruturas próprias que se afirmaram, desde sempre, entre os imóveis mais representativos da arquitectura vimaranense. A igreja, a sacristia, a torre sineira, o hospital e a Casa do Despacho que compõem o núcleo arquitectónico da Santa Casa da Misericórdia constituem, pela qualidade arquitectónica que as caracteriza e pela importância das peças de pintura, talha, estuque e ourivesaria que se conservam no seu interior, um acervo artístico de inegável importância e singularidade de Guimarães.

[890] Apenas em 1588, se lança a primeira pedra para a construção da sua nova sede, na rua Sapateira (Cf. CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, 1992, p. 154; CARVALHO, A.L. de – *Santa Casa*, vol. 1, Guimarães, 1952, p. 30; COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800…*, p. 25). Ao longo do século XVI, a Confraria do Serviço de Santa Maria e a Misericórdia de Guimarães chegam a partilhar o mesmo espaço (OLIVEIRA, António José de - "A Capela de S. Brás: um espaço, três funções"…, pp. 14-15).

[891] A.M.A.P, pergaminhos da Colegiada n^{os} 376, 377 e 378.

[892] A.M.A.P, C-1367, fl.4; OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*…, p.196.



Fig. 163 – Fachada da Igreja da Misericórdia

Ao longo do percurso artístico da Misericórdia de Guimarães vamos encontrar, na maior parte das suas fases construtivas, alguns dos melhores artistas que trabalharam na vila. Podemos referir, alguns nomes como: o mestre pintor Domingos Lourenço Pardo[893]; o mestre pedreiro quinhentista Manuel Luís[894]; os mestres pedreiros Gonçalo

[893] Vítor Serrão debruçou-se em detalhe sobre a actividade deste mestre pintor portuense autor das antigas pinturas do retábulo-mor (1616-1618) (SERRÃO, Vítor - "Domingos Lourenço Pardo, mestre pintor dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Guimarães (1616-1618)", in *Mínia*, 2ª série, nº 4, ASPA, Braga, 1980, pp. 38-79; *idem*, *André de Padilha e a pintura Quinhentista entre o Minho e a Galiza*, Lisboa, Editorial Estampa, 1ªedição, 1998, pp.50-52.

Lopes e os seus genros Pedro Afonso de Amorim e João Afonso de Amorim[895]; os mestres pedreiros galegos Pedro António Lourenço e Domingos de Passos; os mestres entalhadores Manuel Joaquim Proença e os irmãos Manuel e António da Cunha Correia Vale; e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.

O espírito empreendedor e a robustez económica da Misericórdia de Guimarães, foram os motores para o vasto programa de obras incrementadas no seu templo. A década de 1770-1779, é aquela em que entre 1650-1799, esta instituição mais despesa realiza com obras na sua igreja[896]. Neste contexto de intensa actividade construtiva, apresentamos um quadro com as obras encomendadas pela Misericórdia de Guimarães.

Quadro XXXVI[897]
Encomendadas efetuadas pela Misericórdia de Guimarães (1675-1781)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1675 Mai. 26	Obra de pedraria da Capela do Doutor João Carneiro de Morais, sita na igreja da Misericórdia	73$000 réis	António Francisco	Pedreiro	Santa Cristina de Arões (atual concelho de Fafe)	*Vide* doc. LX, vol. II
1718 Fev. 13	Sino grande da Misericórdia	10 moedas de ouro	Manuel Ferreira Gomes	Sineiro	Braga	*Vide* doc. XC, vol. II
1736 Jan. 9	Sino da torre da igreja da Misericórdia	2 vinténs por cada arrátel (sino com 30 arrobas	José Rodrigues	Mestre sineiro	"*rua da Agoa a Sam Lazaro*"	*Vide* doc. XCI,

[894] José Ferrão Afonso atribui a este mestre pedreiro portuense o risco da fachada da Igreja da Misericórdia (AFONSO, José Ferrão, – "Manuel Luís: um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista", *Museu,* 4ª série, Porto: Círculo Dr. José Figueiredo, nº6, pp. 7-45).

[895] AFONSO, José Ferrão, – "Manuel Luís: um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista", *Museu,* 4ª série, Porto: Círculo Dr. José Figueiredo, nº6, p. 23; MORAES, Maria Adelaide Pereira de, 1981 – "Gonçalo Lopez: mestre de pedraria", *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, Actas, vol. 1, Ponte de Lima: Associação Galaico-Minhota, pp. 419-450

[896] COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, p. 275, gráfico nº5.

[897] Quadro publicado por OLIVEIRA, António José de - "A actividade de artistas na Igreja da Misericórdia de Guimarães (século XVIII)", *in a Misericórdia de Vila Real e as Misericórdia no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, Cepese, 2011, pp. 127-140.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		de metal)			(Braga)	vol. II
1736 Jan. 16	Acrescentamento da torre dos sinos da igreja da Misericórdia	160$000 réis	António Pinto	Mestre de arquitectura de pedreiro	Lugar da Bouça, freguesia de São Lourenço de Selho (concelho Guimarães)	*Vide* doc. LXI, vol. II
1737 Nov. 24	Um sino para a torre da igreja da Misericórdia	38$400 réis	José Ribeiro	Mestre sineiro	"*Rua da Agua a Sam Lazaro*" (Braga)	*Vide* doc. XCII, vol. II
1757 Nov. 6	Reedificação da Capela de Santo André de Bouças, situada na freguesia de São Lourenço de Gulães, do termo de Guimarães	70$000 réis	Francisco Soares	Mestre pedreiro	Lugar do Carvalho de Lobo, freguesia São Romão Arões (atual concelho de Fafe)	*Vide* doc. LXII, vol. II
1758 Abr. 16	Reedificação da enfermaria da Misericórdia	240$000 réis	Manuel Francisco	Mestre carpinteiro	"*a Santa Cruz extramuros desta dita villa*"	*Vide* doc. LXX, vol. II
1758 Mai. 20	Restauro da capela-mor da igreja da Misericórdia "*por se achar aruinada*"	150$000 réis	Pedro António Vidal	Mestre pedreiro	Morador na "*sua fazenda de Sima de villa da freguezia de Sam Martinho de Pena Cova deste termo*"	*Vide* doc. LXIII, vol. II
1758 Mai. 23	Obra de carpintaria da capela-mor da igreja da Misericórdia	320$000 réis	Manuel Francisco	Mestre carpinteiro	Morador "*a Santa Crux arabalde desta dita villa*".	*Vide* doc. LXXII, vol. II
1759 Jun. 06	Obra de carpintaria da "*capella de Santo Andre da Ponte de Bouças situada no limites do concelho de*	94$000 réis	Manuel Francisco	Carpinteiro	Morador a Santa Cruz (Guimarães)	*Vide* doc. LXXI, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Montelongo"					
1759 Jun. 16	Retábulo da capela-mor da Igreja da Misericórdia e oito sanefas	1300$000 réis	António da Cunha Correia Vale e o seu irmão[898].	"*Mestre carpinteiro ou entalhador",*	Palheiros, da vila de Guimarães	*Vide* doc. LXXVIII, vol. II
1762 Nov. 12	Acrescentamento da Capela-mor da Igreja da Misericórdia	3$600 réis por cada braça	António Peixoto	Mestre pedreiro	Freguesia de Santa Maria de Vila Nova das Infantas, do termo de Guimarães	*Vide* doc. LXIV, vol. II
1763 Jul. 26	Obra de carpintaria da enfermaria do hospital da Misericórdia	144$000 réis	Manuel Gaspar	Mestre carpinteiro	"*as portas (ou hortas?) do prior desta villa*".	*Vide* doc. LXXIII, vol. II
1763 Ago. 5	Concerto do tecto da enfermaria do hospital da Misericórdia	144$000 réis	Domingos Gomes	Mestre carpinteiro	Vila de Guimarães	*Vide* doc. LXXIV, vol. II
1764 Mar. 31	Alcatruzes e canos que transportavam a água por trás da igreja de S. Paio até aos tanques do pátio da Misericórdia e cozinha	144$000 réis	António Peixoto	Mestre pedreiro	Lugar de Sebelo, freguesia de Vila Nova das Infantas, do termo de Guimarães	*Vide* doc. LXV, vol. II
1766 Mar. 12	Obra de pedraria do hospital da Misericórdia	À braça	Domingos de Passos	Mestre pedreiro	Rua das Lages, de Guimarães. Natural da freguesia de São Miguel do Marcão, termo da vila de Pontevedra, reino da Galiza	*Vide* doc. LXVII, vol. II
1775	Obra de pedraria	673$000 réis +	Pedro António	Mestre	Rua do	*Vide*

[898] O seu irmão é seu assistente na obra: "*e no mesmo acto apareceo Manoel da Cunha Correia irmão delle dito mestre Antonio da Cunha e com elle asistente e por elle foi dito que na mesma forma se obrigava a dar enteiro e pleno cumprimento a dita obra junto com o dito seus irmão debaixo das condisoes (...) expresadas e preço da dita rematação tudo por sua pesoa e bens moveis e de raiz havidos e por aver e tersos de sua lama que se obrigavam ambos juntos e cada hum insollidum (...)".*

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
Jun.1	do corpo da igreja da Misericórdia e os caixilhos das sepulturas	$400 por cada sepultura	Lourenço	pedreiro	Espírito Santo (Guimarães)	doc. LXVIII, vol. II
1775 Jun. 25	Órgão para igreja da Misericórdia	600$000 réis	Dom Francisco António Solha	Mestre organista	Rua da Fonte Nova, extramuros de Guimarães	*Vide* doc. LXXXIX, vol. II 16-17
1775 Jun. 27	Caixa do órgão da igreja da Misericórdia	400$000 réis	António da Cunha Correia Vale	Mestre entalhador	Rua dos Palheiros (Guimarães)	*Vide* doc. LXXX, vol. II
1775 Jun. 27	4 altares laterais da igreja da Misericórdia	336$000 réis	Manuel de Sampaio	Mestre entalhador	Freguesia e couto de Santa Maria de Landim (actual concelho de Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. LXXXI, vol. II
1775 Jul. 9	Obra de carpintaria da igreja da Misericórdia	390$000 réis	Pedro Antunes de Araújo	Mestre carpinteiro	Madroa, arrabaldes da vila de Guimarães	*Vide* doc. LXXV, vol. II
1775 Set. 24	Tampas das sepulturas existentes na igreja da Misericórdia	As sepulturas: " *preço cada huma das grandes mil e duzentos reis e as piquenas que o fará a metade das grandes a oitocentos reis"*	Pedro Antunes de Araújo	Mestre carpinteiro	Madroa, extramuros da vila de Guimarães	*Vide* doc. LXXVI, vol. II
1775 Out.9	Dividiam entre si a feitura da obra da caixa do órgão, da igreja da Misericórdia anteriormente arrematada por António da Cunha Correia Vale	400$000 réis: 200$000 réis para cada artista	António da Cunha Correia Vale em parceria com Manuel Fernandes Novais	Mestres entalhadores	António da Cunha Correia Vale morador na rua dos Palheiros (Guimarães); e Manuel Fernandes Novais, freguesia São	*Vide* doc. LXXXII, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					Miguel de Entre-as-Aves (actual concelho de V.N. Famalicão)	
1775 Out. 15	Obra das grades das frestas " *e toda a mais ferrage*" da igreja da Misericórdia	"*ferrage das grades a mil e quinhentos reis cada aroba de ferro obrado"*	André de Freitas	Ferreiro / serralheiro	Rua de Santa Luzia, da vila de Guimarães	*Vide* doc. XCIII, vol. II
1775 Out. 16	4 urnas para os 4 altares laterais da igreja da Misericórdia	"*pello preço de cada hum por quatro moedas de ouro que fazem a soma de dezaseis moedas de ouro de quatro mil e oitocentos reis cada huma"*	Manuel de Sampaio	Entalhador	Freguesia de Santa Maria de Landim, (actual concelho Vila Nova Famalicão)	*Vide* doc. LXXXIII, vol. II
1775 Out. 29	Arco do coro da igreja da Misericórdia	240$000 réis	Pedro António Lourenço	Mestre pedreiro	Rua do Espírito Santo (Guimarães)	*Vide* doc. LXIX, vol. II
1776 Out. 9	Balaústres, confessionários	Balaústres pelo preço de $800 réis cada um; os confessionários por 60$000 réis	Manuel Joaquim Proença	Imaginário	Rua do Campo da Feira (Guimarães)	*Vide* doc. LXXXIV, vol. II
1780 Nov. 29	22 castiçais de madeira e 5 cruzes de madeira	Cada peça a 1$250 réis	Francisco José de Araújo	Imaginário	Lugar da Tocha, freguesia de São Miguel das Aves (atual concelho V.N. Famalicão)	*Vide* doc. LXXXVII, vol. II
1781 Mai. 26	2 púlpitos de talha e respectivas sanefas	43$200 réis	António da Cunha Correia Vale	Entalhador	Lugar do Loureiro, da freguesia de Delães (atual concelho V.	*Vide* doc. LXXXVIII, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					N. Famalicão)	
1781 Jun. 17	Anteparo da igreja da Misericordiosa com respectivas portas e vidraças	57$600 réis	Manuel Pinto	Carpinteiro	Lugar de Capareira, freguesia de Santa Cristina de Longos[899], termo de Guimarães	*Vide* doc. LXXVII, vol. II

Todos estes 30 contratos de obra, insertos no quadro anterior, firmados nos livros de notas da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, foram celebrados na Casa do Despacho da mesma instituição, na presença do Provedor e dos irmãos de primeira e segunda condição. Estas escrituras notariais referem-se na sua maioria a empreitadas relacionadas com o núcleo arquitectónico da instituição existente na rua Sapateira que agrupava o corpo da Igreja, torre sineira e na casa da enfermaria. A Santa Casa não tinha apenas preocupações referentes a obras arquitectónicas e de decoração do espaço interior do seu templo. Por exemplo, um dos contratos de pedraria, celebrado com o mestre pedreiro António Peixoto, de Vila Nova das Infantas (termo de Guimarães), em 1764, demonstra a preocupação da Misericórdia com o abastecimento e canalização de água desde a igreja de São Paio, localizada no adro de São Paio, sito nas traseiras da igreja da Santa Casa, até aos tanques do pátio e cozinha da Misericórdia[900].

Apenas duas empreitadas referem-se a obras a realizar fora do âmbito da sua sede. Tratam-se de dois contratos de obra de pedraria e carpintaria, celebrados respectivamente em 1757[901] e 1759[902], que têm como propósito a reedificação da Capela

[899] O tabelião no cabeçalho escreveu: Santa Cristina de Arões.

[900] A.S.C.M.G., *"Obriguação da obra de pedraria pera os canos e alcatruzes da agoa da Santa Caza".* Livro de notas, N-53, fls. 43-45.

[901] A.S.C.M.G.,*"Obrigação de obra da capella de Santo Andre de Bouças que fés o mestre pedreiro Francisco Soares ao Provedor e mais irmãos da meza da Caza da Sancta Mizericordia desta villa".* Livro de Notas, N-51, fls. 145-146v

[902] A.S.C.M.G., *"Contrato de obra de carpintaria da capella de Santo Andre de Bouças".* Livro de Notas, N-52, fls. 8v-10

de Santo André de Bouças, sita na freguesia de São Lourenço de Golães (termo de Guimarães, atual concelho de Fafe). Nestes dois contratos a Misericórdia despendeu 164$000 réis. Na obra de carpintaria, o artista arrematante compromete-se a reaproveitar a telha velha capaz na cobertura da capela misturando-a com a nova telha[903]. A restante telha velha ficaria para o encomendador. O Provedor e os irmãos da Santa Casa eram "*senhores admenistradores*" deste templo[904]. A Santa Casa nesta altura era também administradora da Igreja Hospital de São Lázaro[905].



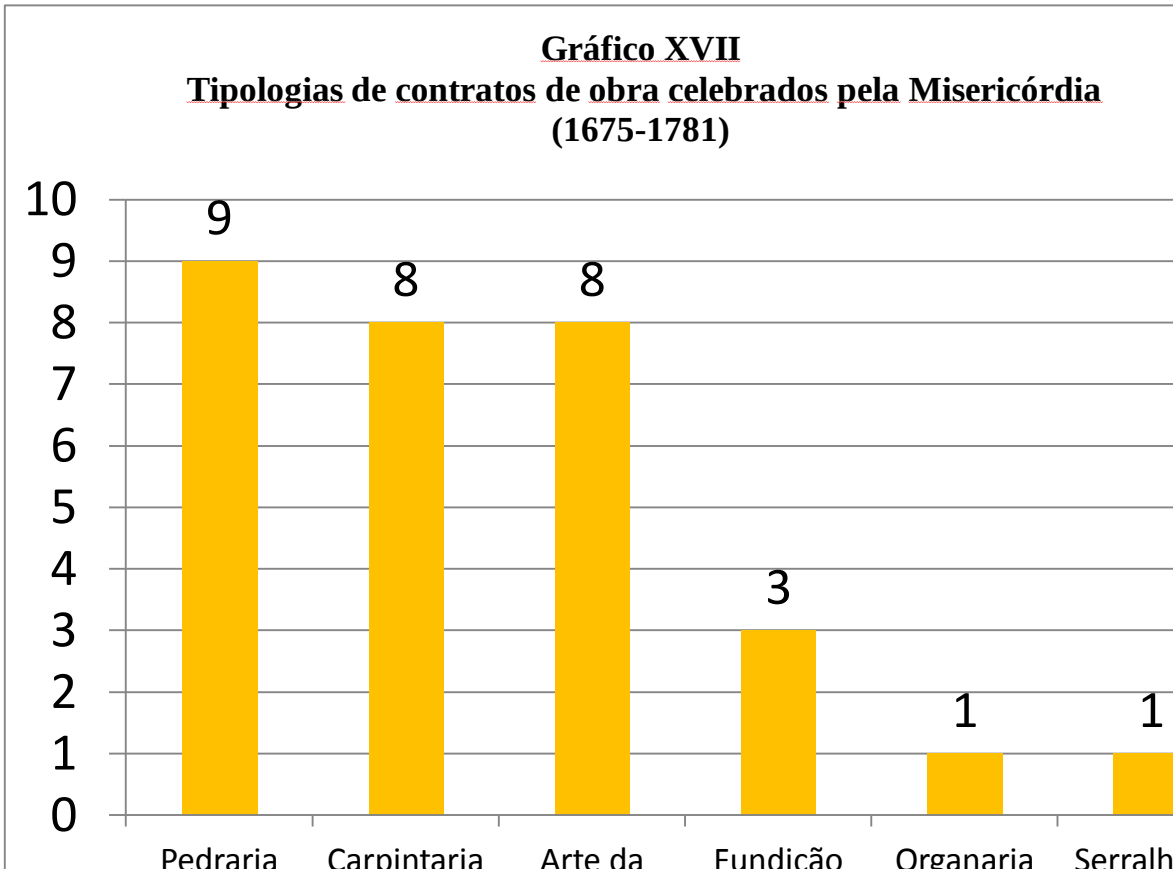
Fig.164 – Capela de São Lázaro

[903] A.S.C.M.G., *"Contrato de obra de carpintaria da capella de Santo Andre de Bouças".* Livro de Notas, N-52, fls. 8v-10

[904] *Vide* documento LXV, vol. II. Nas Memórias Paroquiais de 1758, não estão plasmadas as respostas ao inquérito referentes a esta freguesia (CAPELA, José Viriato – *Fafe nas Memórias Paroquiais de 1758*. Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2001, p.173; CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de Braga de 1758…*, p.290.

[905] COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, p. 97, mapa 2.

Gráfico XVII
Tipologias de contratos de obra celebrados pela Misericórdia (1675-1781)



Do universo dos 30 contratos de obra analisados, inventariamos 25 artistas arrematantes[906], que se apresentam nos contratos de arrematação, com os seguintes graus profissionais.

Quadro XXXVII

O Estatuto profissional dos artistas

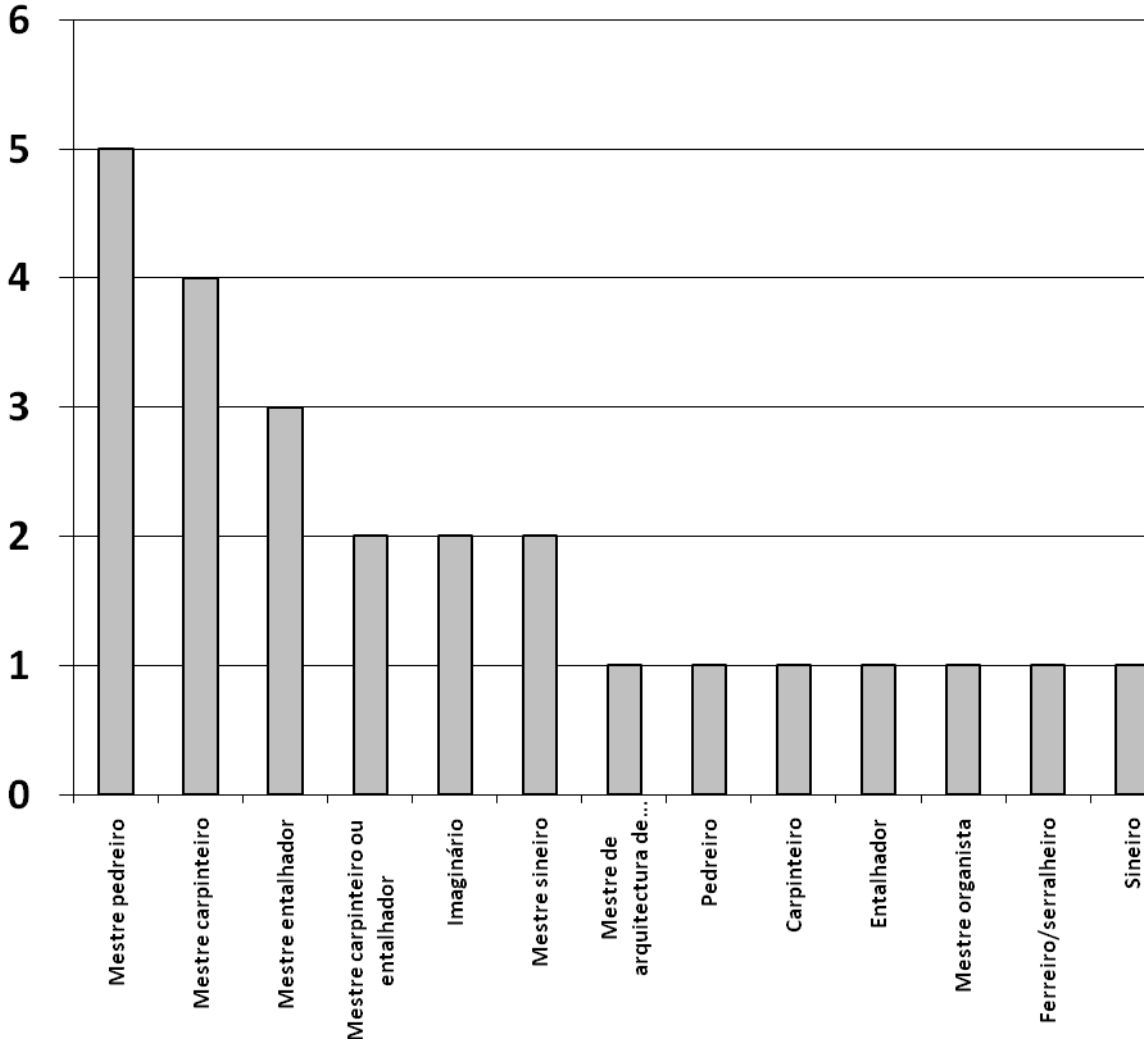
O estatuto profissional	Total
Mestre pedreiro	5
Mestre carpinteiro	4
Mestre entalhador	3
Mestre carpinteiro ou entalhador	2
Imaginário	2
Mestre sineiro	2
Mestre de arquitetura de pedreiro	1

[906] Sempre que um artista era referenciado em mais de um contrato, apenas o incluímos uma vez.

Pedreiro	1
Carpinteiro	1
Entalhador	1
Mestre organista	1
Ferreiro/serralheiro	1
Sineiro	1

Gráfico XVIII

O Estatuto profissional dos artistas



Como podemos observar no gráfico acima, nos contratos de arrematação de obra, surgem como arrematantes portadores de vários graus profissionais, que se agrupam pela pedraria, carpintaria, arte da talha, imaginária, fundição de sinos, serralharia e organaria.

No que respeita aos ciclos construtivos, definimos três momentos temporais:

O primeiro, em 1675, que envolve a construção em pedraria da Capela do Doutor João Carneiro de Morais, sita no interior da igreja da Misericórdia

O segundo inicia-se em 1718 até 1734, correspondendo á colocação de sinos na torre da igreja e ao acrescentamento da torre sineira.

O terceiro, entre 1758 e 1766, que abrange a reedificação da enfermaria assente na obra de pedraria e carpintaria. Este período envolve também o restauro e acrescentamento da capela-mor da igreja "*por se achar arruinada*"[907]. Após a obra de pedraria e carpintaria é posta a lanços a respectiva estrutura retabular da capela-mor, bem como oito sanefas para correspondentes frestas. As obras continuam com a obra de pedraria do camarim que obrigam ao alargamento da capela-mor. Este ciclo envolve igualmente a canalização de água desde a igreja de São Paio, até aos tanques do pátio e cozinha da Santa Casa, através da construção de canos e alcatruzes.

O último momento, decorre entre 1775-1781, está essencialmente para a obra de pedraria do corpo da igreja que envolveu o arco do coro, e para o programa de ornamentação do interior do templo, após um ciclo de intervenções arquitectónicas. A encomenda das estruturas retabulares dos quatro altares laterais decorre em 1775, bem como a feitura de quatro urnas para cada um dos altares laterais. Nesse ano é encomendada também a obra das grades das frestas, toda a ferragem da igreja e a obra de carpintaria das tampas das sepulturas, a construção do arco do coro e a encomenda do órgão. No ano seguinte são encomendados os balaústres para a coxia e os confessionários. No final deste ciclo são encomendados 22 castiçais e 5 cruzes de madeiras, dois púlpitos de talha e respectivas sanefas e o anteparo da igreja com as respectivas portas e vidraças.

[907] *Vide* documento LXIII, vol. II.



Fig. 165 – Interior da Igreja da Misericórdia

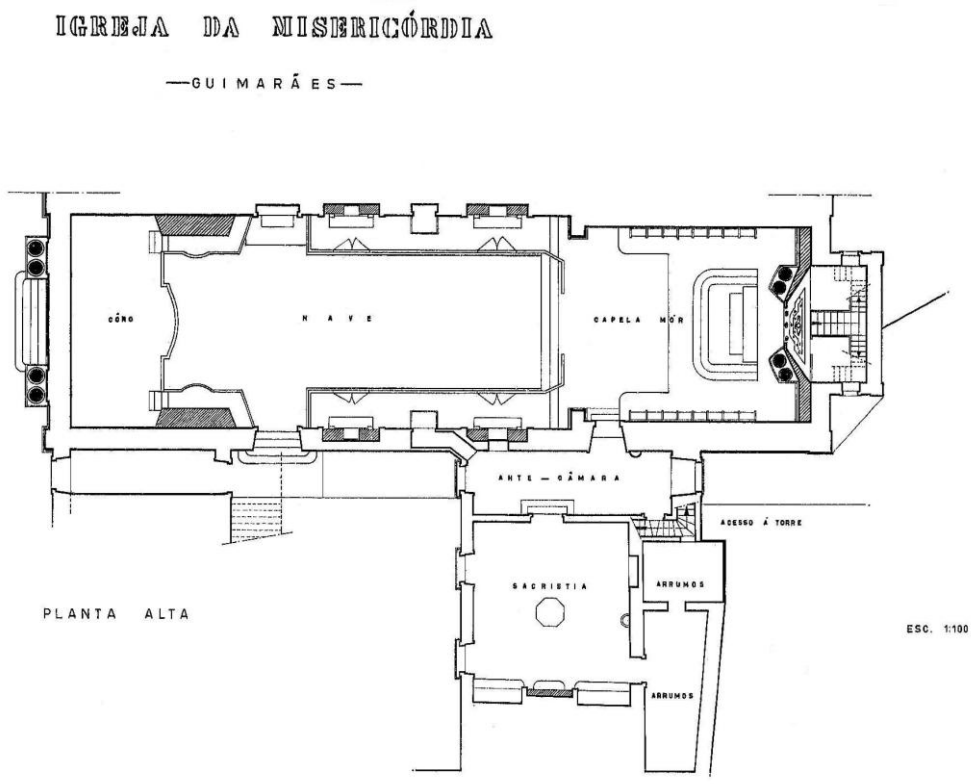


Fig. 166 – Planta da Igreja da Santa Casa da Misericórdia (DGEMN)

Para obter, uma maior capacidade económica com vista ao pagamento das despesas inerentes às obras realizadas neste ciclo artístico, o Padre Sacristão António da Costa Pisco, vai em 1780, vender os seguintes bens móveis que já não tinham utilidade:

- Retábulo velho do altar de São Bento, por 2$700 réis[908];
- Grade velha do coro, por $800 réis que comprou Manuel Soares Barroso[909];
-Grade velha da tribuna por 3$000 réis, vendida para Vila Verde[910].

Para continuação e suplemento destas obras, a Santa Casa contraiu ainda um empréstimo de 800$000 réis, a juros de 5%, às religiosas dominicanas, da vila de Guimarães[911]. Esta quantia, bem como os juros devidos[912], são liquidados no dia 10 de Novembro de 1779[913].

Das várias obras realizadas neste ciclo que encerra a decoração interior da igreja gostaríamos de salientar a obra do órgão encomendada em 1775. Através desta breve abordagem ao estudo do órgão, podemos constatar que alguns artistas intervenientes no percurso artístico desta instituição nem sempre surgem referenciados nos contratos de obra, mas nos livros de obra.

O órgão de tubos é o resultado de um trabalho conjunto de vários artistas, a saber: Dom Francisco António Solha, mestre organeiro; Frei José de Santo António Ferreira Vilaça; dos mestres entalhadores António da Cunha Correia Vale e Manuel Fernandes Novais; do mestre serralheiro André de Freitas e do dourador Bento José de Almeida.

---

[908] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.5. Vejamos uma descrição de 1726, sobre a capela de Sâo Bento: "(…) descendo da cappella-mor, da parte do evangelho estã huma cappella de S. Bento, que mandou fazer o Doutor João Carneiro de Moraes, que a dotou, e fabricão seos descendentes; e nella tem o seo escudo das armas" (CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *obra cit.*, p.155)

[909] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.5.

[910] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.5.

[911] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl. 4v.

[912] São mencionados 85$780 réis de juros. Estes juros referiam-se ao período de dois anos, 1 mês, e 21 dias (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495,fl. 21v e fl. 22)

[913] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl. 4v.

Os mestres entalhadores comprometiam-se a construir as duas caixas bacia e as varandas dos órgãos. Ao organista competia-lhe a feitura do conjunto organológico, este último formado pelos foles, sistema mecânico e tubaria.

O órgão autêntico, ou seja que toque, situa-se no lado do Evangelho, em tribuna própria com acesso ao coro alto. Na parede fronteira ao órgão existia uma caixa gémea, apenas com uma função decorativa, pertencente a um órgão "mudo" ou falso, destinada a criar a simetria do conjunto, um princípio barroco[914]. Este órgão era em tudo idêntico ao autêntico no seu exterior, mas desprovido, no seu interior, de toda a maquinaria. A caixa deste órgão do lado da Epístola, encontra-se, há vários anos desmontado e guardado numa arrecadação da Misericórdia[915].

O órgão autêntico, actualmente impraticável, possui um único teclado, pedal e 24 registos: 12 de cada lado. O teclado e os puxadores dos registos não são originais[916].

As caixas destes órgãos possuem uma gramática decorativa com uma preponderância das superfícies lisas, adornados de flores e folhas. Na área central, evidenciam-se meninos e pequenas carrancas. A bacia é animada por uma máscara barbuda coroada de folhagens e volutas douradas. Na parte inferior, a máscara é guarnecida por troféus de música compostos de violões e trombetas em combinação com folhas cobertas de notas musicais. As caixas dos órgãos são de madeira de castanho, policromado em imitação de mármores e parcialmente dourados[917].

D. Rodrigo José António de Noronha e Meneses, provedor da Misericórdia[918], juntamente com os irmãos de primeira e segunda condição, assumindo as

[914] Sobre as diversas localizações dos órgãos no interior das igrejas do Porto, veja-se a título de exemplo: RAMOS, Célia – "Os órgãos de tubos da cidade do Porto (séculos XVI-XIX)", *I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Actas, vol.1, Porto/Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Universidade Católica Portuguesa, 2002, p.452.

[915] GONÇALVES, Flávio – "A talha na arte religiosa de Guimarães" …, p. 356, nota nº32.

[916] SANTOS, Manuela de Alcântara – *Órgãos de tubos em Guimarães*…, p.12.

[917] A obra dos fingidos de mármore e de pintura e douramento dos ornatos a ouro brunido foi arrematada por Manuel José Coimbra, em 1821 (SANTOS, Manuela de Alcântara – *obra cit.*, p.12).

[918] Em 1769, D. Rodrigo José António de Noronha e Meneses casa com Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon, proprietária da Casa do Arco, sita na rua de Santa Maria (Guimarães) *(*MORAES, Maria Adelaide Pereira de - *Velhas Casas XI. A do Arco, na rua de Santa Maria, em Guimarães*, in sep. do

responsabilidades da administração da Misericórdia, irão ser os responsáveis pelo projecto de execução dos órgãos na sua igreja. O programa de obras remonta à sessão da mesa e definitório da Santa Casa de 13 de Maio de 1775[919]. Nesta reunião, o provedor apresenta aos irmãos mesários a proposta da construção de um órgão, sustentando que nos cofres da Misericórdia existiam 3482$428 réis e "*de haver huma capelania no coro pera se tocar órgão*"[920]. Após a aprovação desta empreitada, através do respectivo termo, sabemos que foi ainda proposto o seguinte:

" *(…) como havia um organeiro nesta villa que se estabelecese e ajustase o órgão com elle por aquelle preço mais racionavel de que dara parte o escrivam da meza do seu preço pera se asignar por elle a escriptura e sera rematada a caixa delle e ornato correspondente a dita talha e grade do coro pelo risco que der Frei Joze do Convento de Pombeiro abrindo se hum arco dentro da parede de fora da grade do coro pera o mesmo órgão se edificar"*[921].

Através da leitura deste extracto, sabemos que o órgão e seu correspondente órgão "mudo", foram riscados pelo Frei José de Santo António Vilaça. Podemos ainda,

---

Boletim de Trabalhos Históricos, vol. 41, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Câmara Municipal de Guimarães, 1990, p. 214). A sua esposa pertencia a uma das mais prestigiadas famílias da aristocracia vimaranense (COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, p. 123). D. Rodrigo Noronha e Meneses era filho do 4º Marquês de Marialva e 6º Conde de Cantanhede *(*MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit.*, p. 213). Em 1779, juntamente com a sua família vai para o Brasil como governador e Capitão-General de Minas Gerais, Baía e Grão-Pará, regressando a Portugal em 1782 *(idem, ibidem*, p. 215-218). Este provedor da Misericórdia contraiu vários empréstimos a juros à Santa Casa, tornando-se um dos maiores devedores da instituição (COSTA, Américo Fernando da Silva – *obra cit.*, p.101 e pp. 123-125).

[919] A.S.C.M.G, Actas (termos) da mesa e definitório da Santa Casa (1762-1783), N-11, fl. 63v. "*Termo em que se asignou a Mesa e Definitorio pera se fazerem as obras da igreja na forma delle*".

[920] A.S.C.M.G, Atas (termos) da mesa e definitório da Santa Casa (1762-1783), N-11, fl. 63v. Documento apresentado em primeira mão por: SMITH, Robert C., – *Frei José de Santo António Vilaça. Escultor Beneditino do século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol.2, p.543.

[921] A.S.C.M.G, Atas (termos) da mesa e definitório da Santa Casa (1762-1783), N-11, fl. 64v. Manuscrito apresentado em primeira mão por: SMITH, Robert C., – *obra cit.*, vol.2, p.543.

verificar que a feitura deste órgão motivou obras de pedraria, nomeadamente a abertura de um arco na parede da grade do coro.

Os administradores da Misericórdia pretendiam que a sua igreja fosse dotada de obras com a grandiosidade e a qualidade das existentes em outros espaços religiosos de Guimarães. Para esse efeito, como veremos de seguida, celebram três contratos de obra na Casa do Despacho da Misericórdia.



Fig.167 – Órgão de tubos da Igreja da Misericórdia

Como referimos acima, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, na época conventual no Convento de Pombeiro, é o autor do risco do risco das duas caixas dos órgãos e da grade do coro. Segundo Robert C. Smith, a decoração das caixas destes órgãos é característica da segunda fase de Frei José Vilaça[922]. Em vários itens de despesas pagas por António da Costa, Padre Sacristão da Santa Casa, consta uma

[922] SMITH, Robert C., – *obra cit.*, p.544.

"*despesa com os riscos de Frei Joze de Pombeiro - 28$800 réis*"[923]. Tratar-se-ão dos riscos das caixas dos órgãos? Este será um ponto a rever, no futuro, com a possível descoberta de nova documentação.

A 25 de Junho de 1775, Dom Francisco António Solha, mestre organeiro, morador na rua da Fonte Nova, extramuros de Guimarães[924], compromete-se a construir um órgão de tubos na igreja da Misericórdia, pondo-lhe o registo do rabecão, na forma dos apontamentos e planta que estavam assinados pelo tabelião da Misericórdia e por si[925].

Através do contrato de obrigação temos conhecimento que estava empreitada foi ajustada em 600$000 réis, pagos em três prestações iguais: a primeira no momento da celebração desta escritura, a segunda no meio e a terceira depois de assentado o órgão. O executante não apresentava fiador, no entanto obrigava a sua pessoa e os seus bens móveis e de raiz "*prezente e feturos e terços de sua alma* ". Por seu turno, o provedor e os irmãos da Santa Casa "*obrigarão pellas rendas e dinheiros da Santa Caza*" a liquidarem as duas prestações em falta.

O mestre obrigava-se a fornecer para a feitura do órgão "*com todo o necesario e ferrage e tudo o mais que for precizo e posto e acresentado no lugar que se destinar".* Neste contrato é especificado que a caixa do órgão, bacia e varandas não eram por conta dele Dom Francisco Solha. Testemunharam este acto Domingos Freitas Vale e Bento Antunes, livreiro "*desta rua*".

Mais tarde, Dom Francisco Solha assina o respectivo recibo da quantia arrecadada de 600$000 réis por esta empreitada[926]. Neste recibo afirma que "*ficou inteiramente*

[923] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.5.

[924] Trata-se de um importante mestre galego, que casou em Guimarães em segundas núpcias, em 1771, e aí faleceu em 1794 (SANTOS, Manuela de Alcântara - *obra cit.*, pp.3-4). Sobre a actividade deste organeiro em Guimarães, veja-se, por exemplo: JORDAN, W. D. – *obra cit.*, pp. 116-136; OLIVEIRA, António José de - "Elementos para a história do Convento da Costa: artistas e obras"…, pp.87-134.

[925] *"Obrigação a fatura do órgão que faz Dom Francisco Solha"*. A.S.C.M.G, Livro de Notas (1775-1799), nota do tabelião João Ribeiro, N-55, fls. 16-17. Contrato referido por BRAGA, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães: os Votos de Santiago. Artes e Artistas", in *Revista de Guimarães*, vol. 48, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1948, p. 52.

[926] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8.

pago e satisfeito de toda a obra do orgão". Nesta lista de pagamentos, é referido que recebeu 189$427 réis, por conta do órgão, em chumbo e estanho da mão do escrivão da mesa Francisco José da Silva. A terceira paga foi de 210$573 réis[927].

O chumbo e o estanho utilizado pelo organeiro foram obtidos no Porto, a Manuel Rodrigues da Silva[928]. A 15 de Janeiro de 1777, o Padre António da Costa Pisco, sacristão da Misericórdia, recebeu 189$427 réis do pagamento que anteriormente efectuara no Porto, a Manuel Rodrigues da Silva[929]. Nesta adição, são descriminadas as quantidades de chumbo e estanho, a saber: 64 arrobas e 13 arráteis de chumbo ($860 réis a arroba); e 41 arrobas e 10,5 arráteis de estanho ($324 réis a arroba). De portagens devidas ao Padre António da Costa Pisco foram pagos $120 réis.

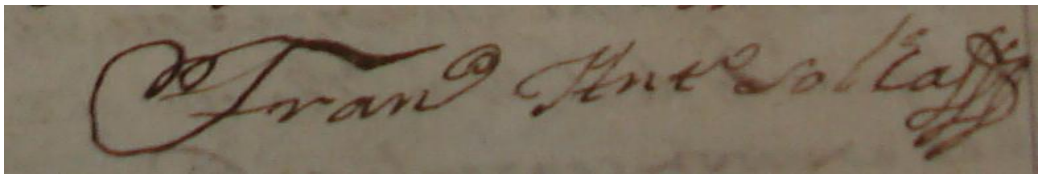


Fig. 168 – Assinatura de Francisco António Solha (A.M.A.P.)

Dois dias, após a celebração da escritura de obrigação com Dom Francisco Solha, António da Cunha Correia Vale, mestre entalhador, morador na rua dos Palheiros, da vila de Guimarães, compromete-se a construir as caixas dos órgãos na forma dos apontamentos que "*se achão feitos que ficão asinados pello escrivão desta Santa Caza e por elle mestre entalhador"*[930]. O mestre receberia pelo seu trabalho 400$000 réis. O pagamento seria efectuado em três prestações: uma no momento da assinatura deste contrato, outra no meio da obra e a terceira depois da obra assentada *e posta no lugar*. As caixas dos órgãos seriam revistas por mestres peritos "*a contento da meza na forma*

[927] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8; A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.26v.

[928] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8.

[929] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.21.

[930] *Vide* documento LXXX, vol. II. Sabemos que esta empreitada, além das caixas dos órgãos, incluía as bacias, balaústres do coro e dos órgãos (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8v).

dos apontamentos que elle dito mestre entalhador se obrigaria a cumprir". O artista obrigava-se a findar a empreitada num prazo de um ano. Foram testemunhas presentes: Manuel José de Sousa, servo da Misericórdia; Pedro António Lourenço, mestre pedreiro[931]; e Joaquim Fernandes da rua da Fonte Nova (vila de Guimarães).

A 9 de Outubro de 1775, aproximadamente três meses e meio, após a celebração da escritura com o mestre entalhador, somos confrontados, com um novo contrato de obra, no qual se estabelece uma parceria entre António da Cunha Correia Vale e Manuel Fernandes Novais, da freguesia de São Miguel de Entre-as-Aves, (concelho de Vila Nova de Famalicão)[932]. Dado, que a obra das caixas e bacias do órgão e balaústres do coro anteriormente arrematados por António Correia Vale "*por ser obra grande*", a Misericórdia firma uma nova escritura com os dois mestres entalhadores, sob as cláusulas anteriormente estabelecidas. Apenas o prazo de execução é prolongado por um espaço de seis meses[933]. Assim somos confrontados, com a criação de uma parceira para dar resposta a este trabalho arrematado em Junho por António Correia Vale. Certamente, que o artista arrematante via-se na necessidade de estabelecer esta parceria, para garantir a concretização dos trabalhos com a segurança exigida pelo cliente. Como já referimos, por ser uma obra de grande envergadura e possivelmente por o artista não ter capacidade de levá-la a bom termo, por questões pessoais, ou pela existência de compromissos laborais assumidos anteriormente, este prolongamento do prazo de execução e a sociedade com Manuel Fernandes Novais seria uma garantia da concretização deste trabalho posto a concurso.

Em relação ao pagamento dos 400$000 réis, é estabelecido que seria dividido em partes iguais pelos dois mestres entalhadores. Como o mestre António Correia Vale já recebera 133$333 réis, no contrato anteriormente firmado, a Santa Casa decide efectuar um pagamento de 60$000 réis com o intuito de inteirar 200$000 réis. É acordado que os restantes 200$000 réis seriam pagos no final da obra[934].

---

[931] Nesse mesmo ano arremata a construção do arco do coro da igreja da Misericórdia.

[932] *Vide* documento LXXXII, vol. II. Contrato mencionado por GUIMARÃES, Alfredo - *Mobiliário artístico português: elementos para a sua história português*, Guimarães, Edições Pátria, 1935, p. 89.

[933] Neste contrato o prazo de execução é estipulado até ao dia de Natal de 1776.

[934] Essa quantia é paga, como comprovam os recibos assinados por António Correia Vale e os herdeiros de Manuel Fernandes Novais (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-

Foram testemunhas presentes nesta nota, a saber: José da Cunha, mestre entalhador, e Pedro António Lourenço, pedreiro desta vila.

Entretanto, a 5 de Julho de 1780, o entalhador Manuel Fernandes Novais já tinha falecido. Nessa altura, o seu filho Domingos Fernandes de Sousa, por si e pelos seus irmãos, passava recibo à Santa Casa de como tinha recebido a quantia de 46$800 réis por conta da empreitada dos órgãos, bacias e balaústres do coro. Nesse recibo, o filho de Manuel Novais apresentava como seus fiadores para segurança da dívida, José Ferreira Guimarães morador em Guimarães[935]. Por seu turno, Domingas Maria de Sousa, viúva de Manuel Fernandes Novais, nesse mesmo dia, através de carta de partilhas que apresentou, recebeu a quantia de 46$800 réis[936]. Apresentou por seus fiadores e principais fiadores "*pera reporem a dita quantia, no cazo de haver alguma duvida*", a saber: André Coelho Rodrigues, mercador, morador no Postigo de São Paio; e Torcato Fernandes Ferreira, da freguesia de São Lourenço de Romão (termo de Barcelos).

Os filhos e a viúva de Manuel Fernandes Novais receberam mais 9$600 réis "*pello acrescimo das obras que fes*"[937]. Por sua vez, António Correia Vale recebeu adicionalmente 16$000 réis, "*pelos acrescimos que fes nas caixas dos orgãos, que por esquecimento se lhe não tinha pago*" [938].

Em resumo, podemos afirmar que a obra dos órgãos, bacias e balaústres do coro totalizou 425$600 réis.

495, fl.9; A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.24).

[935] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8v. Foram testemunhas: José Soares Pereira e José Ferreira Mendes, servo da Misericórdia.

[936] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.8v. Foram testemunhas: José Soares Pereira e José Ferreira Mendes, servo da Misericórdia.

[937] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.23v, de 26 de Abril de 1780. Documento referido por SMITH, Robert C., – *Frei José de Santo António Vilaça. Escultor Beneditino do século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol.2, p.544. Os seus filhos receberam metade dos 9$600 réis (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.37v).

[938] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.23v, de 26 de Abril de 1780. Documento referido por SMITH, Robert C., – *obra cit.,* vol.2, p. 544; Veja-se também: A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.37.

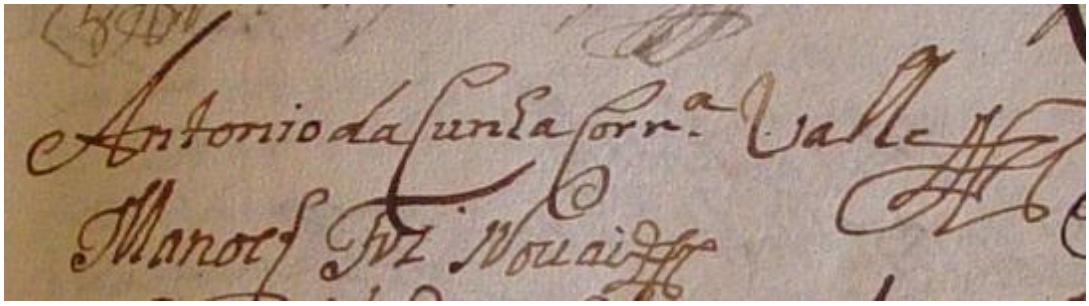


Fig. 169 – Assinaturas de António da Cunha Correia Vale e de Manuel Fernandes Novais (A.M.A.P.)

A 26 de Fevereiro de 1779, Bento José de Almeida recebeu 7$980 réis pela obra de dourar os canos do órgão e pelo ouro usado[939].

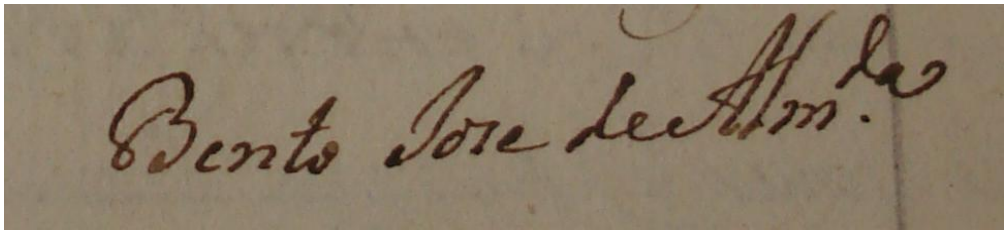


Fig. 170 – Assinatura de Bento José de Almeida (A.M.A.P.)

Apesar de no contrato ajustado com Dom Francisco Solha ser especificado de que este se obrigava a fornecer toda a ferragem necessária, temos conhecimento de que esta, afinal, foi colocada a expensas do mestre serralheiro André de Freitas[940] por 20$970 réis[941]. O respectivo recibo de pagamento assinado pelo mestre serralheiro, aponta as

[939] A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.17v e fl.23. Bento José de Almeida assina o recibo de pagamento desta quantia (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.18; A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.20v). Documento referido por SMITH, Robert C., – *obra cit.*, vol.2, p. 544.

[940] André de Freitas residia na rua de Santa Luzia (Guimarães) (*Vide* documento XCIII, vol. II).

[941] "*Emportou mais a ferragem pera o órgão, que se pagou a Andre de Freitas sarralheiro por determinação da Meza, não obstante se declarar na escriptura do dito orgão ser por conta do organeiro Dom Francisco Solha, atendendo a os justos motivos, que se ponderarão na mesma Meza: vinte mil novecentos e setenta reis como consta do livro velho a folha. 20$970*" (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.23v.

motivações que levaram à alteração desta disposição contratual das ferragens, como podemos ler, no seguinte extracto:

" *(...) mandarão os Senhores da Meza se pagase ao mestre serralheiro por atenderem a que o dito organeiro fizera o orgão bom, e em conta, e esperar se que elle algumas vezes vira a afina lo sendo pera isso chamado, e por outros mais motivos, que forão ponderados em meza pelos Senhores della, e por isso se pagou ao sobredito Andre de Freitas (...)*"[942].

No recibo de pagamento assinado pelo mestre serralheiro é especificado ao pormenor toda a ferragem que foi aplicada no órgão[943] (quadro I).

Quadro XXXVIII
Rol da ferragem paga a André de Freitas

FERRAGEM	QUANTIA
25 Ferros a 12 réis	3$000 réis
2 Ferros	$080 réis
3 Cadeias para os foles	$370 réis
3 Engonços para as cadeias	$350 réis
3 Ferros e engonços para os foles	$720 réis
3 Parafusos de rosca	$060 réis
1 "*Trinqueta*" para a porta dos órgãos	$200 réis
2 Barretas de 12 palmos	$480 réis
97 Ferros a 80 réis	7$760 réis
26 Ferros a 300 réis	7$800 réis
TOTAL	20$970 réis

Além deste pagamento de 20$970 réis, podemos apurar que o mestre serralheiro arrecadou outras pequenas quantias do fabrico de ferragens miúdas para o órgão.

[942] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.39.

[943] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.39.

QUADRO XXXIX
Outras despesas relativas ao órgão pagas a André de Freitas

FERRAGEM	QUANTIA
3 Ferros calçados de aço para abrir os buracos para os órgãos	$300 réis[944]
1 Ferro para os órgãos que pesou 15 arráteis a 70 réis	1$015 réis [945]
3 Ferros para ter mão nos órgãos que pesaram 54,5 arráteis a 70 réis	3$815 réis[946]
8 Dobradiças para as portas dos órgãos	$640 réis [947]
2 Ferros para ter mão na trave dos órgãos que pesaram 25 arráteis a 70 réis	1$750 réis[948]
TOTAL	7$520 réis

Em suma, a Santa Casa despendeu a quantia de 28$490 réis, relativos a pagamentos efetuados ao mestre serralheiro André de Freitas, pela feitura de ferragens para o órgão.

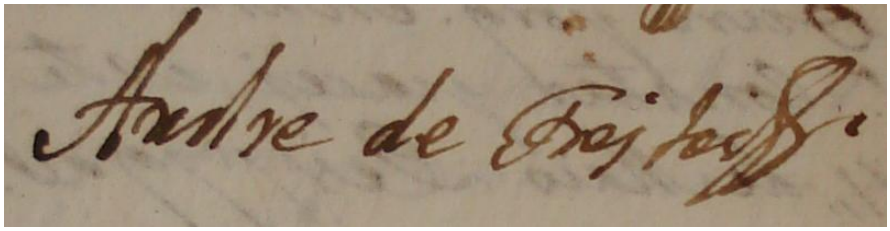


Fig. 160 – Assinatura de André de Freitas (A.M.A.P.)

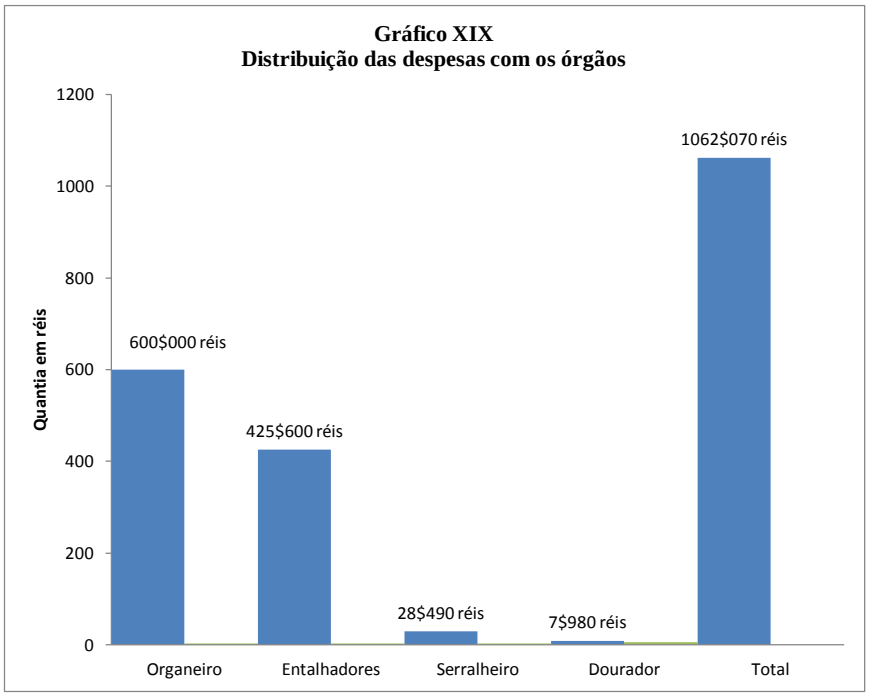
[944] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.28v. Recibo assinado por André de Freitas a 25 de Março de 1778.

[945] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.36.

[946] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.36.

[947] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.36.

[948] A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.36.



Os gastos com a construção dos órgãos totalizaram 1062$070 réis[949]. O grosso das despesas destinou-se à verba arrecadada pelo mestre organeiro. O resto das despesas distribui-se pelos mestres entalhadores, serralheiro e dourador[950].

Entre 1675-1781 contabilizamos 3 artistas estrangeiros oriundos da Galiza. São eles:

[949] Não incluímos no quadro XIX, a despesa que diz respeito a riscos efectuados pelo Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.33).

[950] Em 1799, surge arrolada a quantia de $320 réis, relacionada com a despesa de jornais de um dia para se rebocar a parede debaixo dos órgãos (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.33).

-Domingos de Passos, mestre pedreiro, morador na rua da Lages (Guimarães) e natural da freguesia de São Miguel do Marcão, termo da vila de Pontevedra, reino da Galiza.

-Dom Francisco Solha, mestre organeiro[951];

- Pedro António Lourenço, mestre pedreiro[952].

Em relação aos restantes artistas encontramos mestres locais (pedreiros, carpinteiros, imaginários e entalhadores) que trabalham para a Misericórdia, bem como outros oriundos dos actuais concelhos de Fafe (Santa Cristina e São Romão de Arões[953]), de Vila Nova de Famalicão (Landim, São Miguel de Entre-as-Aves e Delães) e da cidade de Braga. De Fafe tratam-se de mestres pedreiros; de Vila Nova de Famalicão mestres entalhadores e imaginários; e de Braga de mestres sineiros.

Ao mesmo tempo, existem artistas que celebram mais de um contrato de obra com o Provedor da Santa Casa. Citemos:

-Manuel Francisco, mestre carpinteiro, morador em Santa Cruz (Guimarães) que arremata três obras de carpintaria: enfermaria e da Capela-mor da Misericórdia, e a empreitada da capela de Santo André de Bouças;

-Pedro Antunes de Araújo, mestre carpinteiro, morador na Madroa (arrabaldes de Guimarães, que executa duas obras de carpintaria: da igreja e das tampas das sepulturas;

-António da Cunha Correia Vale, mestre entalhador, residente na rua dos Palheiros, que arremata três obras: o retábulo-mor em parceria com seu irmão Manuel da Cunha Correia; a caixa do órgão e os dois púlpitos e respectivas sanefas;

-Manuel de Sampaio, mestre entalhador, da freguesia de Landim, que arremata a obra dos 4 altares laterais e as respectivas urnas.

---

[951] Embora surja como residente na rua da Fonte Nova, extramuros da vila de Guimarães.

[952] Trata-se de um mestre pedreiro natural da Galiza (ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - "Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII", *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Actas, Cáceres/Olivença, 1993, p. 149 e 154). No contrato com a Misericórdia é referido como morador na rua do Espírito Santo (Guimarães).

[953] Na época freguesias pertencentes ao termo de Guimarães.

Além dos artistas inventariados nos contratos de obra, encontramos outros nomes que como acima referimos, que surgem nos dois livros de receitas e despesas das obras da igreja da Santa Casa. Um deles é o já mencionado Bento José de Almeida que realiza o douramento dos tubos do órgão. Os restantes artistas / artífices são:

- Manuel de Macedo, mestre vidraceiro[954];

-Matias Alves Bezerra, mestre estuqueiro / alifana[955];

-Manuel Alves Vieira, mestre latoeiro[956], de Santa Cruz[957];

-Pedro Antunes, mestre alfaiate[958];

---

[954] Recibo de 26$540 réis assinado por Manuel de Macedo a 25 de Maio de 1778 (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl.30). O mestre vidraceiro comprometeu-se a pôr os vidros em todas as frestas a $20 réis cada um "*fora a massa, parafuzos, e alguns caixilhos por trás da Senhora do coro*" (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.13v).

[955] Por cinco recibos assinados por Matias Alves Bezerra, entre os anos de 1776-1777, este arrecadou a quantia total de 225$940 réis (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496, fl. 8 (recibo de 48$000 réis) fl.9v (recibo de 33$600 réis); fl. 12v (recibo de 48$000 réis); fl. 13 (recibo de 72$000 réis); fl.33v (recibo de 24$340 réis). Nestes recibos o mestre é denominado de alifana. Estes cinco recibos eram devidos pelos "*jornaes do mestre do estuque Mathias Alves Bezerra, e dos mais officiaes, e rapazes que com elle andarão em todo o tempo da obra, alem de algum dinheiro mais, que receberão por mão do Padre Sachristão mor (...)"* (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.14v). Neste último documento é denominado de mestre estuqueiro.

[956] Acerca da latoaria vimaranense veja-se: MOSCOSO, Patrícia - "Latoaria", in *As artes e as mãos da História: o artesanato vimaranense,* Guimarães, Oficina, 2006, pp.52 - 57.

[957] A 13 de Junho de 1781, recebeu as seguintes quantias devidas aos seguintes trabalhos: 3$500 réis por 22 micheiros de latão que fez e pregou nos castiçais novos da Igreja; $600 réis por 20 cravos de latão para as cruzes ; $140 réis por 5 argolas de latão para as mesmas cruzes (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.25v); $750 réis por conta de 30 argolas de latão que fez para os panos das portas da Casa do Despacho e salão (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.26). No mesmo ano recebeu ainda $960 réis por dois micheiros de latão pelos dois ceriais ou tocheiros executados pelo entalhador José António da Cunha, que acompanhavam a bandeira e por duas folhetas de latão (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.35). Estes tocheiros foram pintados e dourados pelo pintor Manuel José, por 2$000 réis (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.35)

[958] Em 1781, recebeu 20$160 réis pelo feitio de cortinados novos para as portadas, altares, frestas e pulpito (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.27). Mais tarde

-Francisco Xavier, mestre esteiceiro, da cidade de Braga[959];

-João Ferreira, mestre ensamblador / entalhador[960];

-Manuel José, pintor[961];

-Manuel Lopes da Silva, pintor[962];

-António José da Costa[963];

-João Ferreira de Lima, mestre sineiro, da cidade de Braga[964].

A Santa Casa da Misericórdia é na história de arte de Guimarães uma referência incontornável ao longo do século XVIII. Referência pelo número de encomendas, pela contratação de artistas de nomeada e principalmente por aquilo que ainda nos nossos dias podemos admirar.

---

recebeu ainda 30$000 réis pelo risco e feitio de dois panos para as portas do salão e da Casa do Despacho (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.30v).

[959] Em 1781, este mestre bracarense recebeu 4$900 réis por uma esteira que a Santa Casa mandou fazer para a Casa do Despacho O indivíduo que foi buscar a esteira a Braga recebeu 1$140 réis (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.29 e fl. 30v).

[960] Em 1781, este mestre recebeu 4$160 réis pela "meza de *fechar os livros na Caza do Despacho (...)*" (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.26 e fl. 32).

[961] Arrecadou 2$000 réis por pintar e dourar os dois micheiros de latão executados pelo mestre latoeiro Manuel Alves Vieira (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.26 e fl. 35)

[962]Em 1783, juntamente com o seu oficial recebeu a quantia de 11$290 réis pelo trabalho de 18 dias, correspondendo ao seguinte: pintura Capela de S. João; porta da igreja, do seleiro e da casa do Despacho; caixilhos, vidraças e foro da sala da Casa do Despacho; tumba e assentos do definitório (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.40).

[963] Em 1777, recebeu 1 cruzado novo, em dois dias de trabalho, por pintar 3 grades das frestas, dourar as armas do arco (A.S.C.M.G, Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496,fl.14v).

[964] Este mestre bracarense fez o sino novo que a Santa Casa mandou fazer para os coros, por o velho ter quebrado (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.25v). O sino novo pesava 9 arrobas e 30 arráteis, a preço cada arrátel de $300, o que totalizou 95$400 réis. Para desconto, deu-se o sino velho quebrado, que pesou 9 arrobas e 14 (?) arráteis, a preço o arrátel de $200 réis importou 60$000 réis. Sendo abatidos o importe do sino novo totalizou 34$900 réis. O recibo do pagamento foi assinado por João Francisco da Costa como caixeiro de João Ferreira de Lima, a 25 de Junho de 1781 (A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.25v). Veja-se também: A.S.C.M.G, Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495, fl.32.

1.4. A Câmara

Ao conjunto de encomendantes queremos adicionar o universo municipal. Um olhar mais atento permite-nos verificar que a dinâmica artística municipal relacionava-se com a Casa do Senado e da Audiência, bem como com as infraestruturas urbanas (ruas, pontes, casa da alfandega, cadeia e açougue), como o abastecimento de água. Estas intervenções de construção, reconstrução e de manutenção fomentaram a encomenda municipal quer no burgo, quer no termo de Guimarães. Através dos livros de notas do fundo notarial, do livro de notas do escrivão da Câmara e nos diversos livros de Vereações reencontramos a evolução urbana de Guimarães. Muitas destas obras exigiam o recurso a uma mão-de-obra especializada e a consideráveis encargos que se expressavam nas contas municipais[965].

Relativamente aos encargos municipais com o conserto e reedificação das calçadas das artérias das entradas e saídas da vila de Guimarães, temos noticia que o rei D. João V, por provisão régia, permitia que a quantia de 3000 cruzados que se encontrava no depósito das Sisas, fosse usado para esse efeito. A 17 de Abril de 1720, com este propósito o juiz, vereadores e procurador do concelho procedem à eleição de um tesoureiro para lhe entregarem a referida quantia, da qual era depositário André de Abreu, mercador, da vila de Guimarães[966]. Deste modo, é eleito Francisco de Araújo, mercador de pano de linho, morador na rua do Sabugal (Vila de Guimarães), por o acharem "*abonado pera o dito efeito e este se achar sempre na billa e ser inteligente pera fazer pagamentos aos pedreiros quando lhes forem passados bilhetes pello*

[965] Sobre as contas municipais veja-se: BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*….

[966] M-1815, Livro Vereação nº21, fl. 35.

Doutor Provedor desta Comarca" [967] . Imediatamente, a 6 de Maio, André de Abreu faz um termo de removimento de depósito dos 3000 cruzados para a mão do recém-eleito Francisco de Araújo[968]. Noutra situação relacionada com uma obra de pedraria do castelo arrematada pelo pedreiro João Carvalho, a 19 de Janeiro de 1726, é dito que a quantia de 43$000 réis ajustada, seria paga pela Câmara através do dinheiro proveniente da portagem[969]. No mesmo acto da vereação, é mencionado que os 120$000 réis devidos ao carpinteiro João da Costa pela obra de carpintaria na casa do casteleiro do castelo seriam igualmente providos do dinheiro que estava em depósito da renda da portagem[970].

No que concerne à reparação de chafarizes, o Senado em certas alturas concessionava a sua reparação, ou seja arrematava em hasta pública o seu arrendamento, como é ilustrado nos seguintes exemplos:

- 16 de Janeiro de 1734 – após ter sido posta a pregão o conserto da água do Toural, esta é arrematada por Jerónimo Pereira, da vila de Guimarães, por 19$000 réis[971]. Este obrigava-se a consertar desde a nascente até aos chafarizes da vila, de modo que todo o dano fosse reparado e que a água surrasse abundantemente[972];

[967] M-1815, Livro Vereação nº21, fl. 35.

[968] M-1815, Livro Vereação nº21, fls. 36-36v

[969] M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 63v-64v

[970] M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 63v-64v

[971] M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 97-97v.

[972] Comprometia-se também a pôr todos os alcatruzes e betumes necessários.

- 20 de Fevereiro de 1734 – Jerónimo Pereira morador em Fato, arrabalde de Guimarães, obrigou-se na forma e na quantia que seu pai tinha arrendado no mês anterior, fazendo todos os consertos necessários e os betumes e alcatruzes[973];

- A 27 de Fevereiro de 1742, Jerónimo Pereira morador na rua dos Trigães, que tinha arrematado por 11$000 réis o concerto dos canos da água dos chafarizes, por não querer assinar este termo o mandaram prender. Não foi preso porque entretanto se resolver assinar[974];

-A 9 de Fevereiro de 1743, António de Macedo, carpinteiro, morador Atrás o Muro, arrematou o concerto da agua dos chafarizes, pelo lanço de 3 moedas de ouro. Tudo seria à sua custa, excepto os alcatruzes que seriam por conta do Senado[975];

-A 8 de Fevereiro de 1744, Pedro Pereira, carpinteiro, da vila de Guimarães, arremata o concerto das águas da vila, por preço de 15$000 réis, até ao final do referido ano, colocando tudo o necessário com excepção dos alcatruzes que seriam por conta do Concelho[976];

-A 27 de Janeiro de 1751, Jerónimo Pereira morador nas Hortas do Prior, arrematou pelo lanço de 19$500 réis, o concerto das águas dos chafarizes, com a obrigação de ter sempre agua nos chafarizes. Se por ventura faltasse agua, pagaria por cada dia $200 réis. Os alcatruzes necessários eram por conta do Senado, enquanto que o batume por conta do arrematante[977];

[973] M-1818, Livro Vereação nº24, fl. 103.

[974] M-1820, Livro Vereação nº26, fl.9v.

[975] M-1820, Livro Vereação nº26, fl.35v.

[976] M-1820, Livro Vereação nº26, fl.71

[977] M-1821, Livro Vereação nº27, fl.147.

- A 12 de Janeiro de 1763, Manuel Soares, pedreiro, morador em Suacosta pelo lanço de 19$200 réis, obrigou-se a ter sempre os chafarizes da vila com agua, pondo todos os materiais á sua custa, excepto os alcatruzes e a louça[978];

-A 28 de Janeiro de 1764, Manuel Soares morador em Suacosta, da freguesia de santa Marinha da Costa, arremata o concerto das aguas desta villa, por 12$500 réis, comprometendo-se a colocar à sua custa todos os materiais, excepto os alcatruzes[979];

-A 16 de Janeiro de 1765, Manuel Soares morador na freguesia de Santa Marinha da Costa, lançou por 12$500 réis o conserto das águas, canos e chafarizes, pondo todos os materiais por sua conta, excepto os alcatruzes[980].

No que concerne ao calcetamento das ruas, temos conhecimento de que além da arrematação em haste pública do calcetamento de ruas, foi posto a lanços a cobradura de cada carro de pedra para a calçada da rua da Fonte Nova. Este caso único de que temos documentado até ao momento, foi arrematado por Custodio José, da freguesia de Fermentões, pelo lanço de $120 réis cada carro "sendo cobrada a cunha" [981].

No segundo quartel do século XVIII, dez mestres pedreiros portuenses que trabalhavam nas obras de pedraria da igreja do mosteiro de Santa Rosa de Lima de Guimarães, arrematataram as obras de restauro dos paços do concelho, que constavam de "*hum pouco de propianno nas cazas do concelho*"[982].

No que diz respeito a bens móveis, são postas á venda pelo Doutor Juiz de Fora e pelos Senadores, oito cadeiras de veludo carmezim "*já velhas e que servirão do Senado e duas de mascotia tão uzadas que servirão dos misteres as quaes por estarem*

[978] M-1823, Livro Vereação nº29, fl.163-163v.

[979] M-1823, Livro Vereação nº29, fl.106.

[980] M-1824, Livro Vereação nº30, fl.7-7v.

[981] M-1827, Livro vereração nº33, fl.2v, de 16 de Abril de 1788.

[982]*Vide* Documento CLXXXIX, vol.2. Magalhães Basto refere-se a este documento (*obra cit*., pp.78-79).São testemunhas Manuel Ferreira da Costa, assistente do tabelião, Manuel Vasques morador defronte do convento do Carmo extramuros da cidade do Porto e António de Sousa pedreiro, morador de fora da porta do Carmo extramuros do Porto.

incapazes se fizerão outras novas e por não servirem estas mandarão por em pregão" [983]. Na Casa da Câmara, estes bens móveis são arrematados a 1 de Janeiro de 1744, por Manuel do Couto, ourives, pelo lanço de 19$000 réis[984].

Através dos livros de notas encontramos apenas dois documentos referentes a obras públicas. O grosso das encomendas encontramos nas actas das Vereações. Se analisarmos os quadros que apresentamos no final deste capítulo, referentes às arrematações de empreitadas, concluímos que no período entre 1664 e 1790, a Câmara coloca a lanços um total de 93 empreitadas. Essas encomendas camarárias subdividem-se por cinco tipologias como podemos ver no gráfico abaixo. Dentro destas cinco tipologias, são as infraestruturas urbanas da alçada camarária, como sejam o calcetamento de ruas e de caminhos e de pontes, logo seguida de perto pela reparação de edifícios camarários e equipamentos públicos, e pelo abastecimento de água á vila, que concentram o grosso das empreitadas. Em número muito residuais encontramos a feitura e reparação de bens móveis camarários e a singular intervenção num edifício de cariz religioso.

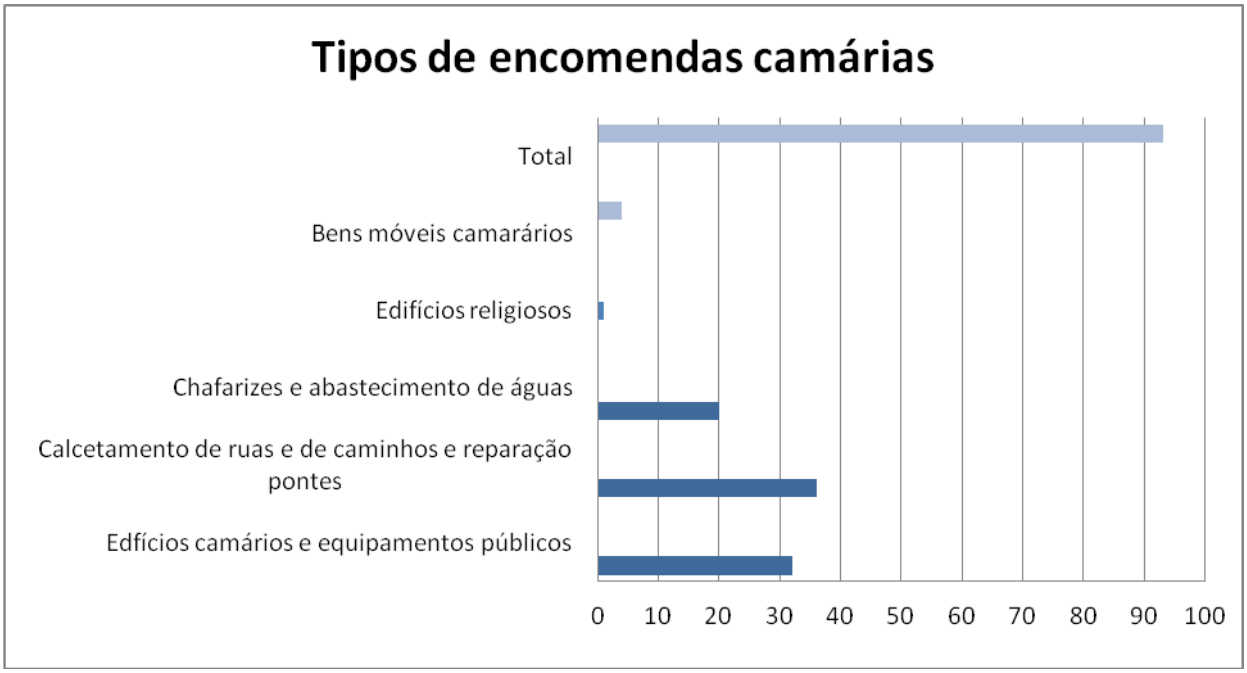
Neste período, podemos concluir que o senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias que ligavam a vila aos arrabaldes[985].

[983] M-1820, Livro vereração nº26, fls.64-64v.

[984] M-1820, Livro vereração nº26, fls.64-64v.

[985] Dum total de 93 empreitadas, a câmara lança em hasta pública 36 obras relacionadas com o calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes.

GRÁFICO XX

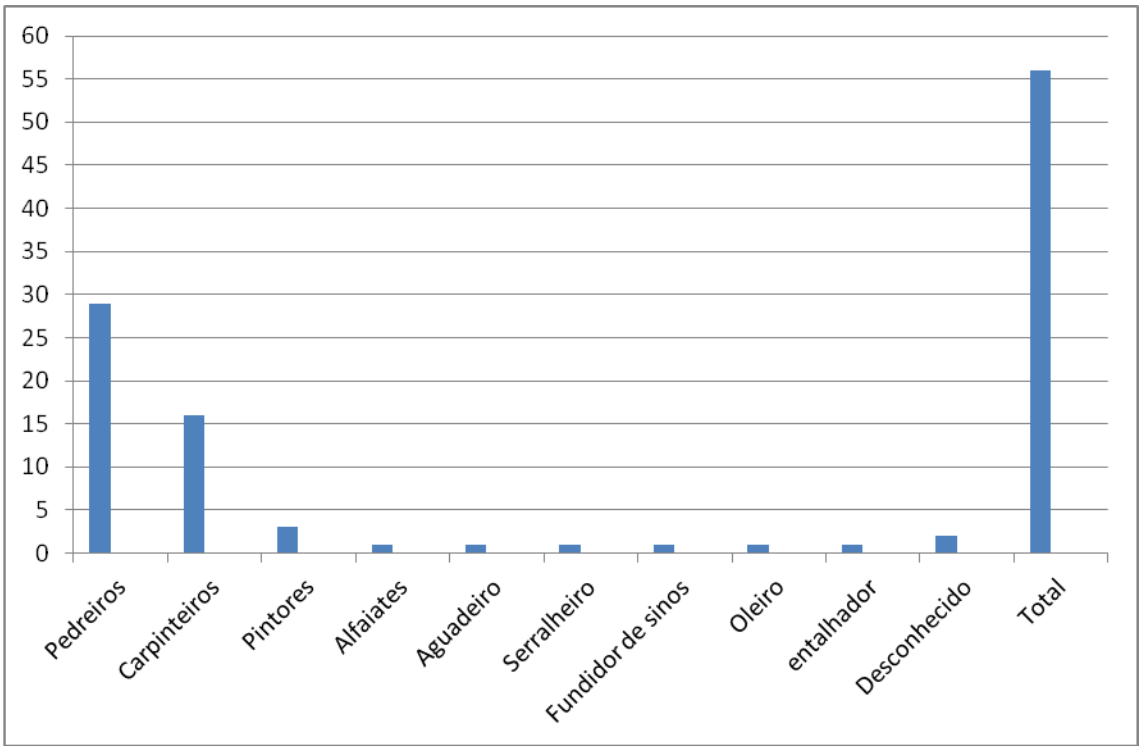


Do universo de 56 artistas que arrematataram obras para a Câmara de Guimarães, mais de metade são pedreiros (29), seguidos pelos carpinteiros (16), o que perfaz um total de 45 indivíduos, o que nos permite concluir que são as empreitadas ligadas à pedraria e carpintaria que representam o grosso das empreitadas camarárias. Situação esta, que vai de encontro ao tipo de empreitadas patrocinadas pelo senado. No que concerne a obras relacionadas com chafarizes e abastecimento de águas encontramos um caso singular de um mestre oleiro e de um aguadeiro que arrematam uma empreitada. Quanto á proveniência geográfica dos artistas, a maior parte é residente na vila e no termo de Guimarães, com excepção de um fundidor de sinos morador na cidade Braga, e de cinco mestres pedreiros naturais do reino da Galiza[986].

[986] Tratam-se dos seguintes mestres pedreiros: Vicente José de Carvalho, Domingos de Passos, Sebastião de Vilaverde, Pedro António Lourenço e de Francisco Gonçalves.

Gráfico XXI

O estatuto profissional dos artistas



Em certos períodos de tempo, denota-se uma certa prevalência na preferência de artistas, por parte da Câmara, que arrematam várias obras, podemos citar os exemplos mais significativos:

Quadro XL

Artistas que arrematataram maior número de obras camarárias

Nome	Profissão	Número de arrematações	Período cronológico
Domingos de Passos	Pedreiro	7	1755-1768
Francisco Nunes	Pedreiro	5	1664
João da Costa	Pedreiro	4	1667-1668
Manuel Soares	Pedreiro	4	1763-1764
Pedro António Lourenço	Pedreiro	7	1768-1790
Vicente José de Carvalho	Pedreiro	8	1760-1788

Do grupo destes seis pedreiros que arrematam quatro ou mais empreitas, metade são pedreiros galegos. Somente estes 3 pedreiros naturais da Galiza arrematam um total de 22 obras, o que denota um elevado número de obras camarárias arrematadas por estes pedreiros originários da Galiza.

Quadro XLI
Edifícios camarários e equipamentos públicos (1664-1788)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1664 Nov. 22 / 1664 Dez. 3	Portas grandes da Alfandega	10$000 réis	João Francisco	Carpinteiro	Pombal, freguesia de São Pedro de Azurém	M-1808, Livro Vereação nº12, fl.46 e fls.48-48v
1664 Dez. 6	Cadeia do castelo e casa do carcereiro (obra de carpintaria)	19$000 réis	João Francisco	Carpinteiro	Casal do Pombal, da freguesia de São Pedro de	M-1808, Livro Vereação nº12, fls.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
					Azurém	49v-50
1667 Jul. 9	Obra do castelo	15$000 reis	João Fernandes	Carpinteiro	Rua de Gatos	M-1808, Livro Vereação nº12, fls. 193-193v
1677 23 Set.	Assoalhar casa da Câmara e da Audiência, feitura de janelas e de mobiliário	320$000 reis	Francisco de Passos	Carpinteiro	Na "*Praça desta villa*"	*Vide* doc. CIII, vol. II
1700 Mar. 9	Obra de carpintaria: janelas e assoalhar e telhar as 3 boticas[987] das "*que serve o pão*" da Casa da Alfandega	15$000 réis	João da Silva	Carpinteiro	Freguesia de Prazins	M-1811, Livro Vereação nº17, fls. 152-152v
1726 Jan. 19	Obra de pedraria do castelo: erguer o muro alagado e o mais constante dos apontamentos assinados pelos oficiais da Câmara e pelo arrematante	43$000 réis[988]	João Carvalho	Pedreiro	Lugar da Torre, freguesia de São Romão de Arões	M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 63v-64v
1726 Jan. 19	Obra de carpintaria do castelo: travejar a casa do Casteleiro de novo, folhar e armar empenas com grade nova, e linhas e portas novas, bem como consertar os telhados	120$000 réis	João da Costa	Carpinteiro	Atrás do Muro (Vila de Guimarães)	M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 63v-64v
1726 Mar.	Obra de pedraria: concerto do muro	8$500 réis	João Carvalho	Pedreiro	Freguesia de São Romão	M-1816, Livro

[987] Uma delas assoalhada de novo. As restantes seriam assoalhadas com a madeira velha. A restante madeira necessaria seria paga à custa do concelho.

[988] Todo o dispendio com pedra e cal será por conta do pedreiro, excepto os carretos da pedra que forem necessários.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
15	dentro da cadeia da Lage do Castelo[989]				de Arões	Vereação nº22, fls. 86-86v
1726 Jul. 10	Obra de carpintaria: torre dos presos do castelo[990].	21$600 réis	João da Costa	Carpinteiro	Atrás o Muro (vila de Guimarães)	M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 87-87v
1729 Mai 4	Obra da forca que teria as seguintes dimensões: 13 palmos de altura e dois pilares de 3 palmos de largo. Os pilares acabariam cada um com sua pirâmide	7$500 réis[991]	João Teixeira	Pedreiro		M-1817, Livro Vereação nº23, fls. 56-56v
1730 Jan. 25	Obras no castelo que constam de 9 apontamentos[992]	70$000 réis	João Costa Resende		Atrás o Muro (extramuros da vila de Guimarães)	M-1817, Livro Vereação nº23, fls. 89v-90
1730 Nov. 29	Conserto da porta da laje do castelo de chapas e pregos e "*meter o ferro na fresta*"	3$760 réis	Jerónimo Pereira	Carpinteiro	Hortas de Fato	M-1817, Livro Vereação nº23, fl.135
1731 Set. 15	Obra da botica da Alfandega "*pera nella se cortar o peixe*	8$000 réis[993]	Jerónimo Pereira	Carpinteiro	Da vila de Guimarães	M-1817, Livro Vereação

[989] A obra seria revista por mestres peritos.

[990] Os apontamentos são traslados no Livro de Veração em 23 de Agosto de 1730, nos fls. 126-127.

[991] A pedra necessária para a forca seria mandada chegar à custa do concelho.

[992] A obra seria revista por mestres peritos. O senado comprometia-se a colocar todo o cabedal de madeiras, pregagem, ferragem, cal, areia e telha necessária para a empreitada.

[993] Por conta do artista corria o que fosse necessário de carpintaria e ferragens, cal e saibro. Teria de fazer uma porta nova no repartimento do meio que o separava da outra botica, bem como a porta de entrada. Esta ultima feita metade de grade e com fechadura.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	fresco".					nº23, fls. 178v-179
1732 Jan. 5[994]	Feitura de 5 janelas da Câmara[995]	35$000 réis	Joaquim Gomes	Mestre carpinteiro	Freguesia de São Romão de Arões	M-1817, Livro Vereação nº23, fls. 198v-199
1732 Jan. 5	Ferragens, lemes e tranquinhas e alcetravos	7$940 réis	Manuel de Freitas	Serralheiro	Santa Luzia (Guimarães)	M-1817, Livro Vereação nº23, fls. 198v-199
1732 Jan. 5	Guarda-roupa de dois andares, com quatro fechaduras e toda a ferragem necessária	18$120 réis	Gregório Lopes		São Dâmaso (Guimarães)	M-1817, Livro Vereação nº23, fls. 198v-199
1732 Fev. 13	Pintura das janelas da Câmara. Por fora seriam pintadas de verde e pela parte de dentro de vermelho. Tudo a óleo fino. Também entraria na empreitada a janela que ficava voltada para a parte da Praça de Santiago	2 moedas de ouro	Domingos Luís	Pintor	Guimarães	M-1818, Livro Vereação nº24, fl. 8v
1732 Mar. 4	Pintura das janelas da Câmara e da Audiência[996]. Por fora seriam pintadas de	8$800 réis	Domingos Luís	Pintor	Guimarães	M-1818, Livro Vereação nº24, fl.

[994] Esta obra foi arrematada a 22 de Dezembro do ano anterior.

[995] O mestre comprometia-se a fazer os respectivos caixilhos e dois postigos. Punha por sua conta todas as madeiras e pregos, execepto a ferragem, esta por conta do serralheiro. As madeiras teriam de ser boas e a obra teria de estar concluida com toda a brevidade possivel.

[996] As janelas velhas foram vendidas a Francisco da Rocha morador na rua Nova pela quantia de 2$400 réis (M-1818, Livro Vereação nº24, fl. 12v)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	verde e pela parte de dentro de vermelho. Tudo pintado a duas mãos de óleo fino					10v
1734 Ago. 7	Obras de carpintaria do assougue e alfandega[997]	40$340 réis	Jerónimo Ribeiro	Mestre carpinteiro	Além do rio de Couros (Guimarães)	M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 127-127v
1734 Ago. 7	Obra de carpintaria da Casa da Câmara[998]	8$290 réis	Tomé Gomes	Mestre carpinteiro	Nas Carvalhas de São Francisco (Guimarães)	M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 127-127v
1738 Mar. 4	Obra de pintura do guarda-roupa e assentos da Casa da Câmara na forma do "*aranzel que se lhe deu*"	5$000 réis	António Luís	Pintor	Santa Luzia (Guimarães)	M-1819, Livro Vereação nº25, fl.53
1738 Mar. 4	Feitura de uns caixilhos dos "*quadros de armas e mais prefeiçoes*" que estão na Casa da Câmara	4$500 réis	Caetano José	Mestre carpinteiro	Atrás o Muro (Guimarães)	M-1819, Livro Vereação nº25, fl.53
1738 Mai. 21	Obra do conserto do soalho da Casa da Câmara e da Audiência,bem como dois bancos	9$460réis	António de Macedo	Carpinteiro	Atrás do Muro (Guimarães)	M-1819, Livro Vereação nº25, fl.61v
1738 Mai.	Pintura dos caixilhos e conserto dos painéis	3$200 réis	António Luís	Pintor	Rua de Santa Luzia	M-1819, Livro

[997] Com a obrigação que no assougue pusesse todas as traves necessárias, com toda a segurança, telha e barrotes e toda a mais madeira necessária. Comprometia-se ainda, que ficasse a obra segura e que na Casa da Alfandega pusesse também as traves que fossem necessária, bem como madeiras de ripes, e telhas com toda a segurança.

[998] Poria a telha, cal e mais ripes necessárias, bem como os pregos, com toda a segurança.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
28	da Casa da Câmara				(Guimarães)	Vereação nº25, fl.62
1744 Jan. 1	Fundição do relógio da vila de Guimarães[999]		José Rodrigues	Fundidor de sinos	Braga	M-1820, Livro Vereação nº26, fls.64v-65
1746 Abr. 30	Obra de carpintaria da botica da Alfandega "onde se customavão recolher os mantimentos que a ella vão"	12$000 réis	Manuel Gaspar	Carpinteiro	Hortas do Prior (Vila Guimarães)	M-1820, Livro Vereação nº26, fls.171v-172
1747 Jul. 29	Portas novas para a casa da Alfandega	7$300 réis	Gregório Lopes	Carpinteiro	São Dâmaso (Guimarães)	M-1820, Livro Vereação nº26, fls. 39v-40
1749 Abr. 9	Tribuna, respaldo e assentos dos Senadores por estarem "*endesentes os que nella hão*", na forma da planta apresentada	70$000 réis	Manuel Fernandes de Novais	Mestre entalhador	Rua de Santa Maria (Guimarães)	M-1821, Livro Vereação nº27, fls.95v-96
1757 Fev.	Concerto do relógio da vila de Guimarães na	6$000 réis	Manuel Francisco	carpinteiro	Santa Cruz (Guimarães)	M-1822, Livro

[999] Na margem esquerda (fl.64v) é redigido o seguinte: "*Posse este rellogio a 26 de Junho de 1744 e na torre da Collegiada desta villa".* No termo da arrematação temos conhecimento de que o relógio da vila de Guimarães estava quebrado por isso era necessário repara-lo. Vejamos parte dos apontamentos:" *fundir um sino novo do mesmo pezo arova mais ou menos e que não excedera mais do que arova e meia com a declaração que servindo nas vozes e cazo que não sirva o tornara a levar a sua custa e fundirá outro e servindo ficará e tomara o sino velho a desconto pezo por pezo desmenuindo em cada arova do velho dous arateis (...) e destes dous arateis se lhe não dara feitio e o que crescer do pezo de hum a outro se lhe pagara a tres tostoes por aratel e se o velho pezar mais pagara a duzentos e quarenta reis por aratel e que athe o fim de Março o daria acabado (...)*".

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
9	forma dos apontamentos[1000]					Vereação nº28, fl.133
1772 Ago. 29	Conserto da cadeia da torre do castelo[1001]	55$200 réis	Domingos Gomes	Carpinteiro	Guimarães	M-1825, Livro Vereação nº31, fls. 40-40v
1788 Mar. 15	Obra do açougue	75$000 réis	João da Silva / Mateus Ferreira	João da Silva: carpinteiro / Mateus Ferreira: ?	João da Silva: Santa Eulália de Fermentões / Mateus Ferreira: ?	M-1826, Livro Vereação nº32, fls. 198v
1788 Jun. 4	Conserto relógio da Câmara "*por se achar inteiramente aruinado e encapas de carriar*"[1002]	28$800 réis	António Teixeira	?	Rua de São Domingos (Guimarães)	M-1827, Livro Vereação nº33, fls. 5-5v

Quadro XLII
Calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1790)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1664 Fev.	Calcetamento da rua	$850 réis a	Francisco Pereira e	Pedreiros	Campo da Feira (vila de	M-1808, Livro

[1000] Os apontamentos constavam do seguinte:"*dous frnchaes grandes novos com quatro escapullas de ferro metidos na parede oito ou novo caibros e por sima cabeado com taboas por sima de castanho de forro (...) de todo o comprimento sem emenda alguma e com a madeira velha se tapará tudo das ilhargas chegando e não chegando se porá nova e logo se principiará pera se acabar por ser perciza".*

[1001] Os apontamentos desta obra são trasladados nos folios seguintes (M-1825, Livro Vereação nº31, fls. 41-41v. Esta empreitada iniciar-se-ia no mesmo dia da arrematação, com um prazo de execução de um mês.

[1002]O ajduicante obrigou-se a efetuar o referido conserto com toda a segurança, e pondo dentro do relógio tudo o que precissase e a realizar todos os consertos necessários à sua custa "aqui por diante".

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
16	Nova	braça	Gonçalo Francisco		Guimarães)	Vereação nº12, fl.10v
1664 Dez 31	Calcetamento da rua Nova,	21 braças de 10 palmos cada uma, feita a $850 réis à braça, o que totalizou 17$850 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.57-58
1664 Dez 31	Calcetamento da Viela do Anjo e Rua Sapateira	12 braças cada uma, feita a $850 réis à braça, o que totalizou 10$200 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.57-58
1664 Dez 31	Calcetamento da Rua de Gatos	"*assim de calssada de alvenaria rebolida quarenta e sete brassas de pedra nova quinze brassas a qual calssada nova e rebotida importa"* totalizou 21$600 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.57-58
1664 Dez 31	Calcetamento da rua "*que vai pêra a caza de Dioguo Leite da mesma rua Nova que he de alvenaria de pedra velha que*	A $150 réis por braça importa 3$000, totalizou 17$450 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.57-58

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	sahio da calssada velha da Rua Nova a qual tem desesete brassas e a via que vai da dita rua de Donais da mesma qualidade que tem sete brassas e meia que juntas fossem em quantia de vinte brassas"					
1664 Dez 31	Calcetamento do caminho que "*vai pera Sam Roq*ue"	29 braças, a $300 réis, totaliza 8$700 réis. Mais de um socalco recebeu $300 réis. Tudo soma 9$000 réis	Gonçalo Vaz	Pedreiro	São Paio, da vila de Guimarães	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.57-58
1665 Mar. 14	Calcetamento desde"*a Porta da Torre de Santa Luzia da banda de dentro que vai da rua de Val de Donas pera a rua do Gado no fim da dita rua ao boeiro junto a Torre de Gonçallo Lopes de Carvalho"*	$900 a braça de esquadria e de $800 a rebolida[1003]	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalhal, freguesia de São João de Penselo	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.79-79v
1665 Mar. 14	De alvenaria no caminho que vai pela estrada das Berzarias? para São	$300 réis a braça[1004]	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalhal, freguesia de São João de Penselo	M-1808, Livro da Vereação nº12,

[1003] A pedra velha que se levantasse das calçadas velhas seria para o juiz, vereadores e Procurador da Câmara mandarem fazer outras obras dela, onde lhes aprovesse.

[1004] No Caminho de São Pedro de Azurém os lavradores comprometiam-se a chegar-lhe a pedra.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Pedro de Azurém					fls.79-79v
1665 Mar. 24	Calcetamento da estrada de Fato, arrabalde de Guimarães até ao mosteiro da Costa	Posteriormente seria avaliada a obra[1005]	Francisco Nunes	Pedreiro	Rua de Santa Luzia	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls.81-81v
1667 Fev. 16 / 1667 Mar. 15	Calcetamento da estrada da freguesia de São Romão de Arões	À braça	João Francisco	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fl.178, fl. 181
1667 Jun. 18	Calcetamento da "*estrada que vai desta villa pera o Miradouro, e isto de São Lazaro athe o Souto dos Mortos*"	Á braça	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls. 190v-191
1667 Jul. 9	Calcetamento da calçada que vai de São Lazaro até o miradouro	Á braça a alvenaria a $300 reis / braça a rebolida a $120 reis[1006]	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls. 192v-193
1667 Jul. 9	Obra de pedraria na barroca do Souto dos Mortos[1007]	12$000 réis[1008]	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	M-1808, Livro da Vereação nº12, fls. 192v-193

[1005] O encomendador obrigavasse a "acarretar e chegar a pedra"

[1006] O pedreiro quebraria a pedra, enquanto que a Câmara transportaria a matéria prima.

[1007] Feitura de um paredão de seis palmos de largo "*que há de correr na dereitura do canto da parede do Campo athe o _____ do carvalho, he na altura da mesma barroqua a coal há de a Camera encher hentulho por sua hordem athe a altura da estrada he despois de chea há o dito João da Costa de fazer lhe huma calsada (...) sobre o dito entulho com guoardas de sinquo palmos de alto fortes, he boas com hum vazadouro para a agoa (...)".*

[1008] Para a feitura da obra o artista recebeu antecipadamente 10$000 réis.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1668 Ago. 8	Quebrar o penedo "*hindo pera a Fonte Santa, he fazer a calsada he entulhos que fez e por dar hum tiro em outro penedo que fiqua mais asima, e consertar a fonte de rua de Couros*[1009] *he consertar a pasagem de junto a Crus da rua de Couros, e robolir a calsada de dentro da Torre Velha des a porta do Antonio da Costa athe a da villa"*	5$000 réis	Manuel de Barros	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fl.221v
1668 Dez. 18	Calçada de alvenaria "*junto da Madalena, he a mais necesaria vindo athe o Santo Amaro*"	$300 réis a braça[1010]	João da Costa	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº12, fl.221v M-1808, Livro da Vereação nº12, fl.227
1669 Abr. 9	Calçada da Praça (da Oliveira) de esquadria "*gastando se nella a pedra que de prezente está na*	$440 reis a braça[1011]	Gonçalo Vaz	Pedreiro		M-1808, Livro da Vereação nº22, fl.221v /

[1009] Incluímos esta fonte neste quadro pois a quantia que o artista recebe é no total da empreitada conjunta.

[1010] O corte da pedra era por conta do remante enquanto que o seu transporte era da responsabilidade do encomendador.

[1011] A câmara daria toda a pedra velha que estava na praça. A pedra nova seria transportada à custa do encomendante, enquanto o seu corte por conta do pedreiro. Esta empreitada teria que estar finalizada para a Festa do Corpus Christi.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	mesma prasa e ponde se lhe a mais que for necessaria por ser obra publica e necessária, e que se fara hum degrao, sendo necessário junto do alpendre pera ficar ao nível"					M-1808, Livro da Vereação nº12, fl.247-247v
1734 Jul. 31	Calçada ou ladrilhamento da ponte de Santa Luzia	10 tostões á braça de fiada e esquadria[1012]	João de Lamas			M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 126-126v
1757 Jan. 12	Concerto das calçadas desta vila[1013]	Cada braça de calçada nova a braça a $920 réis. Cada calçada velha rebolida a a braça 18,5 vinténs	Manuel de Freitas / Inácio Ribeiro	Pedreiros	Manuel de Freitas: Freguesia de São Romão de Arões / Inácio Ribeiro: à Porta dos Capuchos	M-1822, Livro Vereação nº28, fls. 129-129v
1757 Set. 17	Concerto das calçadas desta vila[1014]	Cada braça de calçada nova a 11 tostões e a velha rebolida a	Domingos de Passos	Pedreiro assistente na vila de Guimarães	Galego	M-1822, Livro Vereação nº28, fl.151

[1012] Com a obrigação que fossem de pedra dura tuchada por baixo e fiadas juntas.

[1013] No auto de rematação declarava-se que fossem "*as pedras bem unidas nas juntas e sem rebos e as pedras que não serão folheiras de sorte que não tenhão menos altura de um palmo se intenderá alguma pedra que tenha falha e que não será pedra molle e antes bastantemente dura e que não votarão entre as juntas pedra (...)*"

[1014] O artista natural da Galiza comprometia-se nas seguintes condições construtivas:"*as calçadas novas serão bem feitas todas de junta sem meter rebos em junta alguma (...) nem que sejam pedras brandas mas sim duras e nas calçadas que for rebolida sera tambem bem junta e feita com pedras capazes e grandes (...) as dara o dito pedreiro feitas athe vinte do mes de Dezembro que vem do prezente anno".*

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		$500 réis				
1760 Jul. 5	Acabamento da calçada "*que se acha por acabar junto ao Convento do Carmo*"	Cada braça nova a 10 tostões e velha a 5 tostões	Vicente Carvalho	Pedreiro	Guimarães [1015]	M-1823, Livro Vereação nº29, fl. 35v
1763 Ago. 27	Calcetamento da rua do Cano	Cada braça de calçada velha a $300 réis e a $800 réis cada braça de calçada nova[1016]	Manuel Soares	Pedreiro	Guimarães	M-1823, Livro Vereação nº29, fls. 128-128v
1764 Ago. 25	Calcetamento da rua de Santa Luzia por se encontra incapaz	Cada braça de pedra em $750 réis e cada braça de pedra velha a $400 réis	Manuel Soares / Domingos de Passos[1017]	Pedreiros	Guimarães	M-1823, Livro Vereação nº29, fls. 181-181v
1764 Nov. 24	Calcetamento da rua de São Lazaro, por estar incapaz, e rua de Gatos. A obra teria estar concluída no termo de 20 dias	Cada braça de pedra nova a 10 tostões[1018]. Cada braça de pedra velha a $400 réis	Sebastião de Vilaverde	Pedreiro	Galego e assistente em São Torcato	M-1823, Livro Vereação nº29, fls. 195v-196
1766 Fev. 15	Calcetamento e conserto da Porta da Vila "da parte de fora que vai pera a Fonte Nova que he	Cada braça a $240 réis	Domingos de Passos	Pedreiro	Às Lagens do Toural	M-1824, Livro Vereação nº30, fls.

[1015] Trata-se do mestre pedreiro, natural da Galiza, que na altura trabalhava no Convento do Carmo.

[1016] O carreto da pedra nova era por conta do Senado.

[1017] O pedreiro Domingos de Passos apenas faria trinta braças (15 de pedra nova e 15 da velha). Este artista inicializaria o calcetamento da rua de Santa Luzia.

[1018] Tudo com "*pedra grande e grossa e boa e nova"*

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	rebolida e baixada com a pedra velha que se lhe ha de dar pera o dito concerto"					62v-63
1767 Abr. 4	Conserto das calçadas das ruas da vila de Guimarães que se encontravam "encapazes de por ella se andar"	Cada braça de calçada a 10 tostões e da velha $400 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos	Pedreiros		M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 90
1768 Jun. 18	Conserto das ruas da vila de Guimarães	Cada braça calçada nova a $900 réis e cada da velha a $300 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos / Pedro António Lourenço	Pedreiros		M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 116v
1768 Jul. 9	Calcetamento e guardas da Ponte do rio Selho (arrabalde da vila de Guimarães)	Cada braça de calçada nova a 10 tostões	Manuel Fernandes	Pedreiro	Freguesia de Creixomil	M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 122
1770 Ago. 25	Levantamento do muro à Porta de Santo António	17$000 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 180
1770 Set. 1	Obra do conserto da calçada do Rebentão	Cada braça de calçada nova a $700 réis e de velha a $340 réis	João Nogueira	Pedreiro	Freguesia de São Romão de Arões	M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 182
1773 Jan. 10	Calcetamento da rua Caldeiroa	Cada braça calçada nova a $960 réis e cada de velha	João Nogueira / Pedro António Lourenço	Pedreiros		M-1825, Livro Vereação nº31, fls.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		a $400 réis[1019]				48-48v
1784 Fev. 18	Continuação da obras do calcetamento das ruas da vila de Guimarães	Cada braça de calçada nova a $960 réis e a robolida a $450réis	Pedro Lourenço	Pedreiro		M-1826, Livro Vereação nº32, fl. 83v
1788 Fev. 16	Obra do pontilhão de São Lazaro que "passa Tras Gaia Fornos"[1020]	28$800 réis	António Cardoso de Meneses	Pedreiro?		M-1826, Livro Vereação nº32, fls. 196-196v
1788 Fev. 16	Calcetamento das ruas da vila de Guimarães[1021]	1$600 réis cada braça de calçada de pedra nova e da calçada velha a $600 réis	Vicente Carvalho	Mestre pedreiro	Guimarães	M-1826, Livro Vereação nº32, fls. 197-197v
1788 Abr. 16	Calcetamento da calçada da ponte do rio de Selho	Cada braça de pedra nova a 1$600 réis e a velha	João Pereira	Pedreiro	Freguesia de Silvares (termo de Guimarães)	M-1827, Livro Vereação nº33, fl.2

[1019] È estipulado que a pedra seria cobrada nos montes da parte " *donde ham de vir as freguezias com cumunidade pera aquelles que costumam carriar pella dita rua*".

[1020]Os apontamentos desta empreitada constam de uma folha avulsa que está encardenada junto a este acto de arrematação.

[1021] Era estipulado que toda a pedra seria "*de fogo de cunha sendo bem liza e nam terá no menos delgada menos de palmo e meio de grossura (...) e a pedra nam será cortada e labrada senam nos montes das freguezias de Santa Eulalia de Fermentões São Lourenço de Sima de Selho e Santo Estevão de Urzeges e Sam Miguel de Creixomil, em que dos pagamentos se lhe nam faram sem primeiro rever e examinar a obra que estiver feita e somente se lhe dara o dinheiro precizo pera haver de mandar cobrar a pedra por polvura e ferrros e como esta obra he grande havendo algumas pessoas que tambem queiram fazer parte das ditas calssadas pellos referidos preços esta rematação não servirá de embarasso a todo aquelles que querer continuar nas ditas calssadas (...)".*

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		a $600 réis				
1790 Jan. 16	Conserto das calçadas das ruas de Guimarães	Cada braça de calçada nova a 1$200 réis e a velha a $450 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		M-1827, Livro Vereação nº33, fl. 46v
1790 Jun. 18	Reedificação da ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo[1022]	33$600 réis	Manuel José Francisco	Mestre Pedreiro	Freguesia de São Lourenço de Cima de Selho	M-1827, Livro Vereação nº33, fls. 60v-61

Quadro XLIII
Chafarizes e abastecimento de águas (1696-1789)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1696 23 Fev.	Consertar os chafarizes	35$500 réis	João Pereira	Pedreiro	Ao Portelo das Hortas do Campo da Feira	*Vide* doc. CII, vol. II
1727 Fev. 8	Mudança da água que vai para o chafariz do Toural[1023]	75$000 réis	Manuel António[1024]	Mestre Pedreiro	Rua de Gatos (vila de Guimarães)	M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 112v-113v

[1022] Os apontamentos seriam posteriormente fornecidos ao mestre pedreiro. A empreitada seria revista e examinada para se verificar se estava feita na forma determinada.

[1023] O artista comprometia-se a colocar todos os alcatruzes "*bons e largos e anilhar de vinte em vinte palmos e toda a pedra que for necessária se aproveitara o dito pedreiro da pedra que servir pera a dita obra que sobejou da Porta Nova de Sam Paio*".

[1024] A 15 de fevereiro de 1727, o mestre pedreiro Manuel António apresentava como seu fiador Francisco Lopes, mercador, morador na Praça desta vila (M-1816, Livro Vereação nº22, fls. 115-115v).

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1733 Dez. 16[1025]	Obra dos canos dos chafarizes do Toural e fonte da Praça[1026]: feitura dos alcatruzes de pedra desde o chafariz até à Porta de São Paio[1027]	21$600 réis	Francisco Gonçalves	Mestre pedreiro	Do reino da Galiza	M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 91v.92v
1733 Dez. 16	Obra dos canos dos chafarizes do Toural e fonte da Praça[1028]: feitura de todos os alcatruzes em barro que fossem necessários para o concerto da Cantonha e arco da azenha "e mais canno que vai des o terreiro de Santa Clara athe a rua dos Mercadores "em que elle dito Domingos da Silva tinha feito medição e vio os que podião levar os ditos cannos de novo"[1029]	33$360 réis	Domingos da Silva	Mestre oleiro		M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 91v.92v

[1025] A 11 de Fevereiro do mesmo ano, a Câmara acordou que se pusesse a pregão o concerto dos aquedutos da fonte da Praça e chafariz do Toural que se encontravam sem agua " *por estarem rotas e que o concerto se fará desde o arco do Terreiro de Santa Clara athe o dito chafariz e será pellas partes que for necesario altiadas a parede do cano em que se meterão os alcatruzes que forem precizos e que se formará no Postigo de Sam Paio hum emparadamento de sorte que o cano fique livre sem lhe haver prezuizo a pasagem de carroages e o Procurador do Concelho asestirá a dita obra"* M-1818, Livro Vereação nº24, fl. 68)

[1026] Obra arrematada em parceria.

[1027] O artista obrigava-se somente a aproveitar dos alcatruzes que estivessem capazes e estivessem inteiros e fortes. Os restantes canos e alcatruzes seriam de pedra de quatro palmos cada um.

[1028] Obra arrematada em parceria.

[1029] "Com a obrigação de serem os alcatruzes feitos na forma e grosura dos que se achão na serra de Santa Catarina".

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1733 Dez. 16	Obra dos canos dos chafarizes do Toural e fonte da Praça[1030]: conserto dos ditos canos e feitura do paredão da Cantonha[1031]	150$000 réis	Jerónimo Pereira	Mestre aguadeiro	Guimarães	M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 91v.92v
1734 Jan. 16	Concerto da água do Toural desde a nascente até aos chafarizes da vila de Guimarães[1032]		Jerónimo Pereira	Mestre aguadeiro	Guimarães	M-1818, Livro Vereação nº24, fls. 97-97v
1743 Fev. 9	Conserto do socalco da Cantonha por onde vinha a agua para o chafariz na forma dos apontamentos	8$000 réis[1033]	Domingos de Freitas	Pedreiro	Freguesia de São Romão de Arões	M-1820, Livro Vereação nº26, fls. 35-35v
1746 Dez. 10	Conserto de um socalco que se alagou no sitio da Cantonha, arrabalde de Guimarães "*por donde*	6$400 réis	Francisco Vidal	Pedreiro		M-1820, Livro Vereação nº26, fls. 195-195v

[1030] Obra arrematada em parceria.

[1031] Na forma que se lhe apontou na vistoria "*que elle fes e os mais pedreiros com a asistencia do Procurador do Concelho e da mesma sorte o concerto do arco da Cantonha acrescentando toda a obra dos alcatruzes de pedra de barro des o chafariz athe a Cantonha com a obrigação de meter os mestres necesarios comprar telha tijolo e azeite pera os batumes cobrir e abrir o que for necesario pera milhor se juntarem e asentarem os cannos e por sua conta cortar também a fogo os penedos que se encontrarem nos ditos cannos alimpando as caixas e pondo nos tanques (...) as que faltão e chumbo e raros pera as caixas e ferros pera abrir os ditos alcatruzes dando toda a obra feita e acabada de sorte que tenha o chafariz agoa em abundancia".*

[1032] De modo "*que todo o canno esteja abundante de agoa pondo todos os alcatruzes que delle quebrar e fazendo todosos batumes necesarios e tudo o mais que necesario for pera a condução da dita agoa em em forma que nunca se expreminte falta della*".

[1033] A pedra corria por conta do concelho.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	bem a agoa publica"[1034]					
1752 Jul. 22	Obras do socalco e cano da água que vem da Serra para a vila de Guimarães por se encontrar no lugar da Cantonha quebrada e o socalco alagado, na forma dos apontamentos	43$700 reis[1035]	Amaro Francisco	Pedreiro	Guimarães	M-1821, Livro Vereação nº27, fl.192
1753 Ago. 25	Obra que se encontrava por findar dos canos de água que vinham para a vila de Guimarães na forma dos apontamentos	16 tostões cada braça	João de Faria	Pedreiro	Freguesia da Costa	M-1822, Livro Vereação nº28, fl.24
1755 Jun. 25	Obra que se pretendia continuar dos canos de água da vila de Guimarães que se encontravam por acabar no lugar da Costa, na forma dos apontamentos	14 tostões cada braça	Domingos de Passos	Pedreiro	São Dâmaso (Guimarães)	M-1822, Livro Vereação nº28, fl.44v
1759 Jan. 17	Concerto dos canos da água que ia para os tanques da vila	23$000 réis[1036]	Custódio Francisco		Atrás da Misericórdia	M-1822, Livro Vereação nº28, fl. 193
1763 Set.	Rebaixamento do muro em dois palmos	17$000 réis	Manuel Soares	Mestre	Freguesia da	M-1823, Livro

[1034] Era uma obra de grande necessidade por se ter alagado.

[1035] Apresentou como seu fiador Francisco de Abreu.

[1036] O arrematante daria todos os materiais que fossem necessários para os referidos consertos. Por sua vez a Câmara somente lhe daria os alcatruzes e seis púcaros para tirar a água. Tudo o que fosse de obra nova de parede seria às dispensas da Câmara. O adjudicante comprometia-se a ter sempre água boa nos tanques e não a tendo pronta poderia a Câmara manda-la concertar à sua custa.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
17	e meio, no sitio de SucaCosta, por onde haveria de passar a água. Esta obra permitiria a "*boa correnteza da agoa*"			pedreiro	Costa	Vereação nº29, fls.136v-137
1764 Set. 3	Capas das caixas de água	Cada capa das caixas a $100 réis	Manuel Soares	Pedreiro	Freguesia da Costa	M-1823, Livro Vereação nº29, fl. 189
1765 Jan 26	Feitura dos caleiros de pedraria para a condução das águas na vila de Guimarães[1037]	Cada braça a 10 tostões	Pedro António Lourenço	Pedreiro	Galego	M-1824, Livro Vereação nº30, fls. 11v-12
1766 Abr. 12	Continuação da obra do encanamento da água da serra	Por cada braça de cano "seguro e capas na forma dos apontament o neste livro a folhas 13" a 10 tostões	Domingos de Passos	Mestre pedreiro	Guimarães	M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 67
1767 Jan. 14	Continuação da obra do encanamento da água da serra, segundo os apontamento das folhas 13	Cada braça a 10 tostões	Vicente Carvalho	Pedreiro	Freguesia de Fermentões	M-1824, Livro Vereação nº30, fls. 79v-80
1769 Set. 6	Obra do encanamento da água da serra	Cada braça a 1$100 réis	Vicente Carvalho / Pedro António Lourenço	Pedreiros		M-1824, Livro Vereação nº30, fl. 152v

[1037] Daria a obra finda e acabada em tempo necessário.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1788 Mar. 15	Obra do encanamento da agua da Praça de Nossa Senhora da Oliveira	44$600 réis	Vicente Carvalho	Pedreiro	Freguesia de Fermentões	M-1826, Livro Vereação nº32, fls. 198v
1789 Nov. 12	Obra do tanque da Fonte do Pelourinho no Terreiro de São Francisco	30$000 réis[1038]	Miguel Pereira de Carvalho	Pedreiro	Freguesia de Arões	M-1827, Livro Vereação nº33, fl. 40v
1789 Nov. 12	Obra do encanamento da água da Fonte da Dominicas	2$000 réis a braça	Vicente José Carvalho	Pedreiro	Guimarães	M-1827, Livro Vereação nº33, fl. 41

Quadro XLIV
Edifícios religiosos (1667)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1667 Jul. 9	Obra de carpintaria da Ermida de Santo André de Bouças[1039]	11$000 réis	Gonçalo Jorge	Carpinteiro	Carvalhinho, freguesia de São Romão de Arões	M-1808, Livro Vereação nº12, fl.193

Quadro XLV
Bens móveis camarários (1730-1760)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1730 Set.	Feitura de um novo estandarte da Câmara[1040]	12$900 réis	Bento Ribeiro Correia	Alfaiate		M-1817, Livro

[1038] O senado obrigava-se a mandar vir a pedra. O risco do tanque seria dado ao artista.

[1039] Na forma do "*aranzel*".

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
2						Vereação nº23, fls.128-128v
1740 Abr. 8	Novo andor para a candeia[1041]	9$000 réis	Gregório Lopes	Carpinteiro	São Damaso (Guimarães)	M-1819, Livro Vereação nº25, fl. 131v
1746 Jul. 23	Feitura de um caixão de três chaves para se colocarem os veludos das cadeiras do Senado, o palio e o estandarte[1042]	1$440 réis[1043]	Gregório Lopes	Carpinteiro		M-1820, Livro Vereação nº26, fl. 181v
1760 Mai. 7	Pintura do andor de Santa Teresa que pertencia ao mester dos Pentieiros	9$000 réis	Luís Manuel	Pintor	(Guimarães)	M-1823, Livro Vereação nº29, fl. 30v

[1040] Na Vereação de 12 de Julho do mesmo ano, a vereação acordou mandar fazer um novo estandarte do senado, apresentando estes motivos:"*por se achar o estandarte deste senado muito roto e incapas de sahir a actos públicos que o procurador deste concelho mande fazer em estandarte de damasco caramezim e guarnecido com o seu franjão de couro falço e que feito paçaria mandado deste Senado pera satisfação da despeza (...)" (*Livro Vereação nº23, fl.122). O novo estandarte seria feito do tamanho do velho que foi mostrado ao alfaiate. Seria confeccionado de bom damasco castelhano guarnecido ao redondo com seu targão de couro falso (Livro Vereação nº23, fls.128-128v).

[1041] O que servia para a procissão estava todo quebrado "*e não servir nem ter coberto*". O adjudicante obrigava-se a faze-lo bem feito e a torre "*tiradiça e quatro piramides torniadas pela parte de baixo (...) com todo o aseio*"

[1042] È mencionado que os ditos objectos se emprestavam para fora e por esse motivo se danificavam

[1043] Nesta quantia estavam inclusas as fechaduras e as chaves.

1.5. Ordens Terceiras

1.5.1. Ordem Terceira de São Domingos

A Ordem Terceira de São Domingos, ainda hoje subsistente, na antiga rua de São Domingos (atual rua D. João I), junto à Igreja de São Domingos, foi constituída em 1720[1044]. Segundo o Padre Ferreira Caldas, a Capela de São Domingos terá sido fundada em 1743[1045]. Por cima da porta principal da fachada da Venerável Ordem Terceira de São Domingos, encontramos as armas dos Terceiros Domenicos. Em cima, duas figuras, cada uma segurando uma pluma. A meio da fachada, um nicho que contem a estátua de Santa Catarina de Sena. No seu interior, o altar-mor com as imagens de São Domingos e de Santa Catarina de Sena, bem como quatro altares laterais dedicados a: do lado do Evangelho, o do Coração de Maria e Santo Afonso Maria de Ligório; e da parte da Epístola, o da Nossa Senhora das Dores e o de Santa Barbara[1046].

[1044] MARQUES, José - *A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras-História* , vol. 1, 2ª série, Porto, 1984, p. 11.

[1045] CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 358.

[1046] *Idem, ibidem*, p. 358; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Guimarães, Terras de Santa Maria…*, p.31.



Fig. 161 – Vista aérea da Ordem Terceira de São Domingos (C.M.G. - 2001)

Para esta instituição apenas possuímos três contratos de obra[1047], referentes à pedraria, conforme o quadro seguinte:

Quadro XLVI
Encomendadas efetuadas pela Ordem Terceira de São Domingos (1750-1776)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (A.M.A.P.)
1750 Ago. 20[1048]	Obra de pedraria da Capela-mor da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Domingos	660$000 réis	Amaro José Farto	Mestre de obras de pedraria	Assistente na rua da Ramada do Campo da Feita, extramuros da vila de Guimarães. Natural do	*Vide* doc. XCIV, vol. II

[1047] Como veremos um destes contratos não teve efeito.

[1048] Não teve efeito esta escritura notarial. Trata-se do único caso do género que encontramos no fundo notarial do A.M.A.P.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (A.M.A.P.)
					Reino da Galiza	
1750 Set. 8	Obra de pedraria da Capela-mor da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Domingos	660$000 réis	Amaro José Farto	Mestre de obras de pedraria	Assistente na rua da Ramada do Campo da Feita, extramuros da vila de Guimarães. Natural do Reino da Galiza	*Vide* doc. XCV, vol. II
1776 Out. 2	Obra de pedraria da Capela da Ordem Terceira de São Domingos	200$000 réis o palmo	Francisco Portela	Mestre pedreiro	Lugar da Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões (termo de Guimarães). Natural da Galiza	*Vide* doc. XCVI, vol. II

A 8 de Setembro de 1750, era assinado o contrato para a execução da capela-mor da Venerável Ordem Terceira de S.Domingos[1049], sendo partes intervenientes como arrematante, o mestre de obras de pedraria Amaro José Farto, assistente na rua da Ramada do campo da Feira, extramuros de Guimarães e como clientes, António de Figueiredo, tesoureiro da referida ordem, morador na rua da Fonte Nova e Domingos da

[1049] *Vide* documento XCV, Vol.II. Documento citado por BRAGA, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães: os Votos de Santiago. Artes e Artistas", in *Revista de Guimarães*, vol. 48, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1948, p.41; BRAGA, Alberto Vieira - "Mestres de pedraria do reino da Galiza, assistentes em Guimarães", in *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, 2ªsérie, vol.14, Guimarães, 1963, p.71; MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *obra cit*,, p.30. Este documento foi parcialmente transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*... Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – " Amaro José Farto, pedreiro galego na arquitectura vimaranense do século XVIII", in sep. *Revista de Guimarães*, vol. 107, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1997.

Silva, oleiro, morador atrás Gaia Fornos, ambos como procuradores da Ordem Terceira de S.Domingos[1050].

Amaro José Farto comprometia-se a fazer a obra na forma da planta e apontamentos que o encomendador mandara fazer, que no acto desta escritura notarial foram apresentados e rubricados pelo tabelião. Por toda a empreitada, receberia 660$000 réis, que o encomendador daria em prestações, enquanto fosse decorrendo a obra. A construção da capela-mor deveria estar concluída num prazo de três anos. No entanto, se a Ordem Terceira lhe pudesse dar toda a quantia ajustada antes do referido prazo, o mestre anteciparia a conclusão da empreitada. Os trabalhos só seriam dados por finalizados, após serem vistoriados e avaliados por mestres segundo os apontamentos e planta apresentados. No caso de serem detectadas quaisquer deficiências, o mestre ver-se-ia obrigado a refazê-la à sua custa.

A ordem colocaria à sua custa 150 carros de pedra fina ordinária ao "*pee da obra*", que o mestre "*cobrará no monte à sua custa*". No caso de além dos referidos carros, ser necessária mais pedra fina, seriam descontados à quantia a receber pelo mestre, 300 réis por cada carro. Todo o saibro necessário ao estaleiro poderia ser extraído "*na terra que for da ordem*".

Para segurança do encomendador foi exigido que o artista hipotecasse "*todos os seus bens moveis e de rais havidos e por haver prezentes e feturos e tersos de sua alma*", que responderiam pelo cumprimento da obra. No entanto, não foi exigida a apresentação de qualquer fiador. Por seu turno, a ordem como garantia do pagamento ao artista dos 660$000 réis, obrigava todos os seus bens.

O mestre comprometia-se a trazer sempre no estaleiro oficiais "*capazes*".

Alguns dias antes da celebração deste contrato que acabámos sumariamente de analisar, encontrámos no mesmo livro de notas do tabelião Domingos Ferreira Mendes, um contrato não assinado nem concluído, com a declaração de que "*Não teve efeito vay adiante*", que se reporta à mesma obrigação de obra[1051]. Este primeiro contrato redigido a 20 de Agosto, por motivos que desconhecemos não foi validado pelo tabelião, quer

[1050] A procuração apresentada por António de Figueiredo e por Domingos da Silva, datada de 6 de Setembro de 1750, foi trasladada na íntegra pelo tabelião.

[1051] *Vide* documento XCIV, vol. II. Neste documento apenas surge como procurador da Ordem Terceira de S. Domingos António de Figueiredo. Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.*.

pelas partes intervenientes, quer pelas testemunhas. Revela-nos importantes dados em que o contrato posterior é omisso. Neste documento os apontamentos são verdadeiramente preciosos, pois mostram-nos que o artista em toda a obra seguiria determinadas directrizes[1052].

O dado de maior relevo artístico a registar, uma vez que é omisso nos dois documentos a que nos reportamos, a autoria do risco e dos apontamentos, é o esclarecimento de que alguns elementos decorativos da capela-mor da Ordem Terceira de S. Domingos teriam como modelo a igreja do convento do Carmo de Guimarães, revelador, portanto, de uma influência formal, entre aquele edifício monástico feminino, e este novo a construir. No que com concerne à obra de talha, é dito ao mestre pedreiro que abrisse na parte do quintal, uma fresta apilarada para dar luz ao retábulo. É feita referência à porta da sacristia, à construção do arco cruzeiro, e à feitura de uma cruz patriarcal. È também dito que a empena seria de papo de rola.

Através do traslado da procuração inserida neste contrato que não teve efeito, temos conhecimento de que Amaro José Farto foi igualmente o construtor dos alicerces

[1052] Vejamos o teor dos apontamentos: *"(...) na forma da dita planta a saber e mais declaração seguinte que a parede da (...) da cappella tera seis palmos de grossura cada banda tera sinco palmos e meyo e as portas della serão da parte de menor feytio toda a quamtaria da parte de fora sera de pedra de galho ou grossa porem sera emendada que se contem cunhais frestas frizos cornige e portas com declaração que a da parte do convento sera toda de pedra fina e toda a cornige da parte de fora e empena sera de papo de rolla, as frestas da parte de fora terão as soleyras de sorte que nellas se metão as grades no meyo da parede escoadas pera deitar as agoas fora honde se metem as grades no meyo da parede sera em pedra segura de alvernaria na empena levara huma cruz a Patriarchal da altura necesaria de pedra fina mas sem piramides levara da parte da samchristia huma porta de pedra grosa pera hir pera a tribuna com seu pilar da parte de fora e da parte dos quintais huma fresta de pedra grosa apilarada da parte de fora pera dar luz ao retabollo da altura necesaria levara nas costas da cappella hum arco da altura necesaria pera meter a tribuna com sua cachorada sahida pera fora que a cresa dous palmos fora da grossura da parede e de ahy levara prepianho de palmo e meyo que toque todo o arco, o arco cruzeiro portas frestas asima lho pora parte de dentro sera tudo de pedra fina como declaravão que asima lho sera de feytio da jgreja das freyras do Carmo na altura que a arte der e se puder acomodar o que se entende de frizo arquitrave e cornige e como declaração que se nesta obra houver algum acresimo sera elle dito mestre obrigado a declara lo pera ajustar antes de se fazer e toda ella sera bem feyta acabada como da a perfeição que se custuma e bem segura com seu juntouros e segurança necesaria (...)".*

da mesma capela[1053]. Neste manuscrito, o mestre galego apresentava como seus fiadores e principais pagadores, a saber: Vicente Rodrigues[1054], mestre ferreiro, morador na rua de Santa Luzia e Manuel de Oliveira, alfaiate, residente na rua do Espírito Santo, ambos de Guimarães.

A 2 de Outubro de 1776, na Casa do Despacho da Ordem Terceira, esta contrata com Francisco Portela, mestre pedreiro morador no lugar da Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões (termo de Guimarães)[1055], a obra de "*pedraria da frente desta capela colocada do Poente"*, a 20$000 réis o palmo[1056]. O mestre obrigava-se igualmente a edificar uma escada que daria servidão ao púlpito e ao coro A empreitada seria revista por dois mestres pedreiros, nomeados respectivamente pelo encomendador e pelo executante. O artista apresentava como seu fiador Vicente José de Carvalho, mestre pedreiro, residente no lugar da Calçada, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões.

[1053]Vejamos este extracto elucidativo: "*O prior e mais jrmãos da meza da Veneravel Ordem Terceira de noso Padre Sam Domingos desta villa de Guimaraes pella prezente fazemos nosso bastante procurador ao nosso thizoureiro actual o nosso jrmão Antonio de Figueiredo pera que em nosso nome como se nos prezentes fossemos possa fazer e asistir a hescriptura de ajuste da obra da cappellla mor que pretendemos fazer cada nos juntos com o mestre pedreiro Amaro que nos fes os alicerces da mesma cappella na forma da planta e apontamentos* (…)". Esta procuração está datada de 7 de Agosto. Não esqueçamos que num contrato firmado em 1749, o mestre galego era assistente na rua de S.Domingos, o que possivelmente atesta que se encontrava nessa data a construir os alicerces da referida capela (*Vide* documento CLVII, vol. II, de 12 de Setembro de 1749; documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit*.).

[1054] Um ano antes, este mestre ferreiro foi também o fiador de Amaro José Farto na obra da residência do abade de Santa Maria de Souto (*Vide* documento CLVII, vol. II; documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.)*.

[1055] Trata-se de um artista natural da Galiza e cunhado do mestre pedreiro galego Vicente José Carvalho (cf. OLIVEIRA, António José de - "*O testamento de Vicente José de Almeida Guimarães, negociante vimaranense no Brasil (1792)*", in *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*, Porto, Edições Afrontamento / Cepese, coord. por Fernando de Sousa, Isménia Martins, Izilda Matos, 2009, pp.483.

[1056] *Vide* documento XCVI, vol. II. Contrato mencionado por BRAGA, Alberto Vieira - "Mestres de pedraria do reino da Galiza, assistentes em Guimarães", in *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, 2ª série, vol. 14, Guimarães, 1963, p. 72.

A frontaria desta capela não teria sido concluída por Francisco Portela, pois a 18 de Setembro de 1791, Pedro António Lourenço, mestre pedreiro natural da Galiza, arremata por 896$000 réis a finalização da obra[1057].

Como podemos constatar, nesta capela trabalharam exclusivamente mestre pedreiros galegos assistente em Guimarães, naturais da Galiza. No que concerne à tipologia dos ajustes, tratam-se apenas de contratos de obra de pedraria.



Fig. 162 – Fachada da Capela da Ordem Terceira de São Domingos

[1057] Contrato mencionado por: BRAGA, Alberto Vieira – *obra cit.*, pp. 72-74; MORAES, Maria Adelaide Pereira de - *Guimarães, Terras de Santa Maria…*, p.31; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - "Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII", *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Actas, Cáceres/Olivença, 1993, p.151 e p. 155. O frontispício desta capela foi desenhado por José da Cunha no último quartel do século XVIII (GONÇALVES, Flávio - "Um século de arquitectura e talha no Noroeste de Portugal" in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.31, Porto, 1969, p.142).



Fig. 163 - Portal lateral da Capela da Ordem Terceira de São Domingos

1.5.2. Ordem Terceira de São Francisco

A Venerável Ordem Terceira de São Francisco sita junto do Convento de São Francisco[1058], no correr dos tempos perdeu a sua dinâmica, motivo que levou Frei António de Cristo, em 1615, a restaurar esta instituição com o intuito de socorrer na pobreza os seus irmãos mais necessitados[1059]. Através do questionário inserto nas Memorias Paroquiais de 1758, sabemos que a sua capela tinha sido edificado de novo "por se demolir de todo a antiga", e que esta instituição era composta pela maior parte da nobreza e do povo da vila e seu termo, que muitos legados lhe deixou[1060]. Se observarmos o quadro seguinte que contém os contratos de obras referentes a esta capela podemos verificar a evolução construtiva da antiga e da nova capela:

Quadro XLVII
Encomendadas efetuadas pela Ordem Terceira de São Francisco (1702-1782)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1702 Mai. 8	Douramento do retábulo e imagens do retábulo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	200$000 réis	Domingos Alves do Canto	Pintor	Junto à Torre de Nossa Senhora da Graça "*da parte de dentro*", da vila de Guimarães	*Vide* doc. C, vol. II
1743 Out. 27	Obra de pedraria da sacristia e capela-mor da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	655$000 réis	Silvestre da Grana	Mestre pedreiro	Natural do reino da Galiza, morador na vila de Guimarães	*Vide* doc. XCVII, vol. II
1750 Mar. 29	Continuar e acabar com as obras de pedraria da capela da	3 mil cruzados + 350$000 réis	José da Silva Matos e António da Cunha Correia Vale	José da Silva Matos: mestre de	José da Silva Matos morador na freguesia de	*Vide* doc. XCVIII, vol. II

[1058] Vejamos a descrição do autor da Corografia Portuguesa acerca dos acessos entre o Convento dos franciscanos e a Ordem Terceira: "Está este Convento abaixo da torre velha para a parte do Sul, & tem uma porta principal para entre o Vendaval, & o Poente: junto della fica a Capella dos Terceiros de S. Francisco, com porta para o terreiro dos Carvalhos, & outra travessa para huma alpendrada, que devide esta Capella da igreja de São Francisco" (cit. de COSTA, António Carvalho da – *obra cit.*, p. 66).

[1059] TEIXEIRA, Fernando José – *Convento de S. Francisco. Guimarães*…., p. 61.

[1060] CAPELA, José Viriato – *obra cit.*, p.366.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Venerável Ordem Terceira de São Francisco			obras de pedraria / António da Cunha Correia Vale: (?)[1061]	São João de Areias, em Vilar de Frades (concelho de Barcelos)/ António da Cunha Correia Vale morador no lugar do Loureiro, da freguesia de Salvador de Delães (concelho de Vila Nova de Famalicão)	
1773, Set. 1	Obra de carpintaria na capela e Casa do Despacho "*por estar acabada de pedraria*", da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	300$000 réis	Francisco de Macedo	Carpinteiro	Rua de Santa Maria, da vila de Guimarães	*Vide* doc. XCIX, vol. II
1782, Set. 19	Tribuna da Capela-mor da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	136$000 réis	José António da Cunha	Mestre entalhador	Guimarães	*Vide* doc. CI, vol. II

[1061] Neste contrato não é especificado a sua profissão. Numa procuração posterior 2 anos, este artista é designado de "mestre de pedraria assistente na vila de Guimarães" (ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras. Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994, p. 128). Noutros contratos de obra António da Cunha Correia Vale é designado de entalhador.



Fig. 164 – Postal da Igreja de São Francisco e da Capela e Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco

No que diz respeito à produção artistica da primitiva capela da Ordem Terceira de São Francisco, apenas possuímos dados para o ano de 1702. Neste contrato estabelecido entre esta instituição e Domingos Alves do Canto, pintor, na rua de São Domingos[1062], pousadas do tabelião Agostinho Teixeira da Silva, é acordado a feitura do douramento do retábulo da Ordem terceira, bem como dos "santos delle todos estofados e dourados"[1063]. Pelo douramento e estofado, o artista arrecadou 200$000 réis, que seraim pagos em três pagamentos. No final a obra seria vistoriada e examinada por dois douradores que achando alguma dúvida, o executante seria obrigado a repara-la à sua custa num espaço de um mês, sob pena de perder 100$000 réis, além de todas as despesas e gastos que outros oficiais nela fizessem.

[1062] Segundo Vítor Serrão, este pintor em 1684 tinha dourado e estofado o retábulo de Nossa Senhora do Amparo, da igreja de São Vicente de Passos (SERRÃO, Vítor - "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio"…, p. 108.

[1063] *Vide* documento C, vol. II. Contrato referido por SERRÃO, Vítor - *obra cit.*, p. 108. Documento parcialmente transcrito por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*... No contrato é dito que as imagens também seriam dourados na parte de trás. Como testemunha surge António Cardoso, oleiro, da vila de Guimarães.

Com a demolição desta capela e consequente construção da nova capela e sacristia em 1743, este retábulo teria sido desmontado perdendo-se o seu rasto. Nesta segunda fase construtiva, que se inicia em 1743 e se prolonga no tempo até 1782, deparamos com a edificação da nova capela a par da edificação de equipamentos retabulares.

A encomenda da sacristia e da capela-mor decorreu em 1743. A 27 de Outubro desse ano, é a respectiva assinada a escritura de contrato e obrigação com Silvestre da Grana, mestre pedreiro, natural da Galiza, morador na vila de Guimarães, pela quantia de 655$000 réis[1064]. Assinam por parte do encomendador: o Padre Francisco António de Santa Joana, Comissário da Ordem Terceira de São Francisco e Jerónimo Bravo Pereira, ministro da mesma ordem. O artista principiaria a empreitada no inicio do mês seguinte. No final da obra, o executante apresentaria as quatro plantas para se verificar se a empreitada estava de acordo com elas. O artista apresentou como seus fiadores: Manuel do Couto, ourives, morador no Terreiro de São Paio; e João Fernandes, solteiro, morador junto à Alfandega da vila. Sete anos depois é posta a lanços a continuação e a finalização da obra de pedraria da capela[1065], tendo-a arrematada pelo lanço de tres mil cruzados e 350$000 réis, em parceria o mestre de obras de pedraria José da Silva Matos morador em Vilar de Frades e António da Cunha Correia Vale morador na freguesia de São Salvador de Delães[1066]. Os dois mestre obrigavam-se a trazer no estaleiro "*offeciaes bastante capazes para executarem a factura da obra com toda a brevidade possivel*". Os dois artistas apresentavam como seus fiadores: Manuel de Sousa de Freitas morador na freguesia de São Miguel de Entre as Aves e Manuel Francisco, mestre ferreiro, morador na rua da Cruz de Pedra, freguesia de São Miguel de Creixomil. As plantas eram quatro, tal como sucedera no contrato anterior, o que poderá perssupor que eram as mesmas. Através de uma procuração de José da Silva Matos firmada na cidade de Braga, datada de 27 de Junho de 1752, e redescoberta pelo Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha[1067], temos conhecimento de que este artista na altura

[1064] A 15 de Maio de 1746, teriam sido aprovadas pela Ordem Terceira, as contas referentes às obras da sacristia e capela (TEIXEIRA, Fernando José – *obra cit.*, p. 61).

[1065] Esta nota notarial é firmada na capela da Ordem Terceira, o que comprova que as obras já estavam adiantadas.

[1066] *Vide* documento XCVII, vol. II.

[1067] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras.* Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994, p. 128.

assistente no Palacio dos Arcebispos de Braga, por acção de D. José de Bragança, passa os seus poderes a António da Cunha Correia Vale "mestre de pedraria asistente na Villa de Guimarães". Nesta delegação de poderes, José da Silva Matos pretendia que António da Cunha Correia Vale em seu nome distratasse uma escritura de obrigação, firmada na nota do tabelião Domingos Ferreira Mendes, de Guimarães, "da obra que ele e o procurador fizeram a Veneravel Ordem Terceira de Guimarães" [1068]. Deste modo, temos noticia que o mestre pedreiro José da Silva Matos dois anos apos a celebração do contrato de obra em parceria com o seu procurador, pretendia desfazer ou anular esse mesmo contrato de obrigação. Podemos colocar a hipotese que devido a um excesso de obras na cidade de Braga, o mestre José Matos não teria tempo para continuar a parceria em Guimarães[1069].



Fig. 165 – Vista aérea do Convento e da Ordem Terceira de São Francisco (C.M.G. - 2001)

[1068] *Idem, ibidem*, p. 128.

[1069] Na acta de 25 de Junho de 1752 (dois dias antes da procuração) é dito que a obra de pedraria da capela foi adjudicada a António da Cunha Correia Vale por quatro mil cruzados (TEIXEIRA, Fernando José – *obra cit.*,p. 61). A 6 de Julho de 1753, a obra já estaria finalizada pois foi deliberado pela Ordem Terceira o pagamento da obra da capela (*idem, ibidem*, p. 61).

A 1 de Setembro de 1773, na rua de Couros, extramuros de Guimarães, na casa do tabelião João Ribeiro, é assinada o contrato de carpintaria da capela e Casa do Despacho da Ordem Terceira, por estar acabada a obra de pedraria[1070]. Esta obra é arrematada por Francisco Macedo, carpinteiro, morador na rua de Santa Maria (Guimarães), por 300$000 réis[1071]. Nos apontamentos a seguir pelo carpinteiro são especificados, por exemplo, inúmeros pormenores em relação à feitura das portas e janelas. Uma das portas seria feita "*coasi a semelhança das da porta travessa da igreja de São Domingos*".

Por fim, a estrutura retabular da tribuna da capela-mor da Ordem terceira, é da autoria de José António da Cunha, mestre entalhador[1072]. A obra deveria estar concluída até 31 de Janeiro de 1783 e foi ajustada por 136$000 réis[1073]. Para maior segurança do encomendador, o artista apresenta como seu fiador Vicente José de Carvalho, mestre canteiro, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões. No final, o retábulo seria visto e examinado "*por professores da mesma arte tanto a respeito da madeira como de sua prefeição a que se obrigou*".

[1070] *Vide* documento XCIX, vol. II. Foram testemunhas presentes: Domingos Gomes Salgado, carpinteiro, morador na rua de Santa Maria e João Mendes Ribeiro, filho do tabelião. A 4 de Julho de 1770, os mesários da Ordem Terceira, decidem "reformar o risco do portal da capela e abrir uns óculos sobre a cornija, empreitada que terá sido entregue a Pedro Lourenço (TEIXEIRA, Fernando José – *obra cit.*, p. 61).

[1071] Contrariamente ao que sucede com a maioria dos pagamentos que eram pagos em prestações, neste caso a quantia era dada no fim da empreitada, sem pagamentos antecedentes. Tal situação poderá advir de o executante não apresentar fiador.

[1072] *Vide* documento CI, vol. II.

[1073] Quantia paga em três pagamentos de 45$37 réis.



Fig. 166 – Interior da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco

A trabalhar para a Ordem Terceira de São Francisco inventariamos 6 artistas num universo de 5 contratos analisados, com os seguintes graus profissionais: mestre pedreiro; mestre de pedraria[1074]; mestre-de-obras de pedraria; carpinteiro; entalhador e pintor.

Entre 1702-1782 contabilizamos um artista estrangeiro oriundo do reino da Galiza, trata-se de Silvestre da Grana, mestre pedreiro. Moradores no atual concelho de

[1074]Embora, António da Cunha Correia Vale seja designado noutros documentos de mestre entalhador, optamos por inclui-lo neste grupo pois arremata uma obra de pedraria e é deste modo nomeado na procuração de José da Silva Matos.

Barcelos, encontramos um mestre-de-obras de pedraria; do concelho de Vila Nova de Famalicão, um mestre de pedraria; e três artistas locais.

Quanto à tipologia dos 5 contratos, dividem-se nos seguintes:

-2 pedraria;

-2 arte da talha;

-1 carpintaria.

Neste período de tempo, a Ordem Terceira de São Francisco despendeu em contratos de obra, um total de 1641$000 réis e 3000 cruzados.

1.6. Irmandades e Confrarias

Estas associações constituíam uma rede de solidariedades entre homens e mulheres. Os seus objectivos são fundamentalmente religiosos e caritativos. A religiosidade inclui o sufrágio das almas, mas tem como alvo principal o culto, a devoção e o serviço a um santo. A caridade materializa-se principalmente na assistência material das populações. A vida social desta associação desenrolava-se essencialmente no âmbito de festividades religiosas.

Muitas destas instituições tinham uma capela ou altar de uso corporativo e de âmbito privado, servindo muitas vezes de sede às mesmas, realizando-se aí as missas pelos confrades falecidos, as festas e missas em honra do seu padroeiro e reuniões do cabido. Os programas decorativos destas capelas inseridas em igrejas conventuais e paroquiais, eram na maioria das vezes distintos do da capela-mor, do coro-alto e da nave[1075]. No entanto, existiam confrarias que eram detentoras de uma igreja na sua totalidade e não de uma capela no seu seio. Citemos o caso da irmandade do Cordão e Chagas sita no Convento de São Francisco, que tinha sob sua alçada a igreja de São Dâmaso, a irmandade de Nossa Senhora da Guia com respectivo templo, e a Confraria de Nossa Senhora da Consolação, sita na Capela de Nossa Senhora da Consolação, do Campo da Feira, de Guimarães[1076].

[1075] CARDONA, Paula Cristina Machado – "A Capela da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Viana do Castelo. Os artistas e o programa decorativo", in *VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte: artistas e artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p.450.

[1076] Sobre a actividade artística das Confraria, veja-se. CARDONA, Paula Cristina Machado – *A actividade mecenática das Confrarias nas matrizes de Vale do Lima nos séculos XVII a XIX*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004 (policopiada); CARDONA, Paula Cristina Machado – "A Capela da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Viana do Castelo. Os artistas e o programa decorativo"…, pp.449-458; ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da talha no Porto na época barroca - Artistas e clientela. Materiais e técnica..*, vol.1.,1989, pp.162-166.

.

Se incluirmos a estas associações laicas, os contratos de obra de iniciativa dos Homens das Falas e Confraria do Subsino, encontramos um universo de 45 documentos, divididos por ordem de grandeza pela arte da talha (20), pedraria (18), carpintaria (3), ourivesaria (2) e fundição de sinos (2). No entanto, se a estes valores retirarmos os inclusos aos Homens das Falas e da Confraria do Subsino, os valores são díspares:

-Arte da talha: 20;
Pedraria: 8;
- Ourivesaria: 2;
Fundição de sinos: 1;

Como podemos constatar, apenas a talha e a ourivesaria mantêm os seus valores inalteráveis. Podemos concluir, que os Homens das Falas e as Confrarias do Subsino estão intimamente ligadas à pedraria, carpintaria e fundição de sinos. Valores que estão de encontro às suas valências, pois estas instituições estão ligadas á construção, reconstrução e ampliação de igrejas paroquiais. As restantes confrarias estão na sua maioria ligadas á decoração retabular das suas capelas e altares, já que estão inclusas no interior de templos da alçada do Cabido da Colegiada, conventual, ou paroquial.

Os 8 contratos de pedraria ligados a Confrarias e Irmandades são os que são encomendados pela irmandade do Cordão e Chagas que tinha sob sua alçada a igreja de São Dâmaso; a irmandade de Nossa Senhora da Guia com respectivo templo; a Confraria de Nossa Senhora da Consolação, sita na Capela de Nossa Senhora da Consolação, do Campo da Feira; e a Confraria do Santíssimo Sacramento, sita no interior da Colegiada que encomenda o alargamento sua capela.

Quadro XLVIII
Encomendadas efetuadas pela Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, sita na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (1771-1780)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1771 Jan.	Trono e camarim da Senhora da Oliveira	Por cada marco de	Manuel José	Ourives	Assistente na Casa de Vila	*Vide* doc. CIV, vol.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
29	em prata	prata utilizado o ourives receberia 6$400 réis e de feitio cada marco de prata a 1$200 réis. No compito da prata não entrariam os parafusos de latão	de Faria		Pouca (arrabalde de Guimarães)	II
1780 Jun. 10	Douramento do retábulo, do camarim e mais pertenças da tribuna, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira	600$000 réis [1077]	Luís Pinheiro de Azevedo Lobo	Mestre Pintor e Dourador	Assistente na vila de Guimarães	*Vide* doc. CV, vol. II

Quadro XLIX
Encomendadas efetuadas pela Irmandade das Chagas e Cordão, sita no Convento de São Francisco (1691-1784)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1691 Nov.	Feitura da Capela-mor da Igreja de São Dâmaso, com o intuito	334$500 réis	Francisco Luís	Mestre de pedraria	Freguesia de São Tiago de Candoso	*Vide* doc. CVI, vol.

[1077] A 10 de Março de 1781, os irmãos da irmandade deliberam que Jerónimo Leite Pereira, tesoureiro da irmandade efectuasse o pagamento dos 600$000 réis ao mestre dourador pelo douramento do retábulo do altar de Nossa Senhora. A pedido do mestre a irmandade delibera além desta quantia o pagamento de mais 48$000 réis, pois o mestre tinha dado comprimento à referida obra com toda a perfeição e brevidade (A.C.N.S.O., IR. 69, fl. 64).

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
28	"*esta pera não se aroinar e cahir no chão*"				(concelho de Guimarães)	II
1693 Mai. 7	Retábulo-mor da igreja de São Dâmaso	185$000 réis	Pedro Coelho	Escultor	Olival, da freguesia de São João de Gondar	*Vide* doc. CIX, vol. II
1693 Jun. 25	Lajeamento do corpo da Igreja de São Dâmaso	79$000 réis	João Peixoto	Pedreiro	"*morador na sua devesa"*, da freguesia de São Lourenço de Gulães	*Vide* doc. CVII, vol. II
1698 Mai. 31	Douramento da obra da capela-mor da Igreja de São Dâmaso, de Guimarães	380$000 réis	Manuel de Freitas Padrão	Pintor	Vila de Guimarães	*Vide* doc. CX, vol. II
1702 Set. 20	Feitura dos quatro altares laterais da Igreja de São Dâmaso	120$000 réis	Pedro Coelho	Escultor	Olival, freguesia de São João de Gondar	*Vide* doc. CXI, vol. II
1705 Jun. 23	Douramento dos quatro altares laterais da Igreja de São Dâmaso	135$000 réis	Francisco da Silva	Pintor	Rua de Santa Maria (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CXII, vol. II
1784 Abr. 15	Feitura da torre sineira, da Igreja de São Dâmaso	680$000 réis	Vicente José de Carvalho e seu filho João Manuel de Carvalho e Francisco Portela	Mestres canteiros	Freguesia de Santa Eulália de Fermentões	*Vide* doc. CVIII, vol. II

Quadro L
Encomendada efetuada pela Irmandade de Nossa Senhora da Guia, de Guimarães (1791)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1791 Nov. 25	Obra de pedraria da capela-mor da capela de Nossa Senhora da Guia, de Guimarães	470$000 réis	João Manuel de Carvalho e Almeida[1078]	Mestre pedreiro	Lugar da Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões (termo de Guimarães)	*Vide* doc. CXIII, vol. II

Quadro LI
Encomendadas efetuadas pela Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira (1707-1711)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1707 Jul. 30	Alargamento da capela do Santíssimo Sacramento, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira	?	António Pinto	Pedreiro	São Lourenço de Cima de Selho, do termo de Guimarães	*Vide* doc. CXIV, vol. II
1711 Abr. 14	Douramento do retábulo da capela do Santíssimo Sacramento, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira	135$000 réis	Dionísio Lopes e Domingos Cardoso	Pintores	Dionísio Lopes morador na rua Caldeiroa (vila de Guimarães) / Domingos Cardoso residente na rua Travessa (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CXV, vol. II

[1078] Filho do mestre pedreiro Vicente José de Carvalho, natural do reino da Galiza. Sobrinho do mestre pedreiro Francisco Portela morador no lugar da Conceição, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões. O seu pai e o seu tio foram os seus fiadores nesta empreitada.

Quadro LII
Encomendadas efetuadas pela Confraria do Senhor da Agonia, sita na igreja de Nossa Senhora da Oliveira (1707-1711)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1730 Fev. 17	Feitura do retábulo da capela da Confraria do Senhor da Agonia, sita na igreja de Senhora da Oliveira	115$200 réis	Ambrósio Coelho	Mestre escultor	Freguesia de Santa Cristina de Serzedelo (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CXVI, vol. II

Quadro LIII
Encomendadas efetuadas Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sita na Igreja do Convento de São Domingos de Guimarães (1690-1768)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (A.M.A.P.)
1690 Fev. 1	Feitura do retábulo do Altar de Nossa Senhora do Rosário, da igreja do Convento de São Domingos, de Guimarães	300$000 réis	Damião da Costa Figueiredo	Escultor	Cidade de Braga	*Vide* doc. CXVII, vol. II
1768 Mar. 15	Douramento do Altar de Nossa Senhora do Rosário, da igreja do Convento de São Domingos, de Guimarães	399$000 réis	Domingos Francisco Vieira	Pintor	Porta do Olival, da cidade do Porto	*Vide* doc. CXVIII, vol. II

Quadro LIV
Encomendadas efetuadas Irmandade de Santo António, sita na Igreja do Convento de São Francisco de Guimarães (1719-1773)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1719 Mai. 29	Feitura do retábulo do altar da capela de Santo António, da igreja do Convento	270$000 réis	António Gomes e Filipe da Silva	Imaginários	António Gomes morador à Porta de	*Vide* doc. CXIX, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	de São Francisco, de Guimarães				Carros, da cidade do Porto / Filipe da Silva residente na rua do Calvário Velho, da cidade do Porto	
1723 Set. 7	Douramento e pintura do retábulo do altar da capela de Santo António, da igreja do Convento de São Francisco, de Guimarães	240$000 réis	João da Costa	Pintor	Rua de Gatos (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CXX, vol. II
1773 Out. 21	Feitura de dois lampadários de prata para o altar da capela de Santo António, da Igreja de São Francisco, de Guimarães	O preço do feitio de 1$450 réis o marco. Por sua vez, cada marco de prata custava 6$400 réis de peso [1079]	Manuel Francisco	Ourives	Guimarães	*Vide* doc. CXXI, vol. II

[1079] No momento da assinatura da nota notarial Manuel Francisco recebeu 199$180 réis em "*dinheiro de contado meudo e corrente neste Reyno*", das mãos do tesoureiro António José Gomes. Por essa ocasião, o ourives deu plena quitação da quantia de 649$585 réis, provenientes da prata e do dinheiro que *recebeu do tesoureiro actual e do seu antecessor.*

Quadro LV
Encomendadas efetuadas pela Confraria de Nossa Senhora da Consolação, sita na Capela de Nossa Senhora da Consolação, do Campo da Feira, de Guimarães (1737-1790)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1737 Jan. 18	Douramento e pintura do teto da capela-mor da Capela de Nossa Senhora da Consolação, de Guimarães[1080]	112$000 réis	João da Costa	Mestre pintor	Rua de Gatos, arrabalde de Guimarães	*Vide* doc. CXXV, vol. II
1773 Mai. 31	Finalizar a obra de pedraria das duas naves do corpo da igreja e frontispício da capela-mor da "*capela ou igreja do Campo da Feira"*	10 mil cruzados	Vicente José de Carvalho	Mestre pedreiro	Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões	*Vide* doc. CXXIII, vol. II
1790 Out. 7	Feitura da capela-mor da Igreja do Senhor dos Passos, de Guimarães	1280$000 réis	Vicente José de Carvalho	Mestre pedreiro	Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões	*Vide* doc. CXXIV, vol. II

Quadro LVI
Encomendada efetuada pela Confraria do Santíssimo Sacramento, sita na Igreja de São Sebastião, de Guimarães (1698)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1698 Out. 15	Feitura da Casa da Tribuna e peanha, da Igreja de São Sebastião, de Guimarães	110$000 réis	Luís Vieira da Cruz	Entalhador	Cidade de Braga	*Vide* doc. CXXVI, vol. II

[1080] O artista comprometia-se igualmente a pintar a grade do coro e a porta da sacristia.

Quadro LVII
Encomendada efetuada pela Irmandade das Almas, sita na Igreja de São Paio, de Guimarães (1717)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1717 Abr. 17	Feitura do retábulo da Irmandade das Almas, da Igreja de São Paio, de Guimarães	110$000 réis	Pedro Coelho e Miguel Correia	Entalhadores	Lugar do Olival, freguesia de São João de Gondar	*Vide* doc. CXXVII, vol. II

Quadro LVIII
Encomendadas efetuadas pela Irmandade de Santo Homem Bom, sita na Igreja de São Paio, de Guimarães (1741-1746)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1741 Abr. 28	Feitura do retábulo da Irmandade de Santo Homem Bom, da Igreja de São Paio, de Guimarães	195$000 réis	Giraldo Machado	Mestre Entalhador	Lugar de Selho, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões	*Vide* doc. CXXVIII, vol. II
1746 Set. 21	Douramento do retábulo da Irmandade de Santo Homem Bom, da Igreja de São Paio de Guimarães	180$000 réis	Manuel Gomes de Andrade, João da Costa, António Luís e João de Freitas Baptista	Pintores	Manuel Gomes de Andrade: rua Caldeiroa / João da Costa: rua de Gatos / António Luís: Rua de Santa Luzia / João de Freitas Baptista: na Praça	*Vide* doc. CXXIX, vol. II

Quadro LIX
Encomendada efetuada pela Confraria do Santíssimo Sacramento, sita na Igreja de São Paio, de Guimarães (1787)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1787 Set. 12	Igreja e capela-mor da Igreja de São Paio, de Guimarães[1081]	Mestre canteiro: 280$000 réis / mestre carpinteiro: 310$000 réis / mestre estuqueiro: 230$000 réis	Vicente José de Carvalho / Manuel Alves da Costa / Mateus Pereira	Vicente José de Carvalho: mestre canteiro / Manuel Alves da Costa: mestre carpinteiro / Mateus Pereira: mestre estuqueiro	Vicente José de Carvalho: freguesia de Santa Eulália de Fermentões / Manuel Alves da Costa: ? / Mateus Pereira: da vila de Guimarães	*Vide* doc. CXXX, vol. II

Quadro LX
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Homens das Falas, sitas na Igreja de Santa Maria de Guardizela (concelho de Guimarães) (1791)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1791 Nov. 21	Feitura de dois sinos para a Igreja de Guardizela	?	José Feliz Pereira dos Santos	Fundidor de sinos	Braga	*Vide* doc. CXXXI, vol. II

[1081] Vicente José de Carvalho, mestre canteiro, comprometia-se a fazer a fronteira da igreja. Manuel Alves, mestre carpinteiro, obrigava-se a fazer a obra de carpintaria da capela-mor e da igreja. Mateus Pereira, mestre estuqueiro obrigava-se a fazer a obra de estuque da igreja.

Quadro LXI
Encomendada efectuada pela Confraria do Subsino e Homens das Falas, sitas na Igreja da freguesia de São Mateus de Oliveira (concelho de Vila Nova de Famalicão) (1796)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1796 Abr. 2	Obra de pedraria do corpo da Igreja da freguesia de São Mateus de Oliveira	440$000 réis	Bento António Hourinho	Mestre pedreiro	Lugar da Baliosa, da freguesia de São Mateus de Oliveira	*Vide* doc. CXXXII, vol. II

Quadro LXII
Encomendada efectuada pela Irmandade dos Sacerdotes de Santo António, sita na capela de Santo António, da freguesia de São Tomé de Caldelas (concelho de Guimarães)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1710 Ago. 7	Retábulo e peanha do retábulo da Capela de Santo António, sita capela de Santo Antonio, da freguesia de São Tomé de Caldelas	60$000 réis	Luís Vieira da Cruz	Mestre escultor	Campo de Nossa Senhora a Braga, da cidade de Braga	*Vide* doc. CXXXIII, vol. II

Quadro LXIII
Encomendadas efetuadas pela Confraria do Subsino, sita na freguesia de Santa Maria de Mogege (concelho de Vila Nova de Famalicão)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1760 Jun. 29	Feitura da Igreja de Santa Maria de Mogeje (concelho de Vila Nova de Famalicão)[1082]	158$000 réis	Manuel da Cunha	Pedreiro	Freguesia de Vila Nova de Sande (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CXXXIV, vol. II

[1082] A pedra da igreja antiga seria reaproveitada, excepto a das sepulturas. O púlpito e as pias de água benta seriam as da igreja velha.

Quadro LXIV
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, sita na Igreja de Santa Leocádia de Briteiros (concelho de Guimarães)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1742 Jan. 31	Feitura da Igreja de Santa Leocádia de Briteiros (concelho de Guimarães)	170$000 réis	Francisco Gonçalves	Mestre pedreiro	Reino da Galiza	*Vide* doc. CXXXV, vol. II

Quadro LXV
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, sita na Igreja de São Martinho de Gondomar (concelho de Guimarães)

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1711 Jan. 7	Obra do forro da Igreja de São Martinho de Gondomar (concelho de Guimarães)	43$000 réis	Francisco Martins Vieira	Mestre carpinteiro	Termo de Guimarães	*Vide* doc. CXXXVI, vol. II

Quadro LXVI
Encomendadas efetuadas pelos Homens das Falas, da freguesia de São Salvador de Tagilde (concelho de Guimarães) 1736-1776

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1736 Abr. 14	Feitura da obra de carpintaria da nova Igreja de São Salvador de Tagilde (concelho de Guimarães)	235$000 réis	Alexandre Pinto de Queirós	Mestre de carpintaria e de "*emxambraria*"	Freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga), e*"ora assistente na rua Travessa arabalde da dita villa", de* Guimarães	*Vide* doc. CXXXVIII, vol. II
1776 Jan.	Feitura de uma nova torre de pedraria com	230$000	Manuel Martins / João Novais e	Mestres	Manuel Martins:	*Vide* doc. CXXXVII,

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
17	o "*efeito de se ouvir mais as vozes dos sinos e convocar os freguezes para a caza de Deos"*	réis	Miguel Pereira de Carvalho	pedreiros	lugar das Quintas (freguesia de Tagilde); João Novais: freguesia de Tagilde; Miguel Pereira de carvalho: freguesia de São Romão de Arões	vol. II

Quadro LXVII
Encomendadas efetuadas Confraria do Subsino, da freguesia de Santa Eulália de Nespereira (concelho de Guimarães) - 1768

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1768 Ago. 20	Acréscimo da Igreja e feitura do campanário, de Santa Eulália de Nespereira (concelho de Guimarães)	89$000 réis	Domingos de Freitas	Mestre Pedreiro	Lugar de Aguiar, da freguesia de Santa Cristina de Arões (concelho de Fafe)	*Vide* doc. CXXXIX, vol. II

QuadroXLVIII
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, da freguesia de São Vicente de Oleiros (concelho de Guimarães) - 1784

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1784 Nov.	Reforma da fronteira da Igreja de São Vicente de	44$000 réis	João de Novais	Mestre Pedreiro	Lugar do Souto da Cruz, da freguesia de	*Vide* doc. CXL, vol.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
21	Oleiros (concelho de Guimarães)				São Salvador de Tagilde	II

Quadro LXIX
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, da freguesia de São Miguel de Gonça (concelho de Guimarães) - 1717

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1717 Abr. 25	Construção da nova Igreja de São Miguel de Gonça[1083] (concelho de Guimarães)	190$000 réis	Custódio Fernandes	Mestre Pedreiro	Lugar da Pedreira, freguesia de São Salvador de Donin (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CXLI, vol. II

Quadro LXX
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, da freguesia de São Lourenço de Sande (concelho de Guimarães) - 1728

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1728 Fev. 3	Obra de carpintaria do corpo da igreja de São Lourenço de Sande (concelho de Guimarães)	54$500 réis	António da Silva e Domingos Ribeiro	Carpinteiros	António da Silva: Fonte Cova / Domingos Ribeiro: lugar da Boucinha. Ambos da freguesia de São João de Ponte (concelho de Guimarães	*Vide* doc. CXLII, vol. II

[1083] A igreja teria três portas: a principal e duas travessas. Na frontaria teria um óculo redondo, com dois palmos de altura.

Quadro LXXI
Encomendada efetuada pela Confraria do Subsino, da freguesia de Santa Maria de Airão (concelho de Guimarães) - 1744

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1744 Mar. 26	Construção da nova Igreja de Santa Maria de Airão (concelho de Guimarães)	264$000 réis	João da Silva e António de Oliveira	Mestres Pedreiros	João da Silva: lugar da Ribeira, da freguesia de São Martinho de Sande (concelho de Guimarães) / António de Oliveira: lugar de Cividade, da freguesia de São Salvador de Joane (concelho de Famalicão)	*Vide* doc. CXLIII, vol. II

Quadro LXXII
Encomendadas efectuadas Confraria do Subsino e Homens das Falas, da freguesia de São Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso) - 1705

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1705 Mar. 5	Construção da nova Igreja de São Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso)	340$000 réis	André Machado	Mestre Pedreiro	Lugar da Fonte, da freguesia de São Romão de Arões (concelho de Fafe	*Vide* doc. CXLIV, vol. II
1705 Abr. 17	André Machado não pôde prosseguir nem tão pouco dar cumprimento à obra anterior, pois foi surpreendido	340$000 réis	Francisco da Costa e Custódio de Melo	Oficiais de arquitectura	Francisco da Costa: São Tiago de Areias (concelho de santo Tirso) / Custódio de	*Vide* doc. CXLV, vol. II

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	com a morte é o seu fiador (Francisco da Costa) juntamente com outros pedreiros que ajustam a continuação da obra				Melo: São Vicente de Passos (concelho de Fafe)	

Quadro LXXIII
Encomendadas efetuadas pela Irmandade das Almas, sita na freguesia de São Miguel de Creixomil (concelho de Guimarães) – 1728-1789

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1728 Jun. 22	Retábulo da Irmandade das Almas[1084], sita na Igreja de São Miguel de Creixomil (concelho de Guimarães)	68$000 réis	Miguel Correia	Mestre entalhador	Lugar da Cabreira, da freguesia de São Jorge de Selho (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CXLVI, vol. II
1789 Fev. 9	Feitura de um novo sino para a Igreja de São Miguel de Creixomil	[1085]	José Feliz Pereira dos Santos	Fundidor de sinos	Cidade de Braga	*Vide* doc. CXLVII, vol. II

[1084] "*feito com as mesmas figuras galhardias e mimo como se acha o altar das Almas da Santa See da cidade de Braga que elle dito mestre disse bem entendia e muitas vezes tinha visto e nelle curiozamente por ser couza da sua arte e tocante a nossa relegiam Christam tinha reparado muito bem examiginado*".

[1085] *"dará a irmandade a elle fundidor por cada arroba a nove mil e seiscentos reis, e receberá o mesmo fundidor o sino velho a desconto que abonará a razão de seis mil e quatrocentos a arroba".*

1.7. Particulares

O papel desempenhado pelos particulares sob o ponto de vista documental é secundário, não só pelo número de referências e, quando existem, pelo desconhecimento das suas motivações, estes surgem ligados à encomenda de:

- Casas;
- Residências paroquiais[1086];
- Igrejas paroquiais (capela-mor, corpo, torre sineira e sacristia);
-Igrejas conventuais (tribuna e retábulo-mor);
- Capelas tumulares em conventos;
-Levadas em rios.

No conjunto destas encomendas de iniciativa particular, incluímos desde reverendos párocos, administradores de comendas, nobres, homens ligados a ofícios e mesteres (mercador, sapateiro, tabelião e ourives). Estas encomendas referem-se na sua grande maioria a obras a realizar em Guimarães e seu termo, com excepção de obras a realizar noutros concelhos, como podemos verificar:

- Igreja de São Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso);
-Igreja de Santa Maria de Vila Fria (concelho de Felgueiras);
-Igreja de São Tomé de Esturãos (concelho de Fafe);
-Igreja de São Mateus de Oliveira (concelho de Vila Nova de Famalicão);
-Casa da residência de Salvador de Louredo (concelho de Póvoa de Lanhoso);

[1086] Acerca das obras realizadas em residências paroquiais do actual concelho de Guimarães veja-se por exemplo: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*…, pp.96-97,e pp.115-116; OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de - *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*…; OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa - " Amaro José Farto, pedreiro galego na arquitectura vimaranense do século XVIII"…, pp.170-173; OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa - "A residência paroquial de S. Clemente de Sande em 1711", in *Mínia*, 3ª série, nº 7, ASPA, Braga, 1999, pp. 107-120.

- Casa da residência de Moreira do Castelo (concelho de Celorico de Basto);

-Casa da residência de Santa Maria da Torre (concelho de Amares);

-Casa e Quinta da Tojeira (concelho de Cabeceiras de Basto);

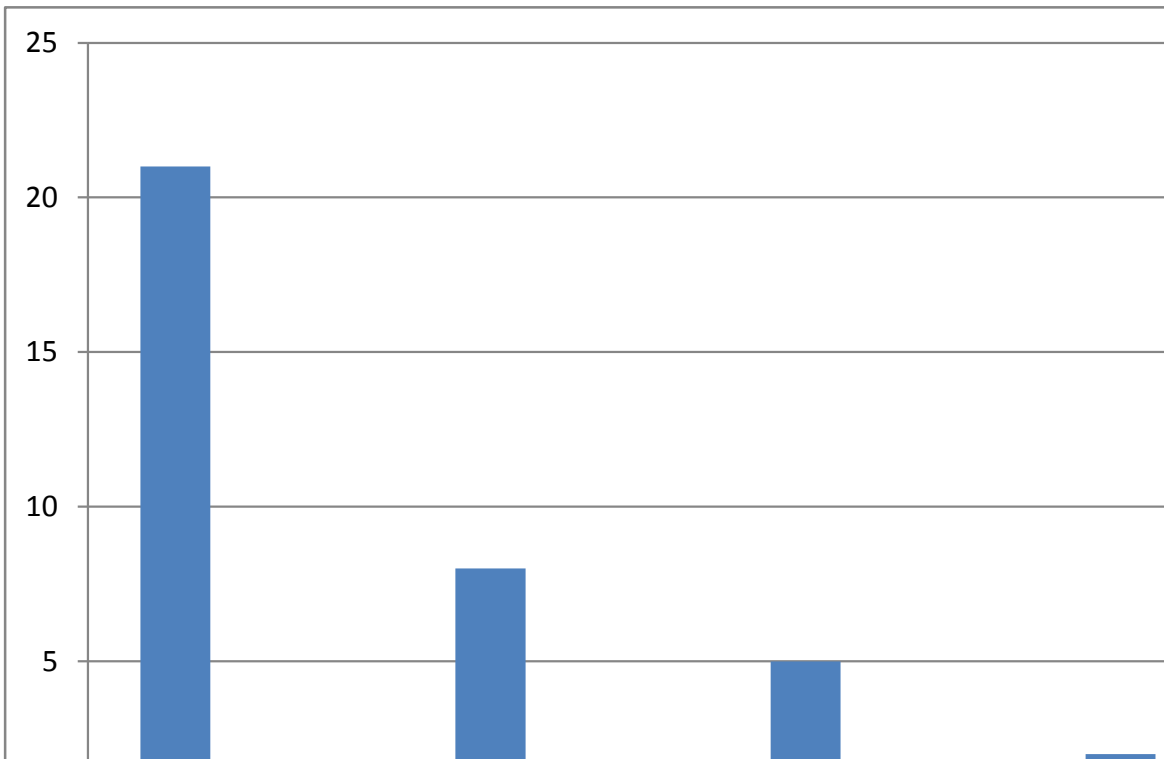
- Levada num rio de Choças, da freguesia de Santa Maria de Vilela (termo de Arco de Valdevez);

Em relação a Casas Nobres encontrámos referência a apenas três contratos, a saber: Casa e Quinta da Tojeira (concelho de Cabeceiras de Basto), Casa dos Pombais (vila de Guimarães) e à Casa e Quinta da Aveleira (freguesia de São João de Penselo, termo de Guimarães).

Os trinta e cinco contratos que apresentamos em síntese na tabela, subdividem-se nas seguintes tipologias:

Gráfico XXII

Tipologias de contratos de obra



Ao analisarmos o gráfico acima, verificamos que tal como seria de esperar as encomendas de pedraria estão em maior número (21). Muito abaixo encontram-se as obras referentes á arte da talha (8), seguida da carpintaria (5). Encontramos dois contratos referentes às obras da residência paroquial de São Clemente de Sande[1087] e à obra da sacristia e da residência paroquial da igreja de São Vicente, do concelho de Felgueiras, nos quais são firmados simultaneamente contratos de obra de pedraria e carpintaria.

O universo de 41 artistas arrematantes presentes nos ajustes de obra, apresentam-se com os seguintes graus profissionais:

Quadro LXXIV

O Estatuto profissional dos artistas

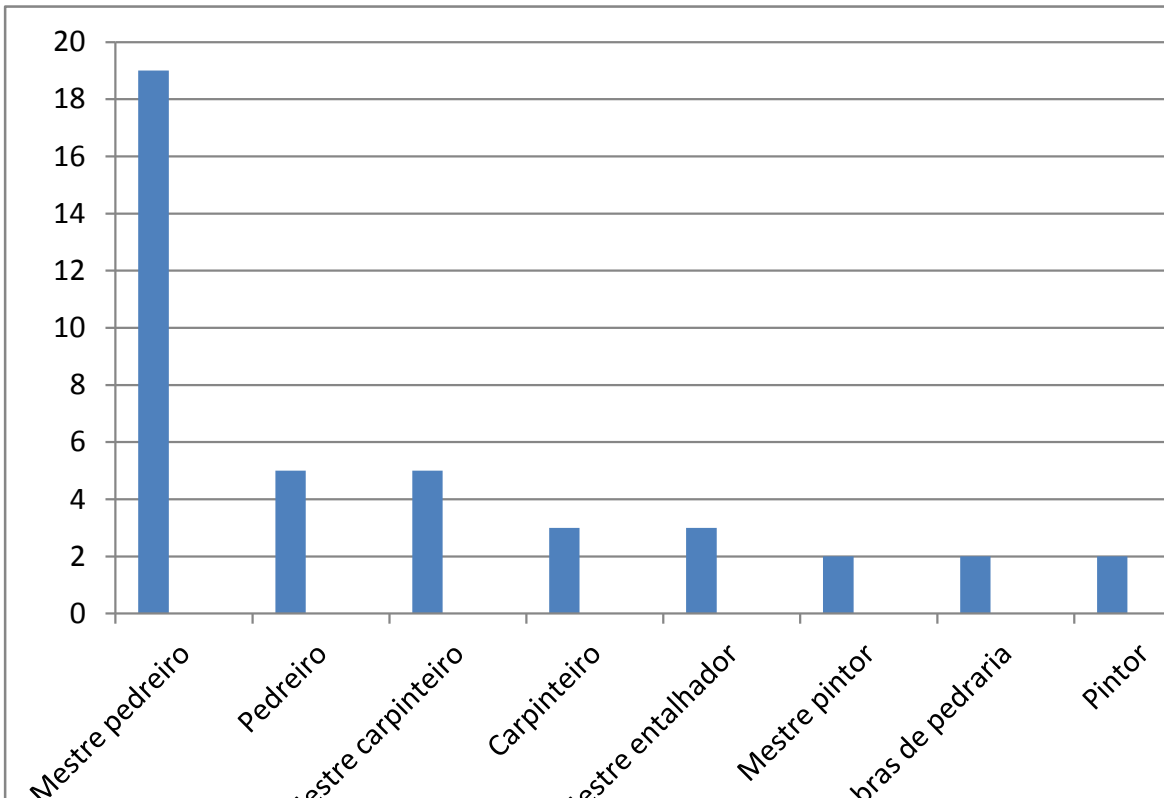
Mestre pedreiro	19
Pedreiro	5
Mestre carpinteiro	5
Carpinteiro	3
Mestre entalhador[1088]	3
Mestre pintor	2
Pintor	2
Mestre de obras de pedraria	2
Entalhador	1

[1087] As residências paroquiais funcionavam como uma estrutura a nível local que possibilitava a constante assistência do clero às populações (SOARES, A. Franquelim Sampaio Neiva - " O Arcebispado de Guimarães no inquérito de 1845 ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas , vol.3 , Guimarães , 1981,p.52).

[1088] Um destes artistas (José António da Cunha) é igualmente referenciado noutro documento de imaginário.

Gráfico XXIII

O estatuto profissional dos artistas



Como não podia deixar de ser, já que a pedraria era a tipologia de contratos em maior número presente nas notas notariais firmadas pelos particulares, que fossem os artistas ligados a esta arte que estivessem presentes em maior número, perfazendo um total de 26.

Em relação a contratos de parceria entre artistas do mesmo ofício, encontramos cinco casos unicamente referentes à pedraria. Destas parcerias, duas são artistas que possuem entre si ligações familiares. Pelo Reverendo Cónego António da Costa Pereira, juntamente com o seu irmão o Reverendo João da Costa Barroso, abade da igreja paroquial de São Tomé de Esturãos (concelho de Montelongo, actual de Fafe), no dia 7 de Agosto de 1751, "*foi dito que entre ambos concordando e ajustando mandaram fazer humas cazas bonas na usa caza e quinta da Togeyra da freguezia de Sam Tiago de Faia conselho de Cabeceiras de Basto*"[1089]. Depois de esta obra de pedraria ter sido

[1089]Este imóvel foi na década de 80 deste século restaurado com o apoio do Turismo de Habitação (STOOP, Anne de - *Palácios e casas senhoriais do Minho*, Livraria Civilização Editora,1993, p.117). O

posta em pregão em dias para isso decretados, conforme a planta e apontamentos que mandaram fazer, encomendaram-na a João da Costa e ao seu sobrinho António Ferreira, mestres pedreiros da freguesia de Santa Maria de Adaúfe (concelho de Braga). O prazo limite da sua execução era de dois anos, a começar da feitura desta escritura. Os dois mestres receberiam a considerável quantia de 1600$000 réis, paga conforme fosse decorrendo a obra, ficando para o final o pagamento de 400$000 réis. Para tão avultada quantia, apresentavam como seu fiador o mestre-de-obras João Ribeiro, do lugar da Castanheira, freguesia de São Tomé de Travassós do termo de Guimarães.

Por fim, em 1768, os mestres pedreiros Vicente Carvalho e seu irmão André Carvalho moradores na freguesia de Santa Eulália de Fermentões, naturais do reino da Galiza, arrematam a obra de pedraria da capela-mor e sacristia da igreja de São João de Brito.

Quanto aos 40 artistas que trabalharam em obras de iniciativa particular, encontramos 15[1090] que são oriundos dos actuais concelhos fora do de Guimarães: Barcelos, Braga, Fafe, Maia, Porto, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Relativamente a mestres pedreiros naturais da Galiza encontramos Amaro José Farto, referenciado como assistente na rua de São Domingos (Guimarães) e Vicente carvalho e seu irmão moradores em Santa Eulália de Fermentões.

---

contrato foi assinado em Guimarães, "*nas cazas da morada* " do Reverendo Cónego António da Costa Pereira, na rua de São Miguel do Castelo, na presença de Pascoal Rodrigues Pereira, carpinteiro e de Manuel Teixeira alfaiate, ambos da referida rua de São Miguel do Castelo.

[1090]Neste número não incluímos os três mestres pedreiros naturais do Reino da Galiza.

Quadro LXXV
Encomendas efetuadas pelos particulares (1683-1796)

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1683 Mar. 28	Reverendo Cónego António Dias Pimenta	Feitura de uma casa nova na Quinta da Aveleira, na freguesia de São João de Penselo. A fronteira teria 75 palmos de comprido e de largura 21 palmos	À braça	Domingos da Costa , António Gonçalves e Miguel Nogueira	Pedreiros	Freguesia de São Romão de Arões	*Vide* doc. CXLVIII, vol. II
1690 Mai. 6	Jerónimo de Matos Feio, fidalgo da casa de Sua majestade, cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, como procurador do administrador da	Douramento do retábulo da igreja de São João de Castelãos (concelho de Guimarães)	52$000 réis	Gualter de Freitas	Pintor	Atrás São Paio (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CLXXIX, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Comenda de São João de Castelãos						
1693 Jun. 9	Reverendo João Pereira Pinto, abade da igreja de São Vicente de Sousa, concelho de Felgueiras, comarca de Guimarães	Douramento e pintura do retábulo da Igreja de São Vicente de Sousa, concelho de Felgueiras, comarca de Guimarães	120$000 réis	Pedro Machado Gomes	Pintor	Terreiro da Misericórdia de Guimarães	*Vide* doc. CLXXX, vol. II
1697 Mai. 8	Gonçalo Peixoto de Macedo de Carvalho, fidalgo da casa do rei D. Pedro II e donatário do concelho de Penafiel, morador em Guimarães[1091]	Capela da sacristia da igreja de São Domingos	430$000 réis	João Moreira e Manuel Fernandes	Mestres de obras de pedraria	João Moreira: freguesia de Vila Nova da Telha (concelho da Maia) / Manuel Fernandes: na	*Vide* doc. CXLIX, vol. II

[1091] Este projecto integrava-se numa verba testamentária de Gonçalo Lopes de Carvalho e Camões, já falecido, na qual mandava que na sacristia do Convento de São Domingos, de Guimarães, se fizesse uma capela para nela se colocarem os seus ossos e os da sua primeira mulher Jerónima Ferreira de Eça. Como tutor dos seus filhos dirige a empreitada o seu sogro e tio Gonçalo Peixoto ds Silva de Macedo de Carvalho.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
						cidade de Braga	
1711 Set. 11	Domingos Lopes da Cunha, como procurador de D. Francisco de Portugal, Conde de Vimioso, administrador das igrejas de São Clemente de Sande e de São Martinho de Sande	Obra de carpintaria e pedraria da residência paroquial de S. Clemente de Sande (concelho de Guimarães)	Pedraria: 50$000 réis / carpintaria: 90$000 réis	Manuel Rodrigues, Luís da Silva e João da Silva	Manuel Rodrigues e Luís da Silva: mestres carpinteiros / João da Silva: mestre pedreiro	Manuel Rodrigues e Luís da Silva residentes na freguesia de São Clemente de Sande / João da Silva residente na freguesia de São Martinho de Sande	*Vide* doc. CLXXII, vol. II
1713 Mar. 12	André de Abreu, mercador, morador na rua das Flores, da vila de Guimarães	Obra de carpintaria nas casas de André de Abreu, mercador, sitas na rua das Flores, da vila	115$000 réis	Gaspar de Passos	Mestre carpinteiro	Rua dos Fornos (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CLXXIII, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		de Guimarães					
1713 Abr. 12	Manuell Correia de Afonseca morador nos Pombais, arrabalde da vila de Guimarães	Feitura da fronteira de umas casas com 60 palmos de comprido, no lugar dos Pombais (actual casa dos Pombais). Seria feita na forma em que estão feitas as casas de Carlos Cardoso da rua do Cano de Cima	190$000 réis	João Pinto de Sousa	Mestre pedreiros	Rua do Gado (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CL, vol. II
1716 Mar. 10	Padre Pedro Domingues, cura da Igreja de São Martinho do Campo, como	Obra e tribuna da Igreja de São Martinho do Campo (concelho de	188$000 réis	Pedro Coelho	Mestre entalhador	Lugar do Olival, freguesia de São João de Gondar	*Vide* doc. CLXXXII, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	procurador do reverendo João Nunes Xavier, abade de São Martinho do Campo e secretário do Santo Oficio da Inquisição de Lisboa[1092]	Santo Tirso)				(concelho de Guimarães)	
1720 Abr. 9	Reverendo Cónego Miguel de Freitas da Cunha como procurador do Conde D. Filipe de Mascarenhas morador na cidade de Lisboa	Capela-mor e sacristia da Igreja de São João de Castelãos (concelho de Guimarães)	70$500 réis	António de Oliveira	Pedreiro	No seu casal de Cividade, freguesia de São Salvador de Joane (concelho de Vila Nova de Famalicão)	*Vide* doc. CLI, vol. II
1721 Fev. 13	Luís Mendes Guimarães morador na rua Nova do Muro (Guimarães)	Obra de pedraria nas casas em que vivia Luís Mendes Guimarães, na	148$800 réis	António de Oliveira	Pedreiro	Morador na sua fazenda da Cividade, da freguesia de São Salvador	*Vide* doc. CLII, vol. II

[1092] A procuração apresentada pelo padre Pedro Domingues, no momento da celebração desta escritura, é datada de 30 de Novembro de 1715.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		rua Nova do Muro[1093]				de Joane (concelho de Vila Nova de Famalicão)	
1721 Mai. 16	Doutor Provedor da comarca de Guimarães	Obra de carpintaria e pedraria da sacristia da igreja de São Vicente de Felgueiras e da casa da residência	158$000 réis	Domingues Antunes e Pedro de Crasto	Domingues Antunes: carpinteiro / Pedro de Crasto: pedreiro	Domingos Antunes morador no lugar da Atalaia; e Pedro de Crasto residente no lugar de Requeixo, ambos da freguesia de São Tomé de Travassós	*Vide* doc. CLXXIV, vol. II
1730 Jan.	António Monteiro,	Obra de carpintaria nas	105$600	Gregório Lopes	Carpinteir	Rua de São Dâmaso	*Vide* doc. CLXXV, vol.

[1093] Nos apontamentos é dito que a fronteira das casas levaria suas vazas toscanas, e dois portais, duas janelas, com sua sacada e cachoros.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
3	sapateiro, morado na rua Nova do Muro (Guimarães)	casas em que vivia António Monteiro, sapateiro. Estas casas seriam de dois sobrados	réis		o	(Guimarães)	II
1731 Mar. 12	Reverendo Abade José de Moura, abade da Igreja paroquial de São Faustino de Vizela	Tribuna da capela-mor da Igreja de São Faustino de Vizela	80$000 réis	Miguel Correia	Entalhador	Lugar da Cabreira, da freguesia de São Jorge de Cima de Selho (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CLXXXIII, vol. II
1732 Nov. 17	José da Costa, tabelião, e sua mulher	Obra de carpintaria em casas de dois sobrados, de José da Costa, tabelião, sitas na rua Nova das Oliveiras	80$000 réis	Jerónimo Ribeiro	Carpinteiro	Lugar de Ribeiro, freguesia de São João de Brito (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CLXXVII, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1736 Abr. 6	Reverendo Estevão Falcão Cota, abade na Igreja e freguesia de São Salvador de Tagilde	Feitura da nova igreja de São Salvador de Tagilde (concelho de Guimarães)	140$000 réis	Domingos de Freitas de Carvalho e João Novais	Mestres pedreiros	Domingos de Freitas: morador no lugar de Aguiar, da freguesia de Santa Cristina de Arões / João Novais: morador no lugar de Crasto, da freguesia de Santo Andrião de Vizela	*Vide* doc. CLIII, vol. II
1740 Mai. 25	Manuel Cardoso Guimarães, homem de negócio, morador ás Lagens do Toural, como testamenteiro de João Salgado Guimarães, da rua	Feitura de umas portas e forro da Capela de Santo André, arrabalde de Guimarães	55$500 réis	António Moreira de Queirós	Mestre carpinteiro	Morador na rua Travessa, da vila de Guimarães, natural de São Salvador de Ruivães	*Vide* doc. CLIV, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	da Cruz de Pedra (arrabalde de Guimarães)					(concelho de Vila Nova de Famalicão)	
1742 Nov. 3	José Ferreira de Sampaio morador no lugar de São Gens de Calvos[1094]	José Ferreira de Sampaio arrematou a obra de pedraria da residência paroquial de São Tomé de Abação, mas "*por ter outras ocupaçois a que acodir presizas se avia ajustado e contratado*" com Marçal António para lhe trespassar a obra	210$000 réis	Joaquim de Sousa e Marçal António	Mestres pedreiros	Joaquim de Sousa morador no rio de Selho, lugar das Lagens / Marçal António residente na rua da Cruz de Pedra, ambos da freguesia de São Miguel de Creixomil	*Vide* doc. CLV, vol. II
1747	Doutor Fernando António	Obra de pedraria	Por cada	José da Silva	Mestre	Freguesia de	*Vide* doc.

[1094] Esta obra andou a lanços na Casa do Despacho, da cidade de Braga.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
Set. 24	da Silva Vaz	nas casas e quintal do doutor Fernando António da Silva Vaz, na vila de Guimarães	braça de parede: 2$700 reis; braça de perpinaho: 3$100 réis; por cada porta e janela: 4$000 réis; por cada fresta: 2$000 réis	Matos	pedreiro	Vila de Frades (concelho de Barcelos)	CLVI, vol. II
1749 Set. 12	Domingos da Torre, abade de Santa Maria do Souto (concelho de Guimarães)	Construção de 3 casas a acrescentar a casa da residência do abade de Santa Maria de Souto	93$700 réis	Amaro José Farto	Mestre pedreiro	Natural do Reino da Galiza, assistente na rua de São Domingos (Guimarães)	*Vide* doc. CLVII, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
1749 Dez. 3	Reverendo Manuel José da Silva, cónego prebendado na Colegiada, como procurador do Conde de Asumar D. Pedro de Almeida Portugal[1095]	Feitura das casas da residência de Salvador de Louredo (concelho da Póvoa de Lanhoso), por ser pertença da comenda do Conde D. Pedro de Almeida Portugal	157$000 réis	António de Lemos	Mestre pedreiro	Lugar das Casas Novas, da freguesia de Santa Maria de Souto (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CLVIII, vol. II
1751 Ago. 7	Reverendo Cónego António da Costa Pereira, juntamente com o seu irmão o Reverendo João da Costa Barroso, abade da	Casa e quinta da Togeira, da freguesia de Santiago da Faia (concelho de Cabeceiras de	1600$000 réis	João da Costa e seu sobrinho António Ferreira	Mestres pedreiros	Freguesia de Santa Maria de Adaúfe (concelho de Braga)	*Vide* doc. CLIX, vol. II

[1095] O Conde D. Pedro de Almeida Portugal era do Conselho de Sua Majestade e mestre de campo General dos seus exércitos e Director Geral da Cavalaria do reino e Comendador da Comenda de São Salvador do mosteiro de Souto da Ordem de Cristo

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	igreja paroquial de São Tomé de Esturãos (concelho de Fafe)	Basto)					
1751 Out. 12	António Machado, ourives, morador na rua da Fonte Nova	Feitura de uma propriedade de casas na rua da Fonte Nova[1096]	125$000 réis	Dâmaso Ribeiro Mendes	Mestre pedreiro	Lugar de Requeixo, freguesia de São Martinho de Silvares (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CLX, vol. II
1754 Jun. 8	O Reverendo Cónego Manuel José da Silva como procurador de D. Manuel de Sousa do Conselho do rei, deputado da Junta dos Três Estados e Comendador das	Obra de pedraria e carpintaria na Casa da Residência de Moreira do Castelo (concelho de Celorico de Basto)	240$000 réis	António Francisco	Mestre pedreiro	Lugar da Portela, freguesia de São Romão de Arões (concelho de Fafe)	*Vide* doc. CLXI, vol. II

[1096] É feita referencia à feitura da fronteira, sendo a pedra bem lavrada e escodada do monte de Rendufe ou de Gonça.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Comendas de Santa Maria de Belmonte e São Salvador de Infesta[1097]						
1767 Abr. 5	Manuel José da Costa, ourives, de Guimarães	Reconstrução de umas casas que pertenciam a Manuel José da Costa, ourives, de Guimarães, sitas na rua do Cano, freguesia de São Pedro de Azurém. Estas casas que se encontravam "arruynadas e danificadas e carecerem de redificaçam", foram previamente	115$000 réis	Amaro Farto e Miguel Pinto	Mestres pedreiros	Guimarães	*Vide* doc. CLXII, vol. II

[1097] Procuração firmada em Lisboa e datada de 20 de Abril de 1754

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
		vistas e examinadas pelos mestres, que elaboraram os respectivos apontamentos					
1768 Dez. 18	Manuel Lopes da Cunha Velho, mordomo da vila, como procurador de Gonçalo e Amaral, "antigo almotacé mor do Reyno e Comendador da Comenda de Brito"	Obra de pedraria da Capela-mor e sacristia da Igreja de São João de Brito (concelho de Guimarães)	185$920 réis	Vicente Carvalho e seu irmão André Carvalho	Mestres pedreiros	Freguesia de Santa Eulália de Fermentões	*Vide* doc. CLXIII, vol. II
1771 Nov. 30	Manuel Lopes da Cunha Velho como procurador de Lourenço Gonçalves da Câmara Coutinho,	Obra de pintura do retábulo e do teto da Capela-mor da Igreja de São João de Brito (concelho	34$800 réis[1098]	Boaventura José da Silva	Mestre pintor	Cidade de Braga	*Vide* doc. CLXXXIV, vol. II

[1098] Este documento trata-se da paga e quitação que o artista bracarense deu ao encomendador.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	comendador da Igreja de São de Brito	de Guimarães)					
1778 Nov. 9	Custódio Leite de Faria e Sousa morador na sua Quinta das Portas (?), freguesia de Santa Maria de Vila Fria, como procurador do Reverendo Abade Francisco da Cunha Sampaio, da mesma freguesia	Altar de Nossa Senhora do Rosário, da igreja de Vila Fria. O artista obrigava-se ainda a fazer "*hum caixilho a seu custo para incaixar a vidraria do nicho da Senhora*"	70$000 réis	José António da Cunha	Imaginário	Vila de Guimarães	*Vide* doc. CLXXXV, vol. II
1780 Jan. 10	Reverendo Cónego Francisco Alves Veloso, procurador do Reverendo Abade Domingos da Costa Lima, da freguesia de São	Tribuna e retábulo da capela-mor da igreja de São Tomé de Esturãos	103$200 réis	José da Cunha	Mestre entalhador	Vila de Guimarães	*Vide* doc. CLXXXVI, vol. II

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Tomé de Esturãos						
1783 Ago. 27	António Lourenço de Fonseca, morador na freguesia de Prado, como procurador do Marquês de Nisa D. Rodrigo Xavier	Obra das casas da residência da freguesia de Santa Maria da Torre (concelho de Amares), comenda do Marquês de Nisa, bem como a obra da capela-mor da Igreja da mesma freguesia[1099]	540$000 réis (obra da residência) e 340$000 réis (obra da capela-mor)	João Manuel de Carvalho	Mestre canteiro	Freguesia de Santa Eulália de Fermentões (concelho de Guimarães)	*Vide* doc. CLXVI, vol. II
1787. Mai. 15.	Joaquim Ferreira de Veras, da cidade do Porto	Construção em carpintaria de um teatro de comédia	140$000 réis	Pedro Antunes de Araújo	Mestre carpinteiro	rua da Madroa, arrabaldes de Guimarães	*Vide* doc. CLXXVIII, vol. II
1788 Mar.	João Batista Pereira,	Tribuna e retábulo para a	170$000	Luís de Sousa	Mestre	Lugar da Ponte Velha, termo	*Vide* doc. CLXXXVII,

[1099] Primeiramente faria as casas da residência e só posteriormente a capela-mor.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
22	procurador de Sebastião Carvalho de Sá, da vila de Guimarães	capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus (Convento das capuchas)	réis		entalhador	do Porto	vol. II
1771 Mai. 18	João Ribeiro Dias morador no lugar de Bairro da freguesia de Fermentões "*como procurador e correspondente de seu irmão António Ribeiro Dias da mesma e este como correspondente de Francisco Barboze aubzente no Brasil e natural do Terreiro da villa dos Arcos".*	*" huma obra de pedraria de huma levada no rio da Choscas? na freguezia de Santa Maria de Vilella termo de Arcos de Valdevez no sitio da Ponte de Baixo da Ponte de Vilella"* [1100]	440$000 réis.	Vicente José de Carvalho	Mestre pedreiro	Calçada da freguesia de Fermentões.	*Vide* doc. CLXIV, vol. II
1790 Jul. 3	João Antunes Guimarães, cavaleiro professo da	Obra de pedraria de uma capela e de um torreão	290$000 réis (torreão ou	João Manuel de Carvalho	Mestre pedreiro	Lugar da Calçada, freguesia de	*Vide* doc. CLXVIII, vol. II

[1100] O mestre " *(...) se obrigou a fazella segura e tendo alguma denificação por tempo de tres annos se obriga elle mestre por sua pessoa e bens a dita dameficação contante que não haja alguma chea muito grande de delubio".*

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
	Ordem de Cristo, morador na sua Quinta do Assento da Igreja, freguesia de São Salvador de Briteiros (concelho de Guimarães)[1101]	com seu campanário na Igreja de São Salvador de Donim (concelho Guimarães)	campanário: 140$000 réis; capela: 150$000 réis)			Santa Eulália de Fermentões	
1795 Mai. 23	O alferes José Peixoto morador no lugar da Retorta, freguesia de Santa Maria de Vila Nova das infantas, e António José Francisco morador no lugar de Sebelo, da mesma freguesia	Obra da torre e igreja de Santa Maria das infantas (concelho de Guimarães)	670$000 réis	Miguel Carvalho	Mestre pedreiro	Lugar da Torre, freguesia de São Romão de Arões	*Vide* doc. CLXX, vol. II
1796 Fev.	Manuel Carvalho de Matos	Obra de pedraria da capela-mor	290$000	Bento António	Mestre	Lugar do Assento, da	*Vide* doc.

[1101] Era representante do Padre Jerónimo Ferreira do Vale, natural das freguesias de São Salvador de Donim e "assistente nos Estados da América",testamenteiro de seu falecido irmão José Ferreira do Vale.

Data	Encomendador	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte
27	morador no lugar de Mosteiro, da freguesia de santa Maria de Oliveira, como procurador do D. Prior e mais religiosos do Convento de São Vicente de Fora, da cidade de Lisboa	da Igreja de São Mateus de Oliveira (concelho de Vila Nova de Famalicão)	réis	Hurinho	pedreiro	freguesia de Santiago de Castelões (termo de Barcelos)	CLXXI, vol. II
1796 Ago. 23	Reverendo Francisco José Ribeiro, vigário da freguesia de São Jorge de Cima de Selho (concelho Guimarães)	Pintura do corpo da igreja[1102] e de um altar colateral da freguesia de São Jorge de Cima de Selho	86$400 réis	António José da Costa	Mestre pintor	Rua de Santa Maria (vila de Guimarães)	*Vide* doc. CLXXXVIII, vol. II

[1102] Incluía a pintura a óleo a duas mãos do arco cruzeiro, bem como a pintura do tecto pintado a óleo com a imagem de São Jorge a cavalo e as quatro virtudes cardeais. O artista comprometia-se igualmente a pintar as grades do coro alto, o anteparo e a pia batismal e a da água benta.

Conclusão

No decurso dos séculos realizaram-se inúmeras encomendas de pedraria, carpintaria, arte da talha, organaria e ourivesaria, na vila e termo de Guimarães, de que, para alguns casos, apenas nos resta uma memória documental. Essas obras de arte, resultantes de encomendas pontuais ou integradas em profundos projectos decorativos, traduzem a importância económica, política, religiosa, demográfica e artística de Guimarães. Memória da passagem de cónegos da Colegiada, priores e prioresas conventuais, de juízes de irmandades e de ordens terceiras, de provedores da Misericórdia, de vereadores da Câmara e do mecenato do arcebispo D. José de Bragança, esses espécimes contam-nos histórias de ostentação, de gosto e até de rivalidades.

Simultaneamente, os derradeiros anos do século XVII e a centúria seguinte, a morfologia urbana da vila de Guimarães sofre alterações significativas, particularmente no levantamento e remodelação de edifícios religiosos e civis, de infra-estruturas urbanas (ruas, pontes, casa da alfandega, cadeia e açougue), e abastecimento de água. Nesse período, a actividade arquitectónica em Guimarães desenvolveu-se em três grandes áreas: imóveis construídos de raiz; conclusão de programas construtivos anteriores; e acrescentamento de estruturas barrocas nos edifícios medievais.

Como cliente preferencial, aparece-nos a Igreja, para quem através do Cabido da Colegiada, das instituições monásticas, Confrarias, Irmandades, Ordens Terceiras e de D. José Bragança, os artistas expandiam a maior parte da sua actividade e das suas oficinas. O espírito empreendedor e a robustez económica da Misericórdia de Guimarães, foram os motores para o vasto programa de obras incrementadas no seu templo, casa do Despacho e no seu hospital.

Determinante para a remodelação arquitectónica de conventos femininos de Guimarães, foi a figura do arcebispo D. José de Bragança, que de Braga, ou da própria vila de Guimarães onde permaneceu entre Dezembro de 1746 e Junho de 1748, patrocinou importantes obras. D. José de Bragança, filho ilegítimo do rei D. Pedro II, foi uma personalidade marcante no panorama eclesiástico e artístico do seu tempo, exercendo um vasto papel mecenático na sua diocese, particularmente em Guimarães. O seu carácter empreendedor revela-se pelo apoio concedido à actividade artística, através do mecenato ou da encomenda, mas também pela sua intervenção direta e ativa no

processo criativo, convertendo-se em agente da modernidade estética. Responsável por empreendimentos no panorama artístico vimaranense, e na construção de um importante legado patrimonial que ainda hoje se mantém na cidade de Guimarães, foi uma figura consciente da importância pastoral que os meios visuais, assumem no melhoramento da sua diocese, igrejas e conventos. A sua entrada triunfante na vila de Guimarães recria muita da entrada de D. João I, em Guimarães.

Todos estes encomendadores favoreceram a laboração de destacados mestres pedreiros, carpinteiros, entalhadores, douradores, pintores, ourives e organeiros oriundos do noroeste de peninsular, que exerceram a sua actividade em Guimarães, para onde foram chamados para dar corpo a empreitadas de maior ou menor envergadura, para as quais a clientela reivindicava qualidade e prestígio. Estas obras, por vezes executadas em parcerias com mestres vimaranenses, permitiram às oficinas locais um contacto com a obra de outros mestres e oficiais. As inúmeras encomendas permitiram que na urbe vimaranense e seu termo se desenvolvessem oficinas que respondiam a essas solicitações. Simultaneamente entre os mestres criavam-se estreitas redes de solidariedade relativas a sociedades e parcerias, trespasses de obras, fianças e ligações familiares. Detetamos igualmente que o artista não permanecia unicamente a exercer a sua actividade no mesmo local. Deste modo, ao lado do Porto, Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e o seu termo assumia um papel importante como centro de aglutinação, criação e exportação no campo artístico.

A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e o convento de Santa Rosa de Lima, destacam-se como os imóveis vimaranenses, em que deparamos com o maior número de artistas residentes fora da vila e seu termo que aí executam empreitadas.

Nas arrematações é interessante observar que muitos dos mestres que para Guimarães se deslocavam, apresentam fiadores residentes em Guimarães e trabalham em parceria com mestres locais. Ao mesmo tempo, como testemunhas surgem também outros artistas de Guimarães. Esta situação reforça as ligações artísticas, que se efetuavam entre mestres de várias localidades do norte de Portugal. Certamente alguns destes artistas, como é o caso documentado do oficial de pedreiro João das Neves, natural do concelho de Vila Nova de Gaia, estabeleceriam também laços familiares em Guimarães.

Relacionada com a mobilidade dos artistas, em alguns dos contratos notariais referentes à pedraria, quando o artista não era de Guimarães, devido à deslocação mais

ou menos prolongada dos artistas, própria da sua itinerância até ao local da obra em Guimarães, os encomendadores, nomeadamente os conventos teriam fornecer alimentação e alojamento aos mestres e oficias que andassem no estaleiro, bem como uma ração conventual aos mestres quando cobrassem a pedra nas pedreiras. Na arte da talha, esta preocupação não surge expressa nas cláusulas dos contratos, pois os retábulos eram fabricados na oficina do mestre, sendo posteriormente transportados em peças soltas, que no local eram montadas.

Durante os séculos XVII e XVIII, e no que concerne à arquitectura, arte da talha e pintura, artistas fora da região de Guimarães, como Pantaleão da Rocha, Luís Vieira da Cruz, António Gomes, Filipe da Silva, Manuel da Costa Andrade, Miguel Francisco da Silva, António Fernandes Palmeira, José Álvares de Araújo, António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso, Luís Pinto Leitão, Manuel Luís, Manuel da Costa, António Pereira, Domingos da Costa, João Moreira Bouça, Boaventura José da Silva, Manuel Fernandes da Silva, Domingos Francisco Vieira, Manuel Alves de Araújo, Teódosio Hember, D. Francisco Solha, Frei José de Santo António Vilaça e Carlos Amarante exerceram a sua atividade em Guimarães e seu termo.

Por exemplo, na obra de talha, várias famílias locais alcançaram uma notável projecção. Pedro Coelho, escultor e entalhador juntamente com seu genro Miguel Correia na freguesia rural de São João de Gondar. O mestre entalhador Ambrósio Coelho com oficina na freguesia de Santa Cristina de Serzedelo que executou vários trabalhos desde Viana de Castelo, passando pelo Bom Jesus de Matosinhos, até ao mosteiro de Arouca. Através da segunda metade do século XVIII, os irmãos António da Cunha Correia Vale, e de Manuel da Cunha Correia Vale; e do sobrinho José António da Cunha Correia Vale executaram várias obras de talha.

Na pedraria encontramos um mestre canteiro galego Vicente José de Carvalho radicado na freguesia de Fermentões (arrabaldes de Guimarães) onde mantém uma oficina, que se prolongará no tempo através do seu filho. O mestre pedreiro Amaro José Farto, que exerceu a sua atividade arquitetónica no século XVIII, é também um exemplo a acrescentar a este grande e importante grupo de homens do mesmo ofício, naturais da Galiza, a quem a arquitetura vimaranense de Setecentos muito deve.

André Machado, mestre pedreiro ou mestre de arquitetura, morador no lugar da Fonte, da freguesia de São Romão de Arões, termo de Guimarães (atual concelho de

Fafe), é um artista de nomeada, que exerceu a sua atividade desde último quartel do século XVII até 1705, quase exclusivamente em diversos imóveis de Guimarães. A sua última empreitada seria na igreja de São Martinho do Campo, na qual não pôde prosseguir nem dar cumprimento á obra, porque foi surpreendido com a morte, poucos dias após a assinatura da obrigação de obra.

Guimarães é uma referência pelo número de encomendas, pela contratação de artistas de nomeada e principalmente por aquilo que ainda nos nossos dias podemos admirar. Com este trabalho, quisemos chamar a atenção para o facto do património vimaranense constituir um legado relevante do Homem Barroco, bem como o reflexo do dinamismo religioso, económico e artístico dos seus encomendadores, permitindo deste modo o afluxo de conceituados artistas de fora da cidade de Guimarães: Porto, Braga, Famalicão, Barcelos, Maia e Galiza.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII assistimos ao evoluir de um importante burgo. Hoje, os seus espaços dão vida a outras vidas, alguns laicizaram-se, têm outras funções mas, o espírito do lugar ali permanece, protegido e recuperado. Permanecem, também, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, no Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e no Arquivo da Sociedade Martins Sarmento, os documentos que nos ajudam a compreender e a contar vivências de outros tempos desta cidade Património Mundial, outrora vila de Guimarães.

Este centro histórico conseguiu atravessar o tempo mantendo viva a mensagem do seu passado, possibilitando a todos aqueles que o percorrem atentamente, constatar o labor artístico de mestres locais, e de artistas oriundos de diferentes locais do noroeste português e da Galiza.

AGRADECIMENTOS

No momento em que terminámos este trabalho, não podemos deixar de lembrar, as pessoas e instituições, que de algum modo nos apoiaram, ajudaram e de quem recebemos palavras de estímulo e de encorajamento.

Ao Senhor Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha desejamos expressar o nosso agradecimento, desde o primeiro momento em que lhe submetemos o intento de estudar as clientelas e os artistas em Guimarães e toda a ajuda que dispensou neste projecto, que sem a sua orientação científica e sem os seus preciosos ensinamentos, não teria sido possível sequer iniciar.

Ao Senhor Prof. Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves, igualmente nosso orientador, até ao ano em que por questões ligadas à sua aposentação, não pôde nos acompanhar com a sua orientação, agradecemos-lhe pelo seu empenho na concretização deste trabalho e pela confiança que devotou a este projecto.

À Senhora Profª. Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves, coordenadora da linha de investigação à qual pertencemos do CEPESE, com os convites que nos endereçou para apresentarmos em congressos algumas das nossas prévias conclusões.

À Senhora Profª. Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, o nosso sincero reconhecimento, por todas as sugestões e informações documentais sobre Guimarães medieval.

Á Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e em especial ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património, os nossos reconhecidos agradecimentos por todo a atenção e disponibilidade prestados.

A nossa gratidão, a todos os funcionários do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta pela simpatia com que sempre nos acolheram.

Ao Senhor Dom Prior da Colegiada de Guimarães, José Maria Lima de Carvalho, pelo precioso tempo que lhe tomamos na consulta do Arquivo da Colegiada de Guimarães.

O nosso reconhecimento à Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães Profª Doutora Noémia Maria Ribeiro Almeida Carneiro Pacheco, pelas facilidades concedidas na recolha e transcrição dos variados elementos que consultámos no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia.

Ao Museu de Alberto Sampaio, na pessoa da sua ex-Directora, a Dr.ª. Isabel Maria Fernandes, e funcionários, uma palavra de grande agradecimento, carinho e reconhecimento, e que tanto nos ajudou, e que sempre nos receberam com a maior das simpatias.

Ao João Paulo Moura, um agradecimento muito pessoal pelo profissionalismo, simpatia e rapidez com que executou a tradução do resumo em Língua Inglesa.

Aos meus pais e ao meu filho, pela compreensão, confiança, coragem, incentivo e boa disposição com que encararam os diversos períodos de pessimismo e nos ajudaram a ultrapassar barreiras, que por diversas vezes nos pareceram intransponíveis.

À Célia Pontes, o meu terno agradecimento, pois devo-lhe o último impulso, de tão intenso, que em muito nos ajudou para a finalização deste projeto.

FONTES

ARQUIVO COLEGIADA NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA

Livro de termos da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira:
IR.69.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Livros notas:
Nota Famalicão, nº57, fls.89v-91.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Livros notas:
C.N.S.T.S. 1, Livro nº 104, fls.125-128v;
Nota do tabelião António Mendes de Matos, PO-9º, 3ª série, nº34, fls.12v-13v;
Nota do tabelião António Mendes de Matos, PO-9º, 3ªsérie, nº36-D, livro nº4.

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA [1103]

Pergaminhos da Colegiada (avulsos):
Nº372;
Nº 376;
Nº 377;
Nº 378;

Pergaminhos da Câmara (avulsos):
Nº 3;

[1103] Devido ao facto de as cotas de alguns documentos terem sido alteradas, quando já tinhámos efetuado a leitura paleográfica das nossas fontes, optámos por colocar entre parêntesis, a nova cota.

Nº 38.

Estatutos antigos, prazos e doações (1390 – 1454):

Cota: A-2-3-39 (C-593).

1 Códice da Confraria do Serviço de Santa Maria (1540):

Cota: A-5-4-109 (C-1367).

Tombo dos bens do concelho (1612):

Cota: B – 23 – 2 – 4.

Tombo dos bens e propriedades foreiras ao Senado da Camara de Guimarães (1735 – 1736):

Cota: B – 23 – 2 – 6.

Nota antiga:

Livros Nº 10 (cota: C-928).

Livros da Fazenda do Cabido:

Nº 1;

Nº 2;

Nº 3;

Nº 4;

Nº 5;

Nº 6;

Nº 7;

Nº 8;

Nº9;

Nº9-A;

Nº10;

Nº 11;

Nº 12;

Nº 13.

Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães, (1703-1704):
Cota: MC-216.

Documentos avulsos do Convento de Santa Clara:
MC-31, doc. avulso de 1 de Novembro de 1750.

Recibo e despesa dos anos de 1809-1810 do Convento de Santa Clara:
Cota: MC-583.

O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754):
Cota: MC-583.

Dinheiro a juros do Convento do Carmo (1752-1837):
Cota: MC-581.

Livro Dinheiro a juros do Convento do Carmo (1731-1795):
Cota: MC-582.

Livro de recibos do Convento de Santa Rosa de Guimarães (1725-1740):
Cota: MC-96.

Inventário de 1631 da Colegiada:
Cota: A.M.A.P., C-731 (cota antiga: A-3-2-64).

Inventário de 1665 da Colegiada:
Cota: A.M.A.P., C-737 (cota antiga: A-1-2-13).

Inventário de 1680 da Colegiada (Documento avulso):
Cota: A.M.A.P., C-729 (cota antiga: A-5-4-123).

-Inventário de 1756 da Colegiada:

Cota: A.M.A.P., C-742 (cota antiga: A-1-2-26).

Carta de Reis:

Maço nº13B, doc. avulso nº 56 (cota: C-172).

Recibos avulsos da Colegiada:

Cota: C-1286 (1770-1772), recibo nº 238;

Cota: C-1287 (1773-1775), recibo nº68 e nº69.

Livros das Vereações do Senado:

M-1808, livro nº12;

M-1811, livro nº17;

M-1816, livro nº22;

M-1817, livro nº23;

M-1818, livro nº24;

M-1819, livro nº25;

M-1820, livro nº26;

M-1821, livro nº27;

M-1822, livro nº28;

M-1823, livro nº29;

M-1824, livro nº30;

M-1825, livro nº31;

M-1826, livro nº32;

M -1827, livro nº33.

Livros de notas do escrivão da Câmara:

M-618.

Fundo notarial[1104]*:*

N-10 (nova cota);

N-50 (nova cota);

[1104] Devido ao facto de as cotas do fundo notarial terem sido alteradas, quando já tinhámos efetuado a leitura paleográfica da maioria dos documentos, optámos por indicar quando nos referimos à nova cota.

N-354 (nova cota);

N-355 (nova cota);

N-361 (nova cota);

N-362 (nova cota);

N-366;

N-371 (nova cota);

N-412 (nova cota);

N-419 (nova cota);

N-420 (nova cota);

N-438 (nova cota);

N-439 (nova cota);

N-452 (nova cota);

N-460 (nova cota);

N-469 (nova cota);

N-472;

N-473;

N-517;

N-518;

N-529 (nova cota);

N-532;

N-542;

N-556 (nova cota);

N-559;

N-566;

N-592;

N-597;

N-600;

N-606 (nova cota);

N-609 (nova cota);

N-610 (nova cota);

N-612 (nova cota);

N-626 (nova cota);

N-630;

N-630 (nova cota);

N-635;

N-637;

N-638;

N-642;

N-646;

N-646 (nova cota);

N-663;

N-684;

N-687;

N-693;

N-697;

N-698 (nova cota);

N-721;

N-725 (nova cota);

N-726;

N-728 (nova cota);

N-729;

N-733 (nova cota);

N-738 (nova cota);

N-744 (nova cota);

N-746;

N-746 (nova cota);

N-748;

N-752;

N-762;

N-765;

N-781;

N-786;

N-789;

N-795;

N-806;

N-817;

N-820;

N-825;

N-827;

N-828 (nova cota);

N-829;

N-835 (nova cota);

N-836 (nova cota);

N-838;

N-842;

N-843 (nova cota);

N-855 (nova cota);

N-856;

N-863;

N-881 (nova cota);

N-885;

N-886;

N-886 (nova cota);

N-905;

N-913 (nova cota);

N-929;

N-933 (nova cota);

N-936;

N-951 (nova cota);

N-954 (nova cota);

N-956 (nova cota);

N-959;

N-961 (nova cota);

N-983;

N-996 (nova cota);

N-998 (nova cota);

N-1012;

N-1042;

N-1042 (nova cota);

N-1044;
N-1046 (nova cota);
N-1047;
N-1049;
N-1084;
N-1090 (nova cota);
N-1107 (nova cota);
N-1213 (nova cota);
N-1222 (nova cota);
N-1237 (nova cota);
N-1253 (nova cota);
N-1255 (nova cota);
N-1256 (nova cota);
N-1257 (nova cota);
N-1260;
N-1278 (nova cota);
N-1279 (nova cota).

Nota da Colegiada[1105]*:*

C-950 A;
C-985;
C-987 (nova cota);
C-1003.

Conjunto de 5 plantas, sendo uma geral e as restantes dos diversos pisos do Convento de Santa Clara: planta do pavimento térreo (escala 1/100); planta do 1º andar (escala 1/100); planta do 2º andar (escala 1/100); planta geral (1/500); e planta das sobrelojas (1/100). Desenhadas a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras (sem cota).

[1105] Devido ao facto de as cotas do fundo notarial terem sido alteradas, quando já tinhámos efetuado a leitura paleográfica da maioria dos documentos, optámos por indicar quando nos referimos à nova cota.

ARQUIVO MUSEU ALBERTO SAMPAIO

Livros de correspondência manuscritos de Alfredo Guimarães:
Livro correspondência manuscrito n.º 1, ofício n.º 199, de 2 de Fevereiro de 1935;
Livro correspondência manuscrito n.º 3, ofício n.º 124, de 19 de Outubro de 1937;
Livro correspondência manuscrito n.º 5, ofício n.º 61, de 30 de Setembro de 1941;
Livro correspondência manuscrito n.º 6, ofício n.º 164, de 10 de Setembro de 1945;
Livro correspondência manuscrito n.º 7, ofício n.º 166, de 2 de Fevereiro de 1952.

Mapas manuscritos:
Mapa manuscrito enviado à Direção Geral de Estatística relativo ao ano de 1931, datado de 25 de Janeiro de 1932.

Orçamentos:
Orçamento enviado por António Alves em 30 de Julho de 1951.

Faturas / recibos:
Fatura/ recibo no valor de 3000$00 assinado por Manuel Pereira, tesoureiro da Comissão de Melhoramentos da Penha, de 12 de Fevereiro de 1935;

Fatura/ recibo da firma António Alves, Suc. (Filho) endereçada à Câmara Municipal de Guimarães, de 29 de Março de 1952.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Tombo das Capelas e Hospitais da vila de Guimarães (1498):
Cota : N-A-272 (Núcleo Antigo nº272).

Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respetiva avaliação (19 Abril de 1858):
Cota: A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº 7 B.

"*Inventario geral de todos os bens de raiz, moveis, alfaias e imagens, do supprimido convento da Madre de Deos ou das Capuchinhas da cidade de Guimarães Freguesia de S. Sebastião*" (15 de Setembro de 1888):
Cota: AHMF, Convento da Madre de Deus, cx. 1879

ARQUIVO SANTA CASA MISERICÓRDIA GUIMARÃES

Livro das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-495.

Livro da Despesa e da Receita das Obras da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, N-496.

Atas (termos) da mesa e definitório da Santa Casa:
Cota: N-11 (1762-1783).

Livros de Notas:
N-39;
N-40;
N-41;
N-42;
N-43;
N-46;
N-47;
N-48;
N-49;
N-50;
N-51;
N-52;
N-53;
N-55;

ARQUIVO SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Taxas da vila de Guimarães (1552):
Cota: Arq.15.

Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753):
Cota: BS 1-7-100.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Araújo; FONSECA, Álvaro – *História breve das oficinas de S. José de Guimarães,* Guimarães, Oficinas de S. José, 1989.

ABREU, Maria Helena Matos Ribeiro de – "O Convento de Santa Rosa de Lima: da fundação do recolhimento à extinção do convento", in *Expresso do Ave*, Guimarães, 30 de Março de 2001, p. 7.

—— , *O Convento de Santa Rosa de Lima*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2001.

AFONSO, José Ferrão – "Manuel Luís: um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista", in *Museu,* 4ª série, vol. 6, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1997, pp. 7-45.

—— , "Guimarães: da fundação a Património da Humanidade ", in *Revista de História da Arte*, vol. 4, Lisboa, Instituto de História da Arte/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 247-269.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Barcelos*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

ALMEIDA, Eduardo de – "Recolhimento do arcanjo S. Miguel. As beatas do chapéu ", in *Revista de Guimarães*, vol. 31, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1921, pp. 300-316.

—— , *Romagem dos séculos I - O pão nosso de cada dia...(Subsídios para a história económica de Guimarães),* Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1923.

—— , "Os Cónegos da Oliveira", in *Revista de Guimarães*, vol. 35, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1925, pp. 104-125.

——— , "Os Cónegos da Oliveira: Tesouro da Colegiada", in Revista *de Guimarães*, vol. 39, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp.200-221.

——— , "Os Cónegos da Oliveira: Regimento da Sacristia", *Revista de Guimarães*, vol. 36, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1926, pp. 27-45.

——— , "Regimento de salários e preços de 1522, para Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol. 40, Guimarães, Sociedade Martins Sarmentom, 1930, pp. 41-63 e pp. 149-170

ALMEIDA, Jerónimo de – *Os azulejos da Igreja de S. Dâmaso de Guimarães*, 1960.

——— , "Uma capela-mor (século XVII)", in *Ilustração Moderna*, vol. 6, Porto, 1926, p.1 46.

ALVES, J. B. Ferreira – *Alguns artistas e artífices setecentistas de Entre Douro e Minho em Vila Real e seu termo. Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII (II),* in sep. *Bracara Augusta*, vol. 35, Braga, 1981.

——— , "A Festa Barroca no Porto ao Serviço da Família Real na Segunda Metade do Século XVIII", in *Revista de História*, vol. 5, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 9-67.

——— , "Formas de arte efémera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785", in *Revista Ciências e Técnicas do Património*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2003, pp. 95-108.

——— , "António Pereira: arquitecto do palácio de São João Novo", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ªsérie,vol.7-8, Porto, 1989-1990.

—— , *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, 2vols., Porto, 1988/1990.

—— , *Niccoló Nasoni (1691-1773). Um artista italiano a Oporto*, Florença, Ponte Alle Grazie, 1991.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "A actividade de pintores e douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII ", in *Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, Actas, vol.II/2, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 313 -371.

—— , "António da Cunha Correia Vale", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 515-516.

—— , "A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses", sep. *Museu*, nº4, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1995.

—— , " José Álvares de Araújo", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp.36-37.

—— , "Miguel Francisco da Silva", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 450-451.

—— , *A Arte da talha no Porto na época barroca - Artistas e clientela. Materiais e técnica*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989.

—— , "De arquitecto a entalhador: Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII", in *I Congresso Internacional do Barroco*, actas, vol.1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp. 355-369.

—— , "José Álvares de Araújo", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 36-37.

—— , "José António da Cunha Correia Vale", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. por José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 516.

—— , "Pedro Coelho", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 127.

—— , "Manuel da Costa Andrade", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 31.

—— , "Talha e escultura dos séculos XVII e XVIII", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio,* Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.110-119.

—— , "Nótula para o estudo da actividade do arquitecto António Pereira na cidade do Porto", in *Revista da Faculdade de Letras-História*, vol.9, II série , Porto, 1992, pp.389-397.

ALVES, José Maria Gomes – "A Igreja do Carmo", in *Património Artístico e Cultural de Guimarães,* vol.1, Guimarães, 1981, p. 146

AMARAL, Duarte do – *A Colegiada de Guimarães*, Guimarães, Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, 1967.

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *Guimarães 1580-1819: Estudo Demográfico,* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

ANTUNES, Manuel Engrácia - "Notas sobre inventários de mobiliário da Câmara Municipal do Porto", in *II Congresso Internacional do Barroco,* Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 439-458.

ATANÁZIO, M. C. Mendes – "Contributo de João de Castilho para o espaço e estrutura da arquitectura do Manuelino", in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos* , Actas, Coimbra , Livraria Minerva, 1987, pp. 259-275.

AZEVEDO, António – *Os arcos dos Paços do concelho de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 1959.

AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães* (1692), Porto, 1845.

BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro - "Uma preciosa relíquia da Batalha de Aljubarrota", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, p.367-382

BARATA, Filipe Themundo; VILAR, Hermínia Vasconcelos - " Os protegidos de Mercúrio - Em torno de famílias e fortunas de mercadores no Portugal medieval " , in *A Cidade Jornadas inter e pluri disciplinares*, (Coord.Maria José Ferro Tavares),Actas, vol.2 , Universidade Aberta, 1993, pp.130-149 .

BARBOSA, Inácio de Vilhena – *Monumentos de Portugal: Históricos, Artisticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro e Irmão editores, 1886.

BARROCA, Mário Jorge – "O século de Mumadona", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp. 16-17.

——— , "O século dos dois condados", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp.20-21.

——— , "O século de D. Afonso Henriques", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp.26-27.

—— , "Palacio dos Dvqves de Braganza: apontamentos do estado actval: interior", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.92.

—— , "Palacio dos Dvqves de Braganza: pateo interior (estado actval)", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.91.

—— , "O castelo de Guimarães", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 17-28.

BARROS, João de – *Geografia d' Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1919.

BASTO, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da cidade, 1964.

BASTOS, Celina – "Mobiliário", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.157-167.

BEIRANTE, Maria Ângela - *A fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: seu contexto histórico*, sep. das *actas do congresso do V centenário da fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, Évora, 1996.

—— , " A Gafaria de Évora", in *A Cidade de Évora*, nº1, II série, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1994-95.

BELLINO, Albano – *Archeologia Christã. Descripção Historica de todas as Igrejas, Capellas, Oratorios, Cruzeiros e outros Monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Emprenza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1900.

BORROMEO, Carlos – *Instrucciones de la fábrica del ajuar eclesiásticos*, México, Universidad Autónoma, 1985
[1ª ed. 1577].

BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1953.

——— , "Boletim", in *Revista de Guimarães*, vol. 34, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1924, pp. 163-185.

——— , "Curiosidades de Guimarães V. Teatro", in *Revista de Guimarães*, vol. 46, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, pp. 231-252;

——— , "Curiosidades de Guimarães. V. Teatro", in *Revista de Guimarães,* vol. 47, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1937, pp. 30-74.

——— , "Curiosidades de Guimarães. VI. Feiras e mercados", in *Revista de Guimarães,* vol. 49, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1939, pp. 136-177.

——— , "Curiosidades de Guimarães. XVIII. Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas camarárias. Direitos paroquiais", in *Revista de Guimarães*, vol. 69, Guimarães, 1959, pp. 161-302.

——— , "Curiosidades de Guimarães: os Votos de Santiago. Artes e Artistas", in *Revista de Guimarães*, vol. 48, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1948.

——— , "Mestres de pedraria do reino da Galiza, assistentes em Guimarães", in *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, 2ª série, vol. 14, Guimarães, 1963.

——— , "Os doces de Santa Clara", in *Gil Vicente*, Guimarães, vol. 3, 1927, pp. 113-118.

BRANCO, Fernando Castelo – "Guimarães nos meados do século XVIII", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.3, Guimarães, 1981, pp. 247-256.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação II (1700-1725)*, Porto, vol. 2, 1985, pp.718-721.

——— , *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto.Documentação III (1726-1750)*, vol. 3, Porto, 1986, pp.452-459.

——— , "Retábulo Mor da Igreja de S. Francisco de Guimarães" in sep. *Museu*, 2ª série, Porto, 1962.

——— , "Retábulos de talha dourada e painéis de igrejas e capelas da cidade do Porto. Apontamentos e documentos para o seu estudo", in *Alguns Retábulos e Painéis de Igrejas e Capelas do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1963, pp. 11-261.

——— , "Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego", in *Beira Alta*, vol.36, Viseu, 1977, pp.171-200.

——— , A obra de pedraria da actual Igreja Matriz de Póvoa de Varzim", in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol.4, nº1, Póvoa de Varzim, 1965, pp.25-36.

——— , "A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim. Duas Nótulas" in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol.5, nº1, Póvoa de Varzim, 1966, pp.119-125.

BRITO, Luís Filipe Aviz de – "O frontão da Colegiada como significativa memória da Pátria consolidada", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp. 325-366.

BRITO, Mónica - "Paço dos Duques de Bragança", in *Guia de Turismo Cientifico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho, coord. por Said Jalali, 2009, pp.112-119.

BRITO, Maria Mónica Carrusca Pimenta de – *Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: metamorfe da imagem na Época Contemporânea*, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003, 3 vols., policopiada.

CALDAS, Padre António José Ferreira – *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 2ª edição, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996, (a 1ª edição data de 1881).

CAMELO, Francisco Xavier Pereira – "Tratado Histórico, Catálogo dos Priores do Real Mosteiro da Costa", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 22, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1962, p.2-36

CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – *Guimarães Agradecido, aplauso metrico que a celebre academia da muito notavel villa de Guimaraens recitou na prezença, e em louvor do Serenissimo Senhor D.Jozé Arcebispo, e Senhor Primaz das Hespanhas, com uma breve narração da Entrada, e Progressos daquelle Principe na mesma villa*, 2 vols, Coimbra, 1747-1749.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de Braga de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, Barbosa & Xavier, 2003.

—— , *Fafe nas Memórias Paroquiais de 1758*. Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2001.

CARDONA, Paula Cristina Machado – *A actividade mecenática das Confrarias nas matrizes de Vale do Lima nos séculos XVII a XIX*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004 (policopiada).

—— , "A Capela da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Viana do Castelo. Os artistas e o programa decorativo", in *VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte: artistas e artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 449-458.

CARDOSO, António – "O Santuário da Penha e a sua Arquitectura", in *Santuário de Nossa Senhora da Penha: Simpósio Mariológico*, Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nossa Senhora da Penha, 1994.

CARDOSO, Mário – "A propósito das antigas muralhas de Guimarães", in Revista de Guimarães, vol.67, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1957, pp.207-214.

—— , "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1922, pp. 415-421.

—— , "Museu", in Revista de Guimarães, vol. 66, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1956, p. 592.

—— , *Catálogo do Museu de Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e de escultura antiga*, 3ª ed. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento,1985.

CARVALHO, A.L. de – *Guimarães de tempos idos*, 1947.

—— , *Santa Casa*, vol. 1, Guimarães, 1952.

—— ,*Os mesteres de Guimarães*, Guimarães, Ed. do autor, 1939-1951, 7vols.

CARVALHO, Amadeu da Silva – "Convento de S. Francisco em Guimarães", in *Gil Vicente*, vol. 32, Guimarães, Gabinete de Imprensa, 1997/98.

CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Livros Horizonte, 1989.

—— ,- *Assistência e medicina no Portugal medieval .Uma introdução ao seu estudo*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses,1995.

Catálogo da Exposição Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1992.

Catálogo da Exposição o Voto de D. João I a Santa Maria de Guimarães, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1985.

Catálogo da exposição Mariano Felgueiras: o político vimaranense e a cidade, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2000.

CLUBE DOS DESCOBRIMENTOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – *Mercadores vimaranenses no comercio Atlantico (1513-1530)*, Lisboa, Grupo de trabalho dos Descobrimentos Portugueses.

COELHO, Maria da Conceição Pires – "Contributo de João de Castilho para a génese da arquitectura do Renascimento em Portugal", in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos*, Actas, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, pp. 343-379.

COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

——— , "A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)" – in *Cadernos do Noroeste*, nº 11, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1998, pp. 147-168.

COSTA, António Carvalho da – Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, Tomo I, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

COSTA, Maria Clara Pereira da – "A Comarca de Guimarães - séculos XVI a XVIII. Memórias e mapas cartográficos", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 3, Guimarães, 1981, pp. 387-436.

COUTINHO, B. Xavier – *A igreja e a irmandade dos Clérigos.Apontamentos para a sua história*, Porto, Câmara Municipal do Porto/ Gabinete de História da cidade, 1965.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, vol. 1, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992.

ESTAÇO, Gaspar – *Várias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1754.

FALCÃO, José António – *O entalhador Francisco Álvares e a construção do retábulo-mor da igreja matriz de Grândola em 1680-1684*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja, 1995.

FARIA, Francisco Leite de – "Autores vimaranenses de livros impressos no século XVI ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 4, Guimarães, 1981, pp. 39-82.

FARIA, João Lopes de – "Vereações: Livro dos Acordos da nobre e sempre leal Vila de Guimarães, no ano de mil quinhentos e trinta e um", in *Revista de Guimarães*, vol. 107, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1997, pp. 13-166.

FERNANDES, Isabel Maria – "Nossa Senhora Madre de Deus: dar e receber", in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004,pp. 11-18.

FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – "O Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 5, Guimarães Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2004, pp. 11-179.

—— , "Viver em clausura num convento de Clarissas: o convento de Santa Clara, de Guimarães", in *12º Encontro de História Local*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 2004, policopiado.

—— , "Ofícios e mestres vimaranenses nos séculos XV e XVI" – in *Revista de Guimarães*, nº 113/114, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2003/2004, pp. 43-210

FERNANDES, Manuel José S. Miranda; SILVA, Helena Cristina de S. S. Leite da – "O ambiente vegetal da cerca de Santa Marinha da Costa", in *Gil Vicente*, nº 28, Guimarães, Gabinete de Imprensa, 1993, pp.63-70.

FREIRE, António de Oliveira – *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – "O património habitacional de Guimarães", in *Guimarães: cidade Património Mundial: um objectivo, uma estratégia*. Guimarães, Câmara Municipal; Gabinete Técnico Local, 1998.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "As Quintãs de Gominhães e a coexistência medieval de um topónimo ", in *Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1995, pp. 247-265.

—— , Carta régia de Privilégio de D.Afonso V, em favor de D. Afonso, conde de Barcelos e duque de Bragança e senhor de Guimarães", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.91.

—— , "Duas vilas de um só povo", in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp.38-39.

—— , "Guimarães", *in Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, vol. 1, I.N.I.C., 1990, pp. 15-18.

—— , *Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*, vol.3, tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997 (policopiada).

—— , "Guimarães entre poderes (do século XIII a finais do século XV)", in *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.1, pp. 201-214.

—— , "Um percurso por Guimarães medieval do século XV", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 9-16.

—— , *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

FONTE, Barroso da – *A igreja de S. Miguel do Castelo.* Guimarães, 1992.

FORAL DE GUIMARÃES. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha – "O aqueduto de Santa Clara de Vila de Conde", in sep. *Vila do Conde*, nº2, Barcelos.

GONÇALVES, António José Bento; COSTA, Francisco da Silva – "O vale do Ave: sua geografia", in *Rota do Património Industrial do Vale do Ave: um passado com futuro*", coord. por José Amado Mendes e por Isabel Maria Fernandes, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, 2002.

GONÇALVES, Flávio – "A talha na arte religiosa de Guimarães" in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 4, Guimarães, 1981, p. 337-366.

——— , "Um século de arquitectura e talha no Noroeste de Portugal" in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 31, Porto, 1969, p. 145.

——— , "A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto", in sep. do *Tripeiro*, 6ªsérie, Livraria Fernando Machado, 1969-1970.

GOULÃO, Maria José – "Guimarães", in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. por José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 218.

GUIMARÃES, Agostinho – *Azulejos artísticos de Guimarães: séculos XVI, XVII e XVIII*, Guimarães, ed. autor, 1983.

GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal. Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930.

——— , "A degolação de S. João Baptista", in *Estudos do Museu Alberto Sampaio*, vol. 1, Porto, Litografia Nacional, 1942.

——— , *Guimarães, Guia de Turismo*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2ª ed., 1953.

—— , *Mobiliário artístico português: elementos para a sua história português,* Guimarães, Edições Pátria, 1935.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *Apontamentos para a história do concelho de Guimarães. Abastecimento de águas potáveis*, Porto, 1905.

—— , "Apontamentos para a história de Guimarães. Vínculos da Colegiada", in *Revista de Guimarães*, vol. 24, Guimarães, 1907, pp. 145-178.

—— , "Apontamentos para a história de Guimarães. Livro dos acordãos desta Câmara da vila de Guimarães feitos no ano de 1692", in *Revista de Guimarães*, vol. 26, Guimarães, 1909, pp. 140-161.

—— , "Convento de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vols. 9-10, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1892-1893.

—— , "Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas", in *Revista de Guimarães*, vol. 20, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1903, pp. 161-183.

—— , "Festas anuais da Câmara de Guimarães: notas históricas", in *Revista de Guimarães,* vol. 21, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1904, pp. 20-34.

—— , *Guimarães e Santa Maria. História do culto de Nossa Senhora no concelho de Guimarães,* Porto, 1904.

"GUIMARÃES", in *Guia de Portugal*, 4º Vol. - Tomo II, Minho, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1134 -1229.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433),* Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

IGREJA DE SÃO DOMINGOS, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, nº 108, 1962.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO - *O manto da Senhora da Oliveira*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004.

JORDAN, W. D. – "Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. 34, 1984, pp. 116-136.

LARA, António de Sousa – "Análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 3, Guimarães, 1981, pp. 105-110.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*, 2 vols., Porto, Liv.Civilização, 1990.

MACHADO, Catarina Rosária Ferreira – *Subsídios para o inventário do retábulo rococó no actual concelho de Guimarães*, Gambelas, Universidade do Algarve, 2005, policopiado.

MARÇAL, Horácio - *Vilar do Pinheiro (concelho de Vila do Conde). Subsídios para a sua monografia*, Junta da Província do Douro Litoral, 1950.

MARQUES, A.H. de Oliveira - "Pesos e medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol.5, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985, p.68.

MARQUES, João Francisco – "O Retrato de Portugal Castelhano" de Fr. Luís da Natividade no âmbito da parenética autonomista da década de 1630-1640", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.5, Guimarães, 1982, pp.197-255.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda , 1988 .

—— , *A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras-História* , vol. 1, 2ª série, Porto, 1984.

—— ,"A Capela e o painel do Espírito Santo da Camâra de Guimarães, de 1569", *in Revista Ciências e Técnicas do Património*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 49-54.

—— ," Patrimónios e rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442 " , in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada* , Actas , vol.2 , Guimarães , 1981 , pp.213-237.

—— ,"Santa Maria da Oliveira, centro nacional de peregrinações, in simpósio mariológico: Santuário de Nossa Senhora da Penha: Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, pp.65-94.

—— , *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média* , sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História* ,vol.6 , II série , Porto , 1989.

MARTINS, Mário – "Os estatutos de Santa Clara de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, nº 62, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1952, pp. 83-118.

—— ," O Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira de Afonso Peres", in *Revista de Guimarães*, vol.63, Guimarães, 1953, pp.83-132.

OLIVEIRA, Martins J.P. – *A vida de Nuno Álvares*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1893.

MEIRA, João de – "Guimarães. 950-1580. Conferência inédita", in *Revista de Guimarães*, vol. 31, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1921, pp. 119-151.

MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *Carta de Foral de Guimarães: estudo codicológico*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1994.

——— , "Roteiro do Fundo Documental da Colegiada de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 1, 2ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 1993 , pp. 35-55.

——— , *O Património urbano de Guimarães no contexto da Época Contemporânea (séculos XIX-XX): permanências e alterações*, dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga, 2000, vol.1, policopiada.

——— , "A urbe Guimarães na época Manuelina", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 8-9.

——— , "A obra do arquitecto Marques da Silva em Guimarães", in *Mínia*, 3ª série, vol.2, Braga, ASPA, 1994.

MILHEIRO, Maria Manuela de Campos - Braga. *A Cidade e a Festa no Século XVIII*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/ Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 2003.

MILHEIRO, Maria Manuela – "A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (nº1), Braga, Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 1995, pp.5-12.

——— , "O Palácio e a Quinta de Vila Flor", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 37-42.

MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Ed. do autor, 1998.

—— ,"Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, pp. 451-480.

—— , *Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto,* in sep. de *Armas e Troféus* , Braga, 1977.

—— , *Guimarães, Terras de Santa Maria*, Guimarães, Ed. do autor, 1978.

—— , *Velhas Casas XI. A do Arco, na rua de Santa Maria, em Guimarães*, in sep. do *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 41, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Câmara Municipal de Guimarães , 1990.

—— , *Velhas Casas IX. Casa de Sezim I*, in sep. do *Boletim de Trabalhos Históricos* , vol. 35, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 1984.

—— , *Velhas Casas X. Paço e Honra de Gominhães*, in sep. do *Boletim de Trabalhos Históricos* , vol.39, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 1988.

—— , "Velhas Casas XII.História do Palácio de Vila Flor ou Cavalinho", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 6, 2ªsérie, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Guimarães, 2005, pp. 11-33.

—— , "Gonçalo Lopez: mestre de pedraria", in *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, Actas, vol. 1, Ponte de Lima, Associação Galaico-Minhota, 1981, pp. 419-450.

—— , "Nossa Senhora Madre de Deus, de Guimarães: História de umas imagens", in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004,pp. 25-30

MOSCOSO, Patricia - "Latoaria", in *As artes e as mãos da História: o artesanato vimaranense*, Guimarães, Oficina, 2006, pp.52 - 57.

MUNFORD, Lewis - *A Cidade na História. Suas origens, transformação e perspectivas*, S. Paulo, 1982.

NETO, Maria de Lurdes Akola Meira do Carmo - " Assistência pública, in *Dicionário de História de Portugal* , dir. por Joel Serrão , vol.1 , Porto, Liv.Figueirinhas, 1985 , pp.234-236.

NÓBREGA, Artur Vaz Osório da – *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, vol. 7, tomo 1, Braga, Assembleia distrital de Braga, 1981.

OLIVEIRA, Adriano Casimiro de - "Fundação do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, próximo a Guimarães. Extraída da Chronica manuscripta do Padre Mestre Dr. Fr. Manoel Baptista de Castro, por Fr. Adriano Casimiro de Santa Paula Pereira d'Oliveira, Monge de S. Jeronimo, professo no Mosteiro de S. Marcos", in *Revista de Guimarães*, vol. 29, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1912, p.178

OLIVEIRA, António José de – "A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768)", sep. *Museu*, nº 11, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2002.

—— , "A actividade de entalhadores, douradores e pintores do Entre-Douro-e-Minho em Guimarães (1572-1798)", in *VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte: artistas e artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 69-91.

—— , "A actividade de artistas na Igreja da Misericórdia de Guimarães (século XVIII)", *in a Misericórdia de Vila Real e as Misericórdia no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, Cepese, pp. 127-140.

—— , "A Capela de S. Brás: um espaço, três funções", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 14-15.

—— , "Casa da rua Nova", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 96.

—— , "A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XV): seus estatutos e organização interna", in 2º *Congresso Histórico de Guimarães*, Actas, vol.6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho,1996, pp.57-72.

—— , *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais apresentada na Universidade do Minho, Braga, 1999 (texto policopiado).

—— , "A construção de um teatro efémero em Guimarães (1787) ", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*, nº 2, Guimarães, Oficina, 2008, pp. 5-7.

—— , "Diogo Martins, almoxarife do rei em Guimarães e oficial da Confraria do Serviço de Santa Maria", in *IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval – As relações de fronteira no século de Alcanices*, vol.2, Actas, separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – série de História, II série, vol.15, Porto, 1998, pp. 1181-1196.

—— , "Dois inventários seiscentistas da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães" – in *Revista de Guimarães*, nº 114/115, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2005/2006, pp. 211-281.

——— , "Elementos para a história do Convento da Costa: artistas e obras (1598-1784) ", in *Poligrafia*, n.º 11/12, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2004/2005, pp.87-134.

——— , "O hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XV-XVI)", in 3º *Congresso Histórico de Guimarães*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, vol. 2 (Igreja e Assistência), pp. 603-616.

——— , "O inventário do património móvel do tesouro da sacristia da Colegiada de Guimarães (1756-1769) ", in *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, nº 5/6, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006/2007, pp. 391-435.

——— , "O Livro de Despesas do Convento do Carmo de Guimarães (1752-1754) ", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª Série, vol. 6, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2005, pp. 37-80.

——— , "A ourivesaria vimaranense através de contratos de obra firmados nas notas notariais (1771-1779)", in *IV Congresso Histórico de Guimarães: Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.5, pp. 241-259.

——— , "Paços do Concelho", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, pp. 93-94.

——— , "Placa em honra da Imaculada Conceição", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 97.

—— , O património construído de Guimarães na formação de professores. in *Elo: Boletim de informação e divulgação do Centro de Formação de Francisco de Holanda,*Guimarães, Centro de Formação de Francisco de Holanda. 7 (1999) p.50-51.

—— , "Talha dourada da igreja de Santa Clara", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 99.

—— , A talha e o cadeiral da Igreja do Carmo de Guimarães (1723-1754), in *Museu*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 4ª série, nº 12, 2003, p. 93-118.

—— ,"O testamento de Domingos Teixeira, oleiro de S. Miguel de Creixomil", in *Olaria – Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*, 2ª série nº 3, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999-2004, pp. 76-80.

—— , "O tombo dos capões e das galinhas da Colegiada de Guimarães (séc. XV)", in *Os reinos ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, vol.1, pp. 225-243.

—— ,"Um forno quatrocentista nos arrabaldes de Guimarães", in *Olaria – Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*, 2ª série, nº 3, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999-2004, pp. 74-75.

—— , "Varanda de Frei Jerónimo", in *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães, 2000, p. 102.

—— , "O testamento de Vicente José de Almeida Guimarães, negociante vimaranense no Brasil (1792)", in *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*, Porto, Edições

Afrontamento / Cepese, coord. por Fernando de Sousa, Isménia Martins, Izilda Matos, 2009, pp.479-492.

OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII*, Porto, 2 vols., 1993, Seminário de História de Arte em Portugal orientado pelo Dr. Manuel Joaquim Moreira da Rocha, no âmbito da Licenciatura em Ciências Históricas da Universidade Portucalense, (dact.).

—— , "Fragmentos da vida e obra de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador de S. João de Gondar (sécs.XVII-XVIII)", in sep. *Mínia*, 3ª série, nº 4, Braga, ASPA, 1996.

OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – " Amaro José Farto, pedreiro galego na arquitectura vimaranense do século XVIII", in sep. *Revista de Guimarães*, vol. 107, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1997.

—— , "A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)", in 8º Encontro de História Local, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 2000, policopiado.

—— , "Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII", in *Mínia*, 3ª série, nº5, Braga, ASPA, 1997, pp. 159-198.

—— , – A Talha da Igreja do Carmo (1746-1754), in *IX Encontro de História Local*, Guimarães, Museu Alberto Sampaio, 2001, policopiado.

—— , "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na igreja do Carmo e de S. Domingos", in *Poligrafia*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. 9-10 (2000-2001) pp. 115-149.

—— , "Documentação notarial sobre algumas obras do convento de Santa Rosa de Lima de Guimarães (1727-1776)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. 3, 2001, pp. 29-56.

—— , "O escultor Luís Vieira da Cruz e a construção do retábulo da capela de Santo António das Taipas (1710)", in sep. *Mínia*, 3ª série, nº 6, Braga, ASPA, 1998, p. 115-124.

—— , "Os lampadários do altar de Santo António da igreja de S. Francisco de Guimarães", in *Museu*, nº 10, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2001, pp. 95-103.

—— , "A obra de talha do retábulo de Santo António da igreja de S. Francisco de Guimarães (1719-1723)", in sep. *Museu*, nº 8, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1999.

—— , "Mestres pintores portuenses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na Igreja do Carmo e de S. Domingos", in *Poligrafia*, n.º 9-10, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000-2001, pp. 115-150.

—— , "A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 119-140.

—— , "Nótula sobre a obra de pedraria e talha da igreja de S. Martinho do Campo (1705-1716)", in *Poligrafia*, nºs 7/8, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1998/99, pp. 93-112.

—— , "A residência paroquial de S. Clemente de Sande em 1711", in *Mínia*, 3ª série, nº 7, ASPA, Braga, 1999, pp. 107-120.

—— , "Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima", in *I Congresso sobre a Diocese do Porto – Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Actas, Porto/Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Faculdade de Letras

da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 2002, vol. 1, pp. 297-328.

——— , "A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)", in *Museu*, nº 9, 4 série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2000, pp. 99-117.

OLIVEIRA, António José de; TOMÉ, Cristina – "Guimarães conventual", in *Percursos em Guimarães*, Guimarães, Zona de Turismo de Guimarães / Centro de Formação de Francisco de Holanda, coord. por Alberto Lameiras, 2006, pp.25-39,

OLIVEIRA, Aurélio de – "Contribuição para o estudo dos elementos arquitectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 4, Guimarães, 1981, pp. 261-298.

——— , *Elementos para a história do Barroco no Noroeste português*, Porto, Faculdade de Letras, 1973.

——— , "Rendas e arrendamentos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp. 99-121.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – "Artistas minhotos que trabalharam em Minas Gerais (Brasil) no século XVIII", in *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. *História e Arte*, Edições APPACDM - Distrital de Braga, 1993, pp.207-228.

——— , "A construção do Recolhimento do Menino Jesus de Barcelos", sep. do *Congresso Barcelos Terra Condal*, Actas, vol. 2, Barcelos, 1999.

——— , "Os alvores do rococó em Guimarães", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 175-182.

——— , *Os alvores do rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó minhotos*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 2003.

——— , "Riscar, em Braga, no século XVIII", in *Forum*, vol. 21, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1997, pp. 39-41.

OLIVEIRA, Manuel Alves de – "A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, pp. 423-437.

——— , "A propósito do retábulo-mor da igreja de S. Francisco, de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 22, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1962, pp. 37-46.

——— , "História da Real Colegiada de Guimarães ", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 28, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1975-1977, pp. 109-232.

——— , "Rectificação a uma nota de Robert C. Smith a propósito da Casa dos Lobos Machados", in *Bracara Augusta*, vol. 31, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1977, pp.217-223.

——— , "A propósito do retábulo-mor da igreja de S. Francisco, de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 22, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1962, pp.37-46.

PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA: GUIMARÃES, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, nº 102 1960.

PASSOS, Carlos de - *Guia Historica e artística do Porto*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1935.

PEREIRA, Catarina - "Contributo para o estudo da indústria da cera em Guimarães: a Casa da Cera da Porta da Vila ", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*. nº 2, Guimarães, Oficina, 2008, pp. 9-15.

—— , "Subsídios para o estudo da olaria em Guimarães nos séculos XIX e XX ", in *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*. nº 1, Guimarães, Oficina, 2007, pp. 11-17.

PIMENTA, Alfredo – "Livro dos roubos que os franceses e vassalos de El'Rei de França fizeram aos moradores desta vila de Guimarães e seus termo", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1940.

—— , "Cartas de Reis", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol.1, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1933-1936, pp.1-31.

PINA, Luís de – *O cronista Rui de Pina e Mestre António," Físico"da Renascença*, in sep. do *Instituto*, vol. 86, nº 3, Coimbra, 1933.

—— , *Vimaranes*, Porto, 1929.

—— , *Mumadona*, in sep. *da Revista de Portugalidade Gil Vicente*, Guimarães,1953,

PINTO, Amílcar Baião - " As albergarias e hospitais portuenenses ", in *Museu*, nº2, IV série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1994, pp. 73-87.

QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional (1680-1780)*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 2002.

RAMOS, Célia, – "Os órgãos de tubos da cidade do Porto (séculos XVI-XIX)", *I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Actas, vol.1, Porto/Arouca: Centro de Estudos D.

Domingos de Pinho Brandão / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Universidade Católica Portuguesa, p.445-463.

RAU, Virgínia – *Feiras Medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

REAL, Manuel Luís – "O Convento da Costa (Guimarães): notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, actas, Guimarães, vol.4, 1981, pp. 461-475

REAL, Manuel Luís – "Santa Marinha da Costa: Notícia Histórica", in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Pousada de Santa Marinha: Guimarães*, Porto, vol.130, 1985, pp. 7-58.

RELATÓRIO DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE GUIMARÃES EM 1884. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1884.
[Ed. Fac-similada. Guimarães: Muralha: Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991].

RIBEIRO, Ângelo - "Assistência", in *História de Portugal* , dir. por Damião Peres, vol.4, Barcelos, Portucalense editora, 1932 , pp.531- 570.

RIBEIRO, José Manuel Oliveira – "A Igreja de S. Dâmaso de Guimarães", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 41, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1990, pp. 61-94.

RIBEIRO, Luciano – *Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António*, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22, Porto, 1959.

RIBEIRO, Maria de Fátima Barreiro F.; OSÓRIO, Amílcar António Fernandes Braga – *Breve resenha histórica da Igreja e Convento do Carmo*. [Texto policopiado].

Guimarães, Centro de Formação Martins Sarmento, 2001.[Trabalho apresentado no âmbito da acção de formação "Caminhos e Memórias da Arte Vimaranense"].

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – "Algumas considerações e entraves no exercicio da profissão de arquitecto no Norte de Portugal no século XVIII", in *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto, Cepese, 2008, pp. 133-144.

——— , Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras. Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

——— , "A entrada do Marquês de Fontes na Corte de Roma em 1716: o programa do arquitecto Carlos Gimac", in *Poligrafia*, vols.11/12, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2004/2005, p.35-70.

——— , *Manuel Fernandes da Silva mestre e arquitecto de Braga (1693 - 1751)*, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

——— , "Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga. Tópicos para uma abordagem", in *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e obras,* coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto, Cepese, 2009, pp. 169-176.

——— , "Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII", *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Actas, Cáceres/Olivença, 1993, pp.143-155.

RODRIGUES, José Carlos Meneses – "Artistas e Artifices de Penafiel (séculos XVII-XIX)", in *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto, Cepese, 2008, pp. 75-84.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – "O claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 12-13.

—— , "O claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães", in *Portugália*, vols.17-18, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996-1997, pp.255-268.

ROSÁRIO, Frei António do – " Convento de S.Domingos e a Colegiada de Guimarães ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.2, Guimarães, 1981, pp.57-98.

SAMPEDRO, Maria Dolores Fraga – "S. Francisco de Guimarães: análise de su programa iconográfica a luz de los textos de S. Buenaventura", in *Revista de Guimarães,* vol. 104, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1994.

SANTOS, Manuela de Alcântara – *Cores da Bíblia ou um núcleo de pinturas seiscentistas do Museu de Alberto Sampaio*, Guimarães, Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio.

—— , *Órgãos de tubos em Guimarães*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 1995.

—— , "Para uma biografia do mestre escultor e entalhador Ambrósio Coelho", in *Mínia*, 3ª série, vol. 3, Braga, ASPA, 1995, p. 133-155.

—— , "Ourivesaria", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio,* Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.24-59.

—— , *Sob o signo de S. Nicolau*, Museu Alberto Sampaio/ Irmandade de S. Nicolau, Guimarães, 1994.

—— , "Cruz processional", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 77.

—— , "Custódia", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 87.

—— , "Tinteiros", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, p. 76.

—— ,"Um contrato de 1769 sobre a comercialização da louça de barro de Guimarães", in *Olaria – Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*, 2ª série, nº 3, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999-2004, pp. 81-84.

SANTOS, Manuela de Alcântara; SILVA, Nuno Vassallo e – *A colecção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.

SEGURADO, Jorge - "Das Régias reminiscências postas e vivas em Santa Maria da Oliveira em Guimarães, por D. João Primeiro", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, p.205-211.

SERRÃO, Vítor – "A arte. Guimarães na diáspora renascentista", in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 10-11.

—— , *André de Padilha e a pintura Quinhentista entre o Minho e a Galiza*, Lisboa, Editorial Estampa, 1ªedição, 1998.

—— , "As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio", in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.

—— , "Domingos Lourenço Pardo, mestre pintor dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Guimarães (1616-1618)", in *Mínia*, 2ª série, nº 4, ASPA, Braga, 1980, pp. 38-79.

—— , "O ciclo de pinturas seiscentistas de gratulação nacionalista da Colegiada", in *Catálogo da Exposição Afonso Henriques: a lenda e a história*, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio,1996.pp.14-17.

—— , "O desvario do ornamento de Brutesco na pintura de tectos do mundo português, 1580-1720", in *A Obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII*, Actas, vol. 1, Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999, p. 298.

—— , "Pintura", in *Roteiro do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, pp.60-95.

SILVA, Hilário Oliveira – Colocação do sacrário nas igrejas do arciprestado de Guimarães. Confrarias do Santíssimo Sacramento. Guimarães, Ed. do autor, 2002.

SILVA – José Custódio Vieira da - "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães", in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 29-36.

SILVA, Manuela Santos - "Contribuição para o estudo das oligarquias medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *A Cidade Jornadas inter e pluri disciplinares*, (coord. Maria José Ferro Tavares), Actas, vol.2, Universidade Aberta, 1993, pp.114-127.

SMITH, Robert C. – *André Soares, arquitecto do Minho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

——— , *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 2 vols.

——— , "Os arcazes e armários da sacristia da Sé do Porto", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, vol.32, 1969.

——— , *Agostinho Marques "enxambrador da cónega". Elementos para o estudo do mobiliário em Portugal*, Livraria Civilização, 1974.

——— , *Nicolau Nazoni. Arquitecto do Porto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1966.

STOOP, Anne de - *Palácios e casas senhoriais do Minho*, Livraria Civilização Editora,1993.

SOALHEIRO, João; MONTEIRO, Paula; SERRANO, Carmo – *Tecidos Medievais*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004.

SOALHEIRO, João – "Baptismo de Cristo", in *Cristo Fonte de Esperança*, Porto, Diocese do Porto, pp. 264-265.

SOARES, A.Franquelim Sampaio Neiva - " O Arcebispado de Guimarães no inquérito de 1845 ", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.3, Guimarães, 1981.

SOLEDADE, Frei Fernando da – *História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Oficina de Manuel José Lopes Ferreira. Tomo 4, 1709.

SOUSA, Ana Cristina Correia de – "Jorge Cedeira, o Velho: um ourives vimaranense na Galiza de Quinhentos", in *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto, Cepese, 2008, pp. 13-22.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – "Ourivesaria nas imagens da Sagrada Família do templo de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos de Guimarães, in *Nossa Senhora Madre de Deus de Guimarães: alfaias*, Guimarães, Livraria Civilização/Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2004,pp. 34-48.

SOUSA, Pedro Cirne de - *Relaçam do que fez a Villa de Gvimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, ate o mes de Octubro de 1641*, Lisboa, Iorge Rodriguez, 1641.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989.

TEDIM, José Manuel Alves - *A Festa régia no tempo de D. João V*, tese de doutoramento apresentada na Universidade Portucalense, Porto, Universidade Portucalense, 1999 (texto policopiado).

TEDIM, José Manuel - "A festa e a cidade no Portugal barroco", in *II Congresso Internacional do Barroco*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 317-324.

TEIXEIRA, Fernando José – *Convento de S. Francisco. Guimarães*. Guimarães, Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, 2000.

—— , "A Festa do Anjo Custódio em Guimarães", in *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.4, pp. 221-236.

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral – " Aspectos do claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio ", in *Revista de Guimarães*, vol. 70, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1960, pp. 132-168.

——— , "A Casa e o túmulo dos Rebello de Valadares", in *Revista de Guimarães*, vol. 69, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1959, pp. 465-470.

——— , "A propósito de uma imagem seiscentista de Nossa Senhora do Rosário", in sep. *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol. 67.

——— , *O Loudel do Rei D. João I*, Lisboa, 1973.

VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1886, tomo I, pp. 585-611.

VITERBO, Sousa – "Artistas e artífices de Guimarães: notícia documental", in *Revista de Guimarães*, nº 33, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1896, pp. 169-189.

VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA: A SAECULO NONO POST CHRISTUM USQUE AD VICESIMUM. Organização de João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Antonii Ludovici da Silva Dantas, 1931.

S/A – "Para a História da Colegiada de Guimarães: Visitações dos Arcebispos de Braga à Colegiada de Nª Sª da Oliveira entre os séculos XVI e XVIII", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 10, fascículo nº3 e 4, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1945, pp. 97-143.

ÍNDICES (FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS)

Índice de figuras

Fig. 1 - Vista área do centro Histórico de Guimarães (C.M.G. - 2001)……..12
Fig. 2 – Vista área do Castelo de Guimarães (C.M.G. – 2001)…….……...14
Fig.3 - Planta geral (1/500) do Convento de Santa Clara. Desenhada a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras. Peças desenhada existente no A.M.A.P……...……20
Fig. 4 – Fachada do Convento de Santa Clara (2006)……24
Fig. 5 – Vista área do Convento de Santa Clara (CMG - 2001)……..……24
Fig. 6 – Litografia do século XIX: Paços do Concelho e Casa da Câmara de Guimarães……27
Fig. 7 – Paços do Concelho e Casa da Câmara de Guimarães (2007)……..27
Fig. 8 – Antigo chafariz do Toural, atualmente no Largo do Carmo (2008)…….41
Fig. 9 – Imagem do telhado do Palácio dos Coutos, onde podemos observar a Igreja da Santa Casa da Misericórdia e a Torre da Porta da Vila de São Domingos (1748)…44
Fig. 10 – Desenho de inícios do século XIX (extraído de CARDOSO, Mário – "A propósito das antigas muralhas de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, vol.67, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1957……46
Fig. 11 – Desenho de inícios do século XIX (extraído de CARDOSO, Mário –*obra cit.*)……47
Fig. 12 – Vestígio da muralha no interior de um imóvel no Largo da Condessa do Juncal (2009)……..48
Fig. 13 – Vestígio da muralha no interior de um imóvel no Largo da Condessa do Juncal (2009)……..…….48
Fig. 14 – Vista área do centro Histórico de Guimarães (CMG - 2001)……49
Fig. 15 – Planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"……50
Fig. 16 - Atual concelho de Guimarães e seus limites urbanos (C.M.G. 2011)……52
Fig.17 – Carta militar de Guimarães e freguesias vizinhas (Serviços Cartográficos

do Exército, Escala 1/25 000, Continente (Série M888) ……..……53
Fig. 18 – Rede hidrográfica do Vale do Ave (2011)……55
Fig. 19 – Frontispício do Foral Manuelino (S.M.S.)……..……59
Fig. 20 – S.M.S, foral de Guimarães, 1517, fl.11v…….……64
Fig. 21 – Antiga rua dos Trigais (C.M.G., 2001)……76
Fig. 22 – Assinaturas das partes intervenientes no contrato (A.M.A.P., N-1213, fls.185v-186) ……..……...77
Fig. 23 – Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"……86
Fig. 24 – Palácio dos Duques de Bragança: pátio interior Desenho a lápis sobre papel de Ernesto Korrodi (1897), MAS, nº inv: 85 I (1) …….……89
Fig. 25 – Palácio dos Duques de Bragança: apontamentos do estado actual: interior. Desenho a lápis sobre papel de Ernesto Korrodi (1897), MAS, nº inv: 85 I (3)……..…..89
Fig. 26 – Bilhete-postal da parte posterior dos Paços dos Duques de Bragança. (inícios dos século XX. Edição de Manuel Carneiro – Braga)……..……91
Fig. 27 – Bilhete-postal dos antigos Paços dos Duques de Bragança: Quartel de Infantaria 20 (inícios dos século XX. Edição da Tabacaria Lemos – Guimarães). ….92
Fig. 28 – Vista área do Paço dos Duques (C.M.G. - 2001)……..93
Fig. 29 - Casa da Câmara de Guimarães — Desenho de João de Almeida (extraído de VIEIRA, José Augusto – O Minho Pitoresco, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, tomo I, 1886) …….95
Fig. 30 – Tinteiros expostos no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)……..…102
Fig. 31 – Poeiras expostas no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)……..….103
Fig. 32 - Igreja e Praça de Santa Maria da Oliveira. No cimo da torre da Colegiada podemos observar o sino do relógio da Câmara (capa do Ocidente: *Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 1de Janeiro de 1892, 15ºano, vol. 15, nº469)……..…104
Fig. 33 – Litografia do século XIX da Colegiada de Guimarães……..……109
Fig. 34 – Praça da Oliveira: Padrão do Salado (2009)…..114

Fig. 35 – Frontispício da obra: SOUSA, Pedro Cirne de - *Relaçam do que fez a Villa de Gvimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, ate o mes de Octubro de 1641*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1641……..……115
Fig. 36 – Tríptico da Natividade existente no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)……...119
Fig. 37 – Loudel de D. João I existente no Museu de Alberto Sampaio (Foto MAS)…….…119
Fig. 38 – Xilogravura de Nossa Senhora da Oliveira (século XIX) ……120
Fig. 39 – Inventário de 1756. Cota: A.M.A.P., C-742, fl. 4……..123
Fig. 40 - Imagem de D. Sebastião mencionada na fig. anterior (foto MAS)…….123
Fig. 41 – Postal ilustrado do claustro da Colegiada (datado de 1930)……..126
Fig. 42 – Túmulo com jacente e armas dos Valadares (1550) no claustro da Colegiada (foto MAS…,,,

Fig. 53 – Vista área do atual largo de João Franco – antigo Terreiro da Misericórdia (CMG - 2001)…….146
Fig. 54 – Pormenor do portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança (2008)…148
Fig. 55 – Portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança (2008)……..149
Fig. 56 – Portal e mirante das Dominicas (2006)……149
Fig. 57 – Arco cruzeiro da Igreja do Convento do Carmo: armas de D. José de Bragança (2008) ……...152
Fig. 58 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"……..……185
Fig. 59 - Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (D.G.E.M.N.)……...196
Fig. 60 - Convento de São Francisco (D.G.E.M.N.)……..200
Fig. 61 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"……201
Fig. 62 – Interior da igreja de São Francisco (2009)……...202
Fig. 63 – Vista área do convento e da Ordem Terceira de São Francisco (C.M.G. 2001)……...202
Fig. 64 – Coro alto da igreja de São Francisco (2008)……..206
Fig. 65 - Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"……..207
Fig. 66 – Frontispício do Boletim da DGEMN, Igreja de São Domingos, nº108 …..209
Fig. 67 – Postal da Igreja de São Domingos, anterior á intervenção da DGEMN. Edição de Manuel Carneiro (Braga)……209
Fig. 68 – Claustro do Convento de São Domingos (2008)……...214

Fig. 69 – Postal do Claustro do Convento de São Domingos. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)……214
Fig. 70 – Portal da igreja de São Domingos……...217
Fig. 71 – Pormenor da fachada da Igreja de São Domingos…….218
Fig.72 – Planta de Guimarães em meados do século XVII (mapa extraído de Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso (1922), in Mário Cardoso - "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, 1922, pp.420- 421)……..222
Fig. 73 – Prespetiva interior do paço do alcaide (2008)……..224
Fig. 74 – Postal ilustrado da Igreja de Santo António dos Capuchos e Hospital da Misericórdia……226
Fig. 75 – Exterior do convento de Santo António dos Capuchos…….227
Fig. 76 – Frontaria da Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos……..227
Fig. 77 – Claustro do Convento de Santo António dos Capuchos……...228
Fig. 78 – Sacristia da Igreja de Santo António dos Capuchos……..228
Fig. 79 – Vista aérea do Convento da Costa (CMG – 2001)……..230
Fig. 80 – Postal do Convento da Costa. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)….231
Fig. 81 – Claustro do Convento da Costa……238
Fig. 82 – Claustro do Convento da Costa……238
Fig. 84 – Pormenor do entablamento suportado por quatro mísulas, sobre o qual repousa um frontão profusamente decorado em que se encontra inscrita a data "1703"….241
Fig. 85 – Frontaria do Convento da Costa…….243
Fig. 86 – Portaria do Convento da Costa……243
Fig. 87 – Uma das janelas da Portaria do Convento da Costa……..244
Fig. 88 – Aspeto geral da sacristia……. 246
Fig. 89 – Aspeto de um armário e dos arcazes com pinturas, da sacristia da Igreja do Convento da Costa……..248
Fig.90 – Aspeto dos arcazes com pinturas da sacristia……..249
Fig. 91 – Interior da sacristia do Convento da Costa……...250
Fig. 92 – Retábulo de talha dourada no lado nascente da sacristia……..251
Fig. 93 – Lavatórios de mármore da sacristia e porta de ligação ao claustro……252
Fig. 94 – Igreja e escadaria da Igreja da Costa……..255
Fig. 95 – Igreja e escadaria da Igreja da Costa……...255

Fig. 96 – Postal ilustrado da Igreja do Convento da Costa. Edição da Tabacaria Lemos (Guimarães)…….256
Fig. 97 – Órgão da Igreja da Costa……..…258
Fig. 98 – Coro alto e órgão da Igreja da Costa……..…258
Fig. 99 – Pormenor da planta "*De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita. Desenho a tinha, colorido. Dimensões do original: 834x1530mm. Escala (aproximada): 1:100. Da colecção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. © Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e Fundação Martins Sarmento, Guimarães*"…….262
Fig.100 – Vista aérea do Convento de Santa Clara (C.M.G. 2001)…….263
Fig. 101 – Urna usuária de Baltasar de Andrade existente na Sociedade Martins Sarmento…….264
Fig. 102 - Postal do Claustro do Convento de Santa Clara. Edição do grupo de propaganda "Por Guimarães", impresso Tipografia Minerva Vimaranense…….266
Fig. 103 – Altar lateral deslocado da Igreja de Santa Clara (José Luís Braga)……269
Fig.104 – Altar lateral deslocado da Igreja de Santa Clara (José Luís Braga)…….270
Fig. 105 – Fachada do Convento de Santa Clara (2008)……271
Fig. 106 – Portal da Igreja do Convento de Santa Clara……..275
Fig. 107 – Capela-mor da Igreja de Santa Clara, anterior a 1924 (MAS) …….. 276
Fig. 108 – Capela-mor da Igreja de Santa Clara, anterior a 1924 (MAS)…….277
Fig. 109 - Postal cerca de 1915, editor Alberto Malva – rua da Madalena 23, Lisboa……..297
Fig. 110 – Pormenor da fachada do Convento de Santa Clara……..…298
Fig. 111 – Portal de acesso do claustro à cerca do Convento de Santa Clara……298
Fig. 112 – Convento do Carmo. Desenho de Nogueira da Silva. Gravura Pedroso. Extraída de Arquivo Pitoresco, vol.5, 1862, p. 57……301
Fig. 113 – Postal editado por Alberto Malva, rua da Madalena nº23, Lisboa……..301
Fig. 114 – Convento do Carmo……. 302
Fig. 115 – Lavatório da sacristia da igreja do Carmo……...312
Fig. 116 – Torre sineira e igreja do convento do Carmo (2005)……..312
Fig. 117 – Cadeiral do coro alto da igreja do Carmo (2003)……..314
Fig. 118 – Cadeiral do coro alto da igreja do Carmo (2003)……..315
Figs. 119-120 – Coro alto da igreja do Carmo (2003)……..…316

Fig. 121 – Órgão da igreja do Carmo ……..317
Fig. 122 - Portaria da igreja do Carmo……..320
Fig. 123 – Porta de acesso à sacristia e respetiva sanefa……323
Fig.124 – grade e altar-mor da igreja do Carmo……325
Fig. 125 – Interior da igreja do Carmo……..…326
Fig. 126 – Interior da igreja do Carmo…….327
Fig. 127 – Retábulo lateral da igreja do Carmo (Nossa Senhora do Carmo)……327
Fig. 128 – Retábulo lateral da igreja do Carmo ……328
Fig. 129 – Púlpito da igreja do Carmo ……..330
Fig. 130 – Imagem de São João Batista (retábulo-mor)…….332
Fig. 131 – Pormenor da portaria da igreja do Carmo ……332
Fig. 132 - Claustro descaraterizado na atualidade……335
Fig. 133 – Vista aérea do Convento de Santa Rosa de Lima (C.M.G. 2001)……..342
Fig. 134 – Convento de Santa Rosa de Lima (2008)…….342
Fig. 135 – Pormenor do portal das Dominicas: armas de D. José de Bragança……344
Fig. 136 – Convento de Santa Rosa de Lima ……...344
Figs. 137, 138 e 139 – Peças cerâmicas encontradas no convento de Santa Rosa de Lima, existentes no MAS, antes do restauro (2003)……..…346
Fig. 140 – Portaria do Convento de Santa Rosa de Lima ……350
Fig. 141 – Interior da portaria do Convento de Santa Rosa de Lima …….350
Fig. 142 – Um dos locutórios do Convento de Santa Rosa de Lima (1ºpiso)…...…351
Fig.143 – Claustro inacabado do Convento de Santa Rosa de Lima……..352
Fig. 144 – Pormenor do claustro inacabado do Convento de Santa Rosa de Lima….353
Fig. 145 – Entrada lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima……..359
Fig. 146 – Pormenor do portal da entrada lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima……359
Fig. 147 – Portaria e mirante do Convento de Santa Rosa de Lima……....364
Fig. 148 – Lavatório da sacristia da igreja Convento de Santa Rosa de Lima…..…365
Fig. 149 – Interior do Convento de Santa Rosa de Lima……..…368
Fig. 150 – Escadaria de acesso ao primeiro piso do Convento de Santa Rosa de Lima…….368
Fig. 151 – Retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (2006)…370

Fig. 152 – Pormenor do retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (imagem de Santa Rosa de Lima)……..371
Fig. 153 – Pormenor do retábulo-mor da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima …….371
Fig. 154 – Altar lateral da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima …….373
Fig. 155 – Órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima ……..375
Fig. 156 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima ….376
Fig. 157 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (popularmente designado de "macacão")……...377
Fig. 158 – Pormenor do órgão da igreja do Convento de Santa Rosa de Lima (2010)……..….377
Fig. 159 - Planta de Guimarães em meados do século XVII (mapa extraído de Planta do século XVII - desenho de Mário Cardoso (1922), in Mário Cardoso - "Evocação", in *Revista de Guimarães*, vol. 32, Guimarães, 1922, pp.420- 421)……..….380
Fig. 160 – Convento da Madre Deus……..381
Fig.161 – Azulejos da capela-mor da igreja do Convento da Madre Deus……..….383
Fig. 162 – Claustro do Convento da Madre Deus……..385
Fig. 163 – Fachada da Igreja da Misericórdia…….……..….389
Fig.164 – Capela de São Lázaro…….….396
Fig. 165 – Interior da Igreja da Misericórdia…….400
Fig. 166 – Planta da Igreja da Santa Casa da Misericórdia (DGEMN)……..400
Fig.167 – Órgão de tubos da Igreja da Misericórdia ……..….404
Fig. 168 – Assinatura de Francisco António Solha (A.M.A.P.)……406
Fig. 169 – Assinaturas de António da Cunha Correia Vale e de Manuel Fernandes Novais (A.M.A.P.)……409
Fig. 170 – Assinatura de Bento José de Almeida (A.M.A.P.)……..409
Fig. 160 – Assinatura de André de Freitas (A.M.A.P.)……...411
Fig. 161 – Vista aérea da Ordem Terceira de São Domingos (C.M.G. - 2001)……446
Fig. 162 – Fachada da Capela da Ordem Terceira de São Domingos……451
Fig. 163 - Portal lateral da Capela da Ordem Terceira de São Domingos……452
Fig. 164 – Postal da Igreja de São Francisco e da Capela e Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco ……..….455

Fig. 165 – Vista aérea do Convento e da Ordem Terceira de São Francisco (C.M.G. 2001)……..457
Fig. 166 – Interior da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco……459

Índice de gráficos

Gráfico I - Tipologias de Contratos de Obra…….187
Gráfico II- O estatuto profissional dos artistas……..189
Gráfico III – Distribuição das despesas (1572-1789)……190
Gráfico IV - Tipologias de contratos de obra……218
Gráfico V - O Estatuto profissional dos artistas ……...220
Gráfico VI – Distribuição das despesas (1678-1767)……221
Gráfico VII - Tipologias de Contratos de Obra…….234
Gráfico VIII - O estatuto profissional dos artistas……236
Gráfico IX – Distribuição das despesas (1731-1739)……...280
Gráfico X – Percentagem das despesas com obras na capela-mor (1731-1739)……...281
Gráfico XI – Distribuição das despesas nas arte da talha (1731-1739)…….... 282
Gráfico XII - Tipologias de Contratos de Obra……306
Gráfico XIII - O estatuto profissional dos artistas……...308
Gráfico XIV - Tipologias de Contratos de Obra……..351
Gráfico XV – O estatuto profissional dos artistas……...355
Gráfico XVI – Distribuição das despesas ……...387
Gráfico XVII – Tipologias dos contratos de obra celebrados pela Misericórdia…….397
Gráfico XVIII - O Estatuto profissional dos artistas……398
Gráfico XIX – Distribuição das despesas com os órgãos……412
Gráfico XX – Tipos de encomendas camarárias ……..421
Gráfico XXI - O estatuto profissional dos artistas……..….422

Índice de Quadros

Quadro I - Dimensões da Casa da Câmara segundo o Tombo 1612……..30
Quadro II - Dimensões da Casa do Paço do Concelho segundo o Tombo 1612…….31
Quadro III - Dimensões da Casa da Câmara segundo o Tombo 1735……..…..33
Quadro IV - Dimensões da Casa dos açougues segundo o Tombo 1612……35
Quadro V - Dimensões dos Cobertos da Praça da Oliveira segundo o Tombo 1612….38
Quadro VI - Dimensões Casa da Privada Pública segundo o Tombo 1612……40
Quadro VII - Dimensões dos Cobertos da Torre do Campo da Feira segundo o Tombo 1612…….42
Quadro VIII- Dimensões das boticas da Torre da Porta da Vila de São Domingos segundo o Tombo 1612……...…43
Quadro IX - Tipos de produtos referenciados no Foral Manuelino……57
Quadro X - Despesas do Convento do Carmo no triénio de 1752-1754……..77
Quadro XI - Bens móveis da Casa do Senado em 1735…….96
Quadro XII -Bens oferecidos por D. João I ……..…116
Quadro XIII- Bens oferecidos por D. Manuel.…….117
Quadro XIV- Bens oferecidos por D. João V……118
Quadro XV - Manifestações festivas realizadas durante a estada de D. José de Bragança……154
Quadro XVI - Encomendadas efetuadas Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (1572-1789)……..186
Quadro XVII - O Estatuto profissional dos artistas……..…188
Quadro XVIII - Encomendadas efetuadas pelo Convento de São Francisco (1679-1743)……203
Quadro XIX - Encomendadas efetuadas pelo Convento de São Domingos (1678-1767)…….210
Quadro XX - O Estatuto profissional dos artistas…….219
Quadro XXI -Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Marinha da Costa (1598-1784)……...231
Quadro XXII - O Estatuto profissional dos artistas……..235
Quadro XXIII - Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Clara (1731-1739)……..271

Quadro XXIV - Outros artistas que trabalharam no Convento de Santa Clara e dispêndio de materiais construtivos (1698-1753)……..283
Quadro XXV - Atividade artística no Convento de Santa Clara, segundo João Oliveira Guimarães (1605-1735) ……295
Quadro XXVI - Encomendadas efetuadas pelo Convento do Carmo (1718-1760)…. 302
Quadro XXVII - O Estatuto profissional dos artistas……307
QUADRO XXVIII - Preços ajustados com os mestres…….310
Quadro XXIX - Preços ajustados com os mestres……...310
Quadro XXX - Outros gastos com pagamentos a artistas e dispêndio de materiais construtivos (1752-1754) ……..336
Quadro XXXI -Despesas do Convento do Carmo no triénio de 1752-1754……339
Quadro XXXII - Encomendadas efetuadas pelo Convento de Santa Rosa de Lima (1727-1776) ……..347
Quadro XXXIII - O Estatuto profissional dos artistas …….354
Quadro XXXIV - Preços ajustados com os mestres …….367
Quadro XXXV - Encomendadas efetuadas pelo Convento da Madre de Deus (1701-1719)……..……384
Quadro XXXVI - Encomendadas efetuadas pela Misericórdia de Guimarães (1675-1781)……..390
Quadro XXXVII - O Estatuto profissional dos artistas……397
Quadro XXXVIII - Rol da ferragem paga a André de Freitas……..410
Quadro XXXIX - Outras despesas relativas ao órgão pagas a André de Freitas….411
Quadro XL - Artistas que arrematararam maior número de obras camarárias……423
Quadro XLI - Edifícios camarários e equipamentos públicos (1664-1788)…….423
Quadro XLII - Calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1790)……..429
Quadro XLIII - Chafarizes e abastecimento de águas (1696-1789)……..……...438
Quadro XLIV - Edifícios religiosos (1667) …….443
Quadro XLV- Bens móveis camarários (1730-1760)……..…443
Quadro XLVI- Encomendadas efetuadas pela Ordem Terceira de São Domingos (1750-1776) ……446
Quadro XLVII - Encomendadas efetuadas pela Ordem Terceira de São Francisco (1702-1782)……..453

Quadro XLVIII a LXXIII - Encomendas efetuadas por Irmandade e confrarias…..462
Quadro LXXIV - O Estatuto profissional dos artistas……..…479
Quadro LXXV- Encomendas efetuadas pelos particulares (1683-1796)…….482